



## APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, indispensável para determinar as intervenções a serem executadas pelo poder público municipal e atender às exigências fundamentais de ordenamento das cidades, induzindo a um processo de planejamento contínuo que vise a ampliação dos benefícios sociais, a redução da desigualdade social e a garantia da oferta de serviços e equipamentos públicos.

O PDM deve ser formulado como uma política pública, com ampla divulgação e apresentado em eventos abertos ao público para possibilitar sua pactuação com a sociedade civil. Em um segundo momento, deve ser discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e, por fim, sancionado pelo Poder Executivo Municipal, resultando em uma lei que reflita o compromisso firmado entre a sociedade e o Poder Público.

Em âmbito nacional, a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho 2001, o Estatuto da Cidade (EC), regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que tratam da política urbana. Essa lei definiu as normas para a elaboração dos Planos Diretores Municipais, regulando o uso da propriedade em prol do bem coletivo e prevendo, em forma de lei, o direito à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer. Conforme o Art. 41 do Estatuto da Cidade, "o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes" e, conforme o Art. 40 §3º da mesma lei, "a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos".

No Paraná, a Constituição Estadual, em seu Capítulo da Política Urbana, determinou que todos os municípios são obrigados a elaborar o PDM. A Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, condicionou a firmação de convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços à elaboração do PDM, pelos municípios, em conformidade com o EC.

O PDM vigente em Bandeirantes foi instituído pela Lei Complementar nº 24, de 22 de fevereiro de 2011. Segundo o Art. 204 da referida lei, a avaliação e revisão do Plano Diretor serão feitas por meio de Conferência, a cada três anos a contar da data de publicação da Lei e, a cada três Conferências, será realizada a revisão completa do Plano Diretor.

Dessa forma, o Município de Bandeirantes iniciou um processo licitatório, o Processo Administrativo nº 57/2019 - PMB, que culminou no Edital de Tomada de Preços nº 57/2019, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia e arquitetura na área de planejamento urbano para a Revisão de Plano Diretor Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, com a implantação de sistema WEBGIS-PDM, para utilização em ambiente WEB, com o objetivo de disponibilizar consultas de viabilidade de acordo com a Lei de Uso do Solo do Município.

Este processo deu origem ao Contrato nº 148/2019-PMB, celebrado no dia 5 de julho de 2019 entre o Município de Bandeirantes e a DRZ Geotecnologia e Consultoria, com Ordem de Serviços (OS) emitida em 11 de julho de 2019 e publicada na Folha do Norte Paranaense em 13 de julho de 2019. A empresa contratada deverá executar os trabalhos de revisão do PDM de Bandeirantes conforme Termo de Referência (TR) e demais peças do referido edital.

O desenvolvimento dos trabalhos da Revisão do PDM de Bandeirantes envolve o Grupo Técnico Permanente, a Equipe Técnica da DRZ, o Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial (CONGET) e a participação popular, sendo dividido em cinco etapas:

- Etapa I – Mobilização;
- Etapa II – Análise Temática Integrada;
- Etapa III – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável;
- Etapa IV – Plano de Ação e Investimentos (PAI) e Institucionalização do PDM;
- Etapa V – Sistema de Acompanhamento do PDM – WEBGIS-PDM.

O presente documento se refere ao Produto Final da Revisão do PDM, que integra todas as etapas do processo de desenvolvimento dos trabalhos.



## SUMÁRIO

<b>ETAPA I – PLANO DE TRABALHO</b>	<b>23</b>
1. INTRODUÇÃO	25
2. EQUIPES	27
2.1 GRUPO TÉCNICO PERMANENTE (GTP).....	27
2.2 CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL (CONGET).....	28
2.3 EQUIPE TÉCNICA DA DRZ .....	29
3. METODOLOGIA DE TRABALHO	31
3.1 ETAPA I – PLANO DE TRABALHO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO ....	33
3.2 ETAPA II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA.....	33
3.3 ETAPA III – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES .....	34
3.4 ETAPA IV – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI) E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM35	
3.5 ETAPA V – SISTEMA WEBGIS .....	35
3.6 ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO DA REVISÃO DO PDM.....	36
3.6.1 REUNIÕES TÉCNICAS	37
3.6.2 OFICINAS TÉCNICAS	38
3.6.3 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	38
3.6.4 CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	39
3.7 FORMATO DE ENTREGA .....	39
4. CRONOGRAMA E PRAZOS	41
<b>ETAPA II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA</b>	<b>45</b>
5. INTRODUÇÃO	47
6. ASPECTOS GERAIS	48
6.1 BREVE HISTÓRICO.....	48
6.2 INSERÇÃO REGIONAL.....	49
6.2.1 LOCALIZAÇÃO E MUNICÍPIOS LÍMITROFES	49
6.2.2 REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA E IMEDIATA	50
7. ÁREAS APTAS, ÁREAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO	55
7.1 CONDICIONANTES GEOAMBIENTAIS .....	55
7.1.1 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA	55
7.1.2 DECLIVIDADE E HIPSOMETRIA	59

7.1.3	PEDOLOGIA E APTIDÃO DO SOLO	63
7.1.4	HIDROGRAFIA	67
7.1.5	FITOGEOGRAFIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	71
7.2	CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS .....	75
7.2.1	USO DO SOLO MUNICIPAL	75
7.2.2	EVOLUÇÃO URBANA	81
7.2.3	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	85
7.2.4	ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS	91
7.3	ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA VIGENTE .....	95
7.3.1	LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	95
7.3.2	LEI DO PERÍMETRO URBANO	101
7.3.3	LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO (ZONEAMENTO)	103
7.3.4	LEI DO SISTEMA VIÁRIO	107
7.3.5	OUTRAS LEIS	110
8.	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	111
8.1	DEMOGRAFIA .....	111
8.2	DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	113
8.3	CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS .....	117
8.3.1	DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL	118
8.3.2	CONDIÇÕES DE MORADIA E DÉFICIT HABITACIONAL	120
8.3.3	PARCELAMENTOS IRREGULARES	122
8.4	PROJEÇÃO POPULACIONAL E EXPANSÃO URBANA .....	123
8.5	CULTURA .....	129
8.6	TURISMO .....	129
8.7	PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL .....	132
8.8	PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL .....	133
8.9	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO .....	134
8.10	DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL .....	135
9.	ECONOMIA	137
9.1	PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO .....	137
9.2	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS .....	140
9.3	VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF) .....	143





9.4	ESTABELECIMENTO E EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÔMICA.....	148
9.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DA ECONOMIA.....	150
10.	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	153
10.1	SAÚDE.....	153
10.1.1	VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.....	156
10.2	EDUCAÇÃO.....	159
10.2.1	CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEI.....	161
10.2.2	ESCOLAS MUNICIPAIS.....	164
10.2.3	ESCOLAS ESTADUAIS.....	167
10.2.4	EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	169
10.2.5	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	169
10.2.6	ENSINO SUPERIOR.....	170
10.2.7	ENSINO PROFISSIONALIZANTE.....	172
10.2.8	TRANSPORTE ESCOLAR.....	173
10.2.9	MERENDA ESCOLAR.....	174
10.3	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	177
10.4	ESPORTE E LAZER.....	180
10.5	CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS.....	182
10.6	SEGURANÇA.....	182
11.	SANEAMENTO BÁSICO.....	187
11.1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	187
11.2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	193
11.3	RESÍDUOS SÓLIDOS.....	197
11.4	DRENAGEM PLUVIAL.....	197
12.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA.....	201
13.	MOBILIDADE URBANA.....	205
13.1	SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL.....	205
13.2	SISTEMA VIÁRIO URBANO.....	211
13.3	ARBORIZAÇÃO E ÁREAS VERDES.....	217
13.4	TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO.....	219
13.5	TRANSPORTE COLETIVO URBANO.....	220
13.6	DESLOCAMENTO INDIVIDUAL MOTORIZADO.....	220
13.7	DESLOCAMENTO MOTORIZADO DE CARGAS E SERVIÇOS.....	221

13.8	DESLOCAMENTO INDIVIDUAL NÃO-MOTORIZADO .....	221
13.8.1	DESLOCAMENTO PEATONAL .....	222
13.8.2	DESLOCAMENTO CICLOVIÁRIO .....	226
14.	GESTÃO MUNICIPAL .....	227
14.1	FINANÇAS PÚBLICAS .....	227
14.1.1	RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	227
14.1.2	RECEITAS MUNICIPAIS .....	227
14.1.3	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS .....	229
14.1.4	RECEITAS TRIBUTÁRIAS E RECEITAS PRÓPRIAS .....	234
14.1.5	RECEITAS CORRENTES E RECEITA TRIBUTÁRIA .....	236
14.1.6	DESPESAS FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO .....	237
14.1.7	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS .....	243
14.1.8	INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS .....	244
14.1.9	CONSIDERAÇÕES .....	250
14.2	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA .....	253
14.3	CONSELHOS MUNICIPAIS .....	254
<b>ETAPA III – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES .....</b>		<b>257</b>
15.	INTRODUÇÃO .....	259
16.	DESENVOLVIMENTO E REORDENAMENTO TERRITORIAL .....	261
16.1	MACROZONEAMENTO MUNICIPAL .....	261
16.2	PERÍMETROS URBANOS .....	268
16.3	MACROZONEAMENTO URBANO .....	272
16.4	ZONEAMENTO URBANO .....	278
16.5	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS .....	284
16.6	HABITAÇÃO .....	288
17.	SANEAMENTO BÁSICO .....	290
17.1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	290
17.2	DRENAGEM PLUVIAL .....	292
17.3	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS .....	293
18.	SERVIÇOS FUNERÁRIOS .....	295
19.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA .....	296
20.	MOBILIDADE URBANA .....	298



20.1 ARBORIZAÇÃO URBANA .....	298
20.2 SISTEMA VIÁRIO .....	300
20.3 PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO .....	306
20.4 DESLOCAMENTO MOTORIZADO INDIVIDUAL, DE CARGAS E SERVIÇOS .....	308
20.5 DESLOCAMENTO NÃO MOTORIZADO .....	309
21. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL .....	316
21.1 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL .....	316
22. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO .....	319
22.1 AGROPECUÁRIA .....	319
22.2 INDÚSTRIA E COMÉRCIO .....	321
22.3 TURISMO .....	323
23. SAÚDE .....	325
24. EDUCAÇÃO .....	327
25. CULTURA .....	329
26. ESPORTE E LAZER .....	331
27. ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	333
28. SEGURANÇA PÚBLICA .....	334
29. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO PARTICIPATIVA .....	335
29.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO .....	335
29.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES .....	337
29.3 GESTÃO PARTICIPATIVA .....	339
<b>ETAPA IV – PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS .....</b>	<b>340</b>
30. INTRODUÇÃO .....	342
31. RESUMO DOS INVESTIMENTOS .....	344
31.1 FORMA DE ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES .....	345
31.2 MONITORAMENTO DAS AÇÕES .....	345
31.3 CUSTOS DE EXECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	346
32. INDICADORES DE AVALIAÇÃO (IA) .....	347
33. SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) .....	348
34. SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO .....	352
35. SECRETARIA DA AGRICULTURA .....	356
36. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO .....	358
37. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS .....	360

38. SECRETARIA DA SAÚDE	368
39. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	371
40. SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	377
41. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	379
42. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	384
43. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	390
44. SEGURANÇA PÚBLICA	397
ETAPA IV – INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	400
45. INTRODUÇÃO	402
46. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	404
47. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DOS PERÍMETROS URBANOS	434
48. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO	448
49. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	464
50. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO SISTEMA VIÁRIO	502
51. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO CÓDIGO DE OBRAS	534
52. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO CÓDIGO DE POSTURAS	550
53. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR	556
<b>CADERNO DE ATIVIDADES</b>	564
54. INTRODUÇÃO	566
55. RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO TÉCNICA DA REVISÃO DO PDM DE BANDEIRANTES	567
55.1 ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO .....	568
55.2 ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA .....	569
55.3 ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE <i>SLIDES</i> .....	570
56. RELATÓRIO DA OFICINA TÉCNICA DA REVISÃO DO PDM DE BANDEIRANTES	580
56.1 ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO .....	582
56.2 ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA .....	583
56.3 ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE <i>SLIDES</i> .....	584
57. RELATÓRIO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PDM DE BANDEIRANTES	596
57.1 ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO .....	598
57.2 ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA .....	600
57.3 ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE <i>SLIDES</i> .....	601



58. RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PDM DE BANDEIRANTES	625
58.1 ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE <i>SLIDES</i> .....	627
59. RELATÓRIO DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PDM DE BANDEIRANTES	646
59.1 ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO .....	649
59.2 ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA .....	651
59.3 ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE <i>SLIDES</i> .....	652
60. RELATÓRIO DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PDM	670
60.1 ANEXO I – LINK PARA ACESSO À AUDIÊNCIA PÚBLICA ON-LINE .....	672
60.2 ANEXO II – RESULTADOS DA VOTAÇÃO VIRTUAL.....	673
61. REFERÊNCIAS	675

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização .....	51
Mapa 2 – Regiões Geográficas e Associação Municipal .....	53
Mapa 3 – Geologia e Geomorfologia .....	57
Mapa 4 – Declividade e Hipsometria.....	61
Mapa 5 – Pedologia e Aptidão do Solo.....	65
Mapa 6 – Hidrografia .....	69
Mapa 7 – Fitogeografia e Unidades de Conservação .....	73
Mapa 8 – Uso do solo Municipal.....	79
Mapa 9 – Evolução Urbana .....	83
Mapa 10 – Uso do Solo Urbano da Sede Municipal .....	89
Mapa 11 – Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas.....	93
Mapa 12 – Macrozoneamento Urbano vigente.....	99
Mapa 13 – Macrozoneamento Rural vigente .....	101
Mapa 14 – Perímetro Urbano vigente .....	103
Mapa 15 – Zoneamento Urbano vigente.....	106
Mapa 16 – Sistema Viário Urbano.....	109
Mapa 17 – Ocupações Irregulares, Vazios Urbanos e ZEIS.....	127
Mapa 18 – Equipamentos Públicos de Saúde .....	157
Mapa 19 – Equipamentos Públicos de Educação.....	175
Mapa 20 – Equipamentos Diversos.....	185
Mapa 21 – Rede de Abastecimento de Água.....	191
Mapa 22 – Rede de Esgotamento Sanitário .....	195
Mapa 23 – Rede de Drenagem.....	199
Mapa 24 – Iluminação Pública .....	203
Mapa 25 – Sistema Viário Municipal.....	209
Mapa 26 – Sistema Viário Urbano .....	215
Mapa 27 – Macrozoneamento Municipal Proposto .....	266
Mapa 28 – Perímetros Urbanos Propostos.....	270
Mapa 29 – Macrozoneamento Urbano Proposto.....	276
Mapa 30 – Zoneamento Urbano Proposto.....	282
Mapa 31 – Áreas prioritárias para aplicação de instrumentos urbanísticos .....	286
Mapa 32 – Sistema Viário Municipal Proposto.....	302
Mapa 33 – Sistema Viário Urbano Proposto .....	304
Mapa 34 – Rotas Acessíveis Propostas .....	312
Mapa 35 – Sistema Ciclovitário Proposto .....	314



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eixos norteadores do PDM.....	31
Figura 2 – Perfil topográfico da Sede Municipal.....	59
Figura 3 – APP não preservada ao longo do curso do Ribeirão das Antas.....	68
Figura 4 – APP não preservada ao longo de nascentes e alagados.....	68
Figura 5 – Uso do solo municipal em Bandeirantes.....	75
Figura 6 – Granjas próximas à Rodovia PR-436, ao norte da Sede.....	92
Figura 7 – Organograma da Prefeitura Municipal de Bandeirantes.....	253
Figura 8 - Categorias para identificação das ações do PAI.....	342
Figura 9 - Prazos de execução do PAI.....	343
Figura 10 – Lista de presença da 1ª Reunião Técnica.....	569
Figura 11 – Lista de presença da 1ª Reunião Técnica.....	569
Figura 12 – Lista de Presença da Oficina Técnica.....	583
Figura 13 – Lista de Presença da Oficina Técnica.....	583
Figura 14 – Lista de presença da 1ª Audiência Pública.....	600
Figura 15 – Lista de presença da 1ª Audiência Pública.....	600
Figura 16 – Lista de presença da 3ª Audiência Pública.....	651
Figura 17 – Lista de presença da 3ª Audiência Pública.....	651
Figura 18 – Link para acesso à Audiência Pública on-line da Revisão do PDM de Bandeirantes.....	672
Figura 19 – Resultados da votação virtual da 4ª Audiência Pública da Revisão do PDM.....	673

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Estação Ferroviária de Bandeirantes em 1930 .....	49
Foto 2 – Exemplo de Nitossolo Vermelho Eutroférico na Rodovia BR-369 .....	63
Foto 3 – Trecho de APP sem mata ciliar no Ribeirão Santo Antônio, próximo ao Disto. da Candelária .....	68
Foto 4 – Fragmento de Floresta Estacional Semidecidual, visto da PR-436 em Bandeirantes.....	71
Foto 5 – Plantações de trigo ao fundo, em preparo para colheita.....	76
Foto 6 – Portal de entrada da Vila Rural Olaria.....	76
Foto 7 - Produção de Hortifruti na Vila Rural Olaria .....	77
Foto 8 – Loteamento Jardim Castanho, vizinho ao Conj. Residencial João Theodoro da Silva ....	82
Foto 9 – Loteamento Eurípedes Rodrigues, próximo ao Centro .....	82
Foto 10 – Predomínio do uso comercial na Av. Comendador Luíz Meneghel.....	86
Foto 11 – Predomínio do uso industrial na Rodovia Deputado Dino Veiga.....	87
Foto 12 – Predomínio residencial no Conjunto Residencial João Theodoro da Silva .....	87
Foto 13 – Vazio urbano vizinho à Vila Lordani, próximo ao Loteamento Barbosa.....	88
Foto 14 – Panorama do Distrito de Nossa Senhora da Candelária.....	88
Foto 15 – Conjunto Habitacional João Teodoro da Silva .....	118
Foto 16 – Vazio urbano entre os conjuntos Julieta Lordani da Silva e João Teodoro da Silva....	126
Foto 17 – Museu Municipal Maria Calil Zambon.....	129
Foto 18 – Santuário São Miguel Arcanjo.....	130
Foto 19 – Vinícola La Dorni.....	131
Foto 20 – 2º Arraiá Municipal, 2019 .....	131
Foto 21 – 3ª FIABAN, 2016 .....	132
Foto 22 – Antigo Hotel Yara .....	133
Foto 23 – Usina Bandeirantes.....	134
Foto 24 – UBS Lordani .....	154
Foto 25 – UBS Francisco Teixeira Ribeiro “Teixeirinha” .....	154
Foto 26 – Sociedade Hospitalar Beneficente de Bandeirantes (Santa Casa) .....	155
Foto 27 – CMEI Ver. Yoricide Miyoshi.....	162
Foto 28 – EMEF Maria de Lourdes Guedes Mendes.....	165
Foto 29 – EMEF Felipe de Almeida Campos, Colégio Est. Nossa Senhora da Candelária .....	165
Foto 30 – E.E. Nóbrega da Cunha.....	168
Foto 31 – E.E. Humberto Teixeira Ribeiro .....	169
Foto 32 – Educação de Jovens e Adultos – EJA .....	170
Foto 33 – Campus da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP .....	171
Foto 34 – Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Unidade Bandeirantes.....	172
Foto 35 – Projeto Social de Música .....	178
Foto 36 – Oficina de Judô.....	179
Foto 37 – Quadra poliesportiva e Academia da 3ª Idade no Conj. Hab. Dr. Celso Pontes .....	180
Foto 38 – Cancha de bocha em praça pública na Vila Lordani .....	180
Foto 39 – Parque do Povo.....	181
Foto 40 – Cemitério Municipal.....	182





Foto 41 – 2ª Companhia do 18º BPM.....	183
Foto 42 – 39ª Delegacia Regional da Polícia Civil .....	183
Foto 43 – Corpo de Bombeiros .....	184
Foto 44 – Tiro de Guerra de Bandeirantes (TG 05-013).....	184
Foto 45 – Pátio da Sede Administrativa do SAAE .....	188
Foto 46 – Laboratório de monitoramento do SAAE.....	189
Foto 47 – ETE Bandeirantes.....	194
Foto 48 – Rede de drenagem ineficiente na Rua Fioravante Malaghini .....	198
Foto 49 – Iluminação pública na Avenida Edelina Meneghel Rando.....	201
Foto 50 – Estrada Municipal para o Distrito de Nossa Senhora da Candelária.....	206
Foto 51 – Passagem em nível no cruzamento da Av. Edelina Meneghel Rando com a Ferrovia.....	207
Foto 52 – Avenida Bandeirantes.....	211
Foto 53 – Avenida Azárias Vieira de Resende .....	211
Foto 54 – Acesso irregular ao traçado antigo da Rodovia BR-369 .....	212
Foto 55 – Cruzamento em nível próximo à antiga estação ferroviária .....	212
Foto 56 – Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos .....	213
Foto 57 – Ausência de Pavimentação na Rua Francisco Barusi .....	214
Foto 58 – Arborização na Rua Antonio Orozimbo.....	217
Foto 59 – Arborização na Rua Juvenal Mesquita.....	218
Foto 60 – Arborização na Rua Prefeito José Mario Junqueira.....	218
Foto 61 – Parque do Povo .....	219
Foto 62 – Terminal Rodoviário de Bandeirantes.....	220
Foto 63 – Calçada inacessível na Rua Pedro Thiago de Almeida.....	223
Foto 64 – Trecho sem calçada na Rua Antonio Orozimbo .....	224
Foto 65 – Travessia elevada na Avenida Comendador Luiz Meneghel.....	225
Foto 66 – Calçadas executadas no Conjunto Residencial João Theodoro da Silva.....	225
Foto 67 – Ciclista em via desprovida de infraestrutura adequada para a bicicleta.....	226
Foto 68 – 1ª Reunião Técnica.....	568
Foto 69 – 1ª Reunião Técnica.....	568
Foto 70 – Oficina Técnica.....	582
Foto 71 – Oficina Técnica .....	582
Foto 72 – 1ª Audiência Pública.....	598
Foto 73 – 1ª Audiência Pública.....	598
Foto 74 – 1ª Audiência Pública.....	599
Foto 75 – 1ª Audiência Pública.....	599
Foto 76 – 3ª Audiência Pública .....	649
Foto 77 – 3ª Audiência Pública .....	649
Foto 78 – 3ª Audiência Pública .....	650
Foto 79 – 3ª Audiência Pública .....	650

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento Total, Urbano e Rural de Bandeirantes de 1970 a 2019 .....	112
Gráfico 2 – Composição da população de Bandeirantes por sexo e faixa etária em 2000 .....	113
Gráfico 3 – Composição da população de Bandeirantes por sexo e faixa etária em 2010 .....	113
Gráfico 4 – IDH-M de Bandeirantes em 1991, 2000 e 2010 – Renda, Longevidade e Educação..	114
Gráfico 5 – IVS de Bandeirantes em 2000 e 2010 – Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho .....	115
Gráfico 6 – Distribuição Populacional.....	119
Gráfico 7 – Estimativa populacional entre 2019 e 2035 .....	125
Gráfico 8 – Participação percentual dos setores econômicos em relação ao VABPB de acordo com valores a preços constantes de 2016, período 2014-2016.....	142
Gráfico 9 – Comparativo entre o VABPB e VAF, nos anos de 2015 e 2016 (R\$ 1,00) .....	146
Gráfico 10 – Evolução do IDEB de Bandeirantes: Municipal e Estadual.....	160
Gráfico 11 – Comparação do ICMS e FPM com as transferências correntes e receitas correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	234
Gráfico 12 – Comparação do crescimento acumulado das variáveis que compõem a Receita Tributária, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) ....	236



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cronograma Detalhado .....	41
Tabela 2 – Cronograma Síntese da Revisão do PDM de Bandeirantes .....	43
Tabela 3 – Evolução Urbana .....	81
Tabela 4 – Evolução populacional entre 1970 e 2019 .....	111
Tabela 5 – Taxas de crescimento populacional absoluto entre 1970 e 2019 .....	111
Tabela 6 – Composição da população por sexo .....	112
Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Humano, 2010 – Bandeirantes e Municípios vizinhos ....	115
Tabela 8 – Índice de Vulnerabilidade Social, 2010 – Bandeirantes e Municípios vizinhos .....	116
Tabela 9 – Índice de Vulnerabilidade Social, 2010 – Bandeirantes e Municípios vizinhos .....	116
Tabela 10 – Número de domicílios e média de moradores por domicílio .....	119
Tabela 11 – Domicílios por número de cômodos .....	119
Tabela 12 – Domicílios permanentes e domicílios vagos entre 2000 e 2010 .....	120
Tabela 13 – Domicílios urbanos com inadequação em 2010 .....	121
Tabela 14 – Déficit Habitacional em 2010 .....	122
Tabela 15 – Estimativa populacional entre 2019 e 2035 .....	124
Tabela 16 – PIB de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2016 e Variação Real em percentual, período 2014-2016 .....	137
Tabela 17 – VABPB por setor de atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2016, período 2014-2016 (R\$ 1,00) .....	140
Tabela 18 – VAF a preços constantes de 2017 com valores deflacionados, período 2015-2017 (R\$ 1,00) .....	144
Tabela 19 – VBP por atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (R\$ 1,00) .....	147
Tabela 20 – Estabelecimentos e Empregos por atividade econômica, período 2015-2017 .....	148
Tabela 21 – Equipamentos de Saúde .....	153
Tabela 22 – Matrículas e evasões escolares na rede municipal entre 2017 e 2018 .....	160
Tabela 23 – Centros Municipais de Educação Infantil .....	161
Tabela 24 – Necessidades de reformas nos Centros Municipais de Educação Infantil .....	162
Tabela 25 – Acessibilidade dos Centros Municipais de Educação Infantil .....	163
Tabela 26 – Quadro de funcionários dos Centros Municipais de Educação Infantil .....	163
Tabela 27 – Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental .....	164
Tabela 28 – Necessidades de reformas nas Escolas Municipais .....	166
Tabela 29 – Acessibilidade nas Escolas Municipais .....	166
Tabela 30 – Quadro de funcionários das Escolas Municipais .....	167
Tabela 31 – Escolas Estaduais .....	167
Tabela 32 – Instituições de Ensino Superior .....	170
Tabela 33 – Cursos oferecidos pelo Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) .....	173
Tabela 34 – Transporte universitário .....	173
Tabela 35 – Equipamentos de Assistência Social .....	177
Tabela 36 – Equipamentos de Segurança .....	182
Tabela 37 – Abastecimento de água no Município de Bandeirantes entre 2011 e 2017 .....	189

Tabela 38 – Abastecimento de água: consumo anual (m <sup>3</sup> ) .....	189
Tabela 39 – Unidades atendidas e ligações da rede coletora de esgotos entre 2011 e 2017 .....	194
Tabela 40 – Energia Elétrica .....	202
Tabela 41 – Aumento do número de veículos entre 2011 e 2019 .....	221
Tabela 42 – População com mobilidade reduzida em relação à população total, 2010 .....	222
Tabela 43 – Receitas Orçamentárias Municipais, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	228
Tabela 44 – Comparativo da Receita Orçamentária com Transferências Correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	229
Tabela 45 – Transferências Constitucionais, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	230
Tabela 46 – Comparativo das Transferências Constitucionais da União, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	231
Tabela 47 – Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	232
Tabela 48 – Receitas Próprias e Tributárias, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	235
Tabela 49 – Relação da receita tributária com a receita corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00) .....	237
Tabela 50 – Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	237
Tabela 51 – Composição das Despesas Correntes e de Capital, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	239
Tabela 52 – Despesas por Função, valores nominais a preços correntes, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	240
Tabela 53 – Gastos com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	242
Tabela 54 – Resultado da Execução Orçamentária - Relação entre despesa e receita, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	244
Tabela 55 – Indicador de Dependência, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	245
Tabela 56 – Indicador de Financiamentos dos Gastos, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	246
Tabela 57 – Indicador de Poupança, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	247
Tabela 58 – Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00) .....	249
Tabela 59 – Conselhos Municipais .....	254
Tabela 60 – Diretrizes e Propostas para o Macrozoneamento Municipal .....	264
Tabela 61 – Diretrizes e Propostas para os Perímetros Urbano e de Expansão Urbana .....	269
Tabela 62 – Diretrizes e Propostas o Macrozoneamento Urbano .....	274
Tabela 63 – Diretrizes e Propostas para o Uso e Ocupação do Solo Urbano .....	279



Tabela 64 – Diretrizes e Propostas para a aplicação dos Instrumentos Urbanísticos .....	284
Tabela 65 – Diretrizes e Propostas para a Habitação.....	288
Tabela 66 – Diretrizes e Propostas para o Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário...	290
Tabela 67 – Diretrizes e Propostas para a Drenagem Pluvial .....	292
Tabela 68 – Diretrizes e Propostas para a Coleta de Resíduos Sólidos .....	293
Tabela 69 – Diretrizes e Propostas para os Cemitérios .....	295
Tabela 70 – Diretrizes e Propostas para a Iluminação Pública e Energia Elétrica .....	296
Tabela 71 – Diretrizes e Propostas para a Arborização Urbana .....	298
Tabela 72 – Diretrizes e Propostas para o Sistema Viário .....	300
Tabela 73 – Diretrizes e Propostas para a Pavimentação do Sistema Viário.....	306
Tabela 74 – Diretrizes e Propostas para a Mobilidade Motorizada .....	308
Tabela 75 – Diretrizes e Propostas para a Mobilidade Não Motorizada .....	309
Tabela 76 – Diretrizes e Propostas para a Proteção e Preservação Ambiental .....	316
Tabela 77 – Diretrizes e Propostas para o Desenvolvimento Econômico .....	319
Tabela 78 – Diretrizes e Propostas para a Indústria e Comércio.....	321
Tabela 79 – Diretrizes e Propostas para o Turismo .....	323
Tabela 80 – Diretrizes e Propostas para a Saúde .....	325
Tabela 81 – Diretrizes e Propostas para Educação.....	327
Tabela 82 – Diretrizes e Propostas para a Cultura .....	329
Tabela 83 – Diretrizes e Propostas para o Esporte e Lazer .....	331
Tabela 84 – Diretrizes e Propostas para a Assistência Social.....	333
Tabela 85 – Diretrizes e propostas para segurança pública .....	334
Tabela 86 – Diretrizes e Propostas para a Administração Municipal .....	335
Tabela 87 – Diretrizes e propostas para o Sistema de Informações .....	337
Tabela 88 – Diretrizes e Propostas para a Gestão Participativa.....	339
Tabela 89 – Síntese das Ações do Plano de Investimentos.....	345
Tabela 90 – Indicadores de avaliação .....	347
Tabela 91 – Resultados da votação virtual da 4ª Audiência Pública da Revisão do PDM.....	673

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANA	Agência Nacional de Águas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APP	Área de Preservação Permanente
ARL	Área de Reserva Legal
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADÚNICO	Cadastro Único
CAOP	Centro de Apoio Operacional das Promotorias
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONGET	Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COSIP	Contribuição para Custeio da Iluminação Pública
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
CTM	Cadastro Técnico Multifinalitário
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento de Trânsito
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EC	Estatuto da Cidade
EFET	
EIA	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
EIV	Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança



EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATUR	Empresa de Administração de Turismo
ETE	Estação de Tratamento de Esgotos
EAD	Ensino à Distância
EEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
EEEMEF	Escola Estadual de Ensino Médio e Ensino Fundamental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETE	Estação de Tratamento de Esgotos
FINBRA	Finanças do Brasil
FINISA	Financiamento à Infraestrutura e Saneamento
FJP	Fundação João Pinheiro
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GTP	Grupo Técnico Permanente
IAT	Instituto Água e Terra do Paraná
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice de Preço ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
ITR	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LC	Lei Complementar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LED	Light-Emitting Diode (Diodo Emissor de Luz)
LOA	Lei do Orçamento Anual
LRF	Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101)
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPE	Micro e Pequenas Empresas
NBR	Norma Técnica Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
PAI	Plano de Ação e Investimentos
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PCA	Plano de Controle Ambiental
PCD	Pessoa com Deficiência
PDDE	Programa Dinheiro Direito Escola
PDM	Plano Diretor Municipal
PEUC	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória
PFE	Programa Formação pela Escola
PGV	Planta Genérica de Valores
PIB	Produto Interno Bruto





PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PGIRS	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PMB	Prefeitura Municipal de Bandeirantes
PMR	Pessoa com Mobilidade Reduzida
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PMU	Plano de Mobilidade Urbana
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Iniciativa Privada
PRTUR	Paraná Turismo
RCL	Receita Corrente Líquida
RDO	Resíduos Sólidos Domiciliares
RIMA	Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECC	Secretaria de Estado da Casa Civil
SEDS	Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
SEEC	Secretaria de Economia
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEDEST	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDU	Secretaria do Desenvolvimento Urbano
SEMA	Secretaria Estado Meio Ambiente
SESA	Secretaria da Saúde do estado do Paraná
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto



SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED	Secretaria de Estado de Educação do Paraná
SESC	Serviço Social do Comércio
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UENP	Universidade Estadual do Norte Paranaense
TR	Termo de Referência
VAF	Valor Adicionado Fiscal
VBPA	Valor Bruto da Produção Agropecuária
WEBGIS	Sistema de Informações Geográficas Virtual



## ETAPA I – PLANO DE TRABALHO





# 1. INTRODUÇÃO

O presente documento trata-se do **Produto 1 – Plano de Trabalho, de Mobilização Social e de Estratégias de Ação**, referente à **Etapa I** da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Bandeirantes, cujo objetivo é definir os métodos e estratégias de ação a serem adotados para a execução das atividades da Revisão do PDM constantes no Termo de Referência (TR) que deu origem a este contrato.

Este Plano de Trabalho será apresentado à Prefeitura Municipal de Bandeirantes (PMB), representada pelo Grupo Técnico Permanente (GTP), ao Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial (CONGET), ao poder legislativo, às associações representativas da sociedade civil e à população do Município de Bandeirantes em geral.

A Revisão do PDM tem como objetivo geral repensar a política de planejamento municipal e adequá-la à nova realidade do Município, bem como às diretrizes de desenvolvimento da cidade e às disposições do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece:

Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - garantia do direito à cidade sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV - planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental;
- h) a exposição da população a riscos de desastres. [...]

A Revisão do PDM contempla a coleta e sistematização, junto ao GTP e ao CONGET, um conjunto de dados que possibilitem a elaboração de um diagnóstico aprofundado sobre a realidade do Município, de forma a atingir os seguintes objetivos específicos:

- Definir diretrizes para implantação e organização da infraestrutura e dos serviços públicos;
- Definir o novo zoneamento urbano, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- Definir os instrumentos urbanísticos instituídos pelo Estatuto da Cidade aplicáveis ao Município;
- Definir mecanismos e instrumentos que possibilitem ao Município implementar um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constantes do processo de planejamento;
- Definir redes de transporte público alternativas como ciclovias, transporte coletivo de empregados de empresas etc.;
- Cumprir a premissa constitucional da garantia da função social da cidade e da propriedade urbana;
- Abranger a área do território municipal como um todo, definindo diretrizes tanto no âmbito urbano como rural;
- Rever a regulação municipal e elaborar novos instrumentos legais;
- Considerar as condicionantes ambientais do Município;
- Orientar a elaboração do Plano de Ação e Investimentos, destinado, principalmente, ao estabelecimento de um programa de investimentos em obras e projetos municipais no âmbito local e estadual;
- Assegurar a efetiva participação da população durante o processo de Revisão do PDM.



## 2. EQUIPES

A revisão do PDM será desenvolvida por três equipes principais: o Grupo Técnico Permanente (GTP), o Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial (CONGET) e a Equipe Técnica da DRZ, cujas atribuições são apresentadas nos tópicos que seguem.

### 2.1 GRUPO TÉCNICO PERMANENTE (GTP)

O Grupo Técnico Permanente de Acompanhamento e Controle da Implementação do Plano Diretor – GTP foi instituído pelo Decreto Municipal nº 3.112, de 26 de novembro de 2018, e alterado pelo Decreto Municipal nº 3.126, de 7 de março de 2019.

De acordo com estes Decretos, formam o GTP os seguintes membros:

- Ruy Robson Carvalho, Arquiteto e Urbanista, Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Públicos e Coordenador do GTP;
- Carlos Elias Toste, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE;
- Francisco Carlos Marcone, Engenheiro Civil do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE;
- Maria de Lourdes Almeida Marcone, Secretária Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano.

Cabe ao GTP acompanhar a elaboração, implementação e controle do PDM, participando de todo processo de Revisão do PDM, tendo as seguintes atribuições:

- Subsidiar a Equipe Técnica da DRZ com dados, bases cartográficas, informações e apoio logístico para a realização das atividades;
- Aprovar e propor alterações ou complementações, junto ao CONGET, nos produtos entregues pela Equipe Técnica da DRZ relativos a cada etapa da Revisão do PDM;
- Aprovar a versão final dos produtos elaborados pela Equipe Técnica da DRZ relativos a cada etapa;
- Efetuar e auxiliar nos trâmites para medição dos produtos de cada etapa, após aprovação pelo GTP;
- Dar conhecimento aos demais gestores da administração municipal sobre o processo de Revisão do PDM;
- Mediar e fazer a interlocução entre o poder executivo municipal e a Equipe Técnica da DRZ durante todo o processo de Revisão do PDM;
- Envolver outros órgãos públicos (municipais, estaduais ou federais) e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

- Convocar, quando necessário, a participação de outras secretarias ou órgãos públicos para subsidiar a elaboração dos produtos da Revisão do PDM;
- Emitir parecer técnico referente a pedidos de aditivos contratuais;
- Dar anuência prévia à substituição do Coordenador e demais profissionais integrantes da Equipe Técnica da DRZ;
- Emitir termo de recebimento definitivo após a medição da última fase da revisão do PDM;
- Tornar público o processo de Revisão do PDM.

## 2.2 CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL (CONGET)

O Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial (CONGET) foi instituído pela Lei Complementar nº 24, de 22 de fevereiro de 2011, como um órgão consultivo e deliberativo em matéria de gestão de políticas públicas territoriais, urbanas ou rurais.

Segundo esta lei, o CONGET é constituído por catorze membros titulares e seus suplentes, sendo:

- 5 (cinco) representantes da Prefeitura do Município de Bandeirantes, sendo:
  - 1 (um) representante do Setor de Planejamento e Gestão Territorial;
  - 1 (um) representante do SAAE;
  - 3 (três) representantes do poder executivo municipal, das áreas relacionadas ao desenvolvimento urbano, ao sistema viário e transporte público, meio ambiente e à habitação;
- 1 (um) representante do poder legislativo municipal;
- 8 (oito) representantes da sociedade civil, sendo:
  - 1 (um) membro de um Conselho Municipal ativo;
  - 1 (um) representante da Associação Comercial;
  - 1 (um) representante de entidades de Ensino Superior;
  - 1 (um) membro de organizações da sociedade civil não contempladas acima;
  - 1 representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
  - 1 representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Bandeirantes;
  - 1 representante da Usina de Alcool e Açúcar de Bandeirantes (USIBAN);
  - 1 representante do Distrito de Candelária.

São atribuições do CONGET:





- Acompanhar a implementação do Plano Diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;
- Propor e emitir pareceres sobre propostas de alteração do Plano Diretor;
- Emitir parecer sobre projetos de lei de interesse da política territorial, antes de seu encaminhamento para o processo de aprovação pela Câmara Municipal;
- Gerir os recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- Monitorar a concessão de Outorga Onerosa do Direito de Construir e a aplicação da transferência do direito de construir;
- Aprovar e acompanhar a implementação das Operações Urbanas Consorciadas;
- Acompanhar a implementação dos demais instrumentos de desenvolvimento municipal e de democratização da gestão;
- Aprovar e acompanhar a implementação dos Planos Setoriais determinados nesta lei;
- Zelar pela integração das políticas setoriais e pelo funcionamento do Sistema Único de Informações;
- Deliberar sobre os casos omissos da legislação pertinente à gestão territorial;
- Convocar, organizar e coordenar as conferências e Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial;
- Convocar audiências públicas;
- Aprovar os Estudos de Impacto de Vizinhança;
- Promover a otimização dos investimentos públicos.

### 2.3 EQUIPE TÉCNICA DA DRZ

Cabe à Equipe Técnica da DRZ desenvolver as atividades e elaborar os produtos constantes no TR, além de realizar as atividades programadas no processo de Revisão do PDM, como reuniões técnicas, oficinas técnicas, audiências públicas e a Conferência da Revisão do PDM. São atribuições da Equipe Técnica da DRZ:

- Garantir a gestão democrática da Revisão do PDM, de modo a formular diretrizes e proposições passíveis de acompanhamento e controle pelo GTP, CONGET, representantes do poder legislativo, associações representativas de segmentos da sociedade e pela população em geral;
- Ajustar os produtos elaborados ou em elaboração aos resultados das audiências públicas e oficinas técnicas e às proposições efetuadas pelo GTP, CONGET e Vereadores ao longo do processo de Revisão do PDM;

- Disponibilizar os equipamentos necessários à execução da Revisão do PDM e desenvolver os produtos em softwares compatíveis ao sistema utilizado pelo Município;
- Cumprir o cronograma físico apresentado no Plano de Trabalho;
- Formar um banco de dados apto à publicação do material elaborado em todas as etapas da Revisão do PDM.

Formam a Equipe Técnica da DRZ os seguintes membros:

- Daniel Souza Lima, Arquiteto e Urbanista, Coordenador da Equipe Técnica da DRZ, CAU A47443-6;
- Agostinho de Rezende, Administrador;
- Alindomar Lacerda Silva, Assistente de Geoprocessamento;
- Anderson Araújo de Aguiar, Engenheiro Cartográfico;
- Carlos Rogério Pereira Martins, Administrador;
- Claudia Leocádio Dias, Assistente Social;
- Demétrius Coelho Souza, Advogado;
- Érika Patrícia de Fátima Pelegrino Amim, Comunicadora Social;
- José Roberto Hoffmann, Engenheiro Civil;
- Laís Regina Lino, Auxiliar de Arquitetura e Urbanismo;
- Paulo Roberto Santana Borges, Economista;
- Talita Soares Leite, Cientista Social.

### 3. METODOLOGIA DE TRABALHO

A política de desenvolvimento urbano expressa no PDM deve representar uma síntese de conceitos e ideias debatidos durante o período de elaboração, envolvendo vários segmentos da sociedade civil (sindicatos, associações, organizações não governamentais, instituições e academias, entre outras) que acatem o chamamento para construir, junto ao GTP, ao CONGET e à Equipe Técnica da DRZ, o planejamento do Município de Bandeirantes numa visão de futuro desejada, que atenda aos anseios de toda a comunidade local.

Quando incorpora os instrumentos do Estatuto da Cidade, o PDM se torna o instrumento legal estruturador da construção da nova cidade, subsidiando a política de planejamento urbano do Município e tendo como premissa a garantia do desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável articulados à legislação vigente.

*Figura 1 – Eixos norteadores do PDM*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

A revisão do PDM abrangerá todo o território do Município de Bandeirantes, focando as mudanças ocorridas no território municipal desde a aprovação do PDM de 2011, devendo englobar e ser compatibilizada a todos os instrumentos do sistema de planejamento municipal, incluindo outros Planos Municipais e suas leis correlatas, como:

- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei do Orçamento Anual (LOA);
- Lei Orgânica do Município;
- Legislação Tributária Municipal;

- Plano Plurianual (PPA);
- Plano de Ações Estratégicas para a Biodiversidade;
- Plano de Arborização Urbana;
- Plano de Mobilidade Urbana;
- Plano de Separação de Lixo;
- Plano Municipal de Assistência Social;
- Plano Municipal de Educação;
- Plano Municipal de Gestão Integrada dos Recursos Sólidos;
- Plano Municipal de Recursos Hídricos;
- Plano Municipal de Saneamento Básico.
- Plano Municipal de Saúde.

A Revisão do PDM deverá incorporar também a revisão e a regulação da legislação urbanística do Município, adaptando-a aos seguintes instrumentos legais:

- Agenda 21 para o Estado do Paraná;
- Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;
- Lei Federal nº 6.766/1979, Parcelamento do Solo;
- Lei Federal nº 6.938/1981, Política Nacional de Meio Ambiente;
- Lei Federal nº 9.605/1998, Lei de Crimes Ambientais;
- Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade;
- Lei Federal nº 11.445/2007, Política Nacional de Saneamento Básico;
- Lei Federal nº 12.587/2012, Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro;
- Lei Federal nº 12.305/2010, Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Plano de Desenvolvimento Regional em que o Município se insere;
- Planos Setoriais do Governo do Estado;
- Recomendações das Conferências das Cidades;
- Outras normativas pertinentes.

Os estudos técnicos destas normativas serão realizados pela Equipe Técnica da DRZ e debatidos, em todas as etapas da Revisão do PDM, com o GTP e o CONGET, possibilitando o conhecimento pleno das demandas da sociedade e a formulação de diretrizes e propostas fiéis à realidade local.



Serão relacionados aspectos voltados à sustentabilidade e à capacidade de suporte do desenvolvimento urbano estimada para os próximos anos, em consonância com os instrumentos legais do planejamento urbano e embasados no conhecimento técnico da DRZ.

Em todas as etapas da Revisão do PDM, serão consideradas também as recomendações de órgãos e instituições federais, estaduais e municipais que atuam no Município de Bandeirantes, entre os quais destacam-se:

- Companhia Paranaense de Energia (COPEL);
- Coordenação Estadual de Defesa Civil;
- Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER-PR);
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

O desenvolvimento dos trabalhos de revisão do PDM será composto, além da Etapa I, pelas Etapas descritas nos tópicos seguintes, a saber:

- Etapa I – Plano de Trabalho, Mobilização Social e Estratégias e Ação;
- Etapa II – Análise Temática Integrada;
- Etapa III – Diretrizes e Proposições;
- Etapa IV – Plano de Ação e Investimentos (PAI) e Institucionalização do PDM.

### 3.1 ETAPA I – PLANO DE TRABALHO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Esta etapa corresponde ao respectivo Plano de Trabalho, Mobilização Social e Estratégias de Ação, incluindo também as atividades e eventos indicados no tópico 3.6 ATIVIDADES E EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO DA REVISÃO DO PDM e as normativas de criação do GTP e do CONGET.

### 3.2 ETAPA II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Esta etapa visa identificar a situação atual e as tendências para o desenvolvimento municipal, tendo como base a Leitura Técnica e a Leitura Comunitária. A Leitura Técnica consiste na coleta e organização de informações necessárias à construção do diagnóstico da situação atual do município, cuja principal fonte de informações será o GTP e demais equipes integrantes de outros órgãos relacionados ao planejamento urbano atuantes no Município.

A Leitura Comunitária, por sua vez, constitui o levantamento, mapeamento e organização do território conforme as demandas coletivas dos diferentes grupos sociais, levando em conta as escalas dos bairros e localidades urbanas, a partir do resultado da audiência pública, onde a

participação da sociedade será essencial para levantar dados concretos sobre a realidade do Município e garantir a premissa participativa do PDM.

A integração entre a Leitura Técnica e a Leitura Comunitária resultará na Análise Temática Integrada, material que subsidiará a elaboração das próximas etapas do trabalho. Os principais temas a serem analisados na Etapa II da Revisão do PDM são:

- Análise da inserção regional do Município;
- Análise das áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação;
- Análise do uso e ocupação do solo atual;
- Análise da capacidade de atendimento e distribuição da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos;
- Análise da adequação do uso e ocupação do solo atual à capacidade de suporte ambiental e da infraestrutura;
- Estudos de projeção da expansão urbana em relação à capacidade de suporte ambiental e da infraestrutura;
- Análise da distribuição populacional e condições socioeconômicas;
- Análise das condições gerais do sistema de transporte e mobilidade urbana;
- Avaliação da capacidade de investimento do município;
- Avaliação da estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes.

### 3.3 ETAPA III – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Conforme o diagnóstico elaborado na etapa anterior sobre a capacidade de suporte do meio ambiente, infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, serão definidos os eixos estratégicos que conduzirão a Revisão do PDM, por meio de diretrizes e proposições pensadas para curto, médio e longo prazo, a fim de transformar e melhorar a realidade identificada.

Os principais eixos a serem trabalhados são:

- Reordenamento territorial, compreendendo a definição do macrozoneamento municipal, perímetros urbanos, áreas de expansão urbana, macrozoneamento e zoneamento urbano e sistema viário;
- Definição dos Instrumentos Urbanísticos, dentre os previstos no Estatuto da Cidade, pertinentes à realidade do Município, com o objetivo de intervir na realidade local, visando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;
- Estabelecimento de uma sistemática permanente e participativa de planejamento e gestão municipal, considerando a adequação da estrutura organizacional do Município,



organização de um sistema de informações para o planejamento e gestão municipal e definição de indicadores para o monitoramento das diretrizes definidas.

### 3.4 ETAPA IV – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI) E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM

A garantia do pleno desenvolvimento e reordenamento urbano será trabalhada na Institucionalização do PDM, quando serão elaborados o Plano de Ação e Investimentos (PAI) e as minutas de anteprojetos de lei do Plano Diretor e leis relacionadas a ele, processo esse que será realizado pela equipe técnica da DRZ em conjunto com o GTP e o CONGET.

O PAI traz a definição das ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM, considerando as diretrizes e proposições estabelecidas na etapa anterior e identificando, para cada ação ou investimento: responsável, dimensão, objetivo, localização, meta, custo, prazo, indicador de resultado e fonte de recursos.

O PAI será concebido para um prazo de 5 anos, de forma a subsidiar o PPA, a LDO e a LOA. A definição das ações e investimentos será objeto de apreciação pelo CONGET.

Já a institucionalização do PDM constitui-se na consolidação das diretrizes e proposições, que serão ajustadas na forma de Minutas dos Anteprojetos de Lei a serem encaminhados para aprovação, incluindo:

- Lei do Plano Diretor Municipal de Bandeirantes, estabelecendo as diretrizes gerais do PDM e dispondo sobre o macrozoneamento municipal e urbano, os instrumentos urbanísticos de desenvolvimento e sistema de acompanhamento e controle do PDM;
- Lei dos perímetros urbanos e áreas de expansão urbana;
- Lei do parcelamento do solo urbano;
- Lei de uso e ocupação do solo urbano;
- Lei do sistema viário;
- Código de Edificações e Obras;
- Código de Posturas;
- Leis de regulamentação dos instrumentos urbanísticos, se for o caso.

### 3.5 ETAPA V – SISTEMA WEBGIS

Esta etapa consiste no desenvolvimento do Sistema WEBGIS do PDM para utilização em ambiente WEB, com atualização de dados diretamente em um repositório central (Banco de Dados Relacional), possibilitando acesso rápido e tornando o sistema georreferenciado uma ferramenta confiável para efetivar ações de cunho estratégico.

Cabe ressaltar que a atualização completa do Sistema de WEBGIS está atrelada à finalização dos trabalhos de Revisão do PDM e à sua aprovação pela Câmara Municipal.

### 3.6 ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO DA REVISÃO DO PDM

O Estatuto da Cidade estabelece que, para que a gestão democrática e o direito à cidade sejam plenos, a elaboração, implementação e acompanhamento de planos para a política de desenvolvimento urbano requerem participação popular, pois os temas abordados impactam diretamente a vida dos cidadãos. No caso do PDM, essa participação é garantida pelo poder público municipal através da realização de audiências públicas.

Em consonância com estas determinações, a Equipe Técnica da DRZ desenvolverá as atividades previstas no TR, garantindo a participação do GTP, CONGET e representantes do poder legislativo e associações representativas dos vários segmentos da sociedade. Tais eventos serão distribuídos em todas as Etapas da Revisão do PDM, e incluem reuniões técnicas, oficinas técnicas, audiências públicas e a Conferência da Revisão do PDM de Bandeirantes.

A logística para a realização de todos os eventos será de responsabilidade do Município, cujas atribuições, através do GTP, compreendem:

- Publicação oficial de convocação e expedição de convites para as associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- Divulgação dos eventos em veículos de mídia local, internet, produção e reprodução de materiais de divulgação;
- Reserva e preparação de locais com espaço físico adequado que comporte a quantidade estimada de participantes;
- Disponibilização de equipamentos e serviços como computadores, projetores, telas de projeção, fotografia, filmagem, gravação, microfones e caixas de som, entre outros;
- Disponibilização do material com o conteúdo dos respectivos temas.

A divulgação dos eventos abertos ao público será obrigatoriamente nos veículos oficiais, especificamente no diário oficial do Município e em jornal de circulação local, sendo publicados nesses meios com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Para atingir o maior número de participantes e garantir maior adesão da população, é fundamental também a divulgação dos eventos em meios como a internet (através das redes sociais do Município), carros de som e distribuição de convites impressos nas escolas municipais e estaduais (para diretores, corpo docente e alunos), em associações e movimentos organizados da sociedade civil de Bandeirantes, na Câmara Municipal etc.

São atribuições da Equipe Técnica da DRZ:





- Preparar o conteúdo das apresentações dos eventos (reuniões, oficinas, audiências públicas e Conferência);
- Assessorar na definição dos veículos de mídia local, internet, produção e reprodução de materiais de divulgação;
- Realizar as apresentações dos eventos em conjunto com o GTP;
- Elaborar atas e memórias dos eventos, lista de presenças e registros fotográficos;
- Sistematizar as propostas oriundas das audiências públicas;
- Emitir relatórios auxiliares para anexar aos produtos referentes a cada etapa dos Planos.

### 3.6.1 REUNIÕES TÉCNICAS

As Reuniões Técnicas têm o objetivo de assegurar a construção do processo de Revisão do PDM de acordo com os fins propostos no TR, promovendo discussões sobre a necessidade de ajustes nos produtos entregues pela Equipe Técnica da DRZ ao longo das diversas etapas do processo.

Para a realização das Reuniões Técnicas, é necessária a participação da Equipe Técnica da DRZ, GTP, CONGET, secretários municipais, diretores de autarquias, assessores, servidores e membros de conselhos municipais. Serão realizadas as seguintes Reuniões Técnicas:

- **1ª Reunião Técnica (Evento 1):** realizada em 24 de julho de 2019, para lançamento da Revisão do PDM, apresentação da Equipe Técnica da DRZ, nivelamento técnico e conceitual e discussão sobre as estratégias de ação, com participação da Equipe Técnica da DRZ, membros do GTP, CONGET e Vereadores;
- **2ª Reunião Técnica (Evento 3):** a ser realizada na quarta semana de setembro de 2019 (até 60 dias após a 1ª Oficina Técnica, Evento 2), para apresentação da versão preliminar dos produtos da Etapa II – Análise Temática Integrada;
- **3ª Reunião Técnica (Evento 5):** a ser realizada na primeira semana de outubro de 2019 (até 10 dias após a 1ª Audiência Pública, Evento 4), para entrega da versão final dos produtos da Etapa II – Análise Temática Integrada do PDM;
- **4ª Reunião Técnica (Evento 6):** a ser realizada na quarta semana de outubro de 2019 (até 45 dias após a 3ª Reunião Técnica, Evento 5), para apresentação da versão preliminar dos produtos da Etapa III – Diretrizes e Proposições;
- **5ª Reunião Técnica (Evento 8):** a ser realizada na quinta semana de outubro de 2019 (até 10 dias após a 2ª Audiência Pública, Evento 7), para entrega da versão final dos produtos da Etapa III – Diretrizes e Proposições do PDM;
- **6ª Reunião Técnica (Evento 9):** a ser realizada na terceira semana de novembro de 2019 (até 15 dias após a 5ª Reunião Técnica, Evento 8), para apresentação dos produtos preliminares da Etapa IV – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM;

- **7ª Reunião Técnica (Evento 11):** a ser realizada na primeira semana de dezembro de 2019 (até 10 dias após a 3ª Audiência Pública, Evento 10), para entrega da versão final dos produtos da Etapa IV – Plano de Ação e Investimentos (PAI) e Institucionalização do PDM e discussão preparatória da Conferência da Cidade.

### 3.6.2 OFICINAS TÉCNICAS

As Oficinas Técnicas têm como objetivo promover o debate entre os membros do GTP, do CONGET, dos segmentos econômicos e da classe política local, acerca do conteúdo dos trabalhos da Revisão do PDM, a fim de complementar e contribuir no levantamento e organização dos dados necessários para os trabalhos.

Para a realização das Oficinas Técnicas, é necessária a participação da Equipe Técnica da DRZ, GTP, CONGET, secretários municipais, diretores de autarquias, assessores, servidores e membros de conselhos municipais.

A **Oficina Técnica (Evento 2)** está agendada para 6 de agosto de 2019 (até 10 dias após a 1ª Reunião Técnica, Evento 1), para definição e pactuação das atribuições do GTP, Equipe Técnica da DRZ e CONGET.

### 3.6.3 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A Audiência Pública é um instrumento de participação popular garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por leis federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais. Trata-se de um espaço onde os poderes Executivo e Legislativo ou o Ministério Público expõem um tema para debater com a população, de modo a formular uma política pública, elaborar um projeto de Lei ou aprovar empreendimentos que causam impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente.

Nas Audiências Públicas da Revisão do PDM de Bandeirantes, serão disponibilizadas informações sobre o andamento de cada etapa dos trabalhos, além de esclarecer dúvidas e proporcionar debates sobre o planejamento urbano do Município, de forma a direcionar os trabalhos.

As Audiências Públicas serão agendadas preferencialmente no período da noite, de forma a estimular a participação da população fora do horário comercial. Cada evento terá duração aproximada de duas horas, onde o GTP e a Equipe Técnica da DRZ apresentam o tema e passam a palavra aos cidadãos presentes para que se manifestem.

A partir das contribuições da população nas Audiências Públicas, pretende-se delinear um retrato da realidade atual do Município pela ótica da população e suas experiências cotidianas, garantindo que os anseios e percepções das pessoas sejam considerados e refletindo um compromisso entre o poder público municipal e os cidadãos.



Como resultado, ainda, objetiva-se obter subsídios para construir o diagnóstico da situação atual do Município, elaborar as diretrizes e proposições para a cidade, institucionalizar o PDM, priorizar investimentos e, juntamente com os resultados obtidos na leitura técnica, nortear o planejamento do Município para os próximos dez anos.

Para a realização das Audiências Públicas, é necessária a participação da Equipe Técnica da DRZ, GTP, CONGET, representantes do poder executivo, representantes do poder legislativo, associações representativas dos vários segmentos da comunidade, membros de conselhos municipais e da população em geral.

De acordo com o TR, serão realizadas as seguintes Audiências Públicas:

- **1ª Audiência Pública (Evento 4):** a ser realizada na primeira semana de outubro de 2019 (até 10 dias após a 2ª Reunião Técnica, Evento 3), para apresentação, à comunidade, da síntese da Análise Temática Integrada do PDM;
- **2ª Audiência Pública (Evento 7):** a ser realizada na quarta semana de outubro de 2019 (até 10 dias após a 4ª Reunião Técnica, Evento 6), para apresentação, à comunidade, das Diretrizes e Proposições do PDM;
- **3ª Audiência Pública (Evento 10):** a ser realizada na quarta semana de novembro de 2019 (até 10 dias após a 6ª Reunião Técnica, Evento 9), para apresentação, à comunidade, do PAI e Institucionalização do PDM.

### 3.6.4 CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A Conferência da Cidade se trata do evento público final dos trabalhos da Revisão do PDM e Elaboração do PMU, onde a versão final dos trabalhos será submetida à apreciação dos vários participantes para sua análise final e será realizada a consequente pactuação entre o poder executivo, poder legislativo e a população.

Para a realização da Conferência, é necessária a participação da Equipe Técnica da DRZ, GTP, CONGET, secretários municipais, representantes do poder executivo, diretores de autarquias, representantes do poder legislativo, assessores, servidores, membros de conselhos municipais, associações representativas dos vários segmentos da comunidade e da população em geral.

A **Conferência da Cidade (Evento 12)** será realizada na terceira semana de dezembro de 2019 (até 30 dias após a 7ª Reunião Técnica, Evento 1), para discussão da metodologia de construção do PAI e Institucionalização do PDM.

## 3.7 FORMATO DE ENTREGA

A Equipe Técnica da DRZ encaminhará, para análise do GTP, os produtos preliminares de cada etapa dos trabalhos.

Nas Reuniões Técnicas e Oficina Técnica, serão discutidos os ajustes necessários para aprovação dos produtos e definidos os procedimentos para as etapas subsequentes. Todos os dados e informações trabalhados pela Equipe Técnica da DRZ em todas as Etapas da Revisão do PDM serão:

- Obtidos a partir de fontes oficiais ou publicações técnico-científicas;
- Devidamente atualizados com apresentação do método adotado;
- Especializadas em mapas atualizados, em escala adequada, com riqueza de detalhes, georreferenciados e atrelados ao Sistema de Referência SIRGAS 2000 e sistema de projeção UTM.

Os produtos de todas as etapas da Revisão do PDM serão desenvolvidos utilizando os seguintes padrões:

- Em formatos abertos, com textos em Microsoft Word (arquivos DOC), tabelas em Microsoft Excel (arquivos XLS), apresentações em Microsoft PowerPoint (arquivos PPT), mapas base e mapas temáticos em software de geoprocessamento ARCGIS (arquivos SHP e arquivos referenciados ao mapa em arquivo MXD) ou AutoCAD (arquivos DWG 2004) e imagens (arquivos JPG);
- Em formatos fechados, com layouts devidamente organizados para visualização e impressão (arquivos PDF);

Todos os produtos referentes a cada etapa dos trabalhos serão entregues para análise do GTP em via digital e em 1 (uma) via impressa em formato A4.

O Produto Final, por sua vez, será constituído pela junção de todos os produtos elaborados em todas as etapas dos trabalhos, entregue em 3 (três) vias digitais, em CD ou DVD, e 3 (três) vias impressas com encadernação em capa dura formato A4, preferencialmente em volume único, com orientação retrato, sendo que quadros, tabelas, figuras e mapas poderão ser impressos em formato A3 dobrado em A4, observadas as normas técnicas.

Fica o Município de Bandeirantes autorizado a se utilizar do direito de exposição e divulgação dos trabalhos apresentados, a qualquer tempo, sem que tais feitos impliquem em qualquer forma de remuneração a seus autores. Os direitos autorais patrimoniais relativos a todo conteúdo produzido serão cedidos pela Equipe Técnica da DRZ conforme artigo nº 111 da Lei 8.666/1993.

## 4. CRONOGRAMA E PRAZOS

O prazo de vigência do Contrato nº 148/2019-PMB é de 240 (duzentos e quarenta dias) a partir de 5 de julho de 2019, data de assinatura do contrato. Entretanto, de acordo com o TR, o prazo para execução dos serviços técnicos da Equipe Técnica da DRZ é de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 11 de julho de 2019, data da emissão da Ordem de Serviços.

Os cronogramas a seguir apresentam os prazos detalhados para entrega dos produtos, realização das atividades e respectivos pagamentos.

*Tabela 1 – Cronograma Detalhado*

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES			
ETAPA	EVENTO	DATA	PARTICIPANTES
Etapa I - Plano de Trabalho	Evento 1 – 1ª Reunião Técnica	24/07/19	DRZ e GTP
	Entrega do Produto 1, Etapa I (preliminar)	20/08/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Diretores de Autarquias, Assessores, Servidores e Membros de Conselhos Municipais
	Evento 2 – Oficina Técnica		
	Entrega do Produto 1, Etapa I (final)	23/08/19	DRZ e GTP
	Medição de 20% do Contrato: R\$17.000,00		
Etapa II – Análise Temática Integrada	Evento 3 – 2ª Reunião Técnica	26/09/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Diretores de Autarquias, Assessores, Servidores e Membros de Conselhos Municipais
	Entrega do Produto 2, Etapa II (preliminar)		
	Evento 4 – 1ª Audiência Pública	01/10/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Poder Executivo, Poder Legislativo, Assessores, Diretores de Autarquias, Servidores, Associações, Membros de Conselhos Municipais e População em Geral
	Evento 5 – 3ª Reunião Técnica	04/10/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Diretores de Autarquias, Assessores, Servidores e Membros de Conselhos Municipais
	Entrega do Produto 2, Etapa II (final)		
	Medição de 30% do Contrato: R\$25.500,00		
Etapa III – Diretrizes e Proposições	Evento 6 – 4ª Reunião Técnica	21/10/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Diretores de Autarquias, Assessores, Servidores e Membros de Conselhos Municipais
	Entrega do Produto 3, Etapa III (preliminar)		
	Evento 7 – 2ª Audiência Pública	24/10/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Poder Executivo, Poder Legislativo, Assessores, Diretores de Autarquias, Servidores, Associações, Membros de Conselhos Municipais e População em Geral
	Evento 8 – 5ª Reunião Técnica	29/10/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Diretores de Autarquias, Assessores, Servidores e Membros de Conselhos Municipais
	Entrega do Produto 3, Etapa III (final)		
	Medição de 20% do Contrato: R\$17.000,00		

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES			
ETAPA	EVENTO	DATA	PARTICIPANTES
Etapa IV – PAI e Institucionalização do PDM	Evento 9 – 6ª Reunião Técnica	22/11/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Diretores de Autarquias, Assessores, Servidores e Membros de Conselhos Municipais
	Entrega do Produto 4, Etapa IV (preliminar)		
	Evento 10 – 3ª Audiência Pública	28/11/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Poder Executivo, Poder Legislativo, Assessores, Diretores de Autarquias, Servidores, Associações, Membros de Conselhos Municipais e População em Geral
	Evento 11 – 7ª Reunião Técnica	03/12/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Diretores de Autarquias, Assessores, Servidores e Membros de Conselhos Municipais
	Entrega do Produto 4, Etapa IV (final)		
	Medição de 15% do Contrato: R\$12.750,00		
Etapa V – Sistema WEBGIS	Entrega do Produto 5, Etapa V (preliminar)	03/12/19	DRZ e GTP
	Evento 12 – Conferência da Revisão do PDM	19/12/19	DRZ, GTP, CONGET, Secretários Municipais, Poder Executivo, Poder Legislativo, Assessores, Diretores de Autarquias, Servidores, Associações, Membros de Conselhos Municipais e População em Geral
	Entrega do Produto 5, Etapa V (final)	20/12/19	DRZ e GTP
	Medição de 15% do Contrato: R\$12.750,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

00/00/00 – Data realizada

00/00/00 – Data confirmada

00/00/00 – Data sugerida



Tabela 2 – Cronograma Síntese da Revisão do PDM de Bandeirantes

Revisão do PDM de Bandeirantes		jul-19			ago-19			set-19				out-19				nov-19				dez-19				jan-20				fev-20				mar
		2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1			
Etapas	Etapa I – Plano de Trabalho																															
	Etapa II – Análise Temática Integrada																															
	Etapa III – Diretrizes e Proposições																															
	Etapa IV – PAI e Institucionalização do PDM																															
	Etapa V – Sistema WEBGIS																															
Medições																																
Eventos	Reuniões Técnicas																															
	Oficinas Técnicas																															
	Audiências Públicas																															
	Conferência da Revisão do PDM																															

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019







## ETAPA II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA



## 5. INTRODUÇÃO

O presente documento se refere ao produto da **Etapa II – Análise Temática Integrada** da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Bandeirantes, que caracteriza uma leitura e diagnóstico dos dados e informações quantitativas e qualitativas sobre o Município, tendo como fonte a Prefeitura Municipal de Bandeirantes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Associações de Municípios, Defesa Civil e outros órgãos estaduais, federais e regionais, além de sites específicos.

Os principais temas a serem desenvolvidos na Análise Temática Integrada são:

- Análise da inserção regional do Município;
- Análise das condicionantes naturais do território, identificando as áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação;
- Análise das condicionantes socioespaciais, identificando o uso e ocupação do solo atual e a capacidade de suporte dos sistemas de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos;
- Análise das condicionantes socioeconômicas da população local e estudos de projeção urbana;
- Análise da capacidade de investimento do Município;
- Análise da estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes, identificando a capacidade de gestão do Município.

Cada tema será analisado individualmente, de forma a conformar um dossiê sobre a realidade do Município e das expectativas do governo municipal (executivo e legislativo), dos órgãos setoriais específicos e da sociedade local. A Análise Temática Integrada é realizada conjuntamente entre a Equipe Técnica da DRZ, a Equipe Técnica Municipal (ETM) e o Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial (CONGET), através de reuniões e oficinas. Para que o resultado desta avaliação seja fiel à realidade local, a participação comunidade, garantida pela realização das audiências públicas, é fundamental.

Ao final, a Análise Temática Integrada possibilitará a plena compreensão das condicionantes, deficiências e potencialidades do território municipal, que serão a base para o desenvolvimento das diretrizes e proposições, as quais caracterizarão o novo Plano Diretor.

## 6. ASPECTOS GERAIS

### 6.1 BREVE HISTÓRICO

Os primeiros habitantes do território onde se insere o Município de Bandeirantes foram os índios Caigangues, cujos domínios, até o século XIX, se estendiam por uma vasta região entre os atuais Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e a província de Misiones, na Argentina. A colonização da região teve início na década de 1920, quando o Engenheiro Carlos Burromei realizou a divisão das terras que formariam o atual Município.

Em 24 de dezembro de 1926, a subdivisão das terras realizada por Dona Josefina Alves de Lima propiciou a fundação do Patrimônio Invernada. Este povoado foi elevado à categoria de distrito já em 12 de abril de 1929, com a denominação de Distrito de Invernada, integrando o Município de Jacarezinho e sendo instalado em 8 de dezembro de 1929.

A inauguração de uma estação da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, a três quilômetros do Patrimônio Invernada, em 1º de julho de 1930, ocasionou o surgimento de outro povoado, nas proximidades da nova estação, já com a denominação Bandeirantes. A estação favoreceu a implantação de hotéis, farmácias, cartório, correios e outros estabelecimentos comerciais, acarretando a incorporação do Patrimônio Invernada (atual Bairro Invernada) ao novo povoado, em 27 de setembro de 1931.

Com o rápido desenvolvimento, o Município de Bandeirantes foi criado logo depois, através do Decreto Estadual nº 2.936, de 14 de novembro de 1934, desmembrando-o de Jacarezinho. Entretanto, a emancipação política definitiva ocorreu anos mais tarde, através do Decreto-Lei nº 6.282, de 24 de janeiro de 1938, dias após uma extinção temporária do novo Município.

Desde então, o território do Município de Bandeirantes foi desmembrado algumas vezes para a criação dos municípios de Cornélio Procopio (Decreto Estadual nº 6.212, de 18 de janeiro de 1938), Santa Mariana (Lei Estadual nº 02, de 11 de outubro de 1947) e Santa Amélia (Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951). O Distrito de Nossa Senhora da Candelária, que integra o Município de Bandeirantes, foi criado pela Lei Estadual nº 4.838, de 26 de fevereiro de 1964.

A ferrovia, por sua vez, serviu ao tráfego de passageiros até 1981, quando o serviço foi desativado, servindo, até hoje, apenas aos trens de carga da Rumo Logística S/A. O edifício da antiga estação ferroviária, no entanto, está preservado, abrigando a sede do Museu Municipal Maria Calil Zambom desde 2017, quando passou por uma restauração completa.

*Foto 1 – Estação Ferroviária de Bandeirantes em 1930*



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, autor desconhecido. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/bandeirantes.htm>>. Acesso em 18 set. 2019.

## 6.2 INSERÇÃO REGIONAL

### 6.2.1 LOCALIZAÇÃO E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

O município de Bandeirantes localiza-se na Região do Norte Pioneiro Paranaense, nas coordenadas 23°06'36"S e 50°22'03"O, com uma área de 446,301 km<sup>2</sup><sup>1</sup>. A distância até a capital é 406,8 km, até Londrina 99 km e até Ourinhos 64 km. Essa região foi pioneira no processo de colonização, em especial pelas frentes de expansão agrícola provenientes do Estado de São Paulo.

No que diz respeito aos municípios limítrofes, Bandeirantes faz divisa com Itambaracá e Andirá, ao norte; Santa Mariana e Cornélio Procopio, a oeste; Barra do Jacaré e Santo Antônio da Platina, a leste; e Santa Amélia e Abatiá, ao sul, conforme Mapa 1. Sua localização pode ser considerada privilegiada em relação ao contexto paranaense, por se encontrar à margem da BR-369, um dos principais troncos rodoviários entre São Paulo e Paraná.

---

<sup>1</sup> IPARDES, 2019.

## 6.2.2 REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA E IMEDIATA

Em 2017 o IBGE apresentou um novo quadro de divisões regionais, pautado nas transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no Brasil desde a última Divisão Regional, de 1989, quando os municípios eram regionalizados em mesorregiões e microrregiões. De acordo com a nova regionalização, os municípios são inseridos em regiões geográficas imediatas (polarizados por cidades médias, geralmente menores que 50.000 habitantes) e intermediárias (polarizados por metrópoles).

Nesse contexto, Bandeirantes está inserida na Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio/Bandeirantes e na Região Geográfica Intermediária de Londrina. A Região Geográfica Intermediária de Londrina, Mapa 2, compreende 23,56% dos municípios paranaenses, totalizando 94 municípios. Esta região está subdividida nas seguintes regiões geográficas imediatas: Londrina, Apucarana, Cornélio Procópio/Bandeirantes, Ivaiporã e Ibaiti.

A Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio/Bandeirantes tem população total de 173.213 habitantes e área de 6.009 km<sup>2</sup>, cujas cidades principais são Cornélio Procópio e Bandeirantes, com 47.845 e 31.367 habitantes<sup>2</sup>, respectivamente.

O município integra também a Associação dos Municípios do Norte do Paraná, que compreende 19 municípios com o objetivo principal de promover o desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios que a compõem<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup>IBGE, 2019.

<sup>3</sup>DALLA COSTA, 2019.



---

*Mapa 1 – Localização*







---

*Mapa 2 – Regiões Geográficas e Associação Municipal*



## 7. ÁREAS APTAS, ÁREAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO

### 7.1 CONDICIONANTES GEOAMBIENTAIS

As condicionantes geoambientais foram analisadas com ênfase nas áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana. Para identificar quais áreas do município estão aptas para o uso e ocupação antrópico, é necessário mapear as restrições físicas e ambientais do território. Os principais fatores que limitam a possibilidade de uso e ocupação antrópico são áreas com declividade acentuada e áreas de preservação ambiental, ambas definidas de acordo com a geologia da região e a geomorfologia do relevo.

#### 7.1.1 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

O substrato rochoso do município de Bandeirantes faz parte do Grupo São Bento, Formação Serra Geral, Mapa 3. Essas rochas datam do Jurássico Superior e o Cretáceo Inferior (163 m.a. a 65 m.a.<sup>4</sup>) e foram formadas principalmente por derrames basálticos. Entretanto, são comuns materiais sedimentares entre dois derrames consecutivos, caracterizados especialmente por arenitos e siltitos.

Sob a perspectiva geomorfológica, o município de Bandeirantes está totalmente inserido no Planalto de Londrina, Mapa 3, apresentando as seguintes características: topos de morro alongados, vertentes convexas e vales em formato “V”, com grau de dissecação do relevo médio. Apresenta um gradiente de altitude de 840m, variando entre 340m nas proximidades do Rio Paranapanema e 1.180m a leste, na região de contato com os Campos Gerais<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> m.a.: milhões de anos.

<sup>5</sup> ITCG/INDE; 2010.





---

*Mapa 3 – Geologia e Geomorfologia*



### 7.1.2 DECLIVIDADE E HIPSOMETRIA

A hipsometria de Bandeirantes apresenta gradiente de 284m. As menores altitudes são encontradas ao norte (Ribeirão das Antas, Ribeirão Paraguai), a oeste (vale do Rio Laranjinha) e a leste (vale do Rio das Cinzas). Essas altitudes geralmente são inferiores a 400m. Em contrapartida, as maiores altitudes se encontram na porção centro-sul do município, geralmente acima de 600m, acompanhando o eixo da rodovia PR-436, Mapa 4.

As declividades são geralmente baixas, especialmente na porção centro-norte, onde ficam abaixo de 20%, sendo favoráveis à atividade agrícola mecanizada e ocupação antrópica. A porção centro-sul, contudo, apresenta relevo mais ondulado a montanhoso, chegando a atingir declividades acima de 45% no vale do Ribeirão do Cateto e Rio das Cinzas, a leste, Mapa 4.

Em relação à Sede, a maior altitude se encontra a sudoeste, próximo a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes. Essa região também apresenta declividades acentuadas, não sendo indicada, portanto, para a ocupação. As menores declividades e altitudes da Sede se encontram no extremo norte do perímetro urbano, próximo à ETE e à Vila Rural, Figura 2.

*Figura 2 – Perfil topográfico da Sede Municipal*



Fonte: Google Earth, 2019. Trabalhado por DRZ Gestão de Cidades, 2019

O distrito de Nossa Senhora da Candelária apresenta altitude média de 460m e declividades inferiores a 20%, com relevo suave a ondulado.







---

*Mapa 4 – Declividade e Hipsometria*



### 7.1.3 PEDOLOGIA E APTIDÃO DO SOLO

Predominam em Bandeirantes três grandes grupos de solos: latossolos, neossolos e nitossolos. Os primeiros ocorrem em manchas esparsas pelo território municipal (ocupando 19,9% do território), enquanto os segundos predominam na região sul do município (16,9% do território). Por último, os nitossolos predominam em todo o território, de maneira contígua, ocupando 63,2% da área territorial, Mapa 5.

Os neossolos litólicos são associados a relevos mais declivosos, sendo geralmente pouco profundos. No caso de Bandeirantes, são neossolos eutróficos, altamente férteis, porém suscetíveis à erosão, não sendo recomendada, portanto, a prática agrícola mecanizada<sup>6</sup>.

Os latossolos vermelhos apresentam boa profundidade e ótimas condições para o desenvolvimento radicular. Ocorrem em ambientes bem drenados e são originados, no caso de Bandeirantes, de rochas basálticas. Consequentemente, apresentam altos teores de ferro e fertilidade natural, sendo aptos à prática agrícola mecanizada<sup>7</sup>.

Por fim, os nitossolos vermelhos são solos argilosos, bem estruturados, Foto 2, e correspondem às chamadas terras roxas, mais férteis. São solos de grande importância agrônômica, sendo recomendados à prática agrícola<sup>8</sup>.

*Foto 2 – Exemplo de Nitossolo Vermelho Eutroférico na Rodovia BR-369*



Fonte: Google Earth, 2018. Trabalhado por DRZ Gestão de Cidades, 2019

<sup>6</sup>SANTOS et. al., 2019 (a)

<sup>7</sup>EMBRAPA, 2019.

<sup>8</sup>SANTOS et. al., 2019 (b)



Na Sede ocorrem os nitossolos e latossolos vermelhos eutroféricos, sendo que estes últimos predominam na região leste e central da cidade. Em ambos os casos, são solos argilosos, exigindo fundações mais profundas para as edificações.



---

*Mapa 5 – Pedologia e Aptidão do Solo*





#### 7.1.4 HIDROGRAFIA

O município está inteiramente inserido na Bacia hidrográfica do Rio das Cinzas<sup>9</sup>, que nasce na Serra de Furna, no município de Piraí do Sul, a oeste da Escarpa Devoniana, e deságua no Rio Paranapanema, na divisa dos municípios de Santa Mariana e Itambaracá<sup>10</sup>. Ao passar por Bandeirantes, recebe um importante afluente: o Rio Laranjinha. Ao todo, a bacia do Rio das Cinzas conta com 9.653,86 Km<sup>2</sup>.

São tributários do Rio Laranjinha os rios Água Branca, Água Vermelha, Água Seca, Ribeirão Fartura, Rio Cabiúna e Ribeirão dos Índios. Estas drenagens apresentam padrão dendrítico e correm de L-O. Na Sede, são importantes o Córrego Água Boa e Ribeirão das Antas, também com padrão dendrítico de sentido S-N. Além desses rios, são importantes os rios: Água do Pavão, Ribeirão do Cateto, Córrego dos Ituanos, Ribeirão Santo Antônio, Água da Onça, Ribeirão Paraguai e Ribeirão do Caixão, que deságuam no Rio das Cinzas, Mapa 6.

No Plano Diretor de 2011, foram destacados os seguintes problemas:

- Mata ciliar insuficiente e descumprimento à legislação ambiental;
- Nascentes que secam na estação seca e, portanto, são desrespeitadas;

Ambos os problemas persistem, conforme Figura 3 e Figura 4. De acordo com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, as Áreas de Preservação Permanente (APP) do Ribeirão Água das Antas e Córrego Água do Caia estão degradadas. De acordo com o Plano Municipal de Recursos Hídricos, a agricultura é a atividade que mais impacta na qualidade da água do Município.

Um significativo avanço em relação ao Plano Diretor de 2011 se refere ao percentual de tratamento e coleta de esgotos, que alcançava 47% das áreas urbanas<sup>11</sup> à época e, atualmente, atinge 97% dos bairros. Apesar da melhoria, ainda existem locais onde não há rede de coleta de esgotos, especialmente em áreas de altitude mais baixa em relação à rede coletora e trechos de lançamentos clandestinos nas galerias de águas pluviais<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup>AGUASPARANA, 2019.

<sup>10</sup>CBH, 2019.

<sup>11</sup>PGRH, 2011.

<sup>12</sup>SAAE, 2019.



*Figura 3 – APP não preservada ao longo do curso do Ribeirão das Antas.*



Fonte: Google Earth, 2018. Trabalho por DRZ Gestão de Cidades, 2019

*Figura 4 – APP não preservada ao longo de nascentes e alagados.*



Fonte: Google Earth, 2018. Trabalho por DRZ Gestão de Cidades, 2019

*Foto 3 – Trecho de APP sem mata ciliar no Ribeirão Santo Antônio, próximo ao Disto. da Candelária*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019





---

*Mapa 6 – Hidrografia*



### 7.1.5 FITOGEOGRAFIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Todo o município de Bandeirantes se insere no domínio das Florestas Estacionais Semidecíduais, porém a porção centro-norte é classificada como floresta estacional semidecidual submontana e a porção centro-sul como floresta estacional semidecidual montana, Mapa 7. Em ambas as formações, o processo de uso e ocupação do solo proporcionou intenso desmatamento da vegetação nativa.

Este tipo de formação florestal apresenta sazonalidade relacionada a influência climática. Na época das secas (que também é a mais fria), as árvores perdem parcialmente as folhas para regular o balanço hídrico, voltando a desenvolver folhas à medida que a estação chuvosa retorna. O estrato arbóreo é estruturado em camadas, com dossel elevado, apresentando exemplares que podem atingir facilmente 40m, enquanto abaixo do dossel encontra-se um estrato arbustivo rico em plantas de diferentes espécies e portes arbóreos<sup>13</sup>.

*Foto 4 – Fragmento de Floresta Estacional Semidecidual, visto da PR-436 em Bandeirantes*



Fonte: Google Earth, 2018. Trabalhado por DRZ Gestão de Cidades, 2019

No caso das florestas estacionais semidecíduais submontanas, estas ocorrem principalmente nas encostas de serras e em planaltos com altitudes inferiores a 400m, onde existem solos mais secos. Em contrapartida, as florestas estacionais semidecíduais montanas ocorrem em áreas montanhosas com altitude média de 400m.

De acordo com o Plano Municipal de Recursos Hídricos, o município contava com 30,6km<sup>2</sup>, ou 3.060ha, de cobertura florestal em 2010, totalizando aproximadamente 7% do território municipal. Atualmente, as áreas de floresta contabilizam uma área de 5.556ha, ou 12,5% da área do município, representando um aumento de 81% da cobertura de florestal em pouco mais de 9 anos.

<sup>13</sup>ITCG et. al, 2010.

Esse aumento pode ser explicado principalmente pela metodologia utilizada no mapeamento dos fragmentos florestais. Na elaboração do PGRH, foi utilizada uma imagem LANDSAT – 5 com resolução espacial de 30m e 3 bandas: azul, vermelho e verde. Entretanto, estudos mostram que a inclusão das bandas de infravermelho próximo e red edge<sup>14</sup> facilitam e melhoram a identificação das diferentes fitofisionomias da vegetação.

Dentro desse contexto, o mapeamento do uso e cobertura do solo utilizado nesta revisão do Plano Diretor utilizou imagens do satélite SENTINEL 2A, de agosto de 2019, com resolução espacial de 10m e seis bandas: azul, vermelho, verde, red edge, infravermelho próximo e infravermelho de ondas curtas. Em virtude disto, a maior resolução espacial e a utilização de mais bandas permitiram classificar e melhorar discretizar as fitofisionomias florestais e demais classes de uso e ocupação do solo, estimando um total de 5.556ha de floresta.

Apesar da diferença no total da vegetação, não significa que a metodologia empregada no mapeamento anterior está errada. Pelo contrário, foi uma metodologia que, à época do mapeamento, possibilitava os melhores resultados. Contudo, o avanço nas técnicas de detecção de florestas possibilitou melhor identificação da vegetação na região.

Outra mudança significativa entre o Plano Diretor de 2011 e esta revisão foi a aprovação do Novo Código Florestal, dado pela Lei nº 12651/2012. De acordo com esta lei, as APP dos cursos d'água com leito regular inferior a 10m devem apresentar 30m de largura em cada margem, caso que engloba a maioria dos cursos d'água de Bandeirantes.

As exceções são o Rio Laranjinha e o Rio das Cinzas, que apresentam leito regular com largura superior a 50m, sendo necessária uma faixa de preservação de 100m em cada margem. Além das APP, é necessário que os imóveis rurais mantenham preservados 20% de sua área, compondo a Área de reserva Legal, de preferência junto às APP, de forma a aumentar a área de floresta disponível para as espécies, facilitando os fluxos gênicos e a proteção aos rios.

Por último, é válido salientar que o Município não conta com unidades de conservação (UC) federais, estaduais ou municipais ou Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). A criação dessas seria importante para a preservação ambiental e para a captação de recursos financeiros através do ICMS-Ecológico. Da mesma forma, seria importante, para o Município, a criação de programas de arborização de áreas críticas e programas de recuperação de nascentes.

---

<sup>14</sup> Termo utilizado em Sensoriamento Remoto para designar a resposta espectral da vegetação entre a faixa do vermelho e do infravermelho próximo, cujas características da vegetação são melhor identificáveis. Através do uso dessa faixa, é possível diferenciar a vegetação em diferentes estádios e a interferência de certos fatores, como déficit hídrico ou doenças no tecido vegetal.



---

*Mapa 7 – Fitogeografia e Unidades de Conservação*



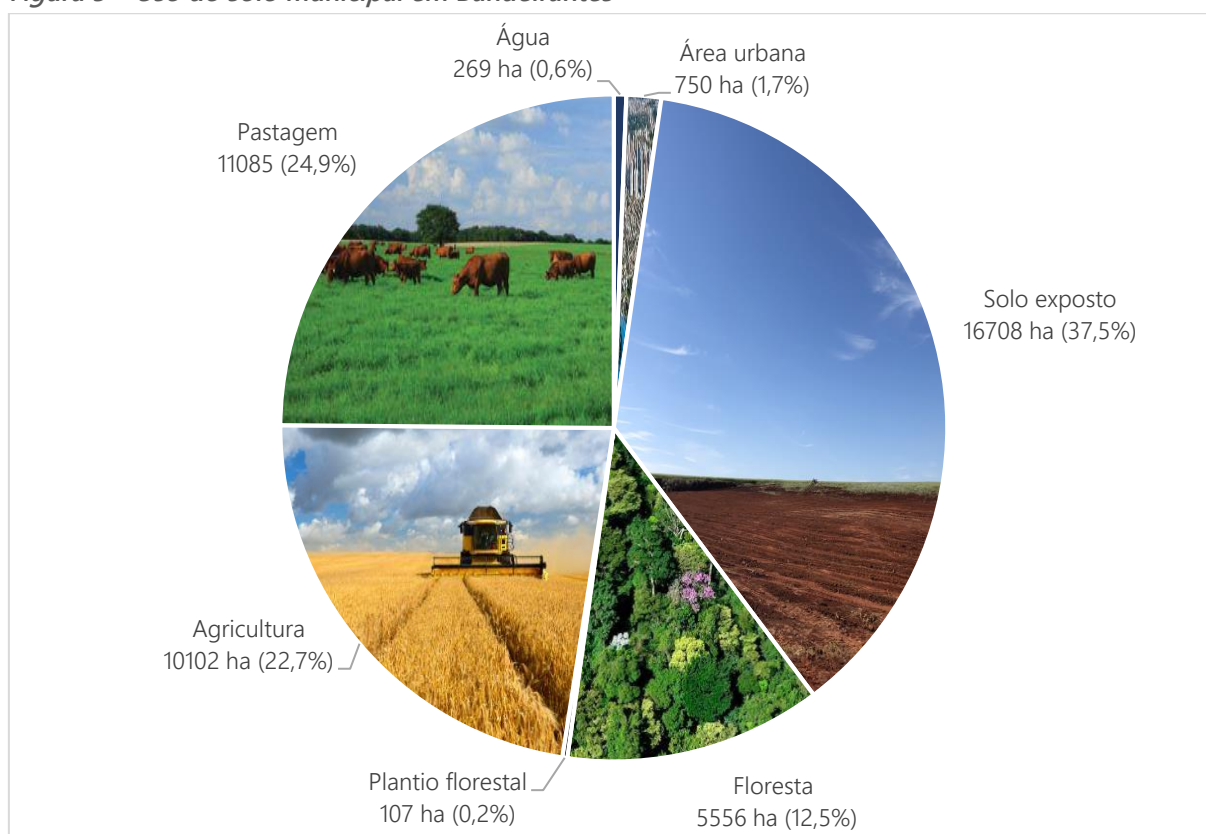
## 7.2 CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS

### 7.2.1 USO DO SOLO MUNICIPAL

A classificação do uso e ocupação do solo municipal de Bandeirantes foi elaborada a partir de imagens do satélite Sentinel 2A, cena T22KEV, de agosto de 2019. No processo de classificação de imagens foram utilizadas seis bandas: azul, vermelho, verde, red edge, infravermelho próximo e infravermelho de ondas curtas. Esta composição de bandas foi submetida à classificação supervisionada por Máximo Verossimilhança (Maxver), com um total de sete classes: água, agricultura, área urbana, pastagem, plantio florestal, remanescente e solo exposto.

Após a classificação supervisionada, foi realizada uma edição da classificação, utilizando interpretação visual para corrigir áreas classificadas erroneamente. O resultado da classificação está representado na Figura 5.

**Figura 5 – Uso do solo municipal em Bandeirantes**



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019.

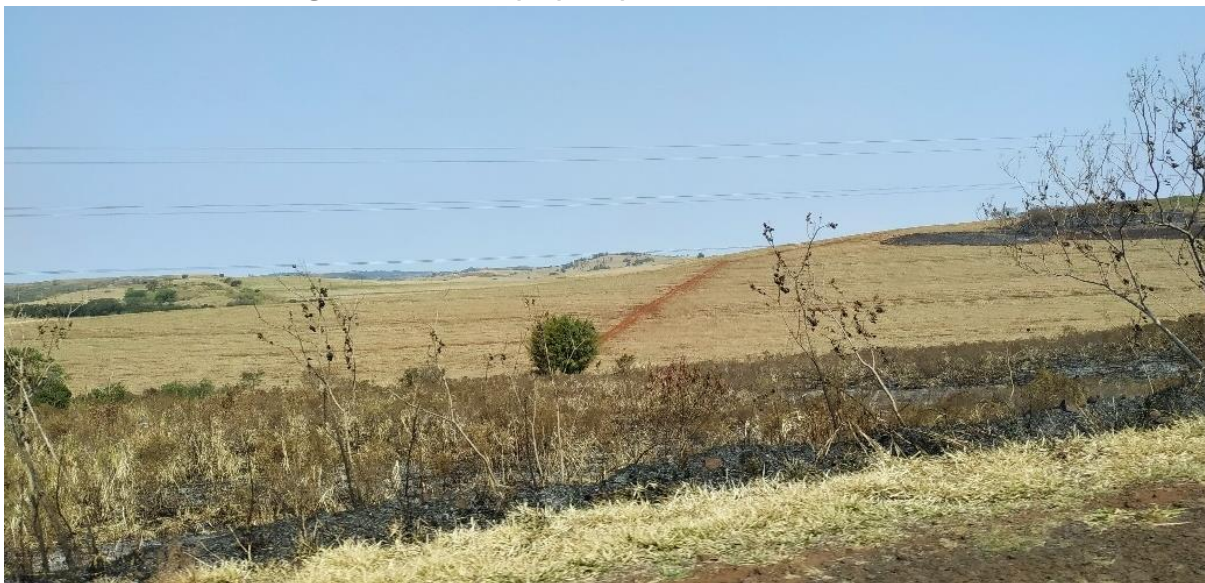
Através da análise da Figura 5, é possível compreender que pastagem, agricultura, plantio florestal e solo exposto totalizam 85,3% do território, ou seja, mais de 38.000ha são destinados às atividades agropecuárias.

Comparado com o Plano Diretor de 2011, houve um aumento de 5,3% na área destinada à agricultura, uma vez que 80% do Município era ocupado por este setor à época. As principais



culturas agrícolas continuam sendo soja, milho, cana-de-açúcar e trigo, Foto 5, mas outras culturas também desempenham papel de importância como arroz, feijão, mandioca, tomate, café, laranja, maracujá e uva.

*Foto 5 – Plantações de trigo ao fundo, em preparo para colheita*



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019.

Existem no Município duas Vilas Rurais (Foto 6 e Foto 7): Olaria, próximo à Sede de Bandeirantes, e Perobinha, a 21 km da Sede, na divisa com Abatiá. Ambas as vilas têm como atividades principais a fruticultura, olericultura, milho, feijão, mandioca, vassoura e pequenos animais.

*Foto 6 – Portal de entrada da Vila Rural Olaria*



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019.



*Foto 7 - Produção de Hortifruti na Vila Rural Olaria*



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019.

A área de floresta é igual a 12,5%, enquanto área urbana e água somam 2,3% do território municipal. Como discutido anteriormente no ITEM 2.1.5 FITOGEOGRAFIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, houve um aumento considerável na área da cobertura florestal, mas se comparada ao tamanho do território municipal, esse percentual ainda é pequeno.





---

*Mapa 8 – Uso do solo Municipal*



## 7.2.2 EVOLUÇÃO URBANA

A evolução urbana de Bandeirantes se inicia com a ocupação do Patrimônio Invernada, em 1926, próximo ao eixo atual da Rodovia BR-369. Em seguida, foi inaugurada a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, passando 3km ao norte deste bairro, na região hoje conhecida como Centro. A chegada da ferrovia incentivou o desenvolvimento da região central em detrimento do Bairro Invernada. Nas décadas seguintes, a expansão de loteamentos uniu esses dois polos, formando uma única malha urbana. A Tabela 3 traz o ordenamento dos bairros de acordo com a década de criação, cuja evolução pode ser observada no Mapa 9.

**Tabela 3 – Evolução Urbana**

Ano	Bairro	Número de loteamentos
Até 1930	Invernada e Centro	02
Entre 1931 e 1970	Vila Paraíso, Vila Santa Maria, Vila Macedo e Vila Lordani, Bela Vista, Área Industrial Bela Vista, Cj. Bela Vista	07
Entre 1971 e 1980	Redentor, Vila Pompéia, N. Sra. Aparecida, Jd. Sta. Rita e Alto da Cidade	05
Entre 1981 e 1990	Cj. Bandeirantes, São Pedro, Humberto Teixeira I, Humberto Teixeira II	04
Entre 1991 e 2000	Yukiti Matida, José Carvalho Henriques, Cj. Dom Pedro Felipak, Habitar Brasil, Moradias Ouro Verde	05
Entre 2001 e 2010	Jardim Yara, Res. das Flores, Neusa Ruso, Moradias da Solidariedade Iguatemi, Iguatemi, Maria Luíza Berta Meneghel, Dr. Celso Fontes, Moradia Parque das Dálías,	09
Entre 2011 e 2019	Res. Cidade Nova, Cj. Mario Sérgio Messias da Silva, Lot. Domingos Zambom, Recanto São Francisco, Lot. Eurípedes Rodrigues, Jd. Beleville, Cj. Hab. Julieta Lordani da Silva, Cj. Hab. Res. I João Theodor da Silva (Foto 8), Jd. Castanho, Bairro Vitoria II, Lot. Mario A. Pacca, Eurípedes Rodrigues (Foto 9)	12

Fonte: PDM, 2011.

Com base nas informações disponíveis, não foi possível identificar a década de criação de alguns loteamentos, sendo eles: Projeto Melhor Morar I e II, Res. Jd. das Torres, Área Industrial, Jd. Morumbi, Vila São Geraldo, Jd. Alphaville, Lot. Bezerra, Conj. Ouro Verde, Vila São Vicente, Lot. Barboza I e II, Lot. Gamarano, Lot. Moretti, Vila Moretti, Lot. Godinho, Vila Spinelli, Vila Campos, Jd. Sta. Catarina, Vila São José, Jd. São Paulo, Sassatani Ueno, Lot. Moraes, Conj. José Henriques, Jd. Primavera, Jd. União, Vila União, Vila São Pedro, Conj. Vila São Pedro, Recanto Petrópolis, Recanto Bandeirantes, Vila Itararé, Lot. Soares, Lot. 2 Irmãos, Vila Tiradentes, Vila Maria Alice, Vila Sta. Terezinha, Jd. Sta. Rita, Ana Rosa, Jd. HP, Jd. São Rafael e Conj. Hab. Habitar Brasil.

Entretanto, a análise da Tabela 3 permite inferir que houve ligeiro aumento no número de loteamentos entre 2001 e 2010 e entre 2011 e 2019. Conforme levantamento de campo, foi possível

identificar que a área urbana de Bandeirantes se mantém em plena evolução, conforme fotos a seguir.

*Foto 8 – Loteamento Jardim Castanho, vizinho ao Conj. Residencial João Theodoro da Silva*



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019.

*Foto 9 – Loteamento Eurípedes Rodrigues, próximo ao Centro*



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019.



---

*Mapa 9 – Evolução Urbana*





### 7.2.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

A análise do uso do solo urbano de Bandeirantes foi realizada através de levantamento in loco, e posteriormente uma classificação da tipologia do uso dividido em: residencial, comercial/serviços, industrial, institucional, lazer, chácaras, vila rural, agrícola, vazio, floresta e APP. Cada classe apresenta as seguintes características:

- Residencial: caracterizado pelas habitações unifamiliares, conjuntos habitacionais, condomínios verticais, horizontais etc.;
- Comercial/serviços: lotes destinados às atividades comerciais ou de prestação de serviços como farmácias, mercados, bancos, oficinas mecânicas, postos de combustíveis, salão de cabeleireiros etc.;
- Industrial: lotes onde ocorrem atividades industriais pesadas e leves, geralmente ligadas à transformação de matéria-prima;
- Institucional: lotes pertencentes à administração municipal ocupados por equipamentos públicos como postos de saúde, escolas, universidades públicas etc.;
- Lazer: compreende praças, parques e equipamentos esportivos como ginásios poliesportivos e campos de futebol;
- Chácaras urbanas: lotes geralmente maiores que a média e que apresentam uso residencial de lazer, às vezes mesclado com uso agrícola;
- Vila Rural: lotes específicos com dimensões menores que o módulo rural e superiores aos lotes urbanos, destinados especificamente ao uso residencial mesclado com produção agropecuária familiar;
- Agrícola: geralmente glebas inseridas total ou parcialmente no perímetro urbano cujo uso é destinado à produção agropecuária para fins comerciais;
- Vazio: lotes com ervas daninhas, pastagens ou solo exposto que não cumprem a função social da propriedade;
- Floresta: lotes urbanos total ou parcialmente cobertos por vegetação;
- APP: lotes urbanos total ou parcialmente inseridos nas Áreas de Preservação Permanente de cursos d'água exigidas por lei.

Considerando o levantamento in loco e a classificação acima, têm-se o disposto no Mapa 10, que trata da espacialização do uso do solo urbano de Bandeirantes. A análise do mapa possibilita algumas considerações importantes:

- O uso comercial, Foto 10, predomina na Av. Edelina Meneghel Rando, Av. Antônio Martins Pinhão, Av. Bandeirantes, Av. Azarias V. Resende, Av. Comendador Luiz Meneghel, Rua Pref. José M. Junqueira, Rua Benjamin C. Zanbon, Rua Vereador Dino Veiga, Rua São Paulo e Rua Wladimir Alves Aranha;

*Foto 10 – Predomínio do uso comercial na Av. Comendador Luíz Meneghel*



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019.

- O uso institucional concentra-se na Rua Benjamin C. Zambon, Av. Edelina Meneghel Rando e Rua Prefeito Agenor F. dos Santos;
- O uso industrial, Foto 11, corresponde, em geral, a indústrias de produtos de beleza, ração animal, confecções, carnes e embutidos, artigos de cimento, ferro, madeira, pães, bolachas e doces caseiros, e concentra-se em quatro pontos principais:
  - na saída para Itambaracá, majoritariamente,
  - na entrada da Sede pela Rodovia Dep. Dino Veiga,
  - no eixo sul da Av. Edelina Meneghel Rando,
  - na Av. Azárias Vieira de Rezende em frente ao campus da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP);

*Foto 11 – Predomínio do uso industrial na Rodovia Deputado Dino Veiga*



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019.

- O uso residencial, Foto 12, predomina em toda área urbana, constituindo-se em sua maioria, de casas térreas de alvenaria, com notória expansão de loteamentos nas regiões:
  - sudoeste (Jardim Castanho), próximo ao santuário de São Miguel Arcanjo,
  - norte (Residencial Cidade Nova), em direção à Estação de Tratamento de Esgotos,
  - oeste, no vale do Ribeirão das Antas (Loteamento Eurípedes Rodrigues).

*Foto 12 – Predomínio residencial no Conjunto Residencial João Theodoro da Silva*



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019.

- Os lotes ocupados com floresta ou agricultura são poucos e esparsos, não sendo possível estabelecer uma regionalização para estes;
- As chácaras localizam-se principalmente na região noroeste, no vale do Ribeirão das Antas, além de algumas chácaras próximo à UENP e ao cemitério municipal;



- As áreas de lazer se encontram espalhadas pela malha urbana, com destaque para o Parque do Povo, ginásios esportivos, campos futebol e clubes, porém com nítida concentração no entorno da região central, evidenciando a carência de tais equipamentos na periferia;
- Os lotes vazios, dada a consolidação da região central, são encontrados principalmente nas regiões periféricas, Foto 13, com destaque para a região a noroeste da malha urbana, além da ferrovia, que apresenta expansão de loteamentos e, conseqüentemente, mais lotes vazios.

*Foto 13 – Vazio urbano vizinho à Vila Lordani, próximo ao Loteamento Barbosa*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

No Distrito de Nossa Senhora da Candelária, nota-se a predominância do uso residencial, com raros estabelecimentos comerciais ou industriais, geralmente mesclados com as residências. O distrito apresenta imóveis edificadas sem uso e lotes vazios espalhados por toda a área urbana.

*Foto 14 – Panorama do Distrito de Nossa Senhora da Candelária*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019



---

*Mapa 10 – Uso do Solo Urbano da Sede Municipal*



#### 7.2.4 ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS

Na Sede de Bandeirantes, os principais condicionantes ao uso e ocupação antrópicos são as Áreas de Preservação Permanente (APP) ao longo dos córregos e nascentes – Lei nº 12651/2012, que se encontram dentro do perímetro urbano; as indústrias, por conta dos ruídos e resíduos gerados; os remanescentes florestais; e as áreas de declividade acima de 30%, estabelecidas na Lei nº 6766/79.

No contexto municipal, a porção centro-sul do território apresenta a maior parte das áreas com declividade acima de 30%. Essas áreas estão indicadas no Mapa 11 pela cor vermelha com hachurado e são consideradas inaptas ao uso e ocupação antrópicos. Na Sede, apenas as áreas a oeste, próximo ao trevo da BR-369, apresentam declividades acima de 30% e, como se encontram em processo de regeneração florestal, devem ser preservadas.

As áreas de APP ao longo dos córregos, rios e sangas são também inaptas ao uso e ocupação antrópicos pois são áreas destinadas à preservação florestal e manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais<sup>15</sup> fornecidos pela natureza. Somam-se à estas áreas os fragmentos de remanescentes florestais, especialmente aqueles de maior extensão territorial, pois garantem mais mobilidade e oferta de alimento para as espécies que neles habitam.

As áreas indicadas por indústrias no Mapa 11 devem ser ocupadas de maneira ordenada, a fim de se evitar conflitos do uso e ocupação do solo. O zoneamento, portanto, deve prever áreas de amortecimento em relação a estas áreas, pois é comum que atividades industriais gerem incômodos à população como ruído, odor, tráfego etc.

Além destas áreas, as granjas, sejam elas destinadas à suinocultura ou avicultura, Figura 6, podem causar conflitos com relação ao uso e ocupação quando se este processo não for bem orientado. Estas áreas são consideradas aptas com restrição.

---

<sup>15</sup> Serviços ambientais podem ser definidos como “os processos pelos quais os ecossistemas sustentam a vida humana.” São exemplos de serviços ambientais: a captura e retenção de carbono, a biodiversidade, a proteção hídrica e a beleza cênica.

*Figura 6 – Granjas próximas à Rodovia PR-436, ao norte da Sede*



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019.

São consideradas áreas aptas com restrição as áreas úmidas e brejos, pois para sua ocupação são necessários estudos específicos dos processos de drenagem do solo. No território municipal, estas áreas se concentram nos fundos de vale da maioria dos rios, mas é nítida maior concentração na região norte do município, próximo ao encontro do Rio Laranjinha com o Rio das Cinzas. Na sede, o vale do Ribeirão das Antas e os terrenos à leste do CIRETRAN são as principais áreas úmidas.

Por fim, o restante das áreas é considerado apto sem restrição. Entretanto, é preciso atentar para o correto uso do solo, seja nas práticas agrícolas ou no parcelamento do solo, com a finalidade de preservar e conservar os recursos territoriais para manter as atividades atuais e garantir as futuras.



---

*Mapa 11 – Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas*



### 7.3 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA VIGENTE

O Plano Diretor Municipal de Bandeirantes foi instituído em 2011, quando foi estabelecida também a legislação urbanística municipal vigente, contemplando as seguintes leis:

- Lei Complementar nº 24, de 22 de fevereiro de 2011: cria o Plano Diretor do Município de Bandeirantes;
- Lei Complementar nº 25, de 22 de fevereiro de 2011: dispõe sobre o perímetro urbano da Sede do Município de Bandeirantes e do Distrito de Nossa Senhora da Candelária, alterada pela seguinte lei:
  - Lei Complementar nº 62, de 18 de junho de 2015.
- Lei Complementar nº 26, de 22 de fevereiro de 2011: dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo, alterada pelas seguintes leis:
  - Lei Complementar nº 63, de 18 de junho de 2015;
  - Lei Complementar nº 79, de 2 de dezembro de 2016;
  - Lei Complementar nº 92, de 18 de dezembro de 2017.
- Lei Complementar nº 27, de 22 de fevereiro de 2011: dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos;
- Lei Complementar nº 28, de 22 de fevereiro de 2011: dispõe sobre as diretrizes de arruamento para implantação do sistema viário;
- Lei Complementar nº 29, de 22 de fevereiro de 2011: dispõe sobre o Código de Obras;
- Lei Complementar nº 30, de 22 de fevereiro de 2011: institui o Código de Posturas.

#### 7.3.1 LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A Lei do Plano Diretor Municipal, Lei Complementar nº 24/2011, estabeleceu os objetivos e estratégias para o desenvolvimento do Município, incluindo a regulamentação dos instrumentos de indução ao desenvolvimento estabelecidos pelo Estatuto da Cidade e a criação de mecanismos para o sistema planejamento e gestão municipal, como a criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano, que atualmente corresponde ao CONGET – Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial.

Uma importante inovação instituída nesta lei é a exigência da realização Conferências a cada três anos com o objetivo de avaliar e revisar o Plano Diretor, compreendendo, a cada três Conferências, a realização de uma revisão completa do PDM, determinação que vem sendo fielmente cumprida desde então. Em referência ao ordenamento territorial, o Plano Diretor estabeleceu o Macrozoneamento Urbano e Rural do Município de Bandeirantes, que serão analisados a seguir.

### 7.3.1.1. Macrozoneamento Urbano

O macrozoneamento urbano é um referencial para o Município, e deve servir de subsídio para elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, ou Zoneamento.

Por esse motivo, é um instrumento utilizado para superar o caráter de “colcha de retalhos” presente em grande parte dos zoneamentos tradicionais, nos quais era difícil, senão impossível, deduzir a lógica por trás dos índices e demais diretrizes atribuídos a cada uma das zonas<sup>16</sup>.

O Plano Diretor Municipal vigente estabeleceu o Macrozoneamento Urbano do Município de Bandeirantes, dividido em 14 Macrozonas Urbanas, compreendendo Macrozonas Urbanizáveis e Macrozonas não Urbanizáveis. A seguir, serão analisadas as Macrozonas Urbanizáveis definidas pelo PDM de 2011.

- **Macrozona Residencial Consolidada** compreende áreas com infraestrutura completa e alta densidade construtiva e tem como objetivos garantir a qualidade urbanística e ambiental, consolidar o atual padrão de ocupação, estimular o uso do solo urbano compatível à sua capacidade de suporte e conservar o plano original da cidade.
- **Macrozona Residencial a Densificar** compreende áreas predominantemente ocupadas por residências, com média a alta densidade de ocupação, infraestrutura completa e serviços urbanos disponíveis e tem como objetivo promover o adensamento, a ocupação e o melhor aproveitamento dos lotes urbanizados.
- **Macrozona de Qualificação Urbana** compreende áreas integralmente ocupadas, com alta densidade e grau de urbanização precário e tem como objetivo promover ações para a qualificação urbana como arborização e pavimentação, entre outros.
- **Macrozona de Expansão Urbana** compreende vazios urbanos próximos a áreas urbanizadas, com redes infraestrutura e equipamentos urbanos implantados e tem como objetivo direcionar o crescimento urbano e evitar a expansão urbana em áreas ambientalmente inadequadas e o custo mais alto de urbanização.

Após análise da legislação aprovada pelo Plano Diretor Municipal de 2011, pode-se concluir que as definições das macrozonas urbanas predominantemente residenciais estabelecidas naquele período são condizentes à atual realidade de Bandeirantes, visto que o crescimento e desenvolvimento urbano seguiu as diretrizes por ele estabelecidas.

Entretanto, são necessárias adequações nos contornos das macrozonas, dadas as mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento urbano de Bandeirantes. Por exemplo: novos loteamentos surgiram na Macrozona de Expansão Urbana estabelecida em 2011, originando bairros que

---

<sup>16</sup> SABOYA, 2009.

atualmente podem ser incorporados à Macrozona Urbana de Qualificação Urbana ou Macrozona Residencial a Densificar. Outro exemplo: um loteamento com infraestrutura incompleta em 2011 e inserido na Macrozona de Qualificação Urbana àquela época pode, atualmente, apresentar infraestrutura completa e ser assimilado pela Macrozona Residencial a Densificar ou pela Macrozona Residencial Consolidada.

- **Macrozona Comercial e de Serviços Consolidada** compreende a área urbana com maior concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços, alta densidade demográfica e existência de infraestrutura, tendo como objetivos priorizar a ocupação dos lotes vagos, criar um ambiente de intercâmbio empresarial, potencializar as condições logísticas e garantir o controle ambiental e a segurança.
- **Macrozona Comercial a Densificar** compreende a área urbana central da Sede Municipal e do Distrito de Candelária, com infraestrutura e serviços públicos existentes e tendo como objetivos priorizar a instalação de novos empreendimentos e potencializar as condições logísticas.
- **Macrozona de Expansão Comercial** compreende áreas contíguas às áreas de comércio e serviços, para onde se pretende a expansão horizontal da demanda de comércio e serviços, tendo como objetivo incentivar a continuidade da concentração comercial em áreas de menor impacto sobre o uso residencial.

Da mesma forma que as macrozonas predominantemente residenciais, as macrozonas comerciais encontram-se desatualizadas devido às mudanças ocorridas no tecido urbano de Bandeirantes na última década, demandando a adequação de seus contornos. Por exemplo, as áreas inseridas na Macrozona de Expansão Comercial onde essa expansão efetivamente ocorreu, deverão ser englobadas pela Macrozona Comercial a Densificar ou pela Macrozona de Comércio e Serviços Consolidada. As definições e objetivos das macrozonas comerciais, entretanto, continuam adequados à configuração atual da cidade.

- **Macrozona de Revitalização Histórica** compreende a área urbana central próxima à linha férrea, apresentando edificações com valor patrimonial e histórico em precárias condições de conservação, dotada de infraestrutura urbana e equipamentos, com o objetivo de recuperar, reutilizar, repovoar e instalar novos equipamentos públicos.

Esta Macrozona vem atingindo significativamente os objetivos estabelecidos no Plano Diretor de 2011, sendo que o resultado mais expressivo foi a restauração do edifício da antiga estação ferroviária de Bandeirantes, atualmente ocupado pelo Museu Municipal. Os trabalhos de recuperação desta área devem ser estimulados nos próximos anos, visando a recuperação de outros edifícios de valor histórico e a consolidação de novos equipamentos públicos na região, de localização privilegiada e grande valor histórico municipal.

- **Macrozona Industrial não Poluitiva** compreende áreas destinadas ao uso industrial e de serviços, tendo como objetivo estabelecer o uso industrial de caráter não polutivo, criar

ambiente de intercâmbio empresarial, potencializar as condições logísticas e garantir o controle ambiental e a segurança.

- **Macrozona Industrial** compreende as áreas ao longo das rodovias, mais apropriadas ao uso industrial, tendo como objetivo priorizar a instalação dos novos empreendimentos, criar ambiente de intercâmbio empresarial, potencializar as condições logísticas e garantir o controle ambiental e a segurança.

Os contornos e objetivos definidos no Plano Diretor de 2011 para a Macrozona Industrial não Poluitiva continuam plenamente compatíveis com a realidade atual de Bandeirantes, salvo exceções de loteamentos residenciais implantados na macrozona, a exemplo do Conjunto Habitacional Maria Luíza Berto Meneghel, que devem ser incorporados a uma das macrozonas residenciais. A Macrozona Industrial, entretanto, está incompatível com seu entorno por permitir a instalação de indústrias nocivas próximo a loteamentos residenciais existentes.

Entre as Macrozonas Não Urbanizáveis, a **Macrozona de Restrição à Ocupação** compreende áreas próximas à lagoa de tratamento de esgoto, com o objetivo de impedir a ocupação residencial.

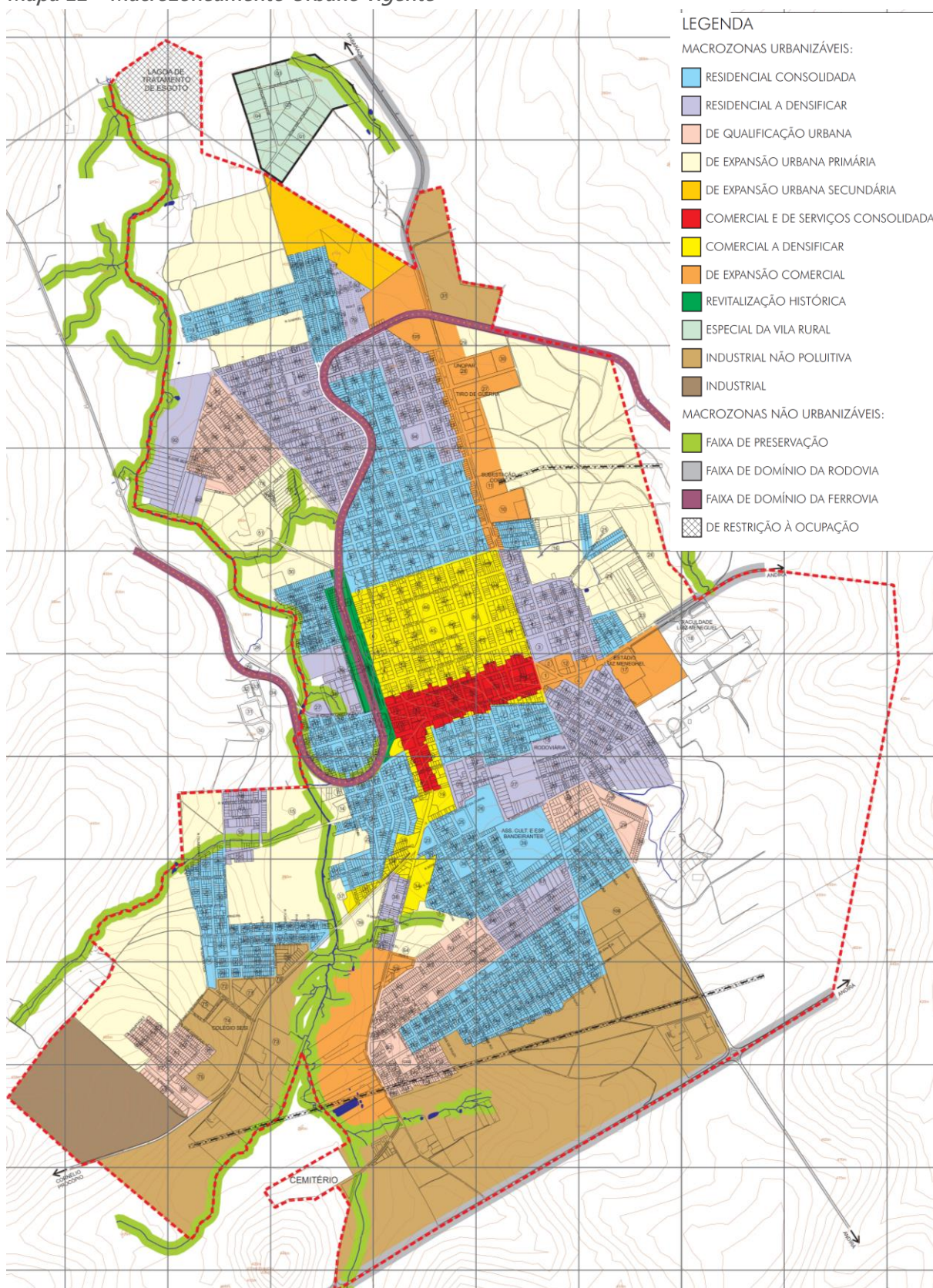
- **Macrozona das Faixas de Domínio das Rodovias** compreende áreas que seguem as recomendações específicas dos órgãos competentes por elas responsáveis;
- **Macrozona da Faixa de Domínio da Ferrovia** compreende uma faixa de 15 metros em ambas as margens da ferrovia, seguindo as recomendações específicas do órgão competente por ela responsável.
- **Macrozona da Faixa de Preservação** compreende as Áreas de Preservação Permanente (APP) dos cursos d'água e nascentes, definidas por lei federal e inseridas no perímetro urbano, permitindo a regularização de ocupações de interesse público numa faixa de até 15 metros da APP mediante parecer da Câmara Municipal e do CONGET.

Conforme o Novo Código Florestal, Lei Federal nº 12.651/2012, não é permitido qualquer tipo de ocupação urbana em APP de cursos d'água e nascentes, o que torna necessário alterar as definições da Macrozona da Faixa de Preservação. As demais restrições estabelecidas pelas macrozonas não urbanizáveis definidas no Plano Diretor de 2011 continuam válidas.

Além das constatações apresentadas sobre o Macrozoneamento Urbano de Bandeirantes estabelecido no Plano Diretor Municipal de 2011, cabe ressaltar que há áreas urbanas para as quais não foi definido um macrozoneamento como, por exemplo, as áreas situadas a leste (onde se insere o campus da UENP) e no extremo norte (próximo à lagoa de tratamento de esgotos) do perímetro urbano. Além disso, o Macrozoneamento Urbano não foi atualizado após a alteração do perímetro urbano, em 2015, excluindo toda a área acrescentada a oeste do perímetro.



Mapa 12 – Macrozoneamento Urbano vigente



Fonte: PDM, 2011.

### 7.3.1.2. Macrozoneamento Rural

O Macrozoneamento Municipal ou Macrozoneamento Rural é a base fundamental para definir o uso e a ocupação do solo, em concordância com as estratégias de política urbana. Em Bandeirantes, o PDM de 2011 dividiu o território municipal em quatro Macrozonas Rurais, cuja análise será apresentada a seguir.

- **Macrozona Agricultável sem Restrições** compreende áreas com baixa declividade e solo bem desenvolvido com baixo potencial erosivo, totalmente favorável à agricultura mecanizada e não mecanizada e à pecuária, tendo como objetivo incentivar, de forma sustentável, as atividades agrossilvipastoris, de turismo, de recuperação e de manejo ambiental.
- **Macrozona Agricultável com Restrições pelo Relevo** compreende áreas com relevo ondulado a montanhoso, mas com solo favorável à agricultura não mecanizada e à pecuária, tendo como objetivo prevenir a degradação ambiental e estimular o turismo e a recuperação ambiental.
- **Macrozona com Restrições pelo Solo Inapto** compreende áreas com relevo ondulado a montanhoso e solos rasos e pouco desenvolvidos, tendo como objetivo desestimular atividades de pecuária e estimular atividades voltadas ao turismo e à recuperação ambiental.

A delimitação das macrozonas agricultáveis do Município de Bandeirantes continua totalmente compatível com as características atuais do território municipal, devendo ser mantidas suas definições de modo a ordenar e monitorar a ocupação da área rural.

- **Macrozona de Remanescentes Florestais** compreende áreas com mata preservada, em estágio secundário ou em recuperação, tendo como objetivo criar unidades de conservação para controlar, recuperar e preservar os fragmentos de vegetação nativa e a biodiversidade.

Embora não correspondam a uma macrozona rural estabelecida na Lei do PDM, as Áreas de Preservação Permanente dos cursos e corpos d'água municipais estão delimitadas no Mapa do Macrozoneamento Rural como Faixa de Preservação Permanente, e poderiam, facilmente, ser mescladas à Macrozona de Remanescentes Florestais de forma a constituir uma única macrozona, visto que compartilham os mesmos objetivos.



**LEGENDA**

**MACROZONAS RURAIS:**

- MACROZONA AGRICULTÁVEL SEM RESTRIÇÕES
- MACROZONA AGRICULTÁVEL COM RESTRIÇÃO PELO RELEVO
- MACROZONA AGRICULTÁVEL COM RESTRIÇÃO PELO SOLO INAPTO
- REMANESCENTES FLORESTAIS
- FAIXA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

O mapa mostra a distribuição dessas macrozonas no território municipal, com a faixa de preservação permanente delimitada por uma linha amarela. As áreas agrícolas são coloridas em tons de verde (sem restrições), amarelo (com restrição pelo relevo) e cinza (com restrição pelo solo inapto). As áreas florestais remanescentes são coloridas em verde escuro. O mapa também indica a localização de Santa Amélia e Barra do Rio das Cinzas, e a presença de rios e ribeirões locais.

### 7.3.2 LEI DO PERÍMETRO URBANO

Além disso, somente nas áreas urbanas pode ser prevista a aplicação dos instrumentos urbanísticos regulamentados pelo Estatuto da Cidade como Outorga Onerosa, Transferência do

Direito de Construir, Regularização Fundiária, Direito de Preempção e o PEUC – Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios.

Segundo o Estatuto da Cidade, as propriedades inseridas nas áreas urbanas devem cumprir sua função social quando “atenderem às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas<sup>17</sup>”.

A Lei Complementar nº 25, de 22 de fevereiro de 2011, estabeleceu os perímetros urbanos da Sede Municipal de Bandeirantes e do Distrito de Nossa Senhora da Candelária. Anos mais tarde, a Lei Complementar nº 62, de 18 de junho de 2015, alterou o perímetro urbano da Sede Municipal, estabelecendo sua configuração atual.

Esta alteração incluiu uma grande porção a sudoeste da área urbana central de Bandeirantes. Entretanto, a cidade se expandiu, desde sua fundação, majoritariamente no sentido norte-sul. A expansão a sudoeste, proposta pela alteração do perímetro urbano, demonstra uma clara preocupação com a finitude da expansão nos outros sentidos, visto que a mancha urbana vem se aproximando das notáveis barreiras físicas, indicadas a seguir:

- Rodovia BR-369, ao sul;
- Usina Bandeirantes de Açúcar e Álcool – USIBAN, a leste;
- Estação de Tratamento de Esgotos – ETE, ao norte;
- Ribeirão das Antas, a noroeste.

Cabe ressaltar que a expansão do perímetro urbano até a Rodovia BR-369 poderia favorecer o desenvolvimento de um novo polo industrial, comercial e de serviços às margens da rodovia, impulsionado também pelo turismo em torno do Santuário São Miguel Arcanjo.

---

<sup>17</sup> Art. 39 da Lei Federal nº 10.257/2001.

Mapa 14 – Perímetro Urbano vigente



Fonte: Alteração da Lei do Perímetro Urbano, 2015.

### 7.3.3 LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO (ZONEAMENTO)

A Lei de Uso e Ocupação do Solo se trata do dispositivo legal que o planejamento urbano tem para viabilizar os planos de uso do solo, assegurando a distribuição adequada das atividades e a qualidade das edificações na área urbana<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> BARBOSA e CARVALHO, 2010.



O Zoneamento é a divisão da área urbana em zonas, com a função de permitir ou não determinadas atividades e usos e regulamentar critérios de ocupação do solo urbano, ressaltando que seu papel não é somente restritivo, mas, também, construtivo<sup>19</sup>. A Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente em Bandeirantes é a Lei Complementar nº 26, de 22 de fevereiro de 2011, que dividiu a área urbana da Sede Municipal em Zonas Comerciais, Zonas Residenciais, Zonas Industriais e Zonas Especiais, que serão apresentadas a seguir.

As Zonas Comerciais subdividem-se em Zona Comercial 1 (ZC1) e Zona Comercial 2 (ZC2), sendo destinadas, respectivamente, ao comércio central e ao comércio geral e instituições, visando compatibilizar a implantação das atividades com a infraestrutura e sistema viário existentes. Este zoneamento está condizente com a realidade atual do Município, visto que a expansão comercial de Bandeirantes vem ocorrendo na região, podendo a Revisão do PDM estabelecer instrumentos para dinamizar a centralidade urbana, como, por exemplo, o estudo de critérios para permitir o uso residencial unifamiliar, já consolidado na região, visto que a presença de moradores nas áreas comerciais possibilita a utilização do espaço público no período noturno, incentiva os moradores a cuidarem da região e aumenta a segurança pública como um todo.

As Zonas Residenciais subdividem-se em Zona Residencial 1 (ZR1), Zona Residencial 2 (ZR2) e Zona Residencial 3 (ZR3), que se distinguem pela densidade e padrão da ocupação, sendo a ZR1 a mais densa, devido à melhor oferta de infraestrutura e maior capacidade do sistema viário existente, e a ZR3, a zona menos densa. Da mesma forma, este zoneamento continua compatível à atual realidade de Bandeirantes, visto que o poder público municipal realizou esforços para fazer cumprir as determinações por ele estabelecidas.

Tanto para as Zonas Comerciais quanto para as Zonas Residenciais, podem ser estudados critérios para permitir a instalação de indústrias não incômodas de pequeno porte, de forma a estimular o empreendedorismo local.

As Zonas Industriais subdividem-se em Zona Industrial 1 (ZI1) e Zona Industrial 2 (ZI2), destinadas, respectivamente, às indústrias não poluitivas e indústrias nocivas ou incômodas, de forma a segregar as atividades que apresentem grau de incomodidade incompatível aos usos existentes no entorno.

É importante destacar que a área delimitada como ZI2, no zoneamento vigente, encontra-se, atualmente, inserida em uma região com alta concentração de loteamentos residenciais recentemente implantados, sendo necessário classificá-la com outro zoneamento e a transferir a ZI2 para uma área compatível, preferencialmente vizinha às rodovias e à ferrovia.

---

<sup>19</sup> NERY JUNIOR, 2005.

As Zonas Especiais subdividem-se em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e Zona Especial de Interesse Histórico (ZEIH). As ZEIS compreendem as áreas destinadas à implantação de loteamentos residenciais para a população de menor renda, se distribuindo por todas as regiões da cidade e se mostrando totalmente compatível com as características atuais de Bandeirantes. Para a revisão do zoneamento, cabe a delimitação de novas ZEIS, distribuídas uniformemente pela área urbana da mesma forma que no zoneamento vigente.

A ZEIH compreende a área urbana central próxima à ferrovia, onde se localizam as principais edificações de valor histórico, sendo destinada à implantação de equipamentos públicos, comércio e atividades culturais, entre outros, que possibilitem a recuperação e reutilização dos edifícios históricos e o repovoamento da região.

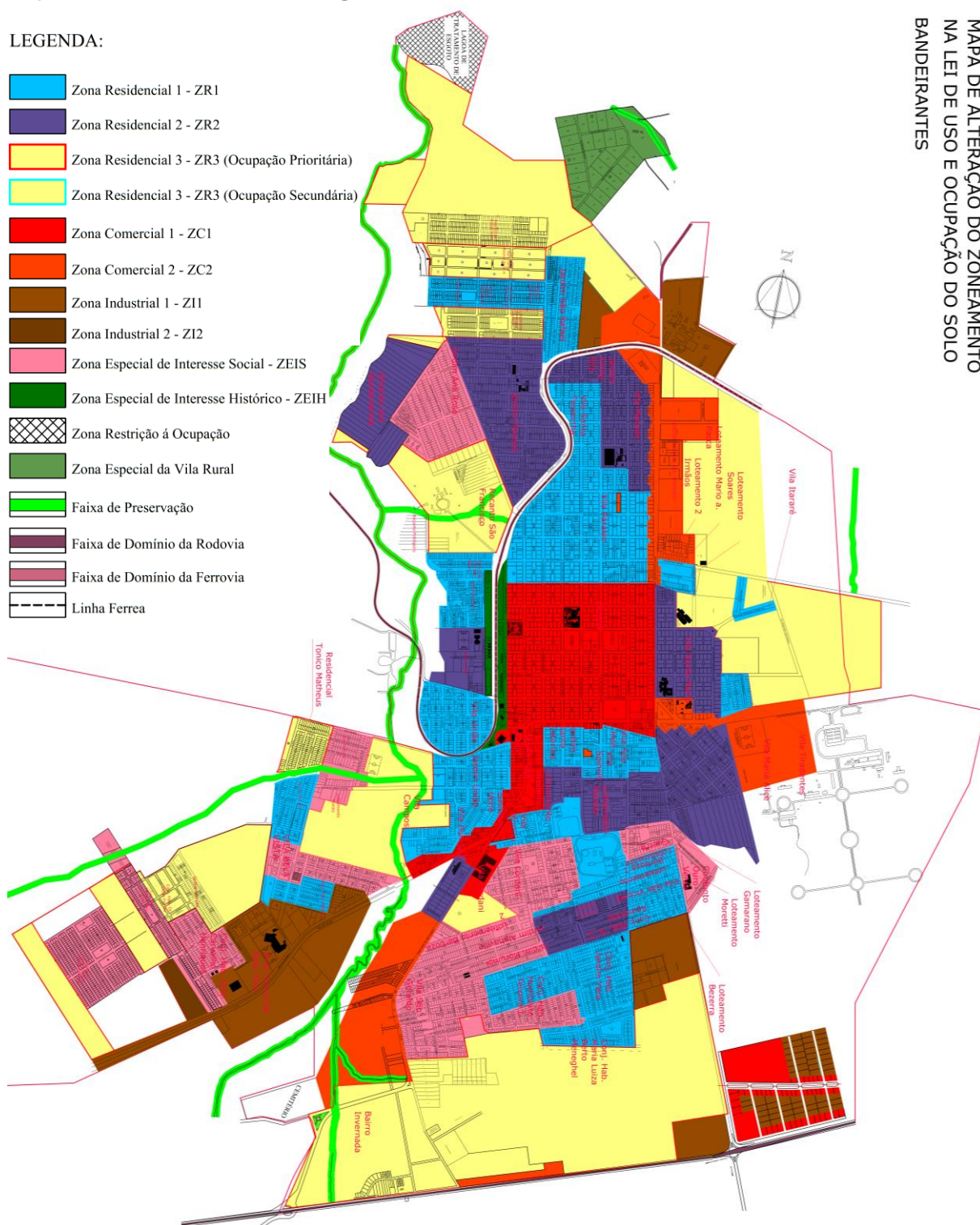
Nos últimos anos, grandes avanços foram realizados na região, sendo o caso mais emblemático a restauração da antiga estação ferroviária para locação do Museu Municipal. Para os próximos anos, é fundamental a realização de novas intervenções do tipo, visando a consolidar a ZEIH como o polo cultural de Bandeirantes, tornando-o um referencial à toda região.

O zoneamento urbano de Bandeirantes não estabeleceu um zoneamento para o Distrito de Nossa Senhora da Candelária, fato que pode prejudicar o desenvolvimento urbano do Distrito.

Da mesma forma, o zoneamento urbano não foi compatibilizado à última alteração do perímetro urbano, dada pela Lei Complementar nº 62/2015. Desse modo, não há quaisquer critérios de uso e ocupação do solo estabelecidos para diversas áreas atualmente inseridas no perímetro urbano.

*Mapa 15 – Zoneamento Urbano vigente*

LEGENDA:



Fonte: Lei de Uso e Ocupação do Solo, 2011.

Destaca-se ainda que a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Bandeirantes (Lei Complementar nº 26/2011) estabeleceu quatro Zonas Rurais:

- **Zona Aproveitável 1 (ZA1)**, que corresponde à Macrozona Agricultável Sem Restrições;

- **Zona Aproveitável 2 (ZA2)**, que corresponde à Macrozona Agricultável com Restrições pelo Relevo;
- **Zona Não-aproveitável (ZNA)**, que corresponde à Macrozona Com Restrições pelo Solo Inapto;
- **Zona de Preservação Permanente**, que corresponde à Macrozona de Remanescentes Florestais e às Áreas de Preservação Permanente.

No entanto, não cabe à Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano definir parâmetros de uso e ocupação para a área rural, visto que sua atribuição é regulamentar o zoneamento das áreas inseridas nos perímetros urbanos estabelecidos por lei específica.

Para as áreas rurais, cabe as determinações de leis estaduais ou federais pertinentes, tendo, o Município, baixo controle sobre elas. Entretanto, a Lei do Plano Diretor Municipal pode estabelecer diretrizes para o uso e a ocupação do solo rural, expressas no Macrozoneamento Municipal (ou Macrozoneamento Rural). Nesse sentido, o zoneamento rural instituído pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Bandeirantes corresponde ao Macrozoneamento Rural estabelecido pela Lei do Plano Diretor Municipal.

#### 7.3.4 LEI DO SISTEMA VIÁRIO

A Lei do Sistema Viário de Bandeirantes estabeleceu a hierarquia e dimensionamento das vias rurais e urbanas do Município, incluindo a Sede Municipal e o Distrito de Nossa Senhora da Candelária.

As vias urbanas foram classificadas em vias Principais, Coletoras, Quadrilátero Central, Centrais e Locais. Esta classificação, no entanto, não corresponde à realidade atual do sistema viário urbano. A Av. Edelina Meneghel Rando, por exemplo, classificada como Coletora e Quadrilátero Central, caracteriza uma Via Principal (ou Arterial), uma vez que cruza a área urbana de norte a sul e propicia conexões intermunicipais com Itambaracá, ao norte, e Ribeirão do Pinhal, ao sul (via Rodovia PR-436), além de conectar diversos bairros ao Centro.

Outro fator que chama a atenção é que diversas vias que atualmente desempenham função de coletoras, por conectar bairros específicos às Vias Principais (ou Arteriais), estão classificadas como Locais como a Av. Antonio Martins Pinhão, Av. Francisco Alves Pereira, Av. João da Silva Cravo, Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, Rua Joaquim Carreira da Silva, Rua São Paulo e Rua Sebastião do Nascimento, entre outras. Esta observação cabe também à hierarquização viária do Distrito da Candelária.

Da mesma forma, a Lei do Sistema Viário estabeleceu a classificação de Vias Centrais e Quadrilátero Central para a área urbana central de Bandeirantes, que apresenta tráfego mais intenso pela alta concentração de atividades comerciais e de serviços. Inicialmente, o Quadrilátero Central pode ser estendido até a Rua João Francisco Pereira, ao norte, e Av. Zacarias Vieira de

Resende, ao sul, visto que estas vias caracterizam ou tem demanda para caracterizar corredores comerciais. Além disso, as referidas vias desempenham claramente a função de Vias Coletoras.

A lei não estabeleceu diretrizes de prolongamentos viários, de forma a orientar a malha viária dos futuros loteamentos e garantir a continuidade da malha viária de Bandeirantes, prevenindo estrangulamentos viários e interrupções no sistema viário. Além disso, é importante definir as diretrizes de vias de fundo de vale, marginais às APP dos cursos d'água inseridos na área urbana, de forma a garantir o acesso público a estas áreas.

Em relação às vias rurais, foi estabelecido, pela Lei do Sistema Viário, o dimensionamento mínimo e a hierarquização das vias que compõem o Sistema Viário Municipal em Vias Regionais, Estradas Secundárias (ou de Ligação) e Estradas Vicinais (ou Caminhos). Entretanto, a hierarquização das vias não foi apresentada em mapa, o que dificulta a identificação das vias e a interpretação da Lei.



**LEGENDA**

- VIAS PRINCIPAIS
- VIAS COLETORAS
- QUADRILÁTERO CENTRAL
- VIAS CENTRAIS
- VIAS LOCAIS
- LINHA FERROVIÁRIA
- PERÍMETRO URBANO
- LINHA DE ALTA TENSÃO

**DISTRITO DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA**

0 100 250m

W N NE E S SW SE

LAGOA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

CEMITÉRIO

ESTÁDIO LUC MANOEL

ASS. CÍV. E ESP. BANDERANTES

UNOPAR

TIRO DE

INSTITUTO COISA

ACADEMIA LUIZ MENDES

COLÉGIO IBRA

CHAVEIRO PROPRIO

ANILIA

REVISÃO 2020 | 109

### 7.3.5 OUTRAS LEIS

A análise da Lei Complementar nº 27, de 22 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano de Bandeirantes, revelou diversos pontos positivos, como a definição de critérios para aprovação de parcelamentos na área rural e a necessidade de pequenas adequações no texto da lei, especialmente no que se refere à infraestrutura exigida para os novos loteamentos.

Para a revisão da Lei do Parcelamento do Solo de Bandeirantes, seria interessante incluir a exigência da construção de calçadas e hidrantes pelos empreendedores dos novos loteamentos, bem como estabelecer espessuras mínimas para a pavimentação viária de forma a garantir maior durabilidade da infraestrutura implementada e tirar, do Município, o ônus sobre a execução de obras incompletas.

Sobre a Lei Complementar nº 29, de 22 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Bandeirantes, foi constatada a necessidade de atualizações em decorrência da criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e da revisão da NBR 9050, em 2015, por exemplo. Além do mais, cabe consulta ao GTP sobre a necessidade de incluir ou não regulamentações sobre obras específicas, como contêineres, além de estipular regras para a regularização de edificações, criação de uma tabela de multas e analisar a viabilidade de se implantar a aprovação simplificada de projetos.

Em relação à Lei Complementar nº 30, de 22 de fevereiro de 2011, que institui o Código de Posturas de Bandeirantes, cabe outra consulta ao GTP para que sejam apontadas as necessidades de adequações e atualizações no corpo da lei vigente que, em primeira análise, apresenta-se compatível com as necessidades do Município.

Além das leis já apresentadas, Bandeirantes é um dos poucos municípios que elaboraram uma lei própria para tratar da Regularização Fundiária Urbana: a Lei Municipal nº 3.834, de 29 de maio de 2019, elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 13.465/2017. Entre outros assuntos, a Lei Municipal da Regularização Fundiária instituiu o “Programa Bandeirantes Legal”, um programa municipal de regularização fundiária.

## 8. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

### 8.1 DEMOGRAFIA

No Censo IBGE 2010, Bandeirantes apresentou população de 32.184 habitantes e densidade demográfica de 72,29hab/km<sup>2</sup>, sendo o 50º município em população no Estado do Paraná e o segundo na Região Geográfica Imediata, atrás de Cornélio Procopio. Atualmente, segundo estimativa do IBGE divulgada em julho de 2019, a população é de 31.367 habitantes.

Bandeirantes vem apresentando um suave declínio populacional desde a década de 1990, ocasionado de forma massiva pelo êxodo rural, dado que a população rural apresenta altas taxas de crescimento negativo desde a década de 1980. Entretanto, a população urbana manteve constante crescimento desde a mesma década de 1980. A Tabela 4, a seguir, apresenta o crescimento populacional do município segundo dados do Censo IBGE desde a década de 1970, acrescido da estimativa populacional para 2019.

**Tabela 4 – Evolução populacional entre 1970 e 2019**

	1970	1980	1991	2000	2010	2019 (estimativa)
Total	38.773 (100,0%)	33.726 (100,0%)	34.310 (100,0%)	33.732 (100,0%)	32.184 (100,0%)	31.367 (100,0%)
Urbana	14.591 (37,6%)	18.974 (56,3%)	24.422 (71,2%)	27.720 (82,2%)	28.384 (88,2%)	s/i*
Rural	24.182 (62,4%)	14.752 (43,7%)	9.888 (28,8%)	6.012 (17,8%)	3.800 (11,8%)	s/i*

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA, 2019). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades. \*s/i: sem informação

As maiores taxas de crescimento da população urbana ocorreram nas décadas de 1980 e 1990, com 30,04% e 28,71%, respectivamente. Já a população rural apresentou altas taxas de crescimento negativo em todas as décadas analisadas, com picos em 1980 e 2000, com -39,00% e -39,20%, respectivamente. Desde 2000, o crescimento populacional urbano vem diminuindo, atingindo taxa de crescimento de 2,39% em 2010, conforme Tabela 5, a seguir.

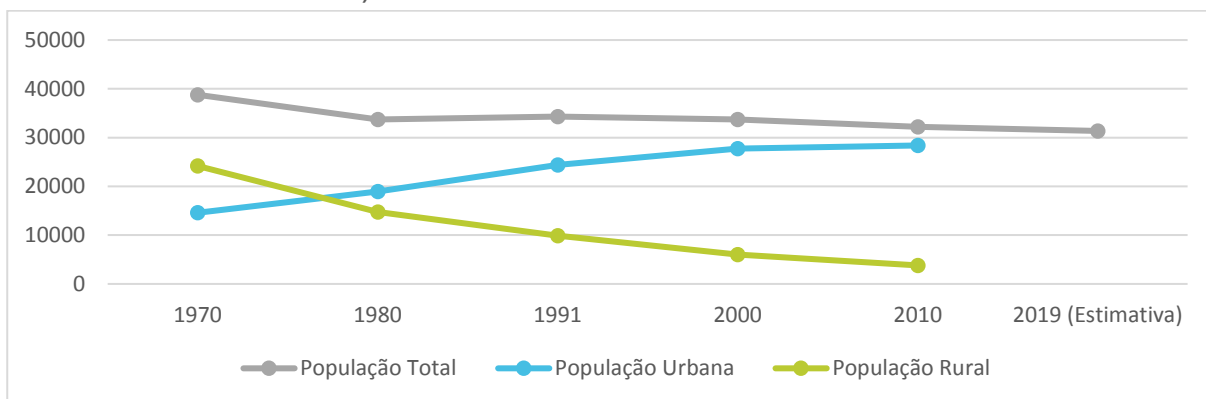
**Tabela 5 – Taxas de crescimento populacional absoluto entre 1970 e 2019**

	1970 a 1980	1980 a 1991	1991 a 2000	2000 a 2010	2010 a 2019 (estimativa)
Total	-13,02%	+1,73%	-1,68%	-4,59%	-2,54%
Urbana	+30,04%	+28,71%	+13,50%	+2,39%	s/i*
Rural	-39,00%	-32,97%	-39,20%	-36,79%	s/i*

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA, 2019). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades. \*s/i: sem informação

O Gráfico 1, a seguir, apresenta o crescimento populacional total, urbano e rural de Bandeirantes entre 1970 e 2010, incluindo a estimativa populacional para 2019.

**Gráfico 1 – Crescimento Total, Urbano e Rural de Bandeirantes de 1970 a 2019**



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA, 2019). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Comparando os anos de 1970 e 2010, o número de habitantes no município teve crescimento negativo absoluto de 6.589 habitantes, ou -16,99%. Entretanto, a população urbana teve crescimento absoluto de 13.793 habitantes, ou 94,53%, contrariamente à área rural que, desde 1970 perdeu 20.382 habitantes, acumulando crescimento negativo absoluto de 84,29%.

De acordo com o Censo IBGE 2010, a população é composta por 15.551 homens (ou 48,32% do total) e 16.633 mulheres (ou 51,68% do total), tendo uma diferença de 1.082 mulheres a mais que homens.

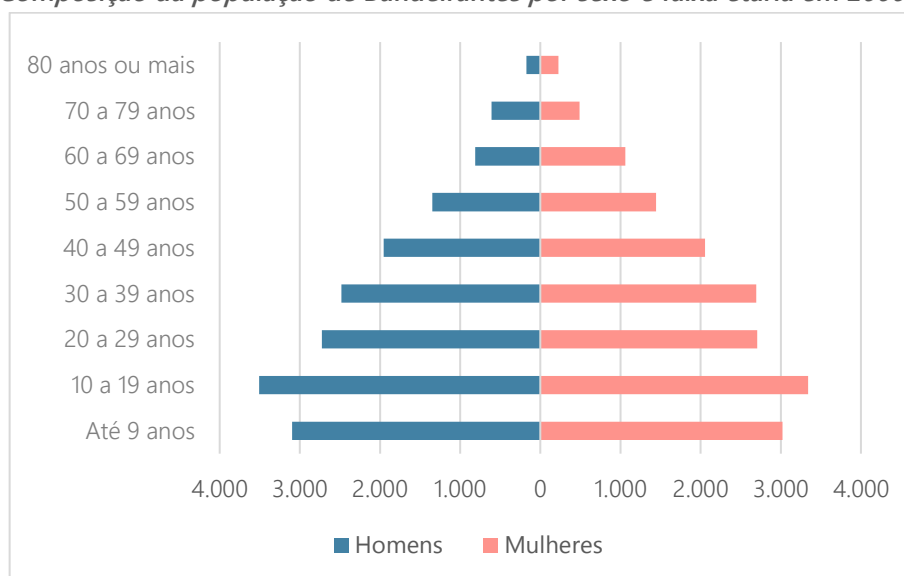
**Tabela 6 – Composição da população por sexo**

Homens	Mulheres	Total
15.551 (48,32%)	16.633 (51,68%)	32.184

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA, 2019). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

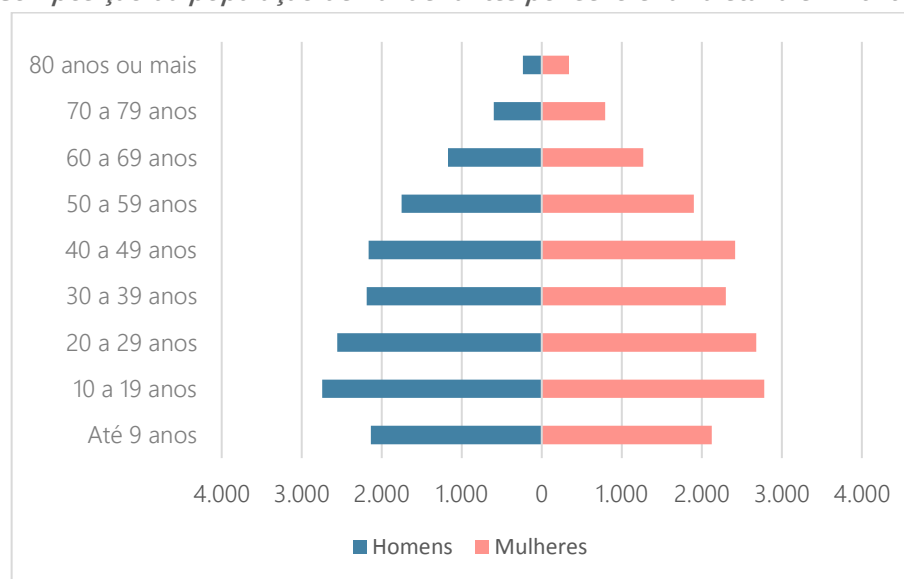
Entre 2000 e 2010 pode se notar, através do Gráfico 2 e Gráfico 3, a seguir, que a população do Município está envelhecendo, visto que a população de crianças e adolescentes diminuiu consideravelmente entre as duas décadas e a população adulta vem aumentando, causando um processo de inversão da pirâmide. Dessa forma, pensando para os próximos dez anos, será necessário elaborar projetos específicos para a terceira idade, ampliar a capacidade de atendimento da Saúde, implantar um Centro de Convivência de Idosos etc.

**Gráfico 2 – Composição da população de Bandeirantes por sexo e faixa etária em 2000**



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA, 2019). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

**Gráfico 3 - Composição da população de Bandeirantes por sexo e faixa etária em 2010**



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA, 2019). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

## 8.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano é um fator indicativo da situação socioeconômica do município, país ou de uma determinada região, aferindo no desenvolvimento da educação, saúde e renda. Para analisar o IDH, é necessário averiguar as informações da população do município que resulta em um indicador, denominado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que retrata uma média entre três principais indicadores:

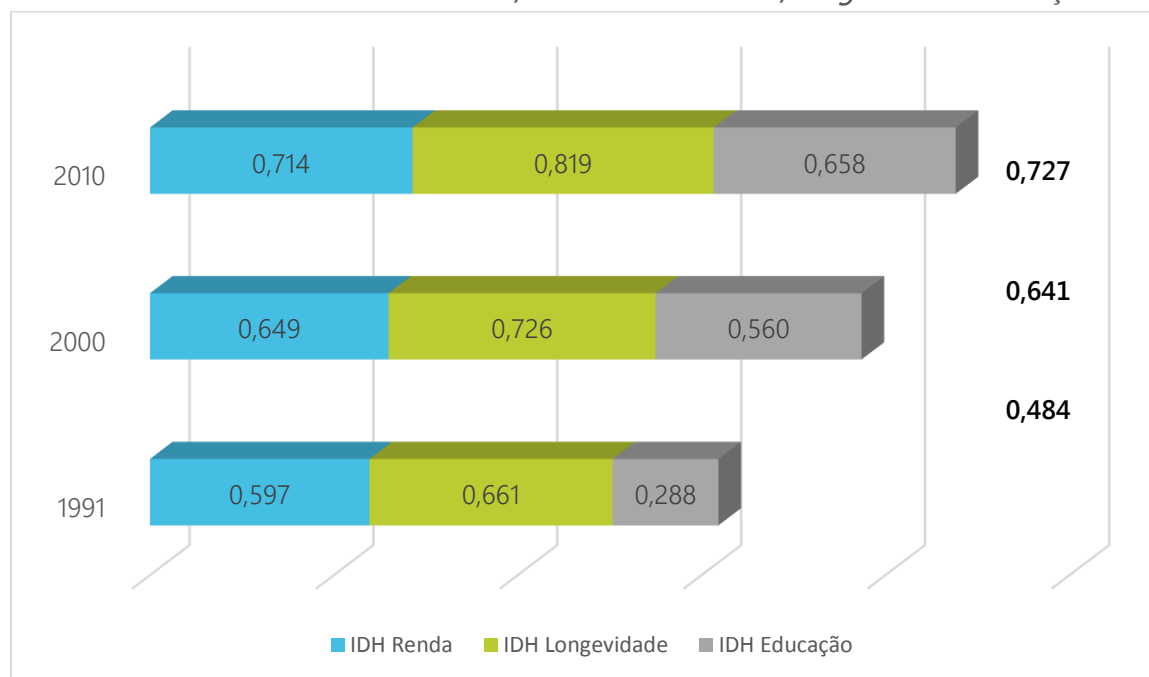
- Renda: considera a renda média e o padrão de vida da população;
- Longevidade: analisa a expectativa de vida desde o nascimento;

- Educação: avalia o índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

O IDH é importante para verificar o desenvolvimento municipal, com o objetivo de se contrapor ao PIB, que está relacionado apenas com a Economia. O valor do IDH, quanto mais próximo de 1, é considerado alto e, quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento analisado. O índice é classificado como: muito baixo, variando de 0 a 0,499; baixo, de 0,5 a 0,599; médio, de 0,6 a 0,699; alto de 0,7 a 0,799; e muito alto, de 0,8 a 1.

Em 2010, o Brasil se encontrava na 73ª posição entre 169 países, com IDH 0,699. O Paraná se posicionava no quinto lugar entre as 27 unidades federativas brasileiras, com IDH 0,749, considerado alto. Com IDH-M de 0,727, também classificado alto, Bandeirantes estava na 1.107ª posição entre os 5.565 municípios do Brasil e na 92ª posição entre os 399 municípios do Paraná. O Gráfico 4, a seguir, apresenta a evolução do IDH-M de Bandeirantes.

**Gráfico 4 – IDH-M de Bandeirantes em 1991, 2000 e 2010 – Renda, Longevidade e Educação**



Fonte: PNUD, Ipea, FPJ e Atlas Brasil. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

A Longevidade é a dimensão que mais contribui para o IDH-M desde 1991, atingindo 0,819 em 2010. Em seguida, o melhor índice se refere à Renda, com IDH 0,714, em 2010. A dimensão que mais progrediu ao longo das décadas foi a Educação, evoluindo de 0,288, em 1991, para 0,658, em 2010.

Entre os municípios vizinhos, o IDH-M de Bandeirantes se posiciona entre os três melhores, atrás apenas de Cornélio Procópio e Barra do Jacaré, conforme Tabela 7 a seguir.



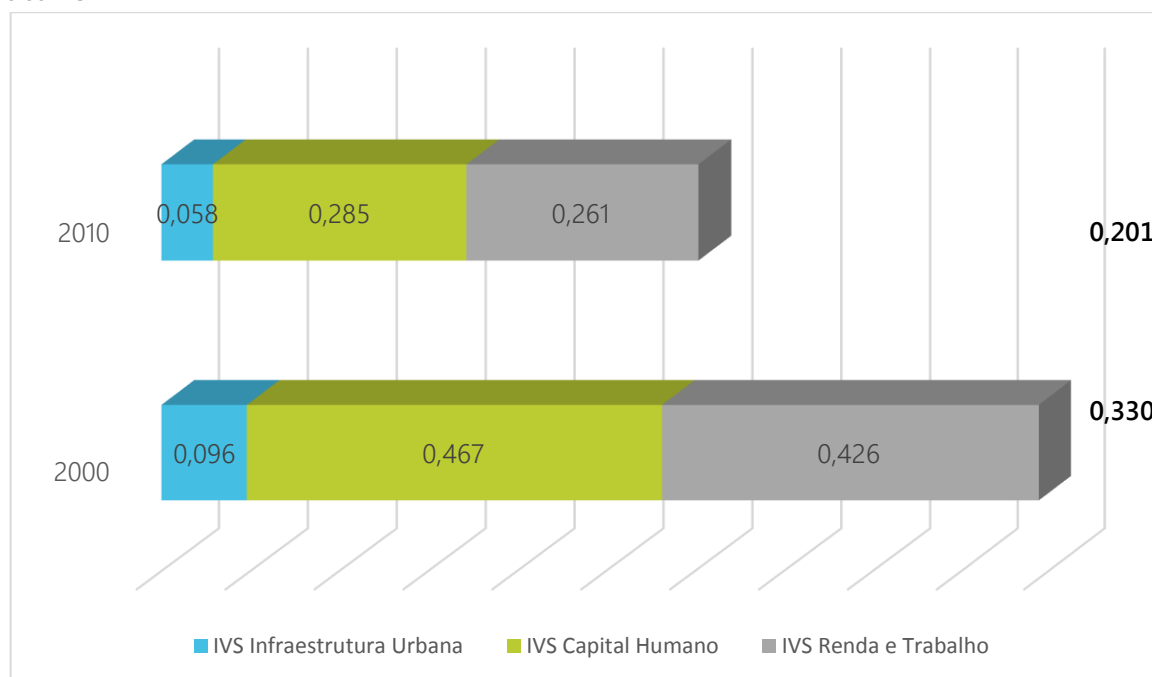
**Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Humano, 2010 – Bandeirantes e Municípios vizinhos**

Município	IDHM	IDH Renda	IDH Longevidade	IDH Educação
Abatiá	0,687	0,676	0,804	0,596
Andirá	0,725	0,690	0,838	0,660
Bandeirantes	0,727	0,714	0,819	0,658
Barra do Jacaré	0,744	0,678	0,813	0,747
Cornélio Procopio	0,759	0,746	0,848	0,692
Itambaracá	0,694	0,664	0,789	0,639
Santa Amélia	0,653	0,655	0,809	0,526
Santa Mariana	0,700	0,684	0,804	0,624
Santo Antônio da Platina	0,718	0,733	0,817	0,617

Fonte: PNUD, Ipea, FPJ e Atlas Brasil. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Outro indicador importante é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que é o resultado da média dos índices de vulnerabilidade urbana, capital/humano e renda/trabalho variando de 0 e 1, onde 0 corresponde à situação ideal ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. O IVS de Bandeirantes é apresentado no Gráfico 5, a seguir.

**Gráfico 5 – IVS de Bandeirantes em 2000 e 2010 – Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho**



Fonte: IPEA. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Entre 2000 e 2010, o IVS de Bandeirantes melhorou consideravelmente, evoluindo de 0,330 para 0,201, sendo que todas as dimensões contribuíram significativamente para o bom desempenho. A dimensão com melhor resultado foi a Infraestrutura Urbana, com 0,058, seguida de Renda e Trabalho, com 0,261, e Capital Humano, com 0,285. Na comparação com os municípios vizinhos, o IVS de Bandeirantes também se posiciona entre os três melhores, atrás de Cornélio Procópio e Barra do Jacaré, conforme Tabela 8 a seguir.

**Tabela 8 – Índice de Vulnerabilidade Social, 2010 – Bandeirantes e Municípios vizinhos**

Município	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
Abatiá	0,285	0,176	0,352	0,327
Andirá	0,252	0,215	0,260	0,281
Bandeirantes	0,201	0,058	0,285	0,261
Barra do Jacaré	0,196	0,085	0,258	0,245
Cornélio Procópio	0,196	0,146	0,219	0,222
Itambaracá	0,292	0,241	0,326	0,310
Santa Amélia	0,229	0,011	0,340	0,336
Santa Mariana	0,246	0,071	0,353	0,313
Santo Antônio da Platina	0,284	0,229	0,364	0,258

Fonte: PNUD, Ipea, FJP e Atlas Brasil. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Em relação à desigualdade social, é utilizado o Índice de Gini para medir o grau de concentração de renda, através da diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, variando de 0 a 1, onde 0 representa situação de igualdade, onde todos tem a mesma renda, e 1 representa completa desigualdade, onde uma só pessoa concentra toda a renda.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o Índice de Gini de Bandeirantes é 0,49. A mesma fonte aponta que a população pobre do Município, em 2010, correspondia a 7,73% do total, e a população extremamente pobre correspondia a 1,13%. A renda média per capita identificada em 2010 foi de R\$679,72. A Tabela 9, a seguir, apresenta a comparação entre os indicadores de Bandeirantes com os municípios vizinhos.

**Tabela 9 – Índice de Vulnerabilidade Social, 2010 – Bandeirantes e Municípios vizinhos**

Município	Índice de Gini	População pobre (%)	População extremamente pobre (%)	Renda per capita (R\$)
Abatiá	0,44	9,66	3,57	535,86



Andirá	0,42	6,27	2,87	587,51
<b>Bandeirantes</b>	<b>0,49</b>	<b>7,73</b>	<b>1,13</b>	<b>679,72</b>
Barra do Jacaré	0,42	9,46	3,25	543,58
Cornélio Procopio	0,48	5,21	1,37	828,19
Itambaracá	0,42	11,31	2,77	499,63
Santa Amélia	0,41	11,12	2,04	470,75
Santa Mariana	0,43	8,30	1,72	564,10
Santo Antônio da Platina	0,54	8,20	1,40	765,04

Fonte: PNUD, Ipea, FPJ e Atlas Brasil. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Os resultados demonstram que Bandeirantes apresenta alguns dos menores percentuais de população pobre e extremamente pobre entre os municípios vizinhos e um dos melhores valores da renda per capita. Entretanto, nota-se que o Índice de Gini do Município é um dos piores da região, demonstrando há desigualdade social.

### 8.3 CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais aparentes da desigualdade social, pois expressa a dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos como abastecimento, saneamento, transporte, serviços de saúde, educação e creches, além de aumentar a exposição à ocorrência de desastres naturais, como enchentes e desmoronamentos.

Nos últimos dez anos, o Município de Bandeirantes realizou a implantação de quatro conjuntos habitacionais, sendo três em parceria com a COHAPAR (Conjunto Mario Sergio Messias da Silva, Conjunto Deijo Mineiro e Conjunto Julieta Lordani) e um na modalidade Minha Casa Minha Vida, via Caixa Econômica Federal (Conjunto João Teodoro da Silva, Foto 15). Um novo empreendimento na modalidade Minha Casa Minha Vida encontra-se em vias de aprovação. Outros conjuntos habitacionais tradicionais no Município são Conjunto Bertha Meneghel, Conjunto Yara e Conjunto Celso Fontes.

*Foto 15 – Conjunto Habitacional João Teodoro da Silva*



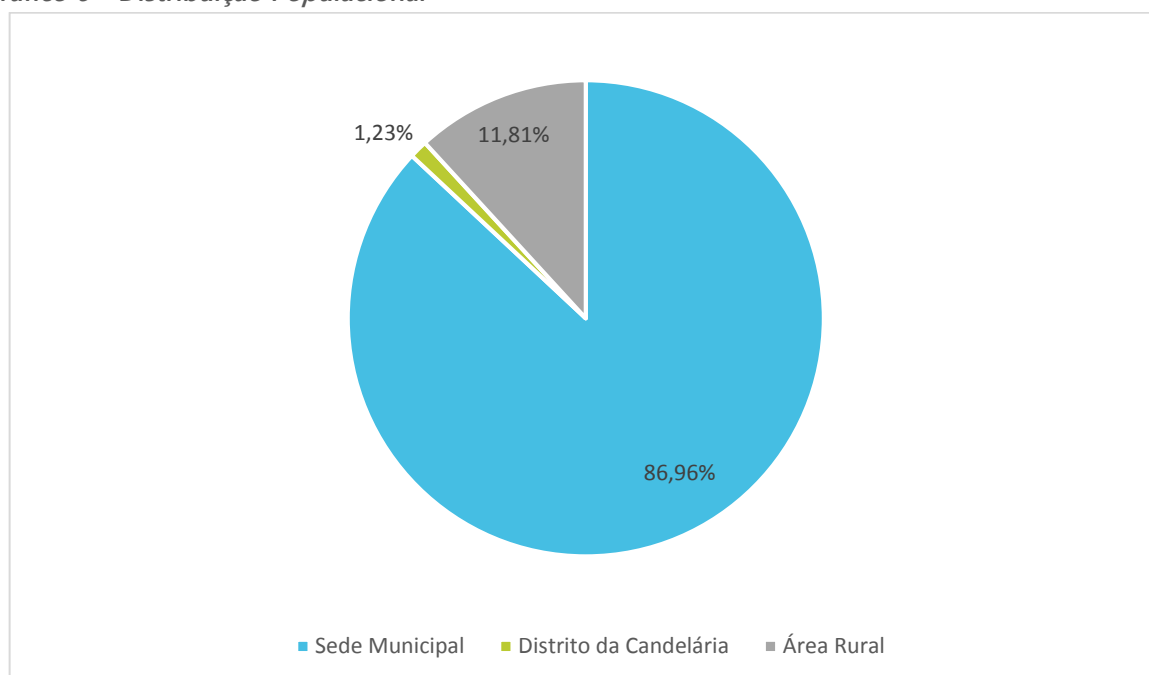
Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

O Município tem três áreas com maior valorização imobiliária: Vila Santa Maria (devido à proximidade com a Universidade), Loteamento Barbosa 1 (que tem lotes maiores que a média) e Condomínio Residencial Monterrey. Já os bairros menos valorizados se localizam nas periferias da Sede Municipal, especificamente três novos empreendimentos em processo de venda pela modalidade Minha Casa Minha Vida: Residencial Tônico Matheus, Residencial Eurípedes Rodrigues e Residencial Cidade Nova.

### 8.3.1 DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

A análise da distribuição populacional no município de Bandeirantes revela que, segundo o Censo IBGE 2010, 86,96% da população (ou 27.987 habitantes) vive na área urbana da Sede Municipal, enquanto 1,23% (ou 397 habitantes) vive na área urbana do Distrito de Nossa Senhora da Candelária e 11,81% (ou 3.800 habitantes) vive na área rural, conforme , a seguir. A densidade demográfica do Município corresponde a 72,29hab/km<sup>2</sup>.

**Gráfico 6 – Distribuição Populacional**



Fonte: Censo IBGE 2010. Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades, 2019

Ao analisar os dados dos últimos três censos, o número de domicílios permanentes em Bandeirantes vem crescendo ao longo das décadas e, em contraponto, o número médio de moradores por domicílio vem diminuindo, conforme Tabela 10, a seguir.

**Tabela 10 – Número de domicílios e média de moradores por domicílio**

	Domicílios permanentes			Moradores por domicílio		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Total	8.312	9.308	10.088	4,10	3,61	3,18

Fonte: IBGE – Censo 2010. Dados trabalhados pela DRZ, Gestão de Cidades, 2019.

Conforme analisado no ITEM 3.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO, constatou-se que a renda per capita média em Bandeirantes aumentou consideravelmente nas últimas décadas, o que reflete diretamente nas condições habitacionais das famílias. Este fato pode ser expresso pelo número de cômodos por domicílio, conforme Tabela 11 a seguir.

**Tabela 11 – Domicílios por número de cômodos**

Número de Cômodos por Domicílio	1991	2000	2010
1 cômodo	124	37	-
2 cômodos	402	208	74
3 cômodos	632	560	507
4 cômodos	1.020	1.103	1.167
5 cômodos	1.939	2.473	2.818

6 cômodos	1.872	2.094	2.518
7 cômodos	950	1.016	1.346
8 cômodos	535	596	575
9 cômodos	280	465	363
10 cômodos ou mais	513	719	688
Total	8.267	9.270	10.054

Fonte: Censo IBGE 2010. Dados trabalhados pela DRZ, Gestão de Cidades, 2019.

A tabela revela que, nas últimas décadas, diminuiu o número de domicílios pequenos (com até 3 cômodos) e aumentou o número de domicílios de tamanho médio (entre 4 e 7 cômodos). O número de domicílios grandes (com 8 ou mais cômodos) manteve relativa estabilidade.

### 8.3.2 CONDIÇÕES DE MORADIA E DÉFICIT HABITACIONAL

Para analisar as condições de moradia e medir o déficit habitacional de Bandeirantes, as informações mais atualizadas disponíveis tem origem no Censo IBGE 2010, sendo que alguns dados foram trabalhados pela Fundação João Pinheiro. É um fato que estes dados se mostram desatualizados, haja vista que o Município realizou a implantação de novos conjuntos habitacionais depois 2010. Entretanto, a análise das informações disponíveis pode indicar uma direção para o planejamento habitacional em Bandeirantes para os próximos dez anos.

Para analisar as condições de moradia em Bandeirantes, é essencial fazer uma análise do número de domicílios no Município. Através do cruzamento dos dados dos censos realizados pelo IBGE em 2000 e em 2010, foi possível identificar um crescimento de 3,79% no número total de domicílios, que evoluiu de 11.224 para 11.649 no período. Dessa forma, constatou-se uma disparidade em relação ao crescimento da população total, que apresentou queda de -4,59% entre 2000 e 2010, conforme Tabela 5.

Este fato provém da relação entre o crescimento no número de domicílios urbanos contra o decréscimo no número de domicílios rurais, conforme Tabela 12, a seguir.

**Tabela 12 – Domicílios permanentes e domicílios vagos entre 2000 e 2010**

	2000			2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Domicílios particulares permanentes ocupados	7.706	1.602	9.308	8.907	1.181	10.088
Domicílios vagos	845	744	1.589	694	155	849
Total de domicílios	8.759	2.465	11.224	10.152	1.497	11.649

Fonte: Censo IBGE 2010. Dados trabalhados pela DRZ, Gestão de Cidades, 2019. \*/i: sem informação

A análise dos domicílios urbanos identificou crescimento de 15,90% no período entre 2000 e 2010, evoluindo de 8.759 para 10.152, contra um crescimento de 2,39% da população urbana (Tabela 5). Ou seja, o total de domicílios obteve crescimento quase sete vezes maior do que a população urbana, fato que pode ser explicado pela recente expansão dos loteamentos e conjuntos habitacionais. Já o número de domicílios rurais decaiu 39,27% no mesmo período, passando de 2.465 para 1.497, resultado maior que a queda da população total, de 11,80%, o que pode ser explicado pela diminuição do número total de domicílios rurais.

Em relação ao número de domicílios vagos, houve queda tanto nos domicílios urbanos quanto rurais. Em 2000, 1.589 domicílios (ou 14,16% do total) estavam vagos, contra 849 (ou 7,29%) em 2010. A queda no número de domicílios vagos foi mais expressiva na área rural, que tinha 744 domicílios vagos (ou 30,18% do total) em 2000, contra 155 (ou 10,35% do total) em 2010. Na área urbana, o número de domicílios vagos diminuiu de 845 (ou 9,65% do total) em 2000, para 694 (ou 6,84% do total) em 2010.

Antes de apresentar o déficit habitacional, serão caracterizadas as inadequações dos domicílios em Bandeirantes, que apresentam problemas particulares de cada domicílio e refletem na qualidade de vida da população. Ressalta-se que os domicílios inadequados não são inclusos no déficit habitacional.

Em relação à infraestrutura, o Censo IBGE 2010 revelou que Bandeirantes apresenta 466 domicílios urbanos com pelo menos um componente inadequado, correspondendo a 4,59% do total de domicílios urbanos permanentes ocupados, conforme Tabela 13 a seguir.

***Tabela 13 – Domicílios urbanos com inadequação em 2010***

Componente inadequado	Total	Total relativo*
Abastecimento de água	164	1,62%
Esgotamento sanitário	317	3,12%
Iluminação elétrica total	23	0,23%
Destino do lixo	44	0,43%
Banheiro exclusivo	9	0,09%
Domicílios inadequados (infraestrutura, ao menos um componente)	466	4,59%
Total de domicílios urbanos permanentes ocupados	10.152	100,00%

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010; FJP, 2013. \*Total relativo em relação ao número de domicílios particulares permanentes urbanos em 2010.

O componente de inadequação mais significativo em Bandeirantes é o esgotamento sanitário, conforme dados do Censo IBGE 2010, da mesma forma que na maioria das cidades brasileiras. Na sequência, se destaca o componente que se refere aos domicílios urbanos sem abastecimento de água. Cabe destacar que são dados referentes a 2010 que podem ter sido minimizados após

as melhorias realizadas pelo SAAE nas redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município desde então.

O déficit habitacional aponta a quantidade de cidadãos sem moradia adequada no município, indicando a necessidade de construção de novas moradias para solucionar problemas sociais específicos de habitação detectados. De acordo com a metodologia da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional engloba:

- Domicílios precários: domicílios sem condições de habitabilidade;
- Coabitação familiar: domicílios com famílias conviventes;
- Ônus excessivo com aluguel: domicílios com famílias de renda familiar de até três salários mínimos que comprometem 30% ou mais da renda com o pagamento de aluguel;
- Adensamento excessivo: domicílios com cômodos compartilhados por mais de três moradores.

Em 2010, o déficit habitacional de Bandeirantes correspondia a 694 habitações, sendo 653 (ou 94,10%) na área urbana e 41 (ou 5,90%) na área rural. A maior parte do déficit habitacional é composta pela coabitação familiar, totalizando 296 casos na área urbana (ou 42,65% do déficit habitacional municipal). Na sequência, o ônus excessivo com aluguel atinge 246 domicílios urbanos (ou 35,45% do déficit habitacional municipal). A Tabela 14, a seguir, apresenta o déficit habitacional de Bandeirantes.

**Tabela 14 – Déficit Habitacional em 2010**

	Urbano		Rural		Total	
Domicílios precários	38	5,48%	19	2,73%	57	8,21%
Coabitação familiar	296	42,65%	22	3,17%	318	45,82%
Ônus excessivo com aluguel	246	35,45%	0	-	246	35,45%
Adensamento excessivo	73	10,52%	0	-	73	10,52%
Déficit Habitacional Total	653	94,10%	41	5,90%	694	100,00%

Fonte: Censo IBGE, 2010; FJP, 2013. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades

Da mesma forma que nos dados sobre domicílios inadequados em Bandeirantes, destaca-se o resultado apresentado sobre o déficit habitacional corresponde a 2010. Dessa forma, o índice atual pode ser menor, visto que o Município realizou a implantação de conjuntos habitacionais desde então.

### 8.3.3 PARCELAMENTOS IRREGULARES

Os parcelamentos de solo podem apresentar diferentes tipos de irregularidades quando realizados à margem da legislação urbanística, ambiental, civil, penal e/ou registraria. A tipologia de irregularidades nos parcelamentos está descrita a seguir:

- **Loteamentos irregulares:** têm projeto de parcelamento aprovado junto ao Município, porém apresenta situações em desacordo com este, seja de ordem técnica (relativa ao cumprimento do projeto aprovado), física (relativa à execução da infraestrutura mínima exigida), jurídica (relativa à garantia do direito da propriedade e à forma de aquisição dos lotes) ou administrativa (relativa às condições do registro do parcelamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis);
- **Loteamentos clandestinos:** são executados sem qualquer licença, em desacordo com as exigências jurídicas e administrativas e, em alguns casos, em desacordo também com as exigências físicas e técnicas;
- **Ocupações irregulares ou favelas:** assentamentos precários originados pela ocupação irregular, de forma gradual ou organizada, de áreas públicas ou particulares.

Em Bandeirantes, o único tipo de parcelamento irregular identificado são os loteamentos irregulares. Na área urbana, o Município informou a existência de duas áreas nesta situação, porém a regularização fundiária de ambos os parcelamentos está sendo promovida através de um programa da COHAPAR, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.834, de 29 de maio de 2019, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana no Município de Bandeirantes. Os loteamentos irregulares são:

- AREBAN, situado entre o Jd. Primavera e o Conjunto Bela Vista;
- Residencial Recanto do Branco, situado entre o Jd. Primavera e o Jd. União.

Na comparação com o cenário do Plano Diretor de 2011, quando havia dez loteamentos em situação irregular no Município, nota-se que o Município realizou importantes trabalhos de regularização fundiária. O resultado pode ser creditado à aprovação da Lei Municipal nº 3.834/2019, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana, elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 13.465/2017, conforme apresentado no ITEM 2.3.5 OUTRAS LEIS.

A Lei Municipal de Regularização Fundiária instituiu o “Programa Bandeirantes Legal”, um programa municipal de regularização fundiária. Trata-se de outro avanço em relação ao Plano Diretor de 2011, quando não havia instrumentos ou normativas municipais que dispusessem sobre o assunto.

Na área rural, a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural informou a existência de um assentamento agrário no Bairro Cabiúna, denominado Assentamento Nova Bandeirantes.

## 8.4 PROJEÇÃO POPULACIONAL E EXPANSÃO URBANA

Para formular planos e programas sociais que possam suprir as necessidades básicas da população de forma adequada, é necessário ter como fundamento uma projeção do crescimento

desta população, que possa auxiliar o setor público no conhecimento e quantificação das demandas futuras de diversas naturezas<sup>20</sup>.

Existem diversos métodos e modelos matemáticos aplicados aos estudos populacionais como dados históricos e socioeconômicos, sobretudo os índices demográficos disponíveis. Trata-se de variáveis importantes que devem ser consideradas no processo, ponderando a realidade particular de cada município.

Conforme observado na Tabela 4 do ITEM 3.1 DEMOGRAFIA, a evolução populacional de Bandeirantes não apresentou nenhum comportamento inesperado, demonstrando aumento da população urbana e decréscimo da população rural em todos os Censos do IBGE desde 1970, como a maioria dos municípios brasileiros, alcançando certa estabilidade desde 2000.

Com base nas variáveis analisadas optou-se pela utilização do modelo matemático logístico como método para projetar a população de Bandeirantes, com base nos censos demográficos disponíveis. Este modelo, dado por uma equação diferencial, é descrito por:

$$p(t) = \frac{L}{1 + k'e^{-kt}}$$

Onde:

$K' = \frac{(L - P_0)}{P}$  = fatores inibidores de crescimento  
(constante)

L: carga de suporte ou limite da população  
(constante)

T: tempo

P(t): população no tempo t

K: taxa de crescimento (constante)

A análise dos índices demográficos foi realizada através de software específico, que indicou o valor dos componentes da fórmula acima dos resultados, gerando resultados com grau de confiabilidade, apresentados na Tabela 15 a seguir:

**Tabela 15 – Estimativa populacional entre 2019 e 2035**

2019	2021	2023	2025	2027	2029	2031	2033	2035
32.010	31.888	31.769	31.655	31.545	31.441	31.340	31.245	31.155

Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019

Baseando-se nos Censos do IBGE entre 1970 e 2010, a população de Bandeirantes continuará apresentando leve decréscimo até 2035, quando atingirá 31.155 habitantes, ou seja, 1.029

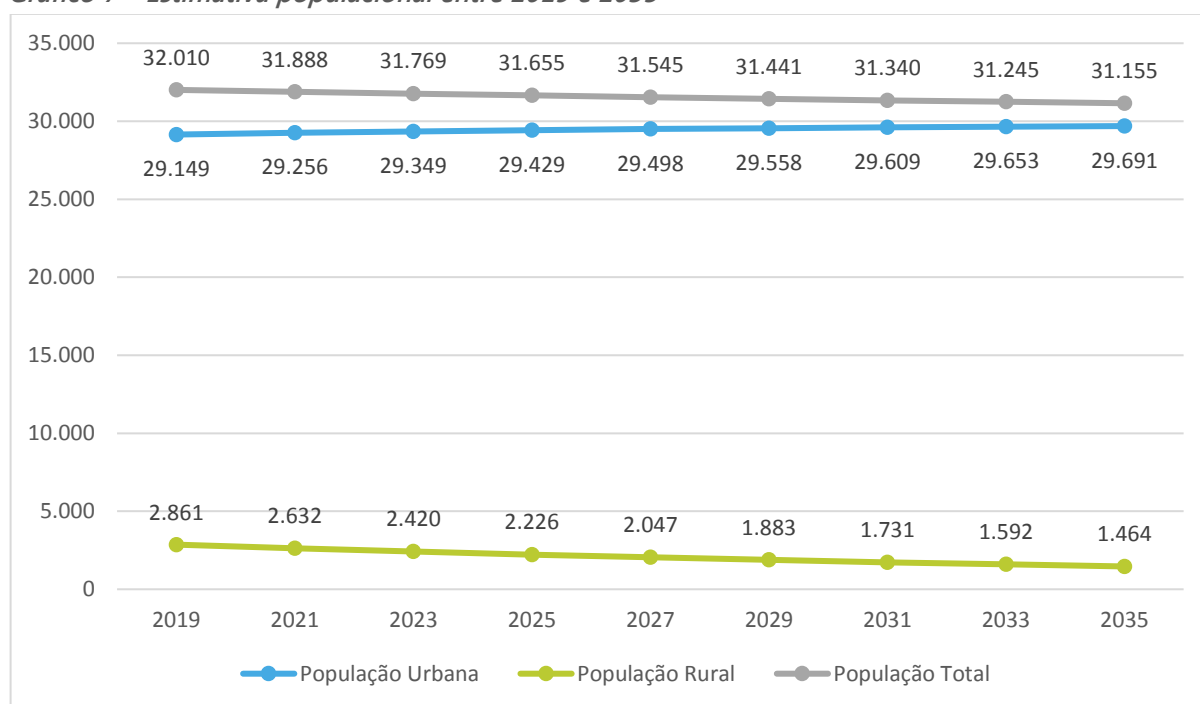
<sup>20</sup> BRITO et al., 2010.



habitantes a menos em relação a 2010 (quando apresentou 32.184 habitantes), um crescimento negativo absoluto de -3,20%.

Foram desenvolvidas duas projeções: uma para a população urbana e outra para a população rural, com erro médio de 0,05% e 2,58%, respectivamente. Nota-se, entretanto, que a população urbana continuará em ascensão, atingindo 29.691 habitantes em 2035, ou seja, 1.307 habitantes a mais que em 2010, representando um crescimento urbano absoluto de 4,60% no período, conforme Gráfico 7 a seguir:

**Gráfico 7 – Estimativa populacional entre 2019 e 2035**



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades, 2019

Considerando essa estabilidade no crescimento populacional, é fundamental que o Município concentre esforços para melhorar as condições de habitação da população, erradicar o déficit habitacional e incentivar a permanência da população rural no campo, de forma a conter o êxodo rural. Quando houver necessidade de se criar áreas de expansão urbana, deverão ser priorizadas áreas vazias que já tenham infraestrutura básica consolidada, como o vazio urbano apresentado na Foto 16 a seguir.

*Foto 16 – Vazio urbano entre os conjuntos Julieta Lordani da Silva e João Teodoro da Silva*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

---

*Mapa 17 – Ocupações Irregulares, Vazios Urbanos e ZEIS*



## 8.5 CULTURA

Uma das principais conquistas do Município de Bandeirantes desde a aprovação do Plano Diretor de 2011 foi a restauração do edifício da antiga Estação Ferroviária para implantar o Museu Municipal Maria Calil Zambom (Foto 17).

*Foto 17 – Museu Municipal Maria Calil Zambom*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Outra diretriz do Plano Diretor de 2011 cumprida pelo Município, na área da cultura, foi a implantação do Centro Cultural Takiko Hassegawa, onde são realizados eventos como cursos de formação continuada, palestras, feiras e eventos educativos como “Saia da Leitura” e o “Sarau Literário”. Outro equipamento cultural de importância municipal é a Biblioteca Pública Cidadã Jamil Fares Mildauar.

## 8.6 TURISMO

O turismo explorado em Bandeirantes envolve turismo ecológico, religioso, esportivo, de festividades e de negócios. Entre as políticas de incentivo ao turismo realizadas pelo Município, destacam-se o Certificado do Programa de Regionalização do Turismo, a participação do Município na ATUNORPI – Associação Turística do Norte Pioneiro do Paraná e sua inclusão no Circuito Religioso Rota do Rosário.

Entre os pontos estratégicos de atração turística de Bandeirantes, estão o antigo Termas Yara, o Encontro das Águas do Rio Laranjinha e Rio das Cinzas, Santuário São Miguel Arcanjo, Santuário Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face, Vinícola La Dorni, Museu Municipal, Parque do Povo e festividades como a Feira da Lua e o “Arraiá” Municipal. O turismo de negócios gira em torno da USIBAN – Usina Bandeirantes de Álcool e Açúcar e das universidades como a UENP e UNOPAR. Um evento que trouxe notoriedade para o Município e tem grande potencial turístico,

caso seja resgatado, é a Feira Industrial e Agropecuária de Bandeirantes – FIABAN, realizada pela última vez em 2016.

A infraestrutura para receber os turistas é composta por hotéis, pousadas, restaurantes, bares, casas noturnas e lanchonetes, além de duas agências de turismo. O principal veículo de divulgação do turismo em Bandeirantes é a internet, especialmente a página do Município no Facebook. Apesar do potencial turístico e das políticas de incentivo existentes, Bandeirantes ainda não dispõe de um Plano Municipal de Turismo.

*Foto 18 – Santuário São Miguel Arcanjo*



Fonte: Trip Advisor



*Foto 19 – Vinícola La Dorni*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

*Foto 20 – 2º Arraiá Municipal, 2019*



Fonte: Prefeitura do Município de Bandeirantes

Foto 21 – 3ª FIABAN, 2016



Fonte: Prefeitura do Município de Bandeirantes

## 8.7 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O Plano Diretor de 2011 apresentou uma relação de bens passíveis de tombamento no Município de Bandeirantes. Entretanto, não foi realizada uma ação efetiva para viabilizar o tombamento do patrimônio histórico e cultural desde então, fato que pode ser apontado como um dos responsáveis pela demolição do Edifício do Antigo Terminal Rodoviário, em 2013, uma grande perda para o patrimônio histórico municipal. A seguir, são listados os bens passíveis de tombamento em Bandeirantes:

- Museu Municipal Maria Calil Zambon (antiga Estação Ferroviária);
- Conjunto arquitetônico do antigo Termas Yara (Foto 22);
- Casarão da Chácara Paraíso (Casa da Dona Rosinha);
- Edifício Sede da Prefeitura Municipal;
- Edifício do antigo Fórum Municipal.

É importante, também, a realização de um inventário sobre outros bens com valor arquitetônico e histórico passíveis de tombamento no Município e a criação de um conselho municipal para discutir as políticas de preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural de Bandeirantes. A criação de um fundo de proteção ao patrimônio cultural seria outra ferramenta importante para preservar os bens tombados.



*Foto 22 – Antigo Hotel Yara*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

## 8.8 PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Conforme analisado no ITEM 2.1.4 HIDROGRAFIA, um dos problemas ambientais mais marcantes no Município de Bandeirantes é o desrespeito às APP de nascentes que secam nas estiagens e a ausência de mata ciliar nas APP de cursos d'água, especialmente no Ribeirão Água das Antas e Córrego Água do Caia.

De acordo com o Plano Municipal de Recursos Hídricos, a atividade que mais impacta na qualidade da água do município é a agricultura, especialmente devido à aplicação de agrotóxicos nas lavouras, pela fuligem extraída das queimadas da cana-de-açúcar e pelo despejo irregular de vinhoto. Estas práticas causam, ainda, a poluição do solo e do ar.

O ITEM 2.1.5 FITOGEOGRAFIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO indicou que 12,5% do território municipal é coberto por fragmentos de vegetação nativa. Entretanto, para garantir a preservação ambiental destas áreas, seria fundamental criar Unidades de Conservação (UC) no Município, sejam federais, estaduais ou municipais ou Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), visto não há UC em Bandeirantes.

Embora a rede de coleta e tratamento de esgotos de Bandeirantes alcance 97% das áreas urbanas, o Município apresenta algumas áreas com problemas ocasionados pela ausência de rede de coleta de esgotos, especialmente em áreas de altitude mais baixa em relação à rede e pontos de lançamentos clandestinos na rede de drenagem, conforme ITEM 6.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

A área rural do Município enfrenta impactos ambientais causados por estabelecimentos específicos, notadamente a Usina Bandeirantes (USIBAN), que gera poluição atmosférica e sonora que impacta diretamente o Bairro Água do Caixão. Além desta, diversas granjas causam impactos ambientais nos bairros Sertãozinho, Cateto, Nomura, Água Seca, Yara, Limeira, Sossego e Santa Rita.

*Foto 23 – Usina Bandeirantes*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Na área urbana da Sede Municipal, de acordo com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SMMA), os principais problemas ambientais recorrentes são:

- Ocupação irregular das APP;
- Infestação de ervas daninhas e proliferação de vetores causadores de doenças nos lotes vazios particulares;
- Descarte irregular de entulho, pneus usados e lâmpadas usadas;
- Abandono de animais em vias públicas.

Além destes problemas, a SMMA enfrenta problemas ocasionados pela falta de recursos e ausência de infraestrutura e corpo técnico mais eficiente.

## 8.9 DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

As culturas agrícolas dominantes no Município são a de cana-de-açúcar, soja, milho, trigo, alfafa, uvas e estufas. A agroindústria mais significativa de Bandeirantes é a USIBAN, usina que produz etanol e açúcar.

O Município dispõe de importantes cooperativas agropecuárias, entre as quais se destacam a Cooperativa Agroindustrial Integrada e a Nutritop, fábrica de rações animais que, juntas, recebem

a maior produção do Município. A Cooperativa de Agricultura Familiar – COOPAFI foi favorecida com investimentos do Município, que cedeu um barracão às famílias produtoras, equipou o local de recebimento dos produtos com câmara fria e adquiriu veículos para transporte.

O Município oferece apoio aos pequenos produtores através de políticas públicas comprando 80% da merenda escolar diretamente com os pequenos produtores. São desenvolvidos, ainda, projetos de apoio à agricultura familiar e ao pequeno produtor, alguns deles surgidos a partir de diretrizes do Plano Diretor de 2011, entre os quais destacam-se:

- Associação de Desenvolvimento Comunitário Três Águas – ADECOT;
- Associação de Desenvolvimento Comunitário da Barrinha do Cateto e Região;
- Associação Comunitária dos Seis Bairros;
- Associação dos Agropecuaristas do Bairro Tabuleta.

Além destes projetos, Bandeirantes dispõe de duas vilas rurais: Vila Rural Olaria e Vila Rural Perobinha. O Programa Vilas Rurais surgiu em 1995, com o objetivo de oferecer boas condições de vida aos trabalhadores rurais e suas famílias, de forma a fixá-los na área rural. As vilas rurais são formadas por propriedades de cerca de 5 mil m<sup>2</sup> cada, destinadas à construção de habitação popular, cultivos de subsistência, criação de pequenos animais e venda da produção excedente.

Uma das premissas do programa, entretanto, era implantar as vilas rurais próximo às áreas urbanas, de forma a facilitar o acesso aos serviços e equipamentos públicos. Porém, apenas a Vila Rural Olaria, localizada junto à Sede Municipal, cumpre com este requisito. A Vila Rural Perobinha, localizada no extremo sul do Município, próximo ao limite municipal com Abatiá, encontra-se afastada dos serviços e equipamentos públicos.

## 8.10 DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL

O Município de Bandeirantes dispõe de uma área de dez alqueires destinada à implantação de um Parque Industrial, já reconhecida pela Agência Paraná de Desenvolvimento, órgão responsável por incentivar novas indústrias que queiram se instalar no Estado e, junto ao qual, busca-se estabelecer parceria para desenvolver um programa de incentivos, por parte do Governo do Estado, de forma a atrair novas empresas para o Município.

Dentre os programas liderados pela Agência, o Programa Paraná Competitivo se trata de uma importante ferramenta para reinserir o Paraná na agenda dos investimentos locais, nacionais e internacionais, contemplando uma série de medidas como a dilação de prazos para recolhimento do ICMS, investimentos em infraestrutura, desburocratização, capacitação profissional e comércio exterior, entre outros, com o objetivo de tornar o Estado mais atrativo para novos empreendimentos que gerem emprego, renda e desenvolvimento sustentável.

A Agência é responsável também pelo Programa Municipal de Atração de Investimentos – PMAI, que atende aos municípios paranaenses de forma individual e personalizada de forma a garantir

a segurança do investidor e melhorar o ambiente de negócios nos municípios, tornando-os mais atrativos e eficientes.

No momento, a Secretaria Municipal de Obras procede adequações no projeto do Parque Industrial. Entretanto, o Município está impossibilitado de executar benfeitorias na área destinada ao Parque Industrial, pois está comprometido em proceder com o pagamento do valor referente à desapropriação desta área até janeiro de 2020. Dessa forma, o Município busca através do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, programa gerido pela Caixa Econômica Federal, recursos para implantar a infraestrutura do Parque Industrial no decorrer de 2020. Sendo aprovada a solicitação do Município, este deverá proceder as etapas posteriores, especialmente a aprovação de um Projeto de Lei sobre a obtenção destes recursos.

Outro projeto ambicioso do Município é a construção de um Parque Tecnológico, com o objetivo de abrigar e dar suporte a empresas de pequeno e médio porte em fase de desenvolvimento e startups na área da tecnologia e inovação. O Parque Tecnológico de Bandeirantes deverá atrair projetos cuja implantação cause a menor agressão possível ao meio ambiente, com infraestrutura que privilegie os meios alternativos e sustentáveis como energia solar, captação de água da chuva e iluminação do tipo LED, entre outros, de forma que sejam integrados por um sistema inteligente e eficiente ao máximo. O projeto aguarda resposta do Ministério de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre uma solicitação para viabilizar recursos por parte do Governo Federal.

## 9. ECONOMIA

Considerando a relevância da análise econômica municipal, esse tópico da Revisão do PDM de Bandeirantes tem o objetivo de mostrar as principais variáveis identificadas nas informações macroeconômicas que apresentam, de forma transparente, os resultados que medem o crescimento econômico e que servem de subsídio para a aproximação do desenvolvimento econômico e social de um país, Estado e Municípios.

As variáveis utilizadas estão relacionadas ao Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (VABPB), Valor Adicionado Fiscal (VAF), Estabelecimentos Econômicos e Empregos. Para tanto serão utilizados, como metodologia, os últimos três anos disponibilizados pelos Institutos e Órgãos Públicos, ou seja, as variáveis do PIB e do VABPB correspondem ao período entre 2014 e 2016 e as variáveis do VAF, Estabelecimentos Econômicos e Empregos correspondem ao período entre 2015 e 2017.

A atualização dos dados econômicos por meio de índices possibilita uma análise real dos dados pesquisados e, para que isso aconteça, os valores financeiros serão deflacionados para corrigir os números do PIB, do VABPB e do VAF. Para os cálculos das variações será sempre considerado, implicitamente, o ano imediatamente anterior ao ano inicial das análises.

### 9.1 PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

As informações do Produto Interno Bruto dos Municípios são de importância crucial para o desenvolvimento sustentável, involuntariamente das condições econômicas ou políticas, e pode servir como ferramenta potencialmente relevante na formação das opções de promoção do desenvolvimento socioeconômico. Os resultados são apresentados pelo IBGE e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), referente aos anos entre 2013 e 2016.

Para antecipar a relevância do município de Bandeirantes, é considerada uma pesquisa mais ampla em relação ao PIB de 2016, classificado na 79ª posição entre os 399 municípios do Estado do Paraná. O PIB Per Capita segue outra linha de análise que não depende literalmente dos valores absolutos do PIB de mercado e tampouco do tamanho da cidade, com valor anual de R\$21.228,00, classificado na 283ª posição (IBGE, 2018).

A Tabela 16 ilustra o desempenho da economia do município de Bandeirantes durante o período entre 2014 e 2016, resultado do esforço produtivo dos grupos de atividade econômica.

**Tabela 16 – PIB de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2016 e Variação Real em percentual, período 2014-2016**

Ano	PIB de mercado (R\$ 1,00)		PIB Per Capita (R\$ 1,00)	
	Valor Deflacionado	Variação Real (%)	Valor Deflacionado	Variação Real (%)
2014	608.188.040,00	-1,39%	18.589,08	-1,14%
2015	638.166.930,00	4,93%	19.552,10	5,18%



2016	691.224.000,00	8,31%	21.228,00	8,57%
Média	645.859.656,67	3,95%	19.789,73	4,20%

Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Considerando os resultados do PIB de mercado referente aos períodos 2013-2014, 2014-2015 e 2015-2016, a economia do município de Bandeirantes teve crescimento de 3,95%. As razões principais desse bom resultado são justificadas pelos crescimentos nos anos de 2015 e 2016, apesar de algumas quedas pontuais identificadas em algumas atividades, tais como administração pública e comércio/serviços, que apresentaram taxas negativas no ano de 2014 e 2016, respectivamente, de acordo com Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos. Denota-se que a economia do município não seguiu rigidamente com os problemas políticos e econômicos brasileiros iniciados no período 2013-2014.

Em relação ao crescimento do PIB de mercado no município de Bandeirantes, detectou-se aumentos significativos de 4,93% e 8,31% nos períodos 2014-2015 e 2015-2016, período de impactos macroeconômicos com a economia em baixa e a política brasileira desestabilizada.

O cenário econômico do município pós-período 2013-2014 se caracterizou, inicialmente, como um restabelecimento do crescimento ante um resultado negativo e, em seguida, com acréscimo em patamares menores que o período inicial.

Esses resultados apontaram, comparado à média, uma alta de 3,95% devido ao crescimento de 4,93% identificado no período 2014-2015 e de 8,31% no período de 2015-2016. Destaca-se que, durante o período 2013-2014, houve decréscimo do PIB em 1,39%, pautado, assim, pela perda econômica e financeira quando comparado com a movimentação do IPCA que mede a inflação<sup>21</sup> brasileira que, em média, atingiu 7,79% em igual período, Tabela 16.

Assim, o crescimento médio do PIB municipal, por não superar o PIB nacional, traz preocupações para a economia nos próximos anos, dependendo do comportamento político e de questões macroeconômicas. Por isso, algumas ações para retomada do crescimento, como incentivo aos setores econômicos, devem ser feitas como forma de recuperar os prejuízos que refletem diretamente nas condicionantes para o desenvolvimento local.

O quadro de dificuldades vivido pelos municípios é reflexo dos problemas na economia e na política brasileira, que apresentou expressiva queda de 3,6% no PIB em 2016. Além disso, como mencionado anteriormente, os elevados índices de inflação combinados com as quedas do PIB acabaram influenciando os municípios brasileiros, incluindo Bandeirantes que, apesar de sua

---

<sup>21</sup> De acordo com o IBGE a inflação brasileira de 2014; 2015 e 2016 foram de: 6,41%; 10,67; 6,29%, respectivamente.

estrutura econômica e social, não se constitui exceção e sofreu com as crises por qual passou e passa o país.

Considerando o resultado do PIB per capita nos períodos 2013-2014, 2014-2015 e 2015-2016, foi apontado crescimento médio de 4,20%, devido, principalmente, ao crescimento nos períodos 2014-2015 e 2015-2016, que atingiram 5,18% e 8,57%, respectivamente, enquanto o desempenho do período 2013-2014 mostrou queda de 1,14%, Tabela 16.

Em relação ao PIB per capita médio, o Estado Paraná apontou queda de 2,21%, o Brasil apontou decréscimo de 3,02% e o município de Bandeirantes apresentou crescimento de 4,20%, ficando em nível superior às duas esferas institucionais hierarquicamente superiores, considerando, em estudos, os valores reais durante o período 2014-2016. Dessa forma, identifica-se uma significativa vantagem comparativa no desempenho do PIB per capita desse município em relação à economia nacional e estadual.

Sintetizando, o crescimento econômico acumulado do município de Bandeirantes entre 2014 e 2016, apontou crescimento de 13,65% no PIB Preços de Mercado<sup>22</sup>, considerando os valores reais de R\$608.188.040,00 e R\$691.224.000,00, enquanto o crescimento acumulado do PIB per capita foi de 14,20%, em função do aumento real de R\$18.589,08 para R\$21.228,00. A média real do PIB Per Capita é R\$19.789,73 e a média do PIB a preços de mercado é R\$645.859.656,67 durante o período em análise, Tabela 16.

Sob a ótica dos crescimentos acumulados entre 2014 e 2016, a economia de Bandeirantes apresentou desempenho superior à economia nacional e estadual. Em relação à análise média do período, a instabilidade mais latente se encontra no período 2013-2014 em que o houve decréscimo 1,39% no PIB de Mercado e queda de 1,14% no PIB per capita, sendo que, em ambos os casos, esses percentuais destoram do comportamento ocorrido nos períodos posteriores desse estudo. Nesse sentido, identifica-se um viés de otimismo devido ao resultado médio demonstrado, provavelmente pela minimização dos problemas macroeconômicos que respingaram fortemente nos municípios brasileiros desde 2014.

De qualquer forma, sugere-se uma condição de alerta, assim como os cuidados que os municípios devem ter com as questões socioeconômicas e a gestão pública municipal, que exige acompanhamento permanente sobre os acontecimentos nacionais e internacionais que influenciam diretamente no processo de desenvolvimento local.

---

<sup>22</sup> Inclui os impostos sobre os produtos.

## 9.2 VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS

No contexto estadual, segundo o IBGE (2018), considerando os valores do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (VABPB) total do ano de 2016, o município de Bandeirantes está na 77ª colocação entre os 399 municípios do Paraná. Setorialmente, identifica-se uma participação baixa dos segmentos da indústria. Na distribuição do VABPB deflacionado por ramo de atividade no período de 2014 a 2016, o município de Bandeirantes segue o perfil nacional em que o setor de serviços é o mais significativo. O setor da agropecuária ocupa a segunda colocação no ranking e, por último, a indústria, na forma de participação nas riquezas município, Tabela 17.

*Tabela 17 – VABPB por setor de atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2016, período 2014-2016 (R\$ 1,00)*

Ramo de Atividade	2014		2015		2016	
	Valor Deflacionado	Participação %	Valor Deflacionado	Participação %	Valor Deflacionado	Participação %
Agropecuária	91.084,58	16,01	101.730,61	17,13	116.678,00	18,21
Indústria	66.111,37	11,62	70.007,07	11,78	73.411,00	11,46
Serviços <sup>23</sup>	411.685,10	72,37	422.298,74	71,09	450.732,00	70,34
Total	568.881,05	100,00	594.036,42	100,00	640.821,00	100,00

Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

O município de Bandeirantes tem sua base econômica assentada na prestação de serviços, devido ao que representa em termos de formação de cadeia produtiva, representando a maior formação de volumes financeiros para a economia local quando se trata do esforço produtivo por meio do VABPB, contribuindo, assim, com todos os setores e se constituindo como a principal alternativa para aquecer a economia do município na criação de emprego e renda. Nesse setor destacam-se os segmentos do comércio.

Em relação à participação e desempenho dos setores econômicos do município de Bandeirantes, pela ordem segue o setor serviços, que corresponde em média a 71,27% na participação em relação ao total do VABPB do município durante o período de 2014 a 2016. Este setor obteve o melhor indicador de desempenho econômico com média de 5,50% referente à dinâmica de crescimento ao longo dos anos, ou seja, de 7,20% em 2014, de 2,58% em 2015 e de 6,73% em 2016.

O setor da agropecuária corresponde, em média, a 17,12% de participação em relação ao total do VABPB do município durante o período 2014-2016, que o coloca na segunda posição do ranking de participação dos setores produtivos. A agropecuária apresentou diminuição real de 1,29% na média de crescimento, com base nos três anos analisados. Assim, o os períodos 2014-

<sup>23</sup> O Setor de serviços é composto pelos serviços, comércio e administração pública.



2015 e 2015-2016 apontaram crescimento de 11,69% e 14,69%, respectivamente. Porém, no período 2013-2014, houve queda de 30,24%.

Dessa forma, os saldos positivos alcançados nos períodos 2014-2015 e 2015-2016 não foram suficientes para minimizar as perdas ocorridas no período inicial dessa análise. O setor de indústria correspondeu a 11,62% de participação média do total do VABPB no período 2014-2016, com crescimento médio de 4,71%. Esse valor é resultado, principalmente, das variações positivas conquistadas em todos os períodos, ou seja, de 3,37%, 5,89% e 4,86%, respectivamente, aos anos de 2014, 2015 e 2016, considerando o ano imediatamente anterior.

O setor industrial se mostrou, de acordo com o VABPB, uma atividade que precisa conquistar maiores taxas de crescimento, haja vista sua imprescindível contribuição para o desenvolvimento local e regional, devido às potencialidades dos segmentos industriais para a economia, visto que as indústrias<sup>24</sup> cooperam de forma significativa na geração de empregos e renda, colaborando de maneira expressiva com as questões sociais e econômicas do município. Os dados mostram que a produção industrial ainda é pouco desenvolvida no município, apesar de apresentar sinais de evolução principalmente no segmento da agroindústria.

Ressalte-se que a política industrial tem a função de promover o desenvolvimento industrial dos municípios e, por isso, acredita-se que os investimentos municipais para esse setor podem ser caracterizados como condição primordial para a busca do crescimento e, quiçá, do desenvolvimento econômico e social. Não obstante, a atividade agropecuária desenvolvida no município é bem diversificada, porém com baixos níveis de produção e valor financeiro pouco representativo de acordo com o VABPB (DERAL e SEAB, 2017).

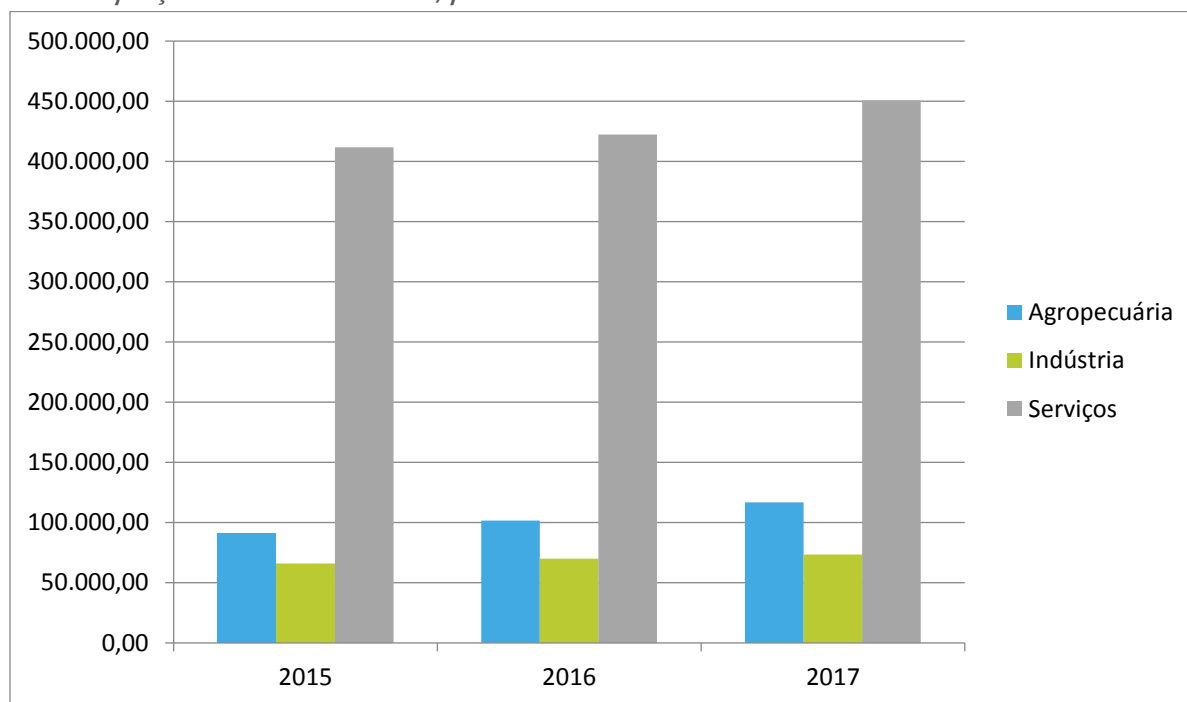
A agropecuária é uma atividade importante e, pelas características econômicas, tem baixa representatividade na maioria dos municípios paranaenses, incluindo Bandeirantes, onde o grau de urbanização equivale a 88,19% (2010), notadamente em função da relevância do setor de serviços. O setor agropecuário, entretanto, apresenta resultados financeiros significativos, caracterizando uma força de agregação no Valor Adicionado Fiscal (VAF) do município e podendo oportunizar a criação de políticas públicas que possam elevar a participação da agropecuária na totalização do VAF e do VABPB, Tabela 17.

Para visualizar o comportamento dos setores econômicos, por meio do VABPB, que reflete o andamento da economia dos países, das regiões e dos municípios, o Gráfico 8 tem a finalidade de resumir os dados apresentados na Tabela 17.

---

<sup>24</sup> No estudo do Valor Adicionado Fiscal, o setor industrial é responsável pela maior média entre os setores econômicos.

*Gráfico 8 – Participação percentual dos setores econômicos em relação ao VABPB de acordo com valores a preços constantes de 2016, período 2014-2016*



Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Após a exposição da dinâmica de cada área, entendeu-se que, setorialmente, retrata-se, praticamente, uma estagnação da participação do setor de serviços, significando uma relativa estabilidade e acomodação que, em média, no período 2014-2016 atingiu 71,27% do VABPB total. Essa média se constituiu em função das participações de 71,37%, 71,09% e 70,34% nos anos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente, considerando o ano imediatamente anterior.

Como reflexo dos resultados das participações setoriais disponibilizados no Gráfico 8, o crescimento acumulado do VABPB no período 2014-2016 foi positivo, de 12,65%, advindo das dinâmicas de crescimento acumulado de 28,10% do setor da agropecuária, 11,04% da indústria e 9,48% dos serviços. O Gráfico 8 apresenta o cenário de supremacia do setor de serviços em relação aos setores da agropecuária e indústria, considerando a totalidade do VABPB. Os valores tratados nesse item mostram que a agropecuária supera os valores da indústria, assumindo, assim, a segunda colocação no ranking econômico do município, ficando abaixo apenas do setor de serviços que é responsável pela maior expressividade econômica de Bandeirantes.

Caso o município tenha pretensões em melhorar a distribuição e equacionar as riquezas do município, recomenda-se, por meio dos dados analisados, investimentos mais elevados no setor industrial através de incentivos fiscais e patrimoniais, entre outros, com a finalidade de fortalecer processo industrial do município, assim como buscar alternativas para aprimorar o desempenho do setor agropecuário e, enfim, manter os níveis avançados do setor de serviços que concentra praticamente no domínio econômico com atividades nas áreas de serviços, comércio e administração pública.

Em relação ao VABPB, a administração pública, que faz parte do setor de serviços, tem relevante participação de 20,88%, enquanto o comércio e os serviços participam com 50,29%, sustentando o processo econômico de Bandeirantes.

Constatou-se crescimento médio de 5,54% no período 2014-2016 no VABPB, devido aos aumentos ocorridos em 2015 e 2016, sendo eles de 4,42% e 7,88%, respectivamente, apesar da queda de 1,67% no ano de 2014. A média do período foi significativa quando comparada aos dados macroeconômicos brasileiros, como PIB e inflação.

Concluindo esta parte da análise, o desempenho confortável do ponto de vista econômico em 2015 e 2016, não obstante o crescimento negativo do ano de 2014, independentemente dos resultados, a tônica da concentração para uma gestão mais segura nos anos seguintes é alcançar uma meta imprescindível para indicadores econômicos e sociais que venham de encontro com as necessidades da população local.

Em resumo, os resultados foram satisfatórios. Ainda assim, sugere-se níveis de investimentos mais elevados nos setores econômicos por meio de incentivos fiscais e patrimoniais, entre outros, com a finalidade de incrementar o processo produção e serviços estabelecidos que favoreçam a agregação de valor na produção, buscando o equilíbrio na distribuição das riquezas do município.

Na sequência, será abordado o Valor Adicionado Fiscal, que retrata as condições econômicas e financeiras do município, quando trata dos setores econômicos com viés na circulação de mercadorias.

### 9.3 VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF)

O Valor Adicionado Fiscal (VAF)<sup>25</sup> é um indicador calculado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná que indica a participação municipal no repasse do ICMS e do IPI, entre outros aos municípios, Tabela 18. O município de Bandeirantes constitui um dos principais atores do VAF do Estado do Paraná, segundo o IBGE (2018). Considerando dados de 2017, é o 110º colocado no ranking geral. Em relação ao VAF do setor de comércio/serviços, Bandeirantes se encontra na 94ª colocação.

Nessa análise considerou-se o valor total e os índices de participação com a finalidade de identificar o comportamento dos setores produtivos do município. Esse conjunto de informações

---

<sup>25</sup> Define-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva (Montoro Filho, 1994, p. 27).

econômicas é referência de arrecadação para os municípios, que se beneficiam dos resultados das atividades econômicas.

**Tabela 18 – VAF a preços constantes de 2017 com valores deflacionados, período 2015-2017 (R\$ 1,00)**

Ramo de Atividade	2015		2016		2017	
	Valor Deflacionado	%	Valor Deflacionado	%	Valor Deflacionado	%
Produção Primária	140.124.184,18	41,87	112.797.104,83	26,65	107.921.926,00	27,42
Indústria	83.981.148,44	25,09	185.350.380,77	43,8	161.411.228,00	41,01
Comércio e Serviços	110.580.285,26	33,04	126.275.601,43	29,84	122.354.232,00	31,08
Recursos/Autos <sup>26</sup>	6.906,84	0,00	-1.234.614,22	-0,29	1.913.924,00	0,49
VAF Per Capita	10.254,37	-	12.996,39	-	12.116,03	-
Total	334.702.779,09	100	423.201.469,20	100	393.613.426,03	100

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA, 2018. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

O VAF médio do município de Bandeirantes, ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017, obteve o valor de R\$383.839.224,77. Durante o período analisado, o crescimento médio de 4,48% muito se deve ao crescimento de 26,44% registrado em 2016, que amenizou as reduções de 6,01% e 6,99 ocorridas em 2015 e 2017, pela ordem. Essas quedas foram preocupantes, devido à importância dessa matriz econômica para a arrecadação municipal.

O setor da indústria teve o valor médio durante os anos 2015, 2016 e 2017 com as cifras na ordem de R\$143.580.919,07 respondendo por 36,63% de participação média em relação a totalização do VAF. O setor da indústria apresentou crescimento médio de 30,36% no período 2015-2017. Esse resultado adveio das seguintes variações: -16,70%, 120,70% e -12,92%, referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017, pela sequência.

O setor da produção primária apresentou o segundo maior valor no contexto do VAF, porém os valores reais caíram ano a ano, culminando com decréscimo de 4,83%, em média. Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, a produção primária apresenta média de R\$120.281.071,67 correspondendo a 31,98% de participação, em média, no VAF.

Sintetizando o desempenho da produção primária no VAF, durante o período 2015-2017, o crescimento médio do setor alcançou -4,83%, em função das variações negativas de 19,50% e 4,32% nos anos de 2016 e 2017, com valor positivo somente em 2015, de 9,32%. Esses dados mostraram que o setor depende de melhorias na infraestrutura, logística e massificação de

<sup>26</sup> Recursos: é o valor proveniente de decisões judiciais incorporados ao valor adicionado de municípios. Autos: é o valor pago (ou base de cálculo da lavratura) em autos de infração, no ano de referência (SEFA, 2018)

investimentos que sejam capazes de melhorar sua participação e desempenho na totalização do VAF, que venham refletir em aumento de arrecadação do município.

O setor de comércio/serviços, no contexto do VAF de Bandeirantes, atingiu a média de R\$119.736.706,23, correspondendo a 31,32% de participação e apontou desempenhos negativos de 12,91% (2014-2015) e de 3,11% (2016-2017). Este setor e o setor de produção primária, ao longo do período, apresentaram desempenho parecido, empatados tecnicamente. Assim, o setor de comércio/serviços se solidificou na terceira posição no ranking do VAF e, por isso, deverá receber atenção especial das Instituições, como associação comercial, SEBRAE, SENAC e da própria Prefeitura Municipal com a participação efetiva da Secretaria de Desenvolvimento, como forma de apoio para estimular os segmentos do setor.

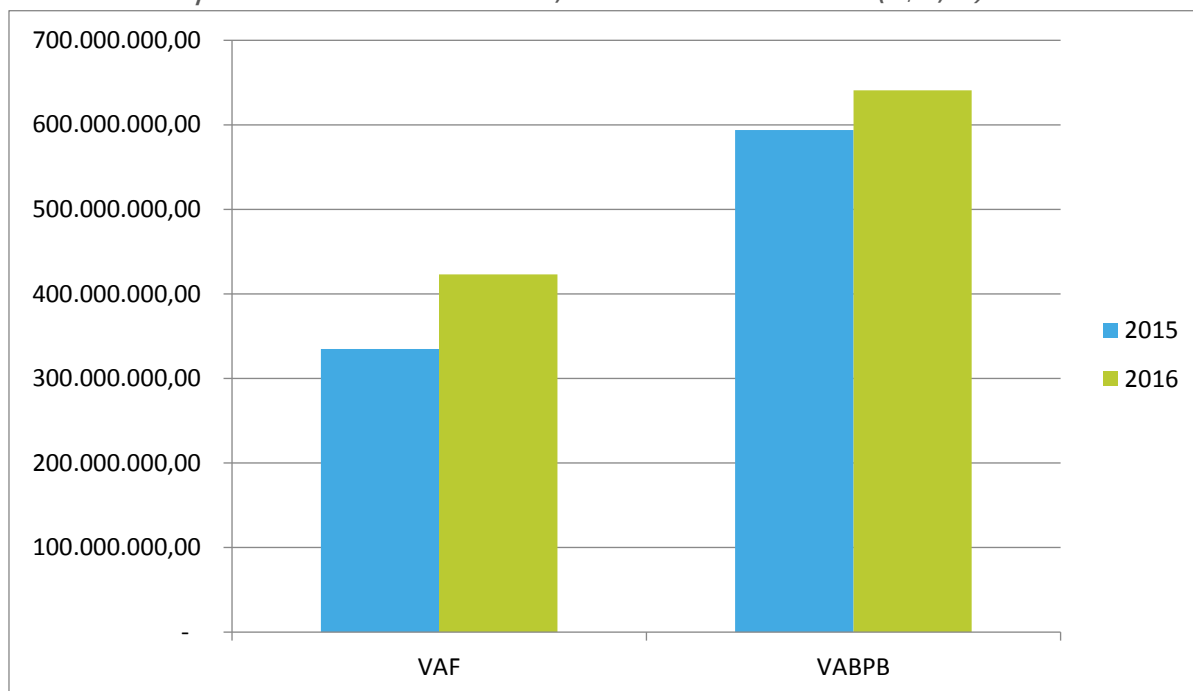
O segmento do comércio do município oferece alternativas para a população local e municípios vizinhos por contar com lojas, farmácias, supermercados e entretenimentos para atender à população residente e flutuante, bem como incentivar a entrada de investimentos com instalações de empresas novas e cuidados com as firmas existentes, necessárias para a promoção do desenvolvimento do município.

Vale salientar que os valores do VAF são extremamente significativos quando comparados aos valores do PIB e do VABPB. Na sequência, essas variáveis são comparadas devido à sua relevância no cenário econômico e social do município.

Metodologicamente, foram utilizados valores referentes a 2015-2016 para compor a base de dados do VABPB e VAF, duas importantes variáveis de crescimento da economia local que influenciam diretamente nos níveis de desenvolvimento do município, levando-se em conta que houve crescimento de 3,54% (VABPB) e 4,48% (VAF), de acordo com a série histórica analisada e discutida para cada variável no decorrer desse documento. Como efeito comparativo e utilizando as taxas de inflação medidas pelo IPCA: 6,41% em 2014, 10,67% em 2015, 6,29% em 2016 e 2,95% em 2017, perfazendo uma média inflacionária de 7,79% para o período 2014-2016, que foi superior à variação do VABPB e do VAF em igual período.

O Gráfico 9 mostra o comportamento do VABPB e o VAF, em que aponta desempenhos diferentes, com participação mais efetiva do setor de serviços (VABPB) e na indústria (VAF).

Gráfico 9 – Comparativo entre o VABPB e VAF, nos anos de 2015 e 2016 (R\$ 1,00)



Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

A equivalência nos crescimentos do VAF e do VABPB com a inflação entre os anos de 2015 e 2016 mostrou ganhos consideráveis para a economia do município, ou seja, de um lado, o VABPB mostrou crescimento de 7,88% na comparação com a inflação de 2016, de 6,29%, evidenciando o superávit para a economia local que comprova em valores reais essa variável. O VAF apresentou taxa de crescimento de 26,99% (2016), também superior à inflação de igual período, Gráfico 9.

Em função das análises do esforço produtivo do município, os resultados sugerem níveis de investimentos mais elevados no setor industrial através de incentivos fiscais e patrimoniais, entre outros, com a finalidade de incrementar o processo industrial com o sentido de fortalecer esse ramo da economia, principalmente depois de identificado os números visualizados na Tabela 18, que se refere ao VAF. Essa movimentação, por certo, favorecerá na agregação de valor na produção, buscando equilíbrio na distribuição de riquezas e o fortalecimento na arrecadação do município.

Como análise complementar, para melhor entendimento do comportamento das atividades primárias no contexto do VAF, recorreu-se aos números do Valor Bruto da Produção (VBP)<sup>27</sup>, Tabela 19.

<sup>27</sup> Índice de frequência anual, calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores paranaenses. Engloba produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura, de plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, da pesca, etc. (SEAB, 2018).

**Tabela 19 – VBP por atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (R\$ 1,00)**

Ramo de Atividade	2015		2016		2017	
	Valor Deflacionado	Participação %	Valor Deflacionado	Participação %	Valor Deflacionado	Participação %
Agricultura	149.658.324,55	77,22	152.244.550,14	77,56	159.091.759,36	76,62
Florestais	264.419,89	0,14	276.594,39	0,14	178.983,00	0,09
Pecuária	43.876.851,30	22,64	43.781.448,27	22,30	48.371.384,33	23,30
<b>Total</b>	<b>193.799.595,74</b>	<b>100,00</b>	<b>196.302.592,80</b>	<b>100,00</b>	<b>207.642.126,69</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB)/ Departamento de Economia Rural (DERAL). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

O resultado identificado na safra 2015-2016 mostrou que, em média de participação, a agricultura foi responsável por 77,13%, a pecuária com 22,75% e florestais com 0,12% da totalidade do VBP, Tabela 19.

Considerando o ano imediatamente anterior, a composição do VBP foi atendida com desempenho de 19,82% em 2015, seguido com crescimento de 1,29% em 2016 e de 5,78% em 2017. A queda de produção na safra 2015-2016 e a consequente redução nos níveis de crescimento do setor primário muito se deveu aos problemas climáticos e diminuição de produtividade das principais culturas.

O crescimento acumulado do VBP entre 2015 e 2017 foi de 7,14%, considerando os valores de R\$193.799.595,74 e 207.642.126,69, em decorrência da elevação de 6,30% na agricultura e aumento de 10,24% na pecuária, que formam a rede da agropecuária.

Esses dados são comprovados pelo desempenho médio das atividades agricultura e pecuária, que atingiram níveis de crescimento de 9,10% e 8,82%, respectivamente, e o fraco desempenho das florestais, com queda de 19,81%.

Considerando o período 2016-2017, o VBP respondeu pelo crescimento de 5,78%. Nessa linha, a agricultura teve crescimento de 4,50% e a pecuária de 10,48%, de acordo com dados levantados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB).

A agricultura, dentro do contexto do VBP do município é sua principal atividade, com participação de 77,13% do total, que lhe dá a condição de maior importância para a economia local com resultados expressivos, ou seja, crescimento de 21,07% no período 2014-2015, de 1,73% e no período 2015-2016 e de 4,50% no período 2016- 2017, que representou aumento de R\$6.847.209,22 para o segmento. A pecuária tem significativa participação na economia de Bandeirantes, representando, em média, 22,75% de participação do VBP. Ocorreu desempenho positivo nos períodos 2014-2015, de 16,21%, e em 2016-2017, de 10,48%; já no período de 2015-2016, ocorreu queda de 0,22%.



Em 2017, o município de Bandeirantes chegou a R\$204 milhões no VBP com os segmentos da agropecuária, com R\$159 milhões; pecuária com R\$48 milhões; e florestais com R\$178 mil. Isso foi proveniente dos rebanhos de suínos e gado leiteiro, plantéis de frangos, peixes, produção de soja, milho, trigo e hortifrutigranjeiro, entre outros.

Em relação ao Estado do Paraná, o VBP de Bandeirantes, considerando o ano de 2017, teve valor de R\$204 milhões, ficando na 143ª posição entre os 399 municípios paranaenses. No VBP – Agricultura o município é o 74º colocado no Estado, com valor de R\$159.091.759,36 milhões e, na pecuária, tem valor de R\$48.371.384,33 milhões, que o coloca na 255ª colocação no ranking do Estado.

Dado os valores do PIB de Mercado e per capita, o VABPB e VAF, o próximo foco é a geração direta de renda por meio de empregos formais e estabelecimentos no município de Bandeirantes.

#### 9.4 ESTABELECIMENTO E EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Em continuidade aos resultados apresentados até aqui, serão considerados dados estatísticos para visualizar a dinâmica quantitativa dos estabelecimentos por atividade econômica, que contribuem na geração de empregos do município de Bandeirantes, Tabela 20.

Essa análise retrata o comportamento e o reflexo da economia brasileira que, a partir de 2014, passou a conviver com crises econômica e política, da qual os resultados são sentidos em maior grau, principalmente nos municípios de pequeno porte.

**Tabela 20 – Estabelecimentos e Empregos por atividade econômica, período 2015-2017**

Atividades Econômicas	Estabelecimentos			Empregos		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Indústria	88	100	96	838	749	692
Construção Civil	37	25	25	50	41	31
Comércio/Serviços	710	681	670	3.974	3.934	3.947
Agropecuária	122	115	100	1.663	1.681	1.376
<b>Total Geral</b>	<b>957</b>	<b>921</b>	<b>891</b>	<b>6.525</b>	<b>6.405</b>	<b>6.046</b>

Fonte: MTE/RAIS/IPARDES, 2018. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

No período compreendido entre 2015 e 2017, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a análise é composta pela composição dos estabelecimentos e empregos existentes no município de Bandeirantes e considerando as médias durante o período referido.

Na composição dos estabelecimentos, o setor de comércio/serviços participou com 74,43%, a construção civil com 3,14%, a indústria com 10,26% e o setor agropecuário com 12,17% em relação à média da totalidade dos estabelecimentos. Juntos, esses três últimos setores responderam por 25,57% dos estabelecimentos do município. Com esses dados, fica clara o valor do setor de comércio/serviços na composição dos estabelecimentos do município.

Na composição do emprego, o setor de comércio/serviços lidera a ocupação de trabalhadores do município que, em média, corresponde 62,47% dos postos de trabalho, enquanto a construção civil corresponde a 0,64%, a indústria equivale a 12,01% e a agropecuária corresponde a 24,87%. Assim, esses três últimos setores somam 29,44% de participação na empregabilidade formal do município, que é um percentual de bastante significância para a totalidade dos empregos.

O setor de comércio/serviços, durante o período 2015-2017, apresentou decréscimo 3,34% em relação à quantidade de estabelecimentos e, no emprego, obteve queda de 0,28%. O setor de comércio/serviços apresentou decréscimo em todos os períodos analisados, tanto no contexto dos estabelecimentos quanto nos empregos.

O setor da indústria, em média, durante o período 2015-2017, teve queda de -1,64% na quantidade de estabelecimentos e decréscimo de -5,68% nos empregos. O setor agropecuário, em média, apontou decréscimo de -5,98% na quantidade de estabelecimentos e crescimento de 6,47% dos empregos no mesmo período. E os estabelecimentos da construção tiveram decréscimo de -22,88%, com queda de -28,31% dos empregos.

Ao analisar sob a ótica do crescimento acumulado da quantidade de estabelecimentos e de empregos entre os anos de 2015 e 2017, detectou-se que, em relação aos estabelecimentos, decresceram a construção civil em -32,43%, a agropecuária em -18,03% e o comércio/serviços em -5,63%. Somente a indústria obteve crescimento de 9,09%. Esses resultados motivaram a queda no total dos estabelecimentos na ordem 6,90%.

De outro lado, o crescimento acumulado do emprego apresentou quedas substanciais em todos os setores: da indústria, de -17,42%, da construção civil, de -38,00%, do comércio/serviços, de -0,68%, e da agropecuária, de -17,26%. Na mesma linha, o emprego total teve obteve queda de -7,34% entre 2015 e 2017.

Em síntese, a equivalência média da quantidade de trabalhadores por estabelecimento obedece a seguinte ordem: a agropecuária lidera o ranking com 14,01; a construção civil tem 1,40 trabalhadores por estabelecimento; a indústria tem 8,02 trabalhadores por estabelecimento; e o comércio/serviços tem 5,75 trabalhadores por estabelecimento. A média geral é de 6,85 trabalhadores por estabelecimento, comprovando a relevância socioeconômica do setor agropecuário, e a necessidade de envidar esforços para atrair investimentos capazes de gerar mais emprego e renda para os demais setores do município de Bandeirantes.

Em se tratando de emprego por gênero, em média, os trabalhadores de sexo masculino predominam a ocupação no município de Bandeirantes com 54,78%, representando, em média, 3.465 pessoas, enquanto o sexo feminino é representado por 45,22%, correspondendo à média de 2.860 trabalhadores nos diversos setores (RAIS, 2018).

A relação emprego/estabelecimento sustenta a importância da cidade nos ramos de comércio e serviços. Conforme dados econômicos analisados anteriormente, o setor mostra nessa relação quão relevante é a sua participação na geração de emprego e renda, isso quer dizer que a entrada de novas empresas e o incentivo permanente para as existentes credenciam a possibilidade de criação de novos empregos.

Assim sendo, objetivando o crescimento e a diversificação do setor industrial e considerando a produção agropecuária a ser transformada internamente, deverá ser dado um novo desenho ao aproveitamento das potencialidades locais no processamento industrial dos produtos primários, como forma de agregar valores.

Analisando os dados da população ocupada, com referência a média do período 2015-2017, no município de Bandeirantes, verifica-se que a maior parte da mão de obra empregada formalmente está alocada no setor de comércio/serviços, assim como ocorre na maioria dos municípios brasileiros. No setor de comércio varejista está alocada a maior parte dos trabalhadores do município, correspondendo a 21,45% dos empregos. No setor de serviços, o segmento de serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão é o que mais emprega no município. Merecem destaque também os empregos no segmento de administração pública direta e indireta, responsável por 14,64% da totalidade dos empregos do município.

Esses números sugerem a necessidade de fomentar a atividade privada e a atenção aos setores produtivos da economia no sentido de criar mais empregos nas atividades privadas, de forma a minimizar a dependência da administração pública e das transferências de renda do governo federal, tais como previdência social e bolsas famílias, entre outros, muito embora mostrem a importância do setor público na geração de empregos e renda.

Devido à representação econômica, o Governo Municipal deverá estar atento para desenvolver políticas econômicas e estratégias para incentivar as empresas existentes no comércio/serviços e na agropecuária, além de proporcionar a entrada de novos estabelecimentos industriais devido à sua capacidade de promover geração de renda e empregos, porém tratamento semelhante deve ser dado aos demais setores.

## 9.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA ECONOMIA

Existem recursos de gestão empreendedora que, se bem utilizados, serão capazes de disponibilizar condições técnicas, educacionais e de infraestrutura, até que venham oferecer possibilidades ao setor produtivo e de serviços em diversificar as ações comerciais, tanto na área rural como na implantação de indústria ou agroindústria, fomentando economia local.

O município de Bandeirantes é detentor de importantes empresas comerciais, indústria e agropecuária, além de contar com instituições públicas para atender a população inerente ao

próprio município e população em geral, colocando-se como uma cidade muito atrativa turisticamente e para investimentos.

Analisando a evolução real do PIB, indicador mais relevante da economia, constata-se, nos dois últimos anos, uma situação de estabilidade. No entanto, os desempenhos em 2015 e 2016 foram relevantes, com índices de crescimento superiores aos níveis nacionais.

No período analisado, a média de crescimento do PIB de mercado pode ser considerada relevante se compararmos com o momento macroeconômico contabilizado no período em análise. O resultado satisfatório se deveu aos períodos de 2014-2015 e 2015-2016, que apresentou crescimento dos indicadores. A exceção foi o período 2013-2014, quando houve saldo negativo de -1,39%, o que serve de alerta para minimizar as volatilidades que a economia pode oferecer para o mercado e, por extensão, para todas as atividades socioeconômicas.

De outro lado, o PIB per capita médio apresentou desempenho superior o PIB de Mercado em igual período. Em 2014, assim como o PIB de Mercado, o desempenho foi ruim. Já em 2015 e 2016 o índice foi expressivo se comparado à conjuntura econômica brasileira. Nesse sentido, identificou-se que a economia local tomou direção contrária à economia nacional, pois os indicadores do PIB de mercado e do Per Capita municipais ficaram acima da média brasileira.

Em resumo, os resultados do PIB de Mercado foram satisfatórios devido ao comportamento ocorrido em 2015 e 2016, em relação ao ano imediatamente anterior. Porém, esses resultados são reflexivos e auxiliam para vislumbrar entradas de investimentos diretos e indiretos para a implantação e materialização de empreendimentos com a finalidade de agregar a participação e decisões dos setores econômicos do município. O estimulante, nesse contexto, é que em 2015 e 2016, o índice do PIB foi significativo para conjecturar um horizonte de maior crescimento e desenvolvimento econômico e social. Outro fator motivador é que o crescimento econômico acumulado do município sinalizou 13,65% no PIB de Mercado e 14,20% no PIB per capita que, diante de toda dificuldade macroeconômica, foi um bom desempenho municipal.

Esses dados atuam como sinalizadores e novos choques de gestão são necessários para atingir maior escala de crescimento econômico local, assim como acontece com as perspectivas da conjuntura econômica brasileira. O crescimento econômico de Bandeirantes depende de ações provenientes da dinâmica dos empreendimentos dos setores de produção e serviços para que se visualizem meios e possibilidades que façam reverter os problemas encontrados nas análises do VABPB por Setor, que é um ponto de partida para a busca do desenvolvimento do município.

Considerando as análises quanto à participação setorial do VABPB no período 2014-2016, o setor de serviços foi o destaque do município no cenário econômico, seguido da agropecuária e da indústria. Nesse sentido, faz-se necessário encontrar meios capazes de viabilizar o desempenho do setor da agropecuária com crescimento acumulativo de 28,10% entre 2014 e 2016. De outro lado, a relevância da indústria, que teve 11,04% de crescimento acumulativo, e do setor de serviços, com crescimento acumulado de 9,48%, mostram desempenhos que precisam ser

acompanhados para serem mais contributivos e se constituírem na segunda força motriz para a economia de Bandeirantes.

No VAF, o setor da indústria assume a liderança no município, haja vista a formação de valores financeiros superiores aos demais setores. Porém, seu desempenho sofreu declínio em 2016, mesmo assim, trata-se de uma raiz econômica decisiva para o aumento da arrecadação municipal. A relevância do setor industrial, de acordo com VAF, é a constatação de valores expressivos, com crescimento acumulado de 92,20% no período 2015-2017.

O setor de produção primária assumiu a segunda colocação no ranking municipal do VAF, em que o setor primário é o mais relevante. Enquanto o setor de comércio/serviços apresenta-se como uma alternativa para a economia de Bandeirantes, pois é um setor que tem tudo por fazer, justamente por demonstrar níveis de contribuição menor em comparação aos demais setores.

Em um contexto setorial quanto à empregabilidade ficou evidente a força do setor de comércio e serviços, que respondeu por 62,47% dos empregos e 74,43% dos estabelecimentos do município de Bandeirantes e que, na proporcionalidade de trabalhador por estabelecimento, se destaca com 5,75 trabalhadores por estabelecimento, ratificando como a principal força econômica do município. Na busca do desenvolvimento econômico, é necessário explorar as potencialidades endógenas e exógenas nas áreas da indústria, do comércio e do turismo, entre outros, e fixar meta de crescimento ao setor industrial em seus níveis internos.

Conforme identificado nas análises setoriais da economia, ficou evidente a ausência de investimentos para alavancar, ainda mais, a produção industrial, como políticas públicas direcionadas para a formação de um parque industrial mais forte, ficando ao município, especialmente a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a diretriz de se buscar novos investidores, bem como maior atenção para as indústrias estabelecidas no município. O setor industrial pode, ainda, despontar como demanda potencial de emprego, devendo visualizado com mais atenção e ter políticas industriais efetivas para atração de mais investimentos na área, porque pode fazer a diferença para o desenvolvimento do município.

Apesar das incertezas e turbulências com que depara a economia nacional, o setor das indústrias é um segmento forte e de representatividade para composição do valor adicionado fiscal e. nessa linha de pensamento. é necessário ajuste e mecanismos políticos e econômicos para dinamizar mais o setor, estabelecendo metas e programas de incentivos, parcerias com instituições e cooperativas, assim como, também ao setor comércio/serviços e da agropecuária, como forma de prospectar indicadores sociais e econômicos que venham contribuir com a população e promover o desenvolvimento local.

Diante disso, algumas variáveis econômicas permitem ao gestor público uma visão mais ampla dessas questões, que podem auxiliar no planejamento municipal quanto à realidade local e como fazer para melhorar as condições de vida da população, notadamente a geração de emprego e renda, que são necessidades principais da população bandeirantense.

## 10. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

### 10.1 SAÚDE

O contexto socioeconômico e ambiental no qual se insere o Município, que engloba quadros de distribuição de renda, condições de moradia e o bem-estar social combinados à estrutura etária da população, entre outros aspectos, reflete na caracterização das doenças e internações de maior incidência na população do território.

A Saúde ofertada em Bandeirantes apresenta um arranjo descentralizado, que inclui o órgão administrativo (Secretaria Municipal de Saúde) e estruturas de atenção básica, média e alta complexidade. A Atenção Básica é composta pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Policlínica e Clínicas de Especialidade, conforme tabela a seguir:

**Tabela 21 – Equipamentos de Saúde**

Categoria	Equipamento	Endereço
Pronto Atendimento	Pronto Atendimento Municipal	Av. Edelina Meneghel Rando, 1.489, Centro
	Atendimento Materno e Infantil – AMI	Rua São Paulo, 1.675, Centro
Unidades Básicas de Saúde (UBS)	UBS Bela Vista	Rua Sussumi Tanaka, s/nº, Vila Bela Vista
	UBS Central	Rua São Paulo, 1.675, Centro
	UBS Dona Franquita – Sertãozinho	Distrito de Nossa Senhora da Candelária
	UBS Francisco Teixeira Ribeiro “Teixeirinha”	Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos, s/nº, Conj. Habitacional Humberto Teixeira I
	UBS IBC I	Rua Antônio Ragaze Bentivenha s/nº, Vila Santa Rita
	UBS IBC II	Rua Salvador Chianca, 386, Jardim Paraíso
	UBS Invernada	Rua São Sebastião s/nº, Bairro Invernada
	UBS Lordani	Rua Manoel Marques Godinho, s/nº, Vila Lordani
Policlínica	Atendimento Médico Especializado – AME	Rua Prefeito José Mário Junqueira, 661, Centro
Clínicas de Especialidade	Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	Rua Juvenal Mesquita, 83, Jardim Santa Terezinha
	Centro de Saúde da Mulher e da Criança	Av. Edelina Meneghel Rando, 341, Vila Macedo
	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Norte Pioneiro – SB8	Rua Dino Veiga, 320, Centro

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2019.



*Foto 24 – UBS Lordani*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Na comparação com o PDM de 2011, o número de UBS continua o mesmo, visto que houve o fechamento da UBS Usina Bandeirantes, mas houve a implantação da UBS Francisco Teixeira Ribeiro “Teixeirinha”.

*Foto 25 – UBS Francisco Teixeira Ribeiro “Teixeirinha”*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Em relação à atenção de média e alta complexidades, o atendimento é realizado na Sociedade Hospitalar Beneficente de Bandeirantes, conhecida como Santa Casa de Misericórdia, que atende o pronto socorro e o serviço de diagnóstico por imagem e dispõe de 142 leitos divididos entre



cirurgia geral, obstetrícia clínica e cirúrgica, pediatria clínica, clínica geral, média complexidade e alta complexidade.

O número de leitos na Santa Casa equivale a 4,41 leitos/mil habitantes, atendendo o mínimo exigido pela Organização Mundial de Saúde – OMS, de 3 a 5 leitos/mil habitantes. É notável a evolução em relação aos dados do PDM de 2011, quando havia 79 leitos reservados para o SUS, o que correspondia a 2,45 leitos/mil habitantes.

*Foto 26 – Sociedade Hospitalar Beneficente de Bandeirantes (Santa Casa)*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Bandeirantes integra o Consórcio Intermunicipal do Norte do Paraná – CISNOP, responsável por encaminhar os atendimentos de média e alta complexidade com especialidades que ultrapassam do valor de cobertura do SUS para outros municípios.

O Município conta, também, com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, o Incentivo de Integração do SUS – INTEGRASUS em hospitais de pequeno porte, o Fator de Incentivos ao Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa Universitária em Saúde – FIDEPS e outros que venham a ser instituídos por atos normativos para fins de custeio de ações de média e alta complexidade não financiados por procedimentos.

Há, ainda, clínicas médicas credenciadas que prestam serviços como angiologia, cardiologia, dermatologia, eletrocardiograma, eletroencefalograma, gastroenterologia, infectologia, mamografia, nefrologia, neurologia, neurologia pediátrica, obstetrícia de alto risco, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, psiquiatria, raio-X, reumatologia e ultrassonografia.

O Município dispõe de um hospital particular, o Hospital São Lucas, que presta serviços como gastroenterologia, endoscopia, radiologia, fisioterapia, clínico geral, ginecologia, cardiologia,

acupuntura, pneumologia, ortopedia, otorrinolaringologia, cirurgia geral, análises clínicas, pediatria, urologia, nutrição, neurologia e psicologia.

Em relação ao atendimento odontológico, Bandeirantes dispõe de consultórios odontológicos particulares integrados na atenção básica pelo Programa Saúde da Família, com equipes compostas por um cirurgião dentista e um atendente de consultório dentário.

### 10.1.1 VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

As atividades desenvolvidas pela Vigilância Sanitária englobam:

- Cadastro: coleta e organização de dados de todos os estabelecimentos de saúde para identificação das vertentes que a vigilância deve atuar;
- Inspeção Sanitária: avaliação e fiscalização de estabelecimentos para inspeção sobre o cumprimento dos requisitos da Legislação Sanitária;
- Investigação Sanitária de Eventos: avaliação dos estabelecimentos, serviços de saúde, produtos, condições ambientais e de trabalho, seguido da correção de desconformidades com a Legislação Sanitária;
- Monitoramento de produtos e situações de risco: acompanhamento avaliativo com controle de qualidade e dimensionamento de riscos e resultados com relação a produtos ou quaisquer situações consideradas de risco pela Vigilância Sanitária;
- Vigilância Ambiental: análise dos ambientes físicos sobre o controle da qualidade água para consumo, controle de resíduos sólidos e controle de vetores de transmissão de doenças, em especial roedores e insetos.

A Vigilância Epidemiológica tem como atribuições:

- Coleta e processamento, análise e interpretação de dados;
- Recomendação de medidas de controle apropriadas;
- Promoção de ações de controle indicadas;
- Avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas;
- Divulgação de informações pertinentes.



---

*Mapa 18 – Equipamentos Públicos de Saúde*



## 10.2 EDUCAÇÃO

O Município adota um conjunto de ações planejadas e executa políticas públicas que visam atender à demanda local e garantir o bem-estar social dos alunos matriculados na rede municipal de educação.

O Plano Municipal de Educação de Bandeirantes foi instituído pela Lei nº 247/2015. Em relação ao Plano Nacional de Educação, o Município vem cumprindo com a Meta 16, que prevê a oferta de formação continuada aos profissionais da educação básica em sua área de atuação, considerando necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.

A formação continuada dos professores é realizada por cursos online e cursos de capacitação ofertados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) no início e no meio do ano letivo. Atualmente, a formação continuada é entendida como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores.

O Município oferece, ainda, cursos do Programa Formação pela Escola (PFE), um programa de formação continuada à distância, que tem como objetivo fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

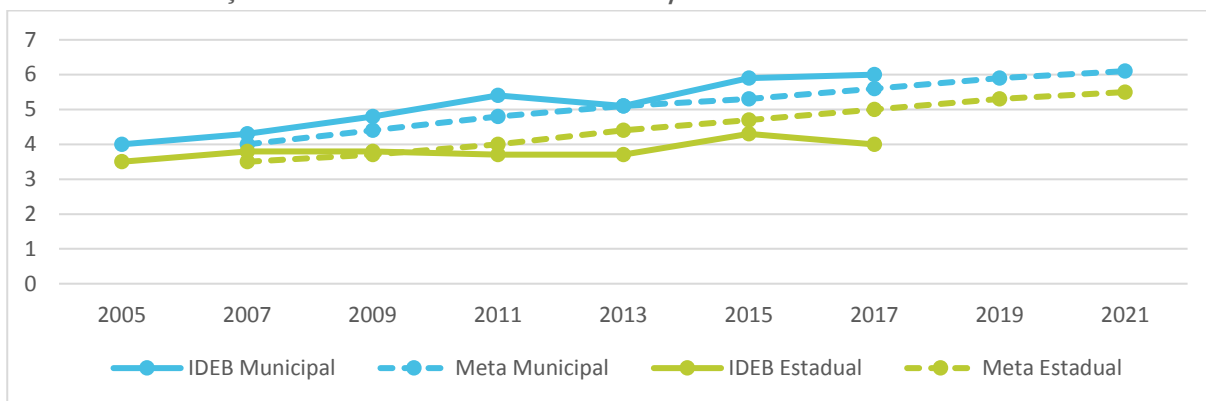
Diversos outros programas são desenvolvidos pelo setor da Educação através de parcerias, por exemplo:

- Conexão Professor LIVE, em parceria com a SEED;
- Olimpíadas de Língua Portuguesa;
- Programa Mais Alfabetização (PMAlfa);
- Prova Paraná;
- Projeto Futuro Integral na Escola, em parceria com o SESC;
- COOPER JOVEM, em parceria com o SICOOB;
- Jovens Empreendedores – JEPP, em parceria com o SEBRAE;
- Referencial Curricular em Ação;
- Implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Regime de Colaboração ProBNCC.

A qualidade do ensino é indicada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O Gráfico 10, a seguir, apresenta o IDEB das escolas da rede pública de Bandeirantes, onde nota-se

que as escolas municipais apresentaram melhor evolução na comparação com as escolas estaduais, atingindo ou superando a meta estabelecida para todos os anos analisados<sup>28</sup>.

**Gráfico 10 – Evolução do IDEB de Bandeirantes: Municipal e Estadual**



Fonte: INEP, 2019. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Segundo o Censo IBGE, o Município apresentava alta taxa de escolarização em 2010, com 97,8%, das crianças entre 6 a 14 anos na escola<sup>29</sup>. A Tabela 22, a seguir, apresenta o número total de matrículas e evasões no ensino fundamental e ensino médio entre 2017 e 2018.

**Tabela 22 – Matrículas e evasões escolares na rede municipal entre 2017 e 2018**

Nível de ensino		2017	2018
Educação Infantil	Matrículas	1.032	1.170
	Evasões	62	78
Ensino Fundamental	Matrículas	1.745	2.035
	Evasões	7	5
Educação de Jovens e Adultos	Matrículas	105	80
	Evasões	3	3

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e DRZ Gestão de Cidades, 2019

As vagas são ofertadas através da SME e do site da Prefeitura Municipal, de acordo com o número de vagas existentes nos CMEI. Segundo a SME, o setor enfrenta dificuldades provocadas pela burocracia e demora dos processos licitatórios, que prejudicam o planejamento das ações, e pela dificuldade de execução de obras, tanto que diversas escolas demandam reformas e ampliações.

<sup>28</sup> INEP, 2019.

<sup>29</sup> IBGE Cidades, 2019.

## 10.2.1 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEI

Atualmente, o Município de Bandeirantes dispõe de oito Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), todos localizados na Sede Municipal. A Tabela 23 seguir apresenta a lista dos CMEI de Bandeirantes:

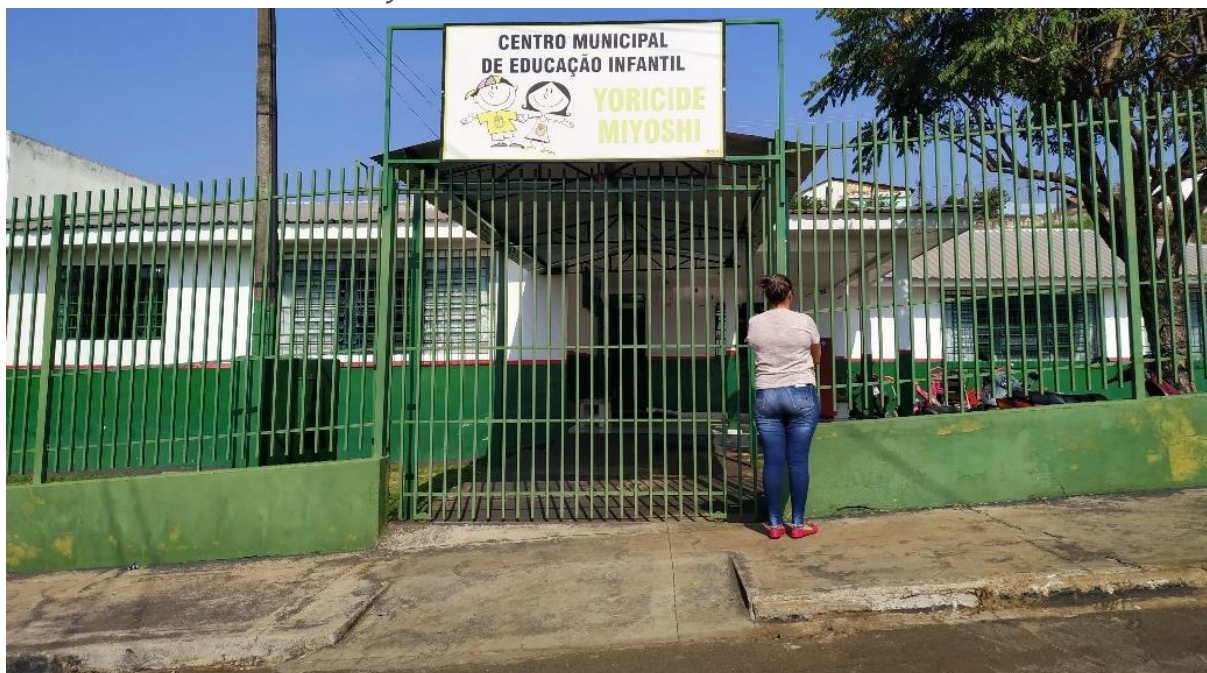
*Tabela 23 – Centros Municipais de Educação Infantil*

CMEI	Endereço	Horário	Atende à demanda
CMEI Dr. Bezerra de Menezes	Rua Francisca Alves Morilha, 650, Vila IBC	6h00 às 18h00	sim
CMEI Maria Alzira de Souza Trindade	Rua Luiz Andre da Silva, s/n, Jardim Ana Rosa	6h00 às 18h00	sim
CMEI Paulo Meneghel	Rua Piracicaba, s/n, Vila Maria	6h00 às 18h00	não
CMEI Prof. João do Carmo Santiago	Rua Crispiniano Souto Sobrinho, 245, Vila São Pedro	6h00 às 18h00	sim
CMEI Rotary	Rua Candido M. Trindade, Vila Pompeia	6h00 às 18h00	sim
CMEI Santa Rita de Cássia	Rua Eurípedes Rodrigues, 413, Centro	6h00 às 18h00	sim
CMEI Tei Matida	Rua Sussumi Tanaka, s/n, Vila Bela Vista	6h00 às 18h00	não
CMEI Ver. Yoricide Miyoshi	Rua Pref. Agenor Ferreira dos Santos, 927, Jardim Morumbi	6h00 às 18h00	s/i*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e DRZ Gestão de Cidades, 2019



Foto 27 – CMEI Ver. Yoricide Miyoshi



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Na comparação com o Plano Diretor de 2011, um novo CMEI foi implantado em Bandeirantes: o CMEI Maria Alzira de Souza Trindade. Entretanto, constata-se, atualmente, a necessidade de ampliações ou implantação de novos CMEI, visto que os CMEI Paulo Meneghel e Tei Matida não atendem à demanda atual e que o Distrito da Candelária não dispõe de CMEI.

Desde a aprovação do Plano Diretor de 2011, todos os CMEI de Bandeirantes foram reformados, com exceção do CMEI Tei Matida. Entretanto, a SME relatou a necessidade de novas obras de reforma em todos os CMEI, conforme Tabela 24 a seguir.

Tabela 24 – Necessidades de reformas nos Centros Municipais de Educação Infantil

CMEI	Estado de Conservação			Reformada nos últimos 10 anos	Necessária nova reforma
	Bom	Regular	Ruim		
CMEI Dr. Bezerra de Menezes		x		sim	sim
CMEI Maria Alzira de Souza Trindade	x			sim	sim
CMEI Paulo Meneghel	x			sim	sim
CMEI Prof. João do Carmo Santiago		x		sim	sim
CMEI Rotary		x		sim	sim
CMEI Santa Rita de Cássia		x		sim	sim
CMEI Tei Matida		x		não	sim
CMEI Ver. Yoricide Miyoshi	s/i*	s/i*	s/i*	s/i*	s/i*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e DRZ Gestão de Cidades, 2019. \*s/i: sem informação

Entre as obras de reforma emergenciais, destaca-se a necessidade de adequar os CMEI à acessibilidade, visto que, exceto do CMEI Maria Alzira de Souza Trindade, implantado em 2013, todos os CMEI do Município estão inadequados, conforme Tabela 25 a seguir.

**Tabela 25 – Acessibilidade dos Centros Municipais de Educação Infantil**

CMEI	Atende a acessibilidade	Se não, qual a inadequação?		
		Acesso	Dimensões	Instalações Sanitárias
CMEI Dr. Bezerra de Menezes	não	x	x	x
CMEI Maria Alzira de Souza Trindade	sim			
CMEI Paulo Meneghel	não	x	x	x
CMEI Prof. João do Carmo Santiago	não	x	x	x
CMEI Rotary	não	x	x	x
CMEI Santa Rita de Cássia	não	x	x	x
CMEI Tei Matilda	não	x	x	x
CMEI Ver. Yoricide Miyoshi	s/i*	s/i*	s/i*	s/i*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e DRZ Gestão de Cidades, 2019. \*s/i: sem informação

O quadro de funcionários dos CMEI contabiliza diretores, coordenador pedagógico (no CMEI Maria Alzira de Souza Trindade), professores, estagiários e auxiliares de serviços diversos como assistente infantil, atendente de creche, merendeira, auxiliar de cozinha e auxiliar de limpeza, entre outros, totalizando 158 funcionários, conforme Tabela 26 a seguir.

**Tabela 26 – Quadro de funcionários dos Centros Municipais de Educação Infantil**

CMEI	Diretora	Coordenadora Pedagógica	Professores	Estagiários	Serviços Diversos	Total
CMEI Dr. Bezerra de Menezes	1	-	9	3	6	19
CMEI Maria Alzira de Souza Trindade	1	1	20	6	11	39
CMEI Paulo Meneghel	1	-	11	4	4	20
CMEI Prof. João do Carmo Santiago	1	-	9	6	6	22
CMEI Rotary	1	-	11	2	5	19
CMEI Santa Rita de Cássia	1	-	9	2	4	16
CMEI Tei Matilda	1	-	13	3	6	23
CMEI Ver. Yoricide Miyoshi	s/i*	s/i*	s/i*	s/i*	s/i*	s/i*
Total	7	1	82	26	42	158

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2019. \*s/i: sem informação

## 10.2.2 ESCOLAS MUNICIPAIS

De acordo com a SME, Bandeirantes dispõe de onze Escolas Municipais de Ensino Fundamental – Ciclo I (EMEF), sendo sete localizadas na Sede Municipal, uma no Distrito de Nossa Senhora da Candelária e três na área rural. A Tabela 27, a seguir, apresenta a lista das EMEI de Bandeirantes, incluindo endereço, período de funcionamento e a capacidade de atendimento à demanda:

*Tabela 27 – Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental*

Escola Municipal	Endereço	Horário	Atende à demanda
EMEF Diógenes Eisenhut Pessoa de Vasconcelos	Rua Prof. Zulmira Moreira de Albuquerque, 103, Vila União	7h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00	não
EMEF Leda de Lima Canário	Rua São Paulo, 1.574, Centro	7h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00	não
EMEF Maria de Lourdes Guedes Mendes	Rua Isaura Matsubara, s/n, Lago Paraíso	7h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00	sim
EMEF Maria Inês Speer Faria	Rua São Paulo, 440, Vila Macedo	7h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00	sim
EMEF Moacyr Castanho	Rua Agenor F. dos Santos, s/n, C. H. Humberto Teixeira	7h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00	sim
EMEF Santa Terezinha	Rua dos Expedicionários, 270, Vila Moretti	7h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00	sim
EMEF Yukiti Matida	V. Eli Arantes Pereira, s/n, Bairro Bela Vista	7h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00	sim
EMEF Rural Felipe de Almeida Campos	Distrito de Nossa Senhora da Candelária	13h00 às 17h00	sim
EMEF Rural Ricieri Ormenezze	Estrada p/ Santa Amélia, km 2, Bairro Ormenezze	7h30 às 11h30	sim
EMEF Rural São Domingos	Estrada p/ Abatiá, km 18, Bairro Perobinha	7h30 às 11h30	sim
EMEF Rural Zulmira de Albuquerque	Estrada p/ Abatiá, km 2, Bairro Invernada	7h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00	sim

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e DRZ Gestão de Cidades, 2019



*Foto 28 – EMEF Maria de Lourdes Guedes Mendes*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

A relação das Escolas Municipais de Bandeirantes é a mesma apresentada no Plano Diretor de 2011. Segundo a SME, duas escolas não atendem à demanda atual: a EMEF Diógenes Eisenhut Pessoa de Vasconcelos e a EMEF Leda de Lima Canário. Entretanto, quase todas as escolas passaram por obras de reforma na última década. A exceção são a EMEF Maria Inês Speer Faria, EMEF Moacyr Castanho e EMEF Rural Felipe de Almeida Campos (Foto 29).

*Foto 29 – EMEF Felipe de Almeida Campos, Colégio Est. Nossa Senhora da Candelária*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Além destas, segundo a SME, outras escolas demandam novas obras de reforma, conforme Tabela 28 a seguir:

**Tabela 28 – Necessidades de reformas nas Escolas Municipais**

Escola Municipal	Estado de Conservação			Reformada nos últimos 10 anos	Necessária nova reforma
	Bom	Regular	Ruim		
EMEF Diógenes Eisenhut Pessoa de Vasconcelos	x			sim	não
EMEF Leda de Lima Canário		x		sim	sim
EMEF Maria de Lourdes Guedes Mendes		x		sim	sim
EMEF Maria Inês Speer Faria			x	não	sim
EMEF Moacyr Castanho		x		não	sim
EMEF Santa Terezinha	s/i*	s/i*	s/i*	s/i*	s/i*
EMEF Yukiti Matida		x		sim	sim
EMEF Rural Felipe de Almeida Campos	x			não	não
EMEF Rural Ricieri Ormenezze		x		sim	sim
EMEF Rural São Domingos		x		sim	sim
EMEF Rural Zulmira de Albuquerque		x		sim	sim

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e DRZ Gestão de Cidades, 2019. \*s/i: sem informação

Entre as obras de reforma emergenciais, destaca-se, da mesma forma que os CMEl, a necessidade de adequação de algumas EMEF à acessibilidade universal, visto que a maioria delas está inadequada, conforme Tabela 29 a seguir.

**Tabela 29 – Acessibilidade nas Escolas Municipais**

Escola Municipal	Atende a acessibilidade	Se não, qual a inadequação?		
		Acesso	Dimensões	Instalações Sanitárias
E.M. Diógenes Eisenhut Pessoa de Vasconcelos	sim	-	-	-
E.M. Leda de Lima Canário	parcialmente	s/i*	s/i*	s/i*
E.M. Maria de Lourdes Guedes Mendes	não	x	x	x
E.M. Maria Inês Speer Faria	não	x	x	x
E.M. Moacyr Castanho	não	x	x	x
E.M. Santa Terezinha	não	x	x	x
E.M. Yukiti Matida	parcialmente	s/i*	s/i*	s/i*
E.M. Rural Felipe de Almeida Campos	sim	-	-	-
E.M. Rural Ricieri Ormenezze	não	x	x	x
E.M. Rural São Domingos	não	x	x	x

E.M. Rural Zulmira de Albuquerque	não	x	x	x
-----------------------------------	-----	---	---	---

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e DRZ Gestão de Cidades, 2019. \*s/i: sem informação

O quadro de funcionários das EMEF conta com diretores, coordenadores pedagógicos, professores e auxiliares de serviços diversos como merendeira, auxiliar de cozinha e auxiliar de limpeza, entre outros, totalizando 283 funcionários, conforme Tabela 30 a seguir.

**Tabela 30 – Quadro de funcionários das Escolas Municipais**

Escola Municipal	Diretora	Coordenadora Pedagógica	Professores	Serviços Diversos	Total
CMEI Dr. Bezerra de Menezes	1	2	15	5	23
E.M. Diógenes Eisenhut Pessoa de Vasconcelos	1	4	41	17	63
E.M. Leda de Lima Canário	1	2	26	6	35
E.M. Maria de Lourdes Guedes Mendes	1	2	12	5	20
E.M. Maria Inês Speer Faria	1	3	20	4	28
E.M. Moacyr Castanho	1	3	25	9	38
E.M. Santa Terezinha	1	1	18	6	26
E.M. Yukiti Matida	1	-	10	3	14
E.M. Rural Felipe de Almeida Campos	1	-	5	2	8
E.M. Rural Ricieri Ormenezze	1	-	3	1	5
E.M. Rural São Domingos	1	1	16	5	23
Total	11	18	191	63	283

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2019.

### 10.2.3 ESCOLAS ESTADUAIS

Atualmente, a rede estadual de ensino em Bandeirantes é composta por dez escolas, sendo que uma delas foi implantada após a aprovação do Plano Diretor de 2011: a Escola Estadual do Campo Lourenço Ormenezze, que atende a população rural. A relação das escolas estaduais de Bandeirantes é apresentada na Tabela 31 a seguir.

**Tabela 31 – Escolas Estaduais**

Escolas Estaduais	Endereço
EEEF Bairro Bela Vista	Rua Ver. Eli Arantes Pereira, s/n
EEEF Cecília Meireles	Rua Zulmira Moreira de Albuquerque, 108, Vila União
EEEF Nóbrega da Cunha	Av. Pref. Moacyr Castanho, 1.403, Centro
EEEF do Campo Lourenço Ormenezze	Estr. para Santa Amélia, km 12, Ormenezze (Área Rural)

Escolas Estaduais	Endereço
EEEFEM Humberto Teixeira Ribeiro	Rua Pref. Agenor Ferreira dos Santos, s/n
CEEM Cyriaco Russo	Rua Benjamin Caetano Zambon, 530, Centro
CEEFEM Juvenal Mesquita	Rua São Paulo, 440, Vila Macedo
CEEFEM N. Sra. Candelária	Distrito de Nossa Senhora da Candelária
CEEFEM Prof. Mailon Medeiros	Rua São Paulo, 2.394, Centro
CEEFEM do Campo Usina Bandeirantes	Rod. BR-369, km 53, Usina Bandeirantes (Área Rural)

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

*Foto 30 – E.E. Nóbrega da Cunha*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019



*Foto 31 – E.E. Humberto Teixeira Ribeiro*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

#### 10.2.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Município vem investindo, ainda, na adaptação da estrutura física das unidades escolares através da construção de rampas de acessibilidade e banheiros adaptados, entre outros.

A EMEF Leda de Lima Canário está adaptada para atender alunos com deficiência intelectual, visual e auditiva. Atualmente, o quadro de alunos com deficiência atendidos pela escola é o seguinte:

- 10 alunos com deficiência visual;
- 2 alunos com deficiência auditiva;
- 23 alunos com deficiência intelectual.

Além desta, Bandeirantes dispõe da Escola Especial Pequeno Príncipe, situada à Rua Antonio Álvares Torres, 50, Jardim Paraíso. Trata-se de uma instituição privada de natureza filantrópica mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Bandeirantes.

#### 10.2.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é oferecida, pelo Município, em cinco escolas, totalizando 81 alunos.

Foto 32 – Educação de Jovens e Adultos – EJA



Fonte: Prefeitura Municipal de Bandeirantes, 2017. Disponível em: <<https://www.bandeirantes.pr.gov.br/noticia/print-noticia/379/eja-oportunidade-e-sem-limite-para-aprendizagem/>>. Acesso em 25 set. 2019.

### 10.2.6 ENSINO SUPERIOR

De acordo com Ministério da Educação, Bandeirantes conta com oito instituições de ensino superior, que ofertam ensino à distância e presencial, abrangendo instituições públicas e particulares, conforme Tabela 32 a seguir.

**Tabela 32 – Instituições de Ensino Superior**

Instituição	Administração	Endereço	Tipo de Ensino
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP	Pública Estadual	Rodovia BR-369, km 54, Centro	Presencial / EAD
		Rua dos Expedicionários, 270, Vila Moreti	EAD
Universidade Pitágoras – UNOPAR	Particular	Av. Edelina Meneghel Rando, 151, Vila Macedo	Presencial / EAD
Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR	Particular	Rua São Paulo, 1.759, Centro	EAD
Faculdade Educacional da Lapa - FAEL	Particular	Rodovia BR-369, km 57, Bela Vista	EAD
Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL	Particular	Rua Pref. José Mario Junqueira, 234, Centro	EAD
Universidade Estadual de Londrina - UEL	Pública Estadual	Rua dos Expedicionários, 270, Vila Moreti	EAD

Instituição	Administração	Endereço	Tipo de Ensino
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	Pública Estadual	Rua dos Expedicionários, 270, Vila Moreti	EAD
Universidade Paulista - UNIP	Particular	Rua Antonio Sartori, 981, Centro	EAD

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Entre os *campi* universitários presentes no município, destaca-se o *Campus* Luiz Meneghel da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, mantido pelo governo do Estado do Paraná e que oferece, entre os períodos matutino, vespertino e noturno, os cursos de Ciências Agrônômicas, Ciências Biológicas, Enfermagem, Medicina Veterinária, Sistemas de Informação e Ciências da Computação.

*Foto 33 – Campus da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

A Unidade Bandeirantes da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, se localiza em um edifício cedido pelo Município e oferece, na modalidade presencial, cursos de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Direito e Agronomia e, na modalidade à distância, oferece os cursos de História, Letras, Administração, Pedagogia, Geografia, Serviço Social e Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, entre outros.



Foto 34 – Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Unidade Bandeirantes



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

O Polo de Apoio Presencial UAB Bandeirantes tem parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Universidade Estadual de Londrina – UEL e a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, e atende 120 alunos nos cursos a seguir:

- Bacharelado em Administração Pública, com 10 alunos;
- Tecnólogo em Administração Pública, com 17 alunos;
- Computação, com 10 alunos;
- Licenciatura em Letras – Espanhol, com 25 alunos;
- Especialização em Ensino de Biologia, com 15 alunos;
- Especialização em Educação Física Inclusiva, com 15 alunos;
- Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, com 15 alunos;
- Especialização em Ensino de Língua Inglesa, com 13 alunos.

O Município de Bandeirantes oferece, através da SME, o Cursinho Municipal Pré-Vestibular de Bandeirantes, de forma totalmente gratuita. A principal meta do cursinho é qualificar os jovens para realizar os vestibulares e o ENEM. Atualmente, o Cursinho conta com 90 alunos e teve alto número de aprovações no ENEM e em vestibulares, especialmente da UENP.

#### 10.2.7 ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Bandeirantes dispõe do Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Ozório Gonçalves de Nogueira, localizado em uma área de 8.000m<sup>2</sup> situada na Rua São Paulo, nº 3.161, que oferece educação profissional técnica de nível médio e subsequente, com estrutura adequada que inclui

laboratórios específicos e professores qualificados. Os cursos oferecidos pelo CEEP constam na Tabela 33 a seguir:

**Tabela 33 – Cursos oferecidos pelo Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP)**

Curso	Nível	Período	Alunos
Técnico em Alimentos	Médio Integrado	Matutino	133
Técnico em Mecatrônica			
Técnico em Cozinha			
Técnico em Enfermagem	Médio Subsequente	Noturno	269
Técnico em Alimentos			
Técnico em Eletrotécnica			
Técnico em Mecatrônica			

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

## 10.2.8 TRANSPORTE ESCOLAR

Buscando efetivar o direito à Educação, garantido pela Constituição, Bandeirantes oferece transporte escolar gratuito aos munícipes, destinado aos alunos que vivem na área rural e, em casos específicos, na área urbana.

O Município dispõe de 31 rotas, incluindo a área urbana e a área rural, e uma frota própria de 10 veículos, atendendo 568 alunos nos períodos da manhã, da tarde e da noite. Além dessas, há 73 rotas terceirizadas, incluindo também as áreas urbanas e rural, e uma frota terceirizada de 24 veículos, que atendem 414 alunos nos períodos da manhã, da tarde e da noite.

Além do transporte escolar, o Município oferece transporte universitário gratuito a cerca de 210 alunos que estudam em municípios vizinhos, conforme a seguir:

**Tabela 34 – Transporte universitário**

Município	Número de ônibus	Instituição	Total de alunos
Assis, SP	1	UNIP	45
Cornélio Procopio, PR	3	FACCRI, UTFPR, UNOPAR 2, Campus	45
		Dom Bosco, Centro, Fakcen, UNOPAR 1	15
		UENP	60
Jacarezinho, PR	1	UENP (Direito), FAFIJA, FAEFIJA	43

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

### 10.2.9 MERENDA ESCOLAR

A merenda escolar refere-se à refeição que os alunos realizam nas escolas, especialmente nos intervalos das aulas. O Município utiliza 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os alimentos são comprados diretamente dos produtores locais, compreendendo gêneros alimentícios seguros e diversificados, conforme a sazonalidade, respeitando a cultura, a tradição, os hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento sustentável, além de estimular a agricultura familiar. Esta iniciativa tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública.



---

*Mapa 19 – Equipamentos Públicos de Educação*





### 10.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria Municipal da Assistência Social e Assuntos da Família (SMAS) de Bandeirantes dispõe dos equipamentos apresentados na Tabela 35, a seguir, para atender à população:

*Tabela 35 – Equipamentos de Assistência Social*

Equipamento	Endereço	Estado de conservação	Atende à demanda	Atende à norma de acessibilidade
Secretaria de Assistência Social	Rua Dino Veiga, 29, 1º andar	bom	sim	não
CRAS	Rua Dino Veiga, 29, térreo	bom	sim	sim
CREAS	Rua Manoel Maria Torrado, 20	bom	sim	sim

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e DRZ Gestão de Cidades, 2019

Na comparação com o cenário existente na aprovação do Plano Diretor de 2011, foi concluído o novo edifício do CREAS, em 2015, que até então funcionava em espaço alugado. Em 2018, foi realizada uma reforma completa do edifício que abriga o CRAS e a Sede da Secretaria. Entretanto, não houve a implantação de um sanitário adaptado, nem de uma rampa ou elevador para acessar a Sede da Secretaria, que se encontra, atualmente, incompatível à norma de acessibilidade.

De acordo com a SMAS, há a demanda a implantação dos seguintes equipamentos no Município:

- Casa de Passagem ou albergue;
- Serviço para Acolhimento de Adolescentes ou abrigo para adolescentes;
- Centro de Convivência de Idosos.

A capacitação dos funcionários ocorre nas três dimensões: municipal, estadual e federal, conforme a necessidade das equipes técnicas.

Bandeirantes dispõe de conselhos municipais em pleno funcionamento e com atuação direta na política pública de assistência social, sendo eles:

- Conselho Tutelar;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Segundo a SMAS, há 4.541 famílias cadastradas no Cadastro Único em Bandeirantes. No que se refere aos programas realizados pela Secretaria, são realizados pelo CRAS os seguintes programas de proteção básica:

- Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que atende 70 mulheres em oficinas que buscam, através do artesanato e de rodas de conversa, socializar, integrar e resgatar a cidadania;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que atende 320 pessoas de baixa renda entre crianças, jovens, adultos e idosos em atividades esportivas ou culturais que trabalham a inclusão social, a socialização e o resgate da cidadania como oficinas de judô, capoeira, música, natação e hidroginástica;
- Programa Bolsa Família, que beneficia 1.049 famílias de baixa renda através da transferência de renda pelo governo federal;
- Concessão de Benefícios Individuais, que são benefícios concedidos eventualmente à população de baixa renda conforme sua necessidade como auxílio-funeral, cesta básica, emissão de 2ª via de documentos, foto 3x4 e passagem a itinerantes, entre outros.

*Foto 35 – Projeto Social de Música*



Fonte: Prefeitura do Município de Bandeirantes, 2018. Disponível em:  
<<https://www.bandeirantes.pr.gov.br/noticia/81/musica-como-instrumentos-de-transformacao-social/>>. Acesso em  
01 out. 2019.

*Foto 36 – Oficina de Judô*



Fonte: Prefeitura do Município de Bandeirantes, 2018. Disponível em:  
<<https://www.bandeirantes.pr.gov.br/noticia/88/judo-atrai-criancas-e-adolescentes-para-o-servico-de-convivencia-do-cras/>>. Acesso em 01 out. 2019.

O CREAS realiza os seguintes programas de proteção especial:

- Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que realiza o acompanhamento e atendimento mensal a pessoas com direitos violados de 50 famílias;
- Serviço de Atendimento a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, que realiza o acompanhamento e orientação de 40 adolescentes encaminhados pelo Poder Judiciário, através de cursos e palestras.



## 10.4 ESPORTE E LAZER

O Município é responsável pela manutenção dos equipamentos esportivos e recreacionais localizados em Bandeirantes. Os principais equipamentos esportivos públicos do Município são o Estádio Municipal Luiz Meneghel e o Ginásio Esportivo 14 de Novembro (Chinelão). Além destes, há equipamentos esportivos espalhados por toda área urbana e área rural do Município como quadras poliesportivas, campos de futebol e academias da 3ª idade, entre outros.

*Foto 37 – Quadra poliesportiva e Academia da 3ª Idade no Conj. Hab. Dr. Celso Pontes*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

*Foto 38 – Cancha de bocha em praça pública na Vila Lordani*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Dentre as áreas de lazer municipais, a que mais se destaca na malha urbana é o Parque do Povo, inaugurado em 2016, uma das maiores conquistas do Município desde a aprovação do Plano Diretor de 2011. Entretanto, a quantidade de equipamentos de lazer em Bandeirantes ainda é insuficiente para atender a população como um todo. Dessa, forma, o Município tem a intenção de implantar um novo parque público junto ao Ribeirão das Antas, próximo ao acesso do Bairro Invernada, uma das entradas da cidade a partir da Rodovia BR-369.

*Foto 39 – Parque do Povo*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019



## 10.5 CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

O Município de Bandeirantes dispõe de dois cemitérios, um na Sede Municipal e outro no Distrito da Candelária. De acordo com o IAP, ambos não têm licença ambiental. O Município dispõe de uma capela mortuária, a Capela Mortuária Manoel Maria Torrado.

*Foto 40 – Cemitério Municipal*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

## 10.6 SEGURANÇA

Bandeirantes conta com uma delegacia da Polícia Militar do Paraná, que integra o 18º Batalhão de Polícia Militar (BPM) do 2º Comando Regional de Polícia Militar do Estado do Paraná, o qual é dividido em três companhias:

- 1ª Companhia do 18º BPM, com sede em Cornélio Procópio;
- 2ª Companhia do 18º BPM, com sede em Bandeirantes;
- 3ª Companhia do 18º BPM, com sede em Assaí.

Há uma delegacia da Polícia Civil do Paraná, a 39ª Delegacia Regional de Polícia de Bandeirantes, que integra a 11ª Subdivisão Policial (SDP), sediada em Cornélio Procópio.

Bandeirantes é atendida pela 3ª Seção do Corpo de Bombeiros do Paraná, com sede em Bandeirantes e vinculada ao 3º Subgrupamento de Bombeiros, sediado em Cornélio Procópio que, por sua vez, integra o 3º Grupamento de Bombeiros, sediado em Londrina.

*Tabela 36 – Equipamentos de Segurança*

Equipamento	Endereço
2ª Cia. do 18º BPM	Rua Eurípedes Rodrigues, 1.107
39ª Delegacia da Polícia Civil do Paraná	Avenida Edelina Meneghel Rendo, 2.729, Centro



3ª Seção de Bombeiros, 3º SGB, 3º GB

Avenida Edelina Meneghel Rando, 375

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e DRZ Gestão de Cidades, 2019

*Foto 41 – 2ª Companhia do 18º BPM*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

*Foto 42 – 39ª Delegacia Regional da Polícia Civil*



Fonte: Polícia Civil, 2019. Disponível em:

<<http://www.dpi.policiacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>>. Acesso em 2 out. 2019.

*Foto 43 – Corpo de Bombeiros*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Em relação à Defesa Civil, o Município é atendido pela 3ª Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil (CORPDEC), sediada em Londrina, que atende 40 municípios do Norte Pioneiro do Paraná. O Município dispõe, ainda, de um Tiro de Guerra, o TG 05-013.

*Foto 44 – Tiro de Guerra de Bandeirantes (TG 05-013)*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

---

*Mapa 20 – Equipamentos Diversos*



## 11. SANEAMENTO BÁSICO

O conceito de saneamento básico engloba quatro serviços essenciais: abastecimento de água, coleta de esgotos, coleta de resíduos sólidos e drenagem pluvial. Em Bandeirantes, os órgãos responsáveis pelo saneamento básico são:

- Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, criado pela Lei Municipal nº 592/1966, responsável pelo abastecimento de água e pela coleta e tratamento de esgotos;
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, responsável pela coleta de resíduos sólidos;
- Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano, responsável pelo sistema de drenagem pluvial.

O Município dispõe de Plano Municipal de Saneamento Básico que, atualmente, se encontra em processo de revisão.

### 11.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O serviço de captação, tratamento e abastecimento de água potável em Bandeirantes é operado e administrado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE. A rede de abastecimento de água tratada conta com cerca de 13.800 ligações e atende 100% das áreas urbanas da Sede Municipal e do Distrito de Nossa Senhora da Candelária, além da Vila Rural Perobinha e Vila Rural Olaria. Este índice demonstra uma evolução na comparação com o PDM de 2011, quando o abastecimento de água atendia cerca de 80% dos domicílios urbanos.

Atualmente, a captação é realizada de duas formas:

- Captação superficial no Rio das Cinzas, com capacidade de captação de  $248\text{m}^3/\text{h}^{30}$ ;
- Captação subterrânea em sete poços tubulares profundos, sendo seis na Sede Municipal (dois no Aquífero Serra Geral e quatro no Aquífero Guarani) e um no Distrito de Nossa Senhora da Candelária (no Aquífero Serra Geral), com capacidade total de captação superior a  $400\text{m}^3/\text{h}^{31}$ .

Recentemente, o SAAE realizou a substituição das bombas de dois poços, porém não houve interrupção no abastecimento. Na comparação com o PDM de 2011, o SAAE realizou a construção dos seguintes poços tubulares profundos de captação:

- Poço 4 no Aquífero Guarani, localizado no Jardim HP e perfurado em 2012;

<sup>30</sup> SAAE, 2019. Disponível em: <https://www.saaebandeirantes.com.br/empresa>. Acesso em 17 set. 2019.

<sup>31</sup> SAAE, 2019. Disponível em: <https://www.saaebandeirantes.com.br/empresa>. Acesso em 17 set. 2019.



- Poço SG3 no Aquífero Serra Geral, localizado no Conjunto José Carvalho Henriques e perfurado em 2019.

No mesmo período, foram construídos dois reservatórios para armazenamento e distribuição de água tratada, sendo um reservatório apoiado em concreto armado com capacidade de 500m<sup>3</sup> e um reservatório elevado com capacidade de 120m<sup>3</sup>. O tratamento da água segue os parâmetros da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde, com monitoramento em laboratório próprio do SAAE.

*Foto 45 – Pátio da Sede Administrativa do SAAE*



Fonte: SAAE, 2019.

*Foto 46 – Laboratório de monitoramento do SAAE*



Fonte: SAAE, 2019.

A Tabela 37, a seguir, apresenta o número de unidades e ligações à rede de abastecimento de água. Entre 2011 (ano de elaboração do PDM vigente) e 2017 (últimos dados disponíveis), segundo o IPARDES, o número de ligações à rede de abastecimento de água do SAAE passou de 11.225 para 12.396, representando um aumento de 10,43%.

*Tabela 37 – Abastecimento de água no Município de Bandeirantes entre 2011 e 2017*

Categoria	Período						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Unidades atendidas	12.242	12.283	12.313	11.724	11.945	12.329	12.456
Unidades residenciais atendidas	11.225	11.265	11.276	10.534	11.680	11.121	11.247
Ligações	11.225	11.265	11.276	11.724	11.945	12.329	12.396

Fonte: Base de dados do IPARDES, 2019.

A Tabela 38 apresenta a crescimento de consumo de água entre 2011 e 2017, que aumentou 10,71% no período, informação que indica um aumento proporcional do consumo de água em relação ao número de ligações.

*Tabela 38 – Abastecimento de água: consumo anual (m³)*

Consumo de água	Período						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017





Volume faturado (m³)	1.830.000	3.743.970	2.166.830	2.150.000	2.034.000	2.009.000	2.026.000
----------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Base de dados do IPARDES, 2019.

Segundo o Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água desenvolvido pela Agência Nacional das Águas – ANA, a demanda urbana média de água potável em Bandeirantes, em 2015, era de 72L/s, com previsão de aumento para 73L/s<sup>32</sup> em 2025. A mesma fonte apontou que essa demanda será satisfatoriamente atendida pelo sistema de abastecimento de água do Município.

Encontra-se em fase final de elaboração pelo Consórcio CODES, contratado em parceria com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, um projeto de realização de melhorias que envolve todo o sistema de abastecimento de água da área urbana da Sede Municipal de Bandeirantes.

---

<sup>32</sup> Agência Nacional de Águas – ANA. Atlas Brasil. Abastecimento Urbano de Água. Disponível em: <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/ConsultaDados.aspx>. Acesso em 17 set. 2019.

---

*Mapa 21 – Rede de Abastecimento de Água*



## 11.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O sistema de coleta e tratamento de esgotamento sanitário em Bandeirantes atende 97% dos domicílios urbanos da Sede Municipal, segundo o SAAE, índice que demonstra uma evolução na comparação com os dados do PDM de 2011, quando a rede de coleta e tratamento de esgotos atingia 90% das áreas urbanas. A expansão da rede priorizou os novos loteamentos implantados na última década.

Os bairros não atendidos pela rede de coleta e tratamento de esgotos se encontram em altitudes mais baixas do que a rede ou apresentam problemas pontuais. Nestas áreas, ocorrem problemas como o lançamento clandestino de esgotos nas galerias de drenagem, especialmente nos bairros situados entre a Vila União e o Jardim Paraíso. Outro problema é o lançamento de esgotos in natura no curso d'água que passa sob o Terminal Rodoviário, provenientes de ocupações irregulares localizadas no Conjunto Ouro Verde.

O SAAE não dispõe de um programa para substituição de fossas negras e não dispõe de pessoal para fiscalizar a instalação e manutenção de fossas sépticas. Há, porém, a disponibilização, aos usuários, do serviço de esgotamento de fossas com caminhão Auto Fossa.

Atualmente, o sistema de tratamento de esgotos de Bandeirantes passa por obras de ampliação, que englobam a construção da Lagoa Facultativa e da Estação Elevatória de Esgotos – EEE, em parceria entre o Município e a FUNASA. No Distrito de Nossa Senhora da Candelária, está sendo implementada uma estação compacta de tratamento de esgotos, que irá atender a 100% da área urbana do Distrito.

Foto 47 – ETE Bandeirantes



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

A Tabela 39, a seguir, apresenta o número de unidades atendidas e ligações no período entre 2011 (ano de elaboração do PDM vigente) e 2017 (últimos dados disponíveis), demonstrando um crescimento de 20,62% do número de unidades atendidas pela rede de coleta de esgotos em Bandeirantes.

Tabela 39 – Unidades atendidas e ligações da rede coletora de esgotos entre 2011 e 2017

Categoria	Período						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Unidades atendidas	10.500	11.231	11.467	11.010	11.302	11.647	12.665
Unidades residenciais atendidas	9.858	10.076	10.738	9.878	10.158	10.493	11.392
Ligações	10.500	10.553	10.670	11.010	11.231	11.647	11.715

Fonte: Base de dados do IPARDES, 2019



---

*Mapa 22 – Rede de Esgotamento Sanitário*







### 11.3 RESÍDUOS SÓLIDOS

Segundo o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) de Bandeirantes, elaborado em 2009, toda a população urbana, incluindo a Sede Municipal e o Distrito da Candelária, e a Vila Rural Olaria são atendidas pela coleta de resíduos sólidos.

A coleta é realizada três vezes por semana. Em 2012, foram coletadas 6.800 toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU)<sup>33</sup>, das quais 70 toneladas correspondiam aos resíduos públicos, provenientes da varrição e limpeza dos logradouros públicos, e as demais correspondiam aos resíduos sólidos domiciliares (RDO). Em média, cada bandeirantense produziu 0,59kg de resíduos sólidos por dia em 2012. O destino dos RSU coletados é o Aterro Sanitário Municipal.

Quando foi elaborado o Plano Diretor de 2011, a coleta seletiva se encontrava em fase inicial de implantação, ocorrendo apenas em alguns bairros pilotos. Desde então, o serviço foi ampliado, porém ainda é insuficiente para atender a população urbana como um todo, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A separação dos resíduos recicláveis ocorre em um galpão da Associação Futuro do Amanhã de Catadores de Papéis e Materiais Reaproveitáveis de Bandeirantes.

Os resíduos sólidos da saúde (RSS) são coletados por empresa terceirizada pelo Município, que também é responsável pela destinação dos resíduos. Os resíduos da construção civil (RCC) e os resíduos sólidos industriais (RSI) são de responsabilidade dos próprios geradores. As indústrias são responsáveis pelo gerenciamento de seus resíduos, tanto sólidos, quanto líquidos ou gasosos.

### 11.4 DRENAGEM PLUVIAL

O sistema de drenagem pluvial é essencial para prevenir enchentes e deslizamentos, além de contribuir para a conservação da pavimentação do sistema viário. Segundo o PDM de 2011, havia 14,5km de galerias de águas pluviais em Bandeirantes naquele período. Atualmente, a Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano não dispõe de dados sobre a extensão da rede, mas sabe-se que os seguintes bairros não são atendidos pelo sistema de drenagem pluvial: Jardim San Rafael, Vila IBC, Vila Lordani, Vila Maria e Vila Maria Alice.

Dessa forma, o Município sofre constantemente com enchentes, especialmente na Vila IBC e arredores da Santa Casa, Ginásio de Esportes 14 de Novembro (Chinelão), Terminal Rodoviário e da SAGAE Formaturas.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=bandeirantes/PR-Coleta-de-lixo:-Veja-custo-dos-servicos-de-coleta-de-residuo-domiciliar-e-publico-por-cidade-do-Brasil>>. Acesso em 24 out. 2019.

Outro problema encontrado, conforme apresentado no ITEM 3.1.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO, é o lançamento clandestino de esgotos nas galerias de drenagem, especialmente na galeria situada entre a Vila União e o Jardim Paraíso. Em levantamento de campo, foram encontrados problemas como danos à pavimentação provocados por ausência de sistema de drenagem superficial eficiente.

*Foto 48 – Rede de drenagem ineficiente na Rua Fioravante Malaghini*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019



---

*Mapa 23 – Rede de Drenagem*



## 12. ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA

As áreas urbanas de Bandeirantes, incluindo a Sede Municipal e o Distrito de Nossa Senhora da Candelária, são 100% atendidas pela rede de iluminação pública. Na área rural, a iluminação pública está implantada na Vila Rural Perobinha e na Vila Rural Olaria. Algumas vias dispõem, ainda, de iluminação rebaixada como a Avenida Edelina Meneghel Rando, Avenida Benedito Leite de Negreiros e trechos da Avenida Azarias Vieira de Resende e Avenida João da Silva Cravo.

*Foto 49 – Iluminação pública na Avenida Edelina Meneghel Rando*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

O Município tem um cronograma semanal de manutenção da iluminação pública. Como ocorre na maioria das cidades, a iluminação de Bandeirantes é prejudicada por podas da arborização executadas de forma inadequada ou mesmo pela ausência da poda.

A maior parte do consumo de energia elétrica é feito pelas residências, que contabilizam 22.389 Mwh, seguido do setor comercial, setor público e indústrias, com a utilização de 11.783 Mwh, 10.913 Mwh e 9.561 Mwh, respectivamente.

*Tabela 40 – Energia Elétrica*

Categorias de Consumo	Consumo (Mwh)	Número de Consumidores <sup>34</sup>
Residencial	22.389	11.410
Setor secundário (Indústria)	4.094	143
Setor comercial	11.783	1.257
Rural	5.280	963
Iluminação pública e poder público	10.913	247
Consumo livre (na indústria) (uso do sistema) <sup>35</sup>	9.561	3
Total	64.020	14.023

Fonte: IPARDES, 2019.

A administração municipal vem realizando, gradativamente, a substituição da iluminação convencional pela iluminação do tipo LED, especificamente no quadrilátero central da Sede Municipal. Trata-se de uma iluminação mais eficiente, econômica e ecologicamente correta. Entretanto, a maior parte da iluminação pública de Bandeirantes é composta de luminárias de vapor de mercúrio, conforme Mapa 24.

<sup>34</sup> Entende-se por consumidor as unidades consumidoras de energia elétrica (relógio).

<sup>35</sup> Refere-se ao consumo de energia elétrica da autoprodução da indústria. Inclui os consumidores atendidos por outro fornecedor de energia e os que possuem parcela de carga atendida pela COPEL distribuição e a outra parcela por outro fornecedor.





---

*Mapa 24 – Iluminação Pública*



## 13. MOBILIDADE URBANA

A Lei Federal nº 12.587/2012 determinou que todos os municípios obrigados, pelo Estatuto da Cidade, a elaborar o Plano Diretor Municipal, devem também elaborar seu Plano de Mobilidade Urbana, que tem como premissa a priorização dos modais de transporte não motorizados e do transporte público no planejamento do sistema de mobilidade das cidades, integrando-os ao planejamento urbano.

Bandeirantes ainda não dispõe de um Plano de Mobilidade Urbana, sendo que o prazo para sua elaboração foi encerrado em 12 de abril de 2019, conforme Lei Federal nº 13.683, de 19 de junho de 2018. Segundo esta lei, os municípios que não elaboraram o PMU até o referido prazo ficaram impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam tal exigência.

### 13.1 SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

Conforme apresentado no ITEM 2.3.4 LEI DO SISTEMA VIÁRIO, o Sistema Viário Municipal de Bandeirantes é composto pelas Vias Regionais (ou Rodovias), Estradas Secundárias (ou de Ligação) e Estradas Vicinais (ou Caminhos).

As Vias Regionais ou Rodovias, especificamente a Rodovia BR-369 e a Rodovia PR-436, são conservadas por órgãos específicos do governo do Estado ou governo federal ou por concessionárias. A BR-369, conhecida como Rodovia dos Cereais e sob concessão da Econorte, trata-se de uma rodovia federal que compõe o Anel de Integração do Paraná e se destaca como a principal conexão entre o Norte e Oeste Paranaenses com o interior do Estado de São Paulo, integrando centros regionais como Cascavel e Londrina, centros sub-regionais como Campo Mourão, Apucarana e Ourinhos, e possibilitando acesso a rodovias que conectam outros centros como Foz do Iguaçu, Maringá e a capital paulista.

A Rodovia PR-436 é uma rodovia estadual, conservada pelo DER-PR, que conecta Bandeirantes a Ibaiti, ao sul, e a Assis, no Estado de São Paulo, via balsa, ao norte, cruzando municípios como Abatiá e Ribeirão do Pinhal, ao sul, e Itambaracá e Cândido Mota (no Estado de São Paulo), ao norte. As Estradas Secundárias, por sua vez, conectam os 47 bairros rurais do Município, totalizando cerca de 980km de extensão, sendo que 530km apresentam boas condições de tráfego, dos quais 450km são cascalhados (Foto 50). Estes dados representam um avanço na comparação com o Plano Diretor de 2011, quando havia urgência para realizar obras de recuperação das estradas rurais.

*Foto 50 – Estrada Municipal para o Distrito de Nossa Senhora da Candelária*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Um problema que persiste, entretanto, é a largura limitada das estradas, fator que dificulta a realização das obras de manutenção. Embora a Lei do Sistema Viário (Lei Complementar nº 28/2011) estabeleça que as Estradas Secundárias devem apresentar largura de 16,00m (dezesesseis metros), incluindo faixa de domínio de 4,00m (quatro metros) em cada lado, o mais comum é encontrar estradas com cercas construídas rentes às caixas de rolamento ou culturas agrícolas que avançam sobre a faixa de domínio.

Segundo o Município, a manutenção é realizada regularmente por uma patrulha destinada especialmente para este fim, dispondo de dois caminhões, duas motoniveladoras, uma retroescavadeira e uma escavadeira hidráulica. Porém, o Município indicou a necessidade de realização de obras de reformas, especialmente em pontes e viadutos. A manutenção destas vias é fundamental para garantir o escoamento da produção agrícola local e realizar as conexões intermunicipais. Segundo a Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano, há ocupações irregulares em trechos específicos de Estradas Municipais, porém não há um mapeamento destas áreas.

Aproximando o sistema viário municipal da escala urbana, nota-se que o traçado atual da Rodovia BR-369 funciona como um Contorno Municipal, limitando a expansão urbana ao sul da Sede Municipal e desviando o tráfego pesado do sistema viário local no sentido leste oeste. No sentido norte sul, entretanto, o tráfego de cargas ocorre em vias saturadas da área urbana, especialmente a Av. Edelina Meneghel Rando, cuja transposição em nível com a ferrovia pode se transformar em um problema futuro, conforme Foto 51 a seguir.

*Foto 51 – Passagem em nível no cruzamento da Av. Edelina Meneghel Rando com a Ferrovia*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019



---

*Mapa 25 – Sistema Viário Municipal*





## 13.2 SISTEMA VIÁRIO URBANO

O sistema viário urbano da Sede Municipal foi estruturado a partir do antigo traçado da Rodovia BR-369, que corresponde às atuais avenidas Bandeirantes (Foto 52) e Azárias Vieira de Rezende (Foto 53), Vias Arteriais que cruzam a malha urbana no sentido leste oeste. No sentido norte-sul, o principal eixo viário é a Avenida Edelina Meneghel Rando, que apresenta intenso tráfego de cargas.

*Foto 52 – Avenida Bandeirantes*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

*Foto 53 – Avenida Azárias Vieira de Resende*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Um problema identificado é que, mesmo após a alteração do traçado da Rodovia BR-369, é possível encontrar, até hoje, alguns acessos que não foram devidamente regularizados, conforme Foto 54 a seguir.

*Foto 54 – Acesso irregular ao traçado antigo da Rodovia BR-369*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

O tecido urbano da Sede Municipal também é marcado pela ferrovia, que configura uma barreira física responsável por gerar descontinuidade na malha viária, segregando e formando gargalos no acesso aos bairros a noroeste que, muitas vezes, dispõem de um acesso único (Foto 55). Este fato poderá se transformar em um problema no futuro, visto que a expansão urbana no sentido noroeste vem se intensificando com a implantação de novos loteamentos.

*Foto 55 – Cruzamento em nível próximo à antiga estação ferroviária*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019



Conforme analisado no ITEM 2.3.4 LEI DO SISTEMA VIÁRIO, diversas vias que desempenham função de Via Coletora são classificadas como Vias Locais, a exemplo da Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos (Foto 56). Diversas destas vias não foram dimensionadas para comportar o tráfego proveniente dos bairros com destino às Vias Arteriais, ocasionando conflitos de tráfego intensificados pela circulação do transporte coletivo e pelo estacionamento de veículos, muitas vezes, em ambos os lados da via.

*Foto 56 – Rua Prefeito Agenor Ferreira dos Santos*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Segundo o IBGE, apenas 28,8% das vias urbanas de Bandeirantes apresentavam urbanização adequada em 2010, que considera a existência de pavimentação, rede de drenagem pluvial e meios-fios. Acrescenta-se que, no Plano Diretor de 2011, uma das maiores preocupações era a ausência de redes de drenagem, fato que frequentemente danificava a pavimentação.

Atualmente, em levantamento de campo realizado em setembro de 2019 pela Equipe Técnica da DRZ, foi identificado que, na Sede Municipal, a maioria das vias urbanas está pavimentada com asfalto e dispõe de meios-fios e sarjetas, com ocasionais trechos que apresentam problemas na conservação do pavimento. Há, ainda, trechos com ausência de pavimentação, tanto na Sede Municipal, conforme Foto 57 e, sobretudo, no Distrito da Candelária, onde apenas a via principal e as vias que acessam os equipamentos públicos dispõem de pavimentação adequada.

*Foto 57 – Ausência de Pavimentação na Rua Francisco Barusi*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019



---

*Mapa 26 – Sistema Viário Urbano*





### 13.3 ARBORIZAÇÃO E ÁREAS VERDES

No que se refere à arborização urbana, Bandeirantes apresentava 97,1% das vias urbanas arborizadas em 2010, segundo o IBGE. Porém, o Município não dispõe de um Plano de Arborização Urbana e, da mesma forma, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente não dispõe de uma equipe capacitada para realizar os serviços de poda, que são efetuados de maneira inadequada por profissionais autônomos contratados pelos próprios moradores.

Estes fatos dificultam o controle da arborização urbana por parte do Município e ocasiona problemas diversos como podas mal executadas (Foto 58), conflitos entre a arborização e a rede de energia elétrica, arborização prejudicando a iluminação pública, raízes causando rompimento de calçadas e muros de residências e presença árvores antigas com risco de queda.

*Foto 58 – Arborização na Rua Antonio Orozimbo*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Em levantamento de campo realizado pela Equipe Técnica da DRZ, foram identificados trechos com arborização adequada (Foto 59), trechos com arborização insuficiente (Foto 60), trechos com plantio de espécies inadequadas, trechos sem arborização e trechos com calçadas cujas dimensões não comportam arborização, evidenciando a necessidade de elaboração de um Plano Municipal de Arborização Urbana, que poderá indicar as espécies adequadas para arborização e os distanciamentos mínimos para plantio.

*Foto 59 – Arborização na Rua Juvenal Mesquita*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

*Foto 60 – Arborização na Rua Prefeito José Mario Junqueira*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

O Município dispõe de um Viveiro Municipal, localizado no Bairro Invernada, responsável pela produção de mudas a partir de sementes coletadas na própria arborização urbana, que são fornecidas gratuitamente à população. Foi relatada, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a necessidade de captar recursos para investir no Viveiro Municipal, de forma a otimizar a produção de mudas.



Em relação às áreas verdes, a mais significativa delas é o Parque do Povo, conforme Foto 61 a seguir, inaugurado em 2016 e que se destaca como uma das maiores conquistas do Município desde a aprovação do Plano Diretor de 2011.

*Foto 61 – Parque do Povo*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

O Parque do Povo é a única área verde que se destaca na Sede Municipal de Bandeirantes. Para melhorar este quadro, o Município busca investimentos para implantar um novo parque público na entrada da cidade, junto à Rodovia BR-369 e próximo ao Ribeirão das Antas, no Bairro Invernada, conforme indicado no ITEM 5.4 ESPORTE E LAZER.

### 13.4 TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO

Bandeirantes tem um terminal rodoviário que conta com área de estacionamento, ponto de táxi, área de espera, áreas comerciais e sanitários. O terminal possui capacidade de atendimento para até seis ônibus e, dentre os destinos operados pelas viagens que atendem o terminal, os mais procurados são as cidades de Londrina, Cambará, Andirá, Curitiba, Cornélio Procópio e São Paulo.

*Foto 62 – Terminal Rodoviário de Bandeirantes*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

### 13.5 TRANSPORTE COLETIVO URBANO

De acordo com a Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano, o Município possui transporte coletivo urbano, que realiza o atendimento na Sede Municipal, onde foram implantados abrigos para os pontos de parada de ônibus.

O serviço, entretanto, não atende a área rural de Bandeirantes. Não há atendimento às normas de acessibilidade no sistema de transporte, nem foram realizados estudos para implantação do sistema de transporte como pesquisas de origem e destino, pesquisas de satisfação ou contagens. O Município não tem planos ou projetos de intervenções ou ampliação do serviço.

### 13.6 DESLOCAMENTO INDIVIDUAL MOTORIZADO

A Avenida Edelina Meneghel Rando apresenta os maiores conflitos viários encontrados em Bandeirantes atualmente, visto que a referida via é sede de algumas das principais instituições do Município, como o Hospital e a UNOPAR, e estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo de todo seu percurso. Soma-se o fato de que a via é a única opção para o tráfego de cargas no sentido norte-sul da área urbana e um dos principais acessos ao Centro.

Como identificado nos tópicos anteriores, a malha urbana apresenta descontinuidades ocasionadas pela ferrovia, gerando gargalos nos acessos a alguns bairros situados a noroeste do Centro. Embora o Município não disponha de um levantamento sobre os pontos críticos de acidentes, é importante destacar que os conflitos no tráfego também estão relacionados ao aumento no número de veículos do Município, conforme Tabela 41 a seguir.

**Tabela 41 – Aumento do número de veículos entre 2011 e 2019**

	Automóveis	Caminhões	Caminhonetes	Camionetas	Motocicletas	Motonetas	Outros	Total
2011	8.171	770	1.134	413	2.892	727	714	14.821
2012	8.880	792	1.251	439	3.048	770	783	15.963
2013	9.552	819	1.384	467	3.188	820	835	17.065
2014	10.076	846	1.511	490	3.281	841	872	17.917
2015	10.485	863	1.588	506	3.394	881	918	18.635
2016	10.846	890	1.667	546	3.524	931	944	19.348
2017	11.141	919	1.725	541	3.633	973	1.001	19.933
2018	11.524	943	1.809	574	3.733	1.033	1.077	20.693
2019*	11.703	956	1.873	580	3.820	1.069	1.085	21.086

Fonte: IBGE, Denatran. Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades. \*veículos registrados até agosto de 2019.

A frota total de veículos de Bandeirantes aumentou 42,27% no período entre 2011 e 2019, passando de 14.821 veículos para 21.086. Os automóveis responderam pelo aumento mais expressivo, correspondendo a 3.532 veículos a mais no sistema viário entre 2011 e 2019, seguido de motocicletas, com aumento de 928 veículos, e caminhonetes, com 739 veículos a mais.

Apesar do contínuo aumento da frota, Bandeirantes não tem projetos ou planos para intervenções ou ampliações viárias, nem estudos para reordenamento do tráfego. Dessa forma, o Município deverá investir em campanhas de educação no trânsito e elaborar projetos específicos para prover incentivos à implementação de outros modais, buscando a sustentabilidade e eficiência dos sistemas e, paralelamente, melhorar a fluidez do tráfego de veículos.

### 13.7 DESLOCAMENTO MOTORIZADO DE CARGAS E SERVIÇOS

Em relação aos veículos pesados, Bandeirantes não prevê vagas ou horários específicos para carga e descarga regulamentados ou sinalizados. Não há estudos para implementação de uma Rota de Caminhões ou restrições ao tráfego de veículos pesados.

### 13.8 DESLOCAMENTO INDIVIDUAL NÃO-MOTORIZADO

Conforme o Ministério das Cidades:

A inclusão destes deslocamentos no cerne do planejamento urbano e no planejamento dos transportes, bem como na gestão da mobilidade urbana, respeitando as suas características e necessidades particulares, além de reparar o erro de desconsiderar essa expressiva parcela das viagens urbanas, significa

também contribuir para o processo de inclusão social de parte da população brasileira que se desloca, prioritariamente, por modos não motorizados<sup>36</sup>.

Por essa razão, a estrutura do sistema viário disponível para pedestres e ciclistas, como a calçada, as faixas de pedestres, passarelas, ciclovias, ciclofaixas e outros elementos, devem caracterizar uma rota acessível que, segundo a NBR 9050/2015 da ABNT:

“Rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações e que possa ser utilizado, de forma autônoma e segura, por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida.”

A análise dos deslocamentos não motorizados será dividida em dois tópicos: deslocamento peatonal (pedestres) e deslocamento cicloviário (ciclistas).

### 13.8.1 DESLOCAMENTO PEATONAL

De acordo com as Leis Federais nº 9.503/1997, nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015, ficou especificado que parte das vias públicas seja destinada exclusivamente ao transporte não motorizado, dando preferência ao pedestre. As calçadas devem ser obstruídas e segregadas dos trechos específicos ao transporte motorizado, apresentando relevo plano e inclinação que garanta a circulação de todos os pedestres, além de dispor de área para a implantação de mobiliário urbano, sinalização e vegetação.

As pessoas com Deficiência (PCD) e Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) devem receber atenção especial de maneira a garantir a acessibilidade universal e ampliar a mobilidade e qualidade de vida e assim tornando as vias públicas de usos sem restrições.

A Tabela 42, a seguir, apresenta a quantidade de munícipes que sofriam de alguma deficiência em 2010, quando foi elaborado o último Censo IBGE, portanto pode apresentar alguma variação se comparada à realidade atual. Cabe destacar, também, que um mesmo munícipe pode se enquadrar em mais de uma categoria.

***Tabela 42 – População com mobilidade reduzida em relação à população total, 2010***

Pessoas com Deficiência ou Pessoas com Mobilidade Reduzida	População	
Pessoa com deficiência motora (grande dificuldade, não consegue de modo algum ou alguma dificuldade)	2.178	6,77%
Pessoa com deficiência visual (grande dificuldade, não consegue de modo algum ou alguma dificuldade)	5.389	16,74%

<sup>36</sup> BRASIL, 2015, p. 37.



Pessoas com Deficiência ou Pessoas com Mobilidade Reduzida	População	
Pessoa com deficiência auditiva (grande dificuldade, não consegue de modo algum ou alguma dificuldade)	1.226	3,81%
Pessoa com deficiência mental ou intelectual	439	1,36%
Pessoa idosa (60 anos ou mais)	4.352	13,52%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

É evidente que o limitador mais expressivo da população de Bandeirantes, em 2010, era a deficiência visual. Dessa forma, visto que o Município não dispõe de padronização das calçadas, é comum encontrar calçadas em péssimo estado de conservação, pisos escorregadios, degraus (Foto 63) e trechos diversos onde as calçadas não existem (Foto 64).

*Foto 63 – Calçada inacessível na Rua Pedro Thiago de Almeida*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019



*Foto 64 – Trecho sem calçada na Rua Antonio Orozimbo*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Conforme Nota Técnica Conjunta nº 01/2018 do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência e do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná, elaborada com base nos art. 60 e 61 da Lei Brasileira de Inclusão, os Municípios devem assumir a construção e a conservação das calçadas dentro dos padrões técnicos de acessibilidade.

Dessa forma, uma das ações prioritárias para Bandeirantes é desenvolver normas para que toda e qualquer calçada em território municipal possua o mesmo padrão e que seja adequada, de forma a incluir fatores como a continuidade de trajetos, alargamento e adequação à acessibilidade, arborização, atratividade do percurso, guia tátil etc.

Na área central, as calçadas apresentam melhor estado de conservação. Mesmo assim, é raro encontrar rebaixamentos de guia para PCD ou guias táteis. Um bom exemplo a ser seguido pelo Município, é a continuidade da implementação das travessias elevadas para pedestres, conforme os modelos executados na Avenida Comendador Luiz Meneghel (Foto 65).

*Foto 65 – Travessia elevada na Avenida Comendador Luiz Meneghel*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

Outro avanço já implementado em Bandeirantes é a exigência, na Lei Municipal de Parcelamento do Solo, de construção de calçadas por parte dos loteadores, condicionando tal investimento à aprovação do loteamento, conforme Foto 66.

*Foto 66 – Calçadas executadas no Conjunto Residencial João Theodoro da Silva*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019



### 13.8.2 DESLOCAMENTO CICLOVIÁRIO

Embora a população de Bandeirantes esteja habituada a utilizar a bicicleta como modal de transporte, o Município não está preparado para os ciclistas, visto que não há ciclovias, nem de planos para implantar uma rede cicloviária.

*Foto 67 – Ciclista em via desprovida de infraestrutura adequada para a bicicleta*



Fonte: DRZ Gestão de Cidades, 2019

## 14. GESTÃO MUNICIPAL

### 14.1 FINANÇAS PÚBLICAS

Neste tópico constam dados estatísticos a partir das Receitas e Despesas relativos ao período de 2016 a 2018 do Município de Bandeirantes, porém foram utilizados implicitamente os dados de 2015 para demonstrar a variação de 2016. As informações utilizadas foram extraídas da Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI/FINBRA, Prefeitura Municipal de Bandeirantes e IBGE. Os valores atribuídos a esses documentos foram atualizados, ou seja, deflacionados a preços constantes de 2018 de acordo com os indicadores oficiais utilizados para correção de valores e aplicados pelos principais institutos oficiais do Brasil.

#### 14.1.1 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Conceitualmente, as receitas e despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ter diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas. As despesas, geralmente, estarão indexadas às receitas arrecadadas conforme previsto nos orçamentos públicos, normalmente ficando à mercê da restrição orçamentária dos municípios.

#### 14.1.2 RECEITAS MUNICIPAIS

A receita é composta, fundamentalmente, por Receitas Correntes<sup>37</sup> que derivam para outras variáveis e exercem grande influência para gestão pública, notadamente na administração da arrecadação e principalmente como ela é alocada de acordo com as despesas por função, assim como nas análises das finanças públicas, com a finalidade de mostrar a distribuição dos recursos que fazem frente às despesas de custeio e de investimentos.

Pode-se identificar que a mobilidade de recursos destinados para o FUNDEB provoca uma redução na receita corrente, que conceitualmente resulta na formação da receita corrente líquida. A dedução das receitas correntes para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB tem objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos com a educação, que estarão nos municípios para atendimento ao Ensino Fundamental e Educação Infantil.

---

<sup>37</sup> Receitas Correntes - Receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes.

A seguir, as análises a partir das receitas orçamentárias do Município de Bandeirantes com valores atualizados considerando os preços constantes de 2018 (Tabela 43).

*Tabela 43 – Receitas Orçamentárias Municipais, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)*

Ano	Receita Corrente (1)	Dedução da Receita Corrente (2)	Receita Corrente Líquida (3) (1-2)	Receita Capital (4)	Receita Corrente Intraorçamentária (5)	Receita Orçamentária (6) 1+4+5
2016	75.854.749,70	7.482.027,17	68.372.722,53	804.196,82	0,00	76.658.946,52
2017	74.590.454,18	7.288.008,28	67.302.445,90	1.859.871,63	0,00	76.450.325,81
2018	74.584.869,81	7.636.993,51	66.947.876,30	3.702.961,17	0,00	78.287.830,98
Média	75.010.024,56	7.469.009,65	67.541.014,91	2.122.343,21	0,00	77.132.367,77

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Durante o período 2016-2018, as receitas correntes sem as deduções foram responsáveis, em média, por 97,25% das receitas orçamentárias, que pode ser observado a partir da elevação das transferências governamentais de nível federal e estadual durante o período analisado, apontando, inicialmente, baixos valores destinados para os recursos originados da receita de capital<sup>38</sup>, que representou apenas 2,75% de participação (Tabela 43).

As deduções legais das receitas correntes, por serem constitucionais e previsíveis, não comprometeram as receitas correntes por atender orçamentos específicos de acordo com a Constituição Federal. Em valores reais, as deduções significam em média 9,68% da totalidade da receita orçamentárias referente ao período 2016-2018 indicando os recursos para a distribuição nos investimentos com a educação do município.

Considerando a evolução das receitas em valores corrigidos, verifica-se que a receita corrente, em média, durante o período 2016-2018, apresentou aumento de 2,97%; a receita orçamentária teve crescimento de 3,55% e a receita de capital apontou crescimento de 56,53%, influenciada pelos aumentos de 131,27% no período 2016-2017 e de 99,10% em 2017-2018, enquanto no período 2015-2016 o desempenho foi negativo, em 60,78%.

Considerando os anos de 2016 e 2018, o crescimento acumulado real da arrecadação do Município de Bandeirantes apresentou os seguintes desempenhos: a) Receitas Orçamentárias –

---

<sup>38</sup> Receitas de Capital - receitas que apenas aumentam o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado em longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como a transferência de Capital.

crescimento de 2,12%, considerando os valores R\$76.658.946,52 e R\$78.287.830,98; b) Receitas correntes – decréscimo de -1,67%, resultado da variação de R\$75.854.749,70 para R\$74.584.869,81 e: c) Receitas de capital - crescimento de 360,45% na equivalência entre os valores R\$804.196,82 e R\$3.702.961,17.

A receita corrente, a mais relevante variável de arrecadação municipal, considerando o ano imediatamente anterior, apontou crescimento de 10,60% em 2016, nos anos seguintes apontou decréscimo de 1,67%, em 2017, e de 0,01%, em 2018. O crescimento de 10,60% no ano de 2016 foi superior ao índice de 6,29% da inflação do mesmo ano, enquanto em 2017 o decréscimo de 1,67%, comprometeu a arrecadação municipal quando deparamos com a inflação de 2,95% no ano. O crescimento de 2018, que atingiu -0,01%, tal como na economia brasileira não foi confortável, principalmente quando comparados com os indicadores de inflação do mesmo ano que foram de 3,75%, medido pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), considerado o termômetro oficial da inflação no país.

As receitas correntes atualizadas referentes aos anos de 2016 a 2018 se constituíram em ganhos para as finanças públicas de Bandeirantes por acompanharem os indicadores inflacionários do país, significando aumento de recursos para atendimento às demandas dos bandeirantense.

### 14.1.3 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Gasparini e Miranda, (2006, p.10) defendem que “as transferências são uma das formas de tornar o setor público mais bem desenhado, sendo seu uso destinado a compatibilizar as ações públicas com os recursos necessários para atendê-las, de forma que possa maximizar o bem-estar da população”.

A Tabela 44 sugere basicamente a reflexão da equivalência entre a receita orçamentária e as transferências correntes para identificar essa relação e visualizar a capacidade de arrecadação municipal durante determinado exercício fiscal. Essa análise indica que, quanto maior a equivalência, menor é a participação das receitas próprias do município.

**Tabela 44 – Comparativo da Receita Orçamentária com Transferências Correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Ano	Origem dos Recursos		Equivalência Receita e Transferência (%)	Crescimento Real Deflacionado (%)	
	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária (B)		Transferências Correntes	Receita Orçamentária
2016	59.588.505,88	76.658.946,52	77,73	7,04%	8,52%
2017	58.457.160,26	76.450.325,81	76,46	-1,90%	-0,27%
2018	60.910.245,64	78.287.830,98	77,8	4,20%	2,40%
Média	59.651.970,59	77.132.367,77	77,33	3,11%	3,55%

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.



Comparando as receitas orçamentárias com as transferências correntes (sem as deduções) recebidas pelo Município, verifica-se que a equivalência média é de 77,33% no período 2016-2018, ou seja, as transferências correntes têm significativa participação nas receitas orçamentárias do município. O melhor desempenho aconteceu em 2018 quando a equivalência alcançou 77,80%. Simultaneamente, as receitas orçamentárias obtiveram crescimento médio de 3,55% e as transferências correntes tiveram crescimento de 3,11% no período 2016-2018.

Na Tabela 45 constata-se o peso que as transferências constitucionais têm nas receitas públicas de Bandeirantes. As transferências do FPM, do SUS e do FNDE respondem por uma importante parcela do FUNDEB transferido aos Estados e Municípios, o que indica que as isenções dadas pela União ao IPI e ao IR refletem-se duplamente na receita destes entes da Federação. As isenções diminuem tanto o valor dos Fundos de Participação como do FUNDEB.

Considerando as médias das evoluções do período 2016-2018 em Bandeirantes, as Transferências Constitucionais apresentaram as seguintes variações: a) nas transferências correntes houve crescimento médio de 3,11%; b) nas transferências correntes da União houve crescimento médio de 4,65%; c) as transferências do Estado apresentaram evolução de 4,57%; d) outras transferências tiveram decréscimo de 0,77%; e) as transferências de capital apresentaram crescimento de 32,35% e finalmente f) às transferências totais (somatório das transferências da União, Estado e Outras) tiveram acréscimo de 3,13%.

**Tabela 45 – Transferências Constitucionais, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Ano	Transferências Correntes				Transferências Capital - Total (5)	Total (6) 4+5
	União (1)	Estado (2)	Outras (3)	Total (4) 1+2+3		
2016	31.382.107,51	13.594.094,47	14.612.303,90	59.588.505,88	804.196,82	60.392.702,70
2017	29.652.639,61	14.498.995,71	14.305.524,94	58.457.160,26	1.859.871,63	60.317.031,89
2018	31.237.327,99	16.612.103,77	13.060.813,88	60.910.245,64	2.353.961,17	63.264.206,81
Média	30.757.358,37	14.901.731,32	13.992.880,91	59.651.970,59	1.672.676,54	61.324.647,13

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

O crescimento médio dos repasses das transferências totais apontou incremento de 3,13%, resultado impulsionado pela variação de 4,63% em 2016, -0,13% em 2017 e 4,89% em 2018. Tais resultados sobrepuseram o fenômeno ocorrido na economia brasileira ocasionados pelos problemas políticos e econômicos e níveis constrangedores de desemprego vivenciados no país a partir do final de 2013 em nível nacional.

A participação das transferências constitucionais da União reflete na mais relevante contribuição na arrecadação do Município de Bandeirantes. Em relação aos repasses do Governo Federal, no período 2016-2018 as transferências estão representadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (CFEM), Serviço

Único de Saúde (SUS), Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Imposto Territorial Rural (ITR), Outras Transferências da União e Lei Candir nº 87/96 (Tabela 46).

Cabe salientar que a regularidade dos repasses constitucionais federais, inclusive estaduais, proporcionam condições de planejamento de gestão dos municípios para a utilização dos recursos transferidos. Nessa análise, têm-se os valores médios das transferências constitucionais ou dos repasses financeiros, considerando sua totalidade, oferecendo os seguintes níveis de participação: FPM (73,82%); SUS (9,51%); FNDE (6,01%); Outras Transferências (8,43%); FNAS (1,07%); L.C. 87/96 (0,24%) e ITR (0,93%). Esses dados mostram a relevância dos valores do FPM para a composição das finanças públicas de Bandeirantes.

**Tabela 46 – Comparativo das Transferências Constitucionais da União, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Transferências da União (Variáveis)	Anos			Média 2016-2018
	2016	2017	2018	
FPM	23.510.566,03	21.919.963,64	22.682.545,35	22.704.358,34
CFEM	0,00	0,00	59,56	19,85
SUS	2.852.919,04	2.706.902,22	3.213.983,67	2.924.601,64
FNAS	395.767,42	455.951,38	135.079,34	328.932,71
FNDE	1.973.301,80	1.930.472,14	1.646.192,21	1.849.988,72
Lei Candir 87/96	75.302,44	71.063,11	73.437,96	73.267,84
ITR	297.074,05	281.394,38	275.633,35	284.700,59
Outras Transferências	2.277.176,73	2.286.892,74	3.210.396,55	2.591.488,67
Total das Transferências	31.382.107,51	29.652.639,61	31.237.327,99	30.757.358,37

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Os desempenhos reais das transferências constitucionais de responsabilidade da União, considerando as dificuldades do Município de Bandeirantes nos repasses de 2016 e 2018, que em tese teriam origem nas crises política e econômica brasileira estabelecida e evidenciada a partir de 2014, fizeram com que as transferências do FPM, FNDE, ITR e Lei Candir 87/96 fossem as mais prejudicadas nos repasses, conforme segue:

1. O FPM apontou com crescimento médio de 1,24% devido aos ganhos de repasses nos anos de 2016 e 2018, correspondendo a 7,02% e 3,48%, respectivamente. O pior desempenho do FPM ocorreu 2017, com queda de 6,77% que amenizou o indicador médio de crescimento e trouxe significativa perda na composição das finanças do Município de Bandeirantes.
2. O FNDE assinalou com crescimento médio de -6,27%, devido às perdas de repasses nos anos de 2016, 2017 e 2018, correspondendo a 1,90%, 2,17% e 14,73%, respectivamente.

3. O SUS assinalou com crescimento médio de 4,65% em virtude dos ganhos nos períodos de 2015-2016 e 2017-2018, sendo de 0,21% e 18,73%, respectivamente; no período de 2016-2017, teve saldo negativo de -5,12%.
4. Em relação FNAS, Lei Candir e ITR, que tem menor valor financeiro, cresceram em média: 337,23%, -5,38% e 2,44%, respectivamente.

Em análise do crescimento acumulado entre 2016 e 2018, o cenário das finanças públicas no âmbito das transferências da União para o Município de Bandeirantes tem que, em valores totais das transferências norteados entre R\$31.382.107,51 e R\$31.237.327,99, a queda é de 0,46%. O FPM é a principal fonte de recursos, apresentando variação negativa de -3,52% na comparação dos valores entre R\$23.510.566,03 e R\$22.682.545,35. No repasse do CFEM, o crescimento acumulado foi de 100%, visto que nos anos de 2016 e 2017 não constam valores e, no SUS, apresentou resultado positivo de 12,66%, significando que ocorreu evolução em partes das finanças públicas do Município.

No contraponto aos níveis de crescimento informados, a queda inflacionária de 6,29% para 3,75% durante os 2016 e 2018 sinalizaram que, especificamente, o crescimento do FPM conquistou perdas reais em virtude de os índices de inflação superarem os níveis de crescimento acumulado do FPM.

Na sequência das análises das Transferências Constitucionais, o Estado tem participação significativa na arrecadação do Município de Bandeirantes, cujos valores transferidos são superiores aos repasses da União (Tabela 46).

A participação das transferências constitucionais Estado é relevante na composição da arrecadação do Município de Bandeirantes. Em relação aos repasses do Estado, no período 2016-2018 as transferências estão representadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Propriedade de Veículos e Automotores (IPVA), Serviço Único de Saúde (SUS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e Compensação Financeira pela Produção de Petróleo (Lei nº 7990/89).

**Tabela 47 – Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Transferências do Estado (Variáveis)	Anos			Média 2016-2018
	2016	2017	2018	
ICMS	9.948.841,78	10.471.134,87	11.467.314,74	10.629.097,13
IPVA	3.442.493,70	3.535.957,90	3.486.658,79	3.488.370,13
SUS	0,00	12.411,60	314.336,80	108.916,13
IPI	199.379,36	199.379,36	199.379,36	199.379,36

Outras Transferências	3.379,63	280.111,98	1.144.414,08	475.968,56
Total das Transferências	13.594.094,47	14.498.995,71	16.612.103,77	14.901.731,32

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Antecipadamente, observa-se que o ICMS e IPVA são os mais significativos repasses do Estado para a composição da arrecadação do Município de Bandeirantes. A receita proveniente do ICMS, principal fonte de arrecadação pelo Estado, destina aos municípios 25% (vinte e cinco por cento) do seu total, enquanto o IPVA destina 50% da arrecadação aos municípios nos quais se verifique o licenciamento dos veículos.

Os desempenhos reais das transferências constitucionais do Estado, mediante as dificuldades do Município nos repasses dos anos 2016 a 2018 em relação às transferências do: ICMS e o do IPVA, apresentaram os menores índices médios de crescimento nos repasses, conforme segue:

1. A evolução do ICMS no período 2016-2018 apresentou crescimento médio real de 1,25%, resultado referente à evolução em todos dos períodos analisados, apresentando valores de -11,00, em 2016, 5,25%, em 2017, e 9,51% em 2018.
2. As variações médias dos repasses financeiros do IPVA, SUS e IPI apresentaram crescimento médio de 1,60%, 777,53% e 7,89%, respectivamente. Importante observar que os valores atribuídos as Transferências do IPI apresentaram a maior variação média de repasse do Estado.

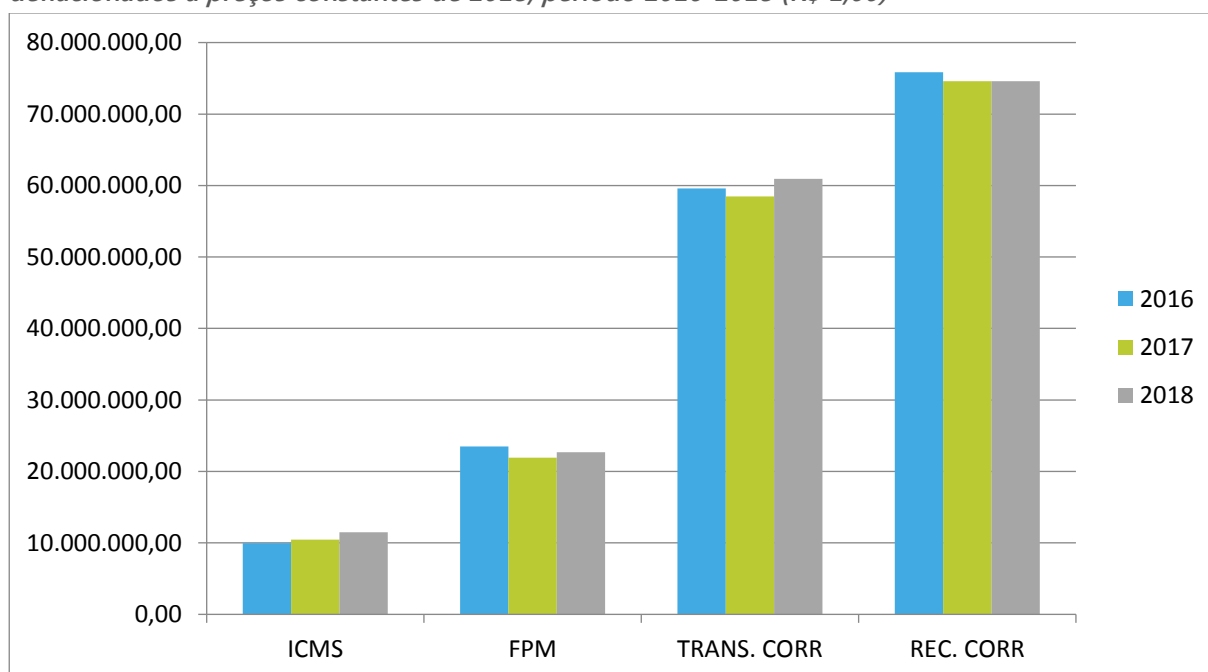
A participação em valores médios das transferências constitucionais ou dos repasses financeiros do Estado para o Município, em relação à sua totalidade, segue pela ordem de grandeza: ICMS (71,33%); IPVA (23,41%); IPI (1,34%); Outras Transferências do Estado (3,19%) e SUS (0,73%). Esses dados mostram a relevância dos valores do ICMS para a composição das Transferências Constitucionais (Tabela 47).

Considerando o total das transferências do Estado entre 2016 e 2018 em valores reais de R\$13.594.094,47 e R\$16.612.103,77, o crescimento acumulado foi 22,20%. No contraponto, a queda inflacionária entre 2016 e 2018 foi de 6,29% para 3,75%. Em relação ao ICMS, que é a principal fonte de recursos, o crescimento acumulado foi de 15,26% na comparação dos valores de R\$9.948.841,78 e R\$11.467.314,74.

O IPVA, a segunda principal transferência do Estado para o Município de Bandeirantes, apresentou crescimento médio de 1,60% no período em análise. A frota de veículos do Município aumentou 6,64% entre 2016 e 2018, de 18.812 para 20.062 veículos de todos os tipos, apontando crescimento superior ao constatado no Estado do Paraná, onde houve incremento de 5,33%, resultando no aumento da frota de 6.849.066 (em 2016) para 7.214.384 (em 2018) veículos (DETRAN, 2018).

Sintetizando o crescimento acumulado entre os anos 2016 e 2018, as variáveis ICMS, IPVA, SUS, IPI e Outras Transferências do Estado foram contempladas com índices positivos. Resumindo a participação dos principais repasses constitucionais, o ICMS e FPM representam expressiva contribuição para os cofres públicos municipais na comparação com as transferências correntes e receitas correntes, conforme Gráfico 11.

**Gráfico 11 – Comparação do ICMS e FPM com as transferências correntes e receitas correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

A arrecadação advinda do ICMS durante o período 2016-2018, corresponde, em média, a 17,82% das transferências correntes e 14,27% das receitas correntes, enquanto, no mesmo raciocínio, o FPM participa com 38,06% das transferências correntes e 30,27% das receitas correntes, tratando-se de valores significativos e que dependem do crescimento econômico municipal para atingir níveis mais elevados, pois essas duas variáveis representam 55,88% das transferências correntes e 44,44% das receitas correntes. Trata-se de recursos imprescindíveis para a administração pública municipal no cumprimento das obrigações de custeio que são monitoradas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### 14.1.4 RECEITAS TRIBUTÁRIAS E RECEITAS PRÓPRIAS

A análise conjunta das principais fontes de arrecadação própria mostra que o ISSQN é principal fonte da arrecadação própria do Município de Bandeirantes. As receitas próprias são representadas pelo IPTU, ISSQN, ITBI e Taxas, e as receitas tributárias são compostas pelas receitas próprias mais o IRRF.

Historicamente, os municípios se apresentam com dificuldades de aumentar a arrecadação devido às falhas de fiscalização e modernização tributária e fragilidades na fiscalização. Dessa forma, os municípios devem estruturar sua Administração Tributária em função da sua responsabilidade pela cobrança, arrecadação e inscrição da dívida ativa.

**Tabela 48 – Receitas Próprias e Tributárias, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Receitas Municipais	Anos			Média do período 2016-2018	Crescimento Médio 2016-2018 (%)
	2016	2017	2018		
IPTU	627.105,24	-	969.108,96	532.071,40	-34,37%
ISSQN	5.420.549,79	-	4.310.209,12	3.243.586,30	-19,02%
ITBI	706.480,29	-	966.580,73	557.687,01	-22,60%
TAXAS	2.246.199,86	2.062.220,41	1.794.237,17	2.034.219,15	-0,35%
Receitas Próprias	9.000.335,18	2.062.220,41	8.040.135,98	6.367.563,86	81,43%
IRRF	5.300.025,18	9.752.269,22	3.119.308,61	6.057.201,00	32,17%
Receitas Tributárias	14.300.360,36	11.814.489,63	11.159.444,59	12.424.764,86	7,77%

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Nota: Os valores referentes ao IPTU, ISSQN e ITBI para o ano de 2017 não foram disponibilizados.

Considerando o período 2016-2018, a arrecadação advinda do IPTU respondeu, em média, por 8,36% da arrecadação própria e 4,28% das receitas tributárias. Especificamente em relação ao ISSQN, teve participação média de 50,94% das receitas próprias e de 26,11% da Receita Tributária.

No crescimento médio por imposto e taxas que compõem as receitas próprias municipais, todos tiveram decréscimo<sup>39</sup> ao longo do período 2016-2018, sendo eles: o IPTU com decréscimo 34,37%, o ISSQN com queda de 19,02%, as Taxas com decréscimo de 0,35% e o ITBI com queda de 22,60%, enquanto o Imposto de Renda (IRRF) teve crescimento médio de 48,75% de participação média nas receitas tributárias do Município (Tabela 48).

O resultado na arrecadação média das receitas tributárias do Município, no período 2016-2018, refletiu no crescimento médio de 7,77%. A arrecadação própria do Município teve crescimento de 81,43% devido às anormalidades ocorridas em 2017, quando as receitas próprias ficaram em R\$2.062.220,41, tendo influência significativa tanto no período 2016-2017 como no período 2017-2018, onde as variações foram negativas de 77,09% no primeiro período e positivas no segundo

<sup>39</sup> Os decréscimos da arrecadação dos impostos IPTU e ITBI, além da Taxas Municipais aconteceram em função da ausência de dados para o ano de 2017.



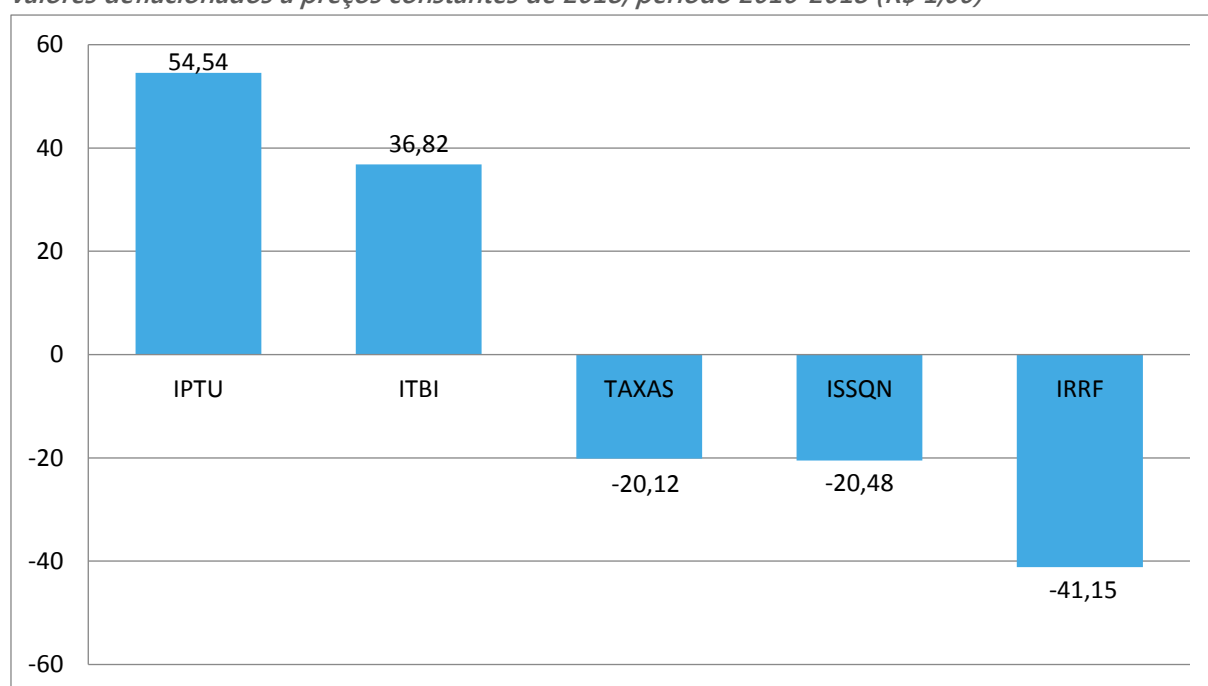
em 289,88%, assinalando, assim, que os níveis médios de crescimento dessas duas receitas foram superiores aos índices de inflação que, em média, ficou 4,33% em igual período.

Assim, os indicadores, em média, podem ser considerados relativamente bons quando comparados com os índices de inflação (IPCA). Essa comparabilidade permite sustentar que as receitas tributárias ficaram num cenário de ganhos financeiros em valores reais, em função da evolução das receitas tributárias do Município, que foram superiores aos níveis inflacionários (Tabela 48).

Todas as modalidades que compõem as receitas tributárias apresentaram desempenho negativo ao longo da série temporal definida nesse documento. As instabilidades ocorridas muito se devem ao momento de transição nas questões macroeconômicas e políticas, que têm afetado a economia de maneira geral.

No entanto, o crescimento acumulado real no período 2016-2018 foi protagonizado pelas Taxas, IRRF, ISSQN, IPTU e ITBI, conforme Gráfico 12 a seguir:

**Gráfico 12 – Comparação do crescimento acumulado das variáveis que compõem a Receita Tributária, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

#### 14.1.5 RECEITAS CORRENTES E RECEITA TRIBUTÁRIA

Na Tabela 49 fica demonstrada a relação das receitas tributárias e correntes do Município de Bandeirantes, com a finalidade de evidenciar a participação das receitas próprias e da retenção de imposto de renda que formam as receitas tributárias, no contexto das receitas correntes.

**Tabela 49 – Relação da receita tributária com a receita corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)**

Ano	Receita Tributária (A) (R\$)	Receita Corrente (B) (R\$)	Indicador (A:B) (%)
2016	14.300.360,36	75.854.749,70	18,85
2017	11.814.489,63	74.590.454,18	15,84
2018	11.159.444,59	74.584.869,81	14,96
Média	12.424.764,86	75.010.024,56	16,55

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

A receita tributária de Bandeirantes apresentou crescimento médio real de 7,77% no período 2016-2018. Em média real, a receita tributária do Município corresponde a 16,55% da receita corrente, refletindo um indicador de baixa participação nessa combinação. A melhor participação ocorreu em 2016, com 18,85%. Esses dados remetem a proposta do Município na busca por alternativas com mecanismos eficazes de atualização e modernização fiscal, com a finalidade de contribuir para melhorar os índices de arrecadação com vistas a ampliar os benefícios dos serviços públicos para a comunidade através de investimentos, além de reduzir a dependência financeira vinda das transferências constitucionais.

Visualizando a hipótese de o Poder Executivo exercer os limites de apuração, a capacidade contributiva da população representada nos tributos, estes poderão ser revistos pelos processos de modernização na estrutura municipal e, no sentido de adotar fiscalização mais eficaz, poderão aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.

#### 14.1.6 DESPESAS FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Para Jund (2008), a despesa é parte integrante do orçamento e corresponde às autorizações para os gastos com diversidade de atribuições governamentais. Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

De acordo com a Tabela 50, os indicadores encontrados na proporcionalidade entre Despesas de Capital e Despesas Correntes revelam o peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre pequenos municípios.

**Tabela 50 – Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Ano	Despesas Corrente	%	Despesas de Capital	%	Despesa Orçamentária	%
2016	63.472.837,27	88,02	8.640.028,49	11,98	72.112.865,76	100,00

2017	60.741.612,57	92,29	5.075.633,63	7,71	65.817.246,20	100,00
2018	61.935.837,08	89,16	7.531.212,51	10,84	69.467.049,59	100,00
Média	62.050.095,64	89,82	7.082.291,54	10,18	69.132.387,18	100,00

Fonte: STN-FINBRA (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

No município de Bandeirantes, no período 2016-2018, as Despesas Correntes corresponderam, em média, a 89,82% e as Despesas de Capital corresponderam a 10,18% de participação nas Despesas Orçamentárias. Denota-se a baixa participação das despesas de capital, demonstrando que os investimentos municipais são relativamente pequenos se considerado o montante das despesas orçamentárias.

As despesas correntes, em média, durante o período 2016-2018 apresentaram crescimento de 3,65%, resultado das variações percentuais de crescimento de 13,29% em 2016, de -4,30% em 2017, e de 1,97% em 2018, enquanto as despesas de capital mostraram crescimento de 19,44%, devido às variações positivas de 51,19% em 2016 e de 48,38% em 2018, destacando a baixa participação das despesas de capital no contexto das despesas orçamentárias. As despesas orçamentárias tiveram crescimento médio de 4,54% no período 2016-2018, ressaltando as variações positivas de 16,80% em 2016 e de 5,55% em 2018, tendo decréscimo de -8,73% em 2017, em relação às despesas totais.

Considerando valores atualizados, em média, o quadro geral das despesas e das receitas orçamentárias sinalizaram resultados de preocupação com os gastos públicos quando comparados os indicadores de crescimento das finanças públicas municipais, principalmente pelo crescimento proporcionalmente maior do que as despesas orçamentárias em relação às receitas orçamentárias, pois enquanto as receitas orçamentárias cresceram, em média, 3,55%, as despesas orçamentárias cresceram 4,54% no período 2016-2018.

Essas médias das variações foram reflexos, principalmente, dos níveis de crescimento das despesas correntes nos anos analisados e das quedas de investimentos identificados com as receitas de capital nos anos de 2017 e 2018. Admite-se equivalência entre receitas e despesas, demonstrando situação confortável entre essas variáveis orçamentárias, conforme prevê teoria das finanças públicas em que a arrecadação é suficiente para cobertura dos gastos, independente das taxas de crescimento de ambas variáveis.

A seguir, os dados da Tabela 51 tem como objetivo detalhar as informações sobre a composição das despesas, apontando as principais decisões tomadas para fazer frente aos níveis de arrecadação.

**Tabela 51 – Composição das Despesas Correntes e de Capital, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Elementos Contábeis	Anos			Média do Período 2016-2018
	2016	2017	2018	
1. Pessoal e encargos	38.094.070,90	40.077.370,70	41.597.842,32	39.923.094,64
2. Juros e encargos da dívida	105.391,65	48.464,63	1.285,65	51.713,98
3. Demais despesas correntes	25.273.374,73	20.615.777,24	20.336.709,11	22.075.287,03
4. Despesas Correntes (1+2+3)	63.472.837,27	60.741.612,57	61.935.837,08	62.050.095,64
1. Investimentos	7.657.995,59	2.487.068,73	4.338.782,56	4.827.948,96
2. Amortização da dívida	982.032,91	2.588.564,90	3.192.429,95	2.254.342,59
4. Despesas de Capital (1+2+3)	8.640.028,49	5.075.633,63	7.531.212,51	7.082.291,54
Despesas Orçamentárias (Capital + Corrente)	72.112.865,76	65.817.246,20	69.467.049,59	69.132.387,18

Fonte: STN-FINBRA (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Para fazer frente às despesas administrativas, operacionais e financeiras, o Município depende de receita financeira dentro dos limites constitucionais, efetivando os pagamentos legais por despesas necessárias ao andamento do setor público municipal, tais como: salários, encargos financeiros e sociais, amortizações dos financiamentos, custeio, investimentos, manutenção etc.

Os elementos contábeis disponíveis na Tabela 51 representam despesas habituais nas contas públicas e, pelos valores apresentados, os mais relevantes são as despesas correntes que, sistematicamente, tem aumentado ao longo do tempo, mantendo um padrão de normalidade, ao passo que as despesas de capital se mostram mais instáveis. Nesse contexto, as despesas com pessoal continuam sendo as mais relevantes e geram as maiores preocupações dentro dessa vertente.

Considerando a média das despesas correntes e despesas de capital relativas ao período 2016-2018, em relação ao ano imediatamente anterior, destaca-se: a) Despesas correntes: os juros e encargos da dívida apresentaram redução média real de -61,75% e as despesas com pessoal aumentaram 6,45%. O contraponto é que as despesas com pessoal aumentaram e as despesas com juros e encargos da dívida diminuíram bruscamente, ressaltando que as despesas com pessoal são mais impactantes para as contas públicas; b) Despesas de capital: os investimentos tiveram crescimento de 26,42%, devido aos ganhos de 72,33% em 2016 e de 74,45% em 2018. As amortizações da dívida cresceram 54,73%, devido às ações em 2017 e 2018, que sinalizaram crescimento de 163,59% e 23,33% no pagamento das dívidas do Município. Os investimentos e as amortizações sinalizam um ritmo expressivo, pois mostram aumento nos investimentos e redução das dívidas, devido ao crescente índice de amortizações (Tabela 51).

Assim, as duas variáveis merecem destaque na relação intrínseca entre elas, a redução da dívida pública e o aumento na capacidade de investimentos. O ponto relevante se refere à redução no pagamento de juros e à elevação média nos investimentos, significando que as contas de capital, tanto de receita como despesa, precisam ser analisadas com critérios para repensar investimentos que venham de encontro aos anseios da população bandeirantense.

#### 21.1.6.1. Despesas por Função

A análise das Despesas por Função é necessária para se medir a destinação dada pelo governo no que se refere à prestação de serviços básicos à sociedade. Analisando, sob a ótica econômica, as despesas realizadas pelo Município de Bandeirantes nos anos de 2016 a 2018, observa-se o comportamento estável em consonância com os recursos à disposição dos gestores municipais.

As despesas por função refletem as prioridades dadas pelo governo para alocação dos recursos disponíveis nos cofres públicos, de acordo com orçamento anual das receitas e despesas. As despesas por função correspondem ao somatório das despesas correntes e despesas de capital (Tabela 52).

**Tabela 52 – Despesas por Função, valores nominais a preços correntes, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Discriminação	Em Reais			Participação %			
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	Média
Judiciária	0,00	0,00	78.853,24	0,00	0,00	0,12	0,04
Administração	22.753.931,94	19.321.704,25	22.303.894,44	34,27	31,35	33,00	32,87
Defesa Nacional	0,00	0,00	16.340,00	0,00	0,00	0,02	0,01
Segurança Pública	0,00	0,00	6.150,00	0,00	0,00	0,01	0
Assistência Social	2.082.410,17	1.471.664,93	1.373.777,28	3,14	2,39	2,03	2,52
Saúde	14.344.720,40	15.471.130,42	16.307.191,45	21,61	25,10	24,13	23,61
Trabalho	118.173,42	261.262,50	89.773,47	0,18	0,42	0,13	0,24
Educação	21.104.021,95	21.046.501,39	23.085.609,38	31,79	34,15	34,16	33,36
Urbanismo	1.973.319,82	356.125,06	1.746.001,01	2,97	0,58	2,58	2,04
Saneamento	841.046,93	547.184,00	358.998,15	1,27	0,89	0,53	0,90
Gestão Ambiental	347.657,21	740.002,43	97.333,44	0,52	1,20	0,14	0,62
Agricultura	1.269.939,45	1.228.258,30	1.197.299,78	1,91	1,99	1,77	1,89
Indústria	716.591,78	195.053,61	208.464,31	1,08	0,32	0,31	0,57
Encargos Especiais	843.481,16	991.987,44	713.487,95	1,27	1,61	1,06	1,31

Total Despesas	66.395.294,23	61.630.874,33	67.583.173,90	100,00	100,00	100,00	100,00
----------------	---------------	---------------	---------------	--------	--------	--------	--------

Fonte: STN-FINBRA-IPARDES e Prefeitura Municipal de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

De acordo com estudos realizados por Amarante e Moreira (2008) há uma tendência de diminuição dos gastos com administração ao longo do tempo na economia brasileira. No município de Bandeirantes, não houve queda nas despesas orçamentárias, e sim um crescimento médio de 4,54%, considerando o crescimento real (valores deflacionados) ante a inflação média brasileira de 4,33% para o mesmo período.

No município de Bandeirantes, em relação ao período 2016-2018, a média dos maiores gastos foi concentrada pela ordem de grandeza: Educação, Administração e Saúde, sobre os quais será analisada a movimentação das despesas referentes ao período 2016-2018.

Considerando os gastos com as principais funções, observa-se que, em média, participou: i) Educação - alcançou 33,36% do total das despesas e sua maior participação ocorreu em 2018, com 34,16%; ii) Administração - obteve 32,87% com destaque para o ano de 2016, com 34,27% de participação; e iii) Saúde - atingiu 23,61% do total das despesas, com maior participação em 2017, com 25,10%. Essas três dimensões, em média, são responsáveis por 89,84% das despesas por função do Município.

Como forma para evidenciar o crescimento médio real das despesas com Saúde, Educação, Administração e Saúde durante o período 2016-2018, os valores foram deflacionados a preços constantes de 2018, com a finalidade de tornar uma condição analítica mais adequada e realista:

- Educação, que tem a maior representatividade entre os recursos destinados as despesas municipais, respondeu por crescimento médio de 3,95%, distribuído em 8,09% em 2016, -2,30% em 2017 e 6,05% em 2018;
- As despesas referentes à Administração, que tem a segunda maior representatividade entre os recursos destinados às despesas municipais, apontaram crescimento médio de 5,17% dos gastos. Em 2016 obteve crescimento de 20,71%, em de 2018 seguiu com aumento de 11,61%, mas em 2017 teve decréscimo de 16,81%.
- As despesas com Saúde, que tem terceira representatividade entre os recursos destinados para as despesas municipais, apontaram crescimento médio de 5,54% que foi distribuído, pela ordem: aumento de 9,04% em 2016; crescimento de 5,67% em 2017 e aumento de 1,91% em 2018.

Ressaltam-se o setor de Comércio e Serviços que, no quadro de despesas por função, não tem valores de participação, e a destinação de recursos para o apoio ao setor de indústria, com 0,57% de participação no quadro de função. Nessa linha de prioridades municipais, esses dois setores deveriam merecer atenção especial e contínua como forma de motivação, devido à representatividade que têm para o desenvolvimento local.



Os gastos municipais tendem a aumentar de forma consistente, devido a uma série de fatores, como o aumento das responsabilidades na execução das políticas públicas pelo Estado e pela União, pois os municípios absorveram atribuições que antes eram executadas pelos outros entes, caso da saúde e educação do ensino fundamental, por exemplo.

Além do estudo das despesas, cabe refletir sobre a inovação qualitativa potencial e, em termos de impacto, dos processos e empreendimentos realizados pelo Município. A capacidade de impacto está ligada à inovação de uma ação governamental devido às carências inerentes aos pequenos municípios.

#### 21.1.6.2. Despesa com Pessoal e a Lei de Responsabilidade Fiscal

A análise dos gastos com pessoal de Bandeirantes está em consonância com os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 que, dentre outras atribuições, versa sobre os limites destinados aos gastos com pessoal. A referida lei expressa os limites de gastos com pessoal sobre as receitas correntes líquidas, as quais são apuradas somando as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades (Art. 2º, § 3, da Lei nº 101/2000).

Os indicadores que medem a participação financeira das Despesas de Pessoal, em relação às receitas e despesas totais e correntes mostram um bom desempenho, pois os gastos com pessoal no município de Bandeirantes atingiram média de 59,13% da Receita Corrente Líquida – RCL, superior ao limite de 54% da RCL (Art. 19, Art. 21, III, b e Art. 22, parágrafo único) para os gastos com pessoal. A Despesa Corrente municipal de Bandeirantes é encabeçada pela despesa com pessoal e encargos que, de acordo com a Tabela 53, são sempre motivo de preocupação.

Os dados apresentados sempre focam na ocorrência com a proximidade dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, porém o Município está bem enquadrado nesse quesito. No entanto, cabe à gestão de recursos humanos municipal de Bandeirantes fazer ajustes, sempre que necessário, para atender a legislação em vigor.

No exercício de 2018 ocorreu o maior volume de gasto com pessoal, atingindo 62,13%, superior ao limite máximo em relação RLC (54%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Tabela 53).

***Tabela 53 – Gastos com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)***

RCL e Despesa com Pessoal	Anos		
	2016	2017	2018
Receita Corrente Líquida (R\$)	68.372.722,53	67.302.445,90	66.947.876,91
Despesa com Pessoal e Encargos (R\$)	38.094.070,90	40.077.370,70	41.597.842,32
Gasto Pessoal em relação a RCL (%)	55,72	59,55	62,13



Limite Máximo (Par. UNICO, Art. 19, Art. 2 inciso III e Art. 22 da LRF) 54%	36.921.270,17	36.343.320,79	36.151.853,53
Limite Prudencial (Parágrafo Único, Art. 22 da LRF) 57%	38.972.451,84	38.362.394,16	38.160.289,84
Limite Máximo (Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF) 60%	41.023.633,52	40.381.467,54	40.168.726,15

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Considerando os valores reais dos anos de 2016, 2017 e 2018, apurou-se que os gastos com pessoal e encargos comprometeram os limites estabelecidos pela LRF. Assim, os dados demonstram que a racionalização econômica com despesas com pessoal e encargos foram superiores aos limites de 54% da RCL estabelecido pela LRF, porém inferiores aos limites prudencial e máximo da LRF.

Os gastos com pessoal e encargos é uma preocupação constante que deve ser levada em consideração pela administração pública, principalmente nos modelos atuais de gestão pública em que a transparência das ações é cada vez mais evidente, por isso a política de contenção de despesas dessa modalidade e outras deve ser a meta dos governantes.

Considerando a análise individual dos índices, os dados mostram participação que merece cuidados com os gastos com a conta pessoal e encargos na composição das despesas do Município, sendo, portanto, indispensável em qualquer situação uma readequação na administração com esse tipo de gasto, através de medidas de precaução para salvaguardar a saúde financeira do Município.

Em suma, os resultados mostram que no período avaliado, os indicadores ficaram acima dos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que tange aos percentuais não permitidos dos gastos com pessoal incidentes sobre as receitas correntes líquidas, cabendo ao Município o gerenciamento para os anos seguintes. Esses resultados foram crescentes e preocupantes para a administração pública, remetendo, assim, o Município a um processo de alerta para que nos anos seguintes evite-se a dilatação dessa diferença entre receitas e despesas, com a finalidade de aumentar os níveis de investimentos que possam promover o desenvolvimento do Município.

#### 14.1.7 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As receitas e despesas públicas são consideradas indicadores do volume e da capacidade de investimento do poder público municipal, o que influencia diretamente a circulação financeira quando analisamos as finanças públicas.

**Tabela 54 – Resultado da Execução Orçamentária - Relação entre despesa e receita, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Descrição	2016	2017	2018
Receita Orçamentária	76.658.946,52	76.450.325,81	78.287.830,98
Despesa Orçamentária	72.112.865,76	65.817.246,20	69.467.049,59
Superávit Orçamentário	4.546.080,76	10.633.079,61	8.820.781,39
Despesa/Receita (%)	94,07	86,09	88,73
Equilíbrio Orçamentário [1]	5,93	13,91	11,27

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

O superávit orçamentário mais expressivo ocorreu em 2018 com a participação de 88,73% da despesa em relação às receitas, que determinou 11,27% como equilíbrio orçamentário. A relação despesa/receita, em média, atingiu 89,63% no período 2016-2018, enquanto a média do equilíbrio orçamentário foi de 10,37%, demonstrando que o Município não correu risco de endividamento em função das despesas serem inferiores às receitas no período 2016-2018, mantendo relativa zona de conforto financeiro, exceto no ano de 2016, quando as duas variáveis ficaram muito próximas (Tabela 54).

Para aperfeiçoar a gestão pública municipal, os estudos e a compreensão relacionados aos indicadores econômicos e financeiros podem auxiliar os gestores na aplicação de recursos para investimentos e gastos. Assim, a gestão de resultados é um mecanismo utilizado para medir a gestão que é utilizada também nos órgãos públicos, no sentido de justificar as tomadas de decisão governamentais adotadas pelo Município na gestão dos recursos humanos.

#### 14.1.8 INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS

Estes indicadores representam as possibilidades de a Administração Pública tomar decisões de investimentos e gastos em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tome decisões técnicas no sentido de salvaguardar a gestão do patrimônio público. Os vários indicadores econômicos do Município possibilitam a caracterização das atividades e os impactos no mercado de trabalho, renda familiar e finanças públicas municipais. Tais indicadores permitem observar aspectos do recente desenvolvimento econômico de Bandeirantes.

##### 21.1.8.1. Indicador de Dependência

Neste tópico, procura-se avaliar em que medida o Município depende das receitas transferidas para oferecer o conjunto de bens e serviços à população. Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas e Despesas Totais. Quanto mais próximo de "1", maior a dependência do Município em relação às transferências, especialmente o FPM e ICMS, que são os repasses mais volumosos. Segue o indicador de dependência na Tabela 55.

**Tabela 55 – Indicador de Dependência, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Ano	Receita Transferida <sup>40</sup> (A)	Despesa Orçamentária (B)	Indicador (A: B)
2016	60.392.702,70	72.112.865,76	0,84
2017	60.317.031,89	65.817.246,20	0,92
2018	63.264.206,81	69.467.049,59	0,91
Média	61.324.647,13	69.132.387,18	0,89

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Com média de 0,89 no indicador de dependência no período 2016-2018, o Município de Bandeirantes tem moderado grau de dependência sobre as transferências constitucionais dos Governos Federal e Estadual, determinantes para auxiliar na gestão pública quando comparados com as despesas orçamentárias (Tabela 55). Esse indicador é decisivo para a gestão pública municipal avaliar as possibilidades de elevar a arrecadação da receita tributária como forma de minimizar a dependência dos repasses constitucionais.

Nos anos de 2017 e 2018, devido ao avanço das transferências recebidas, constataram-se os maiores graus de dependência municipal com indicadores de 0,92 e 0,91, considerados elevados, porém abaixo do limite do grau de dependência. O gestor público tem nesse indicador como uma forma de alerta para tomada de decisão, com isso poderá evitar a elevação de dependência, tais como a adoção de políticas públicas para a criação de mecanismos de proteção das finanças públicas, como a modernização tributária. Isso tudo em atenção aos números que retratam a relevância dos repasses constitucionais como fontes primordiais de recursos para atendimento às demandas da população bandeirantense.

Os resultados apresentados mostram que, para cada R\$1,00 de despesa orçamentária, o Município tem R\$ 0,84 de receita transferida em 2016; R\$ 0,92 no ano de 2017 e R\$ 0,91 no ano de 2018m identificando a dependência dos repasses da União e do Estado no período 2016-2018. Ratificando, esses indicadores são sinais de alerta para a administração pública, que dever tomar medidas políticas públicas e econômicas, criando mecanismos técnicos e políticos de defesa.

Os números retratam a relevância dos repasses constitucionais como fonte de recursos para atendimento às múltiplas demandas municipais. No entanto, a preocupação com os níveis de arrecadação tributária não deve ser descartada e, pelo contrário, ajustes na fiscalização e na modernização tributária para aumentar a arrecadação tributária são necessários.

<sup>40</sup> Somatório da transferência corrente e transferência de capital

Os resultados demonstram que o Município deve realizar planejamentos de alternativas próprias, melhorando os indicadores de receita tributária, assim como promover adoção de políticas de crescimento e de desenvolvimento para fazer frente aos imprevistos nos repasses dos recursos.

#### 21.1.8.2. Indicador de Financiamento de Gastos

O indicador de financiamento dos gastos públicos permite mostrar a relação entre despesas correntes e receita tributária; ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da máquina administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito). Quanto maior o índice, menor o esforço tributário.

O município de Bandeirantes tem baixa dependência das transferências em virtude do esforço tributário para obtenção de índices mais satisfatórios que possam fazer frente, em maior proporção, às despesas correntes. A Tabela 56 mostra o comportamento da receita tributária, cujos indicadores comprovam a baixa dependência dos recursos de transferências.

**Tabela 56 – Indicador de Financiamentos dos Gastos, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A: B)
2016	63.472.837,27	14.300.360,36	4,44
2017	60.741.612,57	11.814.489,63	5,14
2018	61.935.837,08	11.159.444,59	5,55
Média	62.050.095,64	12.424.764,86	5,04

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

A receita tributária teve, em média, crescimento médio real de 7,77% no período, e as despesas correntes crescimento de 3,65%. Esses números são resultantes da participação média de 20,02% da receita tributária em relação às despesas correntes, que está abaixo da média dos municípios paranaenses, indicador que deve ser monitorado com a finalidade de reduzir as fragilidades e aumentar a proteção dessa relação que impacta fortemente nas finanças públicas municipais.

Em média, o indicador de financiamento dos gastos atingiu 5,04, que significa e mostra os ditames para melhorar o desempenho da gestão municipal. No ano de 2016 detectou-se pior indicador com a menor participação da receita tributária para fazer frente aos gastos públicos do Município, ou seja, onde a receita tributária menos contribuiu para com as despesas correntes onerando um pouco mais os recursos advindos das transferências constitucionais.

Os resultados mostram que para R\$ 4,44 de gastos contabilizados em despesas correntes, a receita tributária participou com R\$ 1,00 em 2016; no ano de 2017, para R\$ 1,00 de receita tributária foram gastos de R\$5,14 nas despesas correntes; e para o ano de 2018 a equivalência é de R\$ 1,00 de receita tributária para R\$ 5,55 de despesas correntes. Essa relação comprova a baixa dependência do Município de Bandeirantes sobre as transferências constitucionais.

Com isso, percebe-se, cada vez mais que, com a modernização no processo de arrecadação própria, por meio de um controle interno bem definido, a administração municipal consegue estabelecer uma gestão de efeitos positivos nas finanças públicas para a obtenção de resultados satisfatórios na gestão pública municipal.

Com maior arrecadação tributária, os repasses constitucionais dos Governos Federal e Estadual poderão ser distribuídos com mais intensidade financeira para programas relevantes para atendimento à demanda dos municípios de Bandeirantes.

### 21.1.8.3. Indicador de Poupança

A poupança pública corresponde à renda líquida municipal. A Poupança foi calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes no período de 2016 a 2018. Se a arrecadação exceder os gastos do município, há superávit público, ou seja, uma poupança pública positiva. Ao contrário, ocorre um déficit público, com poupança pública negativa.

A poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros, podendo ser destinados a investimentos e propiciar melhor infraestrutura que beneficie a ação da iniciativa privada e da população em geral.

O Indicador foi calculado a partir da razão entre as Receitas Correntes e Despesas Correntes. Este indicador reflete o esforço da administração em relação ao saneamento financeiro do Município. A poupança gera possibilidades para a projeção de novos investimentos priorizando as necessidades do município.

Nessa análise, percebe-se que a poupança do Município de Bandeirantes apresenta superávit público nos anos de 2016, 2017 e 2018, ou seja, as despesas correntes são menores que as receitas correntes oriundas de transferências, impostos e taxas cobrados. Poupança maior significa uso mais racional dos recursos financeiros, podendo esse recurso ser destinado a investimentos, de forma a propiciar melhor infraestrutura que beneficie a população em geral.

**Tabela 57 – Indicador de Poupança, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A:B)
2016	68.586.707,48	56.027.816,13	12.558.891,35	1,22
2017	75.854.749,70	63.472.837,27	12.381.912,43	1,20
2018	74.590.454,18	60.741.612,57	13.848.841,61	1,23
Média	73.010.637,12	60.080.755,32	12.929.881,80	1,22

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Em média a poupança do Município obteve crescimento médio de 0,59%, resultado da variação positiva de 11,85%, no ano de 2017, enquanto nos anos de 2016 e 2018, as quedas atingiram -



1,41% e -8,66%, respectivamente. O crescimento acumulado da poupança entre 2016 a 2018 foi de 2,16% considerando os valores de R\$12.381.912,43 e R\$12.649.032,73. A média dos indicadores de poupança do Município foi 1,22, com índices satisfatórios para a formação de reservas com o objetivo de incrementar os investimentos públicos.

Os resultados apresentados são significativos, mostrando que para cada R\$1,00 de despesa corrente, o Município tem R\$ 1,22 de receita corrente no ano de 2016; R\$ 1,20 de receita corrente no ano de 2017; e R\$ 1,23 de receita corrente no ano de 2018. Assim sendo, identifica-se uma aproximação maior entre receita e despesa corrente no ano 2017.

Em relação à média dos indicadores, tem-se que para cada R\$1,00 de despesa corrente, há necessidade de R\$ 1,22 de receita corrente. Isso reforça a tese de que os cuidados, a organização e a modernização tributária e os controles são necessários para que o Município tenha mais capacidade financeira para atender às demandas da população.

Em função das demandas crescentes da população nas mais diversas áreas, entende-se que esses dados permitem estímulos ao governo municipal a pressupor participação e controle mais efetivo da arrecadação para realizar os investimentos necessários para atender a população.

Diante desse resultado, ganha força o argumento de que a poupança pública é um indicador que deveria ser sistematicamente monitorado pelos executivos públicos, caso o objetivo seja atingir taxas mais elevadas de crescimento. Nem sempre o objetivo é uma poupança pública mais alta possível, para financiar os investimentos necessários para a promoção do crescimento e do desenvolvimento local.

#### 21.1.8.4. Indicador de Capacidade de Investimentos

Os demonstrativos descritos a seguir mostram o comportamento da capacidade de investimento do município de Bandeirantes ao longo do período dessa análise, que vislumbra uma condição proativa para as tomadas de decisões que venham de encontro com os anseios da população de Bandeirantes (Tabela 58).

Neste tópico, são tratadas as relações entre investimentos realizados e a receita corrente e da variável despesa (os investimentos realizados correspondem aqueles diretamente realizados pelo município e por meio de convênios com o Estado e/ou União, ou ainda de transferência de capital). Os dados indicam que as taxas de investimento caíram enormemente no período. Observa-se, ainda, que os indicadores apresentam processo de redução. Trata-se de uma evidente demonstração de perda de capacidade para investir e a gravidade do fenômeno é muito sentida, pois os investimentos representam a fonte primária da melhoria, modernização e ampliação dos serviços públicos necessários a população.

Os dados da Tabela 58 mostram as variáveis que permitem a análise sobre a capacidade de investimento e o indicador de investimentos referente aos anos de 2016, 2017 e 2018. Alguns

pontos, tais como a montagem da receita efetiva e as despesas correntes somadas às amortizações, são determinantes para mensurar os resultados sobre os investimentos realizados e as tendências e necessidades para o futuro.

Não obstante, algumas variáveis, como o investimento e a amortização da dívida, são termômetros para visualização das condições das possibilidades do Município no encaminhamento de novos empreendimentos e a capacidade de contrair novas operações de crédito que venham contemplar as propostas estabelecidas no PPA.

**Tabela 58 – Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (R\$ 1,00)**

Variáveis	Valores Deflacionados (R\$ 1,00)			
	2016	2017	2018	Média
Receita Orçamentária	76.658.946,52	76.450.325,81	78.287.830,98	77.132.367,77
Receita Corrente	75.854.749,70	74.590.454,18	74.584.869,81	75.010.024,56
Transferência Corrente	59.588.505,88	58.457.160,26	60.910.245,64	59.651.970,59
Receita Efetiva <sup>41</sup>	75.854.749,70	74.590.454,18	73.235.869,81	74.560.357,90
Despesa Corrente	56.027.816,13	63.472.837,27	60.741.612,57	60.080.755,32
Operações de Crédito	0,00	0,00	1.349.000,00	449.666,67
Investimentos	7.657.995,59	2.487.068,73	4.338.782,56	4.827.948,96
Amortização da Dívida	982.032,91	2.588.564,90	3.192.429,95	2.254.342,59
Despesa corrente + amortização	57.009.849,04	66.061.402,17	63.934.042,52	62.335.097,91
Capacidade de Investimento <sup>42</sup>	18.844.900,66	8.529.052,01	9.301.827,29	12.225.259,99
Capacidade de Investimento (%) <sup>43</sup>	24,84	11,43	12,70	16,32
Investimento/receita orçamentária (%)	9,99	3,25	5,54	6,26
Indicador (investimento/receita orçamentária)	0,10	0,03	0,06	0,06

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Bandeirantes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidade.

Os investimentos em relação à receita orçamentária do Município de Bandeirantes durante o período 2016-2018, em média, apontaram 6,26% de participação. Os investimentos efetuados no período 2016-2018 se apresentaram de forma preocupante devido à drástica redução no período

<sup>41</sup> Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito

<sup>42</sup> Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortização)

<sup>43</sup> Capacidade de Investimento % = Capacidade de Investimento / Receita Efetiva

2016-2017 (67,52%), que não seguiram os desempenhos ocorridos nos períodos 2015-2016, quando alcançou 72,33%, e 2017-2018, que teve 74,45% de aumento.

Todas essas movimentações com valores destinados para investimentos no Município mostraram crescimento acumulado no período 2016-2018 de -43,34%, ao considerar os valores de R\$7.657.995,59 para R\$4.338.782,56.

Os resultados apresentados para a relação investimento e receita orçamentária no período foram preocupantes, mostrando que para cada R\$1,00 de receita orçamentária, o Município investiu apenas R\$0,10 em 2016; R\$0,03 de receita orçamentária em 2017 e R\$0,06 de receita corrente em 2018. Assim, identifica-se que os níveis de investimento nos últimos três anos, com média de R\$0,06, são considerados baixos para o que Bandeirantes pode proporcionar.

A análise geral da despesa total é que ela continuará aumentando anualmente, em face da necessidade de maiores investimentos para atender a demanda local. Por isso, a preocupação em elevar os níveis de arrecadação é extremamente desafiadora ao gestor público para cumprir o Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei das Diretrizes Anual (LDO).

O Município de Bandeirantes apresentou, nos três anos analisados, uma capacidade de investimento que precisa ser melhorada, apesar de que, em todos os anos analisados, as despesas correntes adicionadas às amortizações foram inferiores às receitas efetivas. No entanto, apesar das oscilações, esse comportamento possibilita ampliar os indicadores de capacidade de investimento, partindo do pressuposto que essa capacidade existe.

Essa movimentação se transporta para a relação investimento/receita orçamentária, para trabalhar o sentido de ampliar os níveis de investimentos para fazer frente às demandas econômicas e sociais e atender às Leis orçamentárias e de responsabilidades.

#### 14.1.9 CONSIDERAÇÕES

Bandeirantes, no geral, apresenta crescimento real das receitas, mostrando controle nas despesas, que viabilizou a capacidade de poupança, apesar de oscilar em um período ou outro. Detectaram-se níveis acentuados de dependência das transferências governamentais em função do baixo desempenho na arrecadação de impostos e taxas que compõem as receitas próprias municipais e as receitas tributárias, fato comum na maior parte dos municípios brasileiros.

O comportamento das receitas próprias e tributárias mostra a necessidade permanente de investimentos na modernização tributária, com a finalidade de angariar recursos que possam auxiliar no custeio e investimentos municipais. A arrecadação própria do município teve crescimento médio de 81,43% e a receita tributária de 7,77% ao longo do período 2016-2018, culminando com modesta participação na totalização das receitas correntes. Isso leva o Município a envidar esforços por meio da modernização da estrutura municipal na administração tributária, com vistas a melhores resultados e atendimento à demanda da população Bandeirantes.

O objetivo dessa modernização é tornar o Município menos dependente das transferências do Estado e União. Para tanto, o Município deverá estimular os contribuintes através da arrecadação por meio de sistemas mais desenvolvidos, ressaltando que o poder Executivo deverá rever a capacidade de contribuição da população em relação aos tributos, adotando fiscalização mais eficaz e melhorando o desempenho da política tributária no médio e longo prazo, reduzindo, gradualmente, a dependência sobre as Receitas de Transferências.

As transferências do FPM e ICMS demonstram ser fundamentais na totalização das receitas do Município, sendo que o aumento nessas transferências requer mais investimentos em infraestrutura para oferecer condições de atrair outras empresas e instituições para gerar desenvolvimento econômico e social. Em Bandeirantes, as transferências constitucionais da União e do Estado são extremamente superiores arrecadação, por meio da receita tributária.

As Despesas por Função mostram o destino dos recursos que o Município disponibiliza para atender à população. Com isso, e de acordo com as informações, a distribuição entre as despesas com educação, administração e saúde se encontram dentro da realidade da maioria dos municípios brasileiros. Há necessidade, portanto, de uma readequação orçamentária no direcionamento dos investimentos, principalmente para a indústria, comércio e serviços, para promover o desenvolvimento econômico e buscar a ascensão na geração de empregos e renda.

Os índices de esforço tributário, financiamento dos gastos, poupança e dependência do Município, em relação às receitas recebidas por meio das transferências constitucionais, mostraram seus pontos mais fragilizados, ou seja, há necessidade de rever o comportamento com as finanças públicas de caráter municipal. O índice de dependência é sempre uma grande preocupação para o Município, principalmente em relação às transferências ou repasses do Governo Federal e Estadual, notadamente em relação ao ICMS e FPM.

A capacidade de investimento próprio do Município, apesar de, em média, mostrar resultado importante, demonstrou preocupação devido às oscilações constatadas e valores relativamente baixos, o que sugere ao Município a busca pela eficácia de gestão para formar da capacitação para melhorar a arrecadação através de gestão, que vise a modernização tributária. Para isso, é essencial os cuidados com a efetivação das despesas correntes para viabilizar novos investimentos, evitando assim um descontrole das finanças públicas.

Para que o Município aperfeiçoe o sistema de arrecadação própria, é necessário enfrentar as demandas, além de cumprir a obrigação constitucional da LRF e evitar as penalidades aos administradores. O retorno se dará mediante a elevação da receita própria, diminuindo, conseqüentemente, a dependência das transferências correntes.

Boa parte das análises constatou que as interferências macroeconômicas, tanto em nível nacional como internacional, influenciaram no desenvolvimento. Porém, em algumas situações específicas, o Município superou as expectativas de crescimento quando comparado aos resultados



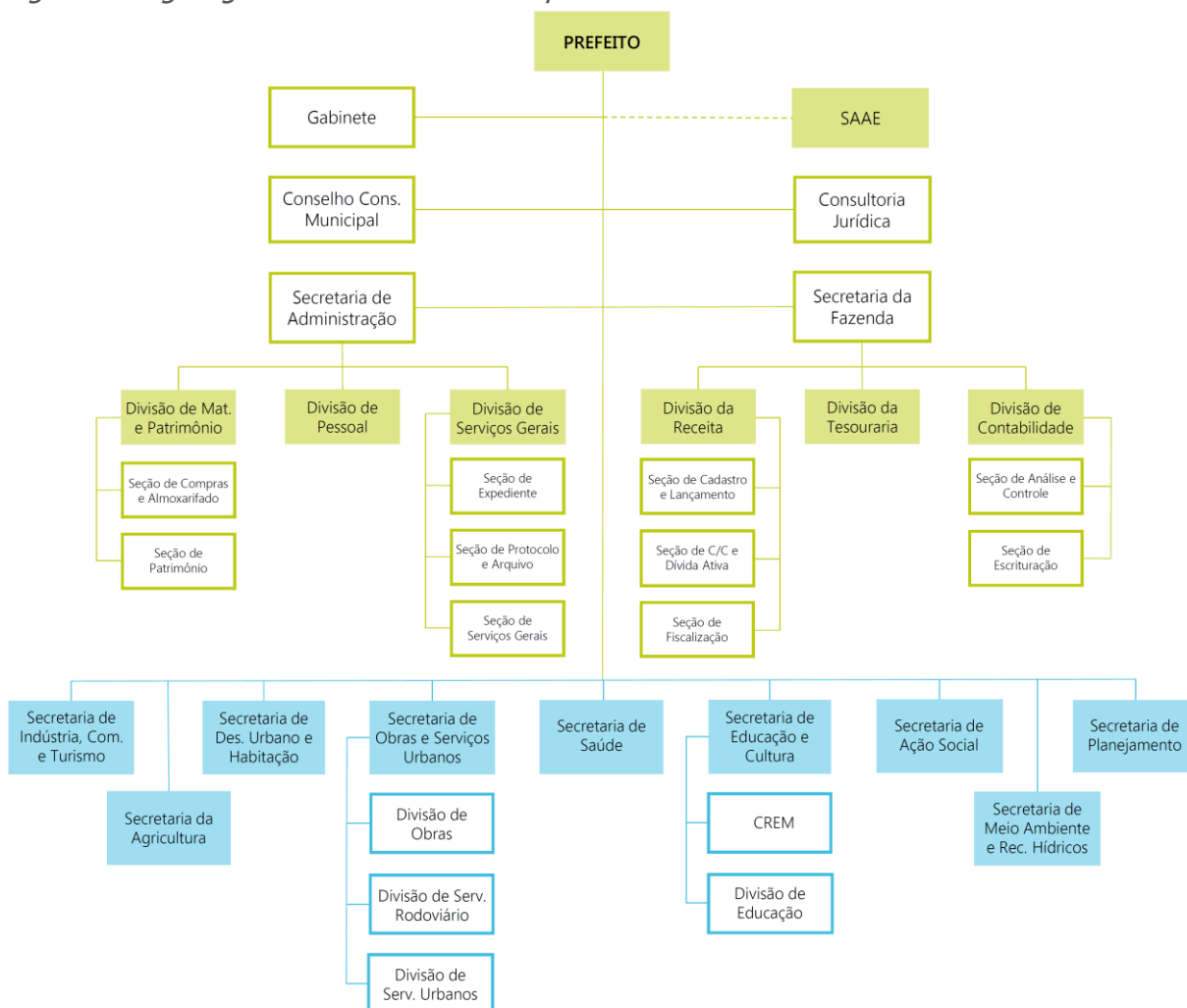
econômicos do país, o que leva a crer que a dinâmica na gestão municipal pode ser o grande diferencial entre as gestões por diversos municípios brasileiros.

Pode-se concluir que, no período analisado, foi identificada dependência do Município para realizar investimentos em relação às transferências intergovernamentais. Verificou-se, também, a necessidade permanente de criar mecanismos para o desenvolvimento do Município, que poderá ser solucionado e/ou amenizado por meio de incentivos e investimentos públicos e, ainda, a viabilização de estudos para aumentar a arrecadação própria.

## 14.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Bandeirantes foi estabelecida pela Lei Municipal nº 1.899/1994 e atualizada pela Lei Complementar nº 35/2011, Lei Complementar nº 36/2011, Lei Complementar nº 37/2011, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 89/2017. Segundo esta legislação, a estrutura administrativa do Município está organizada conforme a Figura 7 a seguir.

*Figura 7 – Organograma da Prefeitura Municipal de Bandeirantes*



Fonte: Prefeitura Municipal de Bandeirantes, 2019. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidade.

Na Etapa III – Diretrizes e Proposições da Revisão do Plano Diretor Municipal poderão ser propostas alterações ou adequações na estrutura administrativa, conforme demandas a serem apresentadas pelas Secretarias e Divisões Municipais.



### 14.3 CONSELHOS MUNICIPAIS

O controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um conselho gestor de políticas públicas formado por um grupo de pessoas. Os Conselhos Municipais são canais efetivos de participação, que possibilitam o exercício da cidadania por parte da sociedade, fazendo com que a cidadania deixe de ser apenas um direito, e sim uma realidade.

A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população em formular e implementar políticas públicas<sup>44</sup>. De acordo com o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União:

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal)<sup>45</sup>.

Na instância municipal, os conselhos atuam no controle social das políticas públicas e orçamentárias das diversas áreas relativas ao município. Em Bandeirantes, os conselhos municipais existentes são apresentados na a seguir.

*Tabela 59 – Conselhos Municipais*

Conselhos	Legislação de referência
<b>Agricultura</b>	
Conselho Municipal de Agricultura	Lei nº 2.054/1997, Lei nº 2.065/1997, Lei nº 3.832/2019
<b>Educação</b>	
Conselho Municipal de Educação	Lei nº 2.847/2008, Decr. nº 2.763/2012
Conselho Municipal do FUNDEB	
Conselho Municipal do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil no Município de Bandeirantes	Lei nº 3.351/2013
<b>Assistência Social</b>	
Conselho Municipal de Assistência Social	Lei nº 1.960/1995, Lei nº 3.134/2011, Decr. nº 3.150/2019
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Bandeirantes (CONSEA)	Lei nº 3.759/2018, Decr. nº 3.144/2019

<sup>44</sup> Portal da Transparência, 2018.

<sup>45</sup> Portal da Transparência, 2018.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bandeirantes (CMDCA)	s/i*
Conselho Tutelar	Lei nº 2.756/2007, Lei nº 3.835/2019
<b>Saúde</b>	
Conselho Municipal da Saúde	Lei nº 1.741/1991, Lei nº 3.519/2015
<b>Turismo</b>	
Conselho Municipal de Turismo de Bandeirantes (COMTURBAN)	Lei nº 2.405/2003, Decr. nº 3.129/2019
<b>Planejamento Urbano</b>	
Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial (CONGET)	Lei Compl. nº 24/2011, Decr. nº 3.127/2019
<b>Meio Ambiente</b>	
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Lei nº 3.316/2013, Decr. nº 3.133/2019
<b>Segurança</b>	
Conselho Comunitário de Segurança de Bandeirantes (CONSEG)	Decr. nº 1.790/2003

Fonte: Prefeitura Municipal de Bandeirantes e Câmara Municipal de Bandeirantes, 2019. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades. \*s/i: sem informações.





## ETAPA III – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES



## 15. INTRODUÇÃO

O Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal aponta os princípios fundamentais norteadores do Plano Diretor, sendo eles: o cumprimento da função social da propriedade e da cidade; o desenvolvimento sustentável; igualdade e justiça social; e a participação popular.

Em seguida, o Estatuto da Cidade veio estabelecer, em seu Art. 2º, a base das diretrizes gerais de política urbana:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...]

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; [...]

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; [...]

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas; [...]

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; [...]

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos; [...]

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

O novo PDM deverá contemplar as diretrizes e propostas da seguinte forma:

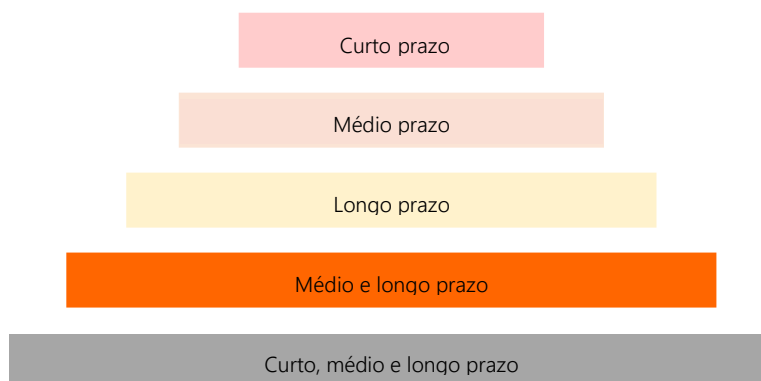


- DIRETRIZES: indicação da direção que o desenvolvimento do Município deverá seguir, revelando os objetivos a serem alcançados para prover a função social da cidade e o desenvolvimento sustentável;
- PROPOSTAS: ações que resultarão na melhoria da qualidade de vida da população do presente e do futuro, como realizações (programas, projetos, organizações, obras etc.) planejadas em curto, médio e longo prazo, tendo em vista as diretrizes definidas.

As diretrizes estabelecidas para a Política de Desenvolvimento Municipal de Bandeirantes, em consonância com a legislação federal e estadual, estão divididas em cinco vertentes:

1. Desenvolvimento e reordenamento territorial;
2. Proteção e preservação ambiental;
3. Infraestrutura e mobilidade urbana;
4. Desenvolvimento socioeconômico;
5. Desenvolvimento institucional e gestão democrática.

Em cada vertente, as Diretrizes e Propostas serão divididas em curto (até 3 anos), médio (até 6 anos) e longo prazo (até 10 anos), atendendo à prioridade de ação de abrangência social, seguida de custo de investimento e manutenção, capacidade técnica de execução e atendimento dos objetivos do Plano Diretor Municipal.



Cabe destacar que a formulação das Diretrizes e Propostas, aqui apresentadas, irá considerar a avaliação e as principais recomendações da leitura comunitária, apontadas pelos representantes da sociedade civil que participaram das Audiências Públicas. Serão consideradas também as aspirações e determinações da Equipe Técnica Municipal, levantadas ao longo do constante diálogo com a Equipe Técnica da DRZ.



## 16. DESENVOLVIMENTO E REORDENAMENTO TERRITORIAL

O desenvolvimento e ordenamento físico territorial dependem do instrumento de indução territorial e ordenação do Município, levando em conta a distribuição atual dos usos do solo, a densidade demográfica, a infraestrutura, os equipamentos urbanos e comunitários e o controle do meio ambiente, considerando o território municipal como um todo e suas características particulares para o processo de planejamento territorial. Sendo assim, cada região tem uma diretriz dentro do planejamento territorial.

Para estabelecer a definição de ordenamento territorial, a Carta Europeia do Ordenamento do Território, de 1983, tem sido um dos documentos oficiais de maior aceitação quando se trata deste tema, definindo que:

O Ordenamento Territorial é a tradução espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica da sociedade. (...) O ordenamento do território deve ter em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais que influenciam a organização do espaço, o caráter aleatório de todo o estudo prospectivo, os constrangimentos do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos, a diversidade das condições socioeconômicas e ambientais. Deve, no entanto, procurar conciliar estes fatores da forma mais harmoniosa possível<sup>46</sup>.

A finalidade prática do ordenamento territorial é, na maioria dos casos, corrigir os desequilíbrios do espaço, pressupondo uma concepção de conjunto de um território e uma análise prospectiva. O ordenamento – ou reordenamento – territorial será orientado pela definição do macrozoneamento municipal, do perímetro urbano e sua área de expansão, do zoneamento urbano (uso e ocupação do solo), dos instrumentos urbanísticos pertinentes e da hierarquização do sistema viário.

### 16.1 MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

O macrozoneamento é a base fundamental para definir o uso e a ocupação do solo, em concordância com as estratégias de política urbana. Sobre o macrozoneamento municipal, a legislação vigente dispõe que:

---

<sup>46</sup> CONSELHO DA EUROPA, 1988, p. 9-10

Art. 31. O Macrozoneamento fixa regras fundamentais de ordenamento de território e tem como objetivo definir a utilização dos instrumentos de ordenação territorial e o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano<sup>47</sup>.

No Macrozoneamento Municipal Proposto, a principal adequação foi a atualização das macrozonas vigentes em relação a:

- Novos levantamentos do uso do solo municipal, que identificou fragmentos de vegetação distintos daqueles apresentados no Macrozoneamento Municipal vigente que, por sua vez, compõem a Macrozona de Preservação Ambiental;
- Novos levantamentos em relação à aptidão do solo, que identificam áreas com restrição para a agricultura que, por sua vez, definem a Macrozona de Produção Rural sem Restrições, Macrozona de Produção Rural com Restrição pelo Solo Inapto e a Macrozona de Produção Rural com Restrição pelo Excesso Hídrico;
- Alteração dos perímetros urbanos que, por sua vez, alterou a Macrozona Urbana;
- Inclusão da Macrozona das Vilas Rurais, de forma a englobar a Vila Rural Olaria e a Vila Rural Perobinha.

Dessa forma, foram definidas as seguintes macrozonas municipais:

- Macrozona Urbana: caracterizada pelas áreas urbanas da Sede Municipal e do Distrito de Nossa Senhora da Candelária;
- Macrozoneamento das Vilas Rurais: caracterizada pela Vila Rural Olaria e Vila Rural Perobinha;
- Macrozona Produção Rural sem Restrições: caracterizada pelo solo bem desenvolvido e baixo potencial erosivo, facilmente cultivado;
- Macrozona Produção Rural com Restrição pelo Solo Inapto: caracterizada pelo relevo ondulado a montanhoso e com solos rasos e pouco desenvolvidos, onde há risco de erosão;
- Macrozona Produção Rural com Restrição pelo Excesso Hídrico: caracterizada pela necessidade de implantação sistemas de drenagem para atingir condições ideais de armazenamento de água no solo;
- Macrozona de Preservação Ambiental: corresponde às Áreas de Preservação Permanentes (APP) dos cursos d'água e aos fragmentos de vegetação nativa, com a finalidade de garantir a preservação da biodiversidade, dos recursos e das paisagens naturais.

---

<sup>47</sup> LC nº 024/2011.



O Macrozoneamento Municipal proposto para Bandeirantes pode ser observado no

Mapa 27. As diretrizes gerais para o Macrozoneamento Municipal são:

*Tabela 60 – Diretrizes e Propostas para o Macrozoneamento Municipal*

	Diretrizes	Propostas
Curto, médio e longo prazo	1. Promover o desenvolvimento sustentável e diminuir conflitos de uso entre as diversas áreas.	1.1. Respeitar as delimitações de cada área do macrozoneamento municipal, visando o desenvolvimento harmônico entre atividades econômicas, de moradia e o meio ambiente.
		1.2. Exigir o EIV e EIA/RIMA para as indústrias a serem instaladas nas Macrozonas Produção Rural.
		1.3. Realizar manutenção das atividades rurais com orientação para o manejo adequado.
		1.4. Proibir o uso de defensivos agrícolas nas áreas de lavoura internas à Macrozona Urbana.
	2. Identificar diferentes realidades das regiões do Município, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas.	2.1. Revisar constantemente, e atualizar quando necessário, o Macrozoneamento Municipal.
		2.2. Estabelecer critérios para implantação de atividades turísticas e recreativas nas Macrozonas de Produção Rural, de forma a não causarem impactos ambientais e respeitarem o módulo fiscal mínimo.
		2.3. Controlar o parcelamento do solo na área rural, respeitando o módulo fiscal mínimo.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.







*Mapa 27 - Macrozoneamento Municipal Proposto*



## 16.2 PERÍMETROS URBANOS

O perímetro urbano é a delimitação legal entre a área urbana e a área rural do Município. As leis relacionadas ao Plano Diretor, como a Lei de Parcelamento do Solo, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras, são vigentes somente nas áreas delimitadas por este perímetro. Além disso, as propriedades inseridas na área urbana devem cumprir sua função social.

Conforme o Estatuto da Cidade:

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas<sup>48</sup>.

A administração municipal é responsável por prover prestação de serviços e infraestrutura na área interna ao perímetro urbano, podendo para isso cobrar taxas e impostos como o IPTU. Além disso, somente na área urbana pode ser prevista a aplicação dos instrumentos urbanísticos regulamentados pelo EC como a Outorga Onerosa, a Transferência do Direito de Construir, a Regularização Fundiária, o Direito de Preempção e o PEUC – Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios.

As principais adequações promovidas no perímetro urbano da Sede Municipal de Bandeirantes foram:

- Inclusão de lotes industriais edificados junto à Rodovia Dep. Dino Veiga (PR-436) na saída para Itambaracá;
- Expansão no sentido nordeste até atingir a divisa da propriedade, de forma a incrementar área de expansão urbana;
- Inclusão de quadras residenciais consolidadas ao sul da Rod. BR-369, no Bairro Invernada;
- Inclusão completa do lote do Santuário São Miguel Arcanjo;
- Inclusão de gleba vizinha a leste do Santuário São Miguel Arcanjo.

No Distrito de Nossa Senhora da Candelária, o perímetro urbano foi estendido para incluir o Cemitério, de forma a possibilitar sua regulamentação perante os órgãos ambientais fiscalizadores. As novas delimitações dos perímetros urbanos, sempre que possível, utilizaram as divisas de propriedades e barreiras físicas, como vias públicas e cursos d'água.

As diretrizes gerais para os perímetros urbanos propostos são:

---

<sup>48</sup> Art. 39 da Lei Federal nº 10.257/2001.



**Tabela 61 – Diretrizes e Propostas para os Perímetros Urbano e de Expansão Urbana**

	Diretrizes	Propostas
Médio e longo prazo	3. Delimitar áreas urbanas garantindo o cumprimento da função social da propriedade e a otimização da infraestrutura existente.	3.1. Revisar sempre que necessário a ampliação dos perímetros urbanos, prioritariamente em direção às áreas de expansão, harmonizado com características do entorno como solo, relevo, bacias hidrográficas, APP etc.
		3.2. Buscar que a expansão urbana seja feita sempre em área mais próxima possível às áreas urbanas consolidadas, de forma a otimizar a infraestrutura existente e, conseqüentemente, os recursos municipais.
		3.3. Verificar, quando houver demanda, a necessidade de criação de novos perímetros urbanos nas localidades do Município que se desenvolverem e tomarem características urbanas.
		3.4. Priorizar áreas para expansão indicadas pela consultoria, como a área em torno do Santuário São Miguel Arcanjo, junto à Rodovia BR-369.
		3.5. Quando houver a expansão do perímetro urbano, apenas realizar a cobrança do IPTU após o loteamento das glebas.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



*Mapa 28 – Perímetros Urbanos Propostos*



### 16.3 MACROZONEAMENTO URBANO

O Macrozoneamento Urbano deve servir como um subsídio para Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, o zoneamento, e caracteriza um referencial geral para o Município. Por esse motivo, é um instrumento utilizado para superar o caráter de “colcha de retalhos” presente em grande parte dos zoneamentos tradicionais, nos quais era difícil, senão impossível, deduzir a lógica por trás dos índices e demais diretrizes atribuídos a cada zona<sup>49</sup>.

O macrozoneamento urbano de Bandeirantes definido pela Lei Complementar nº 24/2011 definia as seguintes macrozonas:

- Macrozona Residencial Consolidada;
- Macrozona Residencial a Densificar;
- Macrozona de Qualificação Urbana;
- Macrozona de Expansão Urbana Primária;
- Macrozona de Expansão Urbana Secundária;
- Macrozona Comercial e de Serviços Consolidada;
- Macrozona Comercial a Densificar;
- Macrozona de Expansão Comercial;
- Macrozona de Revitalização Histórica;
- Macrozona Industrial Não Poluitiva;
- Macrozona Industrial;
- Macrozona de Restrição à Ocupação;
- Macrozona da Faixa de Preservação;
- Macrozona das Faixas de Domínio das Rodovias;
- Macrozona da Faixa de Domínio da Ferrovia.

Para facilitar a compreensão do Macrozoneamento Urbano, foi proposta a mescla entre macrozonas semelhantes, resultando na diminuição da quantidade de macrozonas, cujas funções específicas serão detalhadas no zoneamento. Cabe destacar que o macrozoneamento urbano proposto foi adequado à realidade atual de Bandeirantes e contempla as seguintes macrozonas:

---

<sup>49</sup> SABOYA, 2009.





- **Macrozona Urbana de Requalificação (MURE):** áreas urbanas que concentram edificações com valor patrimonial e histórico, onde se pretende estimular a instalação de equipamentos e atividades culturais (antiga Macrozona de Revitalização Histórica);
- **Macrozona Urbana Consolidada Central (MUCC):** compreende o Quadrilátero Central, definido pela Av. Azarias Vieira de Rezende, Av. Edelina Meneghel Rando, Rua João Francisco Ferreira e Av. Benedito Leite de Negreiros, região caracterizada por atividades de produção econômica de pequeno e médio porte, com média densidade e completa infraestrutura (partes da antiga Macrozona Comercial e de Serviços Consolidada, Macrozona Comercial a Densificar e Macrozona de Expansão Comercial);
- **Macrozona Urbana Consolidada (MUCO):** áreas urbanizadas, onde será estimulada a intensificação do aproveitamento do solo de forma equilibrada em relação à infraestrutura, serviços e equipamentos públicos e ao meio ambiente, de modo a evitar sua ociosidade ou sobrecarga e otimizar os investimentos coletivos (partes da antiga Macrozona de Expansão Urbana Primária e Macrozona Residencial Consolidada);
- **Macrozona Urbana em Consolidação (MUEC):** caracterizada pela baixa densidade populacional, presença de lotes vazios e ausência de infraestrutura urbana e serviços públicos, sendo passível da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade como o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios – PEUC (partes da antiga Macrozona Residencial a Densificar);
- **Macrozona Urbana Industrial (MUIN):** áreas ocupadas predominantemente pelo uso industrial não gerador de degradação ambiental (partes da antiga Macrozona Industrial e Macrozona Industrial não Poluitiva);
- **Macrozona Urbana de Expansão (MUEX):** áreas contidas nos limites do perímetro urbano, contíguas a áreas urbanizadas ou não, onde deverá ser estimulado o crescimento urbano através da implantação e/ou qualificação das redes de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos (partes da antiga Macrozona de Expansão Urbana Secundária);
- **Macrozona Urbana de Preservação Ambiental (MUPA):** áreas destinadas à proteção e preservação da fauna e da flora nativas em áreas de interesse ambiental, de remanescentes florestais e de interesse paisagístico internas aos perímetros urbanos (partes da antiga Macrozona da Faixa de Preservação).

De forma a atender as mudanças ocorridas nos últimos anos, e visando o planejamento urbano para os próximos dez anos, a Tabela 62 contém algumas diretrizes e proposições que deverão nortear o desenvolvimento urbano de Bandeirantes nos próximos anos.

**Tabela 62 – Diretrizes e Propostas o Macrozoneamento Urbano**

	Diretrizes	Propostas
Curto, médio e longo prazo	4. Promover o desenvolvimento sustentável e diminuir conflitos de uso entre as diversas áreas.	4.1. Respeitar as delimitações de cada área do Macrozoneamento Urbano, visando o desenvolvimento urbano harmônico.
		4.2. Coibir a expansão urbana de cunho residencial em direção às áreas industriais e de preservação ambiental.
		4.3. Proibir o uso de defensivos agrícolas nas áreas de lavoura internas aos perímetros urbanos (Macrozona Urbana), considerando a proximidade com áreas urbanizadas.
		4.4. Proibir a instalação de indústrias fora da Macrozona Urbana Industrial, bem como garantir que novas indústrias sejam implantadas após EIV.
		4.5. Fiscalizar constantemente as áreas da Macrozona Urbana de Preservação Ambiental, provendo a manutenção necessária.
Médio e longo prazo	5. Evitar áreas subutilizadas em meio às áreas urbanas consolidadas a fim de cumprir a função social da propriedade urbana.	5.1. Aplicar, quando necessário, os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano.
		5.2. Permitir parcelamento da Macrozona Urbana de Expansão somente após a Macrozona Urbana em Consolidação já ter sido parcelada em, pelo menos, 70% de sua área total.
	6. Identificar diferentes realidades da área urbana, orientar o planejamento e a definição de políticas públicas, em especial aquelas definidoras e/ou indutoras do processo de ocupação e/ou urbanização.	6.1. Atualizar constantemente o Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal e Distrito da Candelária como subsídio para o Zoneamento Urbano.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.





*Mapa 29 – Macrozoneamento Urbano Proposto*



## 16.4 ZONEAMENTO URBANO

O Uso e Ocupação do Solo Urbano ou Zoneamento Urbano é a divisão da área urbana em diferentes zonas, onde determinadas atividades ou construções são ou não permitidas. Em Bandeirantes, a Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente é a Lei Complementar nº 026, de 22 de fevereiro de 2011.

Após a realização de estudos em conjunto com o Grupo Técnico Permanente, o zoneamento proposto buscou manter, sempre que possível, as determinações do zoneamento vigente. Entretanto, devido a mudanças ocorridas no espaço urbano no decorrer dos anos e as adequações previstas para os próximos anos, alguns ajustes se fizeram necessários.

Dessa forma, o zoneamento urbano proposto é composto pelas seguintes zonas de uso e ocupação do solo:

- Zonas Comerciais: destinadas, prioritariamente, à instalação de atividades comerciais e de serviços, subdividindo-se em:
  - **Zona Comercial 1 (ZC1):** mais densa, destinada preferencialmente ao comércio central;
  - **Zona Comercial 2 (ZC2):** menos densa, destinada preferencialmente ao comércio geral e ao comércio de bairro;
- Zonas Residenciais: caracterizadas pelo uso preferencialmente residencial a ser mesclado com atividades de comércio e serviços de bairro e atividades industriais caseiras, compatíveis ao uso residencial que, visando a distribuição homogênea da população no espaço urbano, subdividem-se em:
  - **Zona Residencial 1 (ZR1):** corresponde às áreas mais próximas à região central, mais bem providas de equipamentos públicos e com melhor infraestrutura, passível de maior adensamento;
  - **Zona Residencial 2 (ZR2):** corresponde à maior parte dos bairros, com possibilidade de médio adensamento vinculado à implantação de infraestrutura e equipamentos públicos;
  - **Zona Residencial 3 (ZR3):** corresponde às áreas mais afastadas da região central, com menor oferta de equipamentos públicos e infraestruturas, destinadas a loteamentos menos densos;
- Zonas Industriais: destinadas preferencialmente às atividades industriais, subdivididas em:
  - **Zona Industrial 1 (ZI1):** compreendendo atividades não incômodas, não nocivas e não perigosas ou com baixo grau de incomodidade, compatíveis à instalação de atividades comerciais e de serviços gerais;



- **Zona Industrial 2 (ZI2):** destinadas preferencialmente às atividades industriais incômodas, nocivas ou perigosas;
- **Zona Especial de Interesse Social (ZEIS):** corresponde às áreas destinadas aos loteamentos residenciais para a população de baixa renda e aos conjuntos habitacionais já implantados, visando também a promoção da regularização fundiária urbana;
- **Zona Especial de Interesse Histórico (ZEIH):** corresponde às áreas com edificações com maior valor patrimonial e histórico da área urbana, visando a restauração e requalificação dos edifícios históricos preferencialmente para a implantação de equipamentos culturais;
- **Zona Especial de Interesse Turístico (ZEIT):** corresponde ao Santuário São Miguel Arcanjo e gleba vizinha, visando a implantação de equipamentos e atividades voltadas à promoção do turismo;
- **Zona de Equipamentos Especiais (ZEE):** corresponde a equipamentos de grande porte específicos localizados na área urbana, sendo eles o Campus da UENP, a ETE, o Terminal Rodoviário, o Parque do Povo e os cemitérios municipais, que devem obedecer a critérios urbanísticos específicos;
- **Zona de Expansão Urbana (ZEU):** corresponde aos vazios urbanos a leste e a oeste da área urbana central, onde o uso do solo será especificado apenas quando houver demanda para sua ocupação, sendo que a instalação de empreendimentos específicos, nestas áreas, dependerá da aprovação pelo Município e do CONGET;
- **Zona de Preservação Ambiental (ZPA):** corresponde às Áreas de Preservação Permanente (APP) dos cursos d'água e aos fragmentos de vegetação nativa internos aos perímetros urbanos.

A adequação dos parâmetros urbanísticos e definição de usos permitidos, toleráveis e proibidos em cada zona de uso e ocupação do solo proposta, será realizada na próxima fase da Revisão do PDM (Etapa IV – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM), onde o zoneamento proposto será compatibilizado com a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo. As diretrizes para o uso e ocupação do solo urbano são apresentadas na tabela a seguir.

**Tabela 63 – Diretrizes e Propostas para o Uso e Ocupação do Solo Urbano**

	Diretrizes	Propostas
Curto, médio e longo prazo	7. Garantir o desenvolvimento e ordenamento territorial sustentável, minimizando conflitos de uso e exigindo o cumprimento da função social da propriedade.	7.1. Dividir o território em zonas, em função de suas características ou potencialidades.
		7.2. Instituir unidades de conservação além das Áreas de Preservação Permanente.
		7.3. Assegurar a multiplicidade e a complementariedade de usos.
		7.4. Estabelecer condições para a localização de atividades, considerando seu porte, a





Diretrizes	Propostas
	infraestrutura e os impactos na vizinhança, sistema viário e meio ambiente.
	7.5. Dar tratamento especial às áreas que, por suas características específicas, demandem políticas de intervenção e parâmetros urbanísticos e fiscais diferenciados.
	7.6. Fiscalizar e orientar as novas construções para que obedeçam ao novo zoneamento proposto.
	7.7. Garantir que o Zoneamento seja adotado e respeitado para o crescimento urbano ordenado.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.





*Mapa 30 – Zoneamento Urbano Proposto*



## 16.5 INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

O Estatuto da Cidade oferece instrumentos capazes de garantir o atendimento de seus princípios norteadores. Estes instrumentos, que até 2001 não estavam presentes no ordenamento ou necessitavam de regulamentação, consolidaram o direito urbanístico, viabilizando sua operação sistemática<sup>50</sup>. Estes instrumentos urbanísticos, institutos jurídicos e políticos regulamentados pelo Art. 4º do EC, de modo geral, visam cumprir três objetivos principais: a indução desenvolvimento urbano, a regularização fundiária e a gestão democrática.

Os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano são o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), o IPTU Progressivo no Tempo, a Desapropriação com Pagamento em Títulos, as Operações Urbanas Consorciadas, o Direito de Preempção, a Outorga Onerosa do Direito de Construir e a Transferência do Direito de Construir<sup>51</sup>.

Os instrumentos de regularização fundiária são a Usucapião Especial de Imóvel Urbano, o Direito de Superfície e a Demarcação de Áreas para Regularização Fundiária. Já os instrumentos de gestão democrática englobam Referendos Populares, Plebiscitos, Assistência Técnica e Jurídica Gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV)<sup>52</sup>.

Em Bandeirantes, destaca-se a quantidade de vazios urbanos existentes no perímetro urbano e a existência de lotes vazios sem manutenção localizados próximos à região central. Nestas áreas, portanto, devem ser aplicados instrumentos urbanísticos de indução do desenvolvimento como o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC e o IPTU Progressivo no Tempo. Da mesma forma, há necessidade também da aplicação da Regularização Fundiária de forma a adequar o mesmo à realidade municipal. A Tabela 64 a seguir apresenta as Diretrizes e Propostas para aplicação dos instrumentos urbanísticos.

***Tabela 64 – Diretrizes e Propostas para a aplicação dos Instrumentos Urbanísticos***

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	8. Aplicar os instrumentos urbanísticos previstos na legislação municipal sempre que necessário, de forma a fazer cumprir a função social da propriedade e garantir o	8.1. Utilizar os instrumentos de gestão democrática para tomar decisões sobre o desenvolvimento urbano em Bandeirantes.
		8.2. Aplicar o instrumento da Regularização Fundiária em parcelamentos irregulares passíveis de regularização na Sede Municipal.

<sup>50</sup> DALLARI e FERRAZ, 2010.

<sup>51</sup> Lei Federal nº 10.257/2001.

<sup>52</sup> Lei Federal nº 10.257/2001.



	Diretrizes	Propostas
	bem-estar e o desenvolvimento.	8.3. Fiscalizar lotes vazios passíveis de aplicação de instrumentos urbanísticos de indução do desenvolvimento e conservá-los limpos.
		8.4. Aplicar em imóveis ociosos internos ao perímetro urbano, prioritariamente na área urbana central, os instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo.
		8.5. Aplicar o instrumento de Transferência do Direito de Construir para preservar fragmentos de vegetação nativa e Áreas de Preservação Permanente nas áreas urbanas.
Médio prazo	9. Realizar levantamentos referentes a lotes onde serão aplicados o IPTU.	9.1. Realizar um estudo sobre os lotes passíveis da cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, especialmente quando os proprietários possuírem uma segunda propriedade.
	10. Estudar continuamente a possibilidade de aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos.	10.1. Realizar constantemente estudos para identificar as áreas para aplicação dos instrumentos urbanísticos de indução do desenvolvimento.
		10.2. Adquirir áreas regularizadas, elaborar projetos e executar obras para construir unidades habitacionais com infraestrutura completa para erradicar o déficit habitacional municipal.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



*Mapa 31 – Áreas prioritárias para aplicação de instrumentos urbanísticos*





## 16.6 HABITAÇÃO

Com base na premissa de que a moradia é um direito básico e fundamental do ser humano, as condições básicas de habitação constituem-se como elementos fundamentais que asseguram qualidade de vida à população.

Em Bandeirantes, conforme diagnóstico realizado na Fase II desta Revisão do PDM, o déficit habitacional do município em 2010 era 57 domicílios, sendo 38 deles na área urbana. Além disso, cerca de 4,59% dos domicílios urbanos estavam inadequados em pelo menos um dos componentes analisados pelo censo demográfico em 2010. Sabe-se, entretanto, que existe uma grande defasagem dos dados oficiais para a realidade atual, considerando que mudou nos últimos 8 anos.

Bandeirantes não apresenta grandes problemas de ocupações irregulares, apresentando dois loteamentos irregulares, sendo no Bairro Residencial Recanto do Branco e nos Loteamentos AREBAN. Embora as condições fundiárias no município estejam satisfatórias, em razão de que foram implementados 4 novos conjuntos habitacionais, de acordo com o diagnóstico realizado na Fase II, o município ainda necessita da construção de novas moradias.

As Diretrizes e Propostas para melhorar as condições de moradia em Bandeirantes são apresentadas na tabela a seguir:

**Tabela 65 – Diretrizes e Propostas para a Habitação**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	11. Garantir política de habitação municipal adequada.	11.1. Elaborar e implantar um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).
		11.2. Tomar a questão habitacional uma prioridade municipal.
Médio prazo	12. Regularizar as condições fundiárias da população onde possível.	12.1. Realizar, em parceria com a COHAPAR, projetos de regularização fundiária em áreas passíveis de regularização (que não se encontrem em APP, faixa de domínio etc.), a exemplo do Conjunto Habitar Brasil.
	13. Prover estudo para a aquisição de terrenos para a implementação de casas populares.	13.1. Realizar um estudo técnico de terreno para a implementação de casas populares, dentro dos critérios estabelecidos pelo programa Habitação de Interesse Social.
	14. Garantir o direito à moradia digna e à terra urbana.	14.1. Assegurar que todo cidadão de Bandeirantes tenha direito à moradia.
		14.2. Promover programas de assentamento para a população de baixa renda.



	Diretrizes	Propostas
		<p>14.3. Priorizar o desenvolvimento urbano integrado e sustentável, incorporando o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade urbana, equipamentos e serviços urbanos e sociais.</p> <p>14.4. Aprovar projetos de loteamentos e de unidades habitacionais somente se estiverem de acordo com a legislação municipal e garantirem o acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.</p>
Longo prazo	15. Implementar programas de apoio à construção habitacional para famílias de baixa renda.	<p>15.1. Em parceria com a COHAPAR, implantar projetos de habitação de interesse social em conjunto com ações que facilitem a aquisição da moradia, visando erradicar o déficit habitacional.</p> <p>15.2. Ampliar o acesso ao mercado formal de habitação.</p> <p>15.3. Subsidiar a construção de moradias para famílias que possuam lotes e subsidiar a substituição de unidades habitacionais precárias, sem possibilidade de ampliação ou reforma.</p>

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

## 17. SANEAMENTO BÁSICO

O conceito de saneamento básico engloba quatro serviços essenciais, tanto para a população quanto para o meio ambiente, sendo eles: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, drenagem pluvial e coleta de resíduos sólidos e recicláveis.

### 17.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Bandeirantes dispõe de rede de abastecimento de água que atende 100% das áreas urbanas da Sede Municipal e Distrito de Nossa Senhora da Candelária, além da Vila Rural Perobinha e Vila Rural Olaria, conforme apresentado na Análise Temática Integrada (Etapa II da Revisão do PDM).

O Município realizou, desde a aprovação do PDM vigente, em 2011, a ampliação da rede de água e esgotamento, como a construção de reservatórios para o armazenamento e a distribuição de água tratada, além de possuir o Consórcio CODES, que está em fase final de elaboração e visa melhorias para o sistema de abastecimento de água da Sede Municipal.

Quanto ao atendimento do sistema de esgotamento sanitário, o serviço atende cerca de 97% dos domicílios urbanos, e o sistema passa por obras de ampliação, como a construção da Lagoa Facultativa e da Estação Elevatória de Esgotos – EEE. Os bairros não atendidos apresentam problemas pontuais ou situam-se em altitudes mais baixas do que a rede, entre a Vila União e o Jardim Paraíso.

O investimento na rede de abastecimento de água e rede de coleta de esgotos em Bandeirantes deverá se basear nas seguintes Diretrizes e Propostas:

**Tabela 66 – Diretrizes e Propostas para o Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	16. Dar continuidade aos serviços de saneamento básico.	16.1. Promover a fase final de elaboração do Consórcio CODES.
		16.2. Promover a continuidade da construção da Lagoa Facultativa e da Estação Elevatória de Esgotos – EEE.
		16.3. Implementar a estação compacta de tratamento de esgotos no Distrito Nossa Senhora da Candelária.
	17. Garantir a universalização do sistema de saneamento básico.	17.1. Promover o atendimento de coleta de esgotos nas regiões que não possuem o serviço, como as áreas situadas entre a Vila União, o Jardim Paraíso, Rua Mauricio Antônio Ribeiro, e a Chácara São Carlos.



	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	18. Eliminar as fossas rudimentares e lançamentos irregulares de esgotos.	18.1. Realizar a fiscalização e exigir a eliminação das fossas rudimentares e lançamentos irregulares de esgotos nos cursos d'água ou outros escoadouros, exigindo a construção de fossas sépticas (nas áreas não atendidas pela ETE) ou a conexão à rede pública de coleta de esgotos (nas áreas atendidas pela ETE).
	19. Garantir a política adequada de saneamento básico.	19.1. Avaliar anualmente o PMSB e revisá-lo a cada 4 anos.
		19.2. Criar condições para que a fixação das tarifas obedeça a critérios econômicos sadios e objetivos sociais justos.
		19.3. Manter o índice de abastecimento de água em 100% na área urbana e rurais e realizar as ampliações necessárias no sistema.
		19.4. Promover a manutenção e monitorar a qualidade da água dos poços artesianos.
Médio prazo	20. Fortalecer o empreendedorismo e o comércio local.	20.1. Promover cursos de capacitação dos servidores da Prefeitura e da SAAE, com bolsas de estudo integral e gratuito.
	21. Ampliar a rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário.	21.1. Prever, na Lei de Parcelamento do Solo, que os novos loteamentos sejam entregues contendo a rede de esgotamento já instalada.
	22. Ampliar as redes de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos de acordo com as futuras necessidades do município.	22.1. Realizar a ampliação do sistema de tratamento e abastecimento de água sempre que houver demanda.
		22.2. Realizar a ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgotos sempre que houver demanda.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

## 17.2 DRENAGEM PLUVIAL

A drenagem pluvial urbana é essencial para prevenir enchentes e conservar a pavimentação das vias urbanas. Em Bandeirantes, conforme apresentado na Análise Temática Integrada (Etapa II da Revisão do PDM), a rede de drenagem pluvial não abrange toda a área urbana, principalmente os bairros situados nas extremidades do perímetro urbano.

O Município enfrenta constantes problemas com enchentes, especialmente nos bairros da região norte. Outros problemas recorrentes são o lançamento clandestino de esgotos nas galerias de drenagem pluvial e o lançamento de tubos de escoamento da água pluvial nas calçadas da região central, ocasionando o alagamento das calçadas.

Com base nesses princípios, foram desenvolvidas as seguintes Diretrizes e Propostas para o sistema de drenagem pluvial em Bandeirantes:

**Tabela 67 – Diretrizes e Propostas para a Drenagem Pluvial**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	23. Garantir a drenagem e manejo adequado das águas pluviais urbanas.	23.1. Garantir investimentos para canalizar o córrego Ouro Verde.
		23.2. Eliminar e fiscalizar as ligações clandestinas de esgotamento sanitário nas redes de drenagem.
		23.3. Exigir que as obras de pavimentação sejam contempladas com sistema de drenagem.
		23.4. Exigir, para a aprovação de novos loteamentos, a execução do sistema de drenagem.
		23.5. Realizar o escoamento pluvial adequado na região central, eliminando o lançamento de tubos nas calçadas, com aplicação de multa estabelecida no Código de Obras.
Médio e Longo prazo	24. Realizar a manutenção dos bueiros e galerias de drenagem.	24.1. Realizar a manutenção e limpeza constante dos bueiros e galerias de águas pluviais.
		24.2. Realizar fiscalização efetiva sobre o descarte de lixo em vias públicas, áreas de nascentes, córregos municipais e lotes vazios, com aplicação de multa estabelecida no Código de Posturas.
	25. Incentivar a construção de calçadas ecológicas, buscando minimizar o impacto nas galerias de drenagem pluvial.	25.1. Estimular a implantação e construção de calçadas ecológicas com vista à infiltração de águas pluviais e conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução e manutenção/conservação.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

### 17.3 COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O poder público deve priorizar o investimento na coleta de resíduos sólidos em Bandeirantes, especialmente no que se refere à coleta seletiva e na destinação adequada de cada tipo de resíduo, focando ainda na redução da quantidade de resíduos produzidos.

Conforme apresentado na Análise Temática Integrada (Etapa II da Revisão do PDM), há atendimento do serviço de coleta de resíduos sólidos na maior parte da área urbana, segundo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGIRS). Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o serviço é insuficiente para atender toda a população.

Dessa forma, os investimentos na coleta de resíduos sólidos deverão se basear nas seguintes Diretrizes e Propostas:

**Tabela 68 – Diretrizes e Propostas para a Coleta de Resíduos Sólidos**

	Diretrizes	Propostas
Curto Prazo	26. Garantir a coleta de resíduos sólidos adequada.	26.1. Realizar a ampliação do sistema para atender a toda a população urbana.
	27. Aprimorar coleta e destinação final e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos.	27.1. Incentivar o sistema de compostagem municipal (Barracão, profissionais e equipamentos).
		27.2. Implantar pontos de coleta de resíduos sólidos, de recicláveis e eletrônicos e divulgar mapeamento dos pontos e áreas atendidas.
		27.3. Realizar estudo para a instalação de lixeiras públicas na área urbana, contemplando ao menos uma por quadra.
		27.4. Implementar pontos de descarte correto de pilhas, baterias, lâmpadas, eletroeletrônicos, pneus, resíduos volumosos, rejeitos animais etc.
		27.5. Manter o aterro sanitário em boas condições de funcionamento, respeitando a legislação vigente e adequando-o à demanda.
		27.6. Fiscalizar a disposição de lixo em vias públicas, lotes vazios e áreas verdes, com aplicação de multa.
		27.7. Atualizar a Taxa de Coleta de Lixo quando necessário, visando manter a qualidade do serviço, o quadro de funcionários e os veículos.
	28. Fomentar a separação dos resíduos domiciliares.	28.1. Realizar palestras nas escolas e incentivar a separação dos resíduos sólidos domiciliares.
	29. Fiscalizar o aterro existente no Município.	29.1. Realizar um estudo técnico para a implementação de um novo aterro, com raio de





	Diretrizes	Propostas
		abrangência mínimo de 1500 metros afastado do perímetro urbano.
		29.2. Fiscalizar periodicamente o aterro existente no Município, especialmente a adequação das valas às especificações do IAP.
	30. Atender as Exigências do PGIRS.	30.1. Avaliar anualmente o PGIRS e revisá-lo a cada 4 anos.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## 18. SERVIÇOS FUNERÁRIOS

A implantação de cemitérios, seja em áreas urbanas ou rurais, requer a verificação das condicionantes ambientais como o tipo do solo, relevo, existência de áreas verdes, corpos d'água e infraestrutura existente, além do zoneamento, sistema viário e equipamentos públicos.

Conforme apresentado na Análise Temática Integrada (Etapa II da Revisão do PDM), os dois cemitérios implementados no Município não possuem licença ambiental, portanto os equipamentos devem ser regularizados de acordo com as normas do IAP.

Na tabela a seguir constam as diretrizes e propostas para adequação e melhorias na estrutura dos cemitérios de Bandeirantes.

**Tabela 69 – Diretrizes e Propostas para os Cemitérios**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	31. Estudo para a implementação de um novo cemitério.	31.1. Realizar um estudo de terreno para a implementação de um novo Cemitério Municipal
	32. Adequar os cemitérios de Bandeirantes.	32.1. Os cemitérios devem obedecer à Resolução CONAMA nº 335/2003 e aos critérios do IAP.
		32.2. Revitalizar a iluminação interna dos Cemitérios.
		32.3. Monitorar, junto aos órgãos ambientais, o solo e os lençóis freáticos próximos aos Cemitérios para detectar contaminações.
Médio prazo	33. Garantir o bom estado de conservação do cemitério.	32.4. Monitorar constantemente possíveis focos de insetos transmissores de doenças nos Cemitérios, através da Vigilância Epidemiológica e dos Agentes de Controle de Endemias.
		33.1. Prover manutenção das vias internas dos Cemitérios e garantir acessibilidade conforme NBR-9050/2015.
Longo prazo	34. Ampliar o Cemitério Municipal caso seja identificada a demanda.	33.2. Controlar e monitorar a capacidade de atendimento dos Cemitérios de acordo com a demanda do Município.
		34.1. Implantar, caso haja demanda futura, um novo Cemitério, obedecendo às exigências da Resolução CONAMA nº 335/2003 e aos critérios do IAP.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

## 19. ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA

A iluminação pública é extremamente necessária para o bem-estar da população. Além de trazer maior segurança, reduz a criminalidade e permite que todos usufruam do espaço público também no período noturno. No que diz respeito à iluminação pública de Bandeirantes, não há graves problemas relacionados com a energia elétrica e iluminação pública, visto que todas as áreas urbanas são abrangidas pelo sistema de iluminação pública.

Dessa forma, o Município deve dar continuidade à substituição das lâmpadas convencionais pelas lâmpadas do tipo LED, possibilitando a modernização e melhorias no sistema de iluminação. As diretrizes e propostas para o serviço constam a seguir:

*Tabela 70 – Diretrizes e Propostas para a Iluminação Pública e Energia Elétrica*

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	35. Garantir que toda a população tenha acesso à iluminação pública e à energia elétrica.	35.1. Garantir que todas as vias urbanas, não somente na sede municipal, possuam iluminação pública instalada e em funcionamento.
		35.2. Garantir que todas as propriedades rurais tenham acesso à rede de energia elétrica.
	36. Exigir iluminação pública eficiente, moderna e econômica nos novos loteamentos.	36.1. Exigir, para a aprovação de novos loteamentos, instalação de iluminação pública do tipo LED.
	37. Buscar economia de energia e de recursos financeiros na iluminação pública.	37.1. Continuar a substituição gradativa das luminárias convencionais por luminárias do tipo LED.
	38. Adequar a iluminação pública, de forma a compatibilizá-la ao porte da via.	38.1. Realizar um estudo referente aos tipos de iluminação existentes e realizar sua substituição quando for incompatível ao porte da via.
Longo prazo	39. Aprimorar a iluminação pública.	39.1. Realizar estudo específico para proporcionar melhorias na iluminação pública existente, inclusive nos bairros mais afastados.
		39.2. Instalar iluminação rebaixada em locais muito arborizados ou com maior movimentação noturna, priorizando estabelecimentos de Saúde, Educação, Esportes e Lazer e atrações turísticas.
	40. Incentivar o uso de fontes de energia renováveis.	40.1. Utilizar, nos edifícios da administração pública, lâmpadas LED, painéis solares e ventilação natural, entre outros recursos sustentáveis para economia de energia elétrica.



	Diretrizes	Propostas
		40.2. Buscar certificações e selos de sustentabilidade para os próximos edifícios a serem construídos pelo poder público municipal como AQUA, LEED, BREEAM, PROCELEDIFICA etc.
		40.3. Capacitar a equipe técnica municipal de Arquitetos e Engenheiros para utilizar energias renováveis e obter selos de sustentabilidade nas edificações públicas.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

## 20. MOBILIDADE URBANA

Entende-se por mobilidade urbana o deslocamento da população no espaço urbano, utilizando a infraestrutura existente, seja por meio individual ou coletivo, público ou privado, motorizado ou não motorizado. A infraestrutura de mobilidade urbana engloba diversos aspectos como o sistema viário, pavimentação, calçadas, acessibilidade, arborização, sinalização, trânsito e modais de transporte. Sendo assim, a melhoria da mobilidade urbana deve englobar melhorias em todo este conjunto de atores, de forma a promover o acesso da população ao desenvolvimento sustentável, ordenado.

### 20.1 ARBORIZAÇÃO URBANA

A arborização urbana adequada traz inúmeros benefícios à população como a amenização das amplitudes térmicas, proteção do solo contra a erosão, melhoria na qualidade do ar e diminuição da poluição sonora e atmosférica, entre outras vantagens ao meio ambiente.

Conforme análise na Etapa II, o Município não tem Plano de Arborização Urbana nem dispõe de equipe capacitada para realizar os serviços de urbanização, ocasionando em diversos problemas. Nesse sentido, a Tabela 71 a seguir apresenta as diretrizes e propostas para a arborização urbana.

*Tabela 71 – Diretrizes e Propostas para a Arborização Urbana*

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	41. Regularizar e garantir a arborização urbana adequada.	41.1. Contratar empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Arborização Urbana.
		41.2. Estabelecer manejo adequado da arborização urbana.
		41.3. Capacitar os funcionários municipais para realizar podas da arborização urbana de forma adequada.
		41.4. Elaborar projeto paisagístico para revitalização de praças e canteiros.
		41.5. Promover a recuperação e a revitalização das áreas verdes no meio urbano como praças, jardins e bulevares.
		41.6. Fiscalizar a aplicação de penalidades em casos de podas e remoções não autorizadas, conforme multa estabelecida no Código de Obras.
	42. Garantir a arborização urbana adequada.	42.1. Estabelecer um sistema de gestão de arborização, para promover o plantio de mudas de árvores de adequadas na região urbana e rural.



	Diretrizes	Propostas
	43. Viabilizar o aumento do repasse financeiro para o Viveiro Municipal.	43.1. Realizar, de forma continuada, investimentos e ações de incentivo às atividades oferecidas no Viveiro Municipal.
		43.2. Promover a revitalização do Viveiro Municipal
Longo prazo	44. Realizar estudos para implantar novo Parque Público.	44.1. Criar Parque Público como forma de ampliar as áreas de lazer e práticas esportivas no Município.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

## 20.2 SISTEMA VIÁRIO

A Lei do Sistema Viário vigente em Bandeirantes é a Lei Complementar nº 028/2011, que estabeleceu a hierarquização do sistema viário urbano. Esta hierarquização se refere à classificação das vias que, atribuindo uma função a cada elemento viário, busca prover um sistema viário contínuo, com capacidade adequada para cada função e com transições gradativas entre as funções viárias, garantindo o acesso à cidade e a minimização dos conflitos de tráfego.

Atualmente, conforme apresentado na Etapa II – Análise Temática Integrada, o sistema viário de Bandeirantes apresenta vias que não comportam as características que lhe foram atribuídas, como a Av. Edelina Miguel Rando, classificada como Via Coletora, mas que desempenha função de Via Arterial, além de diversas vias classificadas como Via Local que desempenham função de Via Coletora, por exemplo a Av. Antônio Martins Pinhão. Dessa forma, o sistema viário urbano proposto, apresentado no Mapa 33, estabeleceu nova hierarquização viária para Bandeirantes.

*Tabela 72 – Diretrizes e Propostas para o Sistema Viário*

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	45. Planejar adequadamente o sistema viário urbano e municipal.	45.1. Fiscalizar a execução das obras viárias urbanas de forma a garantir o dimensionamento mínimo estabelecido na Lei do Sistema Viário.
		45.2. Aprovar novos loteamentos e grandes empreendimentos apenas quando as vias projetadas respeitarem as diretrizes viárias e parâmetros definidos na Lei do Sistema Viário.
		45.3. Planejar o sistema viário dos novos loteamentos de forma a dar continuidade às vias existentes.
	46. Promover a manutenção da Usina de Asfalto.	46.1. Adquirir suprimentos e peças de reposição da Usina de Asfalto para o seu funcionamento.
	47. Promover a pavimentação readequação e manutenção adequada das vias urbanas.	47.1. Ampliar com uma segunda pista a Avenida Francisco Alves Pereira com a Avenida Bandeirantes.
		47.2. Realizar estudo sobre os sentidos das vias, na Avenida Bandeirantes e na Rua Eurípedes Rodrigues, e se necessário nas demais vias.
		47.3. Realizar estudo sobre a implementação de rotatórias entre a Avenida Bandeirantes e Avenida Azarias Vieira de Rezende.
	48. Elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana	48.1. Contratar empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Bandeirantes.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.







*Mapa 32 – Sistema Viário Municipal Proposto*





*Mapa 33 – Sistema Viário Urbano Proposto*



## 20.3 PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

O sistema viário é um elemento importante tanto para a mobilidade urbana quanto para a drenagem pluvial, e a pavimentação das vias públicas proporciona, aos munícipes, melhor qualidade do espaço urbano.

Bandeirantes apresentou progresso na pavimentação urbana em relação ao PDM de 2011, visto que os levantamentos de campo realizados pela Equipe Técnica da DRZ identificaram que a maioria das vias urbanas está pavimentada. Entretanto, ainda há trechos que não apresentam pavimentação adequada e vias com ausência de pavimentação, tanto na Sede Municipal quanto no Distrito da Candelária.

Nesse sentido, a Tabela 73, a seguir, apresenta as diretrizes e preposições para a pavimentação do sistema viário.

*Tabela 73 – Diretrizes e Propostas para a Pavimentação do Sistema Viário*

Diretrizes		Propostas
49.	Melhorar as condições dos pedestres no que se refere à acessibilidade, mobilidade e segurança.	49.1. Implementar pavimentação adequada em toda a extensão das vias: <ul style="list-style-type: none"><li>- Rua Benedito Leite de Negreiros;</li><li>- Rua Cândido Magalhães Trindade;</li><li>- Rua Dino Veiga;</li><li>- Rua Carmelo Comegno;</li><li>- PR 436;</li><li>- Rua Antônio Sartori;</li><li>- Rua Gorobe Odá.</li></ul>
		49.2. Implementar pavimentação adequada nas ruas que margeiam a BR 369.
		49.3. Construir pista de caminhada margeando a Rua Carmelo Comegno.
		49.4. Realizar manutenção permanente de todas as calçadas, conforme Nota Técnica Conjunta nº 01/2018 dos CAOPs de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná.
		49.5. Exigir, para a aprovação de novos loteamentos, a construção de calçadas acessíveis por parte do empreendedor.
50.	Promover a pavimentação, readequação e manutenção adequada das vias urbanas e estradas rurais.	50.1. Atingir 100% das vias urbanas pavimentadas na Sede Municipal e Distrito da Candelária.
		50.2. Promover permanentemente a recuperação das vias urbanas, priorizando as rotas do tráfego



	Diretrizes	Propostas
		pesado, principais vias de acesso e itinerários do transporte público coletivo.
		50.3. Estimular a pavimentação com revestimentos permeáveis.
	51. Garantir a qualidade das estradas rurais.	51.1. Promover melhorias nos acessos às propriedades rurais por meio da manutenção, adequação e cascalhamento das estradas rurais.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## 20.4 DESLOCAMENTO MOTORIZADO INDIVIDUAL, DE CARGAS E SERVIÇOS

Desde a aprovação do PDM vigente, em 2011, a frota de veículos de Bandeirantes apresentou um aumento de 42,27%, acarretando pontos de conflito de tráfego, como por exemplo na Av. Edelina Meneghel Rando. Além disso, o Município deve implementar sinalização e regulamentação necessárias para restrições ao tráfego de veículos pesados e para a carga e descarga.

A tabela a seguir apresenta as Diretrizes e Propostas para o deslocamento motorizado individual e de cargas e serviços no sistema viário de Bandeirantes:

*Tabela 74 – Diretrizes e Propostas para a Mobilidade Motorizada*

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	52. Garantir a continuidade viária, sua estruturação e adequação do sistema viário urbano.	52.1. Elaborar projetos de intervenções viárias nos pontos de maior conflito, visando otimizar o fluxo e promover a segurança.
		52.2. Adotar medidas que melhorem o fluxo na Av. Edelina Meneghel Rando, visando melhor segurança da via.
	53. Mitigar os custos ambientais, sociais e econômicos do tráfego de cargas na cidade.	53.1. Restringir o tráfego de veículos pesados na área urbana a vias específicas, propondo ações para a fiscalização do tráfego.
		53.2. Regular horários e locais permissíveis para carga e descarga.
Médio prazo	54. Melhorar a sinalização das vias urbanas.	54.1. Elaborar projeto específico de sinalização de trânsito, horizontal e vertical, na Sede Municipal.
		54.2. Remover ou, no mínimo, manter bem sinalizadas vertical e horizontalmente as ondulações transversais (quebra-molas), conforme Art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro.
	55. Promover a conscientização sobre o trânsito na sociedade.	55.1. Fomentar a divulgação de estudos técnicos, estatísticas, legislação, projetos, operação, fiscalização e administração do trânsito.
		55.2. Promover, nas escolas municipais, a adoção de conteúdos curriculares relativos à educação no trânsito, nos termos do CTB.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## 20.5 DESLOCAMENTO NÃO MOTORIZADO

De acordo com a determinação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, as intervenções urbanísticas devem priorizar a mobilidade não motorizada e a utilização do transporte público, em detrimento ao automóvel particular. Partindo deste princípio, esta revisão do PDM propõe diretrizes para adequação das vias urbanas às Pessoas com Deficiência (PCD) e Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) e para implantação de uma rede cicloviária.

No que se refere à mobilidade a pé, conforme Nota Técnica Conjunta nº01/2018 do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência e do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná, elaborada com base nos art. 60 e 61 da Lei Brasileira de Inclusão, os Municípios devem assumir a construção, a adequação e a conservação das calçadas dentro dos padrões técnicos de acessibilidade, através de diretrizes para padronização e da implantação de uma rede de rotas acessíveis.

Segundo a NBR 9050/2015 da ABNT, entende-se por rota acessível o “trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações e que passa ser sinalizado, de forma autônoma e segura, por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida”.

Sob este aspecto, é proposto o Plano de Rotas Acessíveis de Bandeirantes, conforme Mapa 34, que indica as vias prioritárias para implantação e reforma de calçadas acessíveis, pelo Município, considerando a localização dos principais equipamentos públicos e as principais vias comerciais, de forma a promover e qualificar o uso do espaço público e priorizar os modais de transporte não motorizados sobre os motorizados e valorizar os deslocamentos a pé.

Em relação à mobilidade por bicicletas, foi proposto o Sistema Cicloviário de Bandeirantes, apresentado no Mapa 35, e elaborado de forma a integrar os principais equipamentos públicos e garantir a integração dos bairros à malha urbana central.

Com base nesses princípios, foram desenvolvidas as seguintes ImplDiretrizes e Propostas para o sistema de mobilidade urbana não motorizada em Bandeirantes:

**Tabela 75 – Diretrizes e Propostas para a Mobilidade Não Motorizada**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	56. Promover a acessibilidade universal nas calçadas, melhorando as condições de acessibilidade, mobilidade e segurança.	56.1. Adequar as calçadas à NBR-9050/2015 e excluir quaisquer tipos de barreiras físicas, conforme Nota Técnica Conjunta nº 01/2018 dos CAOP de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo do MPPR.

	Diretrizes	Propostas
		56.2. Realizar manutenção permanente de todas as calçadas, visando incentivar as pessoas a realizarem trajetos a pé.
		56.3. Melhorar a sinalização das faixas de pedestres e rebaixamentos de guias, principalmente com manutenção e pintura.
		56.4. Condicionar a liberação do “habite-se” das novas construções à execução de calçadas em acordo ao padrão estabelecido na Lei do Sistema Viário.
		56.5. Promover melhorias e implantar Rotas Acessíveis, de maneira de que toda a população possa usufruir do espaço público, inclusive PCD e PMR.
	57. Implantar o sistema cicloviário de Bandeirantes.	57.1. Implantar ciclovias ou ciclofaixas, incentivando a utilização da bicicleta como meio de transporte e proporcionando maior segurança aos ciclistas.
Médio prazo	58. Incentivar uso de modais de transporte não motorizados.	57.2. Construir ciclovia ligando a Área industrial Bela Vista até o Santuário São Miguel do Arcanjo.
		58.1. Incentivar os polos empregadores a implantar bicicletários e vestiários adequados para os funcionários.
	59. Fomentar a importância e reflexão da sociedade civil sobre a mobilidade urbana não motorizada.	59.1. Promover ações de educação no trânsito, conscientizando a população sobre segurança e respeito aos pedestres e ciclistas.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.





*Mapa 34 – Rotas Acessíveis Propostas*





*Mapa 35 – Sistema Ciclovitário Proposto*





## 21. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A preocupação com a preservação e proteção ambiental é um assunto relativamente recente. No Brasil, apenas em 1981 foi implementada a Política Nacional do Meio Ambiente, através da Lei nº 6.938/1981, que estabeleceu princípios, diretrizes e instrumentos para a proteção ambiental. Na Constituição Federal de 1988, a proteção do ambiente e a salvaguarda da qualidade de vida são asseguradas através da implementação de políticas públicas.

### 21.1 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O meio ambiente é elemento fundamental no sistema de planejamento e desenvolvimento municipal sustentável, incluindo a área rural. A garantia do direito de cidades sustentáveis faz referência à formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios globais de desenvolvimento sustentável.

As atividades econômicas e sociais em Bandeirantes, especialmente os serviços agrícolas e agroindustriais, geram impactos ambientais especialmente às comunidades rurais vizinhas, por exemplo, a granjas e a culturas de cana-de-açúcar, onde são realizadas queimadas frequentes. Neste sentido, as diretrizes gerais para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental em Bandeirantes se encontram a seguir:

*Tabela 76 – Diretrizes e Propostas para a Proteção e Preservação Ambiental*

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	60. Garantir a proteção e a recuperação das áreas de preservação permanente e demais áreas com vegetação nativa remanescente, bem como investir na criação de novas áreas de valor ambiental.	60.1. Preservar as áreas do Ribeirão Águas das Antas e Córrego Água do Caia, pelo seu valor ambiental e interesse turístico.
		60.2. Preservar as demais áreas de valor ambiental e de interesse turístico.
	61. Monitorar e controlar o uso do solo urbano e rural, a poluição do ar, do solo e da água.	61.1. Realizar estudos periodicamente para medir o grau de poluição, incluindo diagnóstico sobre as causas e causadores da poluição, principalmente em bairros prejudicados, como: <ul style="list-style-type: none"><li>- Bairro Água do Caixão;</li><li>- Sertãozinho;</li><li>- Cateto;</li><li>- Nomura;</li><li>- Água Seca;</li><li>- Yara;</li><li>- Limeira;</li><li>- Sossego;</li><li>- Santa Rita.</li></ul>



	Diretrizes	Propostas
Médio prazo		61.2. Estabelecer e gerir programas específicos para o controle de fontes de poluição ambiental, incluindo poluição atmosférica.
		61.3. Coibir, nas áreas vizinhas à Macrozona Urbana, atividades como cultivo de cana-de-açúcar, suinocultura, aviários, fecculária, curtume de couro, carvoaria e outros empreendimentos que possam agredir e trazer transtornos à paisagem ou à qualidade de vida da população.
		61.4. Criar sistema de fiscalização, autuação e monitoramento dos agentes poluidores dos solos e cursos d'água na área urbana e rural.
	62. Adquirir equipamentos para a manutenção dos serviços realizados pela Pedreira Municipal.	62.1. Manutenção e troca de equipamentos que operam na Pedreira Municipal.
	63. Promover ações no sentido de formar uma consciência coletiva sobre a necessidade de preservação e manutenção da qualidade ambiental.	63.1. Elaborar o Plano de Educação Ambiental de Bandeirantes.
		63.2. Promover e apoiar campanhas de conscientização sobre o recolhimento de embalagens de produtos defensivos agrícolas e agrotóxicos.
	64. Compatibilizar as políticas de Meio Ambiente e de Saneamento.	64.1. Aplicar sistema de fiscalização, autuação e monitoramento dos agentes poluidores do solo e cursos d'água nas áreas urbana e rural.
	65. Criar instrumentos necessários ao exercício das funções de planejamento e fiscalização de todas as atividades que tenham interferência no meio ambiente.	65.1. Elaborar e instituir legislação ambiental municipal relacionada ao ambiente natural e modificado para regulamentar e fiscalizar passivos ambientais.
		65.2. Criar e implantar Sistema de Gestão Ambiental que habilite o Município a exercer plenamente o licenciamento e fiscalização das atividades de impacto ambiental, de acordo com as normas e legislação federal e estadual vigentes.
		65.3. Capacitar os servidores para exercer o licenciamento ambiental de empreendimentos, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade e controle da ocupação, através da exigência de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Controle Ambiental Preliminar (PCA);</li> <li>- Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA);</li> </ul>



	Diretrizes	Propostas
		- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).
Longo prazo	66. Incentivar o uso adequado de fontes naturais e a utilização de fontes alternativas de energia	66.1. Sensibilizar, através de campanhas e incentivos, os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços quanto aos benefícios econômicos e ambientais do reuso de água, aproveitamento da água da chuva e utilização de sistemas de energia solar ou eólica.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## 22. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

O desenvolvimento socioeconômico municipal depende da estruturação e das ações efetivas acerca do planejamento urbano do Município. A articulação desse planejamento auxilia na objetividade e prioridades na aplicação das ações relacionadas aos serviços de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e lazer, que propiciam melhor qualidade de vida dos munícipes. É crucial a participação dos Conselhos, dos Departamentos Municipais e dos agentes sociais para coordenar e contribuir o desenvolvimento econômico e social como um todo.

### 22.1 AGROPECUÁRIA

No que se refere ao setor de agricultura, o Município deve dar continuidade aos investimentos cedidos às cooperativas familiares e aos pequenos produtores, visando estimular a produção rural e continuar as práticas do serviço no Município. As Diretrizes e Propostas para a Agropecuária em Bandeirantes constam na tabela a seguir:

*Tabela 77 – Diretrizes e Propostas para o Desenvolvimento Econômico*

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	67. Continuar com os incentivos para os pequenos produtores rurais e cooperativas familiares.	67.1. Realizar, de forma continuada, investimentos e atividades de incentivo aos pequenos produtores, como: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Associação de Desenvolvimento Comunitário Três Águas – ADECOT;</li> <li>- Associação de Desenvolvimento Comunitário da Barrinha do Cateto e Região;</li> <li>- Associação Comunitária dos Seis Bairros;</li> <li>- Associação dos Agropecuaristas do Bairro Tabuleta.</li> </ul>
		67.2. Possibilitar transporte público às Instituições como, escolas e serviços de saúde, para os residentes da Vila Rural Perobinha.
		67.3. Realizar estudo para a implementação do Centro de Distribuição e Comercialização de Hortifrutis.
		67.4. Apoiar a implantação de projetos de criação de pequenos animais, para aumentar a renda e incentivar a permanência da população na área rural.
		67.5. Priorizar a assistência técnica e a extensão rural para os pequenos produtores.

	Diretrizes	Propostas
	68. Conservar as nascentes.	68.1. Manter preservado o leito dos rios, principalmente no Ribeirão Água das Antas e Córrego Água do Caia.
	69. Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.	69.1. Estimular a exploração agropecuária por meio de práticas agroecológicas através de ações administrativas, institucionais ou convênios que promovam campanhas, cursos, capacitação e incentivos.
Longo prazo	70. Intensificar a fiscalização das áreas rurais e a conscientização sobre a preservação do meio ambiente.	70.1. Fiscalizar mais intensamente as áreas rurais e os produtos cultivados, evitando o uso indiscriminado de agrotóxicos e protegendo o meio ambiente e consumidores.
		70.2. Fiscalizar as APP, de modo a conter a exploração em áreas de preservação.
		70.3. Criar sistema de auto infração ambiental para atividades consideradas poluidoras que utilizam recursos naturais ou degradem o meio ambiente.

Fonte: Prefeitura Municipal de Bandeirantes e DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

## 22.2 INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Para fomentar o desenvolvimento econômico, cabe ao Município de Bandeirantes promover incentivos e melhorias na economia municipal, abrangendo os três setores econômicos – agropecuária, indústria e comércio/serviços, de forma a garantir a continuidade dos programas de incentivo à indústria no Parque Industrial, visando a geração de empregos e renda. As diretrizes e proposições para ambos os serviços são:

**Tabela 78 – Diretrizes e Propostas para a Indústria e Comércio**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	71. Promover o fortalecimento do setor do comércio e serviços.	71.1. Apoiar a implantação descentralizada de estabelecimentos comerciais e de serviços, para o desenvolvimento local.
		71.2. Buscar formas de financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA.
		71.3. Incentivar a abertura de empresas no Município.
		71.4. Promover melhoria na qualificação profissional da população para formar mão de obra especializada e assegurar maior inovação, produtividade e qualidade.
		71.5. Incentivar e prover modos para que os comerciantes locais e empreendedores participem de feiras do setor no Estado, para que vislumbrem novas possibilidades.
		71.6. Implementar decorações natalinas como forma de fomentar o comércio local nessa época.
		71.7. Realizar a FIABAN e outros eventos dentro do recinto do centro de eventos/parque de exposições Lauro Teodoro da Silva.
	72. Investir em infraestrutura para atrair novas indústrias	72.1. Promover processo licitatório para a ocupação nos terrenos nos lotes aonde se encontram o antigo escoteiro e ao lado da ZBM.
		72.2. Investir na construção de barracões de modo a oferecer infraestrutura adequada para a instalação de novas indústrias com o apoio do SEBRAE e EFET.
	73. Melhorar estrutura física do terreno da torre de transmissão de sinal de TV.	73.1. Promover a manutenção do terreno destinado a instalação de torre de transmissão de TV.





	Diretrizes	Propostas
	74. Investir em infraestrutura para atrair novas indústrias.	74.1. Desapropriar lote particular situado na saída para o município de Santa Amélia, para a construção de um Parque Industrial.
	75. Implementar políticas voltadas para atividade comercial.	75.1. Promover cursos de gestão empreendedora e visitas a municípios que já realizaram tais trabalhos e colhem os frutos. 75.2. Incentivar o desenvolvimento do artesanato e da gastronomia local.
Longo prazo	76. Estudo de implementação do Parque Tecnológico.	76.1. Estudar local adequado para a criação de um Parque Tecnológico.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## 22.3 TURISMO

O desenvolvimento do turismo pode alavancar o desenvolvimento local como um todo, trazendo ganhos econômicos para o município, como o aumento de renda da população e do produto interno e redistribuição de renda. Entretanto, para que o turismo possa contribuir para melhores condições socioeconômicas das populações locais, é necessário um planejamento adequado da atividade turística por parte da gestão local<sup>53</sup>.

O turismo em Bandeirantes possui muita notoriedade por conta dos pontos turísticos existentes, de cunho religioso, ecoturismo, gastronômico, e de negócios, mencionados na Fase II (Análise Temática Integrada). O município deve ainda investir na Feira Industrial e Agropecuária de Bandeirantes – FIABAN, por conta da repercussão turística que o evento trouxe, e que não acontece desde 2016. Deve se dar continuidade às políticas de incentivo do serviço, em razão de que o município não ainda não dispõe de um Plano Municipal de Turismo.

**Tabela 79 – Diretrizes e Propostas para o Turismo**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	77. Fomentar o turismo no Município de Bandeirantes.	77.1. Dar continuidade às políticas de incentivo ao turismo.
		77.2. Fomentar o turismo rural e o ecoturismo, incentivando seu crescimento e auxiliando os produtores rurais para ampliar este serviço.
	78. Assegurar a estrutura física e equipamentos apropriados para as atividades do Santuário São Miguel Arcanjo.	78.1. Construir da passarela e portal em frente ao santuário São Miguel do Arcanjo, possibilitando maior visibilidade ao ponto turístico.
	79. Investir em sinalização e divulgação turística.	79.1. Implantar sinalização turística no Município, tanto na área urbana quanto na área rural, indicando a direção e distância, especificados no catálogo municipal.
		79.2. Elaborar o Plano Municipal de Turismo.
		79.3. Elaborar e distribuir material de divulgação sobre o turismo no Município.
		79.4. Implantar posto de informações, visando facilitar o acesso da população aos equipamentos e serviços turísticos existentes.

<sup>53</sup> SILVA e MIRANDA, 2013.

	Diretrizes	Propostas
Longo Prazo	80. Promover política adequada para o desenvolvimento do turismo no município.	80.1. Elaborar calendário com as festas tradicionais, típicas, folclóricas e culturais, entre outras atividades periódicas realizadas no Município.
		80.2. Divulgar periodicamente, nos meios de comunicação e redes sociais, as atividades turísticas no Município.
	81. Adequar o orçamento municipal.	81.1. Criar um repasse para a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo para que haja uma ampliação dos eventos já realizados.
		82.1. Incentivar a abertura de estabelecimentos que favoreçam o turismo como pousadas, restaurantes e agências de turismo, inclusive próximo às atrações turísticas potenciais.
	82. Estimular o desenvolvimento e a conscientização do comércio e serviços locais para atender o turista.	82.2. Capacitar o comércio local em parceria com entidades como o SEBRAE.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

## 23. SAÚDE

A Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal nº 8.080/90 e Lei Federal nº 8.142/90) estabelece que a saúde é um direito universal do ser humano e é um dever do Estado prover qualidade de vida através da garantia da atenção à saúde. Dessa forma, cabe ao Município atender as demandas locais e as exigências do Ministério de Saúde, focando na prestação de um atendimento de qualidade no setor.

Em Bandeirantes, o setor da saúde abrange todo o território municipal, incluindo a Sede Municipal e o Distrito Nossa Senhora da Candelária e, desde a aprovação do PDM vigente em 2011, o único equipamento implementado foi a UBS Francisco Teixeira Ribeiro "Teixeirinha". Conforme analisado na Etapa II da Revisão do PDM, as despesas com a Saúde no Município são consideráveis, por isso, entre outras medidas, são adotadas medidas para amenizar os gastos, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 80 – Diretrizes e Propostas para a Saúde**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	83. Adequar os edifícios públicos do setor da saúde às normas de acessibilidade.	83.1. Promover e garantir a acessibilidade nos equipamentos de Saúde, conforme NBR-9050/2015 para acesso adequado de PCD e PMR.
	84. Elaborar o PMS anualmente.	84.1. Elaborar e rever o Plano Municipal de Saúde sempre que necessário.
	85. Investir nos consórcios de saúde existentes.	85.1. Realizar incentivos junto aos consórcios de saúde existentes no Município.
		85.2. Realizar parcerias para atendimento da população em conjunto com o CISNOP - Consórcio Intermunicipal do Norte do Paraná.
	86. Integrar o setor da Saúde com os demais setores do poder público municipal.	86.1. Realizar palestras em conjunto com a Educação para difundir os conhecimentos básicos sobre saúde e higiene bucal.
		86.2. Realizar palestras com médicos, enfermeiros, dentistas e psicólogos, além de outros profissionais da área da saúde, sobre educação sexual e conscientização de vacinação.
		86.3. Realizar palestras nas escolas sobre dengue e outras doenças em geral.
	87. Investir em infraestrutura para fisioterapia.	87.1. Construir ou reformar a sala de atendimento de fisioterapia, no Hospital São Lucas.
		88.1. Reformar e reestruturar todas as UBS do Município, de forma a ampliar o atendimento.

	Diretrizes	Propostas
	88. Adequação dos edifícios públicos do setor de saúde às suas necessidades variadas.	88.2. Garantir manutenção frequente dos edifícios de saúde.
	89. Incentivar as ações preventivas e educativas.	89.1. Desenvolver campanhas nos estabelecimentos de saúde e junto à comunidade, sobre questões diretamente ligadas à saúde pública, tais como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição, etc.), prevenção de câncer, saúde bucal, saúde e higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue e de órgãos, entre outros.
	90. Implementar equipamentos de vigilância, para melhorar a segurança.	90.1. Instalar câmeras de segurança nas edificações da secretaria de saúde, como forma de melhorar a segurança.
	91. Adquirir constantemente equipamentos, materiais e medicamentos necessários para o bom funcionamento dos equipamentos de saúde do município.	91.1. Adquirir equipamentos, materiais e medicamentos para todos os setores do atendimento à saúde.
	92. Modernizar o sistema de prontuários.	92.1. Realizar estudo sobre a viabilidade de contratação de novos profissionais, de forma a atender as necessidades do setor, considerando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade fiscal.
		92.2. Ampliar a oferta de especialidades médicas nas áreas que apresentarem maior carência.
Longo prazo	93. Ampliar o atendimento.	93.1. Ampliar a oferta de serviços da saúde para o atendimento de média e alta complexidade.
		93.2. Verificar a demanda e viabilidade para a contratação de profissionais de maiores especialidades médicas, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Bandeirantes e DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## 24. EDUCAÇÃO

As diretrizes e proposições para o setor da educação se baseiam no desenvolvimento do cenário educacional do município. Conforme apresentado na Análise Temática Integrada (Fase II da Revisão do PDM), o setor de educação enfrenta dificuldades por conta da demora das reformas e ampliações dos equipamentos de educação; pela falta de equipamentos de educação CMEI e pela carência em adequar os edifícios educacionais quanto as normas de acessibilidade.

As Diretrizes e Propostas apresentadas a seguir visam manter, em Bandeirantes, os pontos positivos da educação municipal e aprimorar aspectos que podem ser melhorados para garantir melhor desempenho de suas funções.

**Tabela 81 – Diretrizes e Propostas para Educação**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	94. Adequar as escolas quanto à segurança e combate a incêndio e acessibilidade universal.	94.1. Adequar as instituições que necessitam de reforma por não atenderem as normas de acessibilidade: - CMEI Dr. Bezerra de Menezes; - CMEI Paulo Meneghel; - CMEI Prof. João do Carmo Santiago; - CMEI Rotary; - CMEI Santa Rita de Cássia; - CMEI Tei Matilda.
		94.2. Realizar os Projetos de Segurança e Combate a Incêndio de todas as escolas municipais e estaduais.
	95. Construir uma nova escola municipal.	95.1. Construir uma nova Escola Municipal Santa Terezinha.
	96. Modernizar e ampliar as instalações dos Centros Educacionais.	96.1. Realizar a construção de quadra coberta na escola Zulmira de Albuquerque.
		96.2. Implementar câmeras de segurança nas edificações da Secretaria de Educação.
		96.3. Realizar a reforma nas instituições por não atenderem à demanda atual, como: - EMEF Maria Inês Speer Faria; - EMEF Moacyr Castanho; - EMEF Rural Felipe de Almeida Campos;
		96.4. Arrecadar recursos para a construção dos centros de educação nos locais: - Novo Conjunto Habitacional João Teodoro da Silva; - Bairro Maria Bertho Meneghel;

		- Bairro
		96.5. Construir mesas de cimento, em espaço físico existente, para a prática de jogos de tabuleiro de xadrez, dama, trilha, ludo etc.
		96.6. Realizar obras de manutenção periódica que se fizerem necessárias.
	97. Monitorar o crescimento da população em idade escolar.	97.1. Realizar recenseamento periódico (a cada 4 anos, por exemplo) da população infantil em idade escolar.
	98. Incentivar o transporte escolar.	98.1. Dar continuidade ao transporte escolar gratuito aos munícipes.
Longo Prazo	99. Estimular e garantir a permanência do aluno na escola.	98.2. Garantir a qualidade e acessibilidade do transporte escolar aos munícipes.
		99.1. Continuar e ampliar a oferta de cursos que incentivem jovens a aprenderem novas habilidades cognitivas como música, línguas, esportes, dança e artesanato, entre outros.
	100. Melhorar a qualidade da educação de modo geral.	100.1. Avaliar as escolas a cada 2 anos, através da prova SAEB, de modo a atingir os parâmetros nacionais de qualidade.
		100.2. Garantir investimentos para aprimorar a formação dos professores.

Fonte: Prefeitura Municipal de Bandeirantes e Gestão de Cidades, 2019.



## 25. CULTURA

As atividades culturais e equipamentos voltados para a cultura cumprem um papel importante no desenvolvimento intelectual da população e, conseqüentemente, influenciam a transformação dos centros urbanos que os envolvem, além de contribuírem para o desenvolvimento comercial e turístico da cidade.

Para fomentar a cultura em Bandeirantes, o Município deve adequar os três equipamentos culturais localizados na região central, que estão em desacordo às normas de acessibilidade. Com a análise realizada na Etapa II da Revisão do PDM, serão desenvolvidas propostas para o desenvolvimento do cenário cultural em Bandeirantes.

**Tabela 82 – Diretrizes e Propostas para a Cultura**

	Diretrizes	Propostas
Curto Prazo	101. Promover política adequada, assegurar instalações físicas e construção de espaços físicos apropriadas para o exercício das atividades culturais.	101.1. Reformar e ampliar os equipamentos de Cultura para que se tornem totalmente acessíveis, em acordo com a NBR 9050/2015.
		101.2. Realizar a manutenção dos equipamentos de cultura e seus entornos.
		101.3. Expandir as iniciativas no setor de atrações culturais do município.
		101.4. Estimular a formação e difusão cultural, viabilizando melhorias nos eventos já existentes como feiras, apresentações musicais, bailes e circos, atendendo o Código de Posturas.
	102. Estimular a valorização do Patrimônio Histórico no município de Bandeirantes.	102.1. Realizar o inventário do patrimônio histórico e bens passíveis de tombamento no Município, sejam eles de natureza material ou imaterial.
		102.2. Organizar o acervo histórico municipal.
		102.3. Estimular Parcerias Público Privadas para restaurar e requalificar o Hotel Yara.
Médio prazo	103. Adequar o quadro funcional da Secretaria de Educação e Cultura.	103.1. Realizar estudo econômico financeiro para a viabilidade ou não de contratação, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, de profissionais que se fizerem necessários para manter a qualidade dos serviços públicos conforme a demanda, incluindo contratações para preencher vagas abertas em razão de aposentadorias ou demissões.
Longo Prazo	104. Estimular a formação, produção e difusão cultural.	104.1. Continuar, incentivar e divulgar a promoção de concursos, feiras e exposições municipais, com ou sem concessão de prêmios, fomentando a



Diretrizes	Propostas
	produção e possibilitando a divulgação de trabalhos produzidos no Município.
	104.2. Estimular os produtores artesanais locais por meio de instalações para comercialização de produtos artesanais.
	104.3. Criar um Calendário Cultural Oficial com as festas típicas municipais, especialmente as festas religiosas.
	104.4. Adquirir os materiais necessários para as atividades realizadas pela Secretaria de Educação e Cultura.
	104.5. Fomentar as atividades nas escolas como espaço de criação e produção da cultura, através das propostas e práticas curriculares.
	104.6. Promover festivais culturais, buscando parcerias com os municípios vizinhos possibilitando intercâmbios culturais.

Fonte: Prefeitura Municipal de Bandeirantes e DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## 26. ESPORTE E LAZER

Os equipamentos de esporte e lazer são essenciais para o desenvolvimento da qualidade e vitalidade dos espaços públicos e, se bem cuidados, podem ser aproveitados, inclusive, como potencial turístico. Um exemplo é o Parque do Povo, um dos grandes avanços no Município desde a aprovação do Plano Diretor de 2011. Dessa forma, as Diretrizes e Propostas para Esporte e Lazer objetivam a modernização, divulgação e ampliação dos equipamentos de esporte e lazer.

*Tabela 83 – Diretrizes e Propostas para o Esporte e Lazer*

	Diretrizes	Propostas
Curto Prazo	105. Melhorar estrutura física dos espaços públicos de esporte e lazer.	105.1. Adequar os equipamentos de esporte e lazer quanto à norma de acessibilidade NBR-9050.
		105.2. Adquirir materiais necessários para a prática de esportes como bolas, apitos, redes, placares, cones etc.
		105.3. Construir a cobertura na quadra de areia da Vila Lordani.
		105.4. Implantar equipamentos esportivos como academias de terceira idade e brinquedos infantis em diversas praças do município.
		105.5. Proporcionar manutenção e limpeza constante nos campos de futebol, quadras poliesportivas, ginásios, estádio e parquinhos na Sede e Distrito.
		105.6. Adequar os equipamentos de esporte e lazer quanto à norma de acessibilidade NBR-9050, como arquibancadas do campo do São Bento no IBC;
		105.7. Para os novos loteamentos, exigir a implantação de áreas verdes com infraestrutura como bancos, arborização, parque infantil, academia da terceira idade, mesas para jogos etc.
		105.8. Realizar manutenção periódica do Parque do Povo e Ecológico.
		105.9. Fomentar o uso do Parque do Povo com atividades durante o dia e noite.
	106. Melhorar a estrutura física do Parque de Exposição Lauro Teodoro.	106.1. Incorporação do antigo terreno da CIRETRAN para o Centro de Eventos/Parque de Exposição Lauro Theodoro da Silva, com a construção de

	Diretrizes	Propostas
		infraestrutura, como o fechamento em alambrado, iluminação pública e vias de acesso.
	107. Incentivar o uso recreativo (para lazer e práticas esportivas) das áreas verdes por parte da população.	107.1. Realizar limpeza e manutenção constante nas áreas verdes, visando proporcionar um ambiente mais limpo, seguro e atrativo para a população. 107.2. Realizar eventos abertos ao público nas áreas verdes e praças com a presença de educadores físicos.
	108. Implantar áreas de lazer.	108.1. Construção do novo Ginásio de Esportes (Arena Multiuso).
	109. Revitalizar os equipamentos públicos de esporte e lazer que se encontram precários.	109.1. Realizar, em Parceria Público Privada, melhorias e a manutenção constante nas praças de esporte do município. 109.2. Reformar o espaço de lazer que se encontra em frente ao Estádio Comendador Luiz Meneghel, como o campo de bocha, pista de skate e banheiros da praça e, demais obras de manutenção periódicas que se fizerem necessárias.
	110. Incentivar e promover o uso recreativo (para lazer e práticas esportivas) das áreas verdes por parte da população.	110.1. Realizar competições esportivas promovidas pela CREM, nos principais equipamentos da cidade.
Médio Prazo	111. Incentivar os investimentos.	111.1. Possibilitar recursos vinculados para a propensão de investimentos na área.

Fonte: Prefeitura Municipal de Bandeirantes e DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## 27. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é definida como política pública de direitos e de cidadania, efetivada através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual define princípios e diretrizes que orientam a execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Bandeirantes implementou durante o período do PDM vigente um edifício para o CREAS e realizou a reforma do edifício sede do CRAS. Contudo, o Município ainda apresenta problemas referentes à adequação de edifícios públicos quanto à acessibilidade e, segundo o SMAS, o número de equipamentos de atenção social não atende à demanda. Na tabela a seguir estão as diretrizes e propostas para a Assistência Social em Bandeirantes.

**Tabela 84 – Diretrizes e Propostas para a Assistência Social**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	112. Assegurar instalações físicas e equipamentos apropriados para o exercício das atividades de assistência social.	112.1. Construir os seguintes equipamentos: - Casa de Passagem ou Albergue; - Serviço para Acolhimento de Adolescentes ou abrigo para adolescentes; - Centro de Convivência de Idosos; - Sede para o Centro de Referência e Assistência Social.
	113. Adequar os edifícios públicos do setor da saúde às normas de acessibilidade.	113.1. Adequar a acessibilidade do edifício que abriga a Sede da Secretaria, com rampa ou elevador.
		113.2. Promover e garantir a acessibilidade nos equipamentos de assistência social, conforme NBR-9050/2015, para o acesso adequado de PCD e PMR.
	114. Dar continuidade aos projetos que o município oferece.	114.1. Dar continuidade ao Programa de Atenção Integral à Família, Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programa Bolsa Família e Concessão de Benefícios Individuais, entre outros.
Médio prazo	115. Modernizar as instalações do Departamento de Assistência Social.	115.1. Substituir o portão do Departamento de Assistência Social, por modelo com altura e estrutura adequadas.
		115.2. Construir um barracão para armazenar doações diversas como móveis, roupas, calçados, utensílios domésticos, brinquedos etc.
	116. Atualizar o Plano de Assistência Social.	116.1. Realizar a atualização periódica do Plano Municipal de Assistência Social, em conjunto com a revisão da LOA Municipal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Bandeirantes e DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

## 28. SEGURANÇA PÚBLICA

O art. 144 da Constituição Federal estabelece que a segurança pública é um dever do Estado, um direito do cidadão e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A segurança pública em Bandeirantes é efetivada pela polícia civil, polícia militar, corpo de bombeiros e defesa civil.

De acordo com o PDM vigente, o município de Bandeirantes ainda não possui o Plano de Defesa Civil, portanto é necessária sua elaboração, visando promover a defesa permanente, além de prevenir e/ou minimizar os danos à população atingida.

*Tabela 85 – Diretrizes e propostas para segurança pública*

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	117. Criar o Plano de Defesa Civil local.	117.1. Formar uma Equipe Regional de Planejamento para elaboração do Plano de Defesa Civil.
		117.2. Estruturar a Defesa Civil, através da aquisição de equipamentos necessários para atuar em áreas de risco, em catástrofes naturais, combate e prevenção de epidemias, incêndios e acidentes com cargas perigosas nas rodovias e estradas municipais.
Médio prazo	118. Promover a integração de Segurança Pública com os programas realizados no Município.	118.1. Assegurar, através de ações administrativas, a manutenção do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).
		118.2. Promover gestões junto ao Governo do Estado, no sentido de obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município, além de operacionalizar e capacitar os policiais.
	119. Melhorar a segurança pública em Bandeirantes, em especial nos equipamentos públicos.	119.1. Terceirizar empresa de vigilância para reforçar a segurança de Bandeirantes, incluindo sistema de monitoramento por câmera e alarmes nos edifícios públicos.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2018.

## 29. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO PARTICIPATIVA

Com o objetivo de acompanhar e implementar as diretrizes e Propostas elencadas no Plano Diretor, faz-se necessária a organização das instituições governamentais para promover o desenvolvimento institucional, fomentado pelos instrumentos de democratização da gestão urbana e baseado nos princípios fundamentais da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade.

### 29.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO

A Prefeitura do Município de Bandeirantes necessita de adequações em sua estrutura organizacional administrativa, cargos planos de cargos e carreiras e estatuto do servidor, visando otimizar o funcionamento da administração pública e diminuir os conflitos na divisão de verbas dentro das Secretarias. As necessidades de melhorias se entendem para a estrutura física dos edifícios públicos.

Dessa forma, as Diretrizes e Propostas para a estrutura organizacional e física da administração municipal são descritas na tabela a seguir.

*Tabela 86 – Diretrizes e Propostas para a Administração Municipal*

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	120. Aumentar a receita própria do Município.	120.1. Realizar a cobrança sistemática dos tributos municipais, impondo sanções a contribuintes inadimplentes como multas, juros, atualização monetária, inclusão de CPF ou CNPJ no SERASA.
		120.2. Conscientizar o produtor rural, em parceria com a Divisão de Agricultura, sobre a importância de emitir a Nota Fiscal do Produtor Rural, que pode gerar linhas de crédito e aposentadoria.
	121. Adequar o quadro funcional da Secretaria da Fazenda.	121.1. Capacitar os funcionários da Secretaria da Fazenda.
		121.2. Realizar estudo econômico financeiro, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, para a viabilidade ou não de contratação de profissionais que se fizerem necessários para manter a qualidade dos serviços públicos e preencher vagas abertas em razão de aposentadorias ou demissões.



	Diretrizes	Propostas
		121.3. Conscientizar os gestores públicos sobre a importância dos trabalhos da Secretaria da Fazenda.
	122. Adequar o quadro funcional da Prefeitura Municipal.	Realizar estudo econômico financeiro para a viabilidade ou não, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, de realizar concursos públicos com critérios específicos, de forma a contratar profissionais preparados que se fizerem necessários para manter a qualidade dos serviços públicos e preencher vagas abertas em razão de aposentadorias ou demissões.
	123. Promover a modernização e atualização administrativa.	123.1. Conservar a transparência da administração pública.
		123.2. Promover a participação dos servidores públicos em cursos de capacitação, palestras, feiras e congressos, de forma a possibilitar sua capacitação.
Médio prazo	124. Revisar e atualizar a estrutura organizacional administrativa (organograma).	124.1. Promover estudo detalhado para embasar a reformulação da estrutura organizacional administrativa.
		124.2. Instituir novo organograma, após realização do estudo, visando promover maior autonomia nos gastos de cada área, sem onerar excessivamente o Poder Público Municipal.
		124.3. Junto com a revisão do organograma, revisar também o Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## 29.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES

A administração pública, em função de suas competências e responsabilidades sociais, deve organizar e manter atualizado o acervo de informações sobre o Município. O conteúdo dessa base de dados é utilizado constantemente tanto nos serviços internos, subsidiando a elaboração das políticas públicas e a tomada de decisões, quanto no atendimento às solicitações externas.

O Executivo deverá manter um Sistema de Informações para o Planejamento Integrado da Gestão Municipal, com o objetivo de fornecer informações para planejamento, monitoramento, implementação e avaliação das políticas urbanas, subsidiando a tomada de decisões na gestão do Plano Diretor Municipal e na implementação do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

O SIG, por sua vez, trata-se de uma ferramenta de informática que permite integrar bases de dados de origens distintas sobre uma base cartográfica digitalizada, tornando-se uma ferramenta de apoio para as tomadas de decisão com custo de treinamento e aquisição acessíveis, cuja implantação favorece pequenos e médios municípios, que tem maiores oportunidades para disciplinar adequadamente o uso do solo.

**Tabela 87 – Diretrizes e propostas para o Sistema de Informações**

	Diretrizes	Propostas
Curto Prazo	125. Atualizar o Código Tributário Municipal.	125.1. Revisar e atualizar Código Tributário Municipal de acordo com o Cadastro Técnico Multifinalitário e a Planta Genérica de Valores.
	126. Implementar e realizar a manutenção de um Sistema de Informações para o Planejamento Integrado da Gestão Municipal.	126.1. Implementar o Sistema de Informações para o Planejamento Integrado da Gestão Municipal, para garantir que todos as Secretarias, divisões municipais e órgãos atuantes no Município participem de todas as ações administrativas e institucionais, processos decisórios e formulações de estratégias para o desenvolvimento municipal, evitando a duplicidade de projetos e análises.
		126.2. Garantir a atualização das bases de dados municipais e disponibilizá-las às Secretarias Municipais e à população em geral através do Sistema de Informações para o Planejamento Integrado da Gestão Municipal.
		126.3. Capacitar profissionais dos departamentos e divisões municipais na execução do Sistema de Informações Geográficas (SIG), em processo de elaboração, para realização e padronização dos procedimentos administrativos.



	Diretrizes	Propostas
Médio Prazo	127. Atualizar a Planta Genérica de Valores.	127.1. Atualizar a PGV, evitando a defasagem de valores e, consequentemente, tendo um aumento gradativo e justo no IPTU.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## 29.3 GESTÃO PARTICIPATIVA

Um dos princípios norteadores da Política Urbana Nacional, estabelecida no Estatuto da Cidade, são os processos de gestão democrática e participativa nas cidades, possibilitando que os cidadãos participem da formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

As Diretrizes e Propostas para a Gestão Participativa buscam fortalecer a participação dos diversos setores da sociedade nas tomadas de decisões dos poderes executivo e legislativo, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e socioeconômico.

**Tabela 88 – Diretrizes e Propostas para a Gestão Participativa**

	Diretrizes	Propostas
Curto prazo	128. Incentivar e fortalecer a gestão participativa.	128.1. Organizar debates, palestras e consultas, audiências e conferências públicas para concretizar o Plano Diretor Municipal, de forma a incentivar o processo participativo e iniciativas populares de formulação de projetos de lei.
		128.2. Realizar audiências públicas quando houver propostas de grandes mudanças no Município, de forma a considerar as opiniões da população.
		128.3. Incentivar a comunicação entre o legislativo e os diversos segmentos da sociedade, fazendo com que a Câmara legisle cada vez mais em favor do bem-estar e interesse comum.
	129. Promover a participação do CONGET no acompanhamento e implementação do PDM.	129.1. Incentivar a participação do CONGET para fazer cumprir os objetivos e diretrizes do PDM, bem como a execução das ações elencadas no Plano. 129.2. Acompanhar políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do município.
Médio e longo prazo	130. Utilizar a tecnologia de smartphones e mídias sociais para uma gestão mais participativa.	130.1. Possibilitar a participação da população na gestão pública através de mídias sociais, de forma organizada e construtiva, de forma a ampliar a participação popular em Bandeirantes.
	131. Incentivar a comunicação entre o legislativo e os diversos segmentos da sociedade.	131.1. Incentivar a comunicação entre o legislativo e os diversos segmentos da sociedade.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



## ETAPA IV – PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS



## 30. INTRODUÇÃO

Este produto integra a Fase 4 – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM da Revisão do Plano Diretor Municipal de Bandeirantes, e divide-se em:

- Plano de Ação e Investimentos (PAI): que define as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM para os próximos 5 (cinco) anos, considerando as atividades das etapas anteriores;
- Institucionalização do Plano Diretor Municipal: que inclui a elaboração das minutas de anteprojeto de leis e revisão dos instrumentos jurídicos.

O PAI se trata do indicativo das ações e projetos que terão prioridade no PDM, resultado da Etapa III – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, definindo as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM, elencados de acordo com as decisões pactuadas nas audiências públicas. Para cada diretriz de investimento proposta, é indicado um técnico responsável, dimensão do investimento, objetivo, localização, meta, custo, prazo, indicador de monitoramento e fontes de recursos.

No PAI constam as estratégias para a implantação ou atualização do sistema de implementação, acompanhamento, controle, avaliação e atualização permanente do PDM, com o objetivo de fortalecer, no município, a prática do planejamento, tanto institucionalmente quanto junto à sociedade.

São indicadas no PAI as estimativas de custos de instalação e implantação dos programas e projetos, incluindo investimentos em infraestrutura básica e social, equipamentos em geral e ações institucionais, hierarquizadas para o período entre 2020 e 2024 e demonstrando ações definidas para curto, médio e longo prazo. A identificação de cada ação do Plano é feita em 09 (nove) categorias, de acordo com a Figura 8, a seguir:

*Figura 8 - Categorias para identificação das ações do PAI*



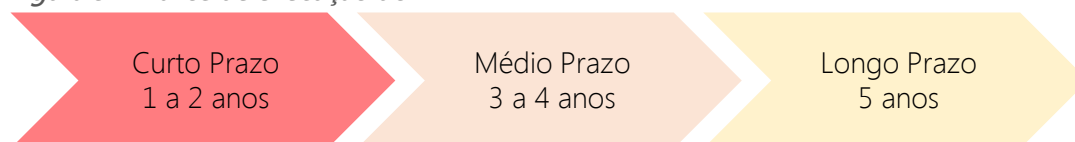
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

O PAI foi dividido conforme as secretarias da atual estrutura organizacional da Prefeitura e a atual Lei Orgânica, visando facilitar a implementação das ações e investimentos. Foram



compatibilizadas algumas ações propostas pela Consultoria com o PPA em exercício no município e utilizado os valores de referência dos últimos anos de vigência do mesmo.

**Figura 9 - Prazos de execução do PAI**



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Os custos destas ações serão compatibilizados com a projeção orçamentária e outros planos governamentais setoriais correlatos, analisando a capacidade de investimento e endividamento do Município, bem como as verbas que poderão advir de ações políticas com obtenção de recursos a fundo perdido. As ações não puderam ser compatibilizadas com o Plano Plurianual (PPA), em razão de que as implementações dos programas do Município não constam código e nem estimativas de custo dos projetos. Foi considerada a execução do Plano Plurianual com vigência de 2020 a 2024, cujos valores orçamentários já estão em execução, além do custo de exequibilidade da proposta de acordo com a Capacidade de Investimento Municipal.

A elegibilidade das ações e projetos prioritários deu-se através do debate das deficiências e potencialidades encontradas no território municipal, em discussões constantes entre os diversos atores, cujos principais foram a Equipe Técnica Municipal (ETM), Poder Legislativo Municipal, Equipe Técnica da Consultoria e a comunidade em geral.

## 31. RESUMO DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos previstos para Bandeirantes somam R\$45.567.998,12, para o período entre 2020 e 2024, distribuídos da seguinte forma:

- Curto Prazo (de 1 a 2 anos): R\$ 20.075.685,35;
- Médio Prazo (de 3 a 4 anos): R\$ 17.956.196,39;
- Longo Prazo (de 5 anos ou mais): R\$ 7.756.524,35.

A análise das finanças municipais, apresentada na Fase 2 – Análise Temática Integrada, demonstrou que Bandeirantes apresenta um decaimento do Indicador de Capacidade de Investimentos, apresentando nível moderado de dependência das transferências governamentais.

As despesas com manutenção de atividades e custeio da Administração Municipal, inclusive com o pessoal ativo e inativo, não serão objeto de financiamento nem consideradas para efeito de contrapartida do Município para as ações previstas. Várias medidas apontadas na construção do PDM poderão ser tomadas sem custos adicionais ao que o Município já dispõe, bastando apenas adotar medidas administrativas de forma a racionalizar e otimizar procedimentos e ações, especialmente na área institucional, o que dará mais agilidade e eficiência à máquina administrativa.

Para estimar os valores atribuídos a cada ação, foram realizadas consultas junto a fornecedores, prefeituras que estão implementando projetos e executando obras semelhantes junto à Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU) do Estado do Paraná e, no caso dos produtos, máquinas, veículos, equipamentos e softwares, entre outros, foram realizadas buscas na internet.

Ressalta-se que estes valores são estimados considerando a realidade econômica e de mercado atual (2020), o que exigirá da administração municipal uma atualização e adaptação dos custos na ocasião da implementação de cada diretriz. Além disso, a identificação de algumas das possíveis fontes de financiamento, por si só, não garante a obtenção dos recursos, devendo ser detalhadas em projetos específicos e contar com a gestão administrativa e política para concretizar os financiamentos.

Várias medidas indicadas na construção do PDM poderão ser implementadas sem custos adicionais, às que o Município já dispõe, bastando apenas adotar medidas administrativas de forma a racionalizar e otimizar procedimentos e ações, especialmente na área institucional, o que dará mais agilidade e eficiência à máquina administrativa. Tais previsões, por si só, não asseguram a eficácia do PDM, sendo necessárias medidas de implementação, desenvolvimento de projetos e realização de ações efetivas preconizadas no PAI.



O Quadro 1 aponta uma situação que exige que o comportamento das receitas orçamentárias tenha sentido de crescimento progressivo, que justifique os investimentos previstos, assim como a expectativa de melhoramento e modernização tributária com o sentido de aumentar os níveis de arrecadação municipal.

**Tabela 89 – Síntese das Ações do Plano de Investimentos**

RESUMO				
Secretaria	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)		
		Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)
Serviço Autônomo de Água e Esgoto	R\$ 1.275.063,27	R\$ 845.033,30	R\$ 430.029,97	R\$ 45.128,96
Indústria Comércio e Turismo	R\$ 2.536.910,46	R\$ 593.170,00	R\$ 1.372.017,03	R\$ 626.848,43
Agricultura	R\$ 563.750,00	R\$ 0,00	R\$ 563.750,00	R\$ 0,00
Desenvolvimento Urbano e Habitação	R\$ 102.500,00	R\$ 102.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Obras e Serviços Urbanos	R\$ 24.327.885,23	R\$ 8.849.583,84	R\$ 8.565.542,18	R\$ 6.981.536,71
Saúde	R\$ 5.382.191,46	R\$ 2.641.209,25	R\$ 2.740.982,21	R\$ 0,00
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	R\$ 8.026.270,46	R\$ 4.611.795,46	R\$ 3.414.475,00	R\$ 55.235,25
Assistência Social	R\$ 1.720.450,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 520.450,00	R\$ 0,00
Meio Ambiente	R\$ 354.408,75	R\$ 213.000,00	R\$ 137.550,00	R\$ 0,00
Administração	R\$ 1.185.293,50	R\$ 1.019.393,50	R\$ 165.900,00	R\$ 0,00
Planejamento	***	***	***	***
Segurança Pública	R\$ 93.275,00	R\$ 0,00	R\$ 45.500,00	R\$ 47.775,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 45.567.998,12</b>	<b>R\$ 20.075.685,35</b>	<b>R\$ 17.956.196,39</b>	<b>R\$ 7.756.524,35</b>
<b>Investimento Médio Anual</b>	<b>R\$ 9.113.599,62</b>			

\*\*\* Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

### 31.1 FORMA DE ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES

Será realizada através da verificação e análise da exequibilidade de curto, médio e longo prazo, da execução das medidas indicadas. Estas informações servirão também para monitorar o crescimento urbano no Município alcançando as metas e ações já estipuladas no PPA (2018-2021), e que também estão contempladas no Plano de Ação e Investimentos – P.A.I.

### 31.2 MONITORAMENTO DAS AÇÕES

Todas as ações definidas neste PAI, deverão ser viabilizadas nos anos previstos. Portanto, seu monitoramento será feito através da verificação da execução das atividades realizadas a curto, médio e longo prazo, e avaliadas conforme os Indicadores de Resultados apresentados no ITEM 32. INDICADORES DE AVALIAÇÃO.

Nas tabelas a seguir foi definido uma numeração para cada ação e proposta (Item), para auxiliar a identificação no Erro! Fonte de referência não encontrada.. Também serão apresentadas todas as ações, o custo total e o diluído ao longo do tempo de vigência do PAI, e as fontes para angariar recursos.

### 31.3 CUSTOS DE EXECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os custos de execução das ações são estimados e podem sofrer variações no ato de implementação. As ações de cuidado, revisão, controle e fiscalização, que são consideradas “AÇÕES ADMINISTRATIVAS” já estão sendo executadas pelo Poder Executivo no decorrer de suas funções cotidianas. Tem algumas ainda, que podem sofrer alterações com valores atribuídos às melhorias que forem cabíveis a cada situação elencada, visando maior agilidade aos procedimentos. São descritos então, como “CUSTOS VARIÁVEIS”<sup>54</sup>.

Também, há situações que precisarão de um estudo mais aprofundado para estipular valores como: a implementação de projetos e planos específicos, por isso estão descritos como “ATRELADO A ELABORAÇÃO DE UM PROJETO ESPECÍFICO”, àqueles que podem ter valores que variam conforme o custo de licitação da ação, a dificuldade de execução da obra, a aquisição de terreno e a mão de obra especializada.

---

<sup>54</sup> O PAI deverá ser atualizado quando as ações com custos variáveis obtiverem estudos específicos de custos.



## 32. INDICADORES DE AVALIAÇÃO (IA)

Os Indicadores de Avaliação (IA) compõem uma ferramenta cuja função é avaliar a execução das ações propostas no PAI, com o objetivo de possibilitar o controle da implementação por parte do Poder Público ou de qualquer interessado. Os IA podem, inclusive, se tornar uma importante ferramenta para estimular a execução das ações propostas, mobilizando a sociedade a exigir do Poder Público o cumprimento das diretrizes e propostas estabelecidas na Revisão do PDM, passando de observadores a agentes ativos.

A definição dos IA teve considerou a capacidade do Poder Público Municipal em intervir direta ou indiretamente sobre cada ação prevista. Por exemplo, para as ações previstas no PAI que se referem à elaboração de projetos específicos, o IA resultante se refere à execução direta destas ações. Para outros indicadores, como incentivos a atividades específicas, cujos resultados aparecem no longo prazo, o IA pode se referir à verificação gradativa destes resultados.

Considerando que este PAI deverá ser reavaliado após o término de sua vigência, em 2024, os IA previstos deverão ser readequados, de forma democrática e participativa, envolvendo os diversos Departamentos da Prefeitura Municipal, considerando o comprometimento das próximas gestões municipais, e possibilitando a participação dos diversos segmentos da sociedade civil através da realização de audiências públicas. Dessa forma, os IA adotados foram:

*Tabela 90 – Indicadores de avaliação*

Código	Indicadores de Avaliação
1	Fiscalização e monitoramento frequente
2	Requisição de estudo específico à Prefeitura Municipal: EIV, PCA, EIA/RIMA etc.
3	Implementação ou elaboração de um plano, estudo ou legislação específica
4	Implementação de campanhas, eventos, projetos, convênios, contrapartidas ou demais ações de incentivo
5	Realização de cursos de capacitação
6	Continuidade ou implementação de serviços, programas ou intervenções
7	Construção, ampliação ou adequação de infraestrutura, edificação ou equipamento
8	Manutenção preventiva de infraestrutura ou edificação

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Os tópicos a seguir apresentam as ações do plano de ação e investimentos, forma de análise e monitoramento e tabelas de projetos e ações propostas nesta revisão do PDM.



### 33. SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário							
1	Promover a fase final de elaboração do Consórcio CODES.	Ação administrativa				Município	3
2	Promover a continuidade da construção da Lagoa Facultativa e da Estação Elevatória de Esgotos – EEE.	R\$ 522.750,00	R\$ 522.750,00			Município / SAAE / Estado	7
3	Implementar a estação compacta de tratamento de esgotos no Distrito Nossa Senhora da Candelária.	R\$ 112.750,00	R\$ 112.750,00			Município / SAAE / Estado	7
4	Promover o atendimento de coleta de esgotos nas regiões que não possuem o serviço, como as áreas situados entre a Vila União, o Jardim Paraíso, Rua Mauricio Antônio Ribeiro, e a Chácara São Carlos.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	4
5	Realizar a fiscalização e exigir a eliminação das fossas rudimentares e lançamentos irregulares de esgotos nos cursos d’água ou outros escoadouros, exigindo a construção de fossas sépticas (nas áreas não atendidas pela ETE) ou a conexão à rede pública de coleta de esgotos (nas áreas atendidas pela ETE).	Ação administrativa				Município	1



6	Avaliar anualmente o PMSB e revisá-lo a cada 4 anos.	R\$ 160.000,00		R\$ 160.000,00		Município / Estado / SEDEST	3
7	Criar condições para que a fixação das tarifas obedeça a critérios econômicos sadios e objetivos sociais justos.	Ação administrativa				Município	1
8	Manter o índice de abastecimento de água em 100% na área urbana e rurais e realizar as ampliações necessárias no sistema.	Ação administrativa				Município / SAAE	1, 7
9	Prever, na Lei de Parcelamento do Solo, que os novos loteamentos sejam entregues contendo a rede de esgotamento já instalada.	Ação administrativa				Município	3
10	Promover a manutenção e monitorar a qualidade da água dos poços artesianos.	R\$ 56.033,27	R\$ 27.333,30	R\$ 28.699,97	R\$ 30.134,96	Município	1
11	Promover cursos de capacitação dos servidores da Prefeitura e da SAAE, com bolsas de estudo integral e gratuito.	R\$ 27.880,00	R\$ 13.600,00	R\$ 14.280,00	R\$ 14.994,00	Município	5
12	Realizar a ampliação do sistema de tratamento e abastecimento de água sempre que houver demanda.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	7
13	Realizar a ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgotos sempre que houver demanda.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	7
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 879.413,27</b>	<b>R\$ 676.433,30</b>	<b>R\$ 202.979,97</b>	<b>R\$ 45.128,96</b>		

**Coleta de Resíduos Sólidos**





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR

14	Realizar a ampliação do sistema para atender a toda a população urbana.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	3
15	Incentivar o sistema de compostagem municipal (Barracão, profissionais e equipamentos).	R\$ 49.200,00	R\$ 24.600,00	R\$ 24.600,00		Município / Estado / SEDEST	4
16	Implantar pontos de coleta de resíduos sólidos, de recicláveis e eletrônicos e divulgar mapeamento dos pontos e áreas atendidas.	R\$ 202.950,00	R\$ 99.000,00	R\$ 103.950,00		Município / Estado / SEMA / IAT	4
17	Realizar estudo para a instalação de lixeiras públicas na área urbana, contemplando ao menos uma por quadra.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	3
18	Implementar pontos de descarte correto de pilhas, baterias, lâmpadas, eletroeletrônicos, pneus, resíduos volumosos, rejeitos animais etc.	R\$ 92.250,00	R\$ 45.000,00	R\$ 47.250,00		Município	4
19	Manter o aterro sanitário em boas condições de funcionamento, respeitando a legislação vigente e adequando-o à demanda.	Ação administrativa				Município	3
20	Fiscalizar a disposição de lixo em vias públicas, lotes vazios e áreas verdes, com aplicação de multa.	Ação administrativa				Município	1
21	Atualizar a Taxa de Coleta de Lixo quando necessário, visando manter a qualidade do serviço, o quadro de funcionários e os veículos.	Ação administrativa				Município	3



22	Realizar palestras nas escolas e incentivar a separação dos resíduos sólidos domiciliares.	Ação administrativa				Município	5
23	Realizar um estudo técnico para a implementação de um novo aterro, com raio de abrangência mínimo de 1500 metros afastado do perímetro urbano.	R\$ 51.250,00		R\$ 51.250,00		Município / Estado / SEDEST	3
24	Fiscalizar periodicamente o aterro existente no Município, especialmente a adequação das valas às especificações do IAP.	Ação administrativa				Município	1
25	Avaliar anualmente o PGIRS e revisá-lo a cada 4 anos.	Ação administrativa				Município	1
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 395.650,00</b>	<b>R\$ 168.600,00</b>	<b>R\$ 227.050,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Total por secretaria</b>		<b>R\$ 1.275.063,27</b>	<b>R\$ 845.033,30</b>	<b>R\$ 430.029,97</b>	<b>R\$ 45.128,96</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020



## 34. SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
INDUSTRIA E COMÉRCIO							
26	Apoiar a implantação descentralizada de estabelecimentos comerciais e de serviços, para o desenvolvimento local.	Ação administrativa				Município	4
27	Buscar formas de financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA.	Ação administrativa				Município / FINISA / FUNASA	6
28	Incentivar a abertura de empresas no Município.	Ação administrativa				Município / SEBRAE	4
29	Incentivar e prover modos para que os comerciantes locais e empreendedores participem de feiras do setor no Estado, para que vislumbrem novas possibilidades.	Ação administrativa				Município	4
30	Implementar decorações natalinas como forma de fomentar o comercio local nessa época.	R\$ 410.000,00		R\$ 410.000,00		Município	4



31	Realizar a FIABAN e outros eventos dentro do recinto do centro de eventos/parque de exposições Lauro Teodoro da Silva.	Ação administrativa				Município	4
32	Promover processo licitatório para a ocupação nos terrenos nos lotes aonde se encontram o antigo escoteiro e ao lado da ZBM.	Ação administrativa				Município	4
33	Promover a manutenção do terreno destinado a instalação de torre de transmissão de TV.	Ação administrativa				Município	7
34	Promover cursos de gestão empreendedora e visitas a municípios que já realizaram tais trabalhos e colhem os frutos.	Ação administrativa				Município	4
35	Incentivar o desenvolvimento do artesanato e da gastronomia local.	Ação administrativa				Município	4
36	Promover melhoria na qualificação profissional da população para formar mão de obra especializada e assegurar maior inovação, produtividade e qualidade.	R\$ 102.500,00	R\$ 50.000,00	R\$ 52.500,00	R\$ 55.125,00	Município / SEBRAE / Estado (Fomento Paraná etc.)	5
37	Investir na construção de barracões de modo a oferecer infraestrutura adequada para a instalação de novas indústrias com o apoio do SEBRAE e EFET.	R\$ 725.075,00	R\$ 230.000,00	R\$ 241.500,00	R\$ 253.575,00	Município / SEBRAE / EFET	7
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 1.237.575,00</b>	<b>R\$ 280.000,00</b>	<b>R\$ 704.000,00</b>	<b>R\$ 308.700,00</b>		



TURISMO							
38	Construir da passarela e portal em frente ao santuário São Miguel do Arcanjo, possibilitando maior visibilidade ao ponto turístico.	R\$ 214.225,00		R\$ 214.225,00		Município / Estado / Ministério do Turismo	7
39	Elaborar o Plano Municipal de Turismo.	R\$ 150.793,53		R\$ 150.793,53		Município / Estado / Ministério do Turismo	3
40	Implantar posto de informações, visando facilitar o acesso da população aos equipamentos e serviços turísticos existentes.	R\$ 24.600,00	R\$ 24.600,00			Município	4
41	Elaborar calendário com as festas tradicionais, típicas, folclóricas e culturais, entre outras atividades periódicas realizadas no Município.	Ação administrativa				Município	4
42	Divulgar periodicamente, nos meios de comunicação e redes sociais, as atividades turísticas no Município.	Ação administrativa				Município	3
43	Dar continuidade às políticas de incentivo ao turismo.	R\$ 139.971,00	R\$ 44.400,00	R\$ 46.620,00	R\$ 48.951,00	Município / Estado / SECC	4
44	Fomentar o turismo rural e o ecoturismo, incentivando seu crescimento e auxiliando os produtores rurais para ampliar este serviço.	R\$ 107.720,93	R\$ 34.170,00	R\$ 35.878,50	R\$ 37.672,43	Município / Estado / EMATUR / PRTUR	4



45	Implantar sinalização turística no Município, tanto na área urbana quanto na área rural, indicando a direção e distância, especificados no catálogo municipal.	R\$ 646.262,50	R\$ 205.000,00	R\$ 215.250,00	R\$ 226.012,50	Município	3
46	Elaborar e distribuir material de divulgação sobre o turismo no Município.	R\$ 15.762,50	R\$ 5.000,00	R\$ 5.250,00	R\$ 5.512,50	Município	4
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 1.299.335,46</b>	<b>R\$ 313.170,00</b>	<b>R\$ 668.017,03</b>	<b>R\$ 318.148,43</b>		
	<b>Total por secretaria</b>	<b>R\$ 2.536.910,46</b>	<b>R\$ 593.170,00</b>	<b>R\$ 1.372.017,03</b>	<b>R\$ 626.848,43</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020



## 35. SECRETARIA DA AGRICULTURA

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
47	Realizar, de forma continuada, investimentos e atividades de incentivo aos pequenos produtores, como: Associação de Desenvolvimento Comunitário Três Águas – ADECOT; Associação de Desenvolvimento Comunitário da Barrinha do Cateto e Região; Associação Comunitária dos Seis Bairros; Associação dos Agropecuaristas do Bairro Tabuleta.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico.				Município / Estado / EMATER	4
48	Possibilitar transporte público às Instituições como, escolas e serviços de saúde, para os residentes da Vila Rural Perobinha e Distrito Nossa Senhora da Candelária.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico.				Município / Estado / EMATER	4
49	Realizar estudo e implementar o Centro de Distribuição e Comercialização de Hortifrutis.	R\$ 563.750,00		R\$ 563.750,00		Município	3





50	Apoiar a implantação de projetos de criação de pequenos animais, para aumentar a renda e incentivar a permanência da população na área rural.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico.				Município	3
51	Priorizar a assistência técnica e a extensão rural para os pequenos produtores.	Ação administrativa				Município	4
52	Estimular a exploração agropecuária por meio de práticas agroecológicas através de ações administrativas, institucionais ou convênios que promovam campanhas, cursos, capacitação e incentivos.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico.				Município	4, 5
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 563.750,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 563.750,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020



## 36. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
53	Elaborar e implantar um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).	R\$ 102.500,00	R\$ 102.500,00			Município	3
54	Tornar a questão habitacional uma prioridade municipal.	Ação Administrativa				Município	4
55	Realizar, em parceria com a COHAPAR, projetos de regularização fundiária em áreas passíveis de regularização (que não se encontrem em APP, faixa de domínio etc.), a exemplo do Conjunto Habitar Brasil.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	3
56	Realizar estudo técnico para definir terreno para implementação de casas populares, dentro dos critérios estabelecidos pelo programa Habitação de Interesse Social.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	4
57	Assegurar que todo cidadão de Bandeirantes tenha direito à moradia.	Ação Administrativa				Município	4



58	Promover programas de assentamento para a população de baixa renda.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	4
59	Priorizar o desenvolvimento urbano integrado e sustentável, incorporando o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade urbana, equipamentos e serviços urbanos e sociais.	Ação Administrativa				Município	1
60	Aprovar projetos de loteamentos e de unidades habitacionais somente se estiverem de acordo com a legislação municipal e garantirem o acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.	Ação Administrativa				Município	1
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 102.500,00</b>	<b>R\$ 102.500,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020



## 37. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
Iluminação Pública							
61	Garantir que todas as vias urbanas, não somente na sede municipal, possuam iluminação pública instalada e em funcionamento.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	7
62	Garantir que todas as propriedades rurais tenham acesso à rede de energia elétrica.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	7
63	Exigir, para a aprovação de novos loteamentos, instalação de iluminação pública do tipo LED.	Ação Administrativa				Município	1
64	Continuar a substituição gradativa das luminárias convencionais por luminárias do tipo LED.	R\$ 903.435,00	R\$ 440.700,00	R\$ 462.735,00		Município / COPEL / SEDU	7
65	Realizar um estudo referente aos tipos de iluminação existentes e realizar sua substituição quando for incompatível ao porte da via.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	3
66	Realizar estudo específico para proporcionar melhorias na iluminação pública existente, inclusive nos bairros mais afastados.	R\$ 149.240,00		R\$ 149.240,00		Município / COPEL / SEDU	3



67	Instalar iluminação rebaixada em locais muito arborizados ou com maior movimentação noturna, priorizando estabelecimentos de Saúde, Educação, Esportes e Lazer a atrações turísticas.	R\$ 138.580,00	R\$ 67.600,00	R\$ 70.980,00		Município / Estado / SEDU	7
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 1.191.255,00</b>	<b>R\$ 508.300,00</b>	<b>R\$ 682.955,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Sistema Viário</b>							
68	Fiscalizar a execução das obras viárias urbanas de forma a garantir o dimensionamento mínimo estabelecido na Lei do Sistema Viário.	Ação Administrativa				Município	1
69	Aprovar novos loteamentos e grandes empreendimentos apenas quando as vias projetadas respeitarem as diretrizes viárias e parâmetros definidos na Lei do Sistema Viário.	Ação Administrativa				Município	1
70	Planejar o sistema viário dos novos loteamentos de forma a dar continuidade às vias existentes.	Ação Administrativa				Município	3
71	Adquirir suprimentos e peças de reposição da Usina de Asfalto para o seu funcionamento.	R\$ 666.250,00		R\$ 666.250,00		Município / DER / DNIT	9
72	Ampliar com uma segunda pista a Avenida Francisco Alves Pereira com a Avenida Bandeirantes.	R\$ 1.560.665,00	R\$ 1.560.665,00			Município / DER / DNIT	3
73	Realizar estudo sobre a implementação de rotatórias entre a Avenida Bandeirantes e Avenida Azarias Vieira de Rezende.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / DER / DNIT	4



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR

74	Realizar estudo sobre os sentidos das vias, na Avenida Bandeirantes e na Rua Eurípedes Rodrigues, e se necessário nas demais vias.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / DER / DNIT	4
75	Contratar empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Bandeirantes.	R\$ 192.700,00	R\$ 94.000,00	R\$ 98.700,00		Município	3
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 2.419.615,00</b>	<b>R\$ 1.654.665,00</b>	<b>R\$ 764.950,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Pavimentação do Sistema Viário</b>							
76	Implementar pavimentação adequada nas ruas que margeiam a BR 369.	R\$ 543.376,28	R\$ 265.061,60	R\$ 278.314,68		Município / Estado / SEDU	6
77	Construir pista de caminhada margeando a Rua Carmelo Comegno.	R\$ 192.823,00		R\$ 192.823,00		Município / Estado / SEDU	6
78	Realizar manutenção permanente de todas as calçadas, conforme Nota Técnica Conjunta nº 01/2018 dos CAOPs de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / DNIT / BID Ministério do Desenvolvimento Regional	4
79	Exigir, para a aprovação de novos loteamentos, a construção de calçadas acessíveis por parte do empreendedor.	Ação Administrativa				Município	7
80	Promover permanentemente a recuperação das vias urbanas, priorizando as rotas do tráfego pesado, principais vias de acesso e itinerários do transporte público coletivo.	Ação Administrativa				Município	7



81	Estimular a pavimentação com revestimentos permeáveis.	Ação Administrativa				Município	7
82	Promover melhorias nos acessos às propriedades rurais por meio da manutenção, adequação e cascalhamento das estradas rurais.	R\$ 2.206.750,00	R\$ 700.000,00	R\$ 735.000,00	R\$ 771.750,00	Município / Estado / SEDU	1
83	Implementar pavimentação adequada em toda a extensão das vias: Avenida Benedito Leite de Negreiros; Rua Cândido Magalhães Trindade; Rua Dino Veiga; Rua Carmelo Comegno; PR-436; Rua Antônio Sartori e Rua Gorobe Odá.	R\$ 10.904.169,64	R\$ 3.458.896,00	R\$ 3.631.840,80	R\$ 3.813.432,84	Município / Estado / SEDU	6
84	Atingir 100% das vias urbanas pavimentadas na Sede Municipal e Distrito da Candelária.	R\$ 815.324,77	R\$ 258.628,00	R\$ 271.559,40	R\$ 285.137,37	Município / Estado / SEDU	7
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 14.662.443,69</b>	<b>R\$ 4.682.585,60</b>	<b>R\$ 5.109.537,88</b>	<b>R\$ 4.870.320,21</b>		
<b>Drenagem</b>							
85	Garantir investimentos para canalizar o córrego Ouro Verde.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Estado / SEDEST	3
86	Exigir que as obras de pavimentação sejam contempladas com sistema de drenagem.	Ação Administrativa				Município	7
87	Exigir, para a aprovação de novos loteamentos, a execução do sistema de drenagem.	Ação Administrativa				Município	7



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR

88	Realizar o escoamento pluvial adequado na região central, eliminando o lançamento de tubos nas calçadas, com aplicação de multa estabelecida no Código de Obras.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	4
89	Realizar fiscalização efetiva sobre o descarte de lixo em vias públicas, áreas de nascentes, córregos municipais e lotes vazios, com aplicação de multa estabelecida no Código de Posturas.	Ação Administrativa				Município	1
90	Eliminar os problemas e atingir 100% do sistema de drenagem urbana nos bairros que ainda não são abrangidos pelo sistema	R\$ 1.710.754,57	R\$ 542.666,00	R\$ 569.799,30	R\$ 598.289,27	Município / SEMA / Banco Fomento Paraná	3
91	Eliminar e fiscalizar as ligações clandestinas de esgotamento sanitário nas redes de drenagem.	R\$ 3.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	Município	3
92	Estimular a implantação e construção de calçadas ecológicas com vista à infiltração de águas pluviais e conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução e manutenção/manutenção.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	4
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 4.710.754,57</b>	<b>R\$ 1.542.666,00</b>	<b>R\$ 1.569.799,30</b>	<b>R\$ 1.598.289,27</b>		
<b>Deslocamento Motorizado Individual, de Cargas e Serviços</b>							
93	Elaborar projetos de intervenções viárias nos pontos de maior conflito, visando otimizar o fluxo e promover a segurança.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Emdur / DER / DNIT	3





94	Adotar medidas que melhorem o fluxo na Av. Edelina Meneghel Rando, visando melhor segurança da via.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / DNIT / BID Ministério do Desenvolvimento Regional	4
95	Restringir o tráfego de veículos pesados na área urbana a vias específicas, propondo ações para a fiscalização do tráfego.	Ação Administrativa				Município	3
96	Regulamentar horários e locais permissíveis para carga e descarga.	Ação Administrativa				Município	3
97	Elaborar projeto específico de sinalização de trânsito, horizontal e vertical, na Sede Municipal.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Emdur / DER / DNIT	3
98	Remover ou, no mínimo, manter bem sinalizadas vertical e horizontalmente as ondulações transversais (quebra-molas), conforme Art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Emdur / DER / DNIT	3
99	Fomentar a divulgação de estudos técnicos, estatísticas, legislação, projetos, operação, fiscalização e administração do trânsito.	Ação Administrativa				Município	4
100	Promover, nas escolas municipais, a adoção de conteúdos curriculares relativos à educação no trânsito, nos termos do CTB.	Ação Administrativa				Município	4
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Deslocamento Não Motorizado</b>							



101	Realizar manutenção permanente de todas as calçadas, visando incentivar as pessoas a realizarem trajetos a pé.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico	R\$ 0,00	R\$ 0,00		Município	3
102	Melhorar a sinalização das faixas de pedestres e rebaixamentos de guias, principalmente com manutenção e pintura.	R\$ 30.750,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.750,00		Município / Estado / SEDU	7
103	Condicionar a liberação do "habite-se" das novas construções à execução de calçadas em acordo ao padrão estabelecido na Lei do Sistema Viário.	Ação Administrativa	R\$ 0,00	R\$ 0,00		Município	1
104	Implantar ciclovias ou ciclofaixas, priorizando as vias elencadas como Rotas Acessíveis, incentivando a utilização da bicicleta como meio de transporte e proporcionando maior segurança aos ciclistas.	R\$ 615.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 315.000,00		Município / Estado / SEDU	7
105	Construir ciclovia ligando a Área industrial Bela Vista até o Santuário São Miguel do Arcaño.	R\$ 59.767,24	R\$ 59.767,24			Município / Estado / SEDU	3
106	Incentivar os polos empregadores a implantar bicicletários e vestiários adequados para os funcionários.	Ação Administrativa				Município	4



107	Adequar as calçadas à NBR-9050/2015, priorizando as vias elencadas como Rotas Acessíveis, excluindo quaisquer tipos de barreiras físicas, conforme Nota Técnica Conjunta nº 01/2018 do CAOP de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, CAOP de Proteção ao Meio Ambiente e CAOP de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná.	R\$ 1.353.000,00	R\$ 451.000,00	R\$ 473.550,00	R\$ 497.227,50	Município / Estado / SEDU	7
108	Promover ações de educação no trânsito, conscientizando a população sobre segurança e respeito aos pedestres e ciclistas.	R\$ 110.700,00		R\$ 54.000,00	R\$ 56.700,00	Município / Emdur / DER / DNIT	4
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 2.169.217,24</b>	<b>R\$ 825.767,24</b>	<b>R\$ 858.300,00</b>	<b>R\$ 553.927,50</b>		
	<b>Total por secretaria</b>	<b>R\$ 25.153.285,50</b>	<b>R\$ 9.213.983,84</b>	<b>R\$ 8.985.542,18</b>	<b>R\$ 7.022.536,98</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020



## 38. SECRETARIA DA SAÚDE

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
109	Promover e garantir a acessibilidade nos equipamentos de Saúde, conforme NBR-9050/2015 para acesso adequado de PCD e PMR.	R\$ 3.046.293,34	R\$ 1.485.996,75	R\$ 1.560.296,59		Município / SESA / Ministério da Saúde	1
110	Elaborar e rever o Plano Municipal de Saúde sempre que necessário.	Ação administrativa				Município / Estado / SESA	4
111	Realizar incentivos junto aos consórcios de saúde existentes no Município.	Ação administrativa				Município	4
112	Realizar parcerias para atendimento da população em conjunto com o CISNOP - Consórcio Intermunicipal do Norte do Paraná.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	4
113	Realizar palestras em conjunto com a Educação para difundir os conhecimentos básicos sobre saúde e higiene bucal.	Ação administrativa				Município	4



114	Realizar palestras com médicos, enfermeiros, dentistas e psicólogos, além de outros profissionais da área da saúde, sobre educação sexual e conscientização de vacinação.	Ação administrativa				Município	4
115	Realizar palestras nas escolas sobre dengue e outras doenças em geral.	Ação administrativa				Município	4
116	Construir uma sala de atendimento de fisioterapia., no Hospital São Lucas.	R\$ 30.750,00	R\$ 30.750,00			Município / Estado / Ministério da Saúde	7
117	Reformar e reestruturar todas as UBS do Município, de forma a ampliar o atendimento.	R\$ 1.992.113,13	R\$ 971.762,50	R\$ 1.020.350,63		Município / Estado / Ministério da Saúde	8
118	Garantir manutenção frequente dos edifícios de saúde.	R\$ 190.035,00	R\$ 92.700,00	R\$ 97.335,00		Município / Estado / Ministério da Saúde	8
119	Desenvolver campanhas nos estabelecimentos de saúde e junto à comunidade, sobre questões diretamente ligadas à saúde pública, tais como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição, etc.), prevenção de câncer, saúde bucal, saúde e higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue e de órgãos, entre outros.	Ação administrativa				Município	4



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR

120	Instalar câmeras de segurança nas edificações da secretaria de saúde, como forma de melhorar a segurança.	R\$ 123.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 63.000,00		Município / Estado / Ministério da Saúde	3
121	Adquirir verba para equipamentos, materiais e medicamentos para todos os setores do atendimento à saúde.	Ação administrativa				Município	4
122	Realizar estudo sobre a viabilidade de contratação de novos profissionais, de forma a atender as necessidades do setor, considerando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade fiscal.	Ação administrativa				Município	4
123	Ampliar a oferta de especialidades médicas nas áreas que apresentarem maior carência.	Ação administrativa				Município	11
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 5.382.191,46</b>	<b>R\$ 2.641.209,25</b>	<b>R\$ 2.740.982,21</b>	<b>R\$ 0,00</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020



## 39. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
Educação							
124	Adequar as instituições que necessitam de reforma por não atenderem as normas de acessibilidade: CMEI Dr. Bezerra de Menezes; CMEI Paulo Meneghel; CMEI Prof. João do Carmo Santiago; CMEI Rotary; CMEI Santa Rita de Cássia; CMEI Tei Matilda.	R\$ 2.706.000,00	R\$ 1.320.000,00	R\$ 1.386.000,00		Município / PDDE / FNDE / SEED	7
125	Realizar os Projetos de Segurança e Combate a Incêndio de todas as escolas municipais e estaduais.	Ação atrelada a projeto específico				Município	4
126	Construir uma nova Escola Municipal Santa Terezinha.	R\$ 635.500,00	R\$ 635.500,00			Município / Estado / SEED	7
127	Realizar a construção de quadra coberta na escola Zulmira de Albuquerque.	R\$ 550.000,00		R\$ 550.000,00		Município	7
128	Implementar câmeras de segurança nas edificações da Secretaria de Educação.	R\$ 82.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 42.000,00		Município	6



129	Realizar a reforma nas instituições por não atenderem à demanda atual, como: EMEF Maria Inês Speer Faria; EMEF Moacyr Castanho; EMEF Rural Felipe de Almeida Campos.	R\$ 1.353.000,00	R\$ 660.000,00	R\$ 693.000,00		Município / Estado / SEED	7
130	Arrecadar recursos para a construção dos centros de educação nos locais: Novo Conjunto Habitacional João Teodoro da Silva e Bairro Maria Bertho Meneghel.	R\$ 901.200,00	R\$ 900.000,00	R\$ 1.200,00		Município / Estado / SEED	4
131	Construir mesas de cimento, em espaço físico existente, para a prática de jogos de tabuleiro de xadrez, dama, trilha, ludo etc.	R\$ 67.200,00	R\$ 67.200,00			Município	7
132	Realizar obras de manutenção periódica que se fizerem necessárias.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	8
133	Realizar recenseamento periódico (a cada 4 anos, por exemplo) da população infantil em idade escolar.	Ação administrativa				Município	3
134	Garantir a qualidade e acessibilidade do transporte escolar aos munícipes.	Ação administrativa				Município	
135	Dar continuidade ao transporte escolar gratuito aos munícipes.	Ação administrativa				Município	
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 6.294.900,00</b>	<b>R\$ 3.622.700,00</b>	<b>R\$ 2.672.200,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		





Cultura							
136	Reformar e ampliar os equipamentos de Cultura para que se tornem totalmente acessíveis, em acordo com a NBR 9050/2015.	R\$ 112.750,00	R\$ 112.750,00			Município / SEEC / Parceria Iniciativa Privada / Ministério da Cidadania	7
137	Realizar a manutenção dos equipamentos de cultura e seus entornos.	Ação administrativa				Município	8
138	Realizar o inventário do patrimônio histórico e bens passíveis de tombamento no Município, sejam eles de natureza material ou imaterial.	R\$ 53.310,46	R\$ 53.310,46			Município / SEEC / Parceria Iniciativa Privada / Ministério da Cidadania	3
139	Organizar o acervo histórico municipal.	Ação administrativa				Município	4
140	Estimular Parcerias Público Privadas para restaurar e requalificar o Hotel Yara.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	4
141	Expandir as iniciativas no setor de atrações culturais do município.	R\$ 48.175,00	R\$ 23.500,00	R\$ 24.675,00	R\$ 25.908,75	Município	4
142	Estimular a formação e difusão cultural, viabilizando melhorias nos eventos já existentes como feiras, apresentações musicais, bailes e circos, atendendo o Código de Posturas.	R\$ 54.530,00	R\$ 26.600,00	R\$ 27.930,00	R\$ 29.326,50	Município / SEED	4



143	Realizar estudo econômico financeiro para a viabilidade ou não de contratação, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, de profissionais que se fizerem necessários para manter a qualidade dos serviços públicos conforme a demanda, incluindo contratações para preencher vagas abertas em razão de aposentadorias ou demissões.	Ação atrelada a projeto específico					Município	3
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 268.765,46</b>	<b>R\$ 216.160,46</b>	<b>R\$ 52.605,00</b>	<b>R\$ 55.235,25</b>			
<b>Esporte e Lazer</b>								
144	Adequar os equipamentos de esporte e lazer quanto à norma de acessibilidade NBR-9050.	R\$ 91.020,00	R\$ 44.400,00	R\$ 46.620,00			Município / BNDES / SEEC	6
145	Adquirir materiais necessários para a prática de esportes como bolas, apitos, redes, placares, cones etc.	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00				Município / BNDES / SEEC	9
146	Construir a cobertura na quadra de areia da Vila Lordani.	R\$ 550.000,00	R\$ 550.000,00				Município / BNDES / SEEC	7
147	Implantar equipamentos esportivos como academias de terceira idade e brinquedos infantis em diversas praças do município.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico					Município	7



148	Proporcionar manutenção e limpeza constante nos campos de futebol, quadras poliesportivas, ginásios, estádio e parquinhos na Sede e Distrito.	Ação administrativa				Município	8
149	Para os novos loteamentos, exigir a implantação de áreas verdes com infraestrutura como bancos, arborização, parque infantil, academia da terceira idade, mesas para jogos etc.	Ação administrativa				Município	3
150	Realizar manutenção periódica do Parque do Povo e Ecológico.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	8
151	Fomentar o uso do Parque do Povo com atividades durante o dia e noite.	Ação administrativa				Município	4
152	Incorporação do antigo terreno da CIRETRAN para o Centro de Eventos/Parque de Exposição Lauro Theodoro da Silva, com a construção de infraestrutura, como o fechamento em alambrado, iluminação pública e vias de acesso.	R\$ 87.535,00	R\$ 87.535,00			Município / Parceria Iniciativa Privada	6
153	Realizar limpeza e manutenção constante nas áreas verdes, visando proporcionar um ambiente mais limpo, seguro e atrativo para a população.	Ação administrativa				Município / Parceria Iniciativa Privada	8



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR

154	Realizar eventos abertos ao público nas áreas verdes e praças com a presença de educadores físicos.	Ação administrativa				Município	4
155	Realizar, em Parceria Público Privada, melhorias e a manutenção constante nas praças de esporte do município.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	
156	Reformar o espaço de lazer que se encontra em frente ao Estádio Comendador Luiz Meneghel, como o campo de bocha, pista de skate e banheiros da praça e, demais obras de manutenção periódicas que se fizerem necessárias.	R\$ 84.050,00	R\$ 41.000,00	R\$ 43.050,00		Município / BNDES / SEEC / Parceria Iniciativa Privada	6
157	Construção do novo Ginásio de Esportes (Arena Multiuso).	R\$ 600.000,00		R\$ 600.000,00		Município / BNDES / SEEC / Parceria Iniciativa Privada	7
158	Realizar competições esportivas promovidas pela CREM, nos principais equipamentos da cidade.	Ação administrativa				Município	4
159	Possibilitar recursos vinculados para a propensão de investimentos na área.	Ação administrativa				Município	4
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 1.462.605,00</b>	<b>R\$ 772.935,00</b>	<b>R\$ 689.670,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Total por secretaria</b>		<b>R\$ 8.026.270,46</b>	<b>R\$ 4.611.795,46</b>	<b>R\$ 3.414.475,00</b>	<b>R\$ 55.235,25</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020



## 40. SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
160	Construir os seguintes equipamentos: Casa de Passagem ou Albergue.	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00			Município / SEDS / FNAS	7
161	Implementar edifício para abrigar o Centro de Referência em Assistência Social (CREAS).	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00			Município / SEDS / FNAS	7
162	Construir edifício para Centro de Convivência de Idosos	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00			Município / SEDS / FNAS	7
163	Implementar edifício para Acolhimento de Adolescentes.	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00			Município / SEDS / FNAS	7
164	Adequar a acessibilidade do edifício que abriga a Sede da Secretaria, com rampa ou elevador.	R\$ 30.750,00		R\$ 30.750,00		Município / SEDS	7
165	Promover e garantir a acessibilidade nos equipamentos de assistência social, conforme NBR-9050/2015, para o acesso adequado de PCD e PMR.	R\$ 59.200,00		R\$ 59.200,00		Município	4



166	Dar continuidade ao Programa de Atenção Integral à Família, Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programa Bolsa Família e Concessão de Benefícios Individuais, entre outros.	Ação administrativa				Município	4
167	Substituir o portão do Departamento de Assistência Social, por modelo com altura e estrutura adequadas.	R\$ 20.500,00		R\$ 20.500,00		Município / SEDS	7
168	Construir um barracão para armazenar doações diversas como móveis, roupas, calçados, utensílios domésticos, brinquedos etc.	R\$ 410.000,00		R\$ 410.000,00		Município / SEDS	7
169	Realizar a atualização periódica do Plano Municipal de Assistência Social, em conjunto com a revisão da LOA Municipal.	Ação administrativa				Município	3
Subtotal		R\$ 1.720.450,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 520.450,00	R\$ 0,00		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020



## 41. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
Preservação Ambiental							
170	Preservar as áreas do Ribeirão Águas das Antas e Córrego Água do Caia, pelo seu valor ambiental e interesse turístico.	Ação administrativa				Município	1
171	Preservar as demais áreas de valor ambiental e de interesse turístico.	Ação atrelada a projeto específico				Município, Estado (IAP, Águas Paraná, ITCG etc.)	4
172	Realizar estudos periodicamente para medir o grau de poluição, incluindo diagnóstico sobre as causas e causadores da poluição, principalmente em bairros prejudicados, como: Bairro Água do Caixão; Sertãozinho; Cateto; Nomura; Água Seca; Yara; Limeira; Sossego; Santa Rita.	Ação atrelada a projeto específico				Município, Estado (IAP, Águas Paraná, ITCG etc.)	3
173	Estabelecer e gerir programas específicos para o controle de fontes de poluição ambiental, incluindo poluição atmosférica.	Ação atrelada a projeto específico				Município, Estado (IAP, Águas Paraná, ITCG etc.)	4



174	Coibir, nas áreas vizinhas à Macrozona Urbana, atividades como cultivo de cana-de-açúcar, suinocultura, aviários, fecularia, curtume de couro, carvoaria e outros empreendimentos que possam agredir e trazer transtornos à paisagem ou à qualidade de vida da população.	Ação administrativa				Município	4
175	Criar sistema de fiscalização, autuação e monitoramento dos agentes poluidores dos solos e cursos d'água na área urbana e rural.	Ação administrativa				Município	3
176	Manutenção e troca de equipamentos que operam na Pedreira Municipal.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico					8
177	Elaborar o Plano de Educação Ambiental de Bandeirantes.	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00			Município / PPP	3
178	Promover e apoiar campanhas de conscientização sobre o recolhimento de embalagens de produtos defensivos agrícolas e agrotóxicos.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	4





179	Aplicar sistema de fiscalização, autuação e monitoramento dos agentes poluidores do solo e cursos d'água nas áreas urbana e rural.	Ação administrativa				Município	3
180	Elaborar e instituir legislação ambiental municipal relacionada ao ambiente natural e modificado para regulamentar e fiscalizar passivos ambientais.	Ação administrativa				Município	3
181	Criar e implantar Sistema de Gestão Ambiental que habilite o Município a exercer plenamente o licenciamento e fiscalização das atividades de impacto ambiental, de acordo com as normas e legislação federal e estadual vigentes.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Estado / IAP / Águas Paraná / ITCG	3
182	Manter preservado o leito dos rios, principalmente no Ribeirão Água das Antas e Córrego Água do Caia.	R\$ 231.137,50	R\$ 112.750,00	R\$ 118.387,50	R\$ 124.306,88	Município / Estado / IAT	1



183	Capacitar os servidores para exercer o licenciamento ambiental de empreendimentos, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade e controle da ocupação, através da exigência de: Plano de Controle Ambiental/ Relatório de Impacto de sobre o meio Ambiente (EIA/RIMA) e Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).	R\$ 73.543,75	R\$ 35.875,00	R\$ 35.875,00	R\$ 37.668,75	Município	5
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 404.681,25</b>	<b>R\$ 248.625,00</b>	<b>R\$ 154.262,50</b>	<b>R\$ 161.975,63</b>		
<b>Arborização Urbana</b>							
184	Contratar empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Arborização Urbana.	R\$ 35.875,00	R\$ 17.500,00	R\$ 18.375,00		Município / PARANACIDADE / EMATER	8
185	Estabelecer um sistema de gestão de arborização, para promover o plantio de mudas de árvores de adequadas na região urbana e rural.	R\$ 153.750,00	R\$ 75.000,00	R\$ 78.750,00		Município	3
186	Estabelecer manejo adequado da arborização urbana.	Ação administrativa				Município	1
187	Elaborar projeto paisagístico para revitalização de praças e canteiros.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	3



188	Promover a recuperação e a revitalização das áreas verdes no meio urbano como praças, jardins e bulevares.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	1
189	Fiscalizar a aplicação de penalidades em casos de podas e remoções não autorizadas, conforme multa estabelecida no Código de Obras.	Ação administrativa				Município	1
190	Estabelecer um sistema de gestão de arborização, para promover o plantio de mudas de árvores de adequadas na região urbana e rural.	R\$ 71.750,00	R\$ 35.000,00	R\$ 36.750,00		Município	3
191	Promover a revitalização do Viveiro Municipal	R\$ 82.000,00	R\$ 82.000,00			Município	7
192	Capacitar os funcionários municipais para realizar podas da arborização urbana de forma adequada	R\$ 11.033,75	R\$ 3.500,00	R\$ 3.675,00	R\$ 3.858,75	Município	5
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 354.408,75</b>	<b>R\$ 213.000,00</b>	<b>R\$ 137.550,00</b>	<b>R\$ 3.858,75</b>		
<b>Total por secretaria</b>		<b>R\$ 759.090,00</b>	<b>R\$ 461.625,00</b>	<b>R\$ 291.812,50</b>	<b>R\$ 165.834,38</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020



## 42. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
Estrutura Organizacional e Física da Administração							
193	Realizar a cobrança sistemática dos tributos municipais, impondo sanções a contribuintes inadimplentes como multas, juros, atualização monetária, inclusão de CPF ou CNPJ no SERASA.	Ação administrativa				Município	6
194	Conscientizar o produtor rural, em parceria com a Divisão de Agricultura, sobre a importância de emitir a Nota Fiscal do Produtor Rural, que pode gerar linhas de crédito e aposentadoria.	Ação administrativa				Município	4
195	Capacitar os funcionários da Secretaria da Fazenda.	R\$ 36.900,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.900,00		Município	5
196	Realizar estudo econômico financeiro, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, para a viabilidade ou não de contratação de profissionais que se fizerem necessários para manter a qualidade dos serviços públicos e preencher vagas abertas em razão de aposentadorias ou demissões.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	10



197	Conscientizar os gestores públicos sobre a importância dos trabalhos da Secretaria da Fazenda.	Ação administrativa				Município	4
198	Promover a participação dos servidores públicos em cursos de capacitação, palestras, feiras e congressos, de forma a possibilitar sua capacitação	R\$ 123.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 63.000,00		Município	5
199	Conservar a transparência da administração pública.	Ação administrativa				Município	1
200	Promover estudo detalhado para embasar a reformulação da estrutura organizacional administrativa.	Ação administrativa				Município	3
201	Instituir novo organograma, após realização do estudo, visando promover maior autonomia nos gastos de cada área, sem onerar excessivamente o Poder Público Municipal.	Ação administrativa				Município	3
202	Junto com a revisão do organograma, revisar também o Plano de Cargos, Carreiras e Salários.	Ação administrativa				Município	3
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 159.900,00</b>	<b>R\$ 78.000,00</b>	<b>R\$ 81.900,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
Sistema de Informações							



203	Revisar e atualizar Código Tributário Municipal de acordo com o Cadastro Técnico Multifinalitário e a Planta Genérica de Valores.	Ação administrativa				Município	3
204	Implementar o Sistema de Informações para o Planejamento Integrado da Gestão Municipal, para garantir que todos as Secretarias, divisões municipais e órgãos atuantes no Município participem de todas as ações administrativas e institucionais, processos decisórios e formulações de estratégias para o desenvolvimento municipal, evitando a duplicidade de projetos e análises.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	3
205	Garantir a atualização das bases de dados municipais e disponibilizá-las às Secretarias Municipais e à população em geral através do Sistema de Informações para o Planejamento Integrado da Gestão Municipal.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	6
206	Capacitar profissionais dos departamentos e divisões municipais na execução do Sistema de Informações Geográficas (SIG), em processo de elaboração, para realização e padronização dos procedimentos administrativos.	R\$ 41.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 21.000,00		Município	5



207	Atualizar a PGV, evitando a defasagem de valores e, consequentemente, tendo um aumento gradativo e justo no IPTU.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	3
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 41.000,00</b>	<b>R\$ 20.000,00</b>	<b>R\$ 21.000,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Gestão Participativa</b>							
208	Organizar debates, palestras e consultas, audiências e conferências públicas para concretizar o Plano Diretor Municipal, de forma a incentivar o processo participativo e iniciativas populares de formulação de projetos de lei.	Ação administrativa				Município	4
209	Realizar audiências públicas quando houver propostas de grandes mudanças no Município, de forma a considerar as opiniões da população.	Ação administrativa				Município	4
210	Incentivar a comunicação entre o legislativo e os diversos segmentos da sociedade, fazendo com que a Câmara legisle cada vez mais em favor do bem-estar e interesse comum.	Ação administrativa				Município	4



211	Incentivar a participação do CONGET para fazer cumprir os objetivos e diretrizes do PDM, bem como a execução das ações elencadas no Plano.	Ação administrativa				Município	4
212	Acompanhar políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do município.	Ação administrativa				Município	6
213	Possibilitar a participação da população na gestão pública através de mídias sociais, de forma organizada e construtiva, de forma a ampliar a participação popular em Bandeirantes.	Ação administrativa				Município	4
214	Incentivar a comunicação entre o legislativo e os diversos segmentos da sociedade.	Ação administrativa				Município	4
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Cemitério</b>							
215	Realizar um estudo de terreno para a implementação de um novo Cemitério Municipal.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	7
216	Os cemitérios devem obedecer à Resolução CONAMA nº 335/2003 e aos critérios do IAP.	Ação administrativa				Município / IAT	1





217	Revitalizar a iluminação interna dos Cemitérios.	R\$ 123.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 63.000,00		Município / Copel / Consórcio / COSIP	3
218	Monitorar, junto aos órgãos ambientais, o solo e os lençóis freáticos próximos aos Cemitérios para detectar contaminações.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / IAT / IAPAR / EMATER	1
219	Monitorar constantemente possíveis focos de insetos transmissores de doenças nos Cemitérios, através da Vigilância Epidemiológica e dos Agentes de Controle de Endemias.	Ação administrativa				Município	1
220	Prover manutenção das vias internas dos Cemitérios e garantir acessibilidade conforme NBR-9050/2015.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município	7
221	Controlar e monitorar a capacidade de atendimento dos Cemitérios de acordo com a demanda do Município.	Ação administrativa				Município	1
	<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 123.000,00</b>	<b>R\$ 60.000,00</b>	<b>R\$ 63.000,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
	<b>Total por secretaria</b>	<b>R\$ 323.900,00</b>	<b>R\$ 158.000,00</b>	<b>R\$ 165.900,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020



## 43. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
Macrozoneamento Municipal							
222	Respeitar as delimitações de cada área do macrozoneamento municipal, visando o desenvolvimento harmônico entre atividades econômicas, de moradia e o meio ambiente.	Ação administrativa				Município	1
223	Exigir o EIV e EIA/RIMA para as indústrias a serem instaladas nas Macrozonas Produção Rural.	Ação administrativa				Município	2
224	Realizar manutenção das atividades rurais com orientação para o manejo adequado.	Ação administrativa				Município	1
225	Proibir o uso de defensivos agrícolas nas áreas de lavoura internas à Macrozona Urbana.	Ação administrativa				Município	1
226	Revisar constantemente, e atualizar quando necessário, o Macrozoneamento Municipal.	Ação administrativa				Município	3



227	Estabelecer critérios para implantação de atividades turísticas e recreativas nas Macrozonas de Produção Rural, de forma a não causarem impactos ambientais e respeitarem o módulo fiscal mínimo.	Ação administrativa				Município	3
228	Controlar o parcelamento do solo na área rural, respeitando o módulo fiscal mínimo.	Ação administrativa				Município	1
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Perímetros Urbanos</b>							
229	Revisar sempre que necessário a ampliação dos perímetros urbanos, prioritariamente em direção às áreas de expansão, harmonizado com características do entorno como solo, relevo, bacias hidrográficas, APP etc.	Ação administrativa				Município	1
230	Buscar que a expansão urbana seja feita sempre em área mais próxima possível às áreas urbanas consolidadas, de forma a otimizar a infraestrutura existente e, conseqüentemente, os recursos municipais.	Ação administrativa				Município	1



231	Verificar, quando houver demanda, a necessidade de criação de novos perímetros urbanos nas localidades do Município que se desenvolverem e tomarem características urbanas.	Ação administrativa				Município	1
232	Priorizar áreas para expansão indicadas pela consultoria, como a área em torno do Santuário São Miguel Arcanjo, junto à Rodovia BR-369.	Ação administrativa				Município	1
233	Quando houver a expansão do perímetro urbano, apenas realizar a cobrança do IPTU após o loteamento das glebas.	Ação administrativa				Município	3
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Macrozoneamento Urbanos</b>							
234	Respeitar as delimitações de cada área do Macrozoneamento Urbano, visando o desenvolvimento urbano harmônico.	Ação administrativa				Município	1
235	Coibir a expansão urbana de cunho residencial em direção às áreas industriais e de preservação ambiental.	Ação administrativa				Município	1



236	Proibir o uso de defensivos agrícolas nas áreas de lavoura internas aos perímetros urbanos (Macrozona Urbana), considerando a proximidade com áreas urbanizadas.	Ação administrativa				Município	1
237	Proibir a instalação de indústrias fora da Macrozona Urbana Industrial, bem como garantir que novas indústrias sejam implantadas após EIV.	Ação administrativa				Município	1
238	Fiscalizar constantemente as áreas da Macrozona Urbana de Preservação Ambiental, provendo a manutenção necessária.	Ação administrativa				Município	1
239	Aplicar, quando necessário, os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano.	Ação administrativa				Município	1,3
240	Permitir parcelamento da Macrozona Urbana de Expansão somente após a Macrozona Urbana em Consolidação já ter sido parcelada em, pelo menos, 70% de sua área total.	Ação administrativa				Município	1
241	Atualizar constantemente o Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal e Distrito da Candelária como subsídio para o Zoneamento Urbano.	Ação administrativa				Município	1



	Subtotal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
Zoneamento Urbano							
242	Dividir o território em zonas, em função de suas características ou potencialidades.	Ação administrativa				Município	3
243	Instituir unidades de conservação além das Áreas de Preservação Permanente.	Ação administrativa				Município	3
244	Assegurar a multiplicidade e a complementariedade de usos.	Ação administrativa				Município	1
245	Estabelecer condições para a localização de atividades, considerando seu porte, a infraestrutura e os impactos na vizinhança, sistema viário e meio ambiente.	Ação administrativa				Município	3
246	Dar tratamento especial às áreas que, por suas características específicas, demandem políticas de intervenção e parâmetros urbanísticos e fiscais diferenciados.	Ação administrativa				Município	3
247	Fiscalizar e orientar as novas construções para que obedeçam ao novo zoneamento proposto.	Ação administrativa				Município	1



248	Garantir que o Zoneamento seja adotado e respeitado para o crescimento urbano ordenado.	Ação administrativa				Município	1
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Instrumentos Urbanísticos</b>							
249	Utilizar os instrumentos de gestão democrática para tomar decisões sobre o desenvolvimento urbano em Bandeirantes.	Ação administrativa				Município	3
250	Aplicar o instrumento da Regularização Fundiária em parcelamentos irregulares passíveis de regularização na Sede Municipal.	Ação administrativa				Município	3
251	Fiscalizar lotes vazios passíveis de aplicação de instrumentos urbanísticos de indução do desenvolvimento e conservá-los limpos.	Ação administrativa				Município	1,3
252	Aplicar em imóveis ociosos internos ao perímetro urbano, prioritariamente na área urbana central, os instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo.	Ação administrativa				Município	3



253	Aplicar o instrumento de Transferência do Direito de Construir para preservar fragmentos de vegetação nativa e Áreas de Preservação Permanente nas áreas urbanas.	Ação administrativa				Município	3
254	Realizar um estudo sobre os lotes passíveis da cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, especialmente quando os proprietários possuem uma segunda propriedade.	Ação administrativa				Município	3
255	Realizar constantemente estudos para identificar as áreas para aplicação dos instrumentos urbanísticos de indução do desenvolvimento.	Ação administrativa				Município	3
256	Adquirir áreas regularizadas, elaborar projetos e executar obras para construir unidades habitacionais com infraestrutura completa para erradicar o déficit habitacional municipal.	Ação administrativa				Município	3
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		
<b>Total por secretaria</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020





## 44. SEGURANÇA PÚBLICA

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso	Indicadores de resultados (*)
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)		
257	Formar uma Equipe Regional de Planejamento para elaboração do Plano de Defesa Civil.	Ação administrativa				Município	3
258	Estruturar a Defesa Civil, através da aquisição de equipamentos necessários para atuar em áreas de risco, em catástrofes naturais, combate e prevenção de epidemias, incêndios e acidentes com cargas perigosas nas rodovias e estradas municipais.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico.				Município	9
259	Assegurar, através de ações administrativas, a manutenção do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).	R\$ 93.275,00		R\$ 45.500,00	R\$ 47.775,00	Município / SNAS / SEDS	4
260	Promover gestões junto ao Governo do Estado, no sentido de obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município, além de operacionalizar e capacitar os policiais.	Ação administrativa				Município	3



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR

261	Terceirizar empresa de vigilância para reforçar a segurança de Bandeirantes, incluindo sistema de monitoramento por câmera e alarmes nos edifícios públicos.	Ação condicionada à elaboração de estudo e/ou projeto específico.				Município	3
<b>Subtotal</b>		<b>R\$ 93.275,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 45.500,00</b>	<b>R\$ 47.775,00</b>		

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.





---

## ETAPA IV – INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL



## 45. INTRODUÇÃO

Toda comunidade precisa de regras adequadas às suas circunstâncias e, ao mesmo tempo, capazes de expressar o destino dos cidadãos. A soberania popular, tornando-se ela mesma a origem do poder, impõe a si uma autoridade na qual se reconhece como sujeito e objeto. Sujeito por ser sua fonte, e objeto por se curvar a seus ditames.

Nesse sentido, a legislação pode ser entendida como o conjunto de regras, gerais ou específicas, de uma comunidade. A efetiva aplicabilidade da legislação no dia a dia resultará no reconhecimento de sua importância. Sendo assim, a legislação urbanística municipal, na qual se incluem a Lei do Plano Diretor Municipal e demais leis que o complementam, são peças jurídicas fundamentais para o desenvolvimento organizado, equilibrado e harmonioso da comunidade.

As propostas para a nova legislação urbanística de Bandeirantes surgiram após amplo debate, onde os interesses envolvidos foram harmonizados dentro de uma leitura técnica e uma leitura comunitária. A Lei do Plano Diretor Municipal e as demais leis urbanísticas que o compõem estão fundamentadas, além de outras, nas seguintes leis e instrumentos:

- Constituição Federal;
- Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001);
- Lei Federal nº 6.766/1979 e suas alterações constantes da Lei Federal nº 9.785/1999 e Lei Federal nº 10.932/2004;
- Decreto Federal nº 5.031/04, que instituiu o Conselho das Cidades (CONCIDADES) e foi modificado pelo Decreto Federal nº 5.790/06;
- Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012);
- Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012);
- Lei da Regularização Fundiária Rural e Urbana (Lei Federal nº 13.465/2017);
- NBR 9.050/2015 da ABNT, que relata a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Constituição do Estado do Paraná;
- Política de Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do Paraná (Decreto Estadual nº 2.581/2004);
- Lei Estadual nº 15.229/2006;
- Agenda 2030;
- Lei Orgânica Municipal;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA) Municipal;
- PL nº 3.057/2000 – Projeto de Lei de Responsabilidade Territorial.



Este documento tem o objetivo de apresentar as Minutas de Anteprojeto de Lei da Revisão do Plano Diretor Municipal de Bandeirantes, sendo elas:

1. Plano Diretor Municipal;
2. Perímetros Urbanos;
3. Parcelamento do Solo;
4. Uso e Ocupação do Solo;
5. Sistema Viário;
6. Código de Obras;
7. Código de Posturas;
8. Outorga Onerosa do Direito de Construir.

Os Anteprojeto de Lei serão analisados pelo Poder Executivo Municipal e equipes designadas, e encaminhados, como Projetos de Lei, à Câmara de Vereadores. Esta, dentro de sua competência, fará a análise final dos projetos e, após a aprovação dos Vereadores, a legislação dará, ao Poder Executivo Municipal, instrumentos legais e eficazes para conduzir o destino do Município de Bandeirantes.

## 46. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 43, DE .... DE JUNHO DE 2020.

**SÚMULA: ALTERA, INSERE E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 024, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011, QUE CRIA O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES.**

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O artigo 2º da Lei Complementar nº 024, de 22 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2º. Este Plano está fundamentado nas determinações dispostas na:*

- I - Constituição Federal;*
- II - Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001);*
- III - Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e alterações posteriores;*
- IV - Decreto Federal nº 5.031, de 2 de abril de 2004, que instituiu o Conselho das Cidades (CONCIDADES), Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006, e alterações posteriores;*
- V - Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012) e alterações posteriores;*
- VI - Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012);*
- VII - Lei da Regularização Fundiária Rural e Urbana (Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017);*
- VIII - PL Federal nº 3.057, de 2000 (Projeto de Lei de Responsabilidade Territorial);*
- IX - NBR 9.050, de 2015, da ABNT, que relata a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;*
- X - Constituição do Estado do Paraná;*





- XI - *Política de Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do Paraná (Decreto Estadual nº 2.581, de 17 de fevereiro de 2004);*
- XII - *Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006;*
- XIII - *Agenda 2030;*
- XIV - *Lei Orgânica Municipal;*
- XV - *Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA) Municipal."*

**Art. 2º** Fica acrescido o artigo 3º-A à Lei Complementar nº 024, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 3º-A. Integram o Plano Diretor do Município, instituído por esta Lei, as seguintes leis:*

- I - Lei dos Perímetros Urbanos;*
- II - Lei do Parcelamento do Solo Urbano;*
- III - Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;*
- IV - Lei do Sistema Viário;*
- V - Código de Obras;*
- VI - Código de Posturas;*
- VII - Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir."*

**Art. 3º** Fica acrescido o artigo 3º-B à Lei Complementar nº 024, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 3º-B. Outras leis poderão vir a integrar o Plano Diretor do Município, desde que cumulativamente:*

- I - mencionem expressamente em seu texto a condição de integrantes do conjunto de leis componentes do Plano;*
- II - tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal;*
- III - definam as ligações existentes e a compatibilidade entre seus dispositivos e o das outras leis já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos das demais leis."*

**Art. 4º** Fica acrescido o artigo 3º-C à Lei Complementar nº 024, de 2011, com a seguinte redação:

*Art. 3º-C. Além desta Lei, é parte integrante do Plano Diretor do Município, o Produto Final do Contrato nº 148/2019-PMB, cujo objeto é a Revisão do PDM de Bandeirantes, que compreende quatro etapas:*

- I - Etapa I – Mobilização;*

- II - Etapa II – Análise Temática Integrada;*
- III - Etapa III – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável;*
- IV - Etapa IV – Plano de Ação e Investimentos (PAI) e Institucionalização do PDM;*
- V - Etapa V – Sistema de Acompanhamento do PDM – WEBGIS-PDM.”*

**Art. 5º** Fica acrescido o artigo 3º-D à Lei Complementar nº 024, de 2011, com a seguinte redação:

*“Art. 3º-D. A política de desenvolvimento municipal deve se pautar pelos seguintes princípios:*

- I - função social da cidade e da propriedade;*
- II - justiça social e redução das desigualdades sociais;*
- III - preservação e recuperação do ambiente natural;*
- IV - sustentabilidade;*
- V - gestão democrática e participativa.”*

**Art. 6º** Ficam acrescidos os incisos XIII a XXI no artigo 20 da Lei Complementar nº 024, de 2011, com a seguinte redação:

*“Art. 20. ...*

- XIII - compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental;*
- XIV - criar um sistema de identificação visual de informações sobre locais de turismo que facilite a identificação dos pontos turísticos;*
- XV - apoiar e promover eventos com potencial turístico;*
- XVI - compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do Município e da região;*
- XVII - oferecer apoio à diversificação da produção agrícola, incluindo fruticultura, hortifrutigranjeiros, floricultura e apicultura;*
- XVIII - incentivar a produção orgânica de alimentos pela agricultura familiar;*
- XIX - apoiar as iniciativas particulares na abertura de estabelecimentos de comércio voltados ao turismo, como restaurantes e pousadas;*
- XX - buscar apoio para construção de barracões destinados à locação por cooperativas ou outras formas de organizações;*
- XXI - incentivar a formalização das empresas municipais.”*

**Art. 7º** Ficam acrescidos os incisos XIII a XVIII no artigo 24 da Lei Complementar nº 024, de 2011, com a seguinte redação:



*"Art. 24. ...*

- XIII - controlar a pulverização de agrotóxicos nas proximidades das áreas urbanas;*
- XIV - monitorar e controlar o uso dos solos urbano e rural, a poluição do ar, água, solo, mananciais e recursos hídricos, conforme Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde ou alterações posteriores;*
- XV - transformar as áreas verdes em Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – passíveis de recebimento do ICMS-Ecológico com elaboração e implantação de Plano de Manejo e concessão de contrapartidas aos proprietários destas áreas;*
- XVI - desenvolver programa de educação ambiental junto às escolas públicas;*
- XVII - desenvolver e apoiar a conservação das Áreas de Preservação Permanente e de Áreas de Reserva Legal;*
- XVIII - incrementar a arborização urbana com espécies adequadas."*

**Art. 8º** Fica acrescido o artigo 24-A da Lei Complementar nº 024, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 24-A. A mobilidade urbana compreende o direito de acesso, a todos os cidadãos, aos espaços públicos em geral, locais de trabalho, equipamentos e serviços sociais, culturais e de lazer através dos meios de transporte coletivos e individuais, motorizados e não motorizados, de forma segura, eficiente, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável."*

**Art. 9º** Ficam acrescidos os incisos IX a XII no artigo 25 da Lei Complementar nº 024, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 25. A mobilidade urbana será orientada pela Lei do Sistema Viário e respectivo Plano de Rotas Acessíveis e pelo Plano de Mobilidade Urbana, devendo observar as seguintes estratégias:*

- I - ...*
- II - ...*
- III - ...*
- IV - ...*
- V - ...*
- VI - ...*
- VII - ...*
- VIII - ...*
- IX - caracterizar e detalhar projetos voltados à formação de uma rede de circulação preferencial aos pedestres;*

- X - *prever a distribuição de atividades e equipamentos de forma a garantir a mínima necessidade de deslocamentos motorizados;*
- XI - *implantar as vias de circulação de acordo com as restrições legais e físico-ambientais, objetivando a preservação e conservação ecológica e paisagística;*
- XII - *promover e consolidar a hierarquização do sistema viário local."*

**Art. 10.** O artigo 32 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 32. Consideram-se macrozonas urbanas, delimitadas no Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal e Anexo II – Mapa do Macrozoneamento Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária, partes integrantes desta lei:*

- I - Macrozona Urbana Consolidada – MUCO;*
- II - Macrozona Urbana em Consolidação – MUEC;*
- III - Macrozona Urbana de Requalificação – MURE;*
- IV - Macrozona Urbana Consolidada Central – MUCC;*
- V - Macrozona Urbana de Expansão – MUEX;*
- VI - Macrozona Urbana Industrial – MUIN;*
- VII - Macrozona Urbana de Proteção Ambiental – MUPA."*

**Art. 11.** A "Seção I – Da Macrozona Residencial Consolidada" do "Capítulo I – Do Macrozoneamento Urbano" do "Título III – Do Reordenamento Territorial" da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada "Seção I – Da Macrozona Urbana Consolidada".

**Art. 12.** O *caput* do artigo 33 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 33. A Macrozona Urbana Consolidada – MUCO, delimitada conforme Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal e Anexo II – Mapa do Macrozoneamento Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária, partes integrantes desta lei, é caracterizada pela:"*

**Art. 13.** O *caput* do artigo 34 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 34. A Macrozona Urbana Consolidada – MUCO tem como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de:"*

**Art. 14.** O artigo 35 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 35. É vedado o uso de agroquímicos na Macrozona Urbana Consolidada – MUCO."*



**Art. 15.** A “Seção II – Da Macrozona Residencial a Densificar” do “Capítulo I – Do Macrozoneamento Urbano” do “Título III – Do Reordenamento Territorial” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada “Seção II – Da Macrozona Urbana em Consolidação”.

**Art. 16.** Ficam acrescidos os incisos III e IV no artigo 36 da Lei Complementar nº 024, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 36. A Macrozona Urbana em Consolidação – MUEC, delimitada conforme Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal e Anexo II – Mapa do Macrozoneamento Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária, partes integrantes desta lei, é caracterizada pela:*

- I - Predominância de loteamentos residenciais com implantação recente, apresentando quantidade significativa de lotes vazios;*
- II - ...*
- III - Promover ações visando à qualificação urbana, tais como arborização, pavimentação viária e atendimento por serviços de varrição pública;*
- IV - Proporcionar qualidade de vida para a população que reside nessas áreas.”*

**Art. 17.** O artigo 38 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 38. É vedado o uso de agroquímicos na Macrozona Urbana em Consolidação – MUEC.”*

**Art. 18.** A “Seção IV – Da Macrozona de Expansão Urbana” do “Capítulo I – Do Macrozoneamento Urbano” do “Título III – Do Reordenamento Territorial” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada “Seção IV – Da Macrozona Urbana de Expansão”.

**Art. 19.** O artigo 41 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 41. A Macrozona Urbana de Expansão – MUEX, delimitada conforme Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal e Anexo II – Mapa do Macrozoneamento Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária, partes integrantes desta lei, corresponde aos vazios urbanos internos aos perímetros urbanos, com prioridade de ocupação em relação às demais áreas do Município.”*

**Art. 20.** O artigo 42 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 42. A delimitação da Macrozona Urbana de Expansão tem como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de:*

- I - ...*
- II - ...*

III - ...

IV - *É vedado o uso de agroquímicos na Macrozona Urbana de Expansão – MUEX.*

**Art. 21.** A “Seção V – Da Macrozona Comercial e de Serviços Consolidada” do “Capítulo I – Do Macrozoneamento Urbano” do “Título III – Do Reordenamento Territorial” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada “Seção V – Da Macrozona Urbana Consolidada Central”.

**Art. 22.** O artigo 46 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 46. A Macrozona Urbana Consolidada Central – MUCC, delimitada conforme Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal, parte integrante desta lei, corresponde à área urbana central da Sede Municipal de Bandeirantes, onde há boa relação entre densidade demográfica e infraestrutura urbana e socioeconômica existentes, com elevada concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços.”*

**Art. 23.** Fica acrescido o inciso V no artigo 47 da Lei Complementar nº 024, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 47. A Macrozona Urbana Consolidada Central – MUCC, tem como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de:*

*I - Otimizar a ocupação do solo, priorizando a instalação de novos empreendimentos em lotes vazios e a continuidade da concentração comercial em áreas de menor impacto sobre o uso residencial situados no quadrilátero central de Bandeirantes;*

*II - ...*

*III - ...*

*IV - ...*

*V - É vedado o uso de agroquímicos na Macrozona Urbana Consolidada Central, bem como atividades agrossilvipastoris.”*

**Art. 24.** A “Seção VIII – Da Macrozona de Revitalização Histórica” do “Capítulo I – Do Macrozoneamento Urbano” do “Título III – Do Reordenamento Territorial” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada “Seção VIII – Da Macrozona Urbana de Requalificação”.

**Art. 25.** O artigo 53 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 53. A Macrozona Urbana de Requalificação – MURE, delimitada conforme Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal, parte integrante desta lei, corresponde ao Centro Histórico, região dotada de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços, com edificações de valor patrimonial e histórico em precárias condições de conservação.”*



**Art. 26.** Fica acrescido o inciso II no artigo 54 da Lei Complementar nº 024, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 54. A Macrozona Urbana de Requalificação – MURE, tem como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de:*

*I - ...*

*II - É vedado o uso de agroquímicos na Macrozona Urbana de Requalificação – MURE, bem como atividades agrossilvipastoris.”*

**Art. 27.** A “Seção IX – Da Macrozona Industrial não Poluitiva” do “Capítulo I – Do Macrozoneamento Urbano” do “Título III – Do Reordenamento Territorial” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada “Seção IX – Da Macrozona Urbana Industrial”.

**Art. 28.** O artigo 55 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 55. A Macrozona Urbana Industrial – MUIN, delimitada conforme Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal, parte integrante desta lei, corresponde às áreas destinadas ao uso industrial e ao uso comercial e de serviços pesados, caracterizada pelas vantagens de logística.”*

**Art. 29.** O artigo 56 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 56. A Macrozona Urbana Industrial – MUIN, delimitada conforme Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal, parte integrante desta lei, tem como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de:*

*I - Estabelecer o uso industrial, de forma a otimizar a ocupação do solo priorizando a instalação de novos empreendimentos ao longo das rodovias BR-369, PR-436 e PR-855;*

*II - ...*

*III - ...*

*IV - ...”*

**Art. 30.** O artigo 57 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 57. É vedado o uso de agroquímicos na Macrozona Urbana Industrial – MUIN.”*

**Art. 31.** A “Seção XIII – Da Macrozona da Faixa de Preservação” do “Capítulo I – Do Macrozoneamento Urbano” do “Título III – Do Reordenamento Territorial” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada “Seção XIII – Da Macrozona Urbana de Proteção Ambiental”.

**Art. 32.** O artigo 66 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 66. A Macrozona Urbana de Proteção Ambiental – MUPA se refere aos fragmentos de vegetação nativa e às Áreas de Preservação Permanente – APP, dos cursos e corpos d’água internos aos perímetros urbanos, seguindo as especificações do Artigo 95 desta Lei.”*

**Art. 33.** O artigo 67 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 67. Em iniciativas de regularização fundiária de áreas consolidadas inseridas nos perímetros urbanos onde hajam ocupações situadas em APP, é obrigatória a elaboração de estudo técnico comprovando que as intervenções de regularização fundiária implicam em melhorias nas condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior, devendo ser adotadas as medidas preconizadas no estudo técnico, bem como realizadas as compensações ambientais necessárias, conforme Lei Federal nº 13.465, de 2017 (Lei da Regularização Fundiária Rural e Urbana), e Lei Federal nº 12.651, de 2012 (Novo Código Florestal), e mediante consulta à Câmara de Vereadores e parecer do CONGET.”*

**Art. 34.** O “Capítulo II – Do Macrozoneamento Rural” do “Título III – Do Reordenamento Territorial” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominado “Capítulo II – Do Macrozoneamento Municipal”.

**Art. 35.** O artigo 72 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 72. Consideram-se macrozonas municipais, delimitadas no Anexo III – Mapa do Macrozoneamento Municipal, parte integrante desta lei:*

- I - Macrozona de Produção Rural Sem Restrições;*
- II - Macrozona de Produção Rural Com Restrição pelo Solo Inapto;*
- III - Macrozona de Produção Rural Com Restrição pelo Excesso Hídrico;*
- IV - Macrozona de Preservação Ambiental;*
- V - Macrozona Urbana;*
- VI - Macrozona das Vilas Rurais.”*

**Art. 36.** A “Seção I – Da Macrozona Agricultável Sem Restrições” do “Capítulo II – Do Macrozoneamento Municipal” do “Título III – Do Reordenamento Territorial” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada “Seção I – Da Macrozona de Produção Rural Sem Restrições”.





**Art. 37.** A “Seção II – Da Macrozona Agriculável Com Restrições pelo Relevo” do “Capítulo II – Do Macrozoneamento Municipal” do “Título III – Do Reordenamento Territorial” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada “Seção II – Da Macrozona de Produção Rural Com Restrição pelo Solo Inapto”.

**Art. 38.** O artigo 75 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 75. A Macrozona de Produção Rural Com Restrição pelo Solo Inapto é caracterizada pela declividade entre 13% e 45%, sendo um relevo suave ondulado a montanhoso com solos rasos e pouco desenvolvidos, onde há risco de erosão e dificuldade para implementar culturas mecanizadas.”*

**Art. 39.** Fica acrescido o inciso IV no artigo 76 da Lei Complementar nº 024, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 76. A delimitação da Macrozona de Produção Rural Com Restrição pelo Solo Inapto tem como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de:*

*I - ...*

*II - ...*

*III - ...*

*IV - Evitar, nessas áreas, o desenvolvimento da pecuária.”*

**Art. 40.** A “Seção III – Da Macrozona Com Restrições pelo Solo Inapto” do “Capítulo II – Do Macrozoneamento Municipal” do “Título III – Do Reordenamento Territorial” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada “Seção III – Da Macrozona de Produção Rural Com Restrição pelo Excesso Hídrico”.

**Art. 41.** O artigo 77 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 75. A Macrozona de Produção Rural Com Restrição pelo Excesso Hídrico é caracterizada pela necessidade de implantação de sistemas de drenagem para atingir condições ideais de armazenamento de água no solo.”*

**Art. 42.** O artigo 78 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 78. A delimitação da Macrozona de Produção Rural Com Restrição pelo Excesso Hídrico tem como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de:*

*I - ...*

*II - ...*

*III - Estimular a produção de culturas com tolerância à maior unidade do solo;*

IV - ...

**Art. 43.** A "Seção IV – Remanescentes Florestais" do "Capítulo II – Do Macrozoneamento Municipal" do "Título III – Do Reordenamento Territorial" da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada "Seção IV – Da Macrozona de Preservação Ambiental".

**Art. 44.** O artigo 79 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 79. A Macrozona de Preservação Ambiental corresponde aos fragmentos de vegetação nativa, em estado secundário ou em recuperação, que devem ser preservadas como reservas legais, Áreas de Preservação Permanente, parques ecológicos ou outras finalidades, de forma a garantir a preservação da biodiversidade, dos recursos e da paisagem natural."*

**Art. 45.** Fica inserida a "Seção V – Da Macrozona com Restrição à Ocupação" ao "Capítulo II – Do Macrozoneamento Municipal" do "Título III – Do Reordenamento Territorial" da Lei Complementar nº 024, de 2011.

**Art. 46.** Fica acrescido o artigo 79-A à "Seção V – Da Macrozona com Restrição à Ocupação" ao "Capítulo II – Do Macrozoneamento Municipal" do "Título III – Do Reordenamento Territorial" da Lei Complementar nº 024, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 79-A. A Macrozona de Restrição à Ocupação corresponde à área inserida no raio de 300m (trezentos metros) ao redor das futuras instalações do Clube de Tiro, com o objetivo de manter a segurança da vizinhança."*

*§1º. As instalações e operação do Clube de Tiro deverão garantir a segurança da população rural já residente na vizinhança."*

*§2º. Na Macrozona de Restrição à Ocupação, fica proibida a instalação de atividades comerciais e/ou residenciais e de equipamentos comunitários, de forma a minimizar possíveis conflitos com as instalações e operação do Clube de Tiro."*

*§3º. As instalações e operação do Clube de Tiro estão sujeitas ao cumprimento da legislação pertinente, em especial as seguintes normativas e suas alterações posteriores:*

*I - Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;*

*II - Decreto Federal nº 10.030, de 30 de setembro de 2019;*

*III - Decreto Federal nº 9.847, de 25 de junho de 2019;*

*IV - Decreto Federal nº 9.846, de 25 de junho de 2019;*

*V - Decreto Federal nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018;*

*VI - Portaria nº 28 do COLOG, de 14 de março de 2017;*

*VII - Portaria nº 51 do COLOG, de 8 de setembro de 2015;*



- VIII - Portaria nº 3.233 da DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012;
- IX - Portaria nº 1.670 da DG/DPF, de 20 de outubro de 2010;
- X - Portaria nº 5 do DLOG, de 16 de julho de 2008;
- XI - Regulamento Técnico para todas as Disciplinas de Tiro, da International Shooting Sport Federation (ISSF), traduzido pela Confederação Brasileira de Tiro Esportivo."

**Art. 47.** O artigo 85 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 85. As Zonas Especiais de Interesse Social são porções do território destinadas prioritariamente à urbanização e produção de Habitação de Interesse Social."*

**Art. 48.** O inciso I do artigo 90 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 90. ...*

- I - Rodovias BR-369, PR-436, PR-519 e PR-855."*

**Art. 49.** O artigo 94 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 94. Os critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo ao longo dos Eixos Rodoviários correspondem aos critérios e parâmetros urbanísticos estabelecidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona na qual se situam, observadas as determinações dos órgãos competentes da União ou do Estado por eles responsáveis."*

**Art. 50.** O artigo 95 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 95. De acordo com a Lei Federal nº 12.651, de 2012 (Novo Código Florestal), as Áreas de Preservação Permanente – APP, devem ter, no mínimo, 30m (trinta metros) de largura em cada margem dos cursos d'água com até 10m (dez metros) de largura e 50m (cinquenta metros) de raio ao redor de nascentes e olhos d'água."*

**Art. 51.** O artigo 96 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 96. Para os casos de ocupações irregulares consolidadas em APP, poderá ser aplicado o dispositivo previsto no Artigo 67 desta Lei."*

**Art. 52.** O artigo 101 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 101. Todos os usos e atividades poderão se instalar no território municipal, desde que obedeçam às condições estabelecidas nesta Lei, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, no Código de Obras e demais normativas pertinentes."*

**Art. 53.** Ficam revogados os incisos I e II do artigo 101 da Lei Complementar nº 024, de 2011.

**Art. 54.** O artigo 104 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 104. Os usos e atividades serão enquadrados nos níveis de incomodidade estabelecidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.”*

**Art. 55.** Ficam revogados os incisos I, II, III e IV e o parágrafo único do artigo 104 da Lei Complementar nº 024, de 2011.

**Art. 56.** O artigo 107 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 107. A localização dos usos e atividades incômodos deverão obedecer às determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo.”*

**Art. 57.** O artigo 113 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 113. A aprovação e instalação dos empreendimentos previstos no Art. 110 e Art. 111 desta Lei estão condicionados a parecer favorável da Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, e à aprovação, pelo Poder Executivo Municipal, do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV.”*

**Art. 58.** O artigo 116 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 116. As Zonas de Comércio e Serviços serão definidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo.”*

**Art. 59.** Ficam revogados os parágrafos 1º e 2º do artigo 116 da Lei Complementar nº 024, de 2011.

**Art. 60.** O artigo 129 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 129. O Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios poderão ser aplicados nas seguintes macrozonas urbanas:*

*I - Macrozona Urbana Consolidada Central – MUCC;*

*II - Macrozona Urbana de Requalificação – MURE;*

*III - Macrozona Urbana Consolidada – MUCO;*

*IV - Macrozona Urbana em Consolidação – MUEC;*

*V - Macrozona Urbana de Expansão – MUEX;*

*VI - Macrozona Urbana Industrial – MUIN.*



§1º. ...

§2º. ...

I - ...

a) ...

b) ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...”

**Art. 61.** O artigo 133 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 133. ...

I - *Macrozona Urbana Consolidada Central – MUCC;*

II - *Macrozona Urbana de Requalificação – MURE;*

III - *Macrozona Urbana Consolidada – MUCO;*

IV - *Macrozona Urbana em Consolidação – MUEC;*

V - *Macrozona Urbana Industrial – MUIN.”*

**Art. 62.** O artigo 137 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 137. ...

I - *Macrozona Urbana Consolidada Central – MUCC;*

II - *Macrozona Urbana de Requalificação – MURE;*

III - *Macrozona Urbana Consolidada – MUCO;*

IV - *Macrozona Urbana em Consolidação – MUEC;*

V - *Macrozona Urbana de Expansão – MUEX;*

VI - *Macrozona Urbana Industrial – MUIN.*

§1º. ...

I - ...

II - ...

§2º. ...

§3º ...

§4º ...

§5º ...”

**Art. 63.** O artigo 142 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 142. ...*

*I - Macrozona Urbana Consolidada Central – MUCC;*

*II - Macrozona Urbana de Requalificação – MURE;*

*III - Macrozona Urbana Consolidada – MUCC;*

*IV - Macrozona Urbana em Consolidação – MUEC;*

*V - Macrozona Urbana de Expansão – MUEX;*

*VI - Macrozona Urbana Industrial – MUIN.”*

**Art. 64.** O parágrafo único do artigo 158 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 158. ...*

*Parágrafo único. O proprietário de imóvel enquadrado conforme Art. 155 que transferir potencial construtivo, assumirá a obrigação de manter o mesmo preservado e conservado, mediante projeto e cronograma aprovado por órgão competente do poder público municipal.”*

**Art. 65.** O inciso I do artigo 180 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 180. ...*

*I - Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET;”*

**Art. 66.** Fica acrescido o inciso V ao artigo 180 da Lei Complementar nº 024, de 2011, com a seguinte redação:

*“Art. 180. ...*

*V - Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos.”*

**Art. 67.** A “Seção I – Do Conselho de Desenvolvimento Urbano” do “Capítulo I – Do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal” do “Título V – Do Planejamento e Gestão Municipal” da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a ser denominada “Seção I – Do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET”.

**Art. 68.** O artigo 181 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:



*“Art. 181. Fica criado o Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, órgão consultivo e deliberativo em matéria de gestão de políticas públicas territoriais, urbanas ou rurais.”*

**Art. 69.** O artigo 182 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 182. O Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, deverá ser criado legalmente 30 (trinta) dias após a aprovação da Lei do Plano Diretor do Município de Bandeirantes, pela Câmara Municipal.”*

**Art. 70.** O artigo 183 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 183. O Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, será paritário, composto por 14 membros titulares e seus suplentes, formado necessariamente por:*

- I - 5 (cinco) representantes da Prefeitura do Município de Bandeirantes, assim distribuídos:*
  - a) 1 (um) representante do Setor de Planejamento e Gestão Territorial;*
  - b) 1 (um) representante do SAAE;*
  - c) 3 (três) representantes do poder executivo municipal, das áreas relacionadas ao desenvolvimento urbano, sistema viário, transporte público, meio ambiente e habitação;*
- II - 1 (um) representante do poder legislativo municipal;*
- III - 8 (oito) representantes da sociedade civil, assim distribuídos:*
  - a) 1 (um) membro de Conselhos Municipais distintos, sendo representante da sociedade civil no conselho do qual faz parte;*
  - b) 1 (um) representante da Associação Comercial;*
  - c) 1 (um) representante de entidades de ensino superior;*
  - d) 1 (um) membro de organizações da sociedade civil, não contempladas nas alíneas acima;*
  - e) 1 representante do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);*
  - f) 1 representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Bandeirantes;*
  - g) 1 representante do curso de arquitetura e urbanismo da UNOPAR;*
  - h) 1 representante do Distrito de Candelária.”*

**Art. 71.** O artigo 184 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 184. As deliberações do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET serão feitas por dois terços dos presentes.”*

**Art. 72.** O *caput* do artigo 185 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 185. Para a escolha dos representantes do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:”*

**Art. 73.** Fica inserida a “Seção V – Da Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos” ao “Capítulo I – Do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal” do “Título V – Do Planejamento e Gestão Municipal” da Lei Complementar nº 024, de 2011.

**Art. 74.** Fica acrescido o artigo 203-A à “Seção V – Da Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos” do “Capítulo I – Do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal” do “Título V – Do Planejamento e Gestão Municipal” da Lei Complementar nº 024, de 2011, com a seguinte redação:

*“Art. 203-A. Será instituída, por meio de Decreto Municipal, a Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos, órgão de natureza consultiva e de julgamento, com a finalidade de proceder a análise, deliberação e aprovação dos projetos de:*

*IV - parcelamentos de solo para fins urbanos;*

*V - regularização fundiária de parcelamentos e imóveis urbanos;*

*VI - obras de grande porte e/ou atividades consideradas incômodas, nocivas ou perigosas, as quais, por seu porte ou natureza, geram tráfego de veículos, exijam confinamento em áreas próprias e cuja adequação à vizinhança demanda análise individual;*

*VII - equipamentos de suporte às atividades de recreação localizadas na Zona de Preservação Ambiental estabelecida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.*

*Parágrafo único. A Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos será vinculada à Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano e deverá ser composta por:*

*I - Secretário Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano;*

*II - técnico da Secretaria Municipal de Planejamento;*

*III - técnico da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano;*

*IV - técnico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;*

*V - técnico da Secretaria Municipal de Política Habitacional;*





VI - *técnico do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bandeirantes – SAAE.*”

**Art. 75.** O artigo 205 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 205. O Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, será responsável pela operacionalização deste processo.”*

**Art. 76.** O artigo 206 da Lei Complementar nº 024, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 206. As Secretarias Municipais, de acordo com as diretrizes definidas nesta Lei, deverão executar avaliações setoriais que serão encaminhadas ao Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET.”*

**Art. 77.** Ficam revogados o Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano, Anexo II – Mapa do Macrozoneamento Municipal e Anexo III – Glossário, partes integrantes da Lei Complementar nº 024, de 2011.

**Art. 78.** Ficam adicionados à Lei Complementar nº 024, de 2011, os seguintes anexos, partes integrantes desta Lei:

- I -** Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal;
- II -** Anexo II – Mapa do Macrozoneamento Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária;
- III -** Anexo III – Mapa do Macrozoneamento Municipal;
- IV -** Anexo IV – Áreas Sujeitas à Aplicação dos Instrumentos Urbanísticos;
- V -** Anexo V – Glossário.

**Art. 79.** Ficam revogados os artigos 39, 40, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70 e 71 da Lei Complementar nº 024, de 2011.

**Art. 80.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes  
aos ..... de ..... de 2020.

Lino Martins  
Prefeito Municipal



## ANEXO I – MAPA DO MACROZONEAMENTO URBANO DA SEDE MUNICIPAL





## ANEXO II – MAPA DO MACROZONEAMENTO URBANO DO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA





## ANEXO III – MAPA DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL





## ANEXO IV – MAPA DAS ÁREAS SUJEITAS À APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS





## ANEXO V – GLOSSÁRIO

**ACESSIBILIDADE:** acesso amplo e democrático ao espaço urbano de forma efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável, através da priorização dos modos de transporte coletivo e não motorizados, pedestres, ciclistas, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

**AGRICULTURA FAMILIAR:** agricultura cujos estabelecimentos se enquadram simultaneamente em três condições fundamentais:

- direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelo produtor;
- trabalho familiar é superior ao trabalho contratado;
- estabelecimentos com área máxima inferior a 15 vezes o módulo fiscal médio regional.

**AGROECOLOGIA:** abordagem da agricultura que integra diversos aspectos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos, na avaliação dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade, tendo como princípio básico o uso racional dos recursos naturais;

**AGROQUÍMICOS:** adubos químicos e agrotóxicos em geral, incluindo herbicidas, fungicidas, acaricidas e outros;

**AGROSSILVIPASTORIL:** relativo à agricultura, silvicultura, pecuária, apicultura e aquicultura;

**ARBORIZAÇÃO URBANA:** referente à arborização em área pública, urbana ou rural e viveiro municipal;

**ÁREA CONSTRUÍDA:** soma da área coberta de todos os pavimentos de uma edificação, excetuando-se as áreas definidas em lei específica referente a obras e edificações;

**ÁREA NÃO EDIFICÁVEL:** compreende área dos terrenos onde não é permitida qualquer edificação;

**ÁREA TOTAL DO EMPREENDIMENTO:** área abrangida pelo loteamento ou desmembramento, com limites definidos por documento público do registro de imóveis;

**BENS SOCIOAMBIENTAIS:** conjunto do patrimônio histórico e artístico, arquitetônico, cultural, ambiental, natural, paisagístico, arqueológico, material e imaterial, edificação, local de interesse para preservação, bem cultural, centro histórico e monumento;

**CADEIAS PRODUTIVAS COMPLEXAS:** sistema que envolve processos produtivos em constante modernização e otimização, incluindo as várias etapas até o consumidor final;

**COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO:** relação entre a área edificada, excluída a área não computável, e a área do lote;



**COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO:** relação entre a área edificada, excluída a área não computável, e a área do lote, outorgado gratuitamente;

**COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO:** relação entre a área edificada, excluída a área não computável, e a área do lote, outorgado onerosamente ou gratuitamente como incentivo, definido de acordo com a capacidade de suporte e impactos decorrentes do adensamento construtivo e populacional;

**COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÍNIMO:** relação entre a área edificada, excluída a área não computável, e a área do lote, abaixo do qual será considerado subutilizado;

**CONVIVÊNCIA CIDADÃ:** modo de vida fundamentado na cooperação e no respeito às diferenças econômicas, políticas, sociais e culturais com vistas a integração e inclusão social;

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:** conjunto de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, cooperação mútua e autogestão comunitária;

**EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA:** conjunto de ações pedagógicas articuladas para inclusão e desenvolvimento dos indivíduos e grupos nas estruturas política, econômica, social e cultural, para conservação do patrimônio público, bem como para compreensão, preservação e recuperação do patrimônio histórico, cultural e natural;

**ESTRUTURA URBANA:** conceito que engloba o conjunto da infraestrutura urbana, desenho urbano, serviços e equipamentos públicos;

**ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV):** estudo técnico que deve ser executado de forma a analisar os efeitos positivos e negativos de um empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente nas proximidades, devendo observar, no mínimo, questões de adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, geração de tráfego, demanda por transporte público, ventilação, iluminação, paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;

**FRAÇÃO MÉDIA:** fração ou parcela pela qual a área total do terreno deve ser dividida, com vistas a obter o número máximo de unidades ou frações ideais permitidas para o condomínio;

**FRAÇÃO MÍNIMA:** área mínima permitida para cada fração ideal em condomínio;

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS):** empreendimento habitacional destinado à população com renda familiar mensal limitada a 6 (seis) salários mínimos;

**IMÓVEIS URBANOS CONTÍGUOS:** imóveis limítrofes com outros imóveis urbanos separados por uma ou mais divisas;

**IMPACTO URBANÍSTICO:** impacto físico funcional na paisagem urbana, no meio socioeconômico e cultural, causado por um empreendimento ou intervenção urbana;

**INCOMODIDADE:** relativo a incômodo;

**INCÔMODO:** potencialidade ou efeito gerado pela atividade incompatível com o bem-estar coletivo e os padrões definidos para uma determinada área;

**LOGÍSTICA:** parte do gerenciamento da cadeia produtiva que planeja, implementa e controla o fluxo e armazenamento eficiente e econômico de matérias-primas, materiais semiacabados e produtos acabados, bem como as informações a eles relativas;

**LOGRADOUROS PÚBLICOS:** são os espaços de propriedade pública e de uso comum e/ou especial da população destinados a vias de circulação e espaços livres;

**LOTE:** parcela de terra delimitada, resultante de loteamento ou desmembramento, inscrita no Cartório de Registro de Imóveis, com pelo menos uma divisa lindeira à via pública, servida de infraestrutura básica, cujas dimensões devem atender aos índices urbanísticos definidos pela Lei do Plano Diretor Municipal e Lei de Uso e Ocupação do Solo, na zona em que se situa;

**PARCELAMENTO DO SOLO:** subdivisão de gleba sob forma de loteamento, desdobro ou desmembramento para fins urbanos;

**PAVIMENTO:** espaço construído em uma edificação, compreendido entre dois pisos sobrepostos ou entre o piso e o teto;

**POLO GERADOR DE TRÁFEGO:** uso ou atividade que, para seu funcionamento, gere interferências no tráfego do entorno, impondo necessidades de área para estacionamento, embarque e desembarque de passageiros e carga e descarga de mercadorias;

**POTENCIAL CONSTRUTIVO:** produto resultante da multiplicação de sua área pelo Coeficiente de Aproveitamento;

**RECUO OU AFASTAMENTO:** distância mínima que deve ser observada entre as edificações e as divisas do lote, constituindo-se em recuo ou afastamento frontal, lateral e de fundos;

**RESIDÊNCIA MULTIFAMILIAR:** edificação destinada a mais de uma unidade habitacional;

**RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR:** edificação destinada à habitação para uma única família;

**SISTEMA VIÁRIO:** áreas utilizadas para vias públicas de circulação de pedestres e tráfego, parada ou estacionamento de veículos;

**SOLO:** espaço terrestre, subterrâneo e aéreo, abrangendo qualquer elemento natural ou construído, visíveis da área pública e passíveis de exploração econômica;



TAXA DE OCUPAÇÃO: relação percentual entre a área da projeção horizontal da edificação e a área do lote;

TAXA DE PERMEABILIDADE: relação percentual entre a parcela permeável, que permita infiltração de água no solo, livre de qualquer edificação, e a área do lote;

TESTADA: dimensão da face do lote voltada para o logradouro;

UNIDADES OU FRAÇÕES DE FRENTE: fração ideal em condomínio voltadas para a via pública;

VAZIOS URBANOS: terrenos em perímetro urbano não edificadas e/ou não utilizados adequadamente em relação aos usos e atividades urbanas.

## 47. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DOS PERÍMETROS URBANOS

LEI COMPLEMENTAR Nº 44, DE .... DE JUNHO DE 2020.

**SÚMULA: ALTERA OS PERÍMETROS URBANOS DO  
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES.**

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

### CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES

**Art. 1º** O território municipal é dividido em áreas urbanas e área rural, para fins urbanísticos e tributários.

**§1º** As áreas urbanas do Município de Bandeirantes, para efeito desta lei, são compostas pelos perímetros urbanos:

- I -** da Sede Municipal;
- II -** do Distrito de Nossa Senhora da Candelária.

**§2º** A área rural é constituída pelo restante do território do Município.

**Art. 2º** A representação dos perímetros urbanos e os cálculos analíticos de área constam dos seguintes anexos, partes integrantes desta Lei:

- I -** Anexo I: Mapa do perímetro urbano da Sede Municipal;
- II -** Anexo II: Descrição e cálculo analítico de área, azimutes, lados e coordenadas geográficas do perímetro urbano da Sede Municipal;
- III -** Anexo III: Mapa do perímetro urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária;
- IV -** Anexo IV: Descrição e cálculo analítico de área, azimutes, lados e coordenadas geográficas do perímetro urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária.

**Art. 3º** A expansão dos perímetros urbanos indicados nos anexos I a IV, partes integrantes desta Lei, condiciona-se à efetiva ocupação de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das áreas urbanas.



**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 25/2011 e a Lei Complementar nº 62/2015.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes

aos ..... de ..... de 2020.

Lino Martins

Prefeito Municipal



---

## ANEXO I – MAPA DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE MUNICIPAL





## ANEXO II – DESCRIÇÃO E CÁLCULO ANALÍTICO DE ÁREA, AZIMUTES, LADOS E COORDENADAS GEOGRÁFICAS DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE MUNICIPAL

Área: 17.835.749,11m<sup>2</sup> ou 1.783,5749ha

Perímetro: 26.968,11m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0, definido pelas coordenadas E: 562.658,188m e N: 7.447.250,000m com azimute 101° 58' 58,49" e distância de 31,31m até o vértice 1, definido pelas coordenadas E: 562.688,813m e N: 7.447.243,500m com azimute 27° 47' 04,88" e distância de 44,65m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 562.709,625m e N: 7.447.283,000m com azimute 54° 30' 23,50" e distância de 291,93m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 562.947,313m e N: 7.447.452,500m com azimute 115° 37' 41,13" e distância de 199,99m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 563.127,625m e N: 7.447.366,000m com azimute 190° 42' 45,23" e distância de 170,47m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 563.095,938m e N: 7.447.198,500m com azimute 173° 24' 48,77" e distância de 303,50m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 563.130,750m e N: 7.446.897,000m com azimute 73° 40' 46,74" e distância de 309,60m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 563.427,875m e N: 7.446.984,000m com azimute 161° 54' 49,19" e distância de 240,38m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 563.502,500m e N: 7.446.755,500m com azimute 122° 47' 12,52" e distância de 120,96m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 563.604,188m e N: 7.446.690,000m com azimute 33° 05' 29,40" e distância de 506,09m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 563.880,500m e N: 7.447.114,000m com azimute 135° 28' 45,54" e distância de 158,49m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 563.991,625m e N: 7.447.001,000m com azimute 144° 08' 32,92" e distância de 308,46m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 564.172,313m e N: 7.446.751,000m com azimute 198° 46' 32,28" e distância de 56,51m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 564.154,125m e N: 7.446.697,500m com azimute 74° 32' 17,79" e distância de 144,41m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 564.293,313m e N: 7.446.736,000m com azimute 169° 40' 33,05" e distância de 232,26m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 564.334,938m e N: 7.446.507,500m com azimute 167° 36' 44,99" e distância de 252,89m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 564.389,188m e N: 7.446.260,500m com azimute 99° 43' 43,06" e distância de 192,33m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 564.578,750m e N: 7.446.228,000m com azimute 195° 41' 24,72" e distância de 186,97m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 564.528,188m e N: 7.446.048,000m com azimute 103° 08' 46,46" e distância de 608,96m até o vértice 19, definido pelas coordenadas E: 565.121,188m e N: 7.445.909,500m com azimute 123° 57' 25,84" e distância de 96,67m até o vértice 20, definido pelas coordenadas E: 565.201,375m e N: 7.445.855,500m com azimute 157° 37' 33,87" e distância de 156,80m até o vértice 21, definido pelas coordenadas E: 565.261,063m e N: 7.445.710,500m com azimute 132° 08' 13,15" e distância



de 207,93m até o vértice 22, definido pelas coordenadas E: 565.415,250m e N: 7.445.571,000m com azimuth 94° 45' 49,11" e distância de 102,35m até o vértice 23, definido pelas coordenadas E: 565.517,250m e N: 7.445.562,500m com azimuth 203° 37' 45,76" e distância de 75,31m até o vértice 24, definido pelas coordenadas E: 565.487,063m e N: 7.445.493,500m com azimuth 178° 32' 54,81" e distância de 296,10m até o vértice 25, definido pelas coordenadas E: 565.494,563m e N: 7.445.197,500m com azimuth 263° 57' 21,27" e distância de 170,95m até o vértice 26, definido pelas coordenadas E: 565.324,563m e N: 7.445.179,500m com azimuth 167° 21' 35,00" e distância de 296,18m até o vértice 27, definido pelas coordenadas E: 565.389,375m e N: 7.444.890,500m com azimuth 128° 38' 10,80" e distância de 95,30m até o vértice 28, definido pelas coordenadas E: 565.463,813m e N: 7.444.831,000m com azimuth 150° 30' 55,99" e distância de 110,86m até o vértice 29, definido pelas coordenadas E: 565.518,375m e N: 7.444.734,500m com azimuth 58° 47' 58,15" e distância de 207,52m até o vértice 30, definido pelas coordenadas E: 565.695,875m e N: 7.444.842,000m com azimuth 77° 24' 48,20" e distância de 188,15m até o vértice 31, definido pelas coordenadas E: 565.879,500m e N: 7.444.883,000m com azimuth 96° 22' 25,90" e distância de 599,02m até o vértice 32, definido pelas coordenadas E: 566.474,813m e N: 7.444.816,500m com azimuth 173° 48' 12,55" e distância de 401,85m até o vértice 33, definido pelas coordenadas E: 566.518,188m e N: 7.444.417,000m com azimuth 190° 51' 29,23" e distância de 1.608,80m até o vértice 34, definido pelas coordenadas E: 566.215,125m e N: 7.442.837,000m com azimuth 239° 13' 37,62" e distância de 2.277,99m até o vértice 35, definido pelas coordenadas E: 564.257,875m e N: 7.441.671,500m com azimuth 148° 40' 16,71" e distância de 148,09m até o vértice 36, definido pelas coordenadas E: 564.334,875m e N: 7.441.545,000m com azimuth 237° 35' 30,56" e distância de 278,95m até o vértice 37, definido pelas coordenadas E: 564.099,375m e N: 7.441.395,500m com azimuth 329° 35' 35,43" e distância de 157,69m até o vértice 38, definido pelas coordenadas E: 564.019,563m e N: 7.441.531,500m com azimuth 236° 11' 54,59" e distância de 320,86m até o vértice 39, definido pelas coordenadas E: 563.752,938m e N: 7.441.353,000m com azimuth 10° 35' 11,86" e distância de 426,26m até o vértice 40, definido pelas coordenadas E: 563.831,250m e N: 7.441.772,000m com azimuth 327° 06' 31,77" e distância de 113,14m até o vértice 41, definido pelas coordenadas E: 563.769,813m e N: 7.441.867,000m com azimuth 240° 03' 03,74" e distância de 226,35m até o vértice 42, definido pelas coordenadas E: 563.573,688m e N: 7.441.754,000m com azimuth 247° 45' 25,13" e distância de 75,29m até o vértice 43, definido pelas coordenadas E: 563.504,000m e N: 7.441.725,500m com azimuth 329° 07' 14,60" e distância de 167,20m até o vértice 44, definido pelas coordenadas E: 563.418,188m e N: 7.441.869,000m com azimuth 64° 11' 10,58" e distância de 400,74m até o vértice 45, definido pelas coordenadas E: 563.778,938m e N: 7.442.043,500m com azimuth 43° 39' 06,14" e distância de 73,25m até o vértice 46, definido pelas coordenadas E: 563.829,500m e N: 7.442.096,500m e segue à jusante pelo córrego Água Boa até o vértice 47, definido pelas coordenadas E: 563.604,875m e N: 7.442.513,000m com azimuth 275° 05' 54,21" e distância de 33,76m até o vértice 48, definido pelas coordenadas E: 563.571,250m e N: 7.442.516,000m com azimuth 192° 19' 39,43" e distância de 305,03m até o vértice 49, definido pelas coordenadas E: 563.506,125m e N: 7.442.218,000m e segue à montante pelo Ribeirão das Antas até o vértice 50, definido pelas coordenadas E: 562.987,938m e N: 7.441.552,500m com azimuth 285° 26' 51,09" e distância de 112,63m até o vértice 51, definido pelas coordenadas E:

562.879,375m e N: 7.441.582,500m com azimute  $304^{\circ} 35' 04,19''$  e distância de 208,77m até o vértice 52, definido pelas coordenadas E: 562.707,500m e N: 7.441.701,000m com azimute  $234^{\circ} 36' 47,85''$  e distância de 85,48m até o vértice 53, definido pelas coordenadas E: 562.637,813m e N: 7.441.651,500m com azimute  $177^{\circ} 52' 51,08''$  e distância de 339,73m até o vértice 54, definido pelas coordenadas E: 562.650,375m e N: 7.441.312,000m com azimute  $146^{\circ} 21' 04,58''$  e distância de 144,15m até o vértice 55, definido pelas coordenadas E: 562.730,250m e N: 7.441.192,000m com azimute  $202^{\circ} 53' 59,52''$  e distância de 125,92m até o vértice 56, definido pelas coordenadas E: 562.681,250m e N: 7.441.076,000m com azimute  $209^{\circ} 25' 05,41''$  e distância de 77,49m até o vértice 57, definido pelas coordenadas E: 562.643,188m e N: 7.441.008,500m com azimute  $274^{\circ} 38' 41,71''$  e distância de 1.407,75m até o vértice 58, definido pelas coordenadas E: 561.240,063m e N: 7.441.122,500m com azimute  $321^{\circ} 49' 31,99''$  e distância de 256,95m até o vértice 59, definido pelas coordenadas E: 561.081,250m e N: 7.441.324,500m com azimute  $331^{\circ} 29' 24,86''$  e distância de 235,57m até o vértice 60, definido pelas coordenadas E: 560.968,813m e N: 7.441.531,500m com azimute  $9^{\circ} 19' 32,28''$  e distância de 77,52m até o vértice 61, definido pelas coordenadas E: 560.981,375m e N: 7.441.608,000m com azimute  $42^{\circ} 47' 57,41''$  e distância de 103,58m até o vértice 62, definido pelas coordenadas E: 561.051,750m e N: 7.441.684,000m com azimute  $3^{\circ} 07' 58,39''$  e distância de 84,63m até o vértice 63, definido pelas coordenadas E: 561.056,375m e N: 7.441.768,500m com azimute  $301^{\circ} 44' 35,43''$  e distância de 124,50m até o vértice 64, definido pelas coordenadas E: 560.950,500m e N: 7.441.834,000m com azimute  $342^{\circ} 32' 39,24''$  e distância de 352,74m até o vértice 65, definido pelas coordenadas E: 560.844,688m e N: 7.442.170,500m com azimute  $298^{\circ} 03' 34,93''$  e distância de 263,61m até o vértice 66, definido pelas coordenadas E: 560.612,063m e N: 7.442.294,500m com azimute  $4^{\circ} 13' 58,52''$  e distância de 114,31m até o vértice 67, definido pelas coordenadas E: 560.620,500m e N: 7.442.408,500m com azimute  $38^{\circ} 21' 43,56''$  e distância de 695,06m até o vértice 68, definido pelas coordenadas E: 561.051,875m e N: 7.442.953,500m com azimute  $52^{\circ} 12' 06,81''$  e distância de 527,02m até o vértice 69, definido pelas coordenadas E: 561.468,313m e N: 7.443.276,500m com azimute  $335^{\circ} 45' 25,50''$  e distância de 430,46m até o vértice 70, definido pelas coordenadas E: 561.291,563m e N: 7.443.669,000m com azimute  $86^{\circ} 20' 10,70''$  e distância de 2.339,59m até o vértice 71, definido pelas coordenadas E: 563.626,375m e N: 7.443.818,500m e segue à jusante pelo Ribeirão das Antas até o vértice 0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.



As coordenadas geográficas dos vértices do perímetro urbano estão representadas na tabela a seguir.

ID	X	Y
0	562658,1875	7447250,0000
1	562688,8125	7447243,5000
2	562709,6250	7447283,0000
3	562947,3125	7447452,5000
4	563127,6250	7447366,0000
5	563095,9375	7447198,5000
6	563130,7500	7446897,0000
7	563427,8750	7446984,0000
8	563502,5000	7446755,5000
9	563604,1875	7446690,0000
10	563880,5000	7447114,0000
11	563991,6250	7447001,0000
12	564172,3125	7446751,0000
13	564154,1250	7446697,5000
14	564293,3125	7446736,0000
15	564334,9375	7446507,5000
16	564389,1875	7446260,5000
17	564578,7500	7446228,0000
18	564528,1875	7446048,0000
19	565121,1875	7445909,5000
20	565201,3750	7445855,5000
21	565261,0625	7445710,5000
22	565415,2500	7445571,0000
23	565517,2500	7445562,5000
24	565487,0625	7445493,5000
25	565494,5625	7445197,5000
26	565324,5625	7445179,5000
27	565389,3750	7444890,5000
28	565463,8125	7444831,0000
29	565518,3750	7444734,5000
30	565695,8750	7444842,0000
31	565879,5000	7444883,0000
32	566474,8125	7444816,5000
33	566518,1875	7444417,0000
34	566215,1250	7442837,0000
35	564257,8750	7441671,5000
36	564334,8750	7441545,0000
37	564099,3750	7441395,5000
38	564019,5625	7441531,5000
39	563752,9375	7441353,0000
40	563831,2500	7441772,0000
41	563769,8125	7441867,0000
42	563573,6875	7441754,0000
43	563504,0000	7441725,5000



PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR

---

44	563418,1875	7441869,0000
45	563778,9375	7442043,5000
46	563829,5000	7442096,5000
47	563604,8750	7442513,0000
48	563571,2500	7442516,0000
49	563506,1250	7442218,0000
50	562987,9375	7441552,5000
51	562879,3750	7441582,5000
52	562707,5000	7441701,0000
53	562637,8125	7441651,5000
54	562650,3750	7441312,0000
55	562730,2500	7441192,0000
56	562681,2500	7441076,0000
57	562643,1875	7441008,5000
58	561240,0625	7441122,5000
59	561081,2500	7441324,5000
60	560968,8125	7441531,5000
61	560981,3750	7441608,0000
62	561051,7500	7441684,0000
63	561056,3750	7441768,5000
64	560950,5000	7441834,0000
65	560844,6875	7442170,5000
66	560612,0625	7442294,5000
67	560620,5000	7442408,5000
68	561051,8750	7442953,5000
69	561468,3125	7443276,5000
70	561291,5625	7443669,0000
71	563626,3750	7443818,5000





---

## ANEXO III – MAPA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA





## ANEXO IV – DESCRIÇÃO E CÁLCULO ANALÍTICO DE ÁREA, AZIMUTES, LADOS E COORDENADAS GEOGRÁFICAS DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA

Área: 180.873,39m<sup>2</sup> ou 18,0873ha

Perímetro: 2.391,56m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0, definido pelas coordenadas E: 576.424,063m e N: 7.438.594,000m com azimute 88° 30' 15,72" e distância de 95,78m até o vértice 1, definido pelas coordenadas E: 576.519,813m e N: 7.438.596,500m com azimute 357° 59' 20,53" e distância de 44,53m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 576.518,250m e N: 7.438.641,000m com azimute 88° 45' 52,93" e distância de 69,58m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 576.587,813m e N: 7.438.642,500m com azimute 178° 13' 52,08" e distância de 42,52m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 576.589,125m e N: 7.438.600,000m com azimute 87° 54' 11,34" e distância de 136,65m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 576.725,688m e N: 7.438.605,000m com azimute 0° 23' 52,37" e distância de 9,00m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 576.725,750m e N: 7.438.614,000m com azimute 90° 20' 29,58" e distância de 83,88m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 576.809,625m e N: 7.438.613,500m com azimute 93° 21' 37,07" e distância de 204,73m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 577.014,000m e N: 7.438.601,500m com azimute 88° 00' 47,11" e distância de 72,11m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 577.086,063m e N: 7.438.604,000m com azimute 358° 10' 42,01" e distância de 84,54m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 577.083,375m e N: 7.438.688,500m com azimute 88° 31' 01,00" e distância de 38,64m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 577.122,000m e N: 7.438.689,500m com azimute 177° 41' 14,60" e distância de 65,05m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 577.124,625m e N: 7.438.624,500m com azimute 265° 50' 25,29" e distância de 13,79m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 577.110,875m e N: 7.438.623,500m com azimute 178° 24' 31,90" e distância de 130,55m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 577.114,500m e N: 7.438.493,000m com azimute 268° 18' 55,14" e distância de 102,04m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 577.012,500m e N: 7.438.490,000m com azimute 273° 15' 31,95" e distância de 193,50m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 576.819,313m e N: 7.438.501,000m com azimute 178° 05' 40,49" e distância de 255,64m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 576.827,813m e N: 7.438.245,500m com azimute 266° 54' 03,04" e distância de 379,18m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 576.449,188m e N: 7.438.225,000m com azimute 356° 06' 17,19" e distância de 369,85m até o vértice 0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso



22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

As coordenadas geográficas dos vértices do perímetro urbano estão representadas na tabela a seguir.

ID	X	Y
0	576424,063	7438594,000
1	576519,813	7438596,500
2	576518,250	7438641,000
3	576587,813	7438642,500
4	576589,125	7438600,000
5	576725,688	7438605,000
6	576725,750	7438614,000
7	576809,625	7438613,500
8	577014,000	7438601,500
9	577086,063	7438604,000
10	577083,375	7438688,500
11	577122,000	7438689,500
12	577124,625	7438624,500
13	577110,875	7438623,500
14	577114,500	7438493,000
15	577012,500	7438490,000
16	576819,313	7438501,000
17	576827,813	7438245,500
18	576449,188	7438225,000

## 48. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

LEI COMPLEMENTAR Nº 45, DE .... JUNHO DE 2020.

**SÚMULA: ALTERA, INSERE E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 027, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS CONSTATANTE DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES.**

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei Complementar nº 027, de 22 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º. Os projetos de loteamento, desmembramento e remembramento do solo para fins urbanos do Município de Bandeirantes são regulamentados por esta Lei e pela:*

- I - Lei Orgânica Municipal;*
- II - Demais leis que compõem o Plano Diretor Municipal (Lei do Plano Diretor Municipal, Lei dos Perímetros Urbanos, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei do Sistema Viário, Código de Obras e Código de Posturas) e alterações posteriores;*
- III - Constituição do Estado do Paraná;*
- IV - Política de Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do Paraná (Decreto Estadual nº 2.581, de 17 de fevereiro de 2004) e alterações posteriores;*
- V - Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, e alterações posteriores;*
- VI - Constituição Federal;*
- VII - Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e alterações posteriores, especialmente as alterações constantes da:*
  - a) Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999;*
  - b) Lei Federal nº 10.932, de 3 de agosto de 2004;*
  - c) Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;*



- d) *Lei Federal nº 12.424, de 16 de junho de 2011;*
- e) *Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;*
- f) *Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017;*
- g) *Lei Federal nº 13.786, de 27 de dezembro de 2018;*
- h) *Lei Federal nº 13.913, de 25 de novembro de 2019.*
- VIII - *Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e alterações posteriores;*
- IX - *Lei do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.455, de 5 de janeiro de 2007) e alterações posteriores;*
- X - *Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012) e alterações posteriores;*
- XI - *Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012) e alterações posteriores;*
- XII - *Lei da Regularização Fundiária Rural e Urbana (Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017) e alterações posteriores;*
- XIII - *Agenda 2030.*

*Parágrafo único. ..."*

**Art. 2º** Fica acrescido o artigo 2º-A à Lei Complementar nº 027, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 2º-A. Considera-se parcelamento do solo para fins urbanos toda subdivisão de gleba ou lote em dois ou mais lotes destinados à edificação, sendo realizado através de loteamento, desmembramento ou desdobro."*

**Art. 3º** Ficam acrescidos os incisos XXII a XXXII à Lei Complementar nº 027, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 3º. ...*

*...*

*XXII - Área de lazer: área ocupada pelas praças, parques, jardins e outros espaços destinados à recreação da população;*

*XXIII - Área de Preservação Permanente (APP): área de interesse ambiental e espaço territorial especialmente protegido, coberto ou não por vegetação, ao longo dos cursos d'água e fragmentos de vegetação nativa, sendo essa área não parcelável e não edificável, conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.651, de 2012 (Novo Código Florestal) ou alterações posteriores e legislação ambiental pertinente;*

- XXIV - Área de Reserva Legal (ARL): área com cobertura de vegetação nativa localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico dos recursos naturais do imóvel rural de modo sustentável, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como dar abrigo e proteger a fauna silvestre e a flora nativa, com dimensão mínima em termos percentuais relativos à área do imóvel, dependendo de sua localização;*
- XXV - CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo;*
- XXVI - CREA: Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia;*
- XXVII - Equipamentos urbanos: são os equipamentos públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, fornecimento domiciliar e público de energia elétrica, coleta e destinação de águas pluviais, arborização e pavimentação de vias urbanas;*
- XXVIII - Loteamento fechado: parcelamento do solo efetuado pela subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes, com fechamento de seu perímetro e controle de acesso de não moradores;*
- XXIX - Perímetro urbano: linha de contorno que define a área urbana;*
- XXX - Plano de loteamento: conjunto de documentos e projetos que indicam a forma pela qual será realizado o parcelamento do solo por loteamento;*
- XXXI - Quadra: área subdividida em lotes, resultante do traçado do arruamento;*
- XXXII - Referência de nível: cota de altitude tomada como oficial pelo Município."*

**Art. 4º** O inciso XII do artigo 5º da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 5º. ...*

*...*

*XII - Nas diretrizes de prolongamentos viários estabelecidas pela Lei Municipal do Sistema Viário."*

**Art. 5º** Fica revogado o inciso XIII do artigo 5º da Lei Complementar nº 27, de 2011.

**Art. 6º** O parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Complementar nº 027, de 2011, com a redação "O proprietário da área cederá à Prefeitura Municipal, sem ônus para esta, uma porcentagem mínima da área a lotear, estipuladas para cada zona distribuídas conforme o Quadro I, anexo", passa a vigorar com nova numeração e a seguinte redação:

*"Art. 6º. ...*



§1º. ...

§2º. ...

*§2º-A. O proprietário da área cederá, à Prefeitura Municipal, sem ônus para esta, uma porcentagem mínima de 35% (trinta e cinco por cento) da área a lotear, distribuída da seguinte forma:*

- I - 25% (vinte e cinco por cento) destinados ao sistema viário;*
- II - 5% (cinco por cento) destinados aos espaços livres de uso público;*
- III - 5% (cinco por cento) destinados a equipamentos comunitários ou urbanos."*

**Art. 7º** Ficam acrescidos os parágrafos 2º-B, 2º-C, 2º-D e 2º-E ao artigo 6º da Lei Complementar nº 027, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 6º. ...*

*...*

*§2º-B. Para os loteamentos industriais localizados na Zona Industrial 1 (ZI-1) e Zona Industrial 2 (ZI-2) estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, a porcentagem a ser cedida à Prefeitura Municipal poderá ser reduzida para 30% (trinta por cento) da área a lotear, distribuída da seguinte forma:*

- I - 25% (vinte e cinco por cento) destinados ao sistema viário;*
- II - 2,5% (dois e meio por cento) destinados aos espaços livres de uso público;*
- III - 2,5% (dois e meio por cento) destinados a equipamentos comunitários ou urbanos.*

*§2º-C. A porcentagem da área a lotear destinada ao sistema viário poderá ser reduzida, sendo que a área destinada aos espaços livres de uso público e equipamentos comunitários ou urbanos não poderão ser inferiores ao mínimo estipulado, e todas deverão somar a porcentagem mínima de 35% (trinta e cinco por cento) ou, em loteamentos industriais localizados na ZI-1 e ZI-2 estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, 30% (trinta por cento).*

*§2º-D. As áreas destinadas aos espaços livres de uso público deverão comportar um círculo com diâmetro mínimo de 30m (trinta metros).*

*§2º-E. As áreas verdes poderão se sobrepor às áreas de lazer, desde que comportem um círculo com diâmetro mínimo de 30m (trinta metros) localizado fora das Áreas de Preservação Permanente (APP)."*

**Art. 8º** Ficam acrescidos os incisos VIII a XII ao parágrafo 5º do artigo 6º da Lei Complementar nº 027, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 6º. ...*

...

*§5º. Todas as vias públicas constantes do loteamento deverão ser construídas pelo proprietário e ser dotadas com a seguinte infraestrutura mínima:*

*I - ...*

*II - ...*

*III - ...*

*IV - rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública do tipo LED, com corpo em alumínio injetado em alta pressão, de acordo com as normas da respectiva concessionária;*

*V - pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), incluindo a construção de guias e sarjetas, com as seguintes espessuras mínimas:*

*a) Vias Coletoras e Vias Arteriais: espessura mínima de 4cm (quatro centímetros) e base, sub-base e subleito executados com material e espessura adequada para garantir tempo de vida útil do pavimento de, no mínimo, 8 (oito) anos;*

*b) Vias Locais: espessura mínima de 3cm (três centímetros) e base, sub-base e subleito executados com material e espessura adequada para garantir tempo de vida útil do pavimento de, no mínimo, 8 (oito) anos, sendo que, para as Vias Locais, demais tipos de pavimentação poderão ser submetidos à aprovação pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos.*

*VI - ...*

*VII - ...*

*VIII - sinalização vertical e horizontal das vias;*

*IX - ao menos uma praça contendo calçadas, caminhos, iluminação pública do tipo LED, lixeiras, paisagismo e equipamentos como parque infantil e academia da terceira idade;*

*X - ao menos um ponto de hidrante em localização central do loteamento com vazão de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;*

*XI - execução de calçadas conforme padrão estabelecido na Lei Municipal do Sistema Viário;*

*XII - outras obras de infraestrutura que a Prefeitura Municipal julgue necessárias."*

**Art. 9º** Os parágrafos 8º e 9º do artigo 6º da Lei Complementar nº 027, de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 6º. ...*

...





*§8º. Os parcelamentos situados ao longo de rodovias federais ou estaduais deverão conter vias marginais paralelas, conforme dimensionamento mínimo estabelecido na Lei Municipal do Sistema Viário.*

*§9º. As áreas mínimas dos lotes, incluindo lotes de esquina, bem como as testadas mínimas válidas para lotes em novos loteamentos, desmembramentos e remembramentos são estipuladas pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano."*

**Art. 10.** Ficam revogados os incisos I e II do parágrafo 9º do artigo 6º da Lei Complementar nº 027, de 2011.

**Art. 11.** Ficam acrescidos os parágrafos 10º ao 13º no artigo 6º da Lei Complementar nº 027, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 6º. ...*

*...*

*§10º. A Prefeitura Municipal exigirá, para a aprovação do loteamento, reserva de faixa não edificável, quando conveniente e necessário, na frente, lateral ou fundo do lote para implantação de rede de água, esgoto, drenagem ou outros equipamentos urbanos.*

*§11º. Quando necessário, o Município, com base em fundamentado e circunstanciado laudo técnico, determinará as obras e serviços a serem executados pelo interessado, previamente à aprovação do projeto de parcelamento do solo.*

*§12º. Na execução de obras de terraplanagem, deverão ser implantados, pelo empreendedor, os sistemas de drenagem necessários para preservar as linhas naturais de escoamento das águas superficiais, prevenindo a erosão, o assoreamento e as enchentes, conforme diretrizes expedidas pela Prefeitura Municipal.*

*§13º. Após a aprovação do loteamento, fica o loteador obrigado a transferir para o Município, quando do registro do loteamento, sem ônus para o Município, as áreas de utilidade pública."*

**Art. 12.** O artigo 7º da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 7º. Não será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos na área rural do Município.*

*§1º. A área rural do Município somente poderá ser parcelada para fins de exploração agrossilvipastoril ou agroindustrial.*

*§2º. O parcelamento na área rural deverá obedecer ao módulo mínimo estabelecido para o Município pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.*

*§3º. O parcelamento na área rural deverá atender aos seguintes requisitos:*

*I - registro de Área de Reserva Legal – ARL, no interior do imóvel, preferentemente em área única previamente aprovada pelo Instituto Água e Terra – IAT;*

*II - estradas rurais, incluindo Estradas Vicinais e Estradas Secundárias, com dimensionamento mínimo em conformidade com a Lei Municipal do Sistema Viário.*

*§4º. Não serão exigidos, para os parcelamentos rurais, os demais requisitos previstos nesta Lei."*

**Art. 13.** Ficam inseridos os incisos I-A a I-F no artigo 8º da Lei Complementar nº 027, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 8º. ...*

*I - ...*

*I-A - título de propriedade do imóvel;*

*I-B- certidão negativa da Fazenda Federal e Municipal, relativas ao imóvel;*

*I-C- certidão de ônus reais relativos ao imóvel;*

*I-D- certidão negativa de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de 10 (dez) anos;*

*I-E- sondagem e percolação de solo, apontando o nível do lençol freático;*

*I-F- cópia da planilha de cálculo analítico do levantamento topográfico do imóvel."*

**Art. 14.** Ficam acrescidas as alíneas "e", "f", "g" e "h" no inciso II do artigo 8º da Lei Complementar nº 027, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 8º. ...*

*...*

*II - ...*

*a) divisas da propriedade perfeitamente definidas e traçadas;*

*b) localização dos cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques e árvores frondosas, pedreiras, linhas de transmissão de energia elétrica, dutos e construções existentes;*

*c) arruamentos contíguos a toda a propriedade, com a localização das vias de circulação, áreas livres, equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou adjacências num raio de 1.000m (mil metros) com as respectivas distâncias da área a ser loteada;*

*d) esquema do loteamento pretendido, onde deverá constar a estrutura viária básica, as dimensões mínimas dos lotes e quadras e a indicação das áreas de utilidade pública;*

*e) curvas de nível de metro em metro;*

*f) orientação magnética e verdadeira do norte, com indicação de mês e ano do levantamento topográfico;*



*g) referência de nível;*

*h) pontos onde foram realizados os testes de percolação do solo.”*

**Art. 15.** Fica acrescido o parágrafo 4º no artigo 8º da Lei Complementar nº 027, de 2011, com a seguinte redação:

*“Art. 8º. ...*

*...*

*§4º. Sempre que necessário, a Prefeitura Municipal poderá exigir a extensão do levantamento topográfico ao longo de uma ou mais divisas da gleba a ser loteada até o talvegue ou espigão mais próximo.”*

**Art. 16.** O caput do artigo 9º da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 9º. A viabilidade de aprovação do loteamento será analisada pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos que, em caso de parecer favorável e de acordo com as diretrizes de planejamento do Município e demais legislações superiores, indicará, na planta apresentada na consulta prévia:”*

**Art. 17.** O artigo 10 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 10. Os parcelamentos em área rural deverão ser aprovados pelo INCRA, observados o Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651, de 2012) ou alterações posteriores e os seguintes preceitos:*

- I - nenhum lote poderá ser colocado à venda sem a aprovação prévia pelo INCRA, análise prévia do Instituto Água e Terra – IAT, e sem o respectivo registro no Cartório de Registro de Imóveis;*
- II - a área mínima de cada lote não poderá ser inferior ao módulo rural mínimo estabelecido pelo INCRA.”*

**Art. 18.** Ficam acrescidos os incisos I-A a I-E ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei Complementar nº 027, de 2011, com a seguinte redação:

*“Art. 11. ...*

*...*

*§2º. ...*

*I-A - mês e ano do levantamento topográfico;*

*I-B - referência de nível;*

*I-C - divisas do imóvel perfeitamente definidas e traçadas;*

*I-D - arruamento vizinho a todo perímetro da gleba, com localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local;*

*I-E - localização dos cursos d'água, lagoas e represas, canalizações especiais existentes e projetadas, áreas sujeitas a inundações, bosques e árvores frondosas, pedreiras, linhas de transmissão de energia elétrica, dutos e construções existentes."*

**Art. 19.** O inciso VIII do parágrafo 2º do artigo 11 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 11. ...*

*...*

*§2º. ...*

*VIII - quadro estatístico das áreas, em metros quadrados e percentuais, que perfazem o mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) ou, no caso de loteamentos industriais localizados na ZI-1 ou ZI-2, 30% (trinta por cento) da área total loteada contendo, no mínimo, as seguintes informações:*

- a) área total do parcelamento;*
- b) área total dos lotes;*
- c) áreas públicas destinadas à circulação;*
- d) áreas públicas destinadas às áreas verdes;*
- e) áreas públicas destinadas a equipamentos comunitários;*
- f) áreas públicas destinadas às áreas de lazer;*
- g) total de áreas públicas."*

**Art. 20.** O caput do parágrafo 1º do artigo 12 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 12. ...*

*§1º. Plantas e desenhos exigidos no §1º e §2º do Art. 11 desta Lei, em 4 (quatro) vias, contendo obrigatoriamente:"*

**Art. 21.** Ficam acrescidos os incisos III-A ao III-D ao parágrafo 2º do artigo 12 da Lei Complementar nº 027, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 12. ...*

*...*

*§2º. ...*

*I - ...*

*II - ...*

*III - ...*

*III-A - projeto de coleta e tratamento de esgotos domiciliares;*

*III-B - projeto de pavimentação das vias;*

*III-C - projeto de arborização de vias e logradouros públicos;*

*III-D - memorial descritivo de cada lote, das vias urbanas projetadas e áreas públicas propostas, indicando a área total, as confrontações e os limites descritos em relação ao Norte verdadeiro."*

**Art. 22.** O parágrafo 4º do artigo 12 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 12. ...*

*§4º. Todas as peças do projeto definitivo deverão ser assinadas pelo requerente e responsável técnico, devendo esse último indicar o número de seu registro no CREA ou CAU e o número de seu registro na Prefeitura Municipal de Bandeirantes."*

**Art. 23.** Ficam acrescidos os parágrafos 8º e 9º ao artigo 12 da Lei Complementar nº 027, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 12. ...*

*...*

*§8º. Todos os projetos, memoriais de cálculo e especificações técnicas para realização dos Projetos Complementares e do Projeto de Loteamento, devem obedecer às normas da ABNT e dos órgãos competentes de aprovação e estar assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico, devendo esse último indicar o número de seu registro no CREA ou CAU.*

*§9º. Deverão ser apresentadas as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao CREA, ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT, junto ao CAU, dos profissionais responsáveis pelo Projeto de Loteamento e por todos os Projetos Complementares, bem como a licença prévia de instalação pelo Instituto Água e Terra – IAT."*

**Art. 24.** O artigo 13 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 13. O pedido de desmembramento e remembramento será feito mediante requerimento do interessado à Prefeitura Municipal, acompanhado de:*

*I - título de propriedade do imóvel sem causa restritiva quanto sua possível alienação, comprovada através de Certidão do Cartório de Registro de Imóveis;*

*II - Certidão Negativa da Fazenda Municipal ou Federal referente ao imóvel;*

*III - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), perante o CREA, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), perante o CAU;*

*IV - planta do imóvel a ser desmembrado ou remembrado em escala 1:500 (um por quinhentos), contendo as seguintes indicações:*

- d) planta de situação anterior e posterior ao parcelamento do solo que pretende efetuar, contendo a identificação dos lotes, dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência, ângulo central, rumos e outras indicações necessárias para análise do projeto;*
- e) uso predominante no local;*
- f) áreas e testadas mínimas determinadas pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo para a(s) zona(s) à(s) qual(is) pertence o imóvel;*
- g) divisão ou agrupamento de lotes pretendidos, com as respectivas áreas;*
- h) dimensões lineares e angulares;*
- i) perfis do terreno;*
- j) indicação das edificações existentes;*
- k) divisas dos imóveis perfeitamente definidas e traçadas;*
- l) localização de cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, árvores frondosas, bosques e construções existentes;*
- m) orientação do norte verdadeiro e magnético, com dia, mês e ano do levantamento topográfico realizado;*
- n) arruamento vizinho a todo imóvel, com suas respectivas distâncias;*
- o) quadro estatístico de áreas;*
- p) outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do Poder Executivo Municipal;*
- q) memoriais descritivos de cada lote.*

*§1º. ...*

*§2º. ...*

*§3º. ...*

*§4º. ... Excetuam-se os lotes ou glebas com dimensões e áreas inferiores ao previsto na alínea "b" do inciso IV desse artigo quando as partes resultantes sejam, em ato contínuo, objeto de remembramento ao lote vizinho."*

**Art. 25.** Fica acrescido o parágrafo 3º ao artigo 17 da Lei Complementar nº 027, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 17. ...*

*I - ...*



// - ...

§1º. ...

§2º. *A Prefeitura Municipal disporá de 90 (noventa) dias para pronunciar-se, ouvidas as autoridades competentes, inclusive as sanitárias e militares, no que lhes disser respeito, importando o silêncio na aprovação, desde que o projeto satisfaça às exigências e não prejudique o interesse público, conforme Decreto Federal nº 3.079, de 15 de setembro de 1938, ou alterações posteriores.*

§3º. *O prazo máximo para apresentação das correções é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de notificação, após o qual, se não atendido, o processo iniciado será arquivado."*

**Art. 26.** O caput do artigo 18 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 18. Após aprovação do projeto de loteamento pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e deferido o processo, a Prefeitura Municipal baixará o Decreto de Aprovação do Loteamento e expedirá Alvará de Loteamento."*

**Art. 27.** Ficam acrescidos os incisos V-A a V-D ao artigo 19 da Lei Complementar nº 027, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 19. ...*

*...*

*V-A - projeto de pavimentação das vias;*

*V-B - projeto de arborização de vias e logradouros públicos;*

*V-C - memorial descritivo de cada lote, das vias urbanas projetadas e áreas públicas propostas, indicando a área total, as confrontações e os limites descritos em relação ao Norte verdadeiro;*

*V-D- outras informações ou projetos que a Prefeitura Municipal julgue necessários."*

**Art. 28.** O caput do artigo 23 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 23. Após aprovação do projeto definitivo pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos, o loteador deverá submeter o loteamento ao Cartório de Registro de Imóveis, apresentando:"*

**Art. 29.** O parágrafo 2º do artigo 24 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 24. ...*

*...*

§2º. *Após a vistoria, a Prefeitura Municipal expedirá um Laudo de Vistoria e, aprovada a infraestrutura executada pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos, será baixado Decreto de Aprovação de Implantação do Traçado e Infraestrutura de Loteamento.*”

**Art. 30.** O caput do artigo 26 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 26. Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes atingidos pela alteração, bem como a aprovação pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e averbação no Registro do Imóvel, em complemento ao projeto original.”*

**Art. 31.** O artigo 28 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 28. É permitida a implantação de núcleos residenciais de recreio de baixa densidade nas áreas urbanas, especificamente na Zona de Expansão Urbana – ZEU definida pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com o parcelamento de glebas destinadas à formação de chácaras.”*

**Art. 32.** O artigo 29 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 29. Os parcelamentos do solo urbano para a formação de núcleos residenciais de recreio devem atender ao disposto nesta Lei, na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo, Lei Municipal do Sistema Viário, Lei Federal nº 6.766, de 1979, e suas alterações posteriores, leis vigentes para loteamentos e no seguinte:*

- I - será exigida ao loteador a mesma infraestrutura estabelecida nesta Lei, exigida para os demais loteamentos urbanos;*
- II - os núcleos residenciais de recreio deverão adequar-se à Lei Municipal do Sistema Viário, não interrompendo as diretrizes viárias para as diversas categorias de vias;*
- III - a área mínima e largura mínima das chácaras serão estabelecidas pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo, não podendo estas sofrerem qualquer tipo de fracionamento que resulte em área ou largura inferior;*
- IV - traçando um raio de 3.000m (três mil metros) a partir do centro da gleba a lotear, nele deverá constar a existência de Escola de Ensino Fundamental em atividade, com capacidade para atender aumento de demanda na ordem de 20% (vinte por cento) da ocupação projetada para o novo empreendimento;*
- V - serão admitidas, no máximo, duas edificações em cada unidade de chácaras.”*

**Art. 33.** Ficam revogados os incisos VI a X do artigo 29 da Lei Complementar nº 027, de 2011.





**Art. 34.** O inciso IV do artigo 30 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 30. ...*

*...*

*IV - não interfira nas diretrizes viárias estabelecidas na Lei Municipal do Sistema Viário, incluindo todas as hierarquias de vias;”*

**Art. 35.** O inciso VIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 30. ...*

*...*

*VIII - as características, funções e dimensionamento do sistema viário interno ao loteamento fechado, obedecerão aos dimensionamentos mínimos estabelecidos pela Lei Municipal do Sistema Viário;”*

**Art. 36.** O parágrafo 1º e o parágrafo 2º do artigo 30 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 30. ...*

*...*

*§1º. As áreas públicas indicadas no inciso VI deste artigo deverão se localizar fora da área do loteamento fechado, em local acessível por via pública e escolhido a critério da Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos.*

*§2º. Na impossibilidade de interligar as galerias de águas pluviais do loteamento à rede existente, será obrigatória a execução de emissário até o curso d'água mais próximo, com dissipador de energia na sua extremidade, conforme projeto aprovado pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos.”*

**Art. 37.** Fica inserido o “Capítulo XI – Do Condomínio Fechado” à Lei Complementar nº 027, de 2011.

**Art. 38.** Ficam acrescentados os artigos 31-A a 31-F ao “Capítulo XI – Do Condomínio Fechado” à Lei Complementar nº 027, de 2011, com a seguinte redação:

*“Art. 31-A. A aprovação de Condomínios Fechados seguirá os parâmetros urbanísticos desta lei e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, não podendo ser implantados em área superior a 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados).*

*Parágrafo único. Em todo Condomínio Fechado deverão ser obedecidas as dimensões mínimas da fração ideal definidas para as respectivas macrozonas e conforme detalhamento da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo.*

*Art. 31-B. A totalidade das áreas institucionais e de espaços livres a serem doadas para aprovação do condomínio deverá estar localizada fora da área fechada, com acesso público e com a testada voltada para as vias públicas.*

*Art. 31-C. É facultativo ao Poder Público Municipal fazer permuta das áreas doadas, desde que tenha como finalidade empreendimentos para Habitação de Interesse Social ou equipamentos públicos.*

*Art. 31-D. Entre 2 (dois) ou mais condomínios fechados deverá ser respeitada uma distância mínima de 100m (cem metros), com o mínimo uma via de circulação entre os mesmos, atendendo às necessidades da Lei Municipal do Sistema Viário.*

*Art. 31-E. A divisa do condomínio fechado com frente para via pública deverá ser feita com unidades ou fração de frente e abertas para a mesma.*

*Art. 31-F. Fica vedado o fechamento e interrupção de vias públicas."*

**Art. 39.** O artigo 34 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 34. Os loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes efetuados sem aprovação da Prefeitura em época anterior à presente Lei, inscritos no Registro de Imóveis e cujos lotes já tenham sido alienados ou compromissados a terceiros, no todo ou em parte, serão examinados pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos.*

*§1º. A aprovação dos loteamentos, desmembramentos e remembramentos a que se refere o caput desse Artigo será feita mediante Decreto Municipal, baseado no parecer da Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos.*

*§2º. ...*

*§3º. ...*

*§4º. Caso a Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos constate que o loteamento, desmembramento ou remembramento não tenha condições aprovação, encaminhará expediente ao Prefeito solicitando autorização, ao Departamento Jurídico, para pleitear sua anulação, caso tenha sido registrado no Registro de Imóveis."*

**Art. 40.** O artigo 37 da Lei Complementar nº 027, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 37. Nos casos omissos, a decisão caberá à Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e ao Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET."*

**Art. 41.** Ficam revogados o artigo 36 e o Anexo I da Lei Complementar nº 027, de 2011.

**Art. 42.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes

aos ..... de ..... de 2020.

Lino Martins  
Prefeito Municipal

## 49. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

**LEI COMPLEMENTAR Nº 46, DE .... DE JUNHO DE 2020.**

**SÚMULA: ALTERA O ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES.**

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARRES

**Art. 1º** A presente Lei se destina a disciplinar o Uso e Ocupação do Solo do Município de Bandeirantes, tendo sido elaborada nos termos da:

- I -** Lei Orgânica Municipal;
- II -** Demais leis que compõem o Plano Diretor Municipal (Lei do Plano Diretor Municipal, Lei dos Perímetros Urbanos, Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei do Sistema Viário, Código de Obras, Código de Posturas e Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir) e alterações posteriores;
- III -** Constituição do Estado do Paraná;
- IV -** Política de Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do Paraná (Decreto Estadual nº 2.581, de 17 de fevereiro de 2004) e alterações posteriores;
- V -** Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, e alterações posteriores;
- VI -** Constituição Federal;
- VII -** Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e alterações posteriores;
- VIII -** Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e alterações posteriores;
- IX -** Lei do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.455, de 5 de janeiro de 2007) e alterações posteriores;



- X** - Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012) e alterações posteriores;
- XI** - Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012) e alterações posteriores;
- XII** - Lei da Regularização Fundiária Rural e Urbana (Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017) e alterações posteriores;
- XIII** - Agenda 2030.

## SEÇÃO I DOS OBJETIVOS

**Art. 2º** A presente Lei tem como objetivos:

- I** - Estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência nas relações do homem com o meio ambiente e atividades que os permeia;
- II** - Promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético-paisagístico-naturais ou culturais próprios da região e das áreas urbanas do Município;
- III** - Prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com o crescimento ordenado;
- IV** - Compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;
- V** - Promover a conformidade do uso do solo à sua aptidão natural.

**Art. 3º** A presente Lei deverá ser aplicada, nos termos do conteúdo que lhe compete, entre outras, nas seguintes circunstâncias:

- I** - Concessão de Alvarás de Construção, para edificações de qualquer natureza;
- II** - Concessão de Alvarás de Localização de Usos e Atividades Urbanas;
- III** - Execução de planos, projetos, obras e serviços;
- IV** - Urbanização de áreas;
- V** - Parcelamento do solo.

## SEÇÃO II DAS DEFINIÇÕES

**Art. 4º** Para o efeito de aplicação da presente Lei, são adotadas as seguintes definições:

- I -** Zoneamento Urbano: divisão dos perímetros urbanos do Município de Bandeirantes em zonas, para as quais são definidos usos e parâmetros de ocupação do solo;
- II -** Uso do Solo: tipo de atividade desenvolvida no imóvel urbano, podendo ser classificado em:
  - a) Uso permitido: uso adequado à zona, sem restrições;
  - b) Uso permissível: uso passível de ser admitido na zona, a critério do órgão competente da Prefeitura Municipal, ouvido o parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, e órgãos locais e estaduais de apoio técnico;
  - c) Uso proibido: uso inadequado à zona.
- III -** Ocupação do Solo: maneira que a edificação pode ocupar o lote, em função dos parâmetros de ocupação do solo urbano estabelecidos;
- IV -** Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano: índices estabelecidos para disciplinar a ocupação do solo urbano, sendo eles:
  - a) Coeficiente de Aproveitamento;
  - b) Lote mínimo;
  - c) Testada mínima do lote;
  - d) Altura máxima em número de pavimentos;
  - e) Recuos mínimos;
  - f) Taxa de ocupação máxima;
  - g) Taxa de permeabilidade mínima.
- V -** Zona de uso e ocupação do solo: cada uma das unidades territoriais que compõem o zoneamento e para as quais são definidos os usos do solo e os parâmetros de ocupação do solo urbano;
- VI -** Termos gerais:
  - a) Alinhamento Predial: linha divisória entre o lote e o logradouro público;
  - b) Altura da Edificação: distância vertical medida entre o nível do piso do pavimento térreo até o ponto mais alto da edificação, incluindo a cobertura ou demais volumes edificadas, excluindo chaminés e/ou elementos acessórios ou decorativos;
  - c) Alvará de Construção: documento expedido pela Prefeitura Municipal que autoriza a execução de obras sujeitas à fiscalização;
  - d) Alvará de Localização e Funcionamento: documento expedido pela Prefeitura Municipal que autoriza o funcionamento de determinada atividade, sujeita à regulamentação por esta Lei;
  - e) Ampliação ou Reforma em Edificações: obra destinada a realização de benfeitorias em edificações existentes, sujeita à regulamentação por esta Lei e pelo Código de Obras;
  - f) Área Construída: área total de todos os pavimentos de um edifício, incluídos os espaços ocupados pelas paredes;
  - g) Área de Preservação Permanente (APP): área de interesse ambiental e espaço territorial especialmente protegido, coberto ou não por vegetação, ao longo dos cursos d'água e fragmentos de vegetação nativa, sendo essa área não parcelável e não edificável,



- conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.651, de 2012 (Novo Código Florestal) ou alterações posteriores e legislação ambiental pertinente;
- h) Área Máxima de Construção: limite de área de construção que pode ser edificada em um lote urbano;
  - i) Área Mínima de Lote: fração mínima de área de terreno necessária a cada lote;
  - j) Área Urbana: aquela contida dentro do perímetro urbano;
  - k) Área Útil: superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes;
  - l) Balanço: avanço da edificação sobre o alinhamento do pavimento térreo e acima deste ou qualquer elemento que, tendo seu apoio no alinhamento das paredes externas, se projete além delas;
  - m) Baldrame: viga de concreto ou madeira que corre sobre fundações ou pilares para apoiar o assoalho;
  - n) Base: nos edifícios, corresponde ao pavimento térreo e primeiro pavimento, que, por estarem diretamente conectados à via pública, acomodam acessos, lojas, portaria ou estacionamento;
  - o) Coeficiente de Aproveitamento Básico: número que, multiplicado pela área do lote, define o direito de construir do proprietário;
  - p) Coeficiente de Aproveitamento Máximo: número que, multiplicado pela área do lote, estabelece a área máxima edificável do lote, só atingida mediante a aquisição de direito de construir pelo Poder Executivo Municipal e/ou por terceiros;
  - q) Coeficiente de Aproveitamento Mínimo: número que, multiplicado pela área do lote, estabelece a área mínima edificável do lote, para fins de caracterizar a subutilização do imóvel na aplicação dos instrumentos de cumprimento da função social da propriedade;
  - r) EIV: Estudo de Impacto de Vizinhança;
  - s) Equipamentos Comunitários: equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;
  - t) Equipamentos Urbanos: equipamentos públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, fornecimento domiciliar e público de energia elétrica, coleta e destinação de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado;
  - u) Fachada: elevação das partes externas de uma edificação;
  - v) Fundações: parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre o terreno;
  - w) Logradouro Público: áreas dentro do perímetro urbano que pertencem ao poder público que se destinam à livre circulação e acesso público em geral, tais como vias e praças;
  - x) Lote: parcela de terreno contida em uma quadra, resultante de um loteamento, desmembramento ou remembramento, com pelo menos uma divisa lindeira a logradouro público e descrita por documento legal;
  - y) Pavimento: cada um dos planos horizontais de uma edificação, destinados à utilização efetiva, situados no mesmo nível ou com uma diferença de nível não superior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), até um pé-direito máximo de 5,60m (cinco metros e sessenta centímetros);

- z) Pé-Direito: distância vertical entre o piso e o teto de um compartimento;
- aa) Perímetro Urbano: linha de contorno que define a área urbana;
- ab) Platibanda: prolongamento das paredes externas, acima do último teto de uma edificação;
- ac) Recuo de Fundos: menor distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e as divisas de fundos do lote;
- ad) Recuo Frontal: menor distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e a testada do lote;
- ae) Recuo Lateral: menor distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e as divisas laterais do lote;
- af) Regime Urbanístico: conjunto de medidas relativas à determinada zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e entorno;
- ag) Subsolo: pavimento abaixo do nível de acesso principal, pelo passeio fronteiro à divisa do lote da edificação, e cuja altura do pé-direito seja até 1,20m (um metro e vinte centímetros) acima desse mesmo referencial;
- ah) Taxa de Ocupação Máxima: valor expresso em porcentagem que define a porção da área do lote que pode ser ocupada pela projeção, em planta, da totalidade das edificações sobre o terreno.
- ai) Terraço: espaço descoberto sobre uma edificação ou parte da mesma, utilizada como piso;
- aj) Testada: comprimento da linha que separa o logradouro público da propriedade particular e que coincide com o alinhamento existente ou projetado pela Prefeitura Municipal;
- ak) Testada Mínima: dimensão mínima da testada de um lote;
- al) Torre: nos edifícios, corresponde aos pavimentos situados acima da base, ou seja, a partir do segundo pavimento.

## CAPÍTULO II

### DO USO DO SOLO URBANO

**Art. 5º** Ficam classificados e relacionados os seguintes usos do solo urbano, para implantação do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Bandeirantes:

- I -** Uso Habitacional: resultado da utilização da edificação para fim habitacional permanente ou transitório, subclassificando-se em:
  - a) H1 – Habitação Unifamiliar: edificação isolada destinada a servir de moradia a uma só família;
  - b) H2 – Habitação Bifamiliar: ocupação com duas habitações unifamiliares autônomas no lote, com áreas de circulação interna comuns e acesso a logradouro público;





- c) H3 – Habitação Multifamiliar: edificação destinada a servir de moradia com unidades autônomas superpostas (edifício de apartamentos), com áreas de circulação interna comuns e acesso ao logradouro público;
  - d) H4 – Habitação Coletiva: edificação destinada a servir de moradia de um grupo de pessoas como albergues, asilos, internatos, pensões e atividades similares;
  - e) H5 – Habitação Geminada: edificação destinada a servir de moradia a mais de uma família, em unidades autônomas contíguas horizontais, com uma parede comum;
  - f) H6 – Habitação em Série: edificações destinadas a servir de moradias autônomas posicionadas paralelamente ou transversalmente a logradouros públicos, dentro de um mesmo lote em regime de condomínio, em número igual ou inferior a 20 (vinte) unidades;
  - g) H7 – Habitação de Interesse Social: destinada à implantação de programas habitacionais por entidades promotoras, empresas sobre controle acionário do Poder Público, por cooperativas habitacionais ou por entidades consideradas de interesse social nos termos da legislação federal;
  - h) H8 – Habitação Transitória: edificação com unidades habitacionais destinadas ao uso transitório, onde se recebem hóspedes mediante remuneração como *apart-hotel*, *camping*, *hostel*, hotel, motel, pousada e atividades similares.
- II - Uso Social e Comunitário:** espaços, estabelecimentos ou instalações destinadas à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social ou cultos religiosos, com parâmetros de ocupação específicos, subclassificando-se em:
- a) E1 – Equipamento Comunitário 1: atividades de atendimento direto, funcional ou especial, ao uso residencial, tais como: ambulatório, assistência social, berçário, biblioteca, creche, estabelecimentos de ensino infantil, ensino maternal, hotel para bebês, pré-escolar, jardim de infância, escola especial e atividades similares;
  - b) E2 – Equipamento Comunitário 2: atividades potencialmente incômodas que impliquem em concentração de pessoas ou veículos e padrões viários especiais, tais como: asilo, auditório, boliche, campo de futebol, centro de recreação, cinema, estabelecimento de ensino específico, estabelecimento de ensino fundamental e médio, hospital, maternidade, museu, piscina pública, pronto socorro, ringue de patinação, sanatório, sede cultural, teatro e atividades similares;
  - c) E3 – Equipamento Comunitário 3: atividades incômodas, que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, sujeitas a controle específico e exigindo o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), tais como: autódromo, base de treinamento militar, campus universitário, casa de cultos, casa de espetáculos artísticos, centro de convenções, centro de exposições, casa noturna, centro de equitação, centro de reintegração social, centro de sócio educação para cumprimento de medida restritiva de liberdade, circo, clube associativo ou desportivo, circo, colégio ou escola de grande porte, colônias de férias, convento ou mosteiro, corpo de bombeiros, estabelecimento de ensino superior, estádio, hipódromo, internato, jardim botânico, jardim zoológico, juizado de menores, kartódromo, orfanato, parque de diversões, penitenciária ou casa

de detenção, quartel, pista de treinamento, quadra e salão desportivo, rodeio, salão de festas, templo religioso e atividades similares.

**III - Uso Comercial e de Serviços:** sendo o uso Comercial a atividade caracterizada pela relação de troca, visando lucro e estabelecendo a circulação de mercadorias; e sendo o uso de Serviços a atividade remunerada, ou não, caracterizada pelo préstimo de mão-de-obra ou assistência de ordem técnica, intelectual e espiritual, subclassificando-se em:

- a) CS1 – Comércio e Serviço de Bairro: atividade de pequeno porte, de necessidades cotidianas, frequentes e imediatas da população local, com baixo potencial de geração de tráfego e cuja natureza é não-incômoda, não-nociva e não-perigosa, tais como açougue ou casa de carnes, agência de correios ou serviços postais, agência de publicidade, agência de turismo, alfaiataria, armarinhos, ateliê de corte e costura ou ajustes, ateliê de mosaico ou artesanato, ateliê de pintura, ateliê de profissionais autônomos, banca de jornais ou revistas, barbearia, bazar, bijuteria, boutique, cartório ou tabelionato, casa de chá, casa lotérica, chaveiro, comércio de refeições embaladas, confeitaria, consultório médico ou odontológico, copiadora, corretora ou empresa de seguro, despachante, doceria, drogaria, escritório de comércio varejista, escritório de contabilidade, escritório de eletricitista, escritório de encanador, escritório de pintor ou congêneres, escritório de profissional liberal, escritório de representação ou consultoria, estúdio de filmagem ou de fotografia, farmácia, floricultura, flores ornamentais, florista, frutaria, hortifrutigranjeiros, instituto de beleza, lanchonete, livraria, manicure, mercearia, montagem de bijuterias, oficina de eletrodomésticos, padaria ou panificadora, papelaria, posto de saúde, posto policial, posto telefônico, posto de venda de pães, quitanda, relojoaria, reparo de artigos de uso pessoal ou doméstico, revistaria, sacolão, salão de beleza, salão de cabeleireiro, sapataria, sede de empresa, serviço de datilografia ou digitação, serviço de higiene estética ou pessoal, serviço de informática, serviço de jogos eletrônicos, serviço de profissionais autônomos ou liberais, sorveteria, venda de especiarias, venda de plantas, venda de produtos naturais, venda de raízes, videolocadoras e atividades similares;
- b) CS2 – Comércio e Serviço Central: atividade comercial varejista e de prestação de serviços destinada ao atendimento de médio porte, de utilidade intermitente e imediata, que implicam em concentração de pessoas ou veículos, tais como academia, adega, administradora de bens, agência bancária ou banco, agência de empregos, agência de jornais, agência de rádio e televisão ou congêneres, agência de vigilância, ambulatório, antiquário, artigos de beleza e cosméticos em geral, artigos de cama mesa e banho, artigos de caça e pesca, artigos de computadores, artigos de decoração, artigos de festas, artigos de jardinagem, artigos de presentes, artigos religiosos, ateliê, autoescola, bar, bilhar, borracharia, boutique, buffet ou salão de festas de pequeno porte, cafeteria ou café, cantina, casa de barbantes, casa de fitilhos, casa de lãs, casa de linhas, casa de espumas, centro comercial, choperia, churrascaria, clichéria, clínica médica, clínica odontológica, clínica veterinária, comércio de alimentos para animais,

comércio de armas e munição, comércio de brinquedos e artigos infantis, comércio de discos e congêneres, comércio de eletrodomésticos, comércio de estofados e colchões, comércio de ferragens e ferramentas, comércio de instrumentos musicais, comércio de manufaturados, comércio de materiais de desenho, comércio de materiais de pintura ou artesanato, comércio de materiais elétricos, comércio de materiais escolares ou de escritório, comércio de materiais hidráulicos, comércio de materiais médicos e dentários, comércio de tintas e vernizes, comércio de utensílios domésticos, comércio de veículos e acessórios, confecção de carimbos, confecção de chaves, corretoras de câmbio, edifício de consultórios, edifícios de escritórios, entidade financeira, escritório administrativo, escritório de comércio atacadista, estabelecimento de ensino de cursos livres, estacionamento comercial, funerária, hipermercados, imobiliária, joalheria, laboratório de análises clínicas, laboratório de análises radiográficas ou fotográficas, lavanderia não industrial, leiteria, loja de departamentos, loja de materiais esportivos, loja de móveis, loja de tecidos, loja de vestuários e calçados, lonas e toldos, luminárias e lustres, malharia, mercado ou supermercado, oficina de galvanização soldagem e vulcanização, ótica, pastelaria, pebolim, peixaria, pet shop, petiscaria, pizzaria, produtos de lã ou fibra de vidro, radiológicos e fotográficos, restaurante, revendedora ou distribuidora de bebidas, rotisseria, sauna, sede de empresas, selaria, serviço público em geral, sinuca ou snooker, sucos ou refrescos, tabacaria, tapetes e cortinas, tipografia, venda de artefatos de borracha, venda de artefatos de couro, venda de artefatos de plástico, venda de cristais ou congêneres, venda de louças, venda de materiais de limpeza, venda de porcelanas, vidraçaria ou molduras e atividades similares;

- c) CS3 – Comércio e Serviço Geral: atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços destinadas à população em geral, as quais por seu porte ou natureza, geram tráfego de veículos, exigem confinamento em áreas próprias e demandam análise individual da atividade pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e pelo Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, tais como agenciamento de cargas, aluguel e arrendamento de veículos, armazenamento de alimentos, armazém geral, ateliê ou comércio de cerâmica, boate, borracharia, canil, casa de dança, clínica de repouso ou psiquiátrica, comércio atacadista, comércio de agrotóxicos, comércio varejista de grandes equipamentos, cooperativa, danceteria, depósito, depósito de material usado, depósito ou comércio de materiais de construção, discoteca ou bailão, editora, entreposto, estofamento e tapeçaria, gráfica, grande oficina, grande oficina de lataria e pintura, hipermercado, hospital veterinário, hotel para animais, imprensa, impressora, jato de areia, marmoraria, montagem de esquadrias, oficina de reparo de veículos, oficina de funilaria e pintura, oficina mecânica de veículos, posto de abastecimento, revendedores de veículos e serviços mecânicos autorizados, serralheria, serralha, servir, serviço de coleta de lixo, serviço de lavagem de veículos, silo, shopping center, transportadora e atividades similares;

- d) CS4 – Comércio e Serviço Específico: atividades peculiares cuja adequação à vizinhança depende de fatores a serem analisados pelo Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, e Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos, para cada caso, tais como: aeroporto, aluguel e arrendamento de máquinas e equipamentos pesados, capela mortuária, cemitério, centro de controle de voo, comércio de fogos de artifício, comércio de gases medicinais e industriais, comércio de madeira industrializadas, comércio de máquinas e implementos e defensivos agrícolas, comércio de máquinas e implementos para indústrias, comércio de sucatas, comércio varejista de combustíveis, comércio varejista de derivados de petróleo, comércio varejista de grandes equipamentos, depósito de inflamáveis, depósito e/ou usina de tratamento de resíduos, estação de controle e depósito de gás, estação de controle pressão e tratamento de água, estação de tratamento de esgoto, estação ou subestação reguladora de energia elétrica ou telecomunicações, ferro velho, garagem de frota de veículos, garagem de veículos de grande porte, guarda móveis e guarda volumes, madeireira, oficina de compressores, oficina de dedetização, ossuário, posto de abastecimento de aeronaves, posto de combustíveis, posto de venda de gás liquefeito, radioterapia, recapagem de pneus, reciclagem, reservatório de água, retífica, sede de associações, sede de entidade religiosa, serviços de bombas de combustível para abastecimento de veículos de empresa, serviço de jato de areia, soldagem em geral, subestação reguladoras de energia elétrica, subestação reguladoras de telecomunicações, terminal de ônibus, torre de telecomunicação, usina de incineração e atividades similares.

**IV - Indústria:** atividade na qual se dá a transformação da matéria-prima em bens de produção ou de consumo de qualquer natureza ou extração de matéria prima, subclassificando-se em:

- a) Quanto ao porte:
- Pequena: com área construída menor que 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados);
  - Média: com área construída entre 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) e 600,00m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados);
  - Grande: com área construída maior que 600,00m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados).
- b) Quanto à agressividade ao meio-ambiente, além do descrito no Art. 29 desta Lei:
- I1 – Indústria Caseira: exerce atividade artesanal não incômoda, não nociva e não perigosa para o meio ambiente e às pessoas, que produz ruídos de até 40dB (quarenta Decibéis) audíveis fora da edificação que não gere tráfego ou poluição ambiental, tais como: fabricação de balas e doces caseiros, fabricação de calçados, micro cervejaria e atividades similares;
  - I2 – Indústria Incômoda: exerce atividade potencialmente incômoda que gere tráfego ou emita ruídos acima de 40dB (quarenta Decibéis) audíveis fora da edificação, sem manipulação ou produção de materiais perigosos ou tóxicos e sem produção de resíduos poluentes sólidos, líquidos ou gasosos, tais como:



confeções de roupas e artefatos de tecido, fabricação de artefatos diversos de couros e/ou peles (exceto calçados, artigos de vestuário e selaria), fabricação de artefatos e/ou móveis de bambu e/ou vime e/ou junco e/ou palha trançada (exceto móveis e chapéus), fabricação de artefatos e/ou móveis de madeira torneada, fabricação de artigos de madeira para uso doméstico e/ou industrial e/ou comercial, fabricação de artigos de material plástico para embalagem e/ou acondicionamento (impressos ou não), fabricação de artigos de passamanaria e/ou fitas e/ou filós e/ou rendas e/ou bordados, fabricação de artigos diversos de material plástico (fitas, flâmulas, dísticos, brindes, objetos de adornos ou artigos de escritórios), fabricação de estopas e/ou de materiais para estofos e/ou recuperação de resíduos têxteis, fabricação de estruturas de madeira e/ou artigos de carpintaria, fabricação de malharia e/ou de tecidos elásticos, fabricação de peças e/ou ornatos e/ou estruturas de cimento e gesso, fabricação de produtos de perfumaria e/ou velas, fabricação e/ou engarrafamento de bebidas, industrialização de produtos de origem animal, industrialização de produtos de origem vegetal, serviço industrial de usinagem e/ou soldas e semelhantes e/ou reparação de máquinas e/ou manutenção de máquinas e/ou aparelhos e/ou equipamentos e/ou veículos, todas as atividades da indústria editorial e gráfica e atividades similares;

- I3 – Indústria Nociva: exerce atividade incômoda, potencialmente nociva e potencialmente perigosa que gere tráfego ou emita ruídos acima de 40dB (quarenta Decibéis) audíveis fora da edificação, tais como: acabamento de fios e/ou tecidos não processados em fiações e tecelagens, beneficiamento de borracha natural, beneficiamento e/ou fiação e/ou tecelagem de fibras têxteis vegetais e de origem animal artificiais e sintéticas, beneficiamento e/ou moagem e/ou torrefação e/ou fabricação de produtos alimentares, elaboração de produtos diversos de minerais não metálicos, elaboração de vidro e cristal, fabricação de acabamento de superfícies (jateamento), fabricação de aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore e/ou ardósia e/ou granito e/ou outras pedras, fabricação de artefatos de borracha (peças e acessórios para veículos, máquinas e aparelhos, correias, canos, tubos, artigos para uso doméstico, galochas e botas, exclusive artigos de vestuário), fabricação de artefatos de papel não associada à produção de papel, fabricação de artefatos de papelão e/ou cartolina e/ou cartão (impressos ou não, simples ou plastificados, não associada à produção de papelão, cartolina e cartão), fabricação de artigos de metal sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação, fabricação de cigarros e/ou charutos e/ou cigarrilhas e/ou outras atividades de elaboração do tabaco não especificadas ou não classificadas, fabricação de concentrados aromáticos naturais e/ou artificiais e/ou sintéticos (inclusive mescla), fabricação de desdobramento de madeiras (exclusive serrarias), fabricação de fermentos e leveduras, fabricação de máquinas e/ou aparelhos e/ou equipamentos para comunicação e informática,

fabricação de máquinas e/ou aparelhos e/ou peças e/ou acessórios sem tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição, fabricação de material elétrico, fabricação de peças e/ou ornatos e/ou estruturas de amianto fibrocimento, fabricação de resinas e/ou fibras e/ou fios artificiais e sintéticos e/ou borracha e látex sintéticos, fabricação de sabão e/ou detergentes e/ou glicerina, fabricação de tecidos especiais, fabricação de telhas e/ou tijolos e/ou outros artigos de barro cozido (exclusive cerâmica), fabricação de tintas e/ou esmaltes e/ou lacas e/ou vernizes e/ou impermeabilizantes e/ou solventes e/ou secantes, fabricação de vinagre, fabricação e acondicionamento de pneumáticos e câmaras de ar e/ou fabricação de material para acondicionamento de pneumáticos, lavagem e amaciamento, produção de laminados de aço, preparação de fumo, produção de manteiga de cacau e/ou gorduras de origem animal destinadas à alimentação, produção de óleos e/ou gorduras e/ou ceras vegetais e animais (em bruto, de óleos de essências vegetais e outros produtos de destilação da madeira, exclusive refinação de produtos alimentares), resfriamento e distribuição de leite, refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais, serralheria, todas as atividades industriais dedicadas à fabricação de produtos farmacêuticos e/ou veterinários, usinas de produção de concreto e atividades similares;

- I4 – Indústria Perigosa: exerce atividades incômodas, nocivas e perigosas, estando sujeitas à análise pelo Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, e Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos, para cada caso, e aprovação de órgãos estaduais competentes para sua implantação no Município, tais como: abate de animais em abatedouros e/ou frigoríficos e/ou charqueadas, beneficiamento de minerais com flotação, beneficiamento e/ou preparação de carvão mineral não associado à extração, curtimento e/ou outras preparação de couros e/ou peles, fabricação de adubos e/ou fertilizantes e/ou corretivos de solo, fabricação de artefatos têxteis com estamparia e/ou tintura, fabricação de artigos de metal não especificados ou não classificados com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação, fabricação de carvão vegetal e/ou ativado e/ou cardiff, fabricação de cimento, fabricação de corantes e/ou pigmentos, fabricação de material cerâmico, fabricação de papel e/ou celulose, fabricação de pilhas e/ou baterias e/ou acumuladores, fabricação de preparados para limpeza e/ou polimento e/ou desinfetantes e/ou inseticidas e/ou germicidas e/ou fungicidas, fabricação de rações balanceadas e/ou de alimentos preparados para animais (inclusive farinhas de carne, sangue, osso, peixe e pena), preparação de conservas de carnes e/ou produção de banha de porco e/ou de outras gorduras domésticas de origem animal, preparação de pescado e/ou fabricação de conservas de pescado, preparação do leite e/ou fabricação de laticínios, produção de elementos químicos e/ou produtos químicos inorgânicos e/ou orgânicos e/ou organo inorgânicos (exclusive produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão mineral e de madeira), produção de ferro e/ou aço

e/ou suas ligas em qualquer forma (sem redução de minério, com fusão metalúrgica dos metais) e/ou ligas não ferrosos em formas primárias (inclusive metais preciosos), recuperação e/ou refino de óleos minerais e/ou vegetais e/ou animais, refino do petróleo e/ou destilação de álcool por processamento de cana de açúcar e/ou mandioca e/ou madeira e/ou outros vegetais, siderurgia e/ou elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios (inclusive ferro gusa), tingimento e/ou estamparia e/ou outros acabamentos em roupas e/ou peças do vestuário e/ou artefatos diversos de tecidos, usinas de produção de concreto asfáltico e atividades similares.

- V -** Agricultura de Hortifrutigranjeiros: atividade na qual se utiliza a fertilidade do solo para produção de plantas e para necessidade do próprio agricultor ou com vistas de mercado;
- VI -** Lazer Público ou Privado: atividade na qual as pessoas exercem o direito ao descanso, ao encontro com outras pessoas e ao divertimento, seja em espaço criado, mantido e regulamentado pelo poder público, seja em espaço privado.

**§1º** As atividades que não se enquadram nas especificações deste Artigo serão analisadas, tendo em vista suas características específicas, pelo Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, e pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, ouvidos os órgãos estaduais e federais competentes, e a decisão deverá sempre buscar pela semelhança ou similaridade com os usos previstos e que melhor se enquadre na definição dos usos.

**§2º** Não sendo possível tal procedimento, a Prefeitura Municipal elaborará projeto de lei, a ser encaminhado à Câmara Municipal para aprovação.

**§3º** Postos de saúde, escolas de ensino fundamental e órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, somente poderão se localizar em lotes lindeiros a vias coletoras ou arteriais, ou com acesso principal às mesmas.

## CAPÍTULO II DO ZONEAMENTO URBANO

**Art. 6º** Os perímetros urbanos do Município de Bandeirantes, conforme Anexo IV – Mapa do Zoneamento Urbano da Sede Municipal e Anexo V – Mapa do Zoneamento Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária, partes integrantes desta Lei, ficam subdivididos nas seguintes zonas, segundo o uso predominante:

- I -** Zonas de Comércio e Serviços: concentram, predominantemente, atividades comerciais e de prestação de serviços, especializados ou não, onde os demais usos permitidos são considerados complementares;



- II -** Zonas Residenciais: destinadas, predominantemente, ao uso residencial unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar, coletivo, geminado e em série, onde os outros usos permitidos são considerados como acessórios, de apoio ou complementação;
- III -** Zonas Industriais: concentram, estrategicamente, atividades industriais, sem o prejuízo da qualidade de vida dos habitantes e da preservação dos recursos ambientais;
- IV -** Zonas Especiais: destinadas à manutenção de padrões urbanísticos específicos em áreas onde há presença de atividades, usos e funções urbanas de caráter excepcional;
- V -** Zonas de Preservação Ambiental: destinadas à preservação do patrimônio ambiental, com possibilidade de uso para lazer público, ouvido o parecer dos órgãos municipais e estaduais competentes.

**§1º** As zonas de uso e ocupação do solo urbano são delimitadas pelo perímetro urbano, cursos d'água, vias públicas e divisas de lotes.

**§2º** Em lotes com frente para duas ou mais vias que caracterizam zonas de uso e ocupação diferentes, prevalecem os critérios da zona com parâmetros urbanísticos mais restritivos.

## SEÇÃO I DAS ZONAS RESIDENCIAIS

**Art. 7º** As Zonas Residenciais são áreas com a preferência do uso residencial qualificado, integrado ao ambiente natural local, permitindo ainda a instalação de atividades econômicas complementares, sem que haja o comprometimento da qualificação ambiental e da qualidade de vida dos moradores, sendo classificada em:

- I -** Zona Residencial 1 – ZR1: corresponde ao uso predominantemente residencial de média densidade, com padrão de ocupação unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar, coletiva e geminada;
- II -** Zona Residencial 2 – ZR2: corresponde ao uso predominantemente residencial de baixa a média densidade, com padrão de ocupação unifamiliar, bifamiliar, coletiva, geminada e em série;
- III -** Zona Residencial 3 – ZR3: corresponde ao uso predominantemente residencial de baixa densidade, com padrão de ocupação unifamiliar.

**Parágrafo único.** As diferentes Zonas Residenciais visam a distribuição homogênea da população na área urbana, tendo em vista o dimensionamento das redes da infraestrutura, do sistema viário e a configuração da paisagem.





## SEÇÃO II

### DAS ZONAS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

**Art. 8º** As Zonas de Comércio e Serviços são destinadas às atividades de produção econômica de comércio e serviços, sendo compatíveis aos parâmetros de incomodidade, condições de infraestrutura e características dos empreendimentos, classificadas quanto à intensidade dos usos em:

- I -** Zona de Comércio e Serviços 1 – ZCS1: destina-se, preferencialmente, à implantação de atividades de produção econômica de impacto ambiental e antrópico controlado, de natureza não incômoda, não nociva e não perigosa, que representem baixa sobrecarga no tráfego, além de abrigar o uso habitacional de alta densidade e concentrar empregos;
- II -** Zona de Comércio e Serviços 2 – ZCS2: destina-se, preferencialmente, à implantação de atividades de produção econômica geradoras de tráfego e potencialmente incômodas, nocivas e perigosas.

**Parágrafo único.** As diferentes Zonas de Comércio e Serviços visam compatibilizar a implantação das atividades com a infraestrutura existente, além de estimular sua implantação em locais adequados à sua intensidade e caráter.

## SEÇÃO III

### DAS ZONAS INDUSTRIAIS

**Art. 9º** As Zonas Industriais destinadas ao uso industrial, subdividem-se em:

- I -** Zona Industrial 1 – ZI1: caracteriza-se pelo uso não-poluitivo, compreendendo atividades industriais não incomodas, nocivas ou perigosas, compatíveis com zonas urbanas de uso diversificado;
- II -** Zona Industrial 2 – ZI2: exclusivamente industrial, reservada às atividades que signifiquem uso incômodo ou nocivo, mesmo depois de submetidas a meios adequados de proteção, condicionados ao licenciamento dos órgãos competentes.

**Parágrafo único.** As diferentes Zonas Industriais visam garantir a qualidade do ambiente urbano, possibilitando a necessária segregação das atividades que apresentem grau de incomodidade incompatível com as funções cotidianas da população, tais como morar, recrear circular, trabalhar e estudar.

## SEÇÃO IV DAS ZONAS ESPECIAIS

**Art. 10.** As Zonas Especiais – ZE, destinam-se à manutenção de padrões urbanísticos específicos em áreas onde há presença de atividades, usos e funções urbanas de caráter excepcional, subclassificando-se em:

- I -** Zona Especial de Interesse Social – ZEIS: corresponde as áreas destinadas a criar conjuntos habitacionais para a população de baixa renda ou ocupadas por conjuntos habitacionais já implantados, onde devem ser aplicados programas de regularização urbanística e fundiária a fim de incorporar os espaços urbanos irregulares à cidade legal, ou áreas que apresentam grau de urbanização precário, com baixa provisão de infraestrutura e serviços públicos, com necessidade de intervenções visando melhorar a paisagem e a qualificação urbana, através de obras de revitalização das vias e espaços públicos, implantação de infraestrutura, construção de equipamentos urbanos e programas sociais para resgatar a qualidade de vida da população e fazer cumprir a função social da propriedade;
- II -** Zona Especial de Interesse Histórico – ZEIH: corresponde à área urbana central próxima a linha férrea, onde situam-se edificações com valor patrimonial e histórico, com prioridade para a instalação de equipamentos comunitários, atividades culturais e de lazer e atividades de comércio e serviços, desde que proporcionem a recuperação e reutilização através do repovoamento sustentável;
- III -** Zona Especial de Interesse Turístico – ZEIT: corresponde às áreas de alto potencial turístico, destinadas ao incremento do Turismo no Município, sendo permitida a instalação de equipamentos comunitários, atividades culturais e de lazer e atividades de comércio e serviços, desde que proporcionem a exploração sustentável do potencial turístico;
- IV -** Zona de Equipamentos Especiais – ZEE: corresponde às áreas ocupadas por equipamentos urbanos ou equipamentos comunitários de importância municipal, sujeitos a normas municipais, estaduais e federais específicas, tais como o Campus da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Parque do Povo, Terminal Rodoviário, Cemitério Municipal e Estação de Tratamento de Esgotos.

## SEÇÃO V DA ZONA DE EXPANSÃO URBANA

**Art. 11.** A Zona de Expansão Urbana – ZEU corresponde a uma reserva de área para expansão urbana futura, preferencialmente residencial, cuja ocupação será permitida quando preenchido os requisitos definidos na Lei do Plano Diretor Municipal e leis vinculadas a esta, sendo permitida a implantação de núcleos residenciais de recreio de baixa densidade, desde que respeitadas as diretrizes viárias estabelecidas pela Lei do Sistema Viário.



## SEÇÃO VI

### DA ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 12.** A Zona de Preservação Ambiental – ZPA, corresponde às Áreas de Preservação Permanente – APP, das nascentes, cursos e corpos d’água e dos fragmentos de vegetação nativa, não parceláveis e não edificáveis, tendo como diretrizes a preservação e recuperação dos recursos naturais, respeitando as exigências do Novo Código Florestal e do Instituto de Água e Terra do Paraná – IAT, sendo permitida a implantação de equipamentos de suporte às atividades de recreação, desde que públicos e preferencialmente sem edificações, após aprovação pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET.

## CAPÍTULO III

### DA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

**Art. 13.** A ocupação do solo é disciplinada pelos parâmetros de ocupação do solo urbano em cada zona de uso e ocupação do solo urbano, expressos no Anexo II – Tabela de Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano, parte integrante desta Lei, onde são estabelecidos:

- I -** Coeficiente de Aproveitamento: valor que, se multiplicado pela área do lote, determina a área máxima a construir, sendo variável para cada zona e subdividindo-se em:
  - a) Coeficiente de Aproveitamento Mínimo – CA Min: refere-se ao parâmetro mínimo de ocupação do solo, para fins de caracterizar a subutilização do imóvel na aplicação dos instrumentos de cumprimento da função social da propriedade;
  - b) Coeficiente de Aproveitamento Básico – CA Bas: refere-se ao índice construtivo permitido para a zona;
  - c) Coeficiente de Aproveitamento Máximo – CA Max: refere-se ao índice construtivo máximo permitido para a zona, atingido somente através da aquisição de direito de construir perante a Prefeitura Municipal e, quando exigido, mediante Outorga Onerosa do Direito de Construir.
- II -** Taxa de ocupação: proporção entre a projeção máxima da edificação sobre o lote e a área desse mesmo lote, multiplicada por 100 (cem);
- III -** Taxa de Permeabilidade mínima: proporção entre a área não pavimentada do lote e a área total do lote, multiplicada por 100 (cem);
- IV -** Lote Mínimo: área mínima do lote em metros quadrados;
- V -** Testada Mínima: dimensão mínima, em metros, da frente do lote;
- VI -** Número de Pavimentos: altura máxima medida em pavimentos permitida para a edificação em determinada zona, contada a partir do pavimento do acesso principal;

- VII -** Recuo Mínimo: distância entre o limite externo da área ocupada pela edificação e a divisa do lote.

## SEÇÃO I

### DO COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO

**Art. 14.** Coeficiente de aproveitamento – CA, é o índice urbanístico que define o potencial construtivo do lote, sendo calculado mediante a multiplicação da área total do lote pelo índice do CA da zona de uso e ocupação do solo em que se situa.

**§1º** Não serão computados como área construída, para cálculo do Coeficiente de Aproveitamento, e, em nenhuma hipótese, poderão receber outra finalidade:

- I -** Terraço de cobertura com área coberta ocupando até 50% (cinquenta por cento) da laje, desde que de uso comum;
- II -** Sacada, desde que não vinculada a dependências de serviço;
- III -** Área de escada de incêndio;
- IV -** Poço de elevadores, casas de máquinas ou bombas, casas de transformadores ou geradores, caixas d'água, centrais de ar condicionado, instalações de aquecimento de água, instalações de gás, contadores e medidores em geral e instalações para depósito de lixo;
- V -** Área de recreação, conforme exigência do Art. 33 desta Lei;
- VI -** Área para estacionamento quando localizada sob pilotis ou subsolo;
- VII -** Pavimentos situados no subsolo para fins residenciais, desde que observadas as exigências mínimas estabelecidas nesta Lei, no Código de Obras e no Código de Posturas.

**§2º** No cálculo dos coeficientes de aproveitamento adotam-se duas casas decimais, sem arredondamentos.

**Art. 15.** O Coeficiente de Aproveitamento – CA, divide-se em:

- I -** Coeficiente de Aproveitamento Mínimo – CA Min, refere-se ao parâmetro mínimo de ocupação do solo, para fins de caracterizar a subutilização do imóvel na aplicação dos instrumentos de cumprimento da função social da propriedade;
- II -** Coeficiente de Aproveitamento Básico – CA Bas, refere-se ao índice construtivo permitido para a zona;
- III -** Coeficiente de Aproveitamento Máximo – CA Max, refere-se ao índice construtivo máximo permitido para a zona, atingido somente através da aquisição de direito de construir perante o Poder Executivo Municipal e, quando exigido, mediante Outorga Onerosa do Direito de Construir.



## SEÇÃO II DA TAXA DE OCUPAÇÃO

**Art. 16.** Taxa de Ocupação – TO, corresponde ao índice urbanístico que limita a máxima projeção ortogonal possível da área construída sobre o lote, conforme definido no Anexo II – Tabela de Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano, parte integrante desta Lei, não sendo computados, no seu cálculo, os seguintes elementos da construção:

- I -** Piscinas, parque infantil, jardins e outros espaços de lazer ao ar livre, implantados ao nível natural do terreno;
- II -** Pérgulas;
- III -** Marquises;
- IV -** Beirais de até 1,00m (um metro);
- V -** Sacadas e balcões com até 1,20m (um metro e vinte centímetros) de profundidade, engastados em até dois lados da edificação e com área inferior a 5,00% (cinco por cento) da área do pavimento onde se situarem;
- VI -** Estacionamentos descobertos;
- VII -** Projeções de cobertura e alpendres, ambos em balanço, com no máximo 6,00m (seis metros) de balanço e 60,00m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) de área, limitado seu fechamento em apenas uma lateral, independentemente de uso ou de base pavimentada.

## SEÇÃO III DA TAXA DE PERMEABILIDADE

**Art. 17.** Taxa de Permeabilidade – TP, corresponde à área descoberta e permeável do lote, em relação a sua área total, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e propicie alívio para o sistema público de drenagem urbana, conforme índice definido no Anexo II – Tabela de Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano, parte integrante desta Lei.

**§1º** A TP representará um percentual da área de cada lote e terá um valor adequado para cada zona de uso e ocupação do solo, conforme Anexo II – Tabela de Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano, parte integrante desta Lei.

**§2º** A área permeável deverá se localizar obrigatoriamente no pavimento térreo.

**§3º** A área permeável não poderá receber nenhum tipo de revestimento que impeça a infiltração imediata da água.

**§4º** Não serão contabilizados na TP estruturas como fossas sépticas, sumidouros, cisternas, reservatório de acumulação, piscinas, espelhos d'água e coberturas, mesmo que removíveis.

**§5º** São considerados materiais totalmente permeáveis a vegetação, incluindo grama, pedrisco solto, brita e paver drenante (em concreto poroso assentado sobre colchão de areia ou pó de pedra).

**§6º** São considerados materiais semipermeáveis, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento), o concregrama, asfalto poroso, concreto poroso ou outro com comprovação do percentual de permeabilidade por laudo técnico de profissional habilitado.

#### SEÇÃO IV DO ÁREA MÍNIMA DO LOTE

**Art. 18.** Área Mínima do Lote corresponde à indicação da área mínima, em metros quadrados, exigida para o lote, estabelecida para fins de parcelamento do solo, considerando índices urbanísticos específicos para cada zona de uso e ocupação do solo, definidos no Anexo II – Tabela de Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano, parte integrante desta Lei.

#### SEÇÃO V DA TESTADA MÍNIMA

**Art. 19.** Testada Mínima é a indicação da dimensão mínima da testada (frente) de um lote, em metros, estabelecida para fins de parcelamento do solo no Anexo II – Tabela de Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano, parte integrante desta Lei, considerando:

- I -** Testada ou Frente é o comprimento da linha que separa o lote particular do logradouro público e que coincide com o alinhamento existente ou projetado pelo Município;
- II -** Testada Mínima Normal é a dimensão mínima da testada de um lote não caracterizado como esquina;
- III -** Testada Mínima de Esquina é a dimensão mínima das testadas de um lote que possua duas ou mais testadas contínuas voltadas para vias públicas, onde deverá ser acrescido o recuo obrigatório previsto para a zona de uso e ocupação do solo onde o lote se situa;
- IV -** Alinhamento é a linha projetada e locada ou indicada pela Prefeitura Municipal para marcar o limite entre o lote particular e o logradouro público.

#### SEÇÃO VI DO NÚMERO MÁXIMO DE PAVIMENTOS

**Art. 20.** Entende-se como número total de pavimentos, excluídos apenas os pavimentos de subsolo, a altura máxima da edificação medida em número de pavimentos, tendo um índice



adequado para cada zona de uso e ocupação do solo, conforme o Anexo II – Tabela de Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano, parte integrante desta Lei.

**§1º** Entende-se como pavimento térreo o pavimento que, no projeto, apresentar piso compreendido entre as cotas de 1,00m (um metro) acima ou abaixo do nível mediano do meio-fio do logradouro público lindeiro.

**§2º** Entende-se como subsolo os pavimentos localizados abaixo do pavimento térreo.

**Art. 21.** O subsolo será dispensado dos recuos laterais, mas não será dispensado da Taxa de Permeabilidade exigida para a respectiva zona.

## SEÇÃO VII DOS RECUOS MÍNIMOS

**Art. 22.** Recuos Mínimos são a menor distância entre a face externa da edificação e o limite do lote, considerando:

- I -** Recuo Frontal: distância mínima entre a face externa da edificação e a testada do lote;
- II -** Recuo de Fundo: distância mínima entre a face externa da edificação e as divisas de fundos do lote;
- III -** Recuo Lateral: distância mínima entre a face externa da edificação e as divisas laterais do lote.

**§1º** Edificações com 2 (dois) ou mais pavimentos deverão respeitar recuo lateral mínimo de 2,00m (dois metros) a partir do primeiro pavimento.

**§2º** Os lotes de esquina deverão respeitar recuo mínimo de 3,00m (três metros) em todas as testadas voltadas para vias públicas.

**§3º** É dispensável o recuo lateral em edificações que não tenham aberturas voltadas para a respectiva divisa lateral do lote.

**§4º** É dispensável o recuo de fundos em edificações que não tenham aberturas voltadas para a respectiva divisa de fundos do lote.

**§5º** Todas as edificações de madeira, independentemente da existência de aberturas, deverão respeitar recuos laterais e recuos de fundos mínimos de 2,00m (dois metros).

**§6º** Entre duas ou mais edificações no mesmo lote, os recuos mínimos entre elas serão iguais ao recuo lateral mínimo a que estiverem sujeitas, face às disposições previstas nesta Lei.

## CAPÍTULO IV DOS EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO

**Art. 23.** Os Empreendimentos de Impacto são aqueles que podem causar danos e/ou alteração no ambiente socioeconômico, natural ou construído, ou sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura básica, quer sejam construções públicas ou privadas, residenciais ou não residenciais.

**Art. 24.** São considerados empreendimentos de impacto:

- I - edificações não residenciais com área construída igual ou superior a 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados);
- II - edificações residenciais com mais de 30 (trinta) unidades;
- III - condomínios horizontais residenciais com área superior a 5.000 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados) ou com mais de 20 (vinte) frações destinadas a unidades residenciais;
- IV - empreendimentos industriais com área superior a 500 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados).

**Art. 25.** Entre outros, são considerados empreendimentos de impacto as seguintes atividades, independente da área construída:

- I - *shopping centers*, galerias e centros comerciais;
- II - centrais de carga;
- III - centrais de abastecimento;
- IV - estações de tratamento de efluentes;
- V - terminais de transporte;
- VI - transportadora;
- VII - garagem de veículos de transporte de passageiros;
- VIII - cemitérios e crematórios;
- IX - presídios;
- X - postos de serviço, com venda de combustível;
- XI - depósitos de gás liquefeito de petróleo (GLP);
- XII - supermercados e hipermercados;
- XIII - estações de rádio base;
- XIV - depósitos e fábricas de material explosivo;
- XV - templos religiosos;
- XVI - aterro sanitário;
- XVII - aterro de resíduos tóxicos e perigosos;
- XVIII - usinas de compostagem e reciclagem de resíduos sólidos urbanos;





- XIX** - emissários de esgoto;
- XX** - incineradores de produtos tóxicos e perigosos;
- XXI** - incineradores de resíduos de serviços de saúde;
- XXII** - linhas de transmissão com mais de 230kW (duzentos e trinta *quilowatts*);
- XXIII** - usinas termelétricas e termonucleares;
- XXIV** - estações de transmissão de energia elétrica;
- XXV** - rodovias primárias e autoestrada;
- XXVI** - urbanização de polos industriais e distritos industriais;
- XXVII** - instalações de armazenagem de produtos perigosos;
- XXVIII** - extração mineral, compreendendo pedreira de brita, pedreira de bloco, carvão mineral, chumbo, calcário, petróleo e gás natural, amianto, xisto, entre outros, causadores de danos a saúde.

**Parágrafo único.** Quando julgar necessário, o poder público municipal poderá definir outros empreendimentos não mencionados neste artigo como impactantes.

**Art. 26.** A aprovação e instalação dos empreendimentos previstos no Art. 24 e Art. 25 desta Lei estão condicionadas a parecer favorável da Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos, do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, e aprovação, pelo poder público municipal, do Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV).

## CAPÍTULO V DOS ALVARÁS

**Art. 27.** Os usos das edificações que contrariarem as disposições desta Lei, serão definidos e em prazo a ser estabelecido para a sua regulamentação ou adequação.

**§1º** Cabe à Prefeitura, dentro do prazo de um ano, os procedimentos para regularizar o exposto neste Artigo;

**§2º** Será proibida toda ampliação e reforma nas edificações cujos usos contrariem as disposições desta Lei.

**§3º** A concessão de alvará para construir, reformar ou ampliar obra residencial, comercial, de prestação de serviços ou industrial somente poderá ocorrer com observância das normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidos nesta Lei.

**Art. 28.** Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados enquanto vigerem, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação desta Lei.

**Parágrafo único.** Uma construção é considerada iniciada se as fundações e baldrame estiverem concluídos.

**Art. 29.** Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviços ou industrial somente serão concedidos desde que observadas as normas estabelecidas nesta Lei, quanto às determinações para o uso e ocupação do solo previstas para cada zona de uso e ocupação do solo.

**Art. 30.** Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviços ou industrial serão concedidos sempre a título precário.

**Parágrafo único.** Os alvarás a que se refere o presente Artigo poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes, contrariando as disposições desta Lei, ou demais Leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

**Art. 31.** A Prefeitura Municipal não concederá alvará de funcionamento para qualquer uso, em quaisquer das zonas instituídas por esta Lei, quando o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) tiver conclusão desfavorável.

**Art. 32.** A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviços ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.

**Art. 33.** A permissão para a localização de qualquer atividade considerada perigosa, nociva ou incômoda dependerá da aprovação do projeto completo, se for o caso, pelos órgãos competentes da União, do Estado e do Município, além das exigências especificadas de cada caso.

**§1º** São consideradas perigosas, nocivas e incômodas aquelas atividades que por sua natureza:

- I -** Ponham em risco pessoas e propriedades circunvizinhas;
- II -** Possam poluir o solo, o ar e os cursos d'água;
- III -** Possam dar origem a explosões, incêndios e trepidações;
- IV -** Produzam gases, poeiras e detritos;
- V -** Impliquem na manipulação de matérias-primas, processos e ingredientes tóxicos;
- VI -** Produzam ruídos e conturbem o tráfego local.

**§2º** A implantação e operação de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental indicados no Anexo III – Relação de Atividades e Empreendimentos sujeitos ao Licenciamento Ambiental, parte integrante desta Lei, somente terão aprovação do projeto pela Prefeitura Municipal após a liberação da anuência junto ao órgão estadual ou federal competente, desde as etapas iniciais do projeto e instalação até sua efetiva operação, sob pena de responsabilização administrativa e nulidade dos seus atos.



**Art. 34.** Toda atividade considerada de grande porte ou considerada incômoda, nociva ou perigosa dependerá da aprovação da Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, para sua localização, além das exigências específicas de cada caso.

**Parágrafo único.** É atribuição da Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, julgar cada atividade industrial, ouvidos os órgãos estaduais competentes, quanto à agressividade ao meio ambiente, conforme Parágrafo 1º do Art. 2º desta Lei.

## CAPÍTULO VI DA PROTEÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA

**Art. 35.** Para os efeitos de proteção necessária dos recursos hídricos do Município ficam definidas as faixas de drenagem dos cursos d'água, de forma a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas e preservação de áreas verdes.

**§1º** Todos os cursos de água ou fundos de vale abrangidos pelo território municipal terão uma faixa arborizada de, no mínimo, 50m (cinquenta metros), ao redor das nascentes e 30m (trinta metros) para cada lado das margens, consideradas como área de preservação, portanto, não edificáveis.

**§2º** Nos cursos d'água canalizados abertos dever-se-á prever uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros para cada lado das paredes do canal.

**§3º** Nos cursos d'água canalizados cobertos dever-se-á prever uma faixa de manutenção não edificável de, no mínimo, 10 (dez) metros para cada lado das paredes da canalização.

**Art. 36.** A Prefeitura Municipal, a seu critério, poderá condicionar a permissão de obras de ampliação nos lotes existentes às margens já comprometidas dos cursos d'água, à feitura de obras de recuperação nos mesmos.

## CAPÍTULO VII DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO E ESTACIONAMENTO

**Art. 37.** Em todo edifício ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades habitacionais será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- I -** Quota de 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) de área aberta por unidade de moradia;
- II -** Quota de 3,00m<sup>2</sup> (três metros quadrados) de área coberta por unidade de moradia;
- III -** Localização em área isolada sobre os terraços, ou no térreo, desde que protegidas de ruas, locais de acesso de veículos e de estacionamentos;

- IV -** Superfície permeável, com areia ou vegetação, de, no mínimo, 12,00m<sup>2</sup> (doze metros quadrados), incluída na quota da alínea "a".

**Art. 38.** Em edifício comercial, de prestação de serviço e residencial coletivo, será obrigatório a destinação de área de estacionamento interno para veículos, conforme:

- I -** Em edifícios de habitação multifamiliar e coletiva: uma vaga de estacionamento por unidade residencial ou para cada 100,00m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área de unidades residenciais, excluídas as áreas de uso comum;
- II -** Em edifício de escritórios, uma vaga de estacionamento para cada 60,00m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) de área, excluída as áreas de uso comum;
- III -** Em oficinas mecânicas e comércio atacadista, uma vaga de estacionamento para cada 25,00m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) de construção, mais uma vaga para caminhões a cada 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) de construção;
- IV -** Em supermercados e similares: uma vaga para cada 25,00m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) de construção, mais uma vaga, no mínimo, para estacionamento de caminhões;
- V -** Em estabelecimentos hospitalares: uma vaga de estacionamento para cada 6 (seis) leitos, excluídas as vagas para ambulâncias;
- VI -** Em hotéis: uma vaga de estacionamento para cada 2 (duas) unidades de alojamento, incluindo uma vaga para ônibus;

**§1º** As áreas de estacionamento, quando cobertas e localizadas em área externa à edificação, não poderão ter a fachada aberta.

**§2º** No cálculo do número de vagas, não serão computadas as vagas situadas nas vias públicas, fora dos limites do lote.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

**Art. 39.** A regulamentação dos tipos de uso do solo e parâmetros de ocupação para as diversas zonas de uso e ocupação do solo urbano, estão estabelecidas respectivamente no Anexo I – Tabela de Usos do Solo Urbano e Anexo II – Tabela de Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano, partes integrantes desta Lei.

**Art. 40.** O remembramento de lotes que se situarem em zonas de uso e ocupação diferentes, somente poderá ser aprovado se houver parecer técnico favorável expedido pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e aprovação do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET.



## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 41.** São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

- I -** Anexo I – Tabela de Usos do Solo Urbano;
- II -** Anexo II – Tabela de Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano;
- III -** Anexo III – Relação de Atividades e Empreendimentos sujeitos ao Licenciamento Ambiental;
- IV -** Anexo IV – Mapa do Zoneamento Urbano da Sede Municipal;
- V -** Anexo V – Mapa do Zoneamento Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária.

**Art. 42.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a:

- I -** Lei Complementar nº 026, de 22 de fevereiro de 2011;
- II -** Lei Complementar nº 063, de 18 de junho de 2015;
- III -** Lei Complementar nº 079, de 2 de dezembro de 2016;
- IV -** Lei Complementar nº 92, de 18 de dezembro de 2017.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes

aos ..... de ..... de 2020.

Lino Martins  
Prefeito Municipal

## ANEXO I – TABELA DE USOS DO SOLO URBANO

Zona	Uso Permitido				Uso Permissível				Uso Proibido			
	Habitacional	Social e Comunitário	Comercial e de Serviços	Industrial	Habitacional	Social e Comunitário	Comercial e de Serviços	Industrial	Habitacional	Social e Comunitário	Comercial e de Serviços	Industrial
ZR1	H1, H2, H3, H4, H5	E1	CS1, CS2	-	H7, H8	E2	CS3	I1	H6	E3	CS4	I2, I3, I4
ZR2	H1, H2, H4, H6	E1	CS1	-	H7	-	CS2	I1	H3, H8	E2, E3	CS3, CS4	I2, I3, I4
ZR3	H1	-	-	-	H6, H7	E1	CS1	-	H2, H3, H4, H5, H8	E2, E3	CS2, CS3, CS4	I1, I2, I3, I4
ZCS1	H3, H4	E1, E2	CS1, CS2	I1	H1, H2, H5, H8	-	CS3	I2	H6, H7	E3	CS4	I3, I4
ZCS2	H3, H8	E1, E2, E3	CS1, CS2, CS3, CS4	I1, I2	H1, H2, H4	-	-	I3	H5, H6, H7	-	-	I4
ZI1	-	-	CS3, CS4	I1, I2	H1, H8	E2, E3	CS1, CS2	I3	H2, H3, H4, H5, H6, H7	E1	-	I4
ZI2	-	-	-	I2, I3	-	E3	CS3, CS4	I1, I4	H1, H2, H3, H4, H5, H6, H7, H8	E1, E2	CS1, CS2	-
ZEIS	H7	E1	CS1	I1	H1, H2, H3, H4, H5, H6	E2	CS2	-	H8	E3	CS3, CS4	I2, I3, I4
ZEIH	H4	E1, E2	CS1, CS2	-	H8	E3	CS3	I1, I2	H1, H2, H3, H5, H6, H7	-	CS4	I3, I4
ZEIT	H8	E3	-	-	H1, H4	E1, E2	CS2, CS3, CS4	-	H2, H3, H5, H6, H7	-	CS1	I1, I2, I3, I4
ZEE	-	E2, E3	-	-	-	E1	-	-	H1, H2, H3, H4, H5, H6, H7, H8	-	CS1, CS2, CS3, CS4	I1, I2, I3, I4
ZEU	H1, H2	-	-	-	H4, H6, H7, H8	E1, E2, E3	CSA, CS2, CS3, CS4	I1, I2, I3	H3, H5	-	-	I4
ZPA	-	-	-	-	-	-	-	-	H1, H2, H3, H4, H5, H6, H7, H8	E1, E2, E3	CS1, CS2, CS3, CS4	I1, I2, I3, I4

- Uso habitacional: H1 – Habitação Unifamiliar, H2 – Habitação Bifamiliar, H3 – Habitação Multifamiliar, H4 – Habitação Coletiva, H5 – Habitação Geminada, H6 – Habitação em Série, H7 – Habitação de Interesse Social, H8 – Habitação Transitória;
- Uso Social e Comunitário: E1 – Equipamento Comunitário 1, E2 – Equipamento Comunitário 2, E3 – Equipamento Comunitário 3;
- Uso Comercial e de Serviços: CS1 – Comércio e Serviço de Bairro, CS2 – Comércio e Serviço Central, CS3 – Comércio e Serviço Geral, CS4 – Comércio e Serviço Específico;
- Uso Industrial: I1 – Indústria Caseira, I2 – Indústria Incômoda, I3 – Indústria Nociva, I4 – Indústria Perigosa.



## ANEXO II – TABELA DE PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Zona	Coeficiente de Aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima (%)			Número Máximo de Pavimentos	Taxa de Permeabilidade Mínima (%)	Área Mínima do Lote (m²)		Testada Mínima (m)		Recuos Mínimos (m)		
	Mínimo	Básico	Máximo	Subsolo	Base	Torre			Meio de Quadra	Esquina	Meio de Quadra	Esquina	Frente (res/com)	Lateral	Fundos
ZR1	0,125	1,20	2,40	70	70	50	Térreo+7	10	360,00	420,00	12,00	14,00	3,00/NA	1,50	1,50
ZR2	0,050	1,00	1,40	70	70	70	Térreo+3	10	360,00	420,00	12,00	14,00	3,00/NA	1,50	1,50
ZR3	0,050	1,00	1,40	70	70	NA	Térreo+1	10	250,00	280,00	10,00	12,00	3,00/NA	1,50	1,50
ZCS1	0,175	3,60	7,20	90	70	50	Térreo+10	10	360,00	420,00	12,00	14,00	3,00/NA	1,50	1,50
ZCS2	0,175	3,60	5,40	90	70	50	Térreo+7	10	360,00	420,00	12,00	14,00	3,00/NA	1,50	1,50
ZI1	0,125	1,20	1,80	80	80	NA	Térreo+1	10	700,00	1.000,00	14,00	20,00	6,00	2,00	2,00
ZI2	0,125	1,20	1,80	80	80	NA	Térreo+1	10	1.000,00	1.000,00	20,00	20,00	6,00	2,00	2,00
ZEIS	0,100	1,00	1,40	80	80	80	Térreo+3	10	180,00	200,00	8,00	10,00	3,00/NA	1,50	1,50
ZEIH	0,100	1,00	1,00	70	70	NA	Térreo+1	10	360,00	420,00	12,00	14,00	6,00	1,50	1,50
ZEIT	0,100	1,00	1,00	70	70	NA	Térreo+5	10	125,00	150,00	5,00	8,00	6,00	1,50	1,50
ZEE	0,100	1,00	1,00	70	70	NA	Térreo+1	10	360,00	420,00	12,00	14,00	6,00	1,50	1,50
ZEU	NA	0,20	0,30	20	20	NA	Térreo+1	60	2.400,00	2.400,00	48,00	48,00	6,00	2,00	2,00
ZPA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

- NA: Não se aplica.
- Edificações com 2 (dois) ou mais pavimentos deverão respeitar recuo lateral mínimo de 2,00m (dois metros) a partir do primeiro pavimento.
- Lotes de esquina deverão respeitar recuo mínimo de 3,00m (três metros) em uma testada voltada para via pública e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) nas demais testadas.
- É dispensável o recuo lateral em edificações de até dois pavimentos que não tenham aberturas voltadas para a respectiva divisa lateral do lote.
- É dispensável o recuo de fundos em edificações de até dois pavimentos que não tenham aberturas voltadas para a respectiva divisa de fundos do lote.
- Todas as edificações de madeira, independentemente da existência de aberturas, deverão respeitar recuos laterais e recuos de fundos mínimos de 2,00m (dois metros).
- Entre duas ou mais edificações no mesmo lote, os recuos mínimos entre elas serão iguais ao recuo lateral mínimo a que estiverem sujeitas, face às disposições previstas nesta Lei.

## ANEXO III – RELAÇÃO DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

### 1. Extração e tratamento de minerais:

- Pesquisa mineral com guia de utilização;
- Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento;
- Lavra subterrânea com ou sem beneficiamento;
- Lavra garimpeira;
- Perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.

### 2. Indústria de produtos minerais não metálicos:

- Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados à extração;
- Fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como: produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto e vidro, entre outros.

### 3. Indústria metalúrgica:

- Fabricação de aço e de produtos siderúrgicos;
- Produção de fundidos de ferro e aço / forjados / arames / relaminados com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia;
- Metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro;
- Produção de laminados / ligas / artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia;
- Relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas;
- Produção de soldas e anodos;
- Metalurgia de metais preciosos;
- Metalurgia do pó, inclusive peças moldadas;
- Fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia;
- Fabricação de artefatos de ferro / aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia;
- Têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.

### 4. Indústria mecânica:

- Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico e/ou de superfície.

### 5. Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações:





- Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores;
- Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática;
- Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.

**6. Indústria de material de transporte:**

- Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios;
- Fabricação e montagem de aeronaves;
- Fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.

**7. Indústria de madeira:**

- Serraria e desdobramento de madeira;
- Preservação de madeira;
- Fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada;
- Fabricação de estruturas de madeira e de móveis.

**8. Indústria de papel e celulose:**

- Fabricação de celulose e pasta mecânica;
- Fabricação de papel e papelão;
- Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.

**9. Indústria de borracha:**

- Beneficiamento de borracha natural;
- Fabricação de câmara de ar e fabricação e condicionamento de pneumáticos;
- Fabricação de laminados e fios de borracha;
- Fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex.

**10. Indústria de couros e peles:**

- Secagem e salga de couros e peles;
- Curtimento e outras preparações de couros e peles;
- Fabricação de artefatos diversos de couros e peles;
- Fabricação de cola animal.

**11. Indústria química:**

- Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos;
- Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira;
- Fabricação de combustíveis não derivados de petróleo;

- Produção de óleos /gorduras/ceras vegetais-animais/óleos essenciais vegetais e outros produtos da destilação da madeira;
- Fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos;
- Fabricação de pólvora/explosivos/detonantes/munição para caça-desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos;
- Recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais;
- Fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos;
- Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas;
- Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes;
- Fabricação de fertilizantes e agroquímicos;
- Fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários;
- Fabricação de sabões, detergentes e velas;
- Fabricação de perfumarias e cosméticos;
- Produção de álcool etílico, metanol e similares.

#### **12. Indústria de produtos de matéria plástica:**

- Fabricação de laminados plásticos;
- Fabricação de artefatos de material plástico.

#### **13. Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos:**

- Beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos;
- Fabricação e acabamento de fios e tecidos;
- Tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos;
- Fabricação de calçados e componentes para calçados.

#### **14. Indústria de produtos alimentares e bebidas:**

- Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares;
- Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal;
- Fabricação de conservas;
- Preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados;
- Preparação, beneficiamento e industrialização de leite e derivados;
- Fabricação e refinação de açúcar;
- Refino / preparação de óleo e gorduras vegetais;
- Produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação;
- Fabricação de fermentos e leveduras;



- Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais;
- Fabricação de vinhos e vinagre;
- Fabricação de cervejas, chopes e maltes;
- Fabricação de bebidas não alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação de águas minerais;
- Fabricação de bebidas alcoólicas.

#### **15. Indústria de fumo:**

- Fabricação de cigarros/charutos/cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo.

#### **16. Indústrias diversas:**

- Usinas de produção de concreto;
- Usinas de asfalto;
- Serviços de galvanoplastia.

#### **17. Obras civis:**

- Rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos;
- Barragens e diques;
- Canais para drenagem;
- Retificação de curso de água;
- Abertura de barras, embocaduras e canais;
- Transposição de bacias hidrográficas;
- Outras obras de arte.

#### **18. Serviços de utilidade:**

- Produção de energia termoelétrica;
- Transmissão de energia elétrica;
- Estações de tratamento de água;
- Interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário;
- Tratamento e destinação de resíduos industriais (líquidos e sólidos);
- Tratamento/ disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens usadas e de serviço de saúde, entre outros;
- Tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas;
- Dragagem e derrocamentos em corpos d'água;
- Recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.

#### **19. Transporte, terminais e depósitos:**

- Transporte de cargas perigosas;
- Transporte por dutos;
- Marinas, portos e aeroportos;
- Terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos;
- Depósitos de produtos químicos e produtos perigosos.

**20. Turismo:**

- Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos.

**21. Atividades diversas:**

- Parcelamento do solo;
- Distrito e Polo Industrial.

**22. Atividades agropecuárias:**

- Projeto agrícola;
- Criação de animais;
- Projetos de assentamentos e de colonização.

**23. Uso de recursos naturais:**

- Silvicultura;
- Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais;
- Atividade de manejo de fauna exótica e criadouro de fauna silvestre;
- Utilização do patrimônio genético natural;
- Manejo de recursos aquáticos vivos;
- Introdução de espécies exóticas e/ou geneticamente modificadas;
- Uso da diversidade biológica pela biotecnologia.





## ANEXO IV – MAPA DO ZONEAMENTO URBANO DA SEDE MUNICIPAL





---

## ANEXO V – MAPA DO ZONEAMENTO URBANO DO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA





## 50. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO SISTEMA VIÁRIO

LEI COMPLEMENTAR Nº 47, DE .... DE JUNHO DE 2020.

**SÚMULA: ALTERA, INSERE E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 028, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011, QUE DISPÕE DE DIRETRIZES DE ARRUAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DE BANDEIRANTES, CONSTANTE DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES.**

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O artigo 5º da Lei Complementar nº 028, de 22 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º. Para efeito desta Lei, são adotadas as seguintes definições:*

*I - Acesso: dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre:*

- a) logradouro público e propriedade privada;*
- b) propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio;*
- c) logradouro público e áreas de uso comum em condomínio.*

*II - Acostamento: parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando:*

- a) permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta;*
- b) proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para estacionamento fora da trajetória dos demais veículos;*
- c) permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego.*

*III - Alinhamento: linha projetada e locada ou indicada pelo Poder Executivo Municipal para demarcar o limite entre o lote e o logradouro público;*

*IV - Caixa da Via ou Largura da Via: distância, definida em projeto, entre os alinhamentos prediais;*

- V - *Caixa de Rolamento ou Pista de Rolamento ou Leito Carroçável: faixa da via destinada ao tráfego de veículos motorizados, excluídas as calçadas, o canteiro central e o acostamento;*
- VI - *Calçada: parte do logradouro público destinada à circulação de pedestres, segregada e em nível diferente à via, dotada, quando possível, de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;*
- VII - *Canteiro Central: espaço compreendido entre os bordos internos das caixas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;*
- VIII - *Ciclofaixa: parte da caixa de rolamento ou da calçada, destinada à circulação exclusiva de bicicletas, delimitada por sinalização específica;*
- IX - *Ciclovia: via destinada, única e exclusivamente, à circulação de bicicletas ou seus equivalentes não motorizados, separada fisicamente do tráfego comum;*
- X - *Cruzamentos ou Interseções: articulações do sistema viário nas diversas vias, classificando-se em:*
  - a) *Cruzamento simples: cruzamento em nível de, no máximo, duas vias que se interceptam, de preferência ortogonalmente;*
  - b) *Cruzamento rotulado: cruzamento em nível de duas ou mais vias que se interceptam, feito com controle de fluxo sinalizado;*
- XI - *Estrada Secundária: via que, na área rural do Município, realiza conexões de segunda classe ou acessos a propriedades específicas;*
- XII - *Estrada Vicinal: via que, na área rural do Município, estrutura o sistema de orientação dos principais fluxos de carga com a função de interligar as diversas partes do território, inclusive no acesso a outros Municípios;*
- XIII - *Faixa de Acesso: subdivisão da calçada que consiste no espaço de transição entre a área pública e o lote, destinada a acomodar rampas de acesso aos lotes lindeiros sob autorização da Prefeitura Municipal.*
- XIV - *Faixa de Domínio: porção do solo, de utilização pública, medida a partir do centro da pista para cada uma de suas laterais;*
- XV - *Faixa de Estacionamento: subdivisão da via, adjacente à faixa de trânsito, destinada ao estacionamento de veículos;*
- XVI - *Faixa de Segurança: subdivisão da via, adjacente à faixa de acostamento, que constitui a contenção lateral do pavimento, amplia a visão de conjunto da estrada para o motorista e reduz a interferência de obstáculos laterais.*
- XVII - *Faixa de Serviço: subdivisão da calçada destinada a acomodar o mobiliário urbano, a arborização urbana e os postes de iluminação ou sinalização;*

- XVIII - Faixa de Rolamento ou Faixa de Trânsito: qualquer uma das subdivisões da caixa de rolamento, com sinalização viária horizontal ou não, que tenha largura suficiente para permitir o tráfego de veículos motorizados;*
- XIX - Faixa non aedificandi: porção do solo onde são vedadas edificações de qualquer natureza;*
- XX - Greide: linha reguladora de uma via, composta de uma sequência de retas com declividades permitidas, traçadas sobre o perfil longitudinal do terreno;*
- XXI - Logradouro Público: toda parcela de território de domínio público, reconhecido pelo Poder Executivo Municipal e de uso comum da população, destinado ao tráfego de veículos, circulação de pedestres e ciclistas e comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo e outros);*
- XXII - Meio-Fio: linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa, em desnível, a calçada do leito carroçável das vias;*
- XXIII - Passeio: subdivisão da calçada destinada exclusivamente à circulação de pedestres, devendo ser livre de qualquer obstáculo e ter revestimento com pavimento de superfície regular e antiderrapante, inclinação transversal máxima de 2,00% (dois por cento) em direção à sarjeta e continuidade entre os lotes;*
- XXIV - Rodovia: via de responsabilidade da União ou do Estado, com a função de interligação intermunicipal, inter-regional ou interestadual;*
- XXV - Via Arterial: via com a finalidade de canalizar o tráfego de um ponto a outro dentro da área urbana, ligando dois ou mais bairros, constituindo-se como estruturadora da área urbana, alimentando e coletando o tráfego das vias Coletoras e Locais;*
- XXVI - Via Coletora: via que parte das vias arteriais e coleta o tráfego, distribuindo-o nas Vias Locais dos bairros;*
- XXVII - Via Local: via caracterizada pelo baixo volume de tráfego e pela função prioritária de acesso às propriedades."*

**Art. 2º** O artigo 6º da Lei Complementar nº 028, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 6º. Para efeito desta Lei, são adotados os seguintes dimensionamentos mínimos das vias:*

- I - Calçada: 3,00m (três metros), considerando (conforme Anexo IV – Calçada Padrão, parte integrante desta lei):*
- a) Faixa de Serviço: 0,80m (oitenta centímetros);*
- b) Faixa Livre ou Passeio: largura livre de 1,60m (um metro e sessenta centímetros) e altura livre de 2,10m (dois metros e dez centímetros);*



- c) Faixa de Acesso: 0,60m (sessenta centímetros);*
- II - Canteiro Central: 2,00m (dois metros);*
- III - Ciclovía ou Ciclofaixa:*
  - a) Unidirecional: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);*
  - b) Bidirecional: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);*
- IV - Faixa de Acostamento: 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);*
- V - Faixa de Estacionamento:*
  - a) 2,00m (dois metros) para vias locais;*
  - b) 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para vias coletoras e vias arteriais;*
- VI - Faixa de Domínio:*
  - a) 3,00m (três metros) em cada lado da via para estradas secundárias;*
  - b) 4,00m (quatro metros) em cada lado da via para estradas vicinais.*
- VII - Faixa de Rolamento:*
  - a) 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) para vias locais;*
  - b) 3,20m (três metros e vinte centímetros) para vias coletoras e estradas secundárias;*
  - c) 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) para vias arteriais e estradas vicinais."*

**Art. 3º** O artigo 7º da Lei Complementar nº 028, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 7º. As dimensões mínimas adotadas para as vias urbanas projetadas e seu prolongamento planejado são:*

- I - Via Arterial: largura mínima de 30,00m (trinta metros), contendo (conforme Anexo V – Perfil das Vias Arteriais projetadas, parte integrante desta Lei):*
  - a) 4 (quatro) faixas de rolamento com 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) cada;*
  - b) 2 (duas) faixas de estacionamento com 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;*
  - c) 2 (duas) ciclovias ou ciclofaixas unidirecionais com 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) cada;*
  - d) 1 (um) canteiro central com 2,00m (dois metros);*
  - e) 2 (duas) calçadas com 3,00m (três metros) cada.*
- II - Via Coletora: largura mínima de 17,40m (dezessete metros e quarenta centímetros), contendo (conforme Anexo VI – Perfil das Vias Coletoras projetadas, parte integrante desta Lei):*

- a) 2 (duas) faixas de rolamento com 3,20m (três metros e vinte centímetros) cada;
- b) 1 (uma) faixa de estacionamento com 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);
- c) 1 (uma) ciclovia ou ciclofaixa bidirecional com 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);
- d) 2 (duas) calçadas com 3,00m (três metros) cada.

III - Via Local: largura mínima de 15,60m (quinze metros e sessenta centímetros), contendo (conforme Anexo VII – Perfil das Vias Locais projetadas, parte integrante desta Lei):

- a) 2 (duas) faixas de rolamento com 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) cada;
- b) 2 (duas) faixas de estacionamento com 2,00m (dois metros) cada;
- c) 2 (duas) calçadas com 3,00m (três metros) cada.”

**Art. 4º** O artigo 8º da Lei Complementar nº 028, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 8º. A utilização da Faixa de Estacionamento nas vias urbanas será permitida, com exceção de trechos com estacionamento proibido que visem a garantia da fluidez do tráfego nos perímetros urbanos do Município e atendam ao disposto no Art. 181, parágrafo 8º, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.”*

**Art. 5º** A alínea “a” do artigo 11 da Lei Complementar nº 028, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 11. ...*

- a) *Execução de calçadas niveladas, conforme padrão estabelecido no Anexo IV – Calçada Padrão, parte integrante desta Lei, com revestimentos lisos, porém não escorregadios;”*

**Art. 6º** Fica acrescido o artigo 11-A à Lei Complementar nº 028, de 2011, com a seguinte redação:

*“Art. 11-A. O Plano de Rotas Acessíveis, apresentado no Anexo X – Plano de Rotas Acessíveis, parte integrante desta lei, dispõe sobre as calçadas com prioridade de implantação ou reforma pela Prefeitura Municipal, com vistas a garantir acessibilidade às Pessoas com Deficiência – PCD, e Pessoas com Mobilidade Reduzida – PMR, às vias que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres como órgãos públicos e equipamentos de saúde, educação, assistência social, esportes, cultura, correios e agências bancárias, entre outros.”*

**Art. 7º** Fica inserida a “Seção V – Da Arborização Urbana” ao “Capítulo II – Da Classificação e Definição” da Lei Complementar nº 028, de 2011.



**Art. 8º** Fica acrescido o artigo 11-B à "Seção V – Da Arborização Urbana" do "Capítulo II – Da Classificação e Definição" da Lei Complementar nº 028, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 11-B. A arborização urbana terá uma distância média entre si de 10,00m (dez metros), estando locada no terço externo do passeio na faixa de serviço, observando as espécies indicadas no Plano Municipal de Arborização Urbana.*

*§1º. Quando for necessário suprimir uma árvore, uma nova deverá ser plantada o mais próximo possível da anterior.*

*§2º. Em hipótese alguma poderá se deixar de plantar árvores em substituição às árvores suprimidas, cabendo à Prefeitura Municipal a fiscalização de acordo com o Código de Obras.*

*§3º. As calçadas desarborizadas receberão novas mudas de acordo com o Plano Municipal de Arborização Urbana, a ser elaborado.*

*§4º. Deverá ser evitada a utilização de árvores com ramos pendentes, garantindo altura livre mínima de 2,10m (dois metros e dez centímetros) a partir do piso, e árvores cujas raízes possam danificar o revestimento da calçada."*

**Art. 9º** Fica inserida a "Seção VI – Do Sistema Ciclovitário" ao "Capítulo II – Da Classificação e Definição" da Lei Complementar nº 028, de 2011.

**Art. 10.** Fica acrescido o artigo 11-C à "Seção VI – Do Sistema Ciclovitário" do "Capítulo II – Da Classificação e Definição" da Lei Complementar nº 028, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 11-C. O Poder Executivo Municipal deverá implantar infraestrutura ciclovitária no Sistema Viário Urbano, conforme o Sistema Ciclovitário Proposto apresentado no Anexo XI – Sistema Ciclovitário Proposto, parte integrante desta Lei.*

*Parágrafo único. A infraestrutura ciclovitária deverá ser implantada em vias potenciais para a circulação dos ciclistas, preferencialmente Vias Coletoras e Vias Arteriais, considerando sua conectividade em vias com largura satisfatória e inclinação adequada."*

**Art. 11.** O artigo 12 da Lei Complementar nº 028, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 12. Para efeitos desta Lei, e considerando o disposto no Código de Trânsito Brasileiro, as vias rurais do Município de Bandeirantes classificam-se de acordo com a seguinte hierarquia por ordem decrescente de importância:*

*I - Rodovias: vias de responsabilidade da União ou do Estado, com a função de interligação intermunicipal, inter-regional ou interestadual;*

*II - Estradas Vicinais ou Estradas de Estruturação Municipal: vias que:*

*a) interligam as diversas partes do território, inclusive conectando às áreas urbanas, às Rodovias e a outros Municípios;*

- b) desviam os fluxos de veículos das áreas urbanas;*
- c) garantem o escoamento da produção e o abastecimento das áreas urbanas e rurais.*
- III - Estradas Secundárias: vias que acessam os locais de produção e propriedades rurais específicas, interligando-as às Estradas Vicinais."*

**Art. 12.** O artigo 13 da Lei Complementar nº 028, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 13. As dimensões mínimas adotadas para as vias rurais são:*

*I - Estradas Vicinais: largura mínima de 16,00m (dezesesseis metros), contendo (conforme Anexo VIII – Perfil das Estradas Vicinais, parte integrante desta Lei):*

- a) 2 (duas) faixas de rolamento com 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) cada;*
- b) 2 (duas) faixas de acostamento com 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;*
- c) faixa de domínio com 2,00m (dois metros) em cada lado da via.*

*II - Estradas Secundárias: largura mínima de 14,40m (catorze metros e quarenta centímetros), contendo (conforme Anexo IX – Perfil das Estradas Secundárias, parte integrante desta Lei):*

- a) 2 (duas) faixas de rolamento com 3,20m (três metros e vinte centímetros) cada;*
- b) 2 (duas) faixas de acostamento com 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;*
- c) faixa de domínio com 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) em cada lado da via.*

*Parágrafo único. Nas vias rurais, as caixas das vias não poderão ser utilizadas para edificações ou qualquer espécie de exploração.*

**Art. 13.** O artigo 14 da Lei Complementar nº 028, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 14. As Rodovias serão dimensionadas a critério dos órgãos competentes da União ou do Estado por elas responsáveis."*

**Art. 14.** O artigo 20 da Lei Complementar nº 028, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 20. Para as Vias Arteriais, Vias Coletorias, Vias Locais e aquelas consideradas de interesse específico pelo Poder Público, a Prefeitura Municipal, através de órgãos competentes, executará projetos geométricos com base nas diretrizes do Plano Diretor do Município de Bandeirantes, da Lei de Parcelamento do Solo Urbano e do Capítulo II desta Lei, os quais definirão os elementos topográficos para a locação de todas estas vias.*





*§1º. Estes valores representam padrões desejáveis almejados, sempre que possível, desde que os custos se mantenham dentro de limites admissíveis.*

*§2º. Em casos excepcionais, poderá ser necessário empregar valores inferiores aos estabelecidos, à luz das circunstâncias locais, objetivando encontrar a solução de compromisso entre as exigências de projeto e as restrições físicas ou econômicas.*

*§3º. As Vias Coletoras e Vias Locais serão implantadas com base nas diretrizes de arruamento constantes do Anexo II – Mapa do Sistema Viário Urbano da Sede Municipal de Bandeirantes e Anexo III – Mapa do Sistema Viário Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária, partes integrantes desta Lei, obedecendo às dimensões mínimas para as vias projetadas estabelecidas no Art. 7º desta Lei.*

*§4º. Os elementos que constarão do projeto geométrico para as vias projetadas são:*

- I - largura da faixa de rolamento;*
- II - largura do canteiro central, se houver;*
- III - largura da calçada;*
- IV - raio mínimo de curva horizontal;*
- V - rampa máxima e rampa mínima;*
- VI - sobrelevação máxima;*
- VII - iluminação pública;*
- VIII - arborização;*
- IX - equipamentos complementares, se houver;*
- X - elementos de infraestrutura;*
- XI - sinalização viária;*
- XII - tipo e espessura da pavimentação.”*

**Art. 15.** O artigo 25 da Lei Complementar nº 028, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 25. Constituem partes integrantes desta Lei os seguintes anexos:*

- I - Anexo I – Mapa do Sistema Viário Municipal;*
- II - Anexo II – Mapa do Sistema Viário Urbano da Sede Municipal;*
- III - Anexo III – Mapa do Sistema Viário Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária;*
- IV - Anexo IV – Calçada Padrão;*
- V - Anexo V – Perfil das Vias Arteriais projetadas;*
- VI - Anexo VI – Perfil das Vias Coletoras projetadas;*



- VII - Anexo VII – Perfil das Vias Locais projetadas;*
- VIII - Anexo VIII – Perfil das Estradas Vicinais;*
- IX - Anexo IX – Perfil das Estradas Secundárias;*
- X - Anexo X – Plano de Rotas Acessíveis;*
- XI - Anexo XI – Sistema Cicloviário Proposto.”*

**Art. 16.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes  
aos ..... de ..... de 2020.

Lino Martins  
Prefeito Municipal





---

## ANEXO I – MAPA DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL





## ANEXO II – MAPA DO SISTEMA VIÁRIO URBANO DA SEDE MUNICIPAL





---

## ANEXO III – MAPA DO SISTEMA VIÁRIO URBANO DO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA







---

## ANEXO IV – CALÇADA PADRÃO





---

## ANEXO V – PERFIL DAS VIAS ARTERIAIS PROJETADAS





---

## ANEXO VI – PERFIL DAS VIAS COLETORAS PROJETADAS





---

## ANEXO VII – PERFIL DAS VIAS LOCAIS PROJETADAS







---

## ANEXO VIII – PERFIL DAS ESTRADAS VICINAIS





---

## ANEXO IX – PERFIL DAS ESTRADAS SECUNDÁRIAS





---

## ANEXO X – PLANO DE ROTAS ACESSÍVEIS





---

## ANEXO XI – SISTEMA CICLOVIÁRIO PROPOSTO





## 51. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO CÓDIGO DE OBRAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 48, DE .... DE JUNHO DE 2020.

**SÚMULA: ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº029, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS DE BANDEIRANTES.**

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica alterado o parágrafo 2º, do artigo 5, da Lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 5. ...*

*...*

*§2º. A Prefeitura, mediante requerimento, fornecerá uma Ficha Técnica contendo:*

- a) Informações sobre os parâmetros de uso e ocupação do solo, zoneamento, dados cadastrais disponíveis, alinhamento e, em caso de logradouro já pavimentado ou com o greide definido, o nivelamento da testada do terreno, além de ressalvas quando o greide de via pública estiver sujeito a modificações futuras;*
- b) As formas de apresentação, bem como seus prazos de validade, previstos em regulamento."*

**Art. 2º** Ficam alterados os incisos IV e VI, do artigo 8, da Lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 8. ...*

*...*

*IV – Planta de localização na escala 1:100 (um para cem) ou 1:200 (um para duzentos);*

*V – ...*

*VI – Cortes transversais e longitudinais na mesma escala da planta baixa, com a indicação dos elementos necessários à compreensão do projeto como pé-direito, dimensões das portas e das janelas, altura dos peitoris, perfis do telhado, nome dos compartimentos, altura e tipo dos revestimentos impermeáveis, tipo de piso e altura total até a última laje."*



**Art. 3º** Fica acrescido ao inciso IX, do artigo 8, da Lei Complementar nº 029, de 2011, as seguintes alíneas:

*“Art. 8. ...*

*...*

*IX – ...*

*...*

*e) Demarcação planialtimétrica do lote e quadra a que pertence;*

*f) Soluções de esgotamento sanitário e localização da caixa de gordura;*

*g) Posição do meio fio, largura do passeio, postes, tirantes, árvores no passeio, hidrantes e bocas de lobo;*

*h) Localização das árvores existentes no lote;*

*i) Indicação dos acessos, níveis, rampas e escadas.”*

**Art. 4º** Fica alterado o parágrafo 5º, do artigo 8, da Lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 8. ...*

*...*

*§5º. Os projetos da obra e a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, deverão ser apresentados conforme disposição do CREA-PR e/ou CAU.”*

**Art. 5º** Fica acrescido ao artigo 8, da Lei Complementar nº 29, de 2011, o seguinte parágrafo:

*“Art. 8. ...*

*...*

*§6º. A Prefeitura, mediante requerimento, fornecerá uma Ficha Técnica contendo:*

*I - Informações sobre os parâmetros de uso e ocupação do solo, zoneamento, dados cadastrais disponíveis, alinhamento e, em caso de logradouro já pavimentado ou com o greide definido, o nivelamento da testada do terreno, além de ressalvas quando o greide de via pública estiver sujeito a modificação futuras;*

*II - As formas de apresentação, bem como seus prazos de validade, previstos em regulamento.”*

**Art. 6º** Fica alterado o parágrafo 2º, do artigo 17, da Lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 17. ...*

*...*

*§2º. O Certificado de Conclusão de Obra só será expedido quando a edificação tiver habilidade com as seguintes condições:*

- I – Garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;*
- II – Possuir todas as instalações previstas em projeto, funcionamento à contento;*
- III – For capaz de garantir a seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;*
- IV – Não estiver em desacordo com as disposições desta Lei;*
- V – Atender às exigências do Corpo de Bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico;*
- VI – Tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado.”*

**Art. 7º** Fica acrescido ao artigo 17, da Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte parágrafo:

*“Art. 17. ...*

*...*

*§4º. Quando se tratar de edificações de interesse social, será considerada em condições de habitualidade a edificação que:*

- I – Garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;*
- II – Estiver de acordo com os parâmetros específicos para a zona onde estiver inserida, conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo.”*

**Art. 8º** Fica acrescido à Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:

*“Art. 21-A. O responsável técnico pela obra assume perante o Poder Executivo Municipal e terceiros que serão seguidas todas as condições previstas no projeto arquitetônico aprovado de acordo com esta Lei.*

*Parágrafo único. Deverá ser atendido o limite máximo de obras permitido por responsável técnico, de acordo com resolução do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PR, e Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.”*

**Art. 9º** Fica acrescido à Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:

*“Art. 21-B. São responsabilidades do profissional habilitado:*

- I – Conhecer e atender às leis e normas técnicas pertinentes a cada tipo de edificação e obra;*
- II – Atender à legislação que rege o exercício profissional;*
- III – Obter diretrizes junto ao órgão competente do Poder Executivo Municipal;*



*IV – Escolher equipamentos, componentes e materiais de construção e instalá-los corretamente;*

*V – Elaborar projetos e desenhos técnicos construtivos, de detalhamento e similares;*

*VI – Elaborar memoriais descritivos e de cálculo;*

*VII – Executar e acompanhar obras e/ou dirigir obras;*

*VIII – Obedecer aos prazos estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal em seus procedimentos administrativos;*

*IX – Acompanhar a tramitação dos processos;*

*X – Comunicar ocorrências que venham a interferir nos prazos e requisitos definidos nas licenças ou que configurem motivo de ação da fiscalização, tais como:*

*j) Executar obras emergenciais;*

*k) Retomar atividades que objetivem a suspensão de embargo da obra licenciada;*

*l) Paralisar ou reiniciar obras;*

*m) Dar baixa da ART ou RRT ou desistir do processo de licenciamento;*

*n) Concluir a obra e/ou serviços executados.*

*XI – Zelar pela segurança na obra e seus respectivos canteiros.”*

**Art. 10.** Fica alterado o artigo 22 da Lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 212. Só poderão ser inscritos no Município, os profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PR, e Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.”*

**Art. 11.** Fica alterado o parágrafo 1º, do artigo 24, da Lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 24. Realizada a vistoria e constatada a inexistência de qualquer infração, será intimado o interessado para dentro de 10 (dez) dias sob pena de embargo e/ou multa, apresentar novo responsável técnico o qual deverá satisfazer as condições deste Código e assinar também a comunicação a ser dirigida para a Prefeitura.”*

**Art. 12.** Fica acrescido ao artigo 24 da Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte parágrafo:

*“Art. 24. ...*

*...*

*§4º. A desistência do processo não isenta o responsável técnico pelo pagamento de multas aplicadas, tributos e preços públicos devidos durante o período de vigência de sua responsabilidade.”*

**Art. 13.** Fica acrescido ao artigo 30 da Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte parágrafo:

*"Art. 30. ...*

*Parágrafo único. As alterações no perfil do lote deverão constar no projeto arquitetônico."*

**Art. 14.** Fica acrescido à Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:

*"Art. 30-A. A execução de movimento de terra deverá ser precedida de autorização do Poder Executivo Municipal nas seguintes situações:*

*I – Movimento de terra com mais de 500,00m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de material;*

*II – Movimento de terra com mais de 100,00m<sup>3</sup> (cem metros cúbicos) de material nos terrenos localizados nas zonas onde a Lei de Uso e Ocupação do Solo estabelece essa atividade como permissível;*

*III – Movimentação de terra com qualquer volume em áreas lindeiras a cursos d'água, áreas de várzea e de solos hidromórficos ou alagadiços;*

*IV – Movimentação de terra de qualquer volume em áreas sujeitas à erosão;*

*V – Alteração de topografia natural do terreno que atinja superfície maior que 1.000,00m<sup>2</sup> (mil metros quadrados)."*

**Art. 15.** Fica acrescido à Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:

*"Art. 30-B. O requerimento para solicitar a autorização referida no artigo anterior deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:*

*I – Certidão de Registro do Imóvel atualizada, emitida, no máximo, 90 (noventa) dias antes da requisição da Licença para Construção e Demolição ou contrato de compra e venda;*

*II – Levantamento topográfico do terreno em escala, destacando cursos d'água, árvores, edificações existentes e demais elementos significativos;*

*III – Memorial descritivo informando a descrição da tipologia do solo, volume do corte e/ou aterro e volume do empréstimo ou retirada;*

*IV – Medidas a serem tomadas para proteção superficial do terreno;*

*V – Projetos contendo todos os elementos geométricos que caracterizem a situação do terreno antes e depois da obra, inclusive sistema de drenagem e contenção;*

*VI – Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, da obra.*

**Art. 16.** Fica acrescido ao artigo 32, da Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte parágrafo:

*"Art. 32. ...*

*...*

*§3º. A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por Pessoas com Deficiência (PCD) e Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR), os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo à NBR 9.050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou alterações posteriores.”*

**Art. 17.** Fica alterado o inciso V, do artigo 33, da Lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 33. ...*

*...*

*V – Nas escadas em leque, a largura mínima do degrau será de 0,10cm (dez centímetros), devendo, a 0,50cm (cinquenta centímetros), do bordo interno, o degrau apresentar a largura mínima do piso igual ou maior que 0,28cm (vinte e oito centímetros).”*

**Art. 18.** Fica alterado o inciso VI, do artigo 33, da Lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 33. ...*

*...*

*VI – As escadas deverão ser de material incombustível, quando atenderem a mais de dois pavimentos, excetuando-se habitação unifamiliar.”*

**Art. 19.** Fica acrescido ao artigo 40, da Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte parágrafo:

*“Art. 40. ...*

*...*

*§3º. As sacadas poderão projetar-se, em balanço, até 1,20m (um metro e vinte centímetros) sobre o recuo frontal e de fundos.”*

**Art. 20.** Fica acrescido ao artigo 55, da Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte parágrafo:

*“Art. 55. ...*

*...*

*§3º. No dimensionamento da área de recreação, 50% (cinquenta por cento), no mínimo, terá que constituir área contínua, não podendo ser calculada a partir da adição de áreas isoladas.”*

**Art. 21.** Fica acrescido à Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:

*“Art. 57-A. Nenhum projeto arquitetônico será aprovado sem o projeto da calçada e nenhuma obra receberá o “Habite-se” sem a execução da calçada conforme o padrão estabelecido na Lei do Sistema Viário.”*

**Art. 22.** Fica Acrescido à Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:

*"Art. 57-B. Obras temporárias de instalação ou manutenção dos equipamentos, mobiliário e ajardinamento que interfiram na calçada, deverão ser sinalizadas e isoladas, assegurando passagem para pedestres com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) ou um desvio protegido no leito carroçável, por meio de plataforma provisória, com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) e inclinação máxima de 10,00% (dez por cento)."*

**Art. 23.** Fica acrescido à Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:

*"Art. 57-C. Os terrenos situados nas zonas urbanas:*

*I – Serão fechados com muros, grades de ferro, madeira ou materiais similares;*

*II – Não poderão conter elementos pontiagudos quando se situarem na divisa da frente ou em altura inferior a 1,80m (um metro e oitenta centímetros).*

*§1º. Os terrenos situados na zona rural serão fechados com:*

*I – Cercas de arame farpado ou liso, com 3 (três) fios, no mínimo;*

*II – Telas de fios metálicos;*

*III – Cercas vivas, de espécies vegetais adequadas.*

*§2º. Ocorrerão por conta exclusiva dos proprietários ou possuidores, a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cercas especiais."*

**Art. 24.** Fica acrescido à Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:

*"Art. 57-B. É proibido:*

*I – Eletrificar cercas na altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) ou em desacordo com os padrões estabelecidos em lei específica;*

*II – Fazer cercas, muros e calçadas em desacordo com o disposto neste Código;*

*III – Danificar, por quaisquer meios, muros e cercas e passeios existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil que no caso couber."*

**Art. 25.** Fica alterado o artigo 64, da Lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 64. Será obrigatório a colocação de tapumes sempre que se executarem obras de construção, reforma, ampliação ou demolição em todas as obras, salvo quando se tratar de execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres, e a critério da Prefeitura."*

**Art. 26.** Fica alterado o artigo 66, da lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:





*“Art. 66. Durante a execução da obra será obrigatória a colocação de andaime de proteção do tipo “bandeja salva-vidas”, para edifícios de três pavimentos ou mais, colocadas de três em três pavimentos, observando também os dispositivos estabelecidos na Norma Regulamentadora nº 18 (NR – 18) do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST.”*

**Art. 27.** Fica alterado o artigo 74, da lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 74. Todas as edificações e lotes com frente para logradouros que possuam redes de água potável e de esgoto deverão, obrigatoriamente servir-se dessas redes e suas instalações.”*

**Art. 28.** Fica acrescido ao artigo 74 da Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte parágrafo:

*“Art. 74. ...*

*...*

*§2º. Deverão ser observadas as exigências da concessionária local quanto à alimentação pelo sistema de abastecimento de água e quanto ao ponto de lançamento para o sistema de esgoto sanitário.”*

**Art. 29.** Fica revogado o parágrafo único do artigo 77, da Lei Complementar nº 029, de 2011.

**Art. 30.** Fica acrescido ao artigo 77 da Lei Complementar nº 029, de 2011, os seguintes parágrafos:

*“Art. 77. ...*

*§1º. Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza;*

*§2º. As pias de cozinha deverão, antes de ligadas à rede pública, passar por caixa de gordura localizada internamente ao lote.”*

**Art. 31.** Fica acrescido à Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:

*“Art. 87-A. Nas edificações com mais de 2 (dois) pavimentos e em edifícios públicos, deverá haver local para armazenagem de lixo de forma seletiva.”*

**Art. 32.** Fica inserida a “Seção V – Do Sistema de Reuso de Águas Pluviais” ao “Capítulo IV – Das Instalações em Geral” da Lei Complementar nº 029, de 2011.

**Art. 33.** Fica acrescido o artigo 88-A à “Seção V – Do Sistema de Reuso de Águas Pluviais” ao “Capítulo IV – Das Instalações em Geral” da Lei Complementar nº 029, de 2011, com a seguinte redação:

*“Art. 88-A. As edificações residenciais unifamiliares ou multifamiliares, comerciais, de prestação de serviços ou de uso misto com área construída igual ou superior a 200,00m<sup>2</sup>*

*(duzentos metros quadrados), deverão dispor de um sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais que utilize sistema hidráulico próprio e cisterna com as seguintes especificações:*

*I – o volume da cisterna será obtido pela multiplicação da área de cobertura da construção por 30 (trinta) litros, sendo exigido o volume mínimo de 2.000 (dois mil) litros;*

*II – ser de alvenaria ou material equivalente, com revestimento impermeável, que não dê lugar a formação de substâncias nocivas à saúde;*

*III – ser instalada em local de fácil acesso para inspeção e limpeza;*

*IV – ser provida de tampa que impeça a entrada de luz do sol, insetos e impurezas;*

*V – ser provida de material para filtragem da água armazenada;*

*VI – ter tubulação específica para água de não potável;*

*VII – encaminhar água reciclada utilizada para rede de esgoto da edificação.*

*§1º. Quando a somatória da área de cobertura de unidades residenciais dentro de um mesmo lote for igual ou superior a 200m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), torna-se obrigatório a instalação de sistema de captação de águas pluviais por unidade aprovada.*

*§2º. O sistema de que trata o caput deste artigo deverá, ainda, obedecer aos seguintes requisitos:*

*I – implantar reservatório exclusivo para captação de águas pluviais;*

*II – conduzir a água captada por telhados, coberturas, terraços e pavimentos descobertos ao reservatório de reuso;*

*III – implantar mecanismos de tratamento para a água captada;*

*IV – identificar as tubulações e/ou aparelhos sanitários que utilizam água de reuso;*

*V – assegurar que a água para reuso seja utilizada apenas para fins não potáveis;*

*VI – promover a infiltração do excedente, preferencialmente, no solo, podendo ser encaminhado para a rede pública de drenagem ou para outro reservatório.”*

**Art. 34.** Fica alterado o inciso II, do artigo 95, da lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 95. ...*

*...*

*II – A taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano para zona onde se situam, aplicando-se os índices sobre a área de lote privativo de cada unidade de moradia.”*

**Art. 35.** Ficam alterados os incisos V e VI, do artigo 99, da lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 99. ...*

*...*

*V – Ter dispositivos de prevenção contra incêndio em conformidade com as determinações desta Lei e do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do estado do Paraná.*

*VI – Todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitários que contenham cada um, no mínimo, uma bacia sanitária e um lavatório, que deverão ser ligados à rede de esgoto ou à fossa séptica, considerando."*

**Art. 36.** Fica acrescido ao artigo 104 da Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte parágrafo:

*"Art.104. ...*

*Parágrafo único. Na quantidade de sanitários estabelecida por este artigo, deverão ser consideradas as exigências das normas para atendimento das Pessoas com Deficiência - PCD."*

**Art. 37.** Fica acrescido à Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:

*"Art. 109-A. As creches e edificações para o ensino pré-escolar deverão apresentar arquitetura e condições técnico-constructivas compatíveis com o grupo etário a que atendem."*

**Art. 38.** Fica alterado o inciso VII, do artigo 111, da lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 111. ...*

*...*

*VII – As escadas poderão ser substituídas por rampas, com inclinação máxima de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento), conforme NBR 9.050/2015 da ABNT ou alterações posteriores."*

**Art. 39.** Fica acrescido ao artigo 111 da Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte inciso:

*"Art.111. ...*

*...*

*X – A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por Pessoas com Deficiência – PCD, deverá ser obedecida a NBR 9.050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou alterações posteriores."*

**Art. 40.** Fica revogado o parágrafo único do artigo 114 da Lei Complementar nº 029, de 2011.

**Art. 41.** Fica acrescido ao artigo 114, da Lei Complementar nº 029, de 2011, os seguintes parágrafos:

*"Art. 114. ...*

*§1º. Os postos de serviço e abastecimento somente poderão ser construídos com observância dos seguintes distanciamentos:*

*I – 300,00m (trezentos metros) de hospitais e postos de saúde;*

*II – 400,00m (quatrocentos metros) de escolas, creches e igrejas;*

*III – 300,00m (trezentos metros) de áreas militares;*

*IV – 100,00m (cem metros) de equipamentos comunitários existentes ou programados;*

*V – 700,00m (setecentos metros) de outros postos de abastecimento.*

*§2º. Os postos de serviço e abastecimento somente poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para este fim.*

*§3º. As instalações de abastecimento, bem como as bombas de combustíveis, deverão distar, no mínimo, 8,00m (oito metros) do alinhamento predial e 5,00m (cinco metros) de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos do lote.*

*§4º. No alinhamento do lote deverá haver um jardim ou obstáculo para evitar a passagem de veículo sobre a calçada.*

*§5º. A entrada e saída de veículos serão feitas com largura mínima de 4,00m (quatro metros) e máxima de 8,00m (oito metros), devendo ainda guardar distância mínima de 2,00m (dois metros) das laterais do lote, não podendo ser rebaixado o meio fio no trecho correspondente à curva da concordância das ruas e, no mínimo, a 5,00m (cinco metros) do encontro dos alinhamentos prediais.*

*§6º. Para testadas com mais de 1 (um) acesso, a distância mínima entre eles será de 5,00m (cinco metros).*

*§7º. A projeção horizontal da cobertura da área de abastecimento não será considerada para aplicação da Taxa de Ocupação, estabelecida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona em que se insere, não podendo avançar sobre o(s) recuo(s) frontal(is).*

*§8º. Os depósitos de combustíveis dos postos de serviço e abastecimento deverão obedecer às exigências legais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, às normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e demais leis pertinentes.*

*§9º. A construção de postos que já possuam Alvará de Construção, emitido antes da aprovação desta lei, deverá ser iniciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta Lei, devendo ser concluída no prazo máximo de 1 (um) ano, sob pena de multa correspondente a 50 (cinquenta) UFM.*

*§10º. Para a obtenção do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras será necessária a vistoria das edificações quando da sua conclusão, com a emissão do correspondente laudo de aprovação pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.*



*§11º. Todos os tanques subterrâneos e suas tubulações deverão ser testados quanto a sua estanqueidade, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da Agência Nacional do Petróleo – ANP, e aprovado pelo órgão ambiental competente.*

*§12º. Para todos os postos de abastecimento e serviços existentes ou a serem construídos, será obrigatória a instalação de, pelo menos, 3 (três) poços de monitoramento de qualidade da água do lençol freático.*

*§13º. Deverão ser realizadas análises de amostras de água coletadas dos poços de monitoramento, da saída do sistema de retenção de óleos e graxas e do sistema de tratamento de águas residuais existentes nos postos de abastecimento e congêneres, segundo parâmetros a serem determinados pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.*

*§14º. Os postos de serviço e abastecimento deverão ter os pisos revestidos de material impermeável e resistente a frequentes lavagens, com sistema de drenagem independente da drenagem pluvial e ou de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e observadas às exigências dos órgãos estadual e municipal responsáveis pelo licenciamento ambiental.”*

**Art. 42.** Fica acrescido ao Capítulo VIII, da Lei Complementar nº 029, de 2011, as seguintes seções:

*“Capítulo VIII. ...*

*...*

*Seção V – Dos Parklets*

*Art. 122-A. Fica regulamentada a instalação e o uso de extensão temporária da calçada, denominada parklet.*

*Parágrafo único. O parklet, assim como os elementos nele instalados, serão plenamente acessíveis ao público, vedada, em qualquer hipótese, a utilização exclusiva por seu mantenedor.*

*Art. 122-B. A instalação, manutenção e remoção do parklet será dada por iniciativa do Município ou por requerimento de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.*

*Parágrafo único. A instalação de parklet por iniciativa do Município obedecerá aos requisitos técnicos previstos nesta Lei e na legislação aplicável, devendo ser precedida de edital que lhe dê publicidade.*

*Art. 122-C. O pedido de instalação e manutenção de parklet por iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, acompanhados de documentos de identificação, será instaurado no órgão competente do Poder Executivo Municipal.*

*Art. 122-D. Cumpridos todos os requisitos previstos nesta Lei e aprovada a instalação, o órgão competente do Poder Executivo Municipal convocará o interessado para assinar o termo de cooperação para instalação, manutenção e remoção do parklet.*

*Parágrafo único. O termo de cooperação terá prazo de 3 (três) anos, podendo ser renovado por igual período.*

*Art. 122-E. O proponente e mantenedor do parklet será o único responsável pela realização dos serviços descritos no respectivo termo de cooperação, bem como por quaisquer danos eventualmente causados.*

*Parágrafo único. Os custos financeiros referentes à instalação, manutenção e remoção do parklet serão de responsabilidade exclusiva do mantenedor.*

*Art. 122-F. Na hipótese de qualquer solicitação de intervenção por parte do Poder Executivo Municipal, obras na via, implantação de desvios de tráfego ou qualquer outra hipótese de interesse público, o mantenedor será notificado e será responsável pela remoção do equipamento em até 72h (setenta e duas horas), com a restauração da via pública ao seu estado original.*

*Art. 122-G. Em caso de descumprimento do termo de cooperação, o cooperante será notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar os serviços, sob pena de rescisão.*

*Art. 122-H. A rescisão do termo de cooperação poderá ser determinada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, justificado em razão da inobservância das condições de manutenção previstas no termo de cooperação ou presentes quaisquer outras razões de interesse público.*

*Art. 122-I. O abandono, a desistência ou o descumprimento do termo de cooperação não dispensa a obrigação de remoção e restauração da via pública ao seu estado original.*

*Art. 122-J. Os casos omissos serão regulamentados pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.*

#### *Seção VI – Dos Contêineres*

*Art. 122-K. Fica permitida, após a aprovação do órgão competente do Poder Executivo Municipal, a utilização de contêineres para fins comerciais ou residenciais no Município de Bandeirantes, desde que atendidas a disposições desta Lei, da Lei do Plano Diretor Municipal, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e demais requisitos legais pertinentes.*

*Art. 122-L. As exposições provisórias e os plantões de vendas poderão fazer uso de contêineres após autorização prévia do órgão competente do Município.”*

**Art. 43.** Fica acrescido à Seção II, do Capítulo IX, da Lei Complementar nº 029, de 2011, o seguinte artigo:



*“Art. 123-A. Considera-se embargo a providência legal de autoridade pública que susta o prosseguimento de uma obra ou instalação cuja execução esteja em desacordo com as prescrições legais vigentes.”*

**Art. 44.** Fica acrescido ao artigo 124, da Lei Complementar nº 029, de 2011, os seguintes incisos:

*“Art.124. ...*

*...*

*VI – Inobservância das medidas de segurança no trabalho;*

*VII – Inobservância de legislação ambiental;*

*VIII – Omissão, no projeto, de cursos d’água, nascentes, topografia acidentada, arborização expressiva ou outros elementos significativos do meio ambiente natural.”*

**Art. 45.** Fica alterado o *caput* do artigo 125 da Lei Complementar nº 029, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 125. A Prefeitura poderá cancelar a inscrição de profissionais (Pessoa Física ou Jurídica), após decisão da Comissão de Ética nomeada pelo Prefeito Municipal e comunicar ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-PR, e Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, especialmente os responsáveis técnicos que:”*

**Art. 46.** Fica acrescido ao artigo 125, da Lei Complementar nº 029, de 2011, os seguintes parágrafos:

*“Art.125. ...*

*...*

*§1º. A imposição das sanções não está sujeita à ordem em que estão relacionadas neste artigo.*

*§2º. A aplicação de uma das sanções previstas neste artigo não prejudica a aplicação de outra, se cabível.*

*§3º. A aplicação de uma das sanções previstas neste artigo não prejudica a aplicação de outra, se cabível.”*

**Art. 47.** Fica revogado o parágrafo único do artigo 129 da Lei Complementar nº 029, de 2011.

**Art. 48.** Fica acrescido ao artigo 129 da Lei Complementar nº 029, de 2011, os seguintes parágrafos:

*“Art.129. ...*

*...*

*§1º. O pagamento da multa não isenta o infrator da responsabilidade de regularizar a situação da obra, perante a legislação vigente.*



*§2º. A aplicação da multa poderá ter lugar em qualquer época, durante ou depois de constatada a infração.*

*§3º. A multa não paga no prazo legal será inscrita em dívida ativa.*

*§4º. Os infratores que estiverem em débito relativo a multas no Município, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com o Poder Executivo Municipal, participar de licitações, celebrarem contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração municipal.*

*§5º. As reincidências terão valor da multa multiplicada progressivamente de acordo com o número de vezes em que for verificada a infração."*

**Art. 49.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes

aos ..... de ..... de 2020.

Lino Martins

Prefeito Municipal





## 52. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO CÓDIGO DE POSTURAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE .... DE JUNHO DE 2020.

**SÚMULA: ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº030, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS DE BANDEIRANTES.**

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica acrescido o artigo 88-A à Lei Complementar nº 030, de 2011, com a seguinte redação:

*"Art. 88-A. É proibido fumar em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, que produza fumaça, e o uso de cigarro eletrônico, conforme estipulado pela Lei Estadual nº 16.239/2009 ou alterações posteriores.*

*I - Deverão ser afixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade do público, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor, na proporção de 1 (um) aviso para cada 50,00m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados).*

*II - Em depósitos de inflamáveis, postos de combustíveis, garagens, estacionamentos e depósitos de material de fácil combustão, deverão constar cartazes ou avisos os seguintes dizeres: "MATERIAL INFLAMÁVEL".*

*III - Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.*

*IV - Para os fins previstos no caput deste artigo, são recintos de uso coletivo, dentre outros, ambientes de trabalho, estudo, cultura, culto religioso, lazer, esporte ou entretenimento, açougues, áreas comuns de condomínios, bancos e similares, bares, bibliotecas, boates, casas de espetáculos, centros comerciais, cinemas, escolas, espaços de exposições, farmácias e drogarias, hotéis, instituições de saúde, lanchonetes, museus, padarias, pousadas, praças de alimentação, repartições públicas, restaurantes, supermercados, táxis, teatros, veículos públicos ou privados de transporte coletivo e viaturas oficiais de qualquer espécie."*



**Art. 2º** O *caput* artigo 89 da Lei Complementar nº 030, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art.89. Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem dos mesmos, sendo expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos.”*

**Art. 3º** Fica revogado o parágrafo único e seus incisos do artigo 90 da Lei Complementar nº 030, de 2011.

**Art. 4º** Fica acrescido ao artigo 90 da Lei Complementar nº 030, de 2011, os seguintes parágrafos:

*“Art.90. ...*

*...*

*§ 1º Excetuam-se das proibições deste Artigo:*

*I – Os tímpanos, sinetas ou sirenes de veículos de Assistências, Corpo de Bombeiros e Polícia quando em serviço;*

*II – Os apitos das rondas e guardas policiais.*

*§ 2º - A emissão de sons ou ruídos de qualquer natureza fica limitada conforme o disposto a seguir:*

*I – Das 7h00 (sete horas) da manhã até a meia-noite:*

*A) 85 dB por 8 horas;*

*B) 86 dB por 7 horas;*

*C) 87 dB por 6 horas;*

*D) 88 dB por 5 horas;*

*E) 89 dB por 4 horas e 30 minutos;*

*F) 90 dB por 4 horas;*

*G) 91 dB por 3 horas e 30 minutos;*

*H) 92 dB por 3 horas;*

*I) 93 dB por 2 horas e 40 minutos;*

*J) 94 dB por 2 horas e 15 minutos;*

*K) 95 dB por 2 horas;*

*L) 96 dB por 1 hora e 45 minutos;*

*M) 97 dB por 1 hora e 30 minutos;*

*N) 98 dB por 1 hora e 15 minutos;*

O) 100 dB por 1 hora;

P) de 100 dB a 105 dB por 30 minutos;

Q) de 106 dB a 110 dB por 15 minutos;

II - Da meia-noite até às 6h59 (seis horas e cinquenta e nove minutos):

A) 45Db.

**Art. 5º** Fica acrescido ao artigo 115 da Lei Complementar nº 030, de 2011, o seguinte parágrafo:

*"Art. 115. ...*

*...*

*Parágrafo único. Nenhum particular, pessoa física ou jurídica, poderá introduzir qualquer sinalização de trânsito nas vias públicas, construir lombadas, colocar "tartarugas" ou usar de outro expediente privativo dos órgãos de trânsito, sem a prévia permissão destes e do assentimento da Prefeitura Municipal."*

**Art. 6º** Fica acrescido ao artigo 118 da Lei Complementar nº 030, de 2011, o seguinte inciso com a redação:

*"Art. 118. ...*

*VI – Emitir, em excesso, som ou ruído automotivo que perturbe o sossego público."*

**Art. 7º** Fica alterado o parágrafo 1º, do artigo 128, da Lei Complementar nº 030, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 128. ...*

*§1º. O animal não reclamado será doado ou levado a instituições de pesquisa, se não for retirado por seu dono, dentro de 10 (dez) dias, mediante os pagamentos de multa e de taxa de manutenção respectiva."*

**Art. 8º** Fica acrescido o artigo 133-A à Lei Complementar nº 030, de 2011, com a redação:

*"Art. 133-A. Fica autorizada, nas áreas urbanas e rurais do Município de Bandeirantes, a instalação, manejo e exploração econômica de meliponários, destinados à criação de abelhas nativas denominadas genericamente 'abelhas sem ferrão' ou 'abelhas indígenas', desde que respeitadas a legislação e normas vigentes relativas ao tema."*

**Art. 9º** Fica alterado o artigo 135 da Lei Complementar nº 030, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 135. Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do município, é obrigado a extinguir os formigueiros, cupins, baratas, ratos, caramujos e outros insetos e animais nocivos existentes dentro da sua propriedade."*



**Art. 10.** Fica alterado o inciso III, do artigo 153, da Lei Complementar nº 030, de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 153. ...*

*III – Éteres, álcoois, aguardente, destilados e óleos em geral.”*

**Art. 11.** Fica acrescido ao artigo 176, da Lei Complementar nº 030, de 2011, o seguinte inciso com a seguinte redação:

*“Art. 176. ...*

*III – A retirada da madeira deverá ser autorizada pelos órgãos competentes, podendo a Prefeitura Municipal exercer a fiscalização.”*

**Art. 12.** Fica acrescido ao artigo 180, da Lei Complementar nº 030, de 2011, o seguinte parágrafo com a redação:

*“Art. 180. ...*

*§3º. É obrigatório manter os lotes vazios limpos, capinados e livres de entulhos, e é obrigatória a pavimentação da calçada e a construção de muro no alinhamento predial, acima do nível do solo, de maneira a evitar o avanço de terra e com as seguintes alturas:*

*I – 40cm (quarenta centímetros) ou duas fiadas de tijolos nos lotes já existentes;*

*II – 1,00m (um metro) nos lotes novos.”*

**Art. 13.** Fica acrescido à Lei Complementar nº 030, de 2011, o seguinte artigo:

*“Art. 182-A. Os muros com altura superior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) deverão ter a aprovação da Prefeitura Municipal, que poderá autorizar desde que não venha a prejudicar os imóveis confinantes.”*

**Art. 14.** Fica acrescido à Lei Complementar nº 030, de 2011, o seguinte artigo:

*“Art. 186-A. Os terrenos situados na zona rural serão fechados com:*

*I- Cercas de arame farpado ou liso, com 3 (três) fios, no mínimo;*

*II- Telas de fios metálicos;*

*III- Cercas vivas, de espécie vegetais adequados.”*

**Art. 15.** Fica acrescido à Seção II, da Lei Complementar nº 030, de 2011, o seguinte artigo:

*“Art. 208-A. Considera-se Comércio Ambulante a atividade temporária de venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos, por profissional autônomo, sem vinculação com terceiros ou pessoas jurídicas e em locais previamente determinados pela Prefeitura.*

*§1º. É proibido o exercício do comércio ambulante fora dos locais demarcados pela Prefeitura.*

*§2. A fixação do local, a critério da Prefeitura, poderá ser alterada, em função do desenvolvimento da cidade."*

**Art. 16.** Fica acrescido à Lei Complementar nº 030, de 2011, o seguinte artigo:

*"Art. 211-A. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste Código deverão obedecer ao serviço de inspeção municipal, ADAPAR (Agência de Defesa Agropecuária) ou qualquer legislação correlata e, observar ainda, as seguintes disposições:*

- I- Terem carrinhos apropriados, aprovados pela Prefeitura;*
- II- Velarem para que os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados, nem contaminados e se apresentem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias que serão inutilizadas;*
- III- Terem os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;*
- IV- Usarem vestuários adequados e limpos;*
- V- Manterem-se rigorosamente asseados;*
- VI- Usarem recipientes apropriados para colocação do lixo."*

**Art. 17.** Fica acrescido ao artigo 216, da Lei Complementar nº 030, de 2011, o seguinte parágrafo com a redação:

*"Art. 216. ...*

*§4º. Durante o mês de dezembro de cada ano e nas vésperas de datas comemorativas como "Dia das Mães", "Dia dos Namorados", "Dia dos Pais" e "Dia das Crianças", os estabelecimentos comerciais, as seções de venda dos estabelecimentos industriais, depósitos e demais atividades que tenham fins comerciais poderão funcionar em horário especial, de segunda a sexta-feira até às 22h00 (vinte e duas horas) e aos sábados até às 18h00 (dezoito horas), independentemente de Licença Especial e de pagamento de taxas."*

**Art. 18.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes

aos ..... de ..... de 2020.

Lino Martins

Prefeito Municipal



## 53. MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE .... DE JUNHO DE 2020.

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a regulamentação e aplicação do instrumento urbanístico da Outorga Onerosa do Direito de Construir, conforme:

- I -** artigos 28 a 31 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade);
- II -** artigos 148 a 153 da Lei Complementar nº 024, de 22 de fevereiro de 2011 (Plano Diretor do Município de Bandeirantes).

**Art. 2º** Entende-se como outorga onerosa do direito de construir a faculdade concedida ao proprietário de imóvel, mediante contrapartida ao Poder Público Municipal, para construir acima do Coeficiente de Aproveitamento Básico até o limite do Coeficiente de Aproveitamento Máximo estabelecido para a zona de uso e ocupação do solo onde se situa o lote, conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo, configurando o potencial construtivo adicional à edificação.

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, serão utilizadas as seguintes definições:

- I -** beneficiário: empreendedor interessado em adquirir potencial construtivo adicional por meio da outorga onerosa;
- II -** contrapartida financeira: valor em moeda corrente nacional pago pelo beneficiário para aquisição do potencial construtivo adicional;
- III -** coeficiente de aproveitamento: índice que, multiplicado pela área do lote, define o direito de construir do proprietário, na qual não são computados:
  - a) terraço de cobertura descoberto ou ocupando até 50% (cinquenta por cento) da laje com área coberta, desde que de uso comum;
  - b) sacada, desde que não vinculada a dependências de serviço;
  - c) área de escada de incêndio;





- d) poço de elevadores, casas de máquinas ou bombas, casas de transformadores ou geradores, caixas d'água, centrais de ar condicionado, instalações de aquecimento de água, instalações de gás, contadores e medidores em geral e instalações para depósito de lixo;
- e) área de recreação, conforme exigência da Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- f) área para estacionamento quando localizada sob pilotis ou no subsolo;
- g) pavimentos situados no subsolo para fins residenciais, desde que observadas as exigências mínimas estabelecidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, no Código de Obras e no Código de Posturas.

**IV** - lote: parcela de terreno contida em uma quadra, resultante de um loteamento, desmembramento ou remembramento, com pelo menos uma divisa lindeira a logradouro público e descrita por documento legal;

**V** - outorga onerosa do direito de construir: concessão, pelo Poder Público, de potencial construtivo adicional, acima do resultante da aplicação do coeficiente de aproveitamento básico até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo definido na Lei de Uso e Ocupação do Solo, por meio de contrapartida do beneficiário;

**VI** - potencial construtivo adicional: acréscimo ao coeficiente de aproveitamento básico até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo para a zona de uso e ocupação do solo onde se situa determinado lote, conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, desde que inserido no perímetro estabelecido pelo Anexo I – Perímetro de Aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir, parte integrante desta Lei.

**Art. 4º** O interessado em obter potencial construtivo adicional, mediante outorga onerosa, deverá manifestar tal intenção em requerimento, discriminando:

- I** - informações básicas sobre o empreendimento;
- I** - cálculo do potencial construtivo a ser adquirido, em m<sup>2</sup> (metros quadrados);
- II** - cópia atualizada da matrícula do imóvel no Cartório Registro de Imóveis competente;
- III** - certidões negativas de débitos tributários do imóvel.

**§1º** O imóvel para o qual é pretendido o potencial construtivo adicional deve estar inserido no perímetro estabelecido pelo Anexo I – Perímetro de Aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir, parte integrante desta Lei.

**§2º** A área de construção adicional a ser requerida pelo interessado não deve ser superior ao coeficiente de aproveitamento máximo estabelecido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona de uso e ocupação onde se insere o imóvel.

**§3º** Deverá ser efetuado pagamento da contrapartida, nos termos desta Lei, cujo valor do m<sup>2</sup> (metro quadrado) será informado pela Prefeitura Municipal através de emissão de guia.

**§4º** A validade da guia referida no §3º deste artigo será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua emissão.

**Art. 5º** A Outorga Onerosa do Direito de Construir deverá ser requerida à Prefeitura Municipal simultaneamente com a solicitação de aprovação do Anteprojeto, conforme exigências estabelecidas no Código de Obras.

**§1º** Não se aplica aos casos de solicitação de potencial construtivo adicional mediante outorga onerosa a possibilidade de início de execução de obra ou edificação antes de sua aprovação.

**§2º** Estando o projeto da edificação em condições de aprovação, a Prefeitura Municipal notificará o interessado a efetuar o pagamento da contrapartida financeira, sendo que a expedição do Alvará de Construção deverá observar os seguintes procedimentos:

- I -** a expedição do Alvará de Construção ficará condicionada ao pagamento da contrapartida financeira;
- II -** o pedido de Aprovação de Construção com solicitação de Outorga Onerosa do Direito de Construir será imediatamente indeferido em caso de não pagamento da contrapartida financeira.

**§3º** Após a aprovação do Anteprojeto e do Projeto Definitivo, o proprietário só poderá dar início à obra se obtiver o Alvará de Construção, conforme exigências estabelecidas no Código de Obras, e apresentar comprovante do pagamento integral da contrapartida financeira.

**§4º** No caso de início das obras antes do pagamento da contrapartida financeira, o Alvará de Construção será cassado, com base nas disposições do Código de Obras e nas providências relativas ao pedido do respectivo Alvará de Construção.

**Art. 6º** A contrapartida financeira será calculada pela seguinte fórmula:  $CF = AE \times VT \times 0,12$ , onde:

- I -** CF: valor da contrapartida financeira em R\$ (reais);
- II -** AE: área excedente a ser utilizada em m<sup>2</sup> (metros quadrados);
- III -** VT: valor do metro quadrado do lote conforme o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) em R\$ (reais).

**Parágrafo único.** O valor do metro quadrado do lote, para fins de aplicação da fórmula acima, será o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

**Art. 7º** O potencial construtivo adicional no lote, adquirido mediante outorga onerosa, poderá ser utilizado através de:

- I -** ampliação da base da edificação, com o aumento do segundo e terceiro pavimentos;
- II -** aumento da área computável da torre da edificação.



**Parágrafo único.** A aquisição de potencial construtivo adicional por outorga onerosa respeitará os demais parâmetros de ocupação do solo urbano definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

**Art. 8º** A contrapartida financeira ao Município, por parte do proprietário adquirente de potencial construtivo adicional no lote, deverá observar as seguintes condições:

- I -** recolhimento ao Município, em moeda corrente, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), do valor correspondente à outorga onerosa;
- II -** o percentual excedente, quando houver, poderá ser pago mediante:
  - a) recolhimento ao Município, em moeda corrente, do valor correspondente;
  - b) transferência, ao Município, de imóvel com valor igual ou superior ao valor correspondente, condicionada à sua aceitação por parte do Município;
  - c) execução de equipamentos urbanos.

**§1º** O recolhimento do valor da outorga onerosa em moeda corrente se fará através de guia expedida pela Prefeitura Municipal.

**§2º** O valor da outorga onerosa poderá ser parcelado em até 12 (doze) vezes, desde que o montante de cada parcela seja superior 100 UPF (Unidade Padrão Fiscal) do Município.

**§3º** Na opção de parcelamento, o proprietário do lote objeto de aquisição de potencial construtivo adicional precisará comprovar o pagamento total para solicitar o Alvará de Construção e o Certificado de Conclusão de Obra ou "Habite-se".

**Art. 9º** Após pagamento da contrapartida, nos termos do art. 8º desta Lei, não haverá devolução, ficando porém assegurada a emissão do respectivo Certificado de Potencial Construtivo Adicional (CPCA) ao outorgado.

**Art. 10.** A concessão do potencial construtivo adicional no lote será efetuada mediante expedição do Certificado de Potencial Construtivo Adicional (CPCA), por parte da Prefeitura Municipal, em até 15 (quinze) dias contados do pagamento integral da contrapartida financeira.

**Parágrafo único.** O Certificado de Potencial Construtivo Adicional (CPCA) deverá conter:

- I -** identificação do empreendedor;
- II -** endereço e identificação fiscal do imóvel a receber o potencial construtivo adicional;
- III -** valor total da contrapartida financeira e as condições de pagamento;
- IV -** eventuais condições adicionais para expedição das licenças ou autorizações necessárias à construção ou ampliação do empreendimento;
- V -** potencial construtivo adicional adquirido, em m<sup>2</sup> (metros quadrados);
- VI -** assinatura do Prefeito Municipal.

**Art. 11.** O Município poderá receber, como pagamento de potencial adicional construtivo, a execução de equipamentos urbanos, incluindo a pavimentação de vias públicas, construção e/ou reforma de calçadas e implantação e/ou reforma de praças e espaços públicos.

**§1º** Constituem equipamentos urbanos aqueles relacionados no artigo 2º, §5º, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a saber:

- I** - escoamento de águas pluviais;
- II** - iluminação pública;
- III** - esgotamento sanitário;
- IV** - abastecimento de água potável;
- V** - energia elétrica pública e domiciliar;
- VI** - vias de circulação.

**§2º** Para viabilizar a opção referida no *caput*, deverá haver equiparação entre o valor da outorga onerosa e o custo dos equipamentos urbanos a serem implantados, visando assegurar o equilíbrio financeiro da operação.

**§3º** O valor da execução de equipamentos urbanos tratados no *caput* será calculado pela Prefeitura Municipal, observando-se a composição dos preços através de consulta às tabelas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAP atualizadas, referidas ao Estado do Paraná ou outro índice que venha a substituí-lo.

**Art. 12.** No caso de pagamento do valor da outorga onerosa através da transferência, ao Município, de imóvel territorial, a avaliação obedecerá aos parâmetros da Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município de Bandeirantes, adotada para cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Intervivos (ITBI).

**§1º** Para lotes com mais de uma testada, a avaliação imobiliária deverá utilizar a média ponderada dos valores unitários adotados na Planta Genérica de Valores para cada logradouro.

**§2º** Em caso de discordância da base de cálculo adotada pela repartição competente, é facultado ao contribuinte encaminhar, mediante requerimento, impugnação devidamente justificada, nos termos do Código Tributário Municipal.

**Art. 13.** Os recursos auferidos com a concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir serão destinados ao Fundo de Desenvolvimento Urbano e Habitação, para aplicação nas finalidades previstas no artigo 31 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), a saber:

- I** - regularização fundiária;
- II** - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III** - constituição de reserva fundiária;
- IV** - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V** - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI** - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;



**VII** - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

**VIII** - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

**Art. 14.** Poderá ser permitida a utilização do Coeficiente de Aproveitamento Máximo sem contrapartida financeira para a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

**Art. 15.** Serão isentos e dispensados do pagamento da Outorga Onerosa do Direito de Construir a União, o Estado e o Município, bem como suas respectivas autarquias e fundações.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* não se estende a entes privados quando houver qualquer tipo de parceria ou operação consorciada entre o poder público e a iniciativa privada.

**Art. 16.** A concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir poderá ser negada pela Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e pelo Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET, caso se verifique adensamento excessivo, possibilidade de impacto não suportável pela infraestrutura ou o risco de comprometimento da paisagem urbana.

**Art. 17.** O monitoramento dos estoques de potencial construtivo e dos impactos na infraestrutura e no meio ambiente decorrentes da outorga onerosa será efetuado permanentemente pela Prefeitura Municipal, que deverá tornar público relatórios desse monitoramento, destacando as áreas críticas próximas da saturação.

**Art. 18.** O perímetro de aplicação da outorga onerosa está definido no Anexo I, parte integrante desta Lei.

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes

aos ..... de ..... de 2020.

Lino Martins

Prefeito Municipal



---

## ANEXO I – PERÍMETRO DE APLICAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR





## CADERNO DE ATIVIDADES





## 54. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor se caracteriza como o principal instrumento de planejamento urbano, de fundamental importância para orientar as decisões administrativas relacionadas às políticas públicas que, independente do assunto, interferem no cotidiano de toda uma população.

Dessa forma, é de extrema importância que o Plano Diretor Municipal (PDM) possa garantir a participação da sociedade no seu processo construtivo, incluindo os anseios da população na nova legislação urbanística municipal e, dessa forma, cumprindo uma exigência básica do Estatuto da Cidade para garantir sua validade legal.

Além do Grupo Técnico Permanente (GTP) e do Conselho de Planejamento e Gestão Territorial (CONGET), com os quais a Equipe Técnica da DRZ esteve em constante diálogo ao longo do período da revisão do PDM, a população em geral teve espaço garantido ao longo das atividades abertas ao público em geral durante todo o período.

Este caderno traz uma compilação das apresentações das reuniões técnicas e audiências públicas realizadas no processo da Revisão do PDM de Bandeirantes. Trata-se de uma breve coletânea dos esforços conjuntos realizados ao longo do período, a servir como exemplo a ser seguido pelas próximas revisões do PDM de Bandeirantes ou qualquer outra política pública de qualquer municipalidade.



## 55. RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO TÉCNICA DA REVISÃO DO PDM DE BANDEIRANTES

No dia 24 de julho de 2019, às 17h00, na sede da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, foi realizada a 1ª Reunião Técnica da Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM de Bandeirantes, conforme o contrato nº148/2019, realizado entre a Prefeitura Municipal de Bandeirantes e a DRZ geotecnologia e Consultoria Ltda, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de revisão geral do Plano Diretor do Município de Bandeirantes.

Estavam presentes, na reunião, conforme lista de presença em anexo, representantes da Equipe Técnica Municipal – ETM, da Equipe Técnica da DRZ e do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET. O objetivo da reunião foi iniciar os trabalhos de Revisão do PDM, apresentar as equipes envolvidas, destacar a importância da realização de pesquisas e estudos técnicos para o conhecimento da realidade do município, fomentar a discussão sobre o planejamento urbano do Município e organizar os próximos passos da revisão do PDM.

A reunião foi iniciada pelo arquiteto e urbanista Daniel Souza Lima, representante da Equipe Técnica da DRZ, que fez uma breve apresentação dos membros da equipe e iniciou uma apresentação de slides contendo: os objetivos da reunião; os dados contratuais; as áreas de atuação e alguns trabalhos realizados pela DRZ na região de Bandeirantes; uma sinopse do conteúdo a ser abordado nos trabalhos de revisão do PDM; a organização das equipes que compõem o PDM; e a indicação dos próximos passos da revisão do PDM.

Após a apresentação, os membros presentes destacaram alguns aspectos a serem considerados na Revisão do PDM, como a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, de forma a ampliar a possibilidade de instalação de atividades comerciais na área urbana.

Nos anexos a seguir, constam o relatório fotográfico da reunião, a lista de presença e os slides apresentados.

Londrina, 25 de julho de 2019.

**Laís Lino**

Auxiliar de Arquitetura e Urbanismo  
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.  
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina, PR  
Fone/Fax: (43) 3026-4065

## 55.1 ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO

*Foto 68 – 1ª Reunião Técnica*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019







*Foto 69 – 1ª Reunião Técnica*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

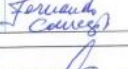




## 55.2 ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

Figura 10 – Lista de presença da 1ª Reunião Técnica

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL BANDEIRANTES - PR				
1ª REUNIÃO TÉCNICA – LISTA DE PRESENÇA				
1	Nome	DANIEL SOUZA LIMA	Equipe	DRZ
	e-mail	daniel@dra.com.br	Telefone	43 3026 4065
			Assinatura	
2	Nome	Lais Lima	Equipe	DRZ
	e-mail	lais@dra.com.br	Telefone	43 3026 4065
			Assinatura	
3	Nome	CEBERSON JUNIOR BARBOSA	Equipe	ASSOCIAÇÃO COMEGAL
	e-mail	deposito_barbosa@hotmail.com	Telefone	43 99929-7541
			Assinatura	
4	Nome	RAFAEL ROBERTO NIMES	Equipe	CAC
	e-mail	rafael-robert-nimesius@hotmail.com	Telefone	99977-1310
			Assinatura	
5	Nome	Monica A. P. Vieira	Equipe	Comunidade Municipal
	e-mail	monovieira-99@hotmail.com	Telefone	43-996595487
			Assinatura	
6	Nome	Jonas Rodrigo Torres de Avelar	Equipe	CREA - PR
	e-mail	jonasavilla@outlook.com	Telefone	43-99631-5609
			Assinatura	

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

Figura 11 – Lista de presença da 1ª Reunião Técnica

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL BANDEIRANTES - PR				
7	Nome	FERNANDO COMEGNO	Equipe	Secretaria de Meio Ambiente
	e-mail	f.comegno@hotmail.com	Telefone	43 99977-92-01
			Assinatura	
8	Nome	Ruy Robson Caramelo	Equipe	Planejamento e Conservação
	e-mail	ruycaramelo06@yahoo.com.br	Telefone	98406-0111
			Assinatura	
9	Nome	RENATO A. CHAGAS MARZINI	Equipe	Secretaria de Obras
	e-mail	renatochagasmarzini@gmail.com	Telefone	63 995400599
			Assinatura	
10	Nome	Renato Luis Duarte	Equipe	Secretaria de Agricultura
	e-mail	renato.luis.duarte@gmail.com	Telefone	43 991864094
			Assinatura	
11	Nome	Sandro Ap. de Santou	Equipe	Rádio Yana Fm.
	e-mail	sandro.santou@yanafm.com.br	Telefone	9.9850-4551
			Assinatura	
12	Nome		Equipe	
	e-mail		Telefone	
			Assinatura	

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019



## 55.3 ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE SLIDES

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR



# Revisão do Plano Diretor Municipal

1ª REUNIÃO TÉCNICA



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA  
GESTÃO DE CIDADES

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

## Objetivos da reunião técnica

- Apresentar a Equipe Técnica da DRZ;
- Definir os papéis das equipes envolvidas;
- Mobilizar a Equipe Técnica Municipal para desenvolver os estudos que compõem a Revisão do PDM;
- Organizar os próximos passos da Revisão do PDM.



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

## DRZ – Áreas de Atuação

### ❖ GESTÃO DE CIDADES

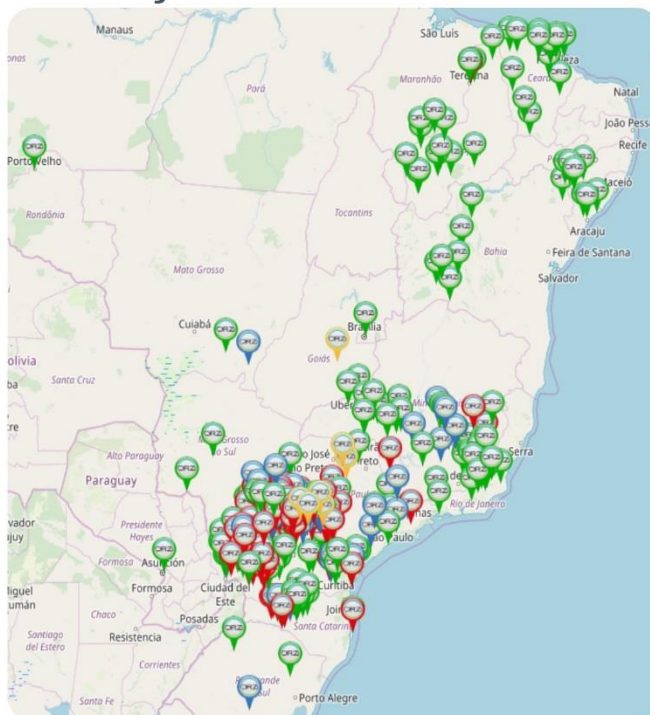
- Planos Diretores Municipais;
- Planos de Mobilidade Urbana;
- Planos Locais de Habitação etc.

### ❖ GESTÃO AMBIENTAL

- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Planos de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Planos de Recursos Hídricos;
- Planos de Manejo etc.

### ❖ GEOTECNOLOGIA

- Sistemas de Informações Geográficas (SIG);
- Aplicações de SIG na internet (WEBGIS);
- Plantas Genéricas de Valores etc.



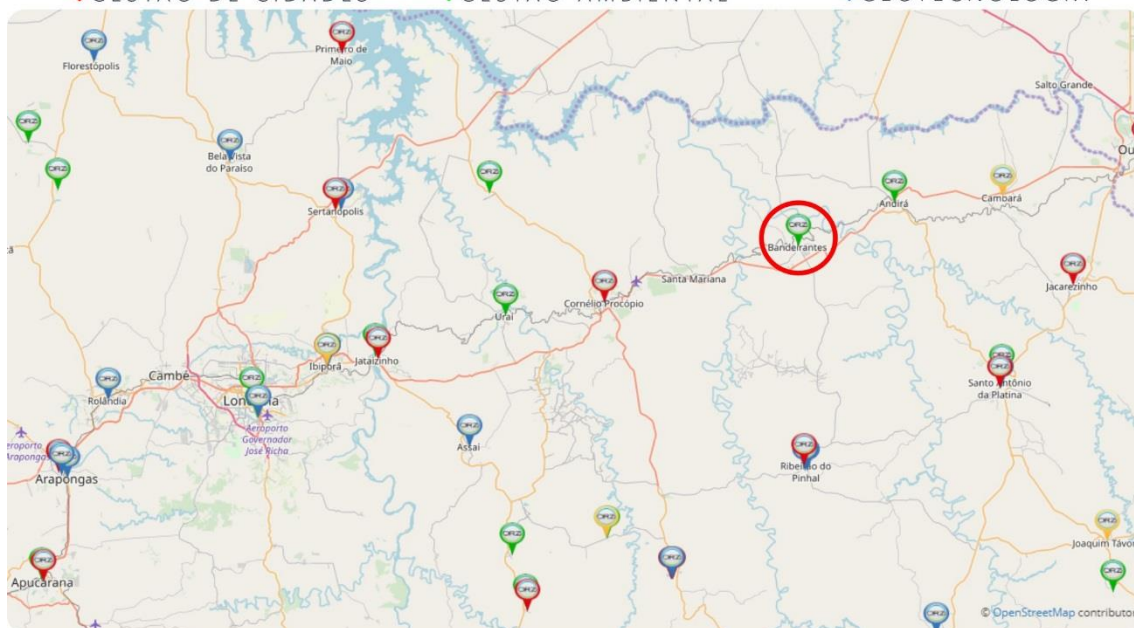
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

## DRZ – Trabalhos na região

### ❖ GESTÃO DE CIDADES

### ❖ GESTÃO AMBIENTAL

### ❖ GEOTECNOLOGIA



## O Plano Diretor

- O Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana;
- O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas (Lei Federal nº 10.257/2001);
- No Paraná, é obrigatório para todos os municípios que desejam se habilitar aos convênios e serviços disponibilizados pelo governo estadual (Lei Estadual nº 15.229/2006);
- A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos (Lei Federal nº 10.257/2001);
- PDM vigente de Bandeirantes: Lei Complementar nº 24, de 22 de fevereiro de 2011.



## O Plano Diretor

- Define áreas de expansão urbana;
- Garante a função social da propriedade;
- Promove transformações estruturais no ambiente urbano;
- Capta recursos para o Município;
- Garante o uso democrático e sustentável dos recursos;
- Adequa o PDM às necessidades atuais do Município.





## Etapas da Revisão do Plano Diretor



## Etapa I – Plano de Trabalho

- Definição do papel de cada equipe;
- Metodologia em consonância com o TR;
- Descrição de cada fase da revisão;
- Cronogramas;
- Apresentação da Equipe Técnica da DRZ;
- Mobilização da comunidade;
- RRT e ART.



## Etapa II – Análise Temática Integrada

EQUIPE  
TÉCNICA  
MUNICIPAL



EQUIPE  
TÉCNICA  
DA DRZ

- Foco nas mudanças ocorridas entre 2011 e 2019;
- Reconhecimento da realidade local;
- Análise da capacidade de suporte do meio ambiente, infraestrutura, serviços e equipamentos públicos;
- Análise das condições fundiárias;
- Diagnóstico das condicionantes, potencialidades e deficiências do território municipal;
- Análise da capacidade de investimento do Município;
- Análise da legislação urbanística vigente.

QUAL É A  
CIDADE QUE  
TEMOS?



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

## Etapa III – Diretrizes e Proposições

- Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável;
- Propor ações em prol da qualidade de vida da população presente e futura;
- Planejar as prioridades de ação de abrangência social;
- Realizar novos parâmetros para:
  - Desenvolvimento e reordenamento territorial;
  - Proteção e preservação ambiental;
  - Infraestrutura e mobilidade urbana;
  - Desenvolvimento socioeconômico;
  - Desenvolvimento institucional e gestão democrática.

QUAL É A  
CIDADE QUE  
QUEREMOS?



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

## Etapa IV – Institucionalização do PDM e Plano de Ação e Investimentos

- Elaboração do Plano de Ações e Investimentos para os próximos 5 anos com prazos, custos e fonte de recursos;
- Minutas dos novos projetos de lei do Plano Diretor Municipal e leis correlatas;
- Proposta para o Sistema de Planejamento Urbano e Gestão do PDM;
- Legislação para definir a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal.

COMO TORNAR  
REALIDADE A  
CIDADE QUE  
QUEREMOS?



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

## Lei do Plano Diretor Municipal

Instrumento básico da política municipal de planejamento:

- Obrigações que envolvem a propriedade urbana;
- Objetivos, diretrizes, instrumentos e estratégias para o desenvolvimento sustentável.
- Orientações e normas para os processos de transformação do Município nos aspectos político, socioeconômico, físico-ambiental e administrativo;

Regulamentação dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade:

- Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC);
- IPTU Progressivo no Tempo;
- Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- Transferência do Direito de Construir;
- Regularização Fundiária etc.



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

## Lei do Perímetro Urbano

Estabelece os perímetros urbanos:

- Obrigação de realizar os serviços públicos municipais;
- Autorização de cobrança de taxas pelos serviços prestados;
- Autorização para arrecadação de imposto sobre a propriedade;
- Limite máximo para a implantação de novos loteamentos;
- Áreas prioritárias para expansão urbana.



## Lei do Parcelamento do Solo

Regras para aprovação de novos loteamentos:

- Infraestrutura mínima a executar;
- Área mínima a doar à prefeitura;
- Áreas para loteamentos populares;
- Regras para loteamentos fechados e loteamentos específicos;
- Regras para remembramentos, desmembramentos ou desdobro;
- Definição de faixas de servidão, proteção ou de domínio.





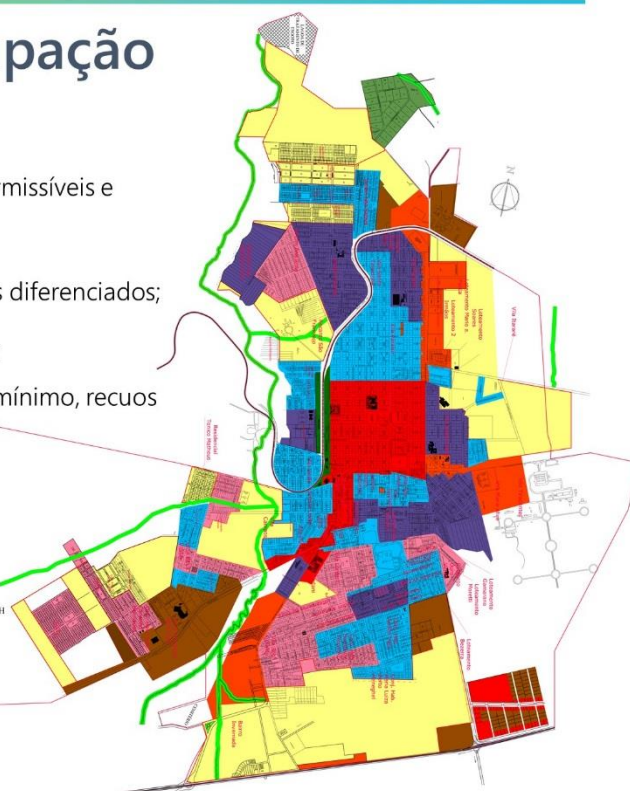
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

## Lei do Uso e Ocupação do Solo

- Classificação dos usos permitidos, permissíveis e proibidos por zona;
- Harmonização entre atividades e usos diferenciados;
- Definição de parâmetros urbanísticos: coeficientes de aproveitamento, lote mínimo, recuos mínimos, gabarito máximo, taxas de ocupação e permeabilidade.

Zona Residencial 1 - ZR1  
Zona Residencial 2 - ZR2  
Zona Residencial 3 - ZR3 (Ocupação Prioritária)  
Zona Residencial 3 - ZR3 (Ocupação Secundária)  
Zona Comercial 1 - ZC1  
Zona Comercial 2 - ZC2  
Zona Industrial 1 - ZI1  
Zona Industrial 2 - ZI2  
Zona Especial de Interesse Social - ZEIS

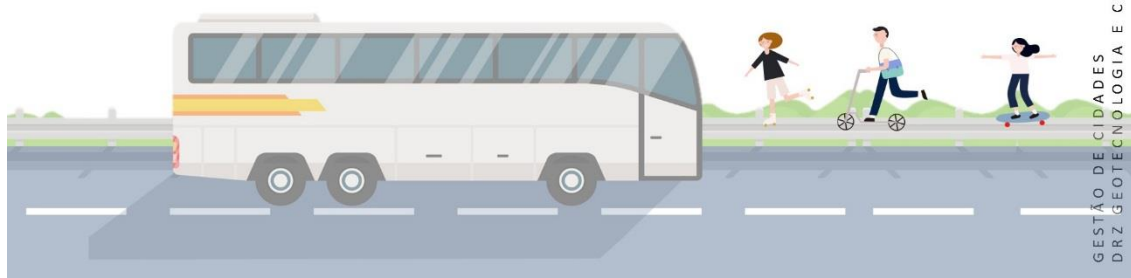
Zona Especial de Interesse Social - ZEIS  
Zona Especial de Interesse Histórico - ZEIH  
Zona Restrição à Ocupação  
Zona Especial da Vila Rural  
Faixa de Preservação  
Faixa de Domínio da Rodovia  
Faixa de Domínio da Ferrovia  
Linha Ferrovia



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

## Lei do Sistema Viário

- Hierarquização das vias municipais urbanas e rurais;
- Definição de dimensões mínimas para novas vias;
- Definição de diretrizes viárias para continuidade do sistema viário;
- Dimensionamento de calçadas e indicação de utilização de passeio ecológico.



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

## Código de Obras

Normas para a elaboração de projetos e execução de obras:

- Direitos e responsabilidades do município, proprietários e responsáveis técnicos;
- Acessibilidade;
- Alvarás de construção e demolição, alteração de uso, habite-se e aprovação de projetos;
- Fiscalização, infrações e sanções;
- Normas para aprovação de condomínios.



## Código de Posturas

Normas administrativas para:

- Bem-estar público;
- Ordem, sossego, segurança e conservação do ambiente;
- Disciplina de atividades comerciais, industriais e de serviços;
- Higiene de logradouros, habitações, terrenos e estabelecimentos.



## Próximos passos



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA



DRZ Geotecnologia e Consultoria  
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Londrina/PR  
(43) 3026-4065  
[www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)

Daniel Souza Lima  
[daniel@drz.com.br](mailto:daniel@drz.com.br)

Laís Lino  
[lais@drz.com.br](mailto:lais@drz.com.br)

## 56. RELATÓRIO DA OFICINA TÉCNICA DA REVISÃO DO PDM DE BANDEIRANTES

No dia 20 de agosto de 2019, às 17h00, no Salão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, foi realizada a Oficina Técnica da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Bandeirantes, conforme o contrato nº148/2019, realizado entre a Prefeitura Municipal de Bandeirantes e a DRZ geotecnologia e Consultoria Ltda, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de revisão geral do Plano Diretor do Município de Bandeirantes.

O objetivo da oficina foi apresentar o Plano de Trabalho da Revisão do PDM de Bandeirantes, incluindo a metodologia dos trabalhos e o cronograma. Estavam presentes na oficina, conforme lista de presença em anexo, representantes do Grupo Técnico Permanente – GTP, da Equipe Técnica da DRZ e do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CONGET.

A oficina foi iniciada pelo Secretário Municipal de Planejamento de Bandeirantes e Coordenador do GTP, Sr. Ruy Robson de Carvalho, que destacou a importância da Revisão do PDM, da participação da comunidade e do comprometimento das equipes envolvidas. Na sequência, o arquiteto e urbanista Daniel Souza Lima, da Equipe Técnica da DRZ, iniciou uma apresentação de slides contendo:

- Os objetivos da oficina;
- As áreas de atuação e alguns trabalhos realizados pela DRZ na região de Bandeirantes;
- O embasamento legal e objetivos da Revisão do PDM;
- O papel das equipes envolvidas nos trabalhos da Revisão do PDM;
- A metodologia dos trabalhos;
- As etapas dos trabalhos, incluindo os projetos de lei que serão objeto de análise e aprovação pela Câmara Municipal;
- O cronograma dos trabalhos;
- E a indicação dos próximos passos da revisão do PDM.

Ao longo da apresentação, a Equipe Técnica da DRZ destacou a importância do comprometimento do GTP em fornecer informações completas e atualizadas sobre o Município de Bandeirantes, e da importância do comprometimento do CONGET em mobilizar a comunidade para participar dos eventos públicos e em trazer, à Equipe Técnica da DRZ, as demandas dos vários segmentos da sociedade de Bandeirantes.

No final da oficina, a Equipe Técnica da DRZ entregou, ao Coordenador do GTP, o produto da Fase I – Plano de Trabalho da Revisão do PDM para análise e aprovação. A Equipe Técnica da



DRZ fez também a entrega de questionários para coleta de informações para desenvolver a Fase II – Análise Temática Integrada.

Nos anexos a seguir, constam o relatório fotográfico da oficina, a lista de presença e os slides apresentados.

Londrina, 21 de agosto de 2019.

**Daniel Souza Lima**

Arquiteto e Urbanista

DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.

Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina, PR

Fone/Fax: (43) 3026-4065

## 56.1 ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO

*Foto 70 – Oficina Técnica*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

*Foto 71 – Oficina Técnica*




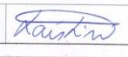

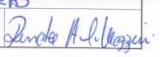

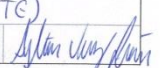
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

## 56.2 ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

Figura 12 – Lista de Presença da Oficina Técnica

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR**

**1ª OFICINA TÉCNICA – LISTA DE PRESENÇA**

1	Nome	Alindomar Lacorda Silva	Equipe	DRZ	Assinatura	
	e-mail	alindomar@drz.com.br	Telefone	43 3026 4065		
2	Nome	Lais Ximo	Equipe	DRZ	Assinatura	
	e-mail	lais@drz.com.br	Telefone	43 3026 4065		
3	Nome	DANIEL SOUZA LIMA	Equipe	DRZ	Assinatura	
	e-mail	daniel@drz.com.br	Telefone	43 3026 4065		
4	Nome	RODRIGO A. L. MAZZINI	Equipe	DEPARTAMENTO DE OBRAS	Assinatura	
	e-mail	rodrigo.arquiteto@bandeirantes.pr.gov.br	Telefone	(43) 991430599		
5	Nome	Victor Hugo Nunes da Silva	Equipe	Departamento de Obras	Assinatura	
	e-mail	hivictor@gmail.com	Telefone	(43) 99636-1993		
6	Nome	AYLTON VERONEZ JÚNIOR	Equipe	AEBAN (PRESIDENTE)	Assinatura	
	e-mail	veronez@engenhariaooutlook.com	Telefone	(11) 998202829		


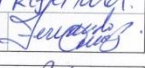
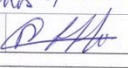
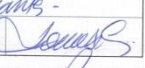

DRZ Geotecnologia e Consultoria  
Gestão de Cidades

20 de agosto de 2019  
Salão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE  
Bandeirantes - PR

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

Figura 13 – Lista de Presença da Oficina Técnica

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR**

7	Nome	Jonas Rodrigo Torres de Aulla	Equipe	AEBAN (INSPECTOR CHIEF)	Assinatura	
	e-mail	jonasavilla@outlook.com	Telefone	43 99631-5605		
8	Nome	Fernando Comegno	Equipe	Meio Ambiente - Prefeitura	Assinatura	
	e-mail	f.comegno@hotmail.com	Telefone	99977-92-01		
9	Nome	Benato Reis Duarte	Equipe	Sec. de Agricultura - Prefeitura	Assinatura	
	e-mail	benatofreisduarte@gmail.com	Telefone	991864094		
10	Nome	Isaías Gomes de Freitas Junior	Equipe	Proc. Munic. de Bandeirantes	Assinatura	
	e-mail	prof.isaiasadm@pmdb.com	Telefone	99034578		
11	Nome	Ruy R. Caravita	Equipe	Sec. Planejamento	Assinatura	
	e-mail	ruycaravita@og@yaho.com.br	Telefone	3542-4525		
12	Nome		Equipe		Assinatura	
	e-mail		Telefone			

DRZ Geotecnologia e Consultoria  
Gestão de Cidades

20 de agosto de 2019  
Salão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE  
Bandeirantes - PR

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

## 56.3 ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE SLIDES

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR



# Revisão do Plano Diretor Municipal

1ª OFICINA TÉCNICA



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA  
GESTÃO DE CIDADES

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

## Objetivos da oficina técnica

- Apresentar a Equipe Técnica da DRZ;
- Definir os papéis das equipes envolvidas;
- Mobilizar o Grupo Técnico Permanente (GTP) e o Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial (CONGET) para desenvolver a Revisão do PDM;
- Organizar os próximos passos da Revisão do PDM.



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

## DRZ – Áreas de Atuação

### ❖ GESTÃO DE CIDADES

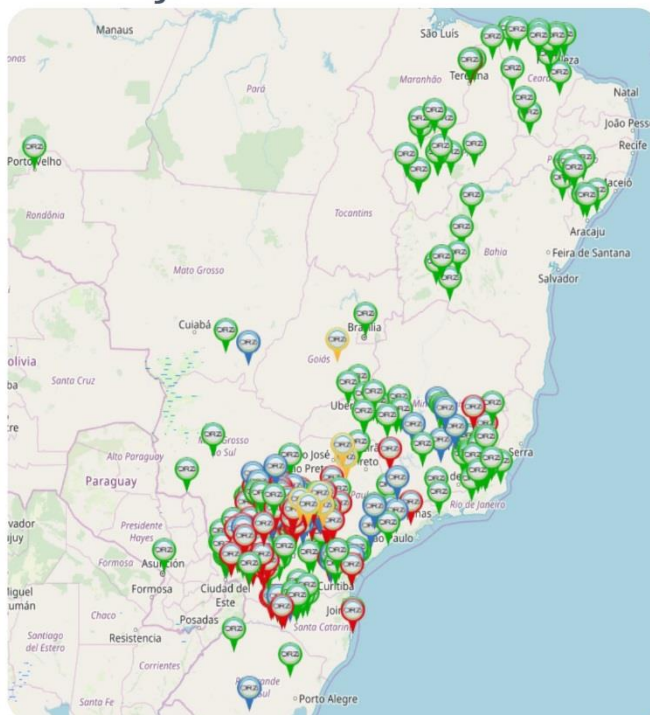
- Planos Diretores Municipais;
- Planos de Mobilidade Urbana;
- Planos Locais de Habitação etc.

### ❖ GESTÃO AMBIENTAL

- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Planos de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Planos de Recursos Hídricos;
- Planos de Manejo etc.

### ❖ GEOTECNOLOGIA

- Sistemas de Informações Geográficas (SIG);
- Aplicações de SIG na internet (WEBGIS);
- Plantas Genéricas de Valores etc.



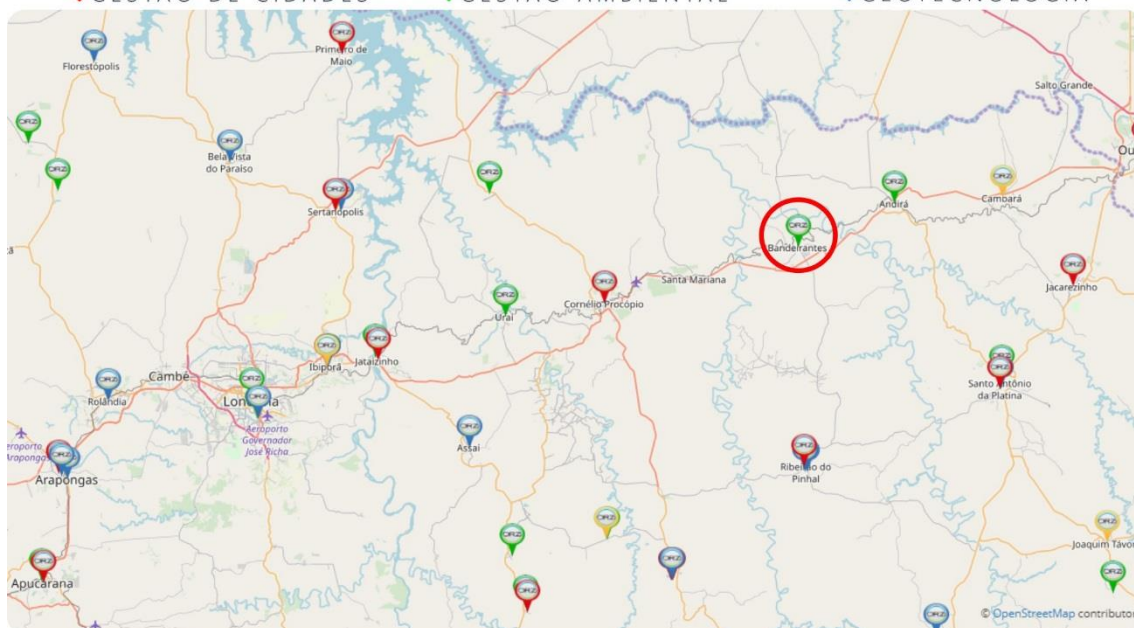
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

## DRZ – Trabalhos na região

### ❖ GESTÃO DE CIDADES

### ❖ GESTÃO AMBIENTAL

### ❖ GEOTECNOLOGIA



## Embasamento Legal

- O Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana;
- O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas (Lei Federal nº 10.257/2001);
- No Paraná, é obrigatório para todos os municípios que desejam se habilitar aos convênios e serviços disponibilizados pelo governo estadual (Lei Estadual nº 15.229/2006);
- A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos (Lei Federal nº 10.257/2001);
- PDM vigente de Bandeirantes: Lei Complementar nº 24, de 22 de fevereiro de 2011.



## O Plano Diretor

- Define áreas de expansão urbana;
- Garante a função social da propriedade;
- Promove transformações estruturais no ambiente urbano;
- Capta recursos para o Município;
- Garante o uso democrático e sustentável dos recursos;
- Adequa o PDM às necessidades atuais do Município.



## Equipes Envolvidas



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

### EQUIPE TÉCNICA DA DRZ

- Realizar os trabalhos conforme a legislação vigente e o termo de referência;
- Definir a metodologia de trabalho;
- Formar um banco de dados apto à publicação.

### GRUPO TÉCNICO PERMANENTE

- Dar apoio técnico à equipe da consultoria;
- Avaliar e propor sugestões, alterações e complementações;
- Garantir a participação da sociedade.

### CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

- Mobilizar a sociedade;
- Acompanhar os trabalhos de revisão;
- Fiscalizar a implementação do plano pelo Município.



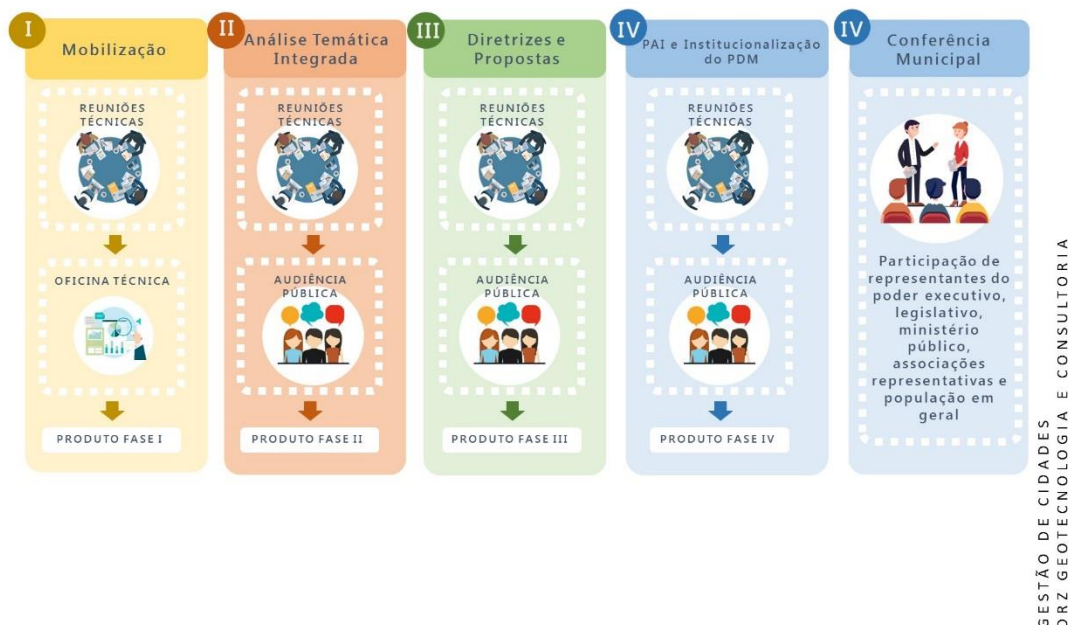
GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA



## Metodologia



## Etapas da Revisão do PDM





## Fase I – Mobilização

- Apresentação do Plano de Trabalho;
- Definição das equipes;
- Definição do papel de cada equipe;
- Elaboração do cronograma.



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

## Fase II – Análise Temática Integrada

GRUPO TÉCNICO  
PERMANENTE



CONGET + POPULAÇÃO  
DE BANDEIRANTES



EQUIPE TÉCNICA  
DA DRZ

- Foco nas mudanças ocorridas entre 2011 e 2019;
- Reconhecimento da realidade local;
- Análise da capacidade de suporte do meio ambiente, infraestrutura, serviços e equipamentos públicos;
- Análise das condições fundiárias;
- Diagnóstico das condicionantes, potencialidades e deficiências do território municipal;
- Análise da capacidade de investimento do Município;
- Análise da legislação urbanística vigente.

QUE CIDADE  
TEMOS?



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

## Fase III – Diretrizes e Proposições

- Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável;
- Propor ações em prol da qualidade de vida da população presente e futura;
- Planejar as prioridades de ação de abrangência social;
- Realizar novos parâmetros para:
  - Desenvolvimento e reordenamento territorial;
  - Proteção e preservação ambiental;
  - Infraestrutura e mobilidade urbana;
  - Desenvolvimento socioeconômico;
  - Desenvolvimento institucional e gestão democrática.



## Fase IV – Institucionalização do PDM e Plano de Ações e Investimentos

- Elaboração do Plano de Ações e Investimentos para os próximos 5 anos com prazo, estimativa de custo e possível fonte de recurso;
- Proposta para o Sistema de Planejamento Urbano e Gestão do PDM;
- Minutas dos anteprojatos de lei do Plano Diretor Municipal e demais leis correlatas.



## Lei do Plano Diretor Municipal

Instrumento básico da política municipal de planejamento:

- Obrigações que envolvem a propriedade urbana;
- Objetivos, diretrizes, instrumentos e estratégias para o desenvolvimento sustentável.
- Orientações e normas para os processos de transformação do Município nos aspectos político, socioeconômico, físico-ambiental e administrativo;

Regulamentação dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade:

- Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC);
- IPTU Progressivo no Tempo;
- Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- Transferência do Direito de Construir;
- Regularização Fundiária etc.



## Lei do Perímetro Urbano

Estabelece os perímetros urbanos:

- Obrigação de realizar os serviços públicos municipais;
- Autorização de cobrança de taxas pelos serviços prestados;
- Autorização para arrecadação de imposto sobre a propriedade;
- Limite máximo para a implantação de novos loteamentos;
- Áreas prioritárias para expansão urbana.





## Lei do Parcelamento do Solo

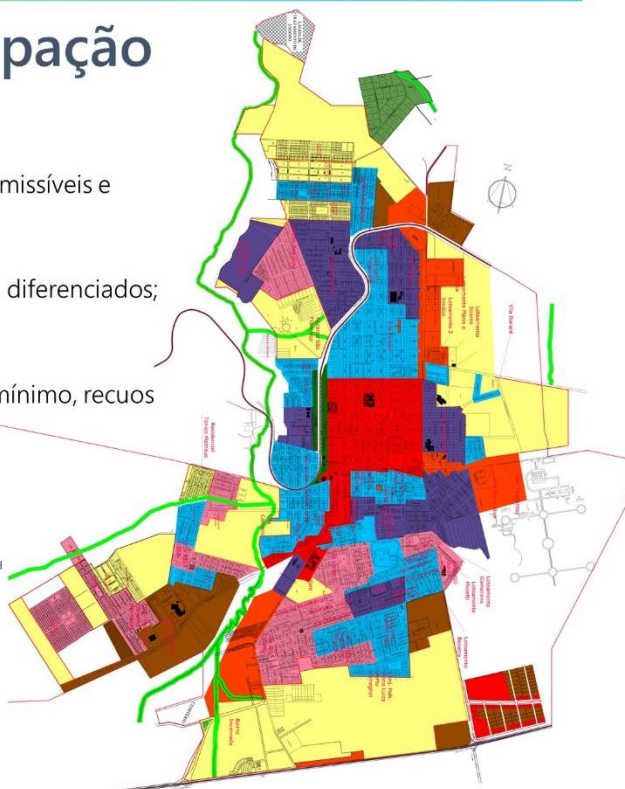
Regras para aprovação de novos loteamentos:

- Infraestrutura mínima a executar;
- Área mínima a doar à prefeitura;
- Áreas para loteamentos populares;
- Regras para loteamentos fechados e loteamentos específicos;
- Regras para remembramentos, desmembramentos ou desdobro;
- Definição de faixas de servidão, proteção ou de domínio.



## Lei do Uso e Ocupação do Solo

- Classificação dos usos permitidos, permissíveis e proibidos por zona;
- Harmonização entre atividades e usos diferenciados;
- Definição de parâmetros urbanísticos: coeficientes de aproveitamento, lote mínimo, recuos mínimos, gabarito máximo, taxas de ocupação e permeabilidade.



## Lei do Sistema Viário

- Hierarquização das vias municipais urbanas e rurais;
- Definição de dimensões mínimas para novas vias;
- Definição de diretrizes viárias para continuidade do sistema viário;
- Dimensionamento de calçadas e indicação de utilização de passeio ecológico.



## Código de Obras

Normas para a elaboração de projetos e execução de obras:

- Direitos e responsabilidades do município, proprietários e responsáveis técnicos;
- Acessibilidade;
- Alvarás de construção e demolição, alteração de uso, habite-se e aprovação de projetos;
- Fiscalização, infrações e sanções;
- Normas para aprovação de condomínios.



## Código de Posturas

Normas administrativas para:

- Bem-estar público;
- Ordem, sossego, segurança e conservação do ambiente;
- Disciplina de atividades comerciais, industriais e de serviços;
- Higiene de logradouros, habitações, terrenos e estabelecimentos.

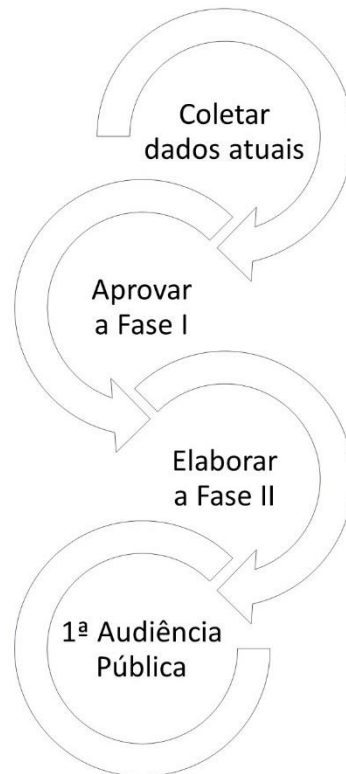


## Cronograma

Revisão do PDM de Bandeirantes		jul-19			ago-19			set-19			out-19			nov-19			dez-19			jan-20			fev-20			mar		
		2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Etapas	Etapa I – Plano de Trabalho																											
	Etapa II – Análise Temática Integrada																											
	Etapa III – Diretrizes e Proposições																											
	Etapa IV – PAI e Institucionalização do PDM																											
	Etapa V – Sistema WEBGIS																											
Medições																												
Eventos	Reuniões Técnicas																											
	Oficinas Técnicas																											
	Audiências Públicas																											
	Conferência da Revisão do PDM																											

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

## Próximos passos



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA



DRZ Geotecnologia e Consultoria  
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Londrina, PR  
(43) 3026-4065  
[www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)



Alindomar Lacerda Silva  
[alindomar@drz.com.br](mailto:alindomar@drz.com.br)



Daniel Souza Lima  
[daniel@drz.com.br](mailto:daniel@drz.com.br)



Laís Lino  
[lais@drz.com.br](mailto:lais@drz.com.br)



## 57. RELATÓRIO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PDM DE BANDEIRANTES

No dia 12 de novembro de 2019, às 17h00, no Auditório do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, foi realizada a 1ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM de Bandeirantes, conforme o contrato nº148/2019, realizado entre a Prefeitura Municipal de Bandeirantes e a DRZ geotecnologia e Consultoria Ltda, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de revisão geral do Plano Diretor do Município de Bandeirantes.

A audiência teve como objetivos:

- Introduzir o que é o Plano Diretor e a importância de sua revisão;
- Apresentar as equipes envolvidas no processo;
- Apresentar os resultados da Fase II da revisão do Plano Diretor;
- Discutir a importância do planejamento urbano em Bandeirantes;
- Garantir a participação popular.

A reunião foi iniciada pelo assistente de geoprocessamento Alindomar Lacerda Silva, da Equipe Técnica da DRZ, que iniciou uma apresentação de slides contendo: os dados contratuais; uma breve apresentação da empresa DRZ; um breve histórico do processo de urbanização recente no Brasil; o embasamento legal do Plano Diretor; as equipes envolvidas; as etapas dos trabalhos; e uma síntese dos trabalhos da Fase I.

Na sequência, foi dada ênfase aos estudos elaborados na Fase II, os quais foram sintetizados numa apresentação que incluiu: os objetivos da Fase II; a inserção regional do Município; as condicionantes naturais do território; o uso do solo municipal; a evolução urbana; o uso do solo urbano; as áreas aptas, aptas com restrição e inaptas à urbanização; e as características socioeconômicas.

Em seguida, a palavra passou ao arquiteto e urbanista Daniel Souza Lima, que deu continuidade à exibição dos estudos elaborados na Fase II da revisão do PDM, apresentando uma síntese dos estudos realizados sobre: as condições fundiárias; o déficit habitacional; os equipamentos públicos de saúde; equipamentos públicos de educação; equipamentos públicos diversos de cultura, lazer, assistência social, segurança e cemitérios; a rede de abastecimento de água; rede de esgotamento sanitário; rede de drenagem pluvial; coleta de resíduos sólidos; iluminação pública; sistema viário municipal; sistema viário urbano; e mobilidade urbana não motorizada (ciclistas e pedestres).

Ao fim da apresentação dos estudos elaborados para a Fase II, foi feita uma breve explanação sobre o conteúdo a ser desenvolvido nas próximas etapas da revisão do Plano Diretor, incluindo





a Fase III, onde serão desenvolvidas as diretrizes e proposições, e a Fase IV, onde serão elaborados o Plano de Ação e Investimentos e as Minutas dos Anteprojetos de Lei do Plano Diretor Municipal, Perímetros Urbanos, Parcelamento do Solo, Uso e Ocupação do Solo, Sistema Viário, Código de Obras e Código de Posturas.

Após a apresentação, os membros presentes foram convidados a destacar suas considerações sobre a Revisão do PDM. Na sequência, o arquiteto Ruy Robson Carvalho, coordenador do Grupo Técnico Permanente, fez algumas observações e encerrou a audiência pública.

Nos anexos a seguir, constam o relatório fotográfico da audiência, a lista de presença e os slides apresentados.

Londrina, 13 de novembro de 2019.

Daniel Souza Lima  
Arquiteto e Urbanista  
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.  
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina, PR  
Fone/Fax: (43) 3026-4065

## 57.1 ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO

*Foto 72 – 1ª Audiência Pública*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

*Foto 73 – 1ª Audiência Pública*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

*Foto 74 – 1ª Audiência Pública*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

*Foto 75 – 1ª Audiência Pública*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

## 57.2 ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

Figura 14 – Lista de presença da 1ª Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL BANDEIRANTES - PR				
1ª REUNIÃO TÉCNICA – LISTA DE PRESENÇA				
1	Nome e-mail	DANIEL SOUZA LIMA daniel@drz.com.br	Equipe Telefone	DRZ 43 3026.4065
2	Nome e-mail	Lais Lima lais@drz.com.br	Equipe Telefone	DRZ 43 3026.4065
3	Nome e-mail	CLEBERSON JUNIOR BARBOSA deposito_barbosa@hotmail.com	Equipe Telefone	ASSOCIAÇÃO COMEGAL 43 99929-7541
4	Nome e-mail	Rafael Korte Mattius rafael.korte-mattius@dominial.com	Equipe Telefone	CAU 99977-1310
5	Nome e-mail	Wmoral A. B. Vieira wmoraiera-99@hotmail.com	Equipe Telefone	Comunidade Municipal 43-996595487
6	Nome e-mail	Jonas Rocha Torres d. Avilla jonasavilla@outlook.com	Equipe Telefone	CREA-PR 43-99631-5605

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019

Figura 15 – Lista de presença da 1ª Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL BANDEIRANTES - PR				
7	Nome e-mail	FERNANDO COMEGNO f.comegno@hotmail.com	Equipe Telefone	Secretaria de Meio Ambiente 43 99977-92-01
8	Nome e-mail	Ruy Robson Canavatto ruycanavatto06@drz.com.br	Equipe Telefone	Planejamento e Conservação 98406-0111
9	Nome e-mail	RENATO M. CHAGES MARZINI renatomarzyni.arq@gmail.com	Equipe Telefone	Secretaria de Obras 43 993430599
10	Nome e-mail	Renato Reis Duarte renato.reis.duarte@gmail.com	Equipe Telefone	Secretaria de Agricultura 43 991864094
11	Nome e-mail	Pandora Ap. de Santoro pandora.santoro@yara.fm.br	Equipe Telefone	Radio Yara Fm. 9.9850-4551
12	Nome e-mail		Equipe Telefone	

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019



## 57.3 ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE SLIDES

BANDEIRANTES - PR



# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA  
GESTÃO DE CIDADES

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Objetivos da audiência

- Introduzir o que é o Plano Diretor e a importância de sua revisão;
- Apresentar o andamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor de Bandeirantes;
- Apresentar as equipes envolvidas no processo;
- Discutir a importância do planejamento urbano do Município de Bandeirantes;
- Apresentar os Resultados da Fase II;
- Garantir a participação popular.



## Dados contratuais

### LICITAÇÃO

- Edital de Tomada de Preços nº 57/2019;
- Objeto: Contratação de empresa para elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal;

### CONTRATO

- Contrato nº 148/2019-PMB;
- Celebrado em 05 de Julho de 2019, entre o Município de Bandeirantes e a DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.



## DRZ – Áreas de Atuação

### ❖ GESTÃO DE CIDADES

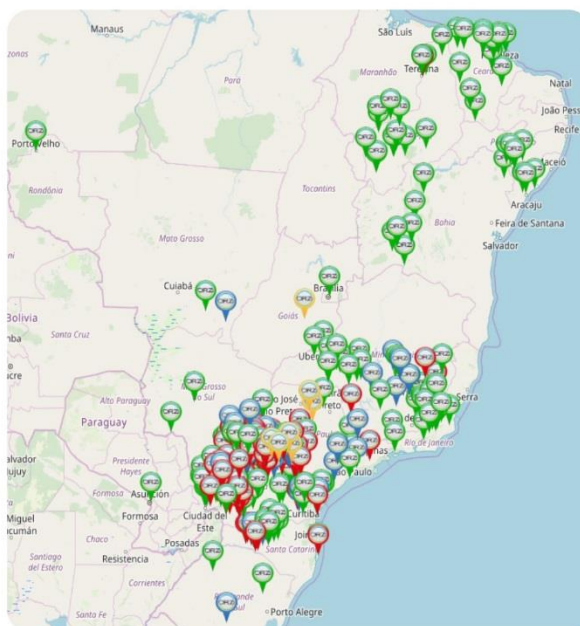
- Planos Diretores Municipais;
- Planos de Mobilidade Urbana;
- Planos Locais de Habitação etc.

### ❖ GESTÃO AMBIENTAL

- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Planos de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Planos de Recursos Hídricos;
- Planos de Manejo etc.

### ❖ GEOTECNOLOGIA

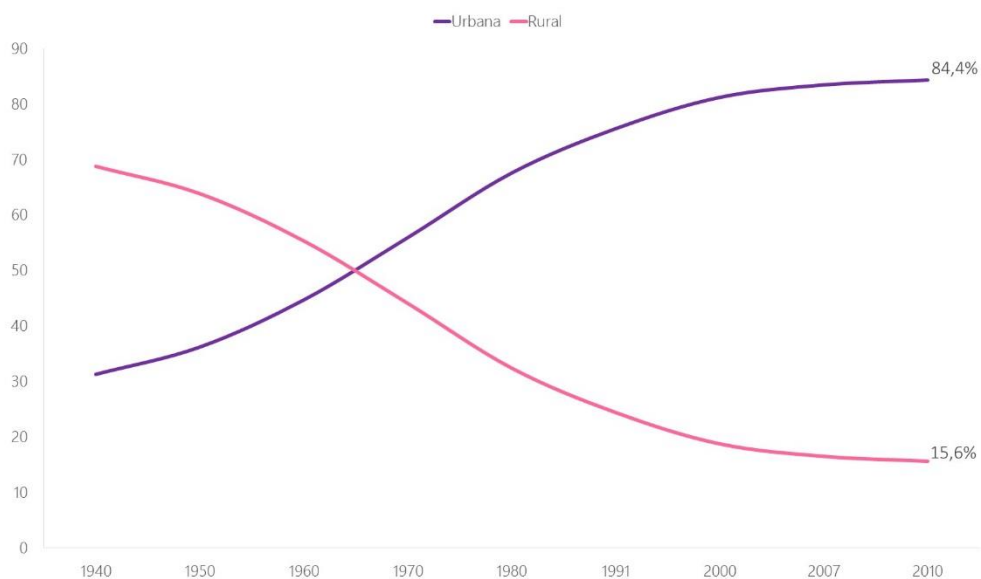
- Sistemas de Informações Geográficas (SIG);
- Aplicações de SIG na internet (WEBGIS);
- Plantas Genéricas de Valores etc.



## O que é o Plano Diretor e por que revisá-lo?

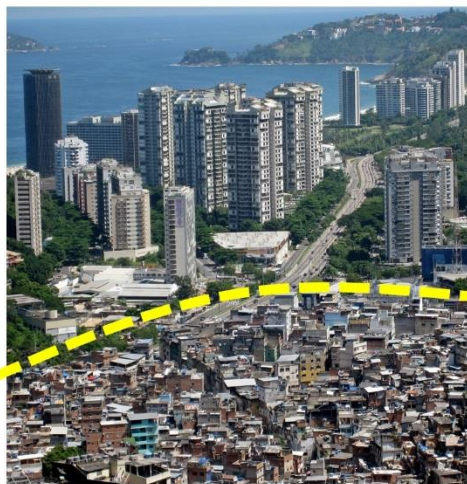


## Urbanização do Brasil



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Cidade Formal / Informal



Favela da Rocinha x Bairro de São Conrado, Rio de Janeiro, RJ



Favela de Paraíso x Bairro do Morumbi, São Paulo, SP

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## CONSTITUIÇÃO REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988



### Artigos 182 e 183

“A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.”



## Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 / 2001

- Sistematização dos instrumentos da política urbana (Plano Diretor, IPTU, Direito de Preempção, Usucapião, etc.);
- Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar Especulação Imobiliária;
- Garantia da gestão democrática das cidades.



## O Plano Diretor

- Estatuto da Cidade, art. 40:  
"O Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana."  
§ 3º: "A lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos."
- Estatuto da Cidade, art. 41:  
"O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas."
- Decreto nº 2581/2004, art. 1º:  
"O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que obedecerem os seguintes requisitos:  
a) *municípios que já possuam planos diretores aprovados pelas respectivas câmaras municipais;*"
- Plano Diretor Municipal de Bandeirantes: Lei Complementar nº 24, de 22 de Fevereiro de 2011.



## Equipes envolvidas



### EQUIPE TÉCNICA DA DRZ

- Realizar os trabalhos conforme a legislação e o termo de referência;
- Definir a metodologia de trabalho;
- Formar um banco de dados apto à publicação.



### GRUPO TÉCNICO PERMANENTE (GTP)

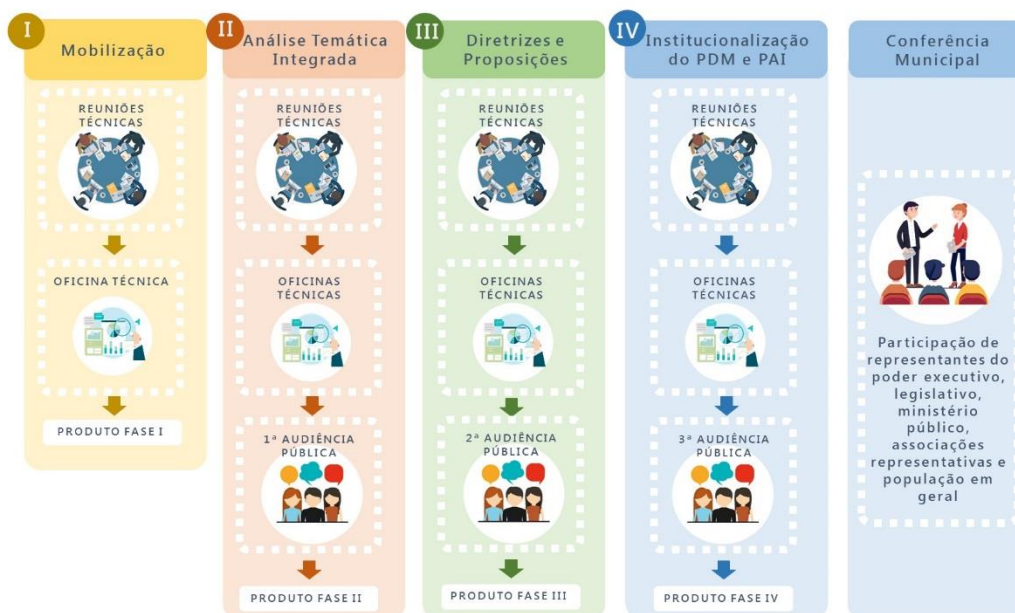
- Dar apoio técnico à equipe da consultoria;
- Avaliar e propor sugestões, alterações e complementações;
- Garantir a participação da sociedade.



### CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL (CONGET)

- Mobilizar a sociedade;
- Acompanhar os trabalhos de revisão;
- Fiscalizar a implementação do PDM pelas próximas gestões municipais.

## Etapas da Revisão do PDM



## Fase I - Mobilização

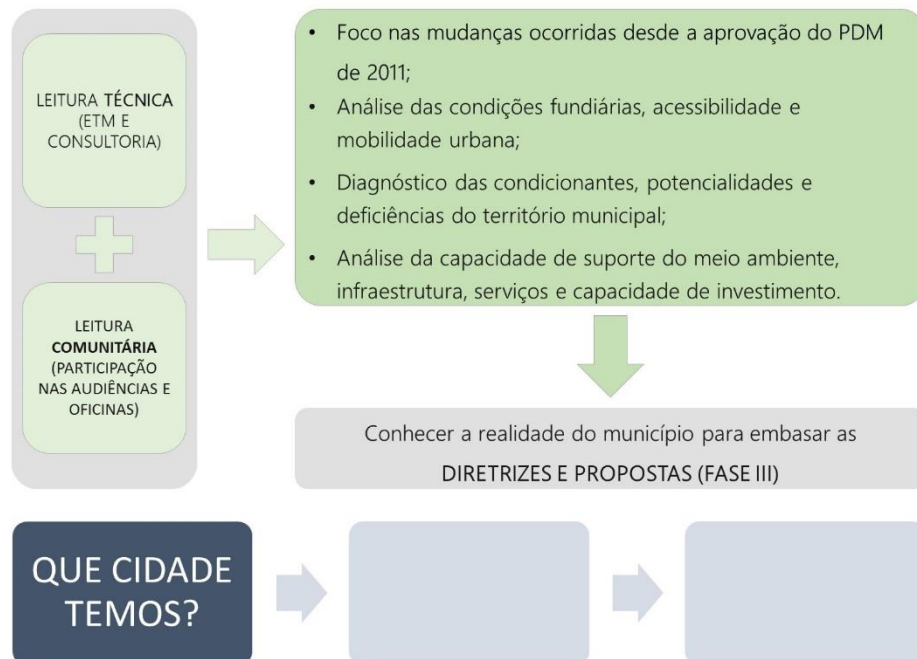
### REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

- Apresentação do Plano de Trabalho;
- Elaboração do cronograma;
- Definição das equipes;
- Definição do papel de cada equipe.



## Fase II – Análise Temática Integrada

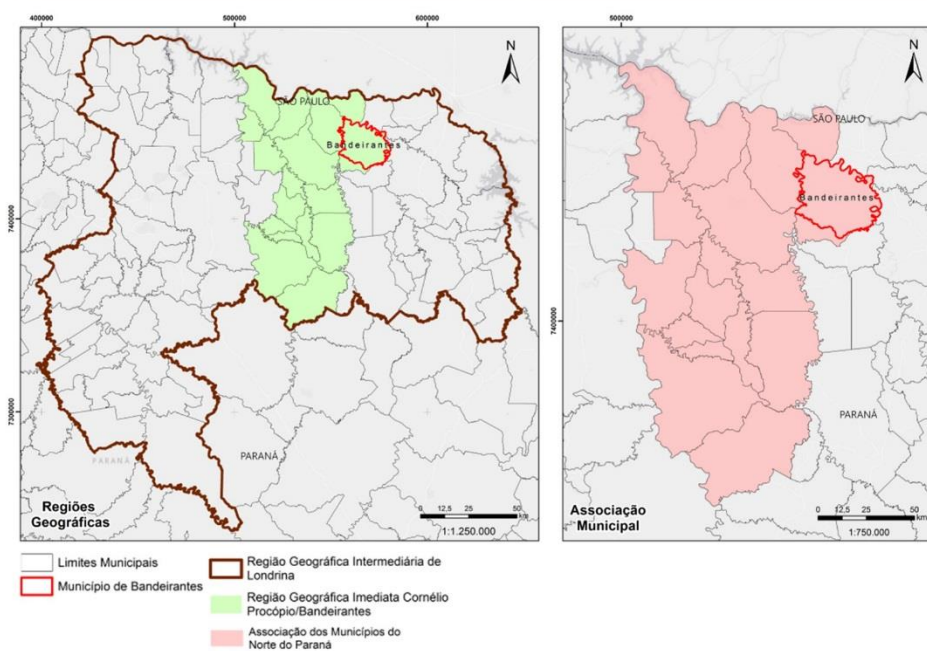
### REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR



## Fase II: Resultados



### INSERÇÃO REGIONAL

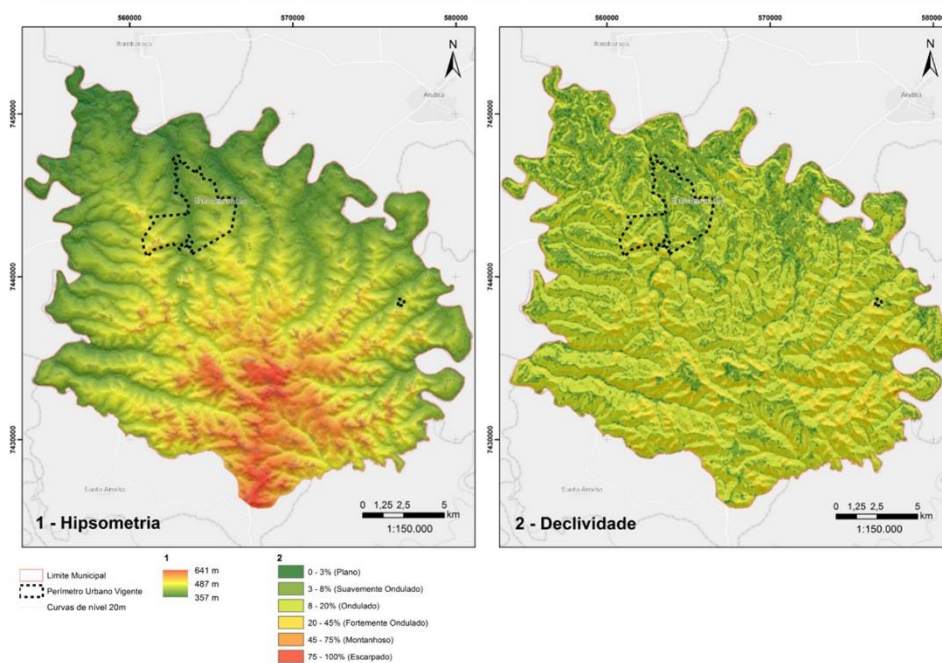




Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

CONDICIONANTES NATURAIS



Fase II – Análise Temática Integrada

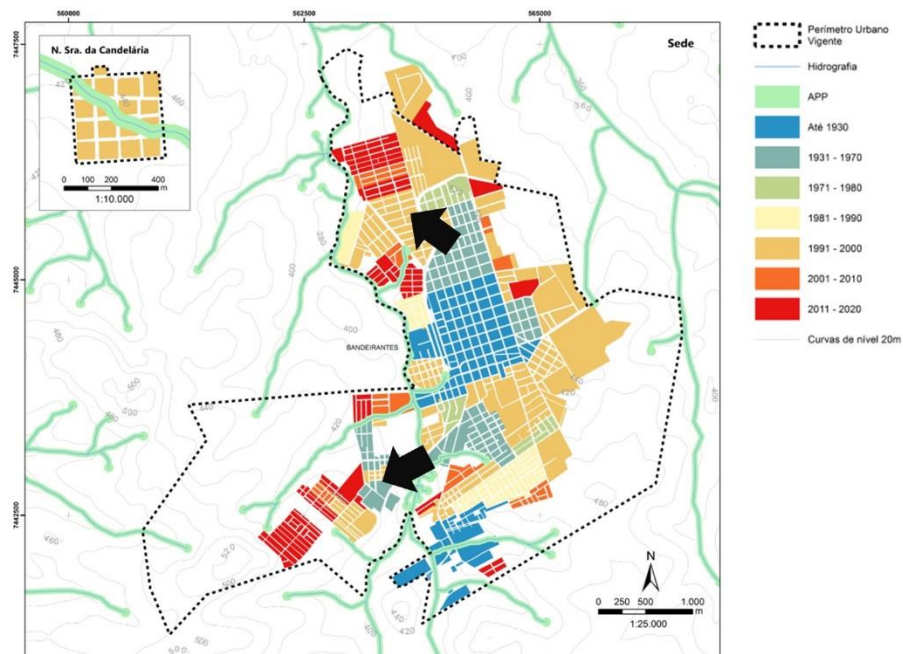
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

CONDICIONANTES NATURAIS



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

EVOLUÇÃO URBANA



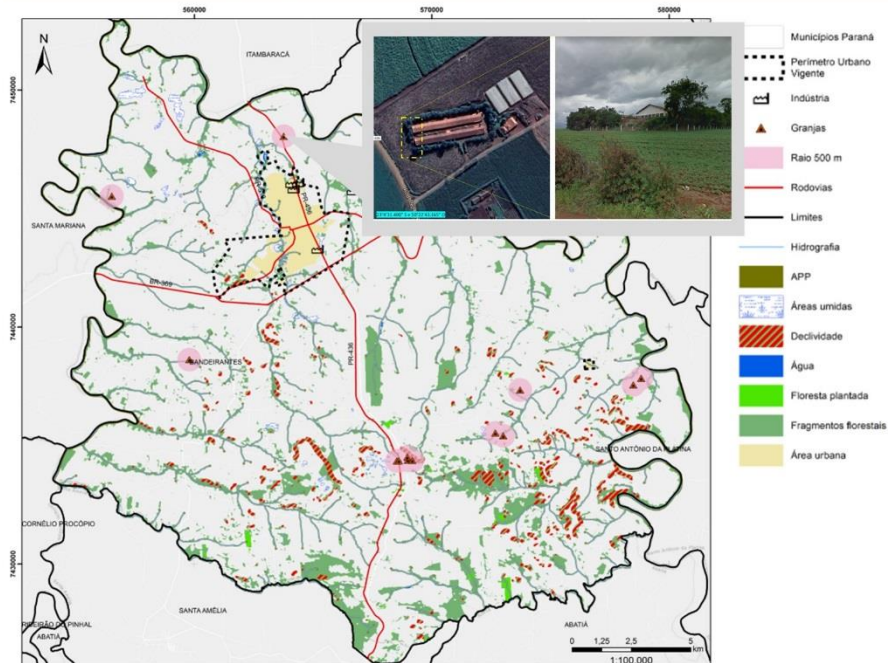
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

USO DO SOLO URBANO



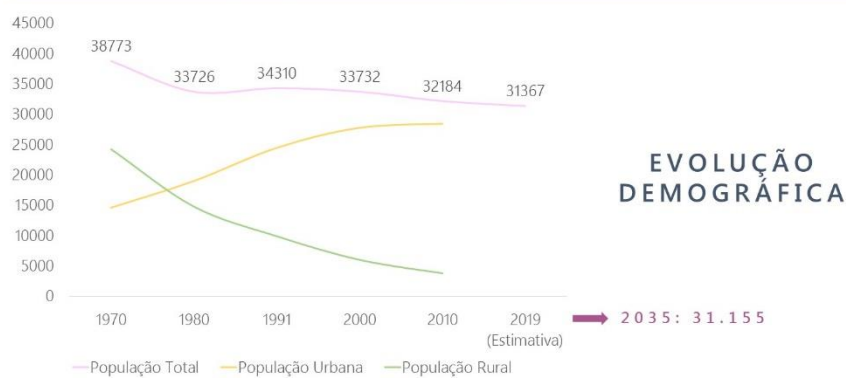
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO

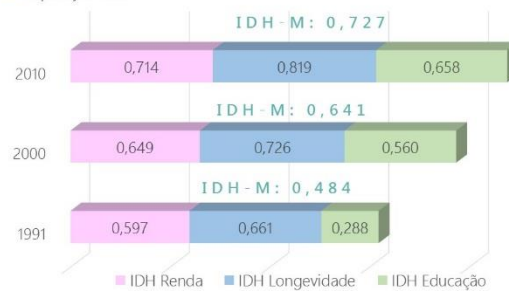


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS



IDH - M

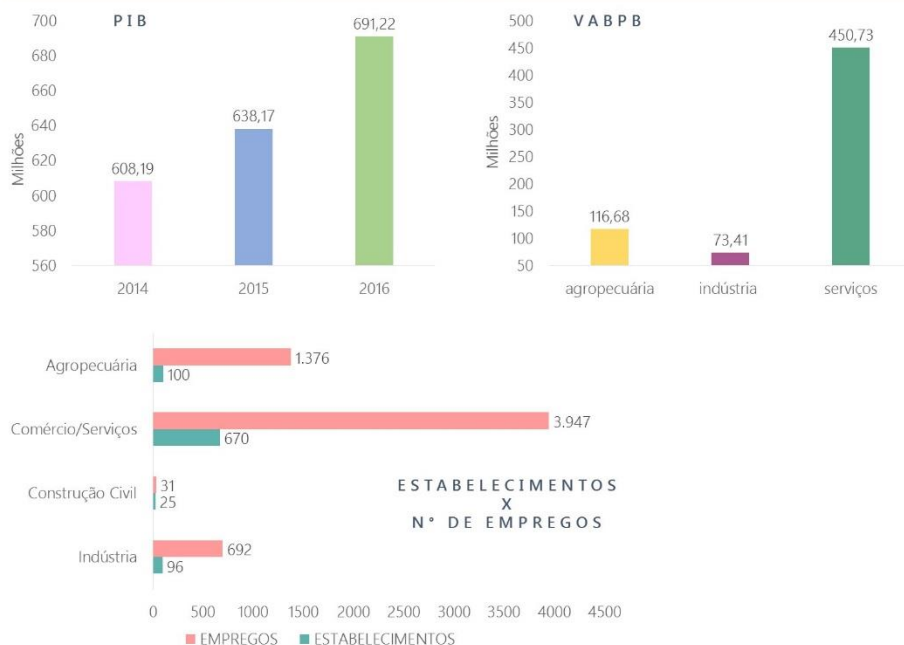




Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

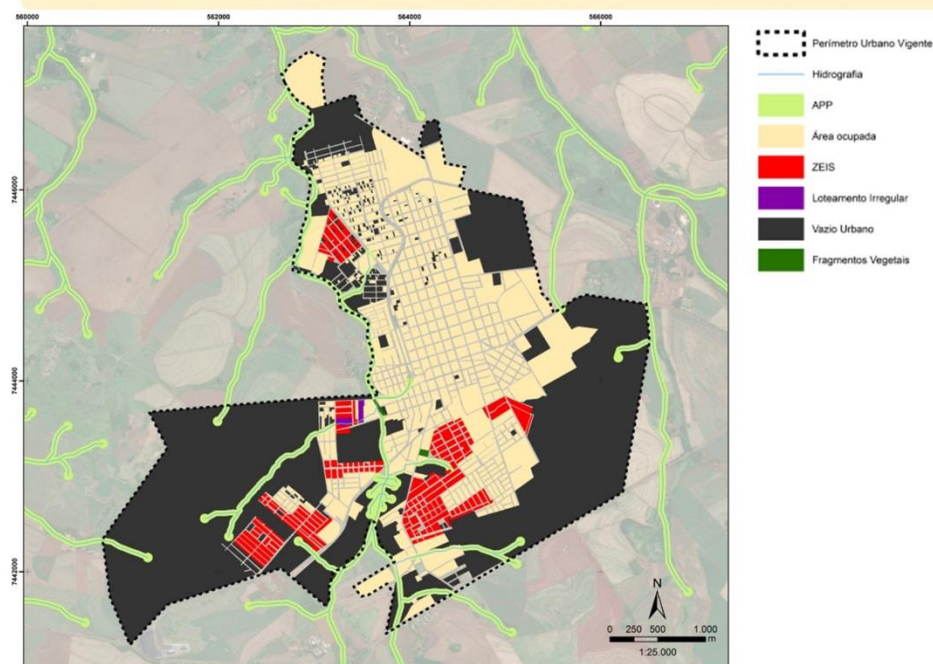
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS



Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

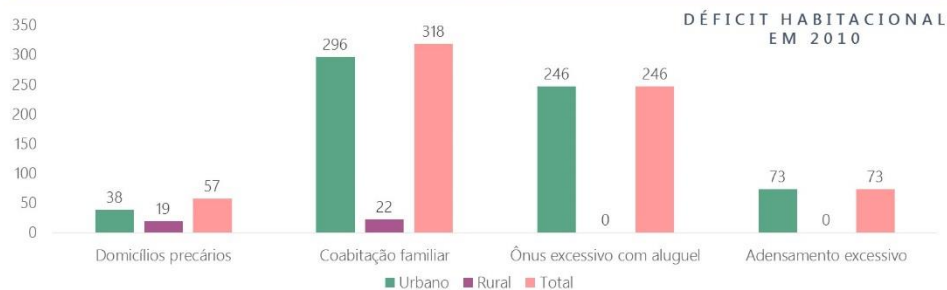
CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS





REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS



DOMICÍLIOS URBANOS COM INADEQUAÇÃO EM 2010

Componente inadequado	Total	Total relativo*
Abastecimento de água	164	1,62%
Esgotamento sanitário	317	3,12%
Iluminação elétrica total	23	0,23%
Destino do lixo	44	0,43%
Banheiro exclusivo	9	0,09%
Domicílios inadequados (infraestrutura, ao menos um componente)	466	4,59%
Total de domicílios urbanos permanentes ocupados	10.152	100,00%

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

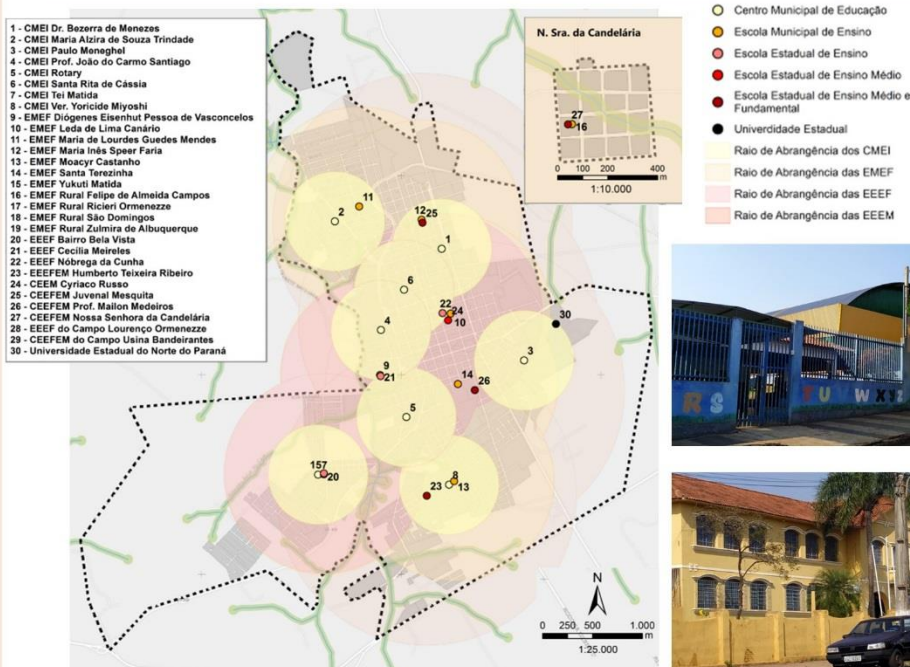
SERVIÇOS PÚBLICOS: SAÚDE



Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

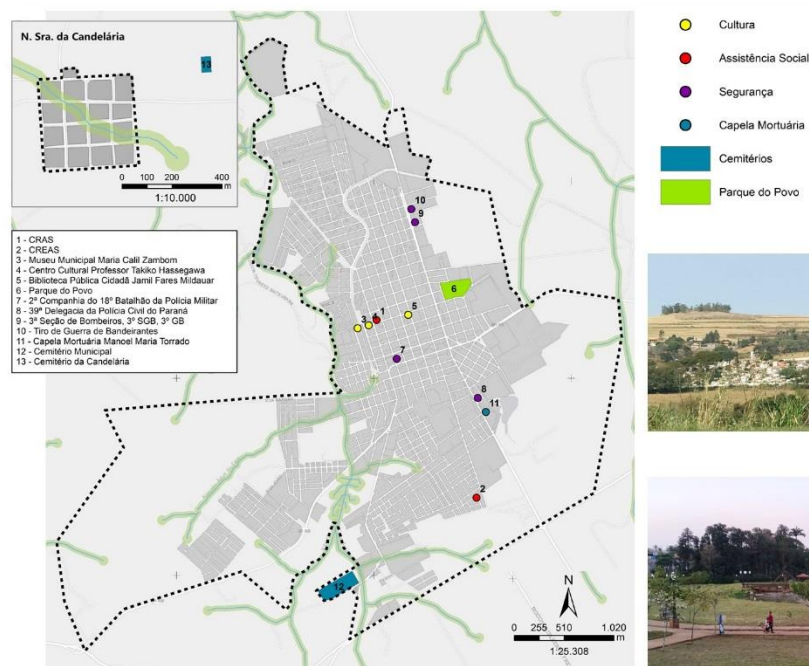
SERVIÇOS PÚBLICOS: EDUCAÇÃO



Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

SERVIÇOS PÚBLICOS DIVERSOS



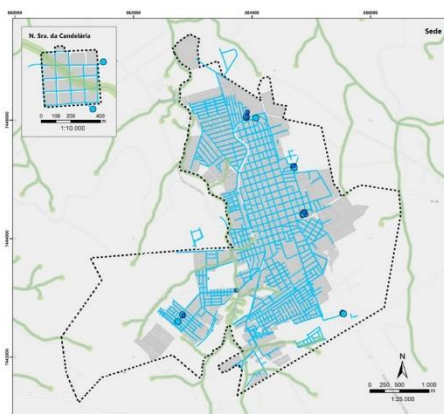
Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

INFRAESTRUTURA: SANEAMENTO BÁSICO

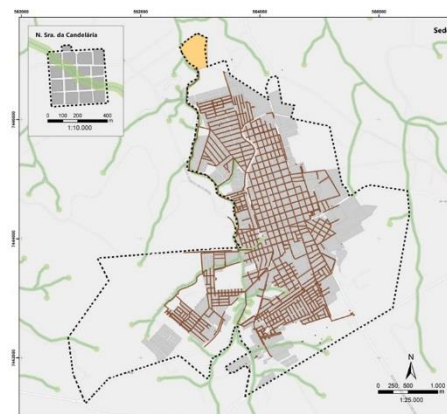
Abastecimento de água:

- ✓ 100% da área urbana.



Esgotamento Sanitário:

- ✓ 97% da área urbana.



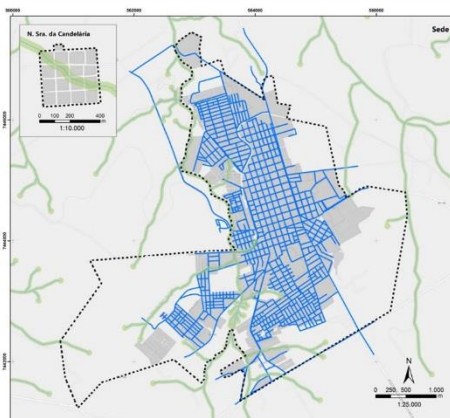
Fase II – Análise Temática Integrada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

INFRAESTRUTURA: SANEAMENTO BÁSICO

Drenagem Pluvial:

- ✓ Enchentes na Vila IBC, arredores da Santa Casa, Chinelão, Rodoviária e SAGAE;
- ✓ Lançamento clandestino de esgoto, principalmente na Vila união e Jd. Paraíso.



Coleta de Resíduos Sólidos:

- ✓ Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS), 2009:
  - ❖ 3 vezes na semana;
  - ❖ Aterro Sanitário Municipal.



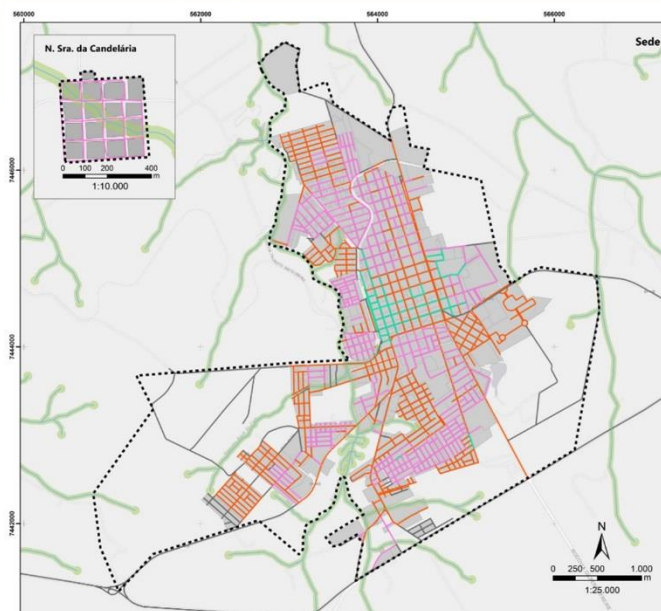
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

INFRAESTRUTURA: ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Iluminação Pública:

✓ 100% da área urbana.

- Tipo LED
- Vapor de Sódio
- Vapor de Mercúrio
- Sem iluminação

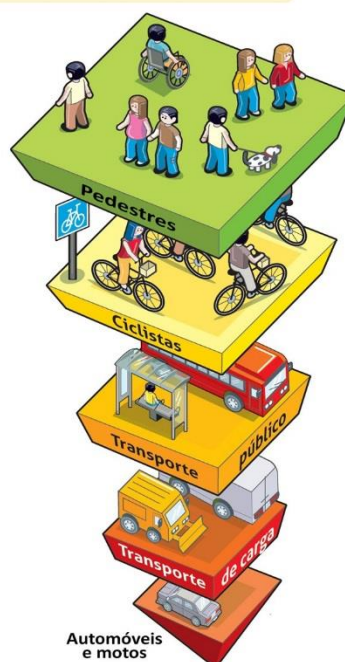


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

MOBILIDADE URBANA

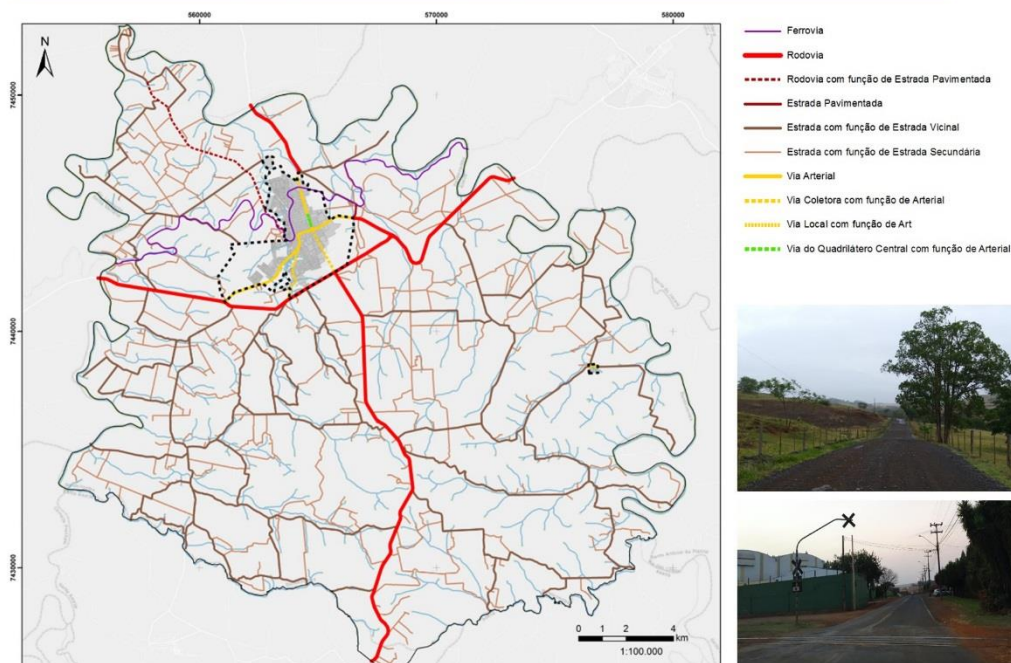
Política Nacional de Mobilidade Urbana,  
Lei Federal nº 12.587/2012:

- ✓ Acessibilidade para todos;
- ✓ Equidade no uso do espaço público;
- ✓ Equidade no acesso ao transporte público;
- ✓ Prioridade aos modais de transporte não motorizados, públicos e coletivos;
- ✓ Planejamento da infraestrutura de mobilidade urbana do Município;
- ✓ Diretrizes e propostas para a mobilidade;
- ✓ Ações sustentáveis para a movimentação de pessoas a cargas.



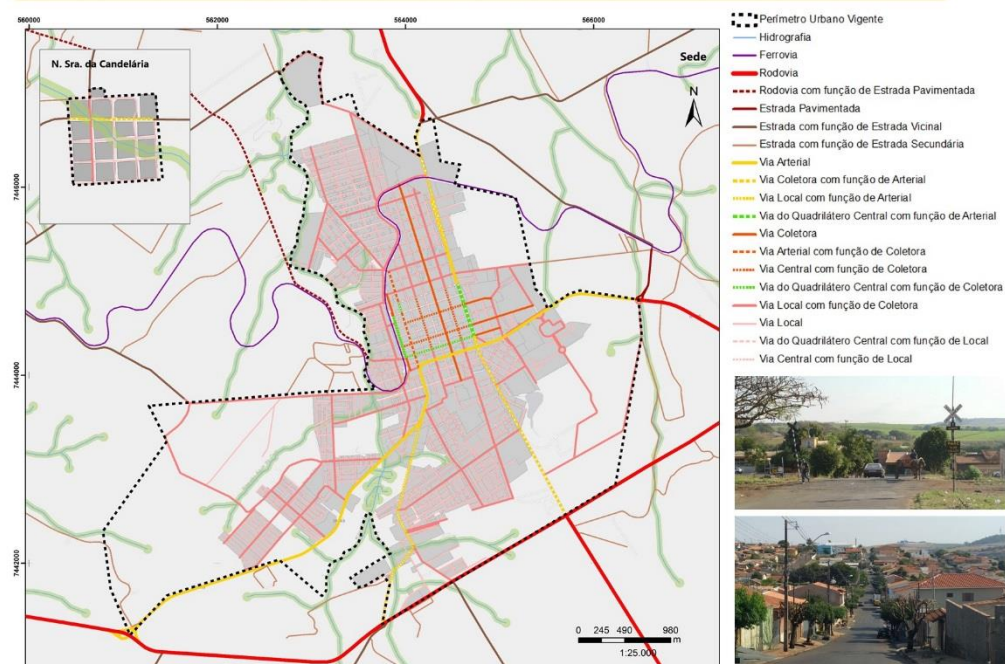
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

MOBILIDADE URBANA: SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

MOBILIDADE URBANA: SISTEMA VIÁRIO URBANO



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

MOBILIDADE URBANA NÃO MOTORIZADA

- ✓ Degraus nas calçadas;
- ✓ Pisos escorregadios;
- ✓ Trechos sem calçada;
- ✓ Calçadas em estado ruim de conservação;
- ✓ Ausência de rebaixamentos de guia.

Nota Técnica Conjunta nº 01/2018 (Ministério Público do Paraná):  
Os Municípios devem assumir a construção e a conservação das calçadas dentro dos padrões técnicos de acessibilidade.

- ✓ Lei Municipal de Parcelamento do Solo exige a construção de calçadas nos novos loteamentos;
- ✓ Necessário implantar rede cicloviária e demais infraestruturas para os ciclistas.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Próximas etapas





Fase III – Diretrizes e Proposições

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

- Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável;
- Propor novos parâmetros para:
  - Desenvolvimento e reordenamento territorial;
  - Proteção e preservação ambiental;
  - Infraestrutura e mobilidade urbana;
  - Desenvolvimento socioeconômico;
  - Desenvolvimento institucional e gestão democrática.



Fase IV – Plano de Ações e Investimentos e Institucionalização do PDM

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

- Elaboração do Plano de Ações e Investimentos para os próximos 5 anos, com prazos, estimativa de custo, responsável e fonte de recursos;
- Minutas dos anteprojetos de leis:
  - ✓ Lei do Plano Diretor Municipal;
  - ✓ Lei dos Perímetros Urbanos;
  - ✓ Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
  - ✓ Lei do Sistema Viário;
  - ✓ Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
  - ✓ Código de Obras;
  - ✓ Código de Posturas.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Lei do Plano Diretor Municipal

Instrumento básico da política municipal de planejamento:

- Obrigações que envolvem a propriedade urbana;
- Objetivos, diretrizes, instrumentos e estratégias para o desenvolvimento sustentável.
- Orientações e normas para os processos de transformação do Município nos aspectos político, socioeconômico, físico-ambiental e administrativo;

Regulamentação dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade:

- Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC);
- IPTU Progressivo no Tempo;
- Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- Transferência do Direito de Construir;
- Regularização Fundiária etc.

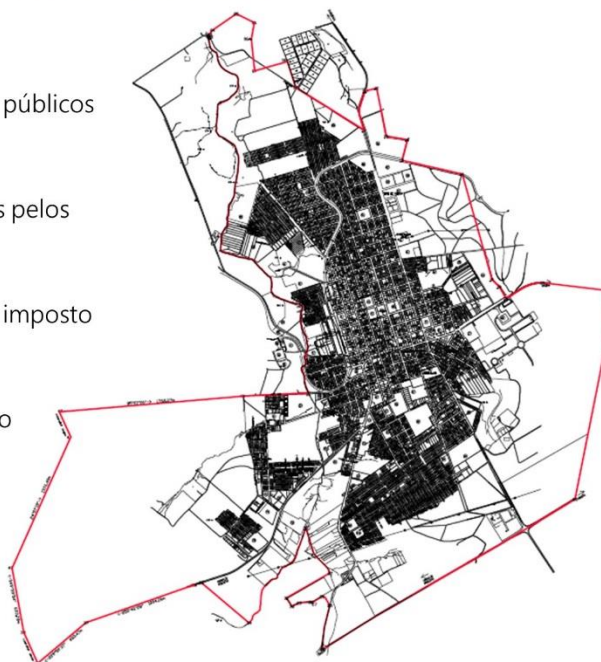


REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Lei do Perímetro Urbano

Estabelece os perímetros urbanos:

- Obrigação de realizar os serviços públicos municipais;
- Autorização de cobrança de taxas pelos serviços prestados;
- Autorização para arrecadação de imposto sobre a propriedade;
- Limite máximo para a implantação de novos loteamentos;
- Áreas prioritárias para expansão urbana.





REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Lei do Parcelamento do Solo

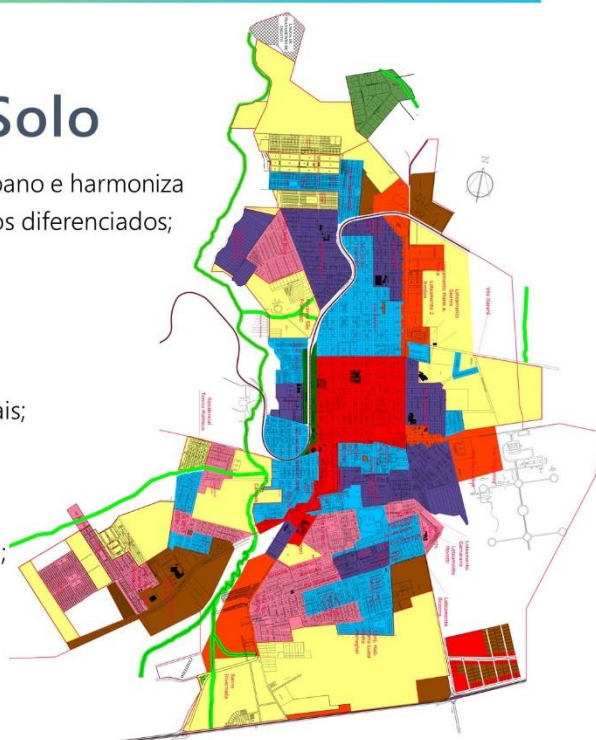
- Disciplina a forma de subdivisão de terrenos;
- Regras para aprovação de novos loteamentos;
- Exigências ao loteador para prover infraestrutura mínima ao novo loteamento;
- Área mínima a doar à prefeitura;
- Áreas para loteamentos específicos;
- Regras para remembramentos, desmembramentos ou desdobro;
- Definição de faixas de servidão, proteção ou de domínio.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Lei de Uso e Ocupação do Solo

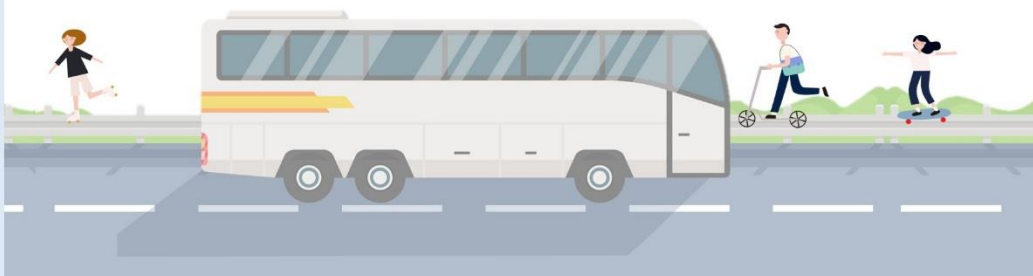
- Disciplina a ocupação do solo urbano e harmoniza a implantação de atividades e usos diferenciados;
- Define os índices urbanísticos:
  - ⇒ altura máxima de pavimentos;
  - ⇒ área mínima do lote;
  - ⇒ recuos mínimos frontais e laterais;
  - ⇒ coeficiente de aproveitamento;
  - ⇒ taxa de ocupação máxima;
  - ⇒ taxa de permeabilidade mínima;
  - ⇒ testada mínima do lote.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Lei do Sistema Viário

- Hierarquização das vias municipais urbanas;
- Indicação de larguras mínimas para novas vias;
- Garantia da continuidade do sistema viário;
- Análise da faixa de domínio de estradas rurais;
- Dimensionamento de calçadas e indicação de utilização de passeio ecológico.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Código de Obras

- Normas para a elaboração de projetos e execução de obras;
- Direitos e responsabilidades do município, proprietários e responsáveis técnicos;
- Acessibilidade;
- Alvarás de construção e demolição, alteração de uso, habite-se e aprovação de projetos;
- Fiscalização, infrações e sanções;
- Normas para aprovação de condomínios.



## Código de Posturas

- Bem-estar público;
- Ordem, sossego, segurança e conservação do ambiente;
- Disciplina de atividades comerciais, industriais e de serviços;
- Higiene de logradouros, habitações, terrenos e estabelecimentos.



## Participação Popular





DRZ Geotecnologia e Consultoria  
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Londrina, PR  
(43) 3026-4065  
[www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)

---



**Alindomar Lacerda Silva**  
[alindomar@drz.com.br](mailto:alindomar@drz.com.br)



**Daniel Souza Lima**  
[daniel@drz.com.br](mailto:daniel@drz.com.br)





## 58. RELATÓRIO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PDM DE BANDEIRANTES

Ata Audiência Pública para alteração e revisão geral do Plano Diretor do Município, através do CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL.

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às dezessete horas, no salão de eventos do SAAE, situado a Avenida Comendador Luiz Meneghel, s/nº, ao lado do escritório central do SAAE, reuniram-se os integrantes do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial, a empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria, mais as pessoas da comunidade em Audiência Pública para apresentação de assuntos sobre a revisão geral do mesmo PDM, reunião está convocada através de chamamento publicado no jornal folha do norte na edição nº 1061 de 21/12/2019, o presidente do CONGET Sr. Ruy Robson Carvalho abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos, e convidou a mim, Fernando Comegno, para atuar como secretário "ad doc". O Sr. Ruy abriu a audiência agradecendo a presença de todos, e explicou que a mesma audiência seria apresentada pela empresa DRZ, da qual foi a vencedora do processo licitatório para revisão geral do PDM, e passou a palavra ao Sr. Daniel, arquiteto da empresa DRZ, que passou a relatar que a mesma audiência faz parte da 3ª etapa da Revisão Geral do Plano Diretor do Município, e que esta etapa está inserida no termo de referência do processo licitatório da qual a empresa foi vencedora, o mesmo arquiteto fez um breve histórico das etapas já concluídas, e apresentou as DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES, onde o mesmo agradeceu ao empenho dos secretários municipais em responder aos questionamentos da empresa e que estas respostas foram de grande importância para a formulação destas diretrizes e proposições, explicou a todos que esta reunião seria para sugestões para inserção junto ao PAI – Plano de Ação e Investimento do município, que é parte integrante do PDM, o mesmo primeiramente apresentou os objetivos da audiência, e fez um relato da cada secretaria municipal sobre suas proposições, depois passou a palavra a arquiteta Laís, também funcionária da empresa DRZ para falar sobre mobilidade urbana e seus requisitos, falou sobre o princípio da pirâmide invertida a ser aplicada no mesmo plano de mobilidade urbana, depois passou a relatar sobre as proposições para o município, passou a mostrar no telão os mapas do município contendo primeiramente para o sistema viário de todo o município, depois apresentou uma nova proposta para o sistema viário do perímetro urbano, com uma nova classificação das ruas e avenidas, referente ao plano de mobilidade apresentou também uma proposta para as principais vias do município que deveriam receber a intervenção sobre mobilidade com rotas acessíveis e sistema de ciclovias. Logo após abriu-se a discussão para a plateia onde foram feitas sugestões para serem inseridas no PAI, a Laís passou a palavra novamente ao Sr. Daniel que explicou as próximas etapas da revisão geral do PDM, que seria formatado o PAI com todas as sugestões ali discutidas, e que seria marcada uma nova audiência pública, com data ainda indefinida, para apresentação à população do final desta revisão, e posterior entrega junto a Câmara de Vereadores para o referendamentado daquela instituição para que o mesmo PDM tenha um novo ciclo no município, com uma nova vigência. O Sr. Daniel se



despediu de todos e entregou ao Sr. Ruy uma cópia das Diretrizes e Proposições que será encaminhada ao prefeito para seu conhecimento, após a entrega agradeceu pela empresa DRZ, a todos os presentes e pediu a colaboração mais uma vez para o fechamento da quarta etapa da revisão do PDM, passou a palavra a Sr. Ruy Carvalho encerrou a reunião de audiência pública agradecendo mais um vez a presença de todos e informou que é parte integrante desta Ata de audiência as folhas de presença assinadas por todos, na qual eu secretário "ad-doc" lavrei e juntamente com o Presidente do CONGET assino a presente ata.

**Fernando Comegno**

Secretário ad doc

**Ruy Robson Carvalho**

Presidente do CONGET

## 58.1 ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE SLIDES

BANDEIRANTES - PR



# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA  
GESTÃO DE CIDADES

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Objetivos da audiência

- Enfatizar o que é o Plano Diretor e as fases de sua revisão;
- Apresentar os Resultados da **Etapas III da Revisão do Plano Diretor de Bandeirantes**;
- Esclarecer dúvidas e garantir a participação popular.



## Embasamento Legal do Plano Diretor

- **Estatuto da Cidade, art. 40:**  
"O Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana."  
§3º: "A lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos."
- **Estatuto da Cidade, art. 41:**  
"O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas."
- **Decreto nº 2581/2004, art. 1º:**  
"O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que obedecerem os seguintes requisitos:  
a) "municípios que já possuam planos diretores aprovados pelas respectivas câmaras municipais;"
- **Plano Diretor Municipal de Bandeirantes:** Lei Complementar nº 24, de 22 de Fevereiro de 2011.



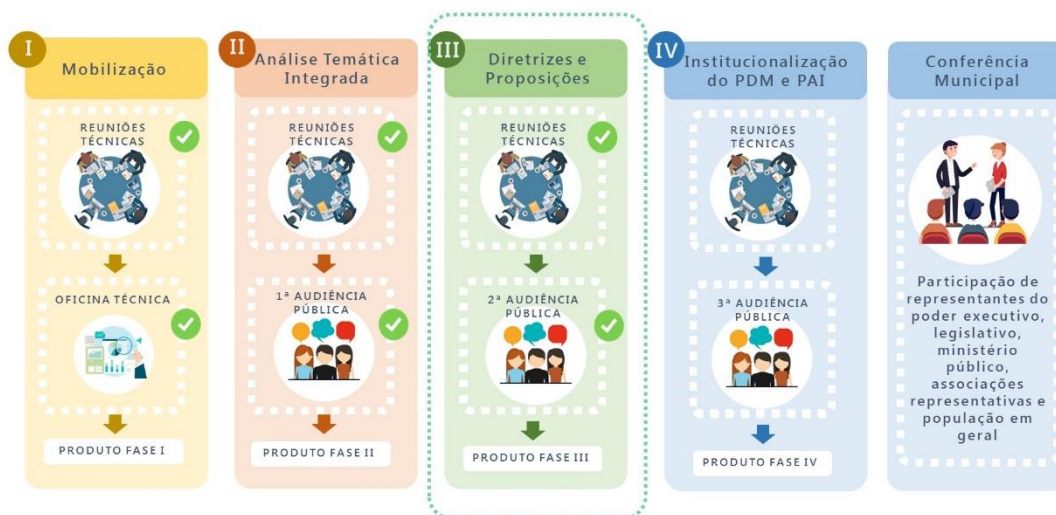
## Por que revisar o Plano Diretor?

- Definir áreas de expansão urbana;
- Garantir a função social da propriedade;
- Promover transformações estruturais no ambiente urbano;
- Captar recursos para o Município;
- Garantir o uso democrático e sustentável dos recursos;
- Adequar o PDM às necessidades atuais no município.





## Etapas da Revisão do PDM



## Etapa I – Plano de Trabalho e Mobilização

### EQUIPE TÉCNICA DA DRZ

- Realizar os trabalhos de revisão do PDM conforme a legislação vigente e o termo de referência;
- Definir a metodologia de trabalho;
- Formar um banco de dados apto à publicação.

### GRUPO TÉCNICO PERMANENTE

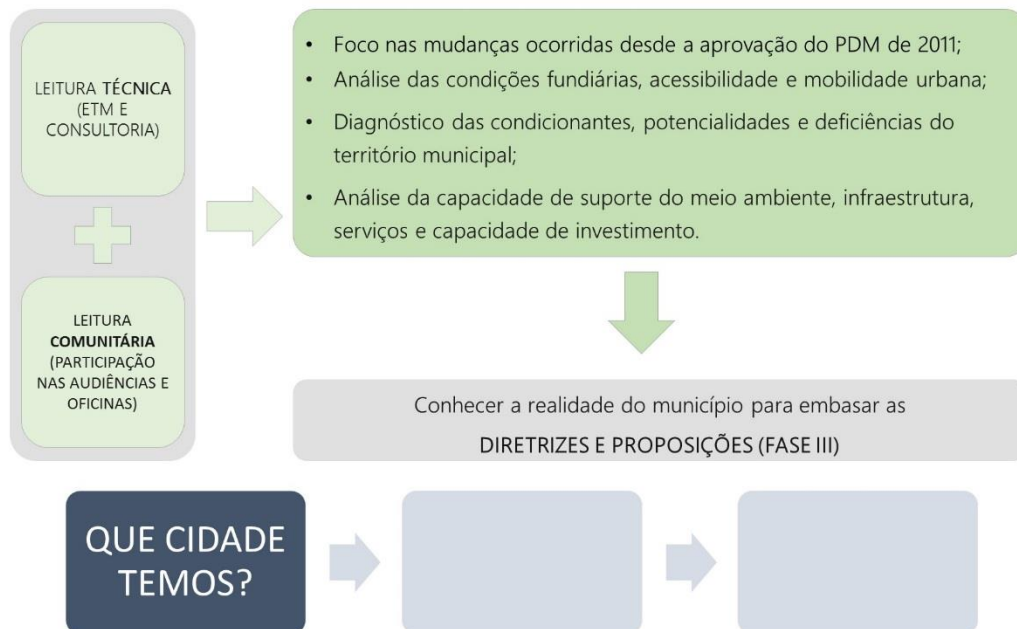
- Dar apoio técnico à equipe da consultoria;
- Avaliar e propor sugestões, alterações e complementações;
- Garantir a participação da sociedade.

### CONGET – CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

- Mobilizar a sociedade;
- Acompanhar os trabalhos de revisão do PDM;
- Fiscalizar a implementação do PDM pelo Município.



## Etapa II – Análise Temática Integrada

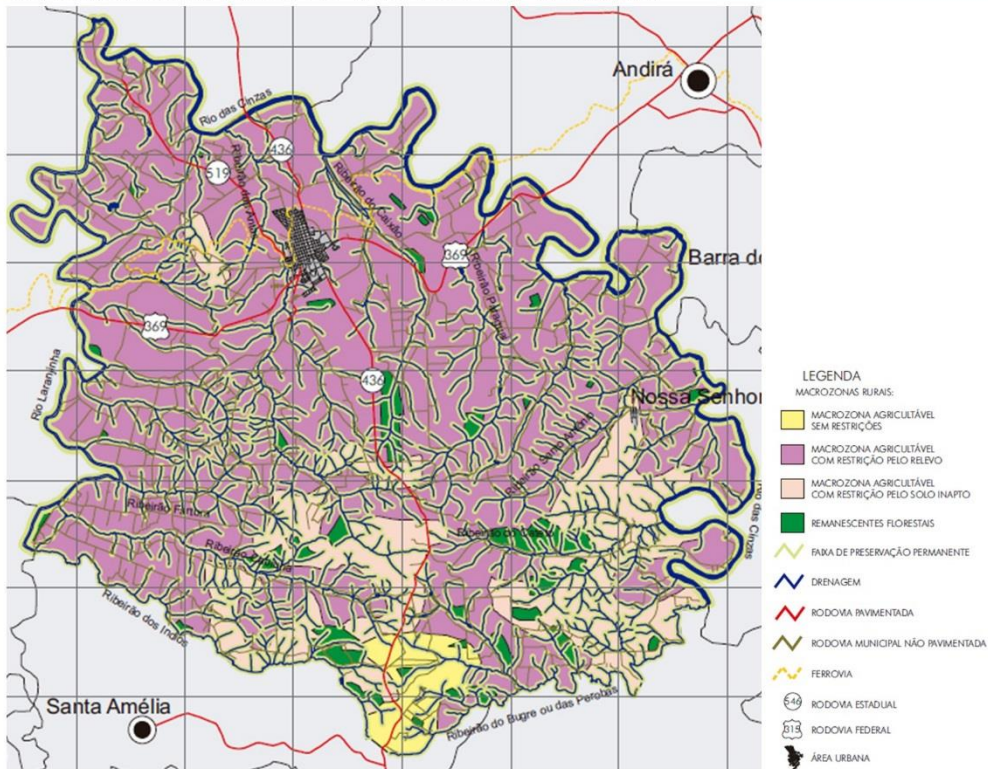


## Etapa III – Diretrizes e Proposições

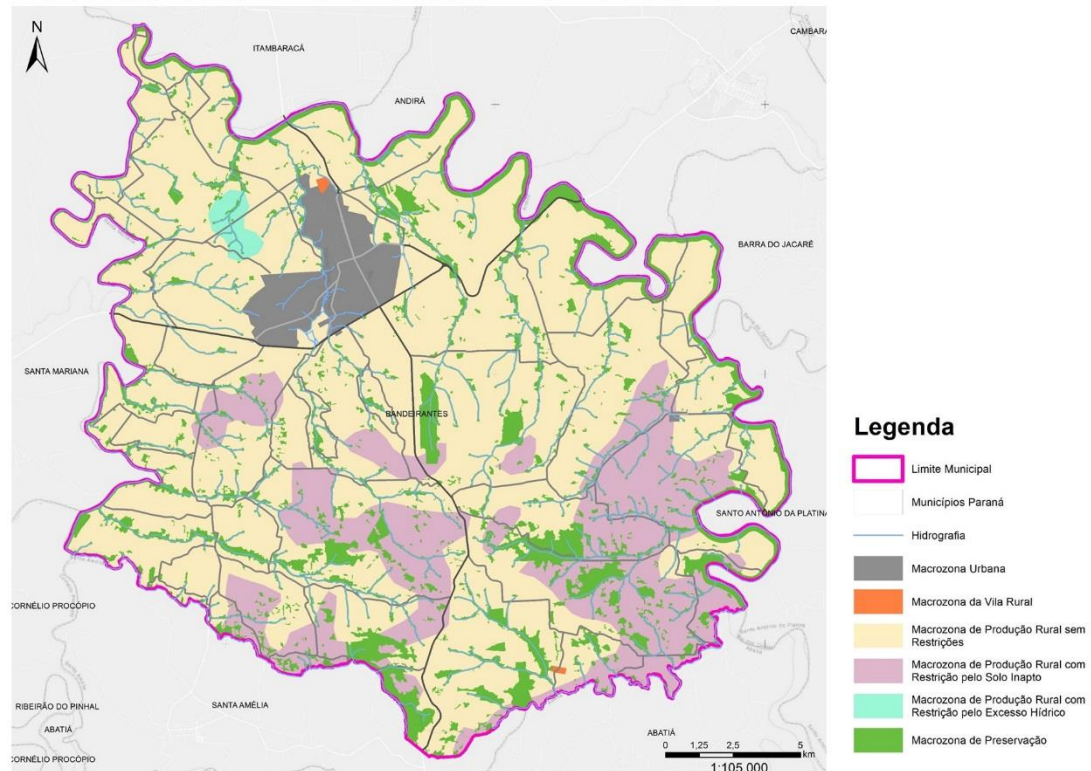
- Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável;
- Propor novos parâmetros para:
  - Desenvolvimento e reordenamento territorial;
  - Proteção e preservação ambiental;
  - Infraestrutura e mobilidade urbana;
  - Desenvolvimento socioeconômico;
  - Desenvolvimento institucional e gestão democrática.



## MACROZONEAMENTO MUNICIPAL VIGENTE

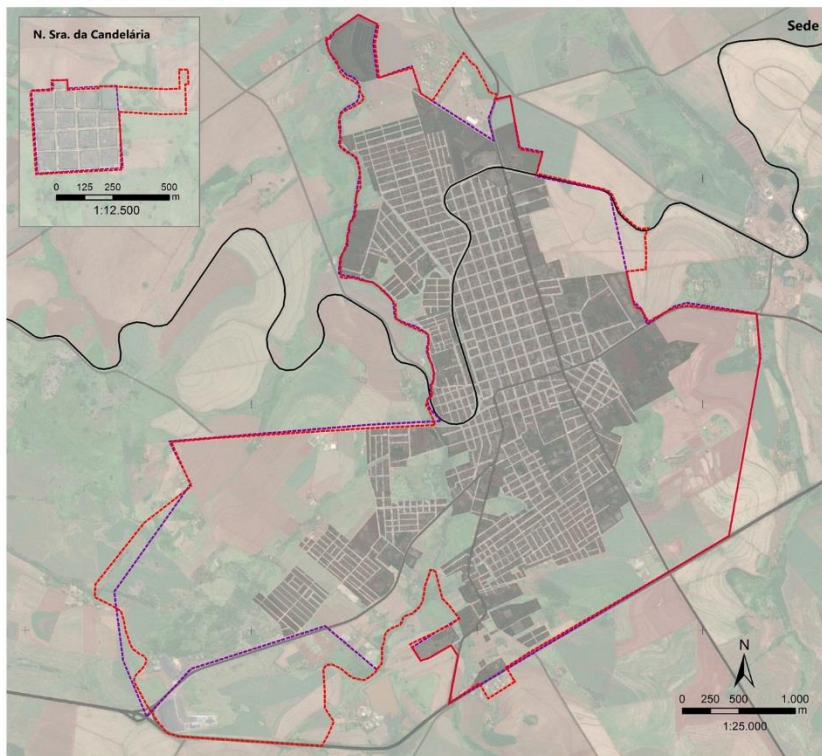


## MACROZONEAMENTO MUNICIPAL PROPOSTO





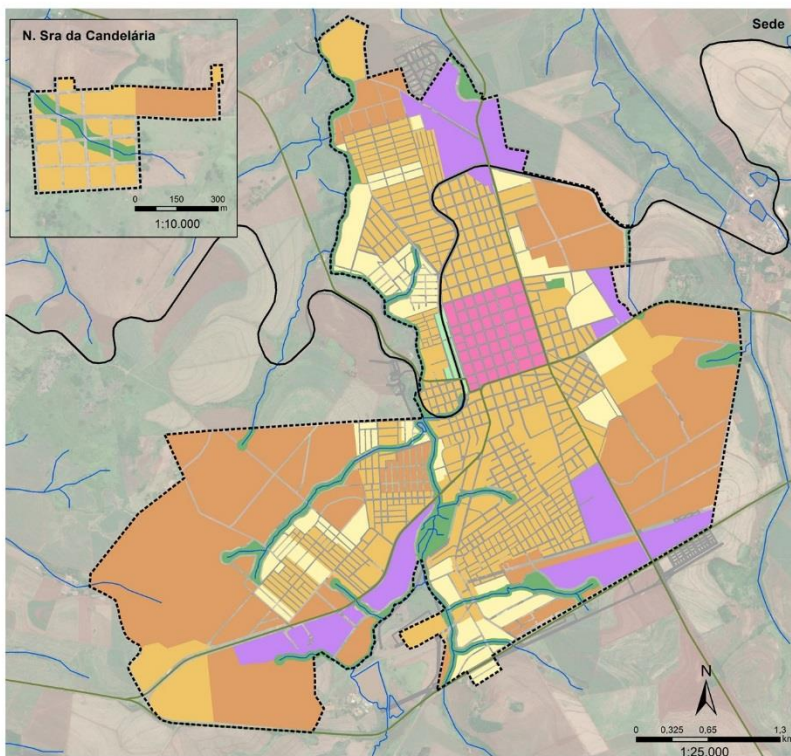
## PERÍMETROS URBANOS



### Legenda

- Perímetro Urbano Proposto
- Perímetro Urbano Vigente

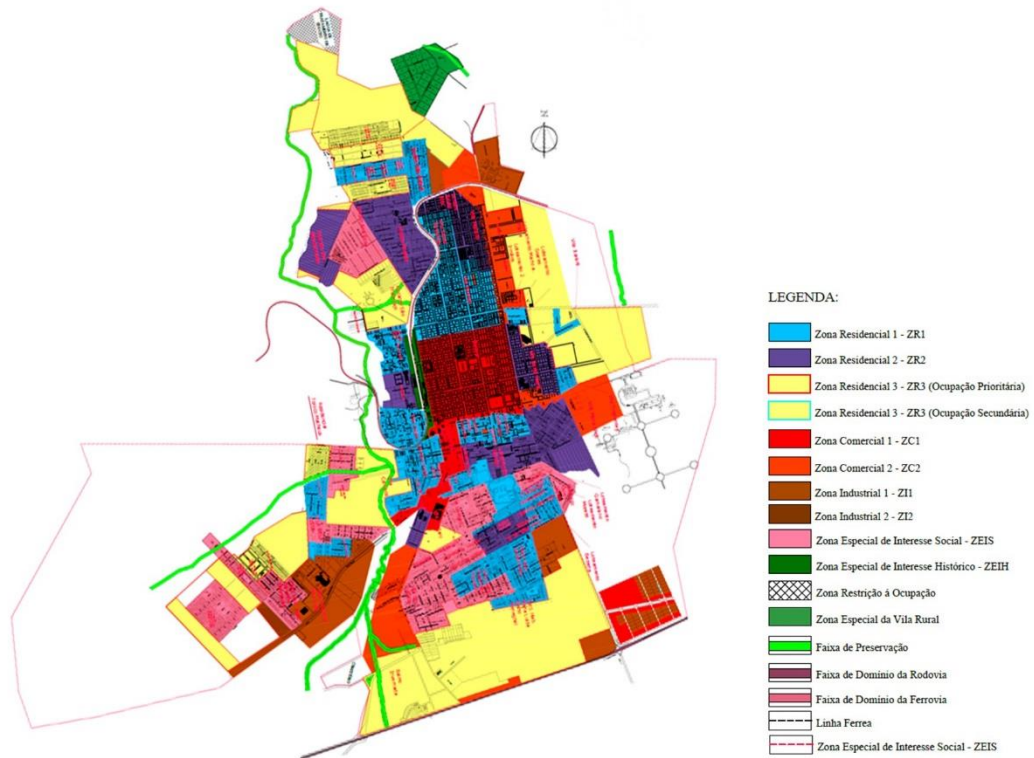
## MACROZONEAMENTO URBANO PROPOSTO



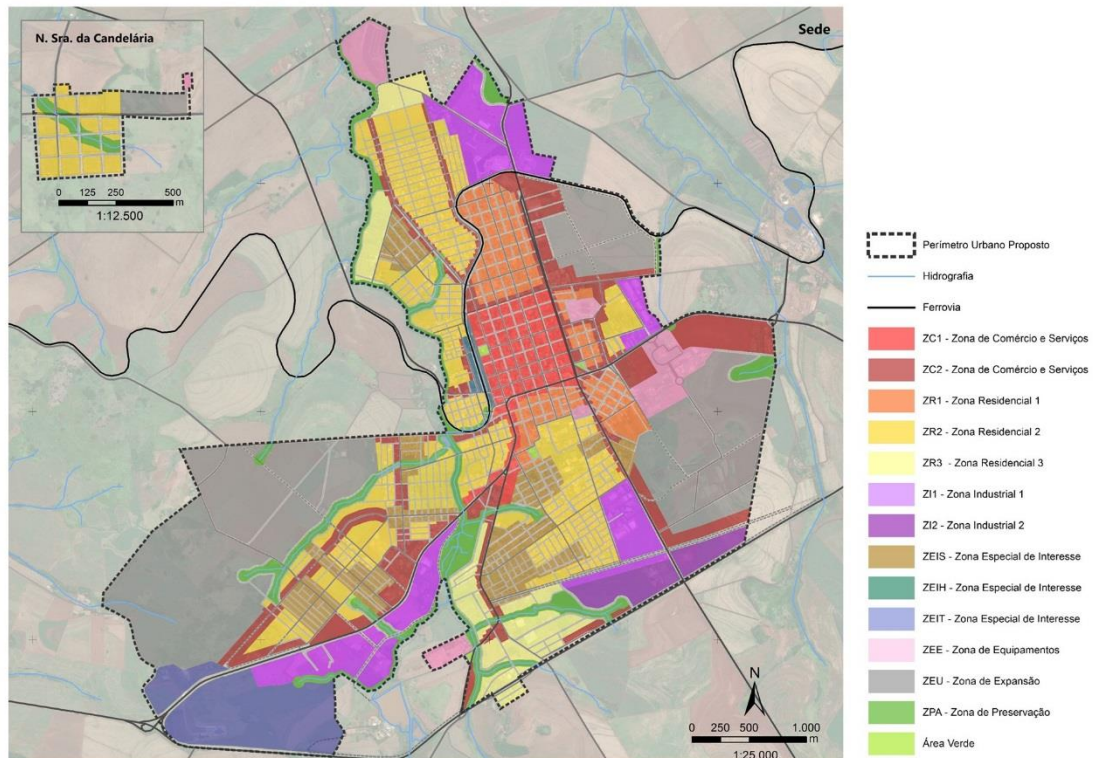
### Legenda

- Perímetro Urbano
- Ferrovia
- Hidrografia
- MUCC - Macrozona Urbana Consolidada Central
- MUEX - Macrozona Urbana de Expansão
- MUIN - Macrozona Urbana Industrial
- MUUA - Macrozona Urbana de Proteção Ambiental
- MUUA - Macrozona Urbana de Requalificação
- MUUA - Macrozona Urbana Consolidada
- MUUA - Macrozona Urbana em Consolidação

## ZONEAMENTO VIGENTE

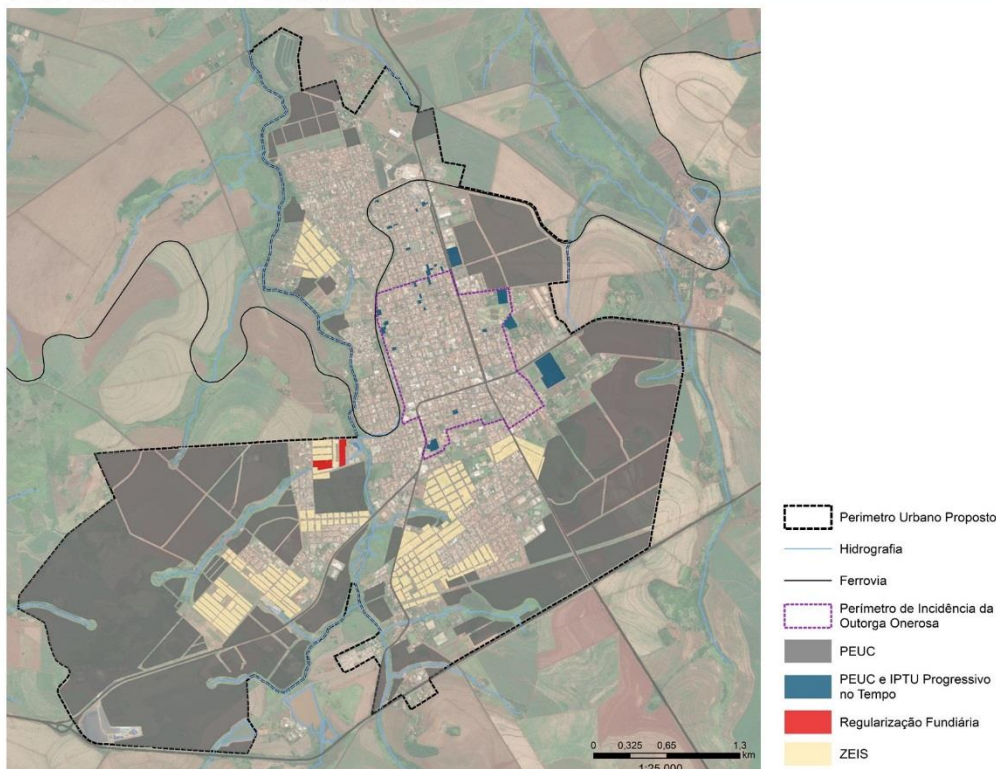


## ZONEAMENTO PROPOSTO





## INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS



## REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

# Saneamento Básico

### DIRETRIZES

1. Garantir a **universalização do Saneamento Básico**.
2. Garantir a **drenagem** e o manejo adequado das águas pluviais.
3. Incentivar a construção de **calçadas ecológicas**.
4. Aprimorar coleta e destinação final e/ou reaproveitamento dos resíduos sólidos.

### PROPOSIÇÕES

1. Promover a **coleta e tratamento de esgoto** nas regiões não atendidas pelo serviço.
2. Implementar a **drenagem pluvial adequada** na região central.
3. Estimular a implantação e a construção de **calçadas ecológicas**, com vista à infiltração de águas.
4. Implementar **pontos de descarte correto** de pilhas, baterias, lâmpadas, eletrônicos, pneus etc.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Serviços Funerários

### DIRETRIZES

1. Adequar os cemitérios de Bandeirantes.
2. Garantir o bom estado de conservação dos Cemitérios.
3. Ampliar o Cemitério Municipal caso seja identificada a demanda.

### PROPOSIÇÕES

1. Os cemitérios devem obedecer às resoluções do CONAMA e os critérios do IAP.
2. Prover **manutenção** das vias internas dos Cemitérios e garantir a acessibilidade.
3. Controlar e monitorar a capacidade de atendimento dos Cemitérios de acordo com a demanda do município.



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

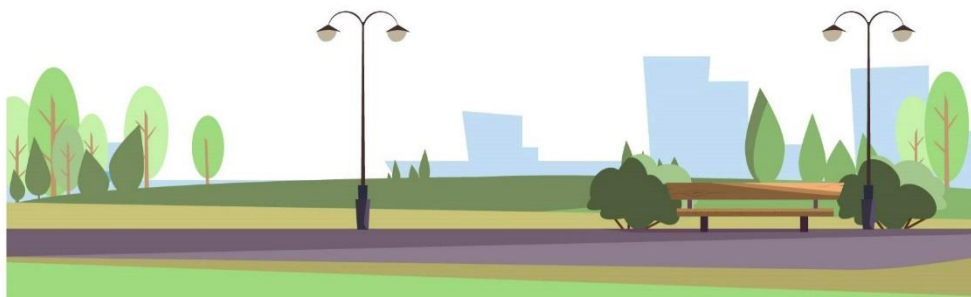
## Iluminação Pública e Energia Elétrica

### DIRETRIZES

1. Buscar **economia de energia** e de recursos financeiros na iluminação pública.
2. Exigir iluminação pública econômica e atualizada **nos novos loteamentos**.
3. **Aprimorar** a iluminação pública.
4. Incentivar o uso de **fontes de energia renováveis**.

### PROPOSIÇÕES

1. Continuar o processo de substituição gradativa das luminárias convencionais por **luminárias do tipo LED**.
2. Exigir, para a aprovação de novos loteamentos, instalação de iluminação pública do tipo LED.
3. Realizar estudo específico para **proporcionar melhorias na iluminação pública existente**, inclusive nos bairros mais afastados.
4. Buscar **certificações e selos de sustentabilidade** para os próximos edifícios públicos a serem construídos.



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Saúde

### DIRETRIZES

1. Adequar os edifícios públicos do setor da saúde quanto à **acessibilidade**.
2. Adequar os edifícios públicos quanto às suas necessidades variadas.
3. Modernizar o sistema de **prontuários**.
4. **Ampliar** o atendimento.

### PROPOSIÇÕES

1. Promover e **garantir a acessibilidade** conforme NBR – 9050/2015.
2. Reformar e reestruturar as UBS do município, de forma a ampliar o atendimento.
3. **Ampliar a oferta de especialidades** médicas nas áreas que apresentarem maior carência.
4. Ampliar a oferta de serviços da saúde para o atendimento de média e alta complexidade.



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Educação

### DIRETRIZES

1. Elaborar os **Projetos de Segurança e Combate a Incêndio** das escolas.
2. Adequar as escolas quanto a **acessibilidade**.
3. Modernizar as instalações dos CMEI.

### PROPOSIÇÕES

1. **Adequar a acessibilidade** das escolas
  - CMEI Dr. Bezerra de Menezes;
  - CMEI Paulo Meneghel;
  - CMEI Prof. João do Carmo Santiago;
  - CMEI Rotary;
  - CMEI Santa Rita de Cássia;
  - CMEI Tei Matilda.
2. Realizar os **Projetos de Segurança e Combate a Incêndio** das escolas;
3. **Reformar e ampliar** as seguintes escolas:
  - EMEF Maria Inês Speer Faria;
  - EMEF Moacyr Castanho;
  - EMEF Rural Felipe de Almeida Campos.



GESTÃO DE CIDADES  
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA



## Cultura

### DIRETRIZES

1. Assegurar instalações físicas e espaços apropriados para o exercício das atividades do setor.
2. Valorizar o Patrimônio Histórico do Município de Bandeirantes.
3. Incentivar a formação, produção e difusão cultural.

### PROPOSIÇÕES

1. Reformar e adequar os equipamentos: Centro Cultural Takiko Hassegawa; Biblioteca Pública Cidadã Jamil Fares Mildauar; Museu Municipal Maria Calil Zambom.
2. Buscar Parcerias Público-Privadas para restaurar e requalificar o Hotel Yara.
3. Estimular os produtores artesanais locais por meio de implantação de Centro de Comercialização de Produtos Artesanais.
4. Criar um Calendário Cultural Oficial com as festas municipais.



## Esporte e Lazer

### DIRETRIZES

1. Melhorar a estrutura física dos espaços públicos de esporte e lazer.
2. Incentivar o uso recreativo das áreas verdes.
3. Implantar novas áreas de lazer.
4. Revitalizar as praças.

### PROPOSIÇÕES

1. Adequar os equipamentos de esporte e lazer quanto à acessibilidade (NBR-9050/2015).
2. Realizar limpeza e manutenção constante nas áreas verdes, visando proporcionar um ambiente mais limpo, seguro e atrativo para a população.
3. Construir áreas de lazer em Bandeirantes, sobretudo nos novos conjuntos habitacionais implantados.
4. Realizar, em parceria público privada, a manutenção constante e melhoria nas praças.



## Assistência Social

### DIRETRIZES

1. Adequar os edifícios públicos da Assistência Social quanto à **acessibilidade**.
2. Assegurar **instalações físicas e equipamentos apropriados** para o exercício de atividades.
3. Dar **continuidade** aos projetos que o Município oferece.
4. **Atualizar** o Plano de Assistência Social.

### PROPOSIÇÕES

1. Promover e **garantir a acessibilidade conforme NBR – 9050/2015**.
2. Construir Serviço para Acolhimento de Adolescentes, Centro de Convivência de Idosos e Casa de Passagem ou Albergue.
3. Programa de Atenção Integral à Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programa Bolsa Família e Concessão de Benefícios Individuais.
4. Realizar a atualização periódica do Plano de Assistência Social, em conjunto com a revisão da LOA Municipal.



## Segurança Pública

### DIRETRIZES

1. Criar o Plano de Defesa Civil.
2. Promover a **integração da Segurança Pública** com os programas realizados no Município.
3. **Melhorar a segurança pública**, em especial nos equipamentos públicos.

### PROPOSIÇÕES

1. Formar uma **Equipe Regional de Planejamento** para a elaboração do Plano de Defesa Civil.
2. Assegurar, através de ações administrativas/institucionais, a **manutenção do PROERD** (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).
3. Terceirizar empresa de vigilância para reforçar a segurança.



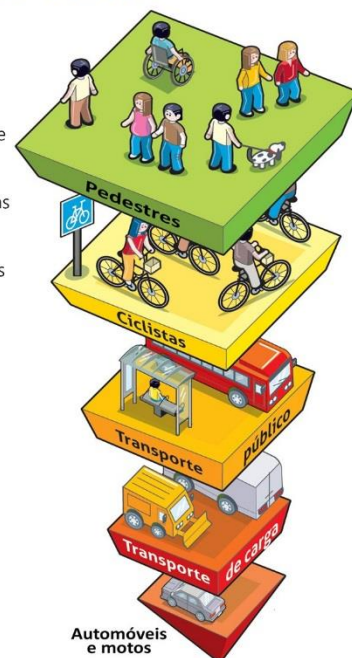
## Mobilidade Urbana – Sistema Viário

### DIRETRIZES

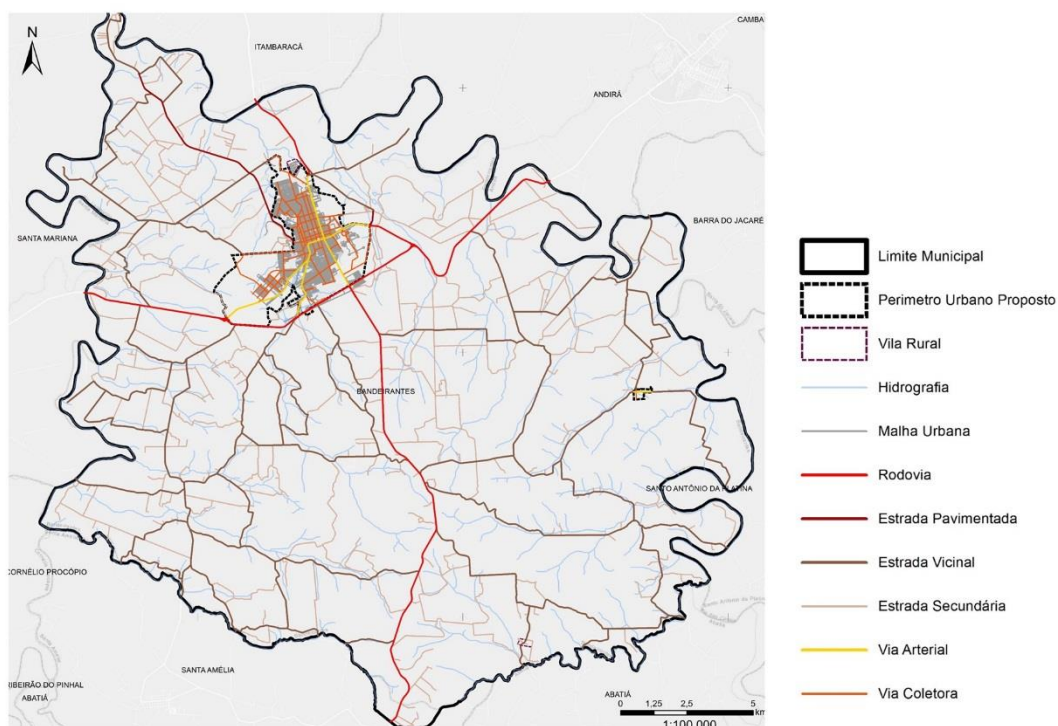
1. Planejar adequadamente o sistema viário urbano e municipal.
2. Recuperar e ampliar a malha pavimentada urbana.
3. Incentivar o uso de modais de transporte não motorizados.
4. Melhorar a sinalização viária.

### PROPOSIÇÕES

1. Regular a hierarquização viária de acordo com a nova classificação.
2. Alcançar 100% da pavimentação das vias urbanas do Município.
3. Adequar as calçadas, especialmente nas Rotas Acessíveis Propostas.
4. Implantar ciclovias ou ciclofaixas, incentivando a utilização da bicicleta como meio de transporte e proporcionando maior segurança aos ciclistas.
5. Elaborar projeto específico de sinalização viária, horizontal e vertical, na Sede Municipal.

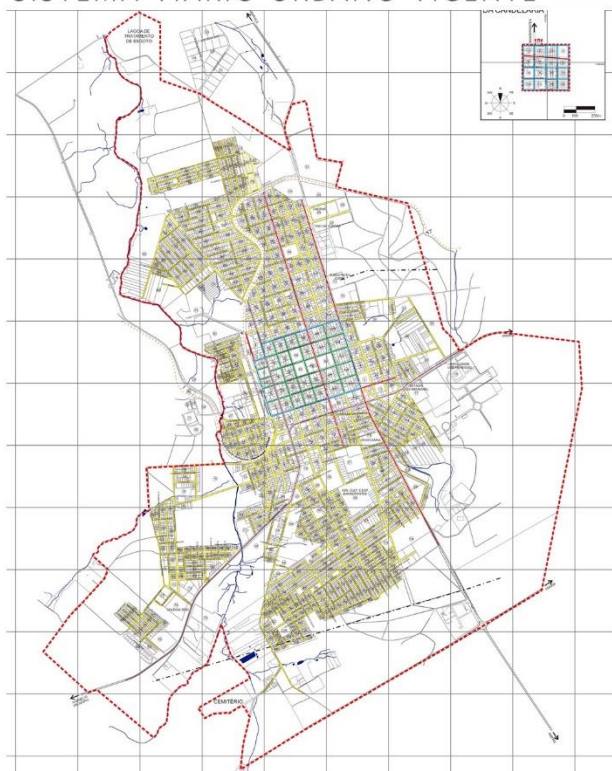


### SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL - PROPOSTO





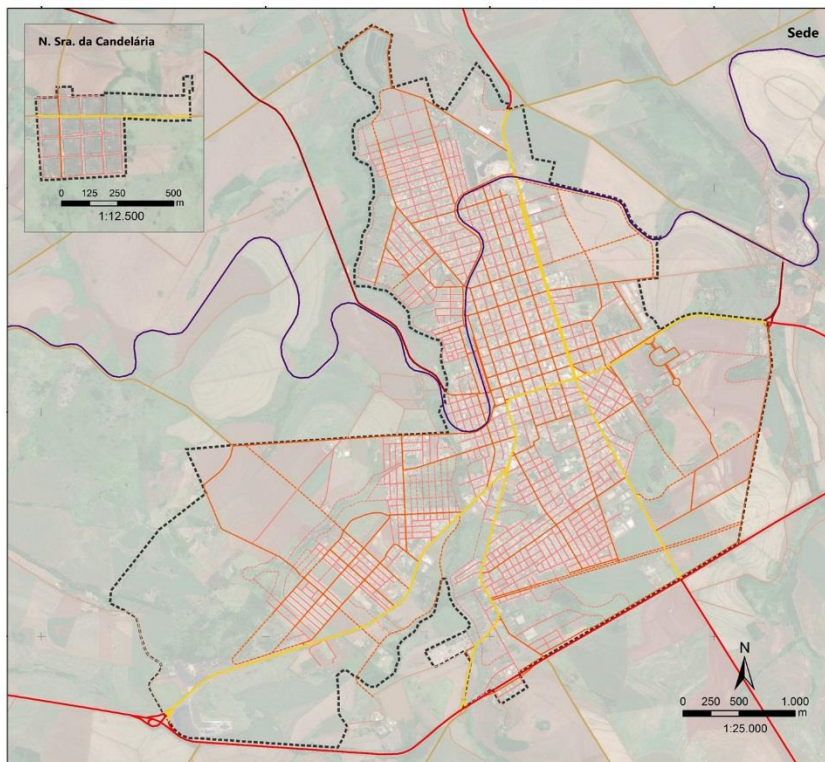
## SISTEMA VIÁRIO URBANO VIGENTE



### LEGENDA

- VIAS PRINCIPAIS
- VIAS COLETORAS
- QUADRILÁTERO CENTRAL
- VIAS CENTRAIS
- VIAS LOCAIS
- LINHA FERROVIÁRIA
- - PERÍMETRO URBANO
- - LINHA DE ALTA TENSÃO

## SISTEMA VIÁRIO URBANO - PROPOSTO



- - Perímetro Urbano Proposto
- Ferrovia
- Rodovia
- Estrada Pavimentada
- Estrada Vicinal
- Estrada Secundária
- VArterial
- Via Coletora
- - Diretriz Via Coletora
- Via Local
- - Diretriz Via Local

## Mobilidade Urbana não Motorizada

### DIRETRIZES

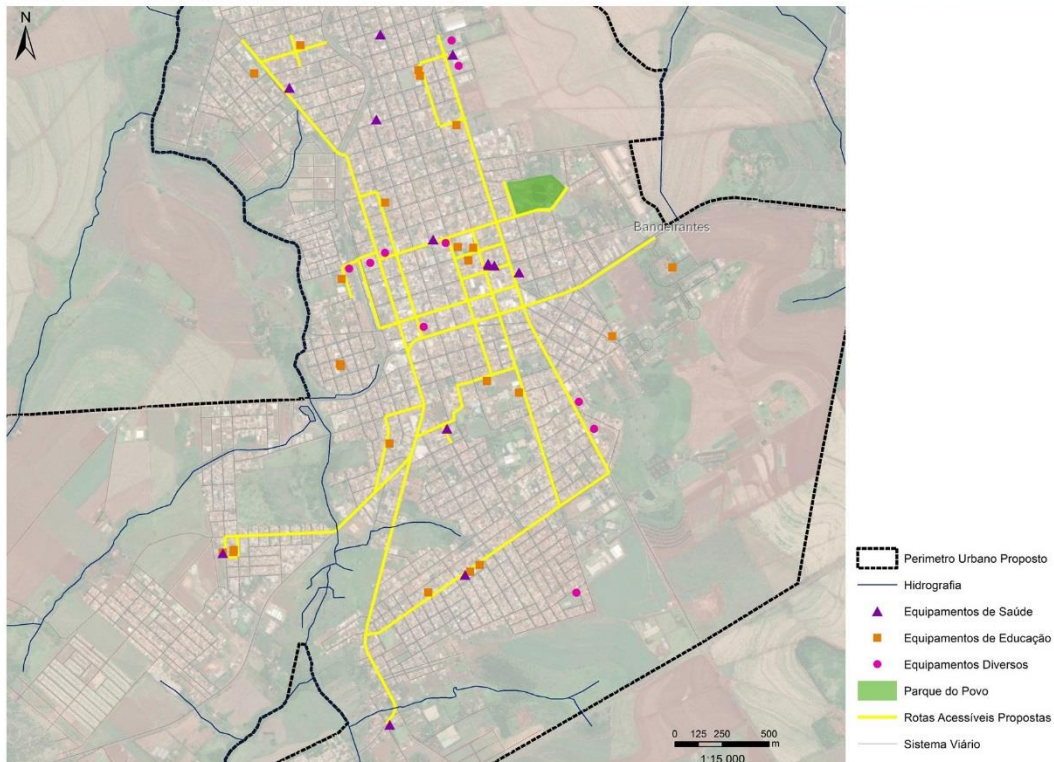
1. Promover a **acessibilidade universal nas calçadas**, melhorando a segurança.
2. Implantar o **sistema cicloviário**.
3. Incentivar uso de modais não motorizados.
4. Fomentar a **reflexão na sociedade civil sobre a importância da modalidade urbana não motorizada**.

### PROPOSIÇÕES

1. Realizar **manutenção permanente das calçadas**, visando incentivar as pessoas a realizarem trajetos a pé.
2. Implantar **ciclovias ou ciclofaixas**, incentivando a utilização da bicicleta como meio de transporte.
3. Implantar medidas de **sinalização** que aumentem a segurança de pedestres e ciclistas.
4. Implantar as **Rotas Acessíveis**.

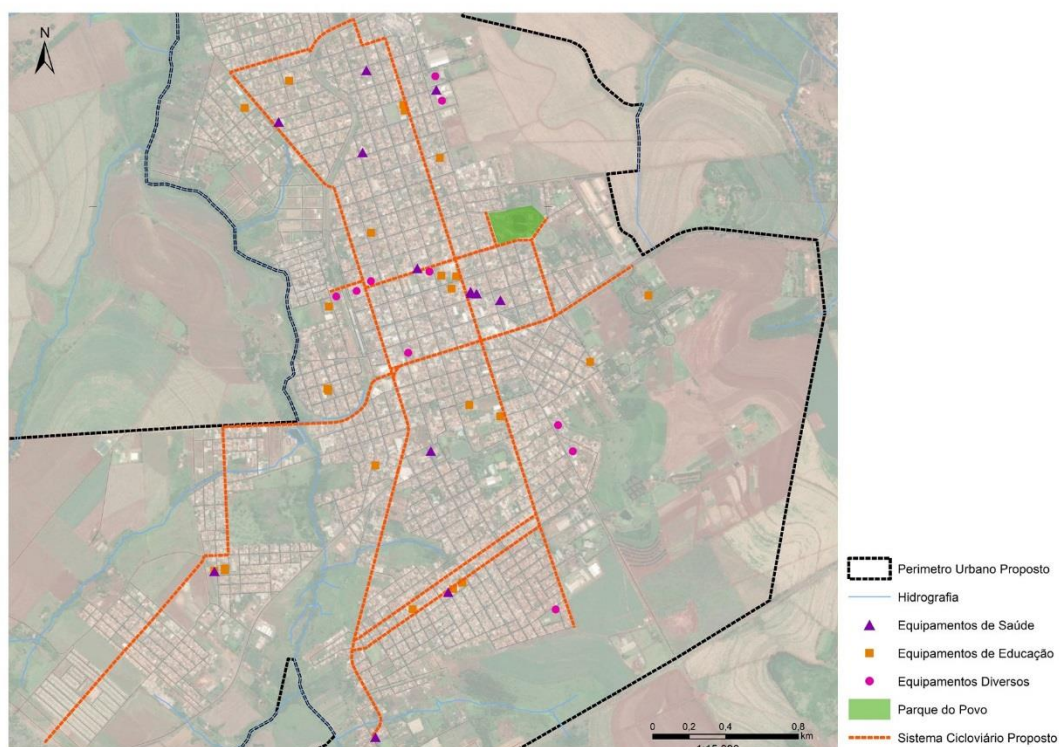


### ROTAS ACESSÍVEIS





## SISTEMA CICLOVIÁRIO



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Próximas etapas



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Etapa IV – Plano de Ações e Investimentos

- ⇒ Estimativas de custos para implementação de programas e projetos para os próximos 5 (cinco) anos, divididos em curto médio e longo prazo;



- ⇒ Compatibilização com a projeção orçamentária, capacidade de investimento e endividamento do Município.

QUE CIDADE  
TEMOS?



QUE CIDADE  
QUEREMOS?



COMO  
TORNÁ-LA  
REALIDADE?

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Etapa IV – Legislação Básica Municipal

Minutas de Anteprojetos de Leis:

- ⇒ Plano Diretor Municipal;
- ⇒ Perímetro Urbano;
- ⇒ Parcelamento do Solo;
- ⇒ Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- ⇒ Sistema Viário;
- ⇒ Código de Obras;
- ⇒ Código de Posturas.



QUE CIDADE  
TEMOS?



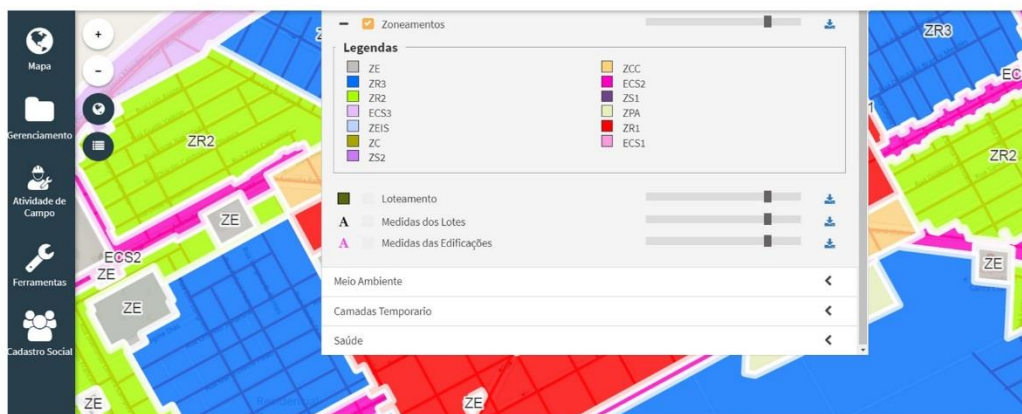
QUE CIDADE  
QUEREMOS?



COMO  
TORNÁ-LA  
REALIDADE?

## Etapa V – Sistema WEBGIS-PDM

- ⇒ Desenvolvimento de um banco de dados virtual georreferenciado do PDM;
- ⇒ Consulta pública do zoneamento, ciclovias, sistema viário existente e projetado e outros elementos de interesse do PDM.



## Participação Popular







DRZ Geotecnologia e Consultoria  
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Londrina, PR  
(43) 3026-4065  
[www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)



Daniel Souza Lima  
[daniel@drz.com.br](mailto:daniel@drz.com.br)



Laís Lino  
[lais@drz.com.br](mailto:lais@drz.com.br)

## 59. RELATÓRIO DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PDM DE BANDEIRANTES

No dia 12 de março de 2020, às 17h00, no Auditório do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, foi realizada a 3ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM de Bandeirantes, conforme o contrato nº148/2019, realizado entre a Prefeitura Municipal de Bandeirantes e a DRZ geotecnologia e Consultoria Ltda, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de revisão geral do Plano Diretor do Município de Bandeirantes.

A audiência teve como objetivos:

- Reintroduzir o que é o Plano Diretor e a importância de sua revisão;
- Apresentar os resultados das Etapas II e III da Revisão do Plano Diretor;
- Esclarecer dúvidas e ouvir as considerações da população presente;
- Reforçar a garantia da participação popular.

A audiência foi iniciada pelo arquiteto e urbanista Daniel Souza Lima, da Equipe Técnica da DRZ, que deu início a uma apresentação de slides contendo: o embasamento legal e objetivos do Plano Diretor; as equipes envolvidas; o conteúdo a ser elaborado em cada etapa dos trabalhos.

Na sequência, foram apresentados o diagnóstico obtido na Etapa II e as respectivas propostas elaboradas na Etapa III, incluindo: as áreas aptas e inaptas à ocupação antrópica e o Macrozoneamento Municipal vigente e proposto; o uso do solo urbano e as propostas para o perímetro urbano e macrozoneamento urbano; o zoneamento urbano vigente e proposto; as condições fundiárias da área urbana e os instrumentos urbanísticos propostos.

Foram destacadas ainda as principais potencialidades e deficiências encontradas no diagnóstico e as proposições definidas para as seguintes dimensões: saneamento básico; serviços públicos de saúde; serviços públicos de educação; serviços públicos de cultura, assistência social, segurança pública, esporte e lazer e serviços funerários.

Em seguida, a palavra passou à auxiliar de arquitetura e urbanismo Laís Lino, que continuou a exibição dos estudos da Etapa II e proposições estabelecidas na Etapa III em relação à mobilidade urbana, destacando as determinações da Política Nacional de Mobilidade Urbana sobre: sistema viário municipal vigente e proposto; sistema viário urbano vigente e proposto; rotas acessíveis propostas e sistema ciclovitário proposto.

Ao fim da apresentação dos estudos elaborados para as Etapa II e III, foi feita uma breve explanação sobre o conteúdo a ser desenvolvido nas próximas etapas da revisão do PDM, incluindo: Etapa IV, que engloba a elaboração do Plano de Ação e Investimentos e Minutas dos



Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal, Perímetros Urbanos, Parcelamento do Solo, Uso e Ocupação do Solo, Sistema Viário, Código de Obras e Código de Posturas; e Etapa V, que engloba o desenvolvimento de um Sistema WEBGIS do Plano Diretor.

Após a apresentação, os presentes foram convidados a destacar suas considerações, as quais foram:

- Necessidade de adequar a Lei de Uso e Ocupação do Solo à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), de forma a incluir todas as possibilidades de novas atividades econômicas na lei, estimulando o empreendedorismo local;
- Verificar a viabilidade de flexibilização para a instalação de atividades econômicas não incômodas e compatíveis ao uso residencial nas Zonas Residenciais;
- Possibilidade de diminuição do tamanho dos lotes para estimular a venda de lotes, sobre a qual a Equipe Técnica da DRZ e o Grupo Técnico Permanente concordaram ser uma medida que prejudicaria a insolação e ventilação das novas edificações e geraria sobrecarga no sistema viário e equipamentos e serviços públicos existentes;
- Incluir, na revisão do Código de Posturas, horários para disciplinar a realização de eventos como festas e atividades que geram ruído, como oficinas mecânicas, prevendo punições a quem descumpri-las.

Na tarde do mesmo dia, foi realizada uma Reunião Técnica Preparatória para a 3ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Bandeirantes entre a Equipe Técnica da DRZ e o Coordenador do GTP, Ruy Robson de Carvalho, que fez as considerações a seguir:

- A Equipe Técnica da DRZ deverá, na próxima etapa da Revisão do PDM, trabalhar com propostas de alterações às leis urbanísticas vigentes no Município;
- A Equipe Técnica da DRZ deverá elaborar, na próxima etapa da Revisão do PDM, uma Minuta de Anteprojeto de Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir, de forma a implementar este instrumento urbanístico no Município de Bandeirantes;
- Incluir, na revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, uma tabela de usos permitidos, permissíveis e proibidos por zona de uso e ocupação do solo;
- Verificar legislação referente à instalação de um Clube de Tiro na área rural do Município, considerando a necessidade de um raio de abrangência com restrições à ocupação;
- Ficou agendada para o dia 30 de março de 2020, uma apresentação dos trabalhos da revisão do PDM de Bandeirantes para os vereadores, a ser realizada na Câmara Municipal.

Nos anexos a seguir, constam o relatório fotográfico da audiência, a lista de presença e os slides apresentados.



---

Londrina, 18 de março de 2020.

Daniel Souza Lima  
Arquiteto e Urbanista  
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.  
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina, PR  
Fone/Fax: (43) 3026-4065

## 59.1 ANEXO I – REGISTRO FOTOGRÁFICO

*Foto 76 – 3ª Audiência Pública*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

*Foto 77 – 3ª Audiência Pública*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Foto 78 – 3ª Audiência Pública



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Foto 79 – 3ª Audiência Pública



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020






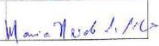

## 59.2 ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA

Figura 16 – Lista de presença da 3ª Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR



3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR – LISTA DE PRESENÇA

1	Nome	Laís Lima	Equipe	DRZ	Telefone	43 3026-4065	Assinatura	
	e-mail	lais@drz.com.br						
2	Nome	DANIEL SOUZA LIMA	Equipe	DRZ	Telefone	43 3026 4055	Assinatura	
	e-mail	daniel@drz.com.br						
3	Nome	MARIA DE LOURDES A. MARCONE	Equipe	SECRETARIA DE OBRAS	Telefone	9915-00628	Assinatura	
	e-mail	malumarccone@yahoo.com.br						
4	Nome	Maria Neide da Silva	Equipe	Aposentada	Telefone	9 9 6 5 37486	Assinatura	
	e-mail							
5	Nome	Geremias Medeiros	Equipe	Aposentado	Telefone	41 9752-3640	Assinatura	
	e-mail							
6	Nome	Sandro Moraes da Silva	Equipe	Partido	Telefone	43 9998	Assinatura	
	e-mail					5505		



DRZ Geotecnologia e Consultoria  
Gestão de Cidades




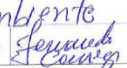
12 de março de 2020  
SAAE  
Bandeirantes - PR

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

Figura 17 – Lista de presença da 3ª Audiência Pública

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR



7	Nome	Luiz Sérgio dos Santos	Equipe	ENFERMEIRA (CBO 36211010)	Telefone	999772839	Assinatura	
	e-mail							
8	Nome	Antônio Carlos Martins	Equipe	Antônio Passos	Telefone	99964-5362	Assinatura	
	e-mail	acmcontador@hotmail.com						
9	Nome	Flávio Martins	Equipe	Flávio Passos	Telefone	999772514	Assinatura	
	e-mail	flavio.martins@outlook.com						
10	Nome	Bruno Costanzo	Equipe	Empresário	Telefone	9.9977-2417	Assinatura	
	e-mail	bruno-costanzo@outlook.com						
11	Nome	FERNANDO COMEGNO	Equipe	Prefeitura Meio Ambiente	Telefone	(43)999779201	Assinatura	
	e-mail	f.comegno@hotmail.com						
12	Nome		Equipe		Telefone		Assinatura	
	e-mail							



DRZ Geotecnologia e Consultoria  
Gestão de Cidades

12 de março de 2020  
SAAE  
Bandeirantes - PR

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020

## 59.3 ANEXO III – APRESENTAÇÃO DE SLIDES

BANDEIRANTES - PR



### REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA  
GESTÃO DE CIDADES

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Objetivos da audiência

- Enfatizar o que é o Plano Diretor e as fases de sua revisão;
- Apresentar os Resultados da **Etapla III da Revisão do Plano Diretor de Bandeirantes**;
- Esclarecer dúvidas e garantir a participação popular.





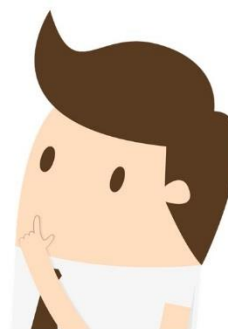
## Embasamento Legal do Plano Diretor

- **Estatuto da Cidade, art. 40:**  
"O Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana."  
§3º: "A lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos."
- **Estatuto da Cidade, art. 41:**  
"O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas."
- **Decreto nº 2581/2004, art. 1º:**  
"O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que obedecerem os seguintes requisitos:  
a) "municípios que já possuam planos diretores aprovados pelas respectivas câmaras municipais;"
- **Plano Diretor Municipal de Bandeirantes:** Lei Complementar nº 24, de 22 de Fevereiro de 2011.

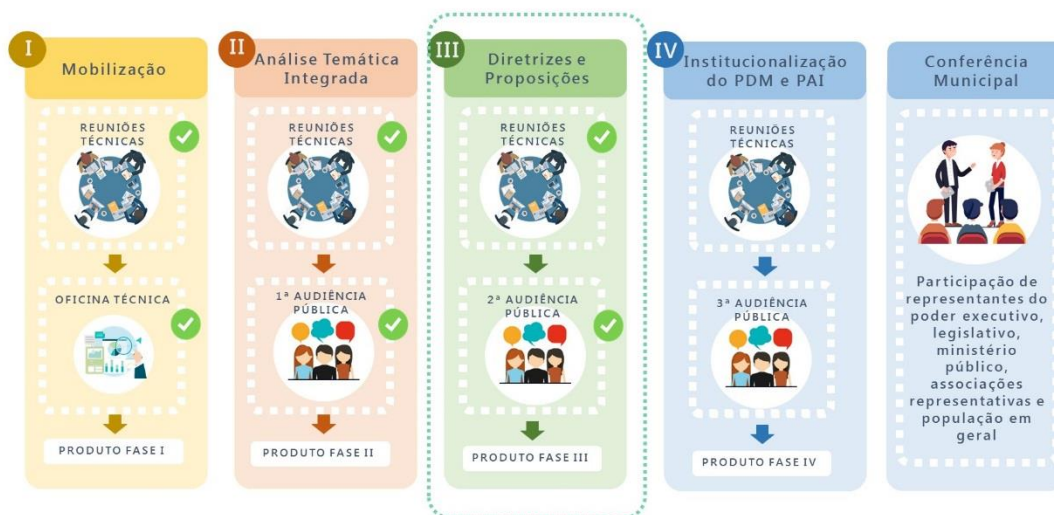


## Por que revisar o Plano Diretor?

- Definir áreas de expansão urbana;
- Garantir a função social da propriedade;
- Promover transformações estruturais no ambiente urbano;
- Captar recursos para o Município;
- Garantir o uso democrático e sustentável dos recursos;
- Adequar o PDM às necessidades atuais no município.



## Etapas da Revisão do PDM



## Etapa I – Plano de Trabalho e Mobilização

### EQUIPE TÉCNICA DA DRZ

- Realizar os trabalhos de revisão do PDM conforme a legislação vigente e o termo de referência;
- Definir a metodologia de trabalho;
- Formar um banco de dados apto à publicação.

### GRUPO TÉCNICO PERMANENTE

- Dar apoio técnico à equipe da consultoria;
- Avaliar e propor sugestões, alterações e complementações;
- Garantir a participação da sociedade.

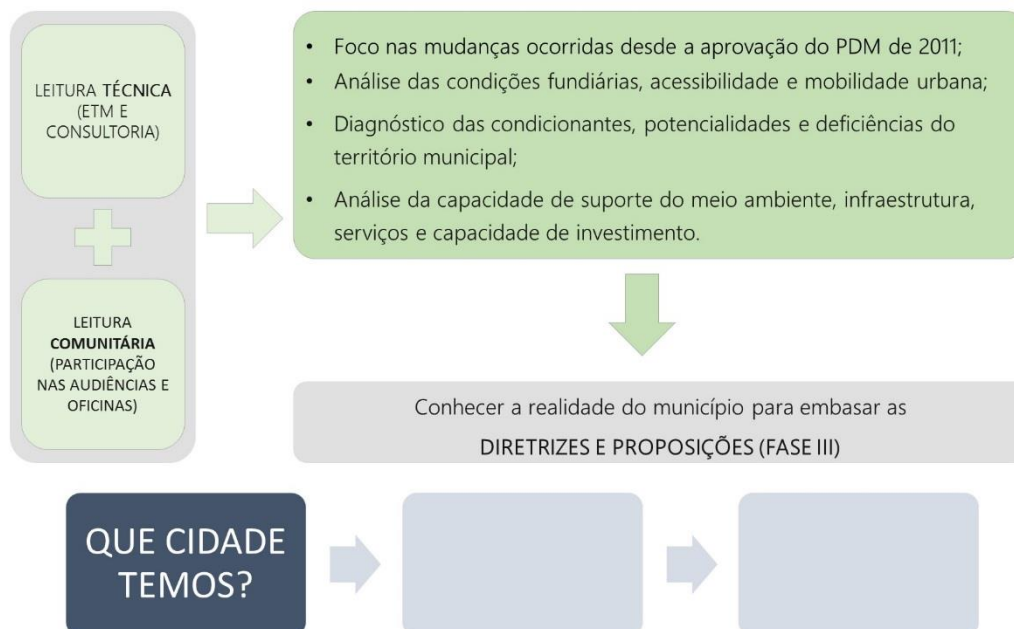
### CONGET – CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

- Mobilizar a sociedade;
- Acompanhar os trabalhos de revisão do PDM;
- Fiscalizar a implementação do PDM pelo Município.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

## Etapa II – Análise Temática Integrada



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

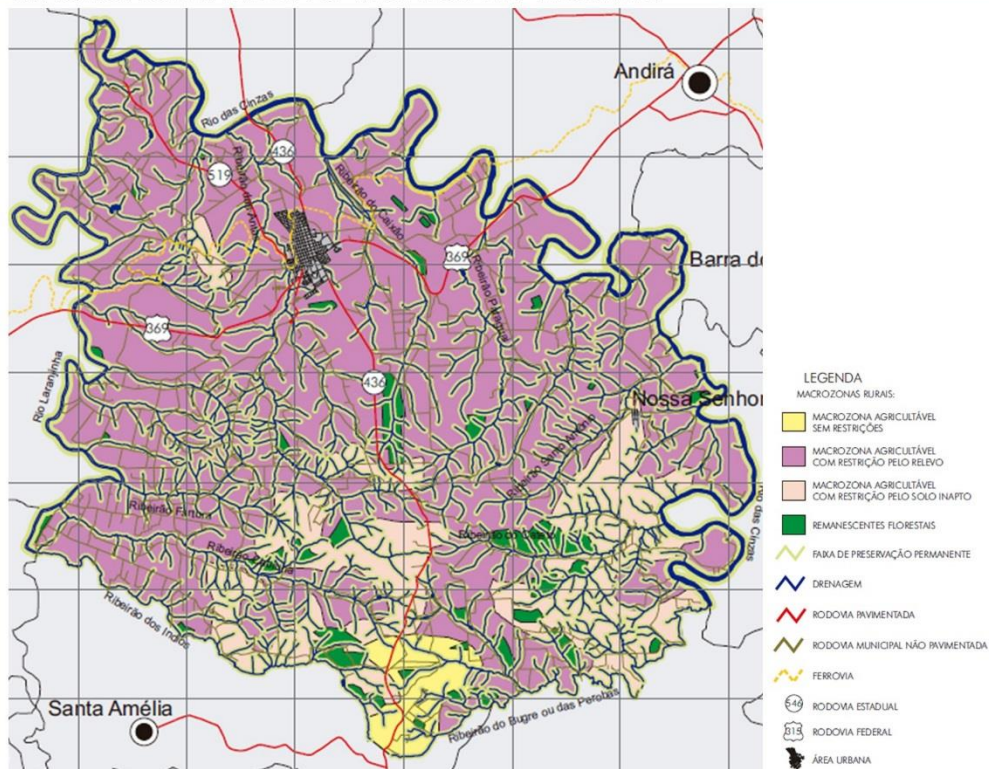
## Etapa III – Diretrizes e Proposições

- Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável;
- Propor novos parâmetros para:
  - Desenvolvimento e reordenamento territorial;
  - Proteção e preservação ambiental;
  - Infraestrutura e mobilidade urbana;
  - Desenvolvimento socioeconômico;
  - Desenvolvimento institucional e gestão democrática.

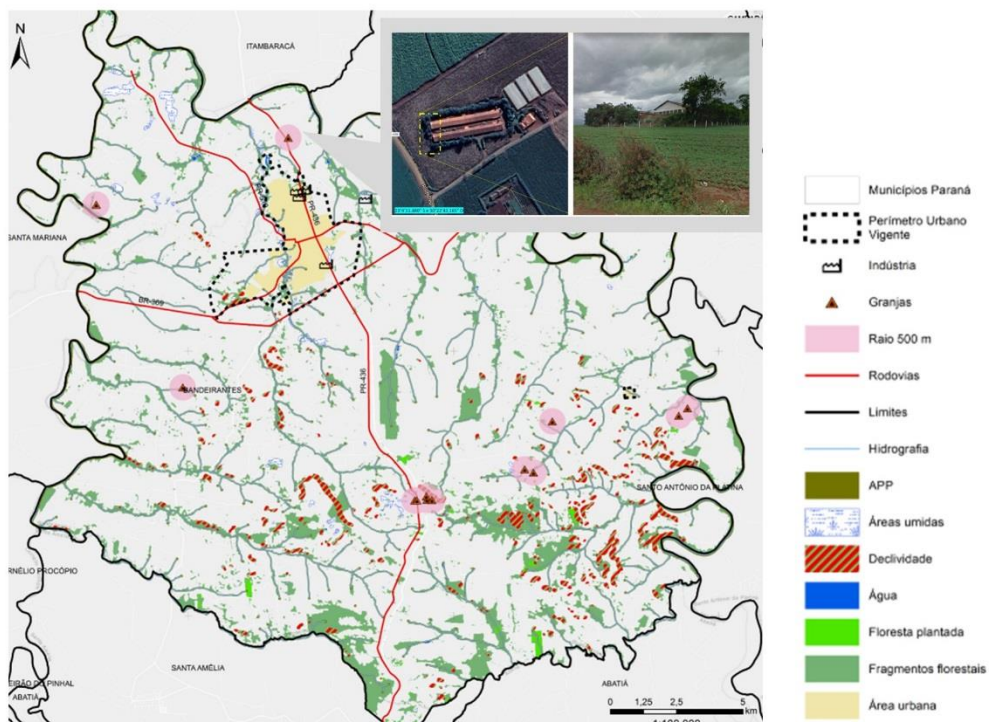




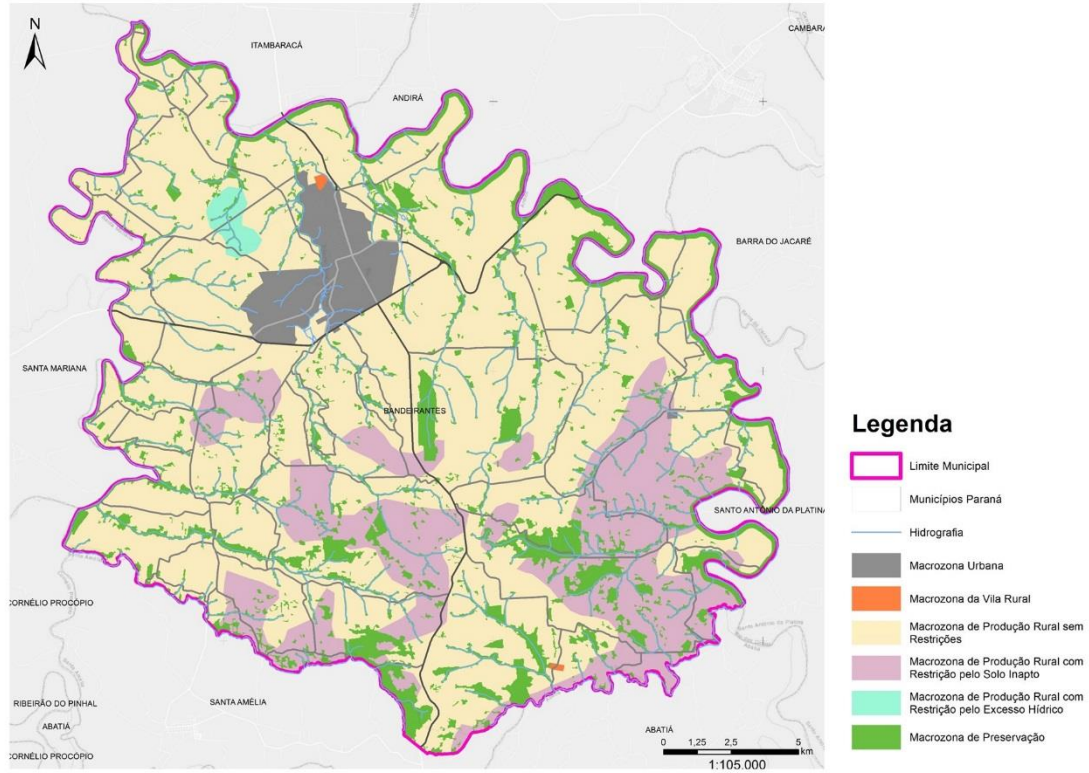
## MACROZONEAMENTO MUNICIPAL VIGENTE



## ÁREAS APTAS E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS



## MACROZONEAMENTO MUNICIPAL PROPOSTO

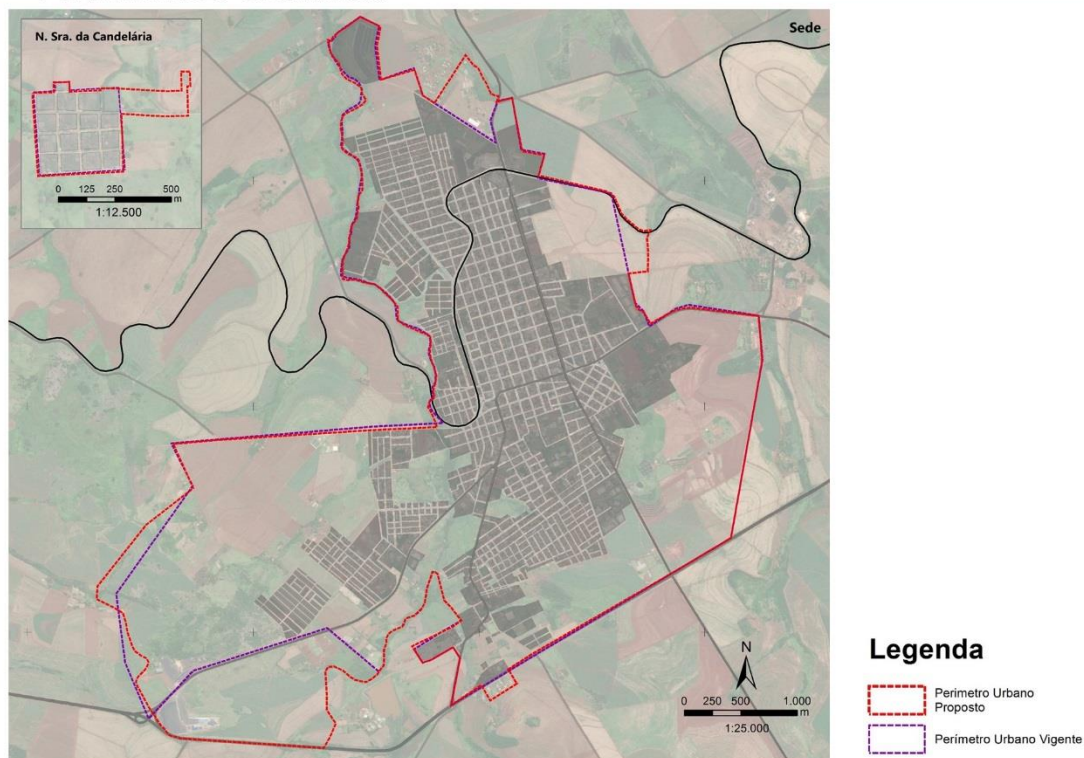


## USO DO SOLO URBANO

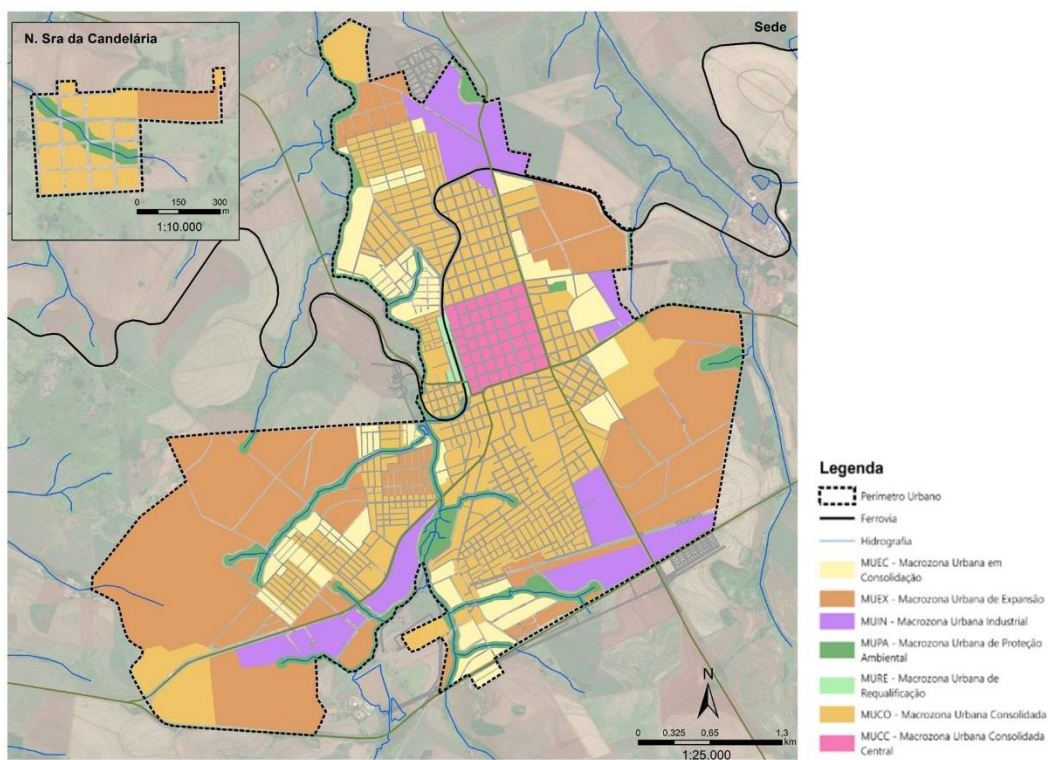




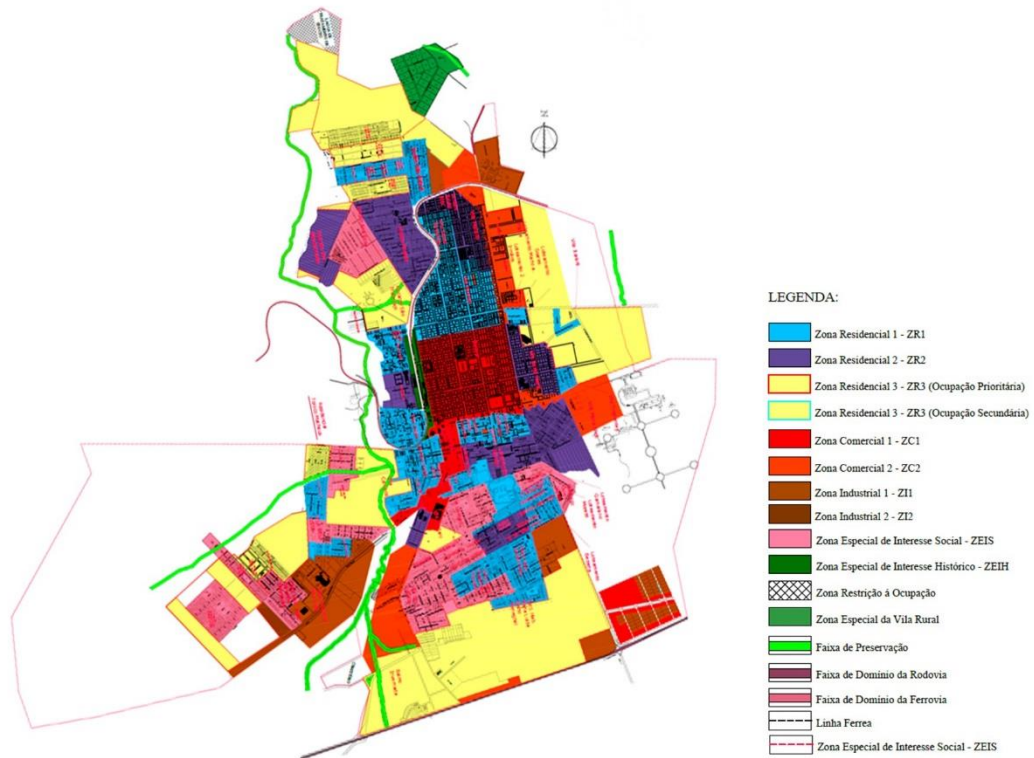
## PERÍMETROS URBANOS



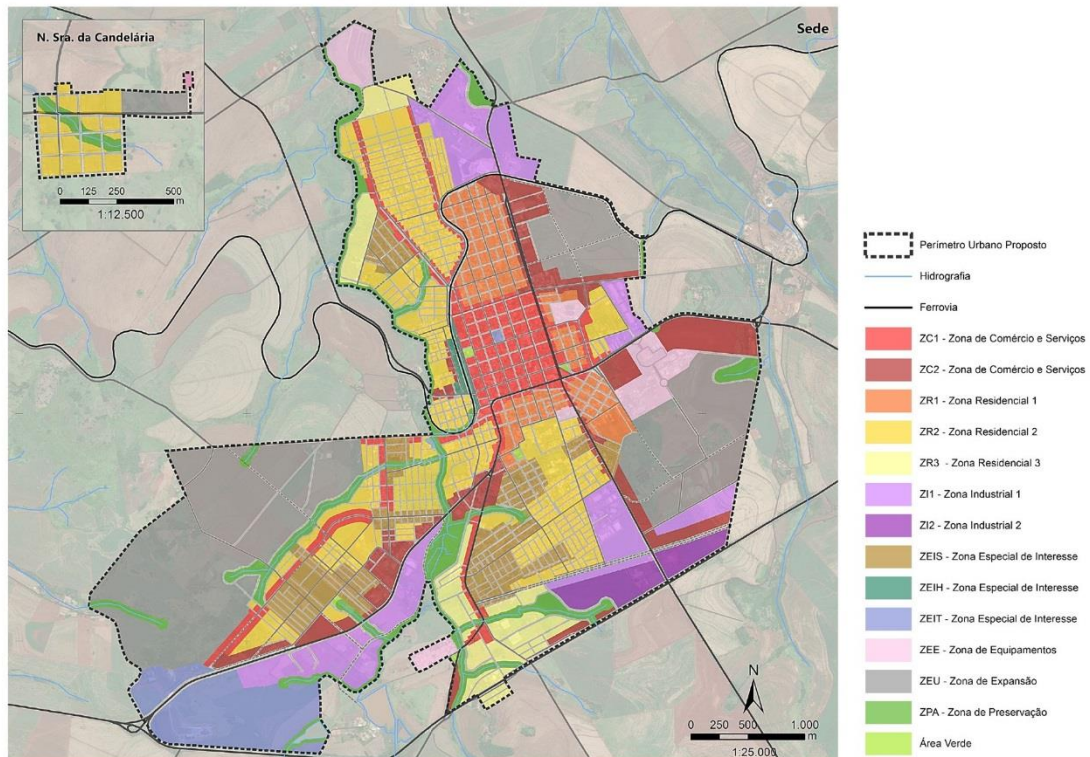
## MACROZONEAMENTO URBANO PROPOSTO



## ZONEAMENTO VIGENTE

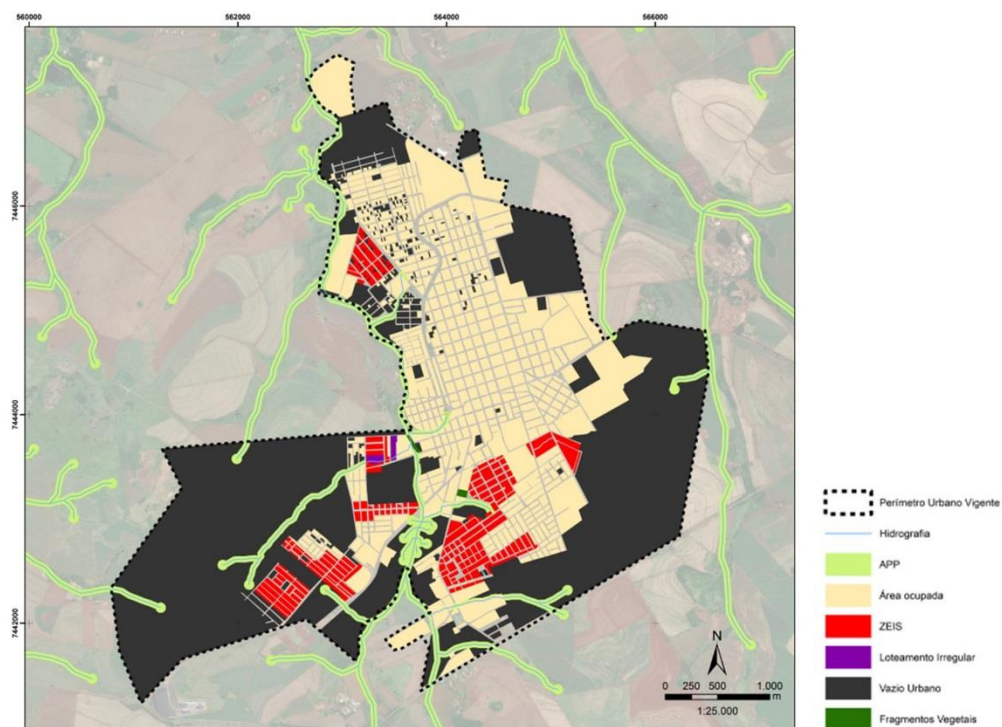


## ZONEAMENTO PROPOSTO

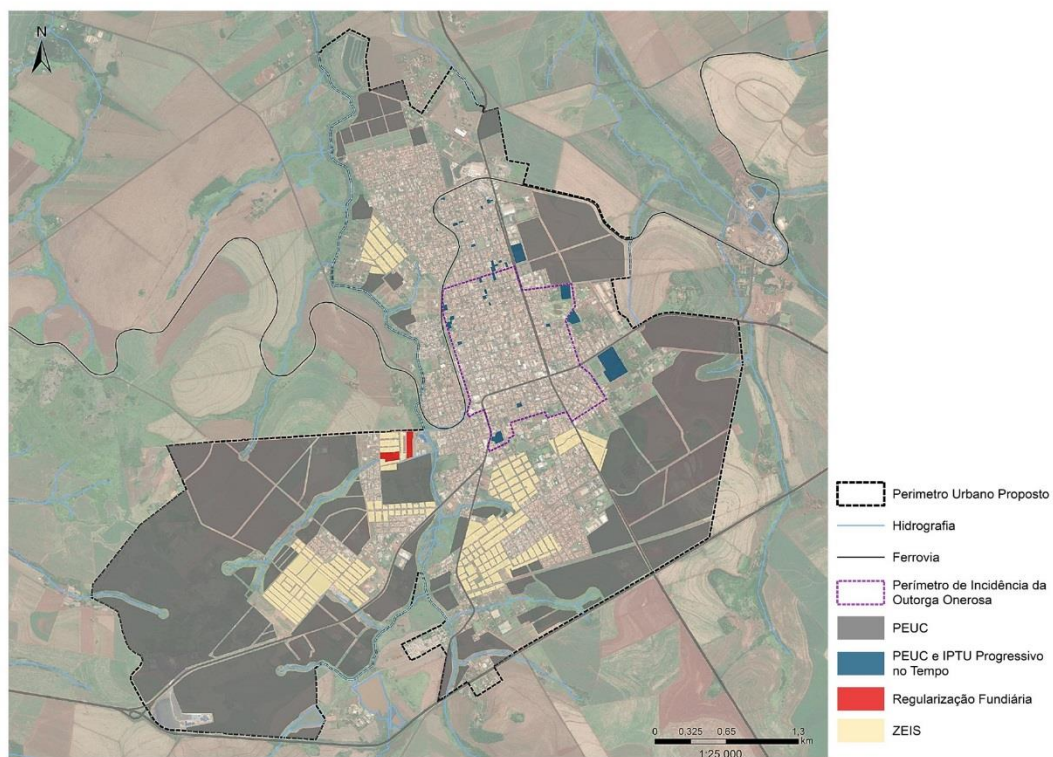




## CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS



## INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS





## Saneamento Básico

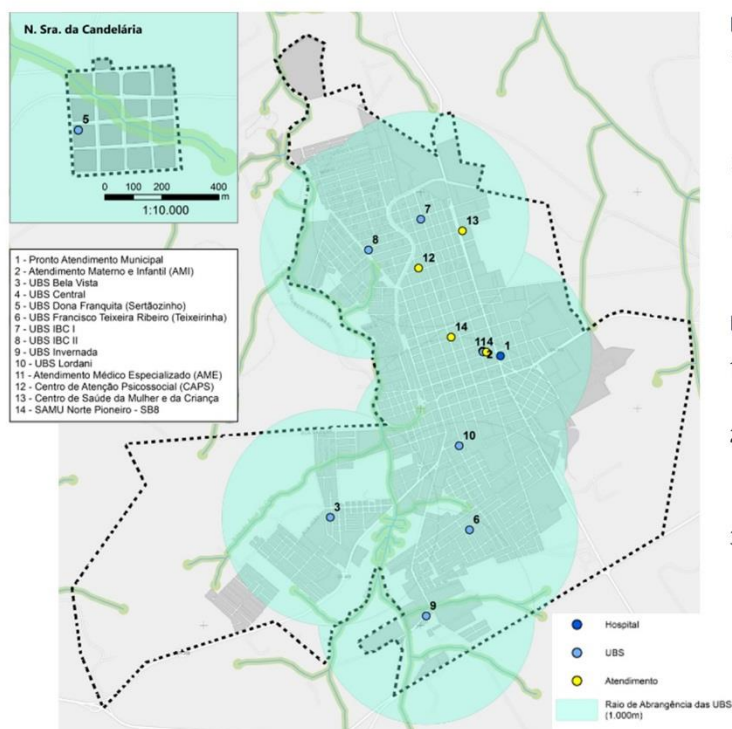
### DIAGNÓSTICO

1. Abastecimento de água em 100% da área urbana;
2. Esgotamento sanitário em 97% da área urbana;
3. Enchentes frequentes na Vila IBC, arredores da Santa Casa, Chinelão, Rodoviária e SAGAE;
4. Lançamento clandestino de esgoto, principalmente na Vila União e Jd. Paraíso;
5. Coleta de resíduos sólidos 3x por semana, aterro municipal adequado.

### PROPOSIÇÕES

1. Promover a **coleta e tratamento de esgoto** nas regiões não atendidas pelo serviço.
2. Implementar a **drenagem pluvial adequada** na região central.
3. Estimular a implantação e a construção de **calçadas ecológicas**, com vista à infiltração de águas.
4. Implementar **pontos de descarte correto** de pilhas, baterias, lâmpadas, eletrônicos, pneus etc.

## SERVIÇOS PÚBLICOS: SAÚDE



### DIRETRIZES

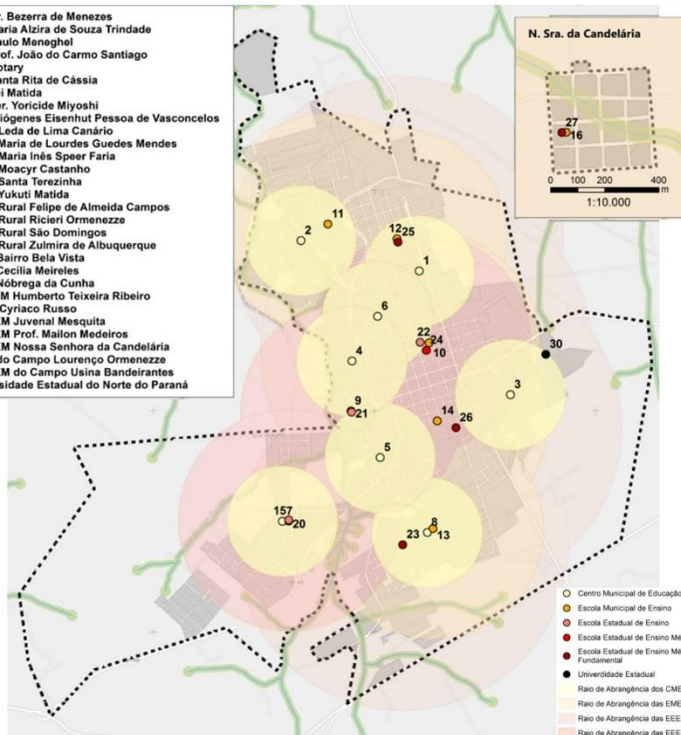
1. Adequar os edifícios públicos do setor da saúde quanto à **acessibilidade**.
2. Modernizar o sistema de **prontuários**.
3. Ampliar o atendimento.

### PROPOSIÇÕES

1. Promover e **garantir a acessibilidade conforme NBR – 9050/2015**.
2. Reformar e reestruturar as UBS do município, de forma a ampliar o atendimento.
3. Ampliar a oferta de serviços da saúde para o atendimento de **média e alta complexidade**.

## SERVIÇOS PÚBLICOS: EDUCAÇÃO

- 1 - CMEI Dr. Bezerra de Menezes
- 2 - CMEI Maria Alzira de Souza Trindade
- 3 - CMEI Paulo Meneghel
- 4 - CMEI Prof. João do Carmo Santiago
- 5 - CMEI Rotary
- 6 - CMEI Santa Rita de Cássia
- 7 - CMEI Tei Matilda
- 8 - CMEI Ver. Yoricide Miyoshi
- 9 - EMEF Diógenes Eisenhut Pessoa de Vasconcelos
- 10 - EMEF Leda de Lima Canário
- 11 - EMEF Maria de Lourdes Guedes Mendes
- 12 - EMEF Maria Inês Speer Faria
- 13 - EMEF Moacyr Castanho
- 14 - EMEF Santa Terezinha
- 15 - EMEF Yukuti Matilda
- 16 - EMEF Rural Felipe de Almeida Campos
- 17 - EMEF Rural Ricieli Ormenezze
- 18 - EMEF Rural São Domingos
- 19 - EMEF Rural Zulmira de Albuquerque
- 20 - EEEF Bairro Bela Vista
- 21 - EEEF Cecília Meireles
- 22 - EEEF Nóbrega da Cunha
- 23 - EEEF Humberto Teixeira Ribeiro
- 24 - CEEM Cyriaco Russo
- 25 - CEEFEM Juvenal Mesquita
- 26 - CEEFEM Prof. Mailon Medeiros
- 27 - CEEFEM Nossa Senhora da Candelária
- 28 - EEEF do Campo Lourenço Ormenezze
- 29 - CEEFEM do Campo Usina Bandeirantes
- 30 - Universidade Estadual do Norte do Paraná



### DIRETRIZES

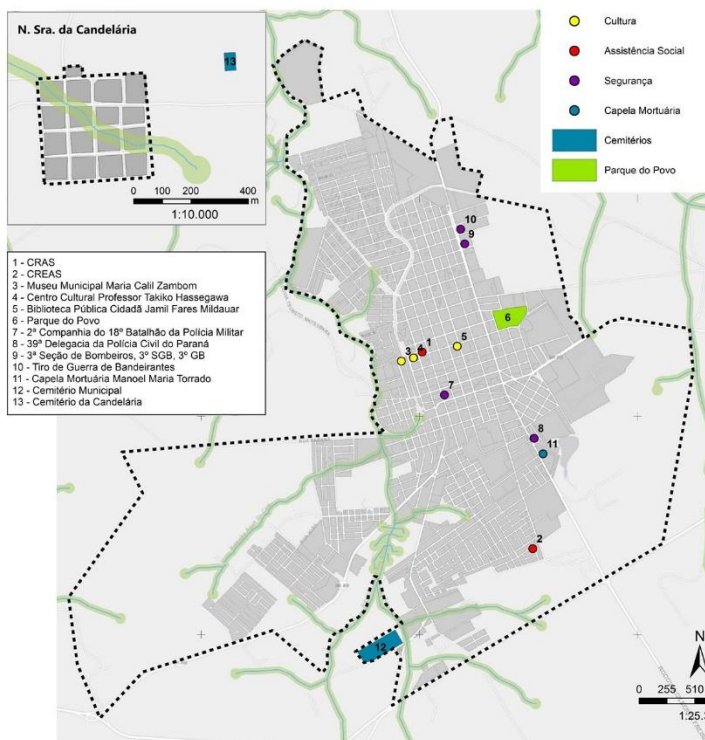
1. Elaborar os Projetos de Segurança e Combate a Incêndio das escolas.
2. Adequar as escolas quanto a acessibilidade.

### PROPOSIÇÕES

1. Adequar a acessibilidade das escolas
  - CMEI Dr. Bezerra de Menezes;
  - CMEI Paulo Meneghel;
  - CMEI Prof. João do Carmo Santiago;
  - CMEI Rotary;
  - CMEI Santa Rita de Cássia;
  - CMEI Tei Matilda.

2. Reformar e ampliar as seguintes escolas:
  - EMEF Maria Inês Speer Faria;
  - EMEF Moacyr Castanho;
  - EMEF Rural Felipe de Almeida Campos.

## SERVIÇOS PÚBLICOS: DIVERSOS



### DIRETRIZES

1. Valorizar o Patrimônio Histórico do Município de Bandeirantes.
2. Assegurar instalações físicas e equipamentos apropriados para o exercício de atividades.
3. Melhorar a segurança pública, em especial nos equipamentos públicos.

### PROPOSIÇÕES

1. Reformar e adequar os equipamentos: Centro Cultural Takiko Hassegawa; Biblioteca Pública Cidadã Jamil Fares Mildaur; Museu Municipal Maria Calil Zambom.
2. Construir Serviço para Acolhimento de Adolescentes, Centro de Convivência de Idosos e Casa de Passagem ou Albergue.
3. Terceirizar empresa de vigilância para reforçar a segurança.

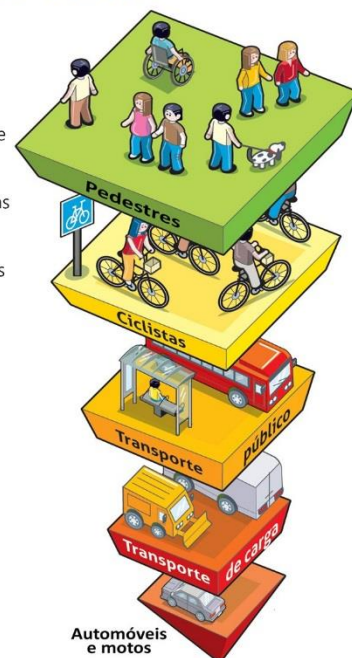
## Mobilidade Urbana – Sistema Viário

### DIRETRIZES

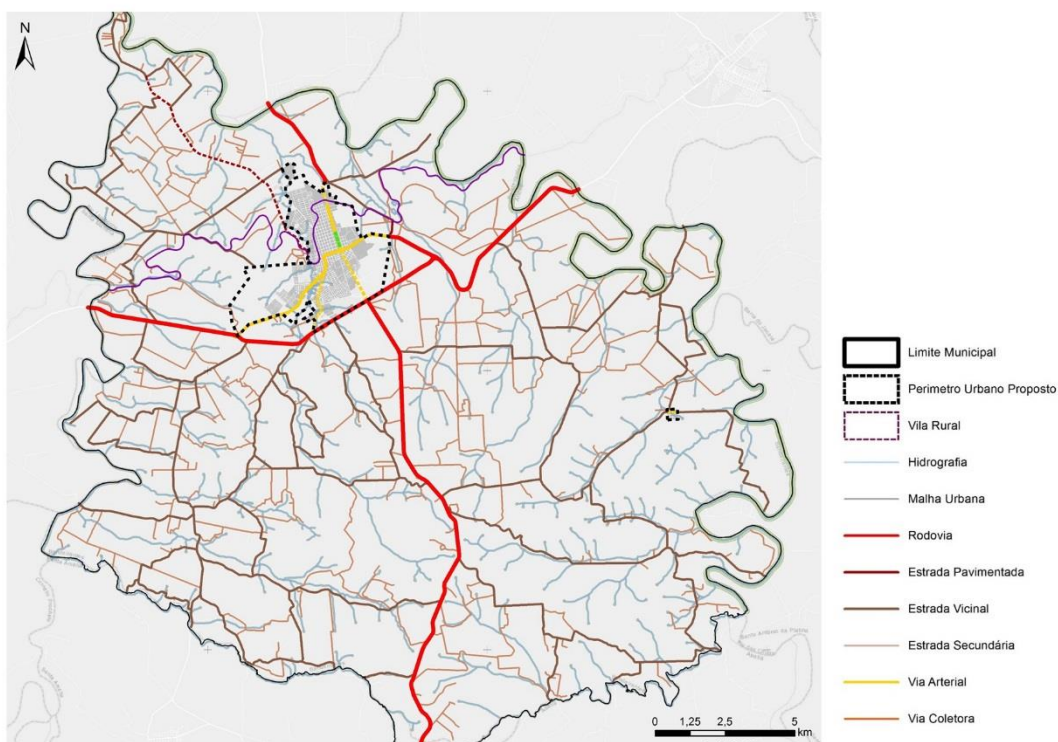
1. Planejar adequadamente o sistema viário urbano e municipal.
2. Recuperar e ampliar a malha pavimentada urbana.
3. Incentivar o uso de modais de transporte não motorizados.
4. Melhorar a sinalização viária.

### PROPOSIÇÕES

1. Regularizar a hierarquização viária de acordo com a nova classificação.
2. Alcançar 100% da pavimentação das vias urbanas do Município.
3. Adequar as calçadas, especialmente nas Rotas Acessíveis Propostas.
4. Implantar ciclovias ou ciclofaixas, incentivando a utilização da bicicleta como meio de transporte e proporcionando maior segurança aos ciclistas.
5. Elaborar projeto específico de sinalização viária, horizontal e vertical, na Sede Municipal.

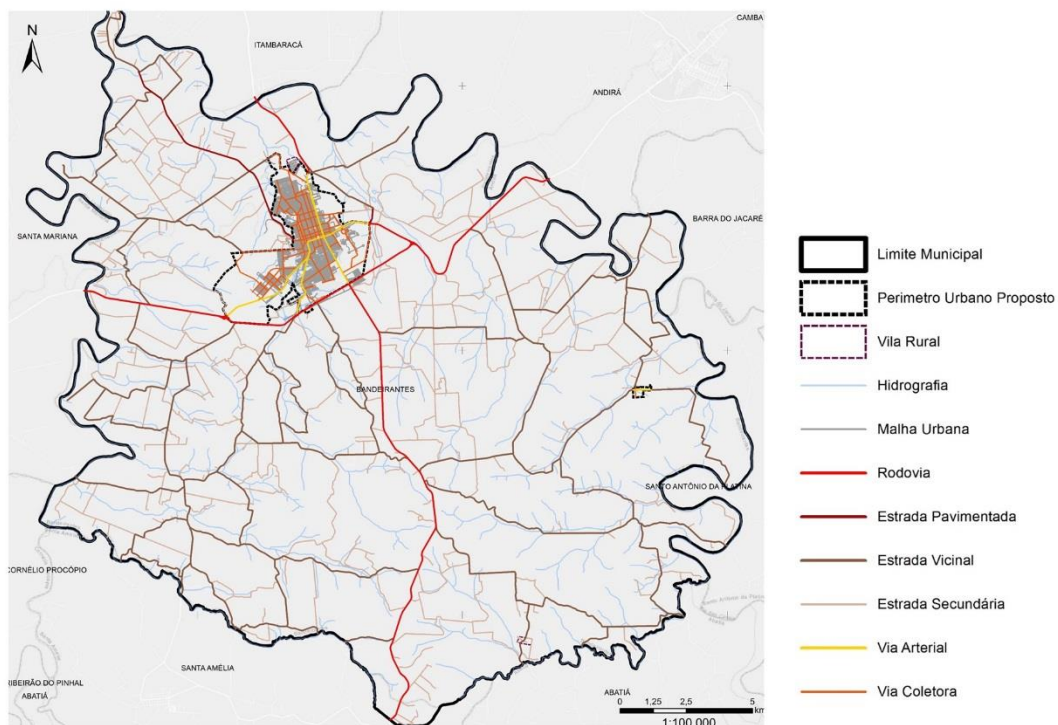


### SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL - VIGENTE





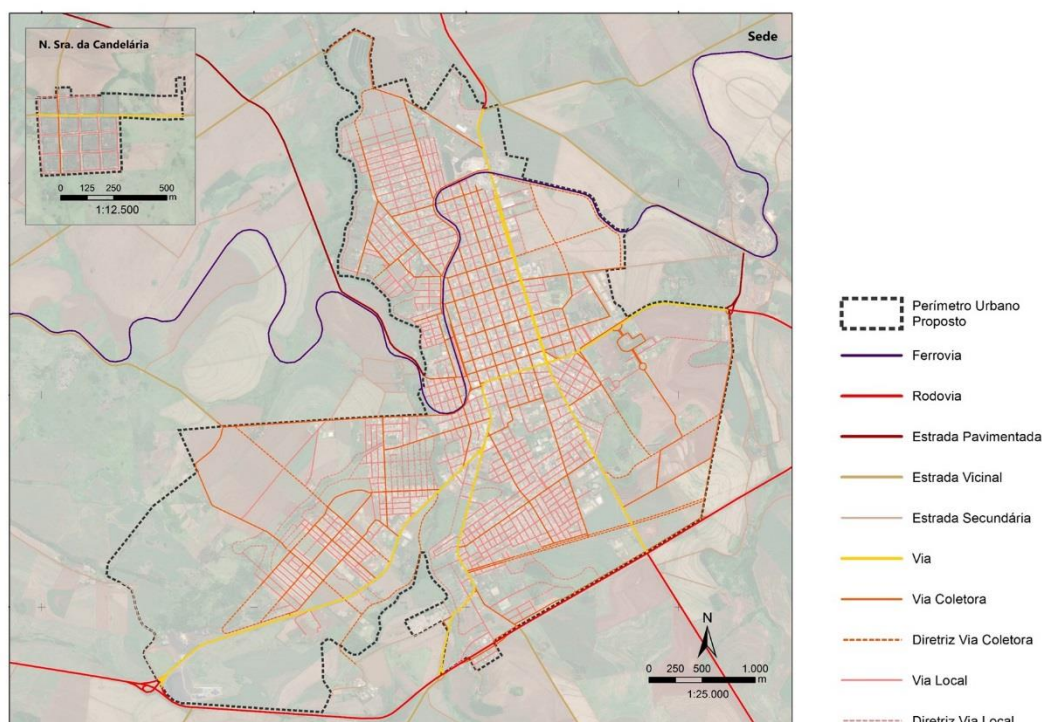
## SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL - PROPOSTO



## SISTEMA VIÁRIO URBANO VIGENTE



## SISTEMA VIÁRIO URBANO - PROPOSTA



## REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR

# Mobilidade Urbana não Motorizada

### DIRETRIZES

1. Promover a **acessibilidade universal nas calçadas**, melhorando a segurança.
2. Implantar o **sistema cicloviário**.
3. Incentivar uso de modais não motorizados.
4. Fomentar a **reflexão na sociedade civil sobre a importância da modalidade urbana não motorizada**.

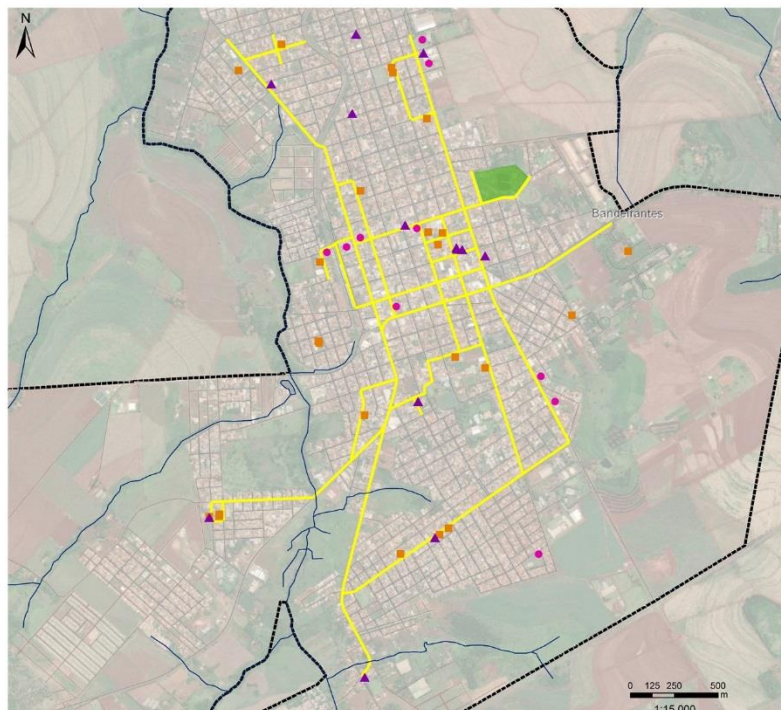
### PROPOSIÇÕES

1. Realizar **manutenção permanente das calçadas**, visando incentivar as pessoas a realizarem trajetos a pé.
2. Implantar **ciclovias ou ciclofaixas**, incentivando a utilização da bicicleta como meio de transporte.
3. Implantar medidas de **sinalização** que aumentem a segurança de pedestres e ciclistas.
4. Implantar as **Rotas Acessíveis**.













## ROTAS ACESSÍVEIS

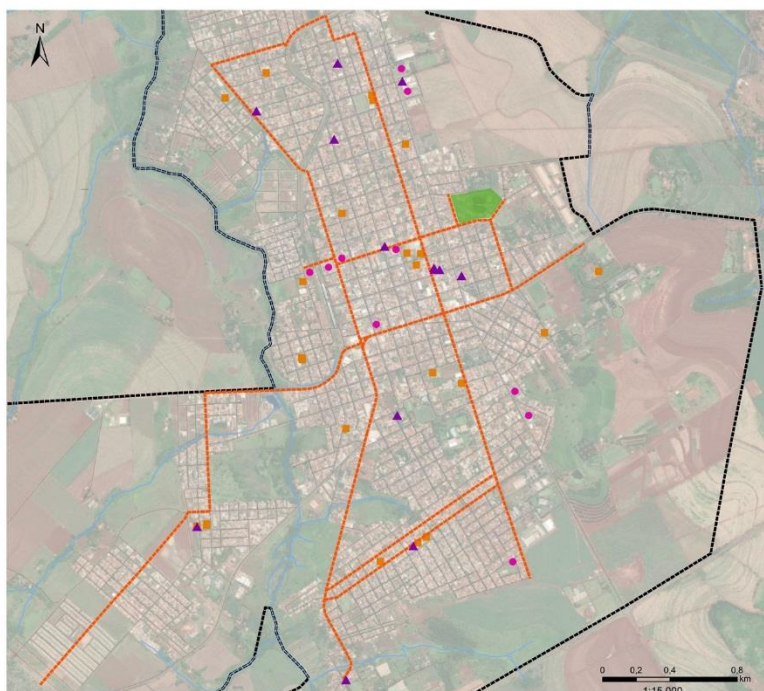









### PROPOSIÇÕES

1. Adequar as calçadas à NBR – 9050/2015, excluindo qualquer tipo de barreira física;
2. Melhorar a sinalização das faixas de pedestres e rebaixamentos de guias;

-  Perímetro Urbano Proposto
-  Hidrografia
-  Equipamentos de Saúde
-  Equipamentos de Educação
-  Equipamentos Diversos
-  Parque do Povo
-  Rotas Acessíveis Propostas
-  Sistema Viário

## SISTEMA CICLOVIÁRIO



-  Perímetro Urbano Proposto
-  Hidrografia
-  Equipamentos de Saúde
-  Equipamentos de Educação
-  Equipamentos Diversos
-  Parque do Povo
-  Sistema Cicloviário Proposto

## Próximas etapas



## Etapa IV – Plano de Ações e Investimentos

- ⇒ Estimativas de custos para implementação de programas e projetos para os próximos 5 (cinco) anos, divididos em curto médio e longo prazo;



- ⇒ Compatibilização com a projeção orçamentária, capacidade de investimento e endividamento do Município.





## Etapa IV – Legislação Básica Municipal

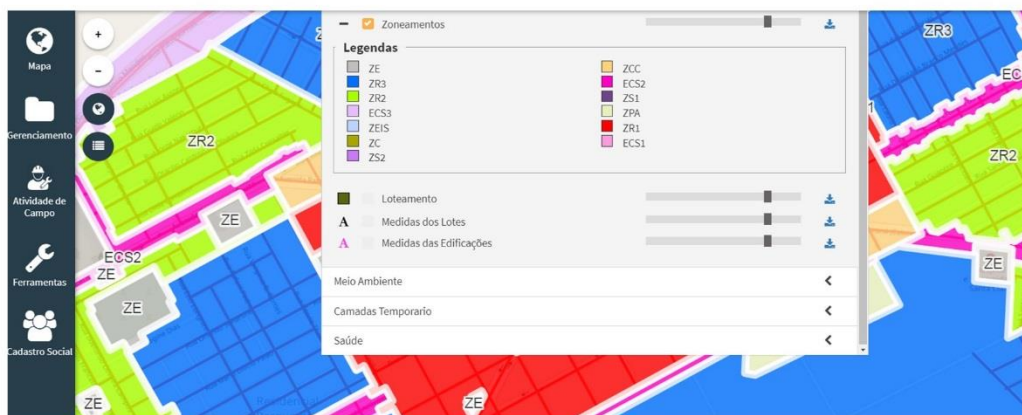
Minutas de Anteprojetos de Leis:

- ⇒ Plano Diretor Municipal;
- ⇒ Perímetro Urbano;
- ⇒ Parcelamento do Solo;
- ⇒ Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- ⇒ Sistema Viário;
- ⇒ Código de Obras;
- ⇒ Código de Posturas.



## Etapa V – Sistema WEBGIS-PDM

- ⇒ Desenvolvimento de um banco de dados virtual georreferenciado do PDM;
- ⇒ Consulta pública do zoneamento, ciclovias, sistema viário existente e projetado e outros elementos de interesse do PDM.



## Participação Popular



**COMO VOCÊ VÊ A SUA CIDADE?**

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
	

**DEIXE SUA OPINIÃO!**



DRZ Geotecnologia e Consultoria  
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Londrina, PR  
(43) 3026-4065  
[www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)



Daniel Souza Lima  
[daniel@drz.com.br](mailto:daniel@drz.com.br)



Laís Lino  
[lais@drz.com.br](mailto:lais@drz.com.br)

## 60. RELATÓRIO DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO PDM

Entre os dias 19 e 20 de maio de 2020, às 17h00, foi realizada, na página oficial do Município de Bandeirantes na internet, a 4ª Audiência Pública da Revisão do PDM, conforme o contrato nº148/2019, realizado entre a Prefeitura Municipal de Bandeirantes e a DRZ geotecnologia e Consultoria Ltda, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de revisão geral do Plano Diretor do Município de Bandeirantes.

A audiência pública virtual foi realizada de forma virtual, medida adotada pelo Município de Bandeirantes para cumprir as determinações do Ministério da Saúde, de modo a evitar aglomerações como forma de prevenção à pandemia causada pelo COVID-19. Além disso, a realização da audiência pública virtual foi uma medida para manter o andamento dos trabalhos da Revisão do PDM, de forma a não atrasar o cronograma.

A audiência teve como objetivos:

- Reintroduzir o que é o Plano Diretor e a importância de sua revisão;
- Reintroduzir os estudos elaborados no processo de revisão do Plano Diretor;
- Apresentar os resultados da Etapa IV da Revisão do Plano Diretor: Plano de Ações e Investimentos e Institucionalização do PDM;
- Garantir a participação popular no processo de Revisão do Plano Diretor.

Foi disponibilizado para consulta, na página virtual do Município, o material contendo os seguintes produtos:

- Plano de Ação e Investimentos (PAI): contendo as ações previstas para implementação de programas e projetos para os próximos cinco anos, com definição de prazos e setores responsáveis, estimativas de custo, possíveis fontes de recurso e indicadores de avaliação;
- Minuta de Anteprojeto de Alteração da Lei do Plano Diretor Municipal: contendo o Macrozoneamento Urbano e Macrozoneamento Municipal propostos, com os respectivos mapas, proposta de criação da Comissão de Aprovação de Obras e Loteamentos e indicação de áreas sujeitas à aplicação dos instrumentos urbanísticos;
- Minuta de Anteprojeto de Nova Lei dos Perímetros Urbanos: contendo as descrições e mapas dos perímetros urbanos propostos para a Sede Municipal e Distrito da Candelária;
- Minuta de Anteprojeto de Alteração da Lei de Parcelamento do Solo Urbano: contendo a exclusão de artigos que tratam de parcelamentos na área rural (sendo permitidos apenas nas áreas urbanas) e propostas de adequação da infraestrutura mínima exigida para novos loteamentos (incluindo especificações de pavimentação e iluminação tipo LED);



- Minuta de Anteprojeto de Nova Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano: contendo nova classificação de usos do solo em acordo ao CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), adequação da tabela de usos do solo, adequação e reorganização da tabela de parâmetros de ocupação do solo e respectivos mapas do novo zoneamento da Sede Municipal e Distrito da Candelária;
- Minuta de Anteprojeto de Alteração da Lei do Sistema Viário: contendo acréscimo de termos e definições, novo dimensionamento mínimo para as vias urbanas e rurais do Município de Bandeirantes, definição calçada padrão, mapas com a nova hierarquização viária da Sede Municipal e Distrito da Candelária, Plano de Rotas Acessíveis e Plano Cicloviário;
- Minuta de Anteprojeto de Alteração do Código de Obras: contendo atualização da documentação exigida para aprovação de projetos de edificações, especificação de atribuições dos responsáveis técnicos, especificações sobre obras de movimentação de terra, exigência de adequação ou construção de calçada padrão para emissão de alvarás, novas medidas de segurança para pedestres durante a realização de obras, novas medidas de segurança para postos de combustíveis e regulamentação de *parklets* e utilização de contêineres para fins comerciais ou residenciais;
- Minuta de Anteprojeto de Alteração do Código de Posturas: compatibilização da lei vigente com a Lei Estadual Antifumo, especificação de níveis de ruídos toleráveis, obrigatoriedade de manutenção de lotes vazios em boas condições por parte dos proprietários com construção de calçada padrão e muro ou mureta de contenção e especificações para o comércio ambulante;
- Minuta de Anteprojeto de Nova Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir: contendo o procedimento para requerer o potencial construtivo adicional junto à Prefeitura Municipal, fórmula para cálculo do valor da contrapartida financeira e destinação dos recursos advindos da Outorga Onerosa do Direito de Construir.

Nos anexos a seguir, constam o *link* de acesso à audiência pública *on-line* e o resultado da votação virtual.

Londrina, 28 de maio de 2020.

Daniel Souza Lima  
Arquiteto e Urbanista  
DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.  
Av. Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina, PR  
Fone/Fax: (43) 3026-4065

## 60.1 ANEXO I – LINK PARA ACESSO À AUDIÊNCIA PÚBLICA ON-LINE

Figura 18 – Link para acesso à Audiência Pública on-line da Revisão do PDM de Bandeirantes

**Planejamento e Finanças - Segunda-feira, 18 de Maio de 2020**

AUDIÊNCIA PÚBLICA ON LINE



 Imprimir 

O Secretário do Planejamento e Presidente do CONGET, Sr. Ruy Robson Carvalho, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 024/2011, e de conformidade da deliberação dos membros do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial, tem a honra de CONVIDAR Vossa Senhoria e Família, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA ON LINE, para tratar dos seguintes assuntos:

- REVISÃO GERAL DO PLANO DIRETOR – 4ª Fase.

Que realizar-se na forma digital, através do sítio eletrônico oficial da prefeitura sendo: [www.bandeirantes.pr.gov.br](http://www.bandeirantes.pr.gov.br), que se iniciará às 8:30 horas do dia 19 de Maio de 2020 finalizando às 23:59 horas do dia 20 de maio de 2020.

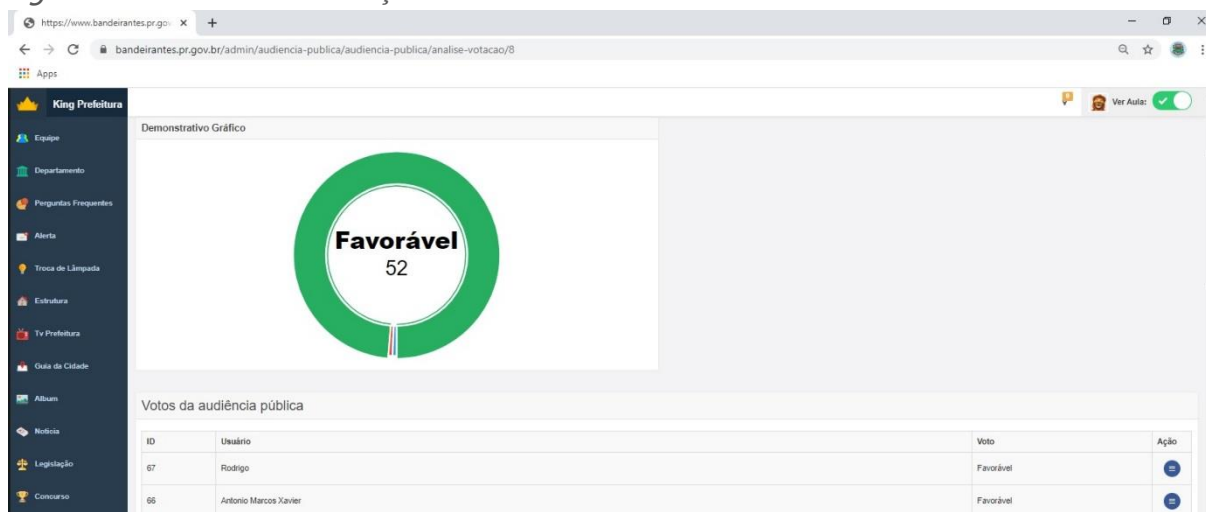


[voltar para a listagem de notícias...](#)

Fonte: Prefeitura do Município de Bandeirantes, 2020

## 60.2 ANEXO II – RESULTADOS DA VOTAÇÃO VIRTUAL

**Figura 19 – Resultados da votação virtual da 4ª Audiência Pública da Revisão do PDM**



Fonte: Prefeitura do Município de Bandeirantes, 2020.

**Tabela 91 – Resultados da votação virtual da 4ª Audiência Pública da Revisão do PDM**

VOTO Nº	Usuário	Voto
1	EDUARDO DOTTI	Favorável
2	RUY ROBSON CARVALHO	Favorável
3	CLAUDEMIR PEDRO	Favorável
4	SÉRGIO CRISTÓVÃO MESSIAS DA SILVA	Favorável
5	PATRICK FERRO	Favorável
6	MARCELO JOSÉ PEREIRA	Favorável
7	CELSO LUIZ PADUAN	Favorável
8	EDILSON JOÃO CALZA	Favorável
9	ROSANA DE SOUZA FRASSETTO	Favorável
10	SILVIO DE GRANDI JUNIOR	Favorável
11	RAFAEL FIORAVANTE	Favorável
12	FAUSTO EDUARDO RODRIGUES PINTO DA SILVA	Favorável
13	JOAO ROBERTO DE OLIVEIRA	Favorável
14	MARIA DE GRANDI	Favorável
15	ANA KARINA MOVAES	Favorável
16	EVERTON TEIXEIRA	Favorável
17	MARIA AMELIA ALVES DA SILVA MUSAMBANI	Favorável
18	BRUNOS LEANDRO SATO	Favorável
19	ANGELITA ABUJAMRA	Favorável
20	JOÃO VICTOR FERNANDES DOS SANTOS	Favorável
21	JACIANI CAROLINA MILANI DELLA MURA	Favorável
22	PAULO ROBERTO XAVIER	Favorável
23	JULIANA CONCENTINO	Favorável
24	MARIZA APARECIDA DE OLIVEIRA PEDRO	Favorável
25	WANDERSON DE OLIVEIRA	Favorável





PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
BANDEIRANTES - PR

26	LARISSA MAÍRA FERNANDES PUJONI	Favorável
27	YASMIN GABRIELLE FERNANDES PUJONI	Favorável
28	MAURO DE SOUZA PUJONI	Favorável
29	CARLOS ELIAS TOSTES	Favorável
30	ISAIAS GOMES DA SILVA JUNIOR	Favorável
31	WANDERLEY APARECIDO FABRIN	Favorável
32	MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DA SILVA CESCO	Favorável
33	FABIO JUNIO CRAVO	Favorável
34	MARCOS ANTONIO GALERA DA SILVA JUNIOR	Favorável
35	ANDRÉA REGINA DOS SANTOS SILVA	Favorável
36	MARISTELA PICCIONI	Favorável
37	ADEMIR VIGATTO	Favorável
38	RAPHAEL CRIVARI GRANDI	Favorável
39	LEANDRO CESAR DE OLIVEIRA	Favorável
40	GIANCARLO HENRIQUE DECARLI	Favorável
41	WILLIAM TOLEDO BARBOSA	Favorável
42	MARCOS DE MORAES	Favorável
43	SIDNEI DEMICIO	Favorável
44	JAQUELINE JISLAINE BARBOSA	Favorável
45	MARIA DE FÁTIMA SILVA REGO DE OLIVEIRA	Favorável
46	JULIANA CARVALHO	Favorável
47	ERICH JOSÉ RIBEIRO SANTOS	Favorável
48	NORIVAL KITAZAWA JUNIOR	Favorável
49	CARLOS EDUARDO GRANADIER	Favorável
50	SANDRO CARLOS DA SILVA	Favorável
51	ANTONIO MARCOS XAVIER	Favorável
52	RODRIGO FERRO	Favorável

Fonte: Prefeitura do Município de Bandeirantes, 2020





## 61. REFERÊNCIAS

- ABNT. NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3ª edição. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- AGUASPARANA, Bacias dos Rios Cinzas, Itararé e Paranapanema I e II. Disponível em: <<http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/BACIAS/cinzas.pdf>>.
- AMARANTE, P. A.; MOREIRA, I. T. A evolução dos gastos públicos por função e por grupo de despesas no período de 1980 a 2006. In: Encontro de Iniciação à Docência, 11. 2008, João Pessoa. Anais. João Pessoa: UFPB-PRG, 2008.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil. Bandeirantes, PR. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/bandeirantes\\_pr#demografia#caracterizacao](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/bandeirantes_pr#demografia#caracterizacao)>. Acesso em 3 out. 2019.
- BANDEIRANTES. Edital de Tomada de Preços nº 02/2019 – PMB, Processo Administrativo nº 57/2019 – PMB. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de revisão geral do Plano Diretor do Município de Bandeirantes-PR.
- BANDEIRANTES. Lei Municipal Complementar nº 24/2011. Cria o Plano Diretor Municipal de Bandeirantes. Bandeirantes: Diário Oficial do Município.
- BANDEIRANTES. Lei Municipal Complementar nº 25/2011. Dispõe sobre o perímetro urbano da Sede do Município de Bandeirantes e dos distritos. Bandeirantes: Diário Oficial do Município.
- BANDEIRANTES. Lei Municipal Complementar nº 26/2011. Dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Plano Diretor Municipal. Bandeirantes: Diário Oficial do Município.
- BANDEIRANTES. Lei Municipal Complementar nº 27/2011. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins urbanos constante do Plano Diretor Municipal. Bandeirantes: Diário Oficial do Município.
- BANDEIRANTES. Lei Municipal Complementar nº 28/2011. Dispõe sobre diretrizes de arruamento para implantação do sistema viário de Bandeirantes. Bandeirantes: Diário Oficial do Município.
- BANDEIRANTES. Lei Municipal Complementar nº 30/2011. Dispõe sobre o Código de Posturas de Bandeirantes. Bandeirantes: Diário Oficial do Município.
- BANDEIRANTES. Plano Diretor Municipal de Bandeirantes, vol. 2: Análise Temática Integrada, 2008.
- BANDEIRANTES. Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Caderno 01: Diagnóstico, 2009.
- BARBOSA, C. CARVALHO, P. F. Zoneamento urbano-ambiental: possibilidades de compatibilização entre análise geomorfológica e padrões de ocupação urbanos para a

construção de cidades sustentáveis. VI Seminário Latino Americano de Geografia Física  
II Seminário Ibero Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra, mai. 2010.

BRASIL. Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. Dispõe sobre a vegetação nativa.

BRASIL. Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei Federal nº 15.229, de 25 de julho de 2006. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. PlanMob: Caderno de Referência para Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana. Brasília: Ministério das Cidades, 2015.



- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.
- CÂMARA Municipal de Bandeirantes. Disponível em: <<https://www.cmb.pr.gov.br/>>. Acesso em 23 out. 2019.
- CBH Paranapanema, 2019. Disponível em: <<https://paranapanema.org/ugrh/comites/pr/cbhnp/caracterizacao/>>. Acesso em 25 set. 2019.
- CONAMA. Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011, complementa e altera a resolução nº 357/2005. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=646>>. Acesso em: 15 out. 2019.
- CONSELHO DA EUROPA. Carta Europeia do Ordenamento do Território. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1988.
- DALLA COSTA, Ricardo. A importância dos indicadores de desenvolvimento dos municípios da Amunop. Disponível em: <[http://www.ccp.uenp.edu.br/centros/d\\_economia/rdcosta/txt/ar-rc02.pdf](http://www.ccp.uenp.edu.br/centros/d_economia/rdcosta/txt/ar-rc02.pdf)>. Acesso em 24 set. 2019.
- DALLARI, A. FERRAZ, S. (Coord.) Estatuto da Cidade – Comentários à Lei Federal 10.257/2001. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- EMBRAPA. Latossolos Vermelhos. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONT000fzyjaywi02wx5ok0q43a0r9rz3uhk.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000fzyjaywi02wx5ok0q43a0r9rz3uhk.html)>. Acesso em 25 set. 2019.
- E-MEC. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 set. de 2019.
- ESTAÇÕES Ferroviárias do Brasil. Bandeirantes. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/bandeirantes.htm>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- FUNASA. 4º Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública. 2013.
- GASPARINI, C. E.; MIRANDA, R. B. Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo Fundo de Participação dos Municípios. IPEA – textos para discussão, nº. 1243, 2006.

- IBGE, 2019. Estimativa populacional. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em 24 set. 2019.
- IBGE, Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/bandeirantes/panorama>>. Acesso em: 3 out. 2019.
- IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- IPARDES. Caderno Estatístico Município de Bandeirantes. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86360>>. Acesso em: 26 de set. de 2019.
- ITCG, Águas Paraná; IAP e SEMA, 2010. Floresta Estacional Semidecidual. Disponível em: <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/cobf/V5\\_Floresta\\_Estacional\\_Semidecidual.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/cobf/V5_Floresta_Estacional_Semidecidual.pdf)>. Acesso em 25 set. 2019.
- ITCG/INDE, Dados e informações geoespaciais temáticos: Solos, 2010. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=9>>. Acesso em 25 set. 2019.
- INEP. IDEB – Resultados e Metas. 2019. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=5588257>>. Acesso em 24 set. 2019.
- MMA, 2009. Pagamentos por Serviços Ambientais: perspectivas para a Amazônia Legal. Disponível em: <[https://www.mma.gov.br/estruturas/168/\\_publicacao/168\\_publicacao17062009123349.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao17062009123349.pdf)>. Acesso 30 set. 2019.
- MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos avançados, v. 17, n. 48, p. 151-166. São Paulo: USP, 2003.
- MOPS. Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=410140>>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.
- NERY JÚNIOR, J. M. O zoneamento como instrumento de segregação em São Paulo. Cadernos Metrópole, n. 13, pp. 171-198, 1º sem. 2005.
- PARANÁ. Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.
- PASTERNAK, Suzana. Loteamentos irregulares no município de São Paulo: uma avaliação espacial urbanística. In: Planejamento e Políticas Públicas, N.34, p.131-170. São Paulo: USP, 2010.
- PGRH, 2011. Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Prefeitura Municipal de Bandeirantes.



- PINTO, V. C. Ocupação irregular do solo urbano: o papel da legislação federal. In: Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1149, 24 ago. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8781>>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- PNUD. FJP. IPEA. Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil. Município de Bandeirantes. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/bandeirantes\\_pr](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/bandeirantes_pr)>. Acesso em: 109 set. 2019.
- PREFEITURA Municipal de Bandeirantes. Disponível em: <<https://www.bandeirantes.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- SAAE, 2019. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bandeirantes. Comunicação pessoal.
- SANTOS, H. G.; ZARONI, M. J.; ALMEIDA, E. P. C (a). Neossolos Litólicos. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONT000gn230xho02wx5ok0liq1mqxhk6vk7.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn230xho02wx5ok0liq1mqxhk6vk7.html)>. Acesso em 25 set. 2019.
- SANTOS, H. G.; ZARONI, M. J.; ALMEIDA, E. P. C (B). Nitossolos Vermelhos. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONT000gn362ja102wx5ok0liq1mqelqj5hh.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn362ja102wx5ok0liq1mqelqj5hh.html)>. Acesso em 25 set. 2019.
- SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- SILVA, M. D. G. MIRANDA, E. A. Planejamento do Turismo para o Desenvolvimento Local. *In*: Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013.
- SISTEMA IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Acervo. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 3 out. 2019.
- SNIS. Série Histórica. Disponível em: <<http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/#>>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- TRINDADE, P.M. P; FACCO, D. S.; FILHO, W. P. Sensoriamento Remoto: características espectrais de alvos. Disponível em: <[https://www.ufsm.br/laboratorios/labgeotec/wp-content/uploads/sites/676/2019/08/topico\\_5.compressed.pdf](https://www.ufsm.br/laboratorios/labgeotec/wp-content/uploads/sites/676/2019/08/topico_5.compressed.pdf)>.
- VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (VBPA). Sobre o VBP. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>>. Acesso em 11 jun. 2019.
- SILVA, M. D. G. MIRANDA, E. A. Planejamento do Turismo para o Desenvolvimento Local. *In*: Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES



## MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES

CNPJ: 76.235.753/0001-48

Rua Frei Raphael Proner, 1.457, Centro, Bandeirantes, PR

Tel.: 43 3542 4525 - CEP 86.360-000

bandeirantes.pr.gov.br • planejamento@bandeirantes.pr.gov.br

## FISCAL DO CONTRATO

Ruy Robson Carvalho – Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Públicos – Arquiteto e Urbanista – CAU 19.489-1

## GRUPO TÉCNICO PERMANENTE

Ruy Robson Carvalho – Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Públicos

Carlos Elias Toste – Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

Francisco Carlos Marccone – Engenheiro Civil do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

Maria de Lourdes Almeida Marccone – Secretária Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano

## PREFEITO MUNICIPAL

Lino Martins

## DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA



### **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.**

CNPJ: 04.915.134/0001-93 • CREA Nº 41972

Avenida Higienópolis, 32, 4º andar, Centro, Londrina, PR

Tel.: 43 3026 4065 - CEP 86 020-080

drz.com.br • drz@drz.com.br

### **COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA**

Daniel Souza Lima – Arquiteto e Urbanista – CAU A47443-6

### **EQUIPE TÉCNICA**

Agostinho de Rezende – Administrador

Alindomar Lacerda Silva – Assistente de Geoprocessamento

Anderson Araújo de Aguiar – Engenheiro Cartográfico

Carlos Rogério Pereira Martins – Administrador

Claudia Leocádio Dias – Assistente Social

Demétrius Coelho Souza – Advogado

Érika Patrícia de Fátima Pelegrino Amim – Comunicadora Social

José Roberto Hoffmann – Engenheiro Civil

Laís Regina Lino – Auxiliar de Arquitetura e Urbanismo

Paulo Roberto Santana Borges – Economista

Talita Soares Leite – Socióloga

### **GESTÃO DE PROJETOS**

Marina Machado de Rezende – Arquiteta e Urbanista – CAU A143322-9

### **DIRETOR GERAL**

Agostinho de Rezende – Administrador – CRA-PR 6459